

ESCOLA NAC. DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA

Edital 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	254450-ESCOLA NAC. DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA	ALINE DE MELLO PINTO	05/05/2026 19:48 (v 0.16)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		25388.000775/2025-75

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90007/2026

CONTRATANTE (UASG)

(254450)

OBJETO

Contratação de serviços contínuos de atividades de apoio, complementares e acessórias, necessárias à realização das tarefas técnicas e administrativas da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), unidade da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no Rio de Janeiro/RJ, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 54.085.764,43 (Cinquenta e quatro milhões, oitenta e cinco mil, setecentos e sessenta e quatro reais e quarenta e três centavos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 20/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor Preço Global

Modo de disputa:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

Torna-se público que a Fundação Oswaldo Cruz/Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, por meio do(a) Serviço de Compras, sediado Rua Leopoldo Bulhões, n. 1480, Manguinhos, RJ, CEP, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de serviços contínuos de atividades de apoio, complementares e acessórias, necessárias à realização das tarefas técnicas e administrativas da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), unidade da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) no Rio de Janeiro/RJ, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

- 2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.
- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.11. sociedades cooperativas;
- 2.7.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.7.13. pessoas físicas.
- 2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.4.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. Por se tratar de item em que a participação não é exclusiva para microempresa e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.5 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$)

5.1.2. Valor unitário e total do item

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil .

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 5.14. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de*

Seq.	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
01	01	R\$ 1.000,00

- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado aberto.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.20.4. declaração do licitante de que desenvolve desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2. empresas brasileiras;

6.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 3 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS,

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei 8.429 de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foi utilizada Convenção Coletiva de Trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.6.1. SINDAUT (Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos no Comércio e empresa de assessoramento, perícias, informações e pesquisas do Município do Rio de Janeiro.

7.6.2. As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de fevereiro de 2025 a 31 de janeiro de 2026 e a data-base da categoria em 1º de fevereiro.

7.7. O (s) sindicato (s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. conter vícios insanáveis;

7.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Uma vez que o custo global estimado do objeto licitado foi decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, nos moldes do anexo VI do Edital, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1.1. Será concedido o prazo de 03 (três) horas para anexação dos documentos citados acima, que poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, desde que solicitado e justificado pelo licitante antes de findo o prazo inicialmente concedido

7.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos, além da planilha de custos previstas no (Anexo VI do Edital):

7.15.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

7.15.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

7.15.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

7.15.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.16. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

7.17. O pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.18. O pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.19. O pregoeiro deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

7.20. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **03 (três) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **03 (três) horas**.

8.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente ou por meio eletrônico/digital, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4 . Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.7. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

9.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.

10. DOS RECURSOS

10.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://sei.fiocruz.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0

11. DAS INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

11.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: licitacao.ensp@fiocruz.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico: www.vddig.ensp.fiocruz.br.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2026

MARCO ANTONIO CARNEIRO MENEZES

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCO ANTONIO CARNEIRO MENEZES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 19:48:09.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1-Anexo I -TR EPT E ANEXOS.pdf (14.43 MB)
- Anexo II - 2-Anexo II_Modelo de Proposta.pdf (329.29 KB)
- Anexo III - 3-Anexo III - Portaria n 01-2026- COGEAD-Sancoes e Infracoes.pdf (11.75 MB)
- Anexo IV - 4-Anexo IV - Portaria Cadastro SEI COGEAD.pdf (296.65 KB)
- Anexo V - 5-Anexo V - DECLARACAO DE VINCULO COM A ADMINISTRACAO PUBLICA.pdf (25.07 KB)
- Anexo VI - 6-Anexo VI - Planilha_de_Terceiracao____zerada.zip (630.04 KB)

Termo de Referência 10/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2026	254450-ESCOLA NAC. DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA	GABRIEL AVANCINI MORENO	30/04/2026 15:34 (v 0.32)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	252/2026	25388000775/2025-75

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Processo Administrativo nº 25388.000775/2025-75

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços contínuos de atividades de apoio, complementares e acessórias, necessárias à realização das tarefas técnicas e administrativas da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca

(ENSP), unidade da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) no Rio de Janeiro/RJ, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (mensal)	VALOR TOTAL (anual)
1	Contratação de serviços contínuos de atividades de apoio, complementares e acessórias, necessárias à realização das tarefas técnicas e	5380 (Prestação de serviços de apoio administrativo)	mês	12	R\$ 4.507.147,04	R\$ 54.085.764,43

administrativas da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp), unidade da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no Rio de Janeiro/RJ, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.					
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se caracteriza pela necessidade permanente da ENSP, sendo fundamental na realização de sua missão institucional. A falta ou a interrupção da prestação deste serviço impactará negativamente na qualidade nos produtos e na própria prestação dos serviços que são disponibilizados à sociedade, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar .

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 1 ano, contado a partir da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:*

- I) ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000003/2026;*
- II) Data de publicação no PNCP: 09/04/2025;*
- III) Id do item no PCA: 1458 / Código do Item: 5380;*
- IV) Classe/Grupo: 911 - Serviços Administrativos do Governo;*
- V) Identificador da Futura Contratação: 252/2026;*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência e também o que segue:*

3.2. O serviço em questão será mensurado pela utilização de postos de trabalho, permitindo aferir os resultados para a adequada prestação de serviço, baseada nos demonstrativos da Planilhas de Custos e Formação de Preços.

3.3. As atribuições dos perfis, a descrição dos cargos e suas respectivas atividades encontram-se pormenorizadas no Anexo III deste TR.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (GNLS - outubro/2025):*

4.1.1. O edital deverá estabelecer percentual mínimo de 8% (oito por cento) de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, de acordo com o Decreto nº 11.430 de 2023 (fls. 169 GNLS).

4.1.1.1. O percentual mínimo deverá ser mantido durante toda a execução contratual.

4.1.1.2. As vagas:

a) incluem mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 11.340, de 2006;

b) serão destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas, observada a proporção de pessoas pretas e pardas no Rio de Janeiro, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4.1.2. O desenvolvimento pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho será critério de desempate no processo licitatório, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021 (fls. 170 GNLS), observada a ordem prevista no art. 60 da lei 14.133/2021.

4.1.3. São obrigações da Contratada (fls. 200 GNLS):

a) garantir o tratamento de todos os trabalhadores com respeito, igualdade e dignidade, de modo que não haja discriminação por motivo de raça, gênero, orientação sexual, religião, deficiência ou qualquer outra condição pessoal;

b) reforçar aos prestadores de serviço terceirizado a importância da urbanidade e respeito amplo ao público, adotando medidas preventivas para evitar todo e qualquer tipo de discriminação no âmbito da unidade atendida por este contrato;

c) observar a Portaria MGI 6719, de 13 de setembro de 2024, que instituiu o Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação na Administração Pública Federal, suas Autarquias e Fundações;

d) desenvolver políticas de enfrentamento do assédio e da discriminação nas relações de trabalho, bem como, na sua gestão, e ações de formação para suas empregadas e empregados;

e) promover ações de letramento e capacitação adequados para o atendimento ao público de maneira respeitosa, inclusiva e livre de qualquer discriminação (fls. 18 GNLS).

f) garantir a proteção a segurança e a saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência a saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32 /ABNT (fls. 141 GNLS);

g) observar as Boas práticas para o processamento de produtos de saúde, segundo a Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e demais documentos institucionais (fls. 141 GNLS);

h) realizar a destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde, segundo a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, a Resolução nº 358/2005 – Conama e a Resolução da Diretoria Colegiada RDC 222/2018 – Anvisa, mantendo a conformidade com o Plano de Gerenciamento de Resíduos e o Plano de Gerenciamento de Materiais Perigosos da Instituição (fls. 141 GNLS);

i) a utilização de pilhas e baterias na execução dos serviços deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução Conama nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo Inmetro, nos termos da Instrução Normativa Ibama nº 08, de 03/09/2012 (fls. 185 GNLS).

4.1.4. A Lei nº 14.133/2021, que institui a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estabelece, em seu art. 5º, o desenvolvimento nacional sustentável como princípio e, em seu art. 11, como um de seus objetivos, reconhecendo-o como valor fundamental. O conceito de desenvolvimento sustentável, contudo, não se limita ao aspecto ambiental, devendo contemplar, de forma integrada, as dimensões social, econômica e cultural. Em consonância com a legislação brasileira, que se encontra consolidada e em permanente evolução, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou, em 2015, os 17 (dezesete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais evidenciam a amplitude e o alcance do conceito de sustentabilidade ao abranger os aspectos econômico, social, ambiental e cultural.

4.1.5. Com o intuito de orientar os critérios de sustentabilidade a serem respeitados, é relevante mencionar Portaria nº 8.678, 19 de julho de 2021 que estabelece como objetivo (art. 3º) e diretriz (art. 5º) a promoção do desenvolvimento sustentável na governança das contratações públicas federais.

4.1.6. Adicionalmente, no âmbito da Fiocruz, foi instituído pela Portaria da Presidência nº 646, de 30/11/2021, o Plano de Logística Sustentável da Diretor de Sustentabilidade da Fiocruz.

4.1.7. A fim de aderir a esse conceito, a ENSP possui um Serviço de Gestão de Sustentabilidade (SGS) que, entre outras atividades, gerencia documentos internos com diretrizes ambientais e de sustentabilidade, como o Plano de Gestão Ambiental, o Plano de Gerenciamento de Resíduos e Materiais Perigosos e correlatos, que visam mitigar os possíveis impactos ambientais das atividades institucionais.

4.1.8. Os critérios de prática de sustentabilidade da contratada deverão estar alinhados com os projetos de sustentabilidade institucionais que visam promover ações com foco ambiental, econômico, social e cultural que devem tornar-se um dever no cotidiano de todos.

4.1.9. A empresa selecionada para o contrato também deverá adotar princípios sustentáveis em sua cadeia produtiva e de suprimentos, com o objetivo de cumprir as exigências legais federais e os princípios de responsabilidade socioambiental que pautam as ações da Fiocruz.

4.1.10. Para mitigar os riscos ambientais, ainda que o conceito de desenvolvimento sustentável tenha sido ressignificado no âmbito da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 — que estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional —, destaca-se o art. 6º, no qual são previstas diversas regras e práticas de sustentabilidade a serem observadas pelas empresas contratadas na execução dos serviços, devidamente adaptadas à realidade institucional, são elas:

a) Adotar medidas para reduzir o consumo de recursos naturais e materiais;

b) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;

c) Realizar ou incentivar a participação em programas internos de treinamento de seus empregados, com foco em educação socioambiental ou sustentabilidade, como para redução do consumo de energia elétrica, de água e da geração e destinação correta de resíduos sólidos e demais assuntos correlatos, observadas as normas ambientais vigentes e as diretrizes institucionais;

- d) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme programa institucional.
- e) A contratada deverá incentivar seus funcionários às boas práticas de consumo consciente, com a otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição,
- f) Adotar e/ou manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de recursos naturais;
- g) Orientar seus empregados a colaborarem de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de educação ambiental e ações de sustentabilidade e incentivar a participação em atividades com foco na saúde do trabalhador;
- h) O preposto deverá atuar como facilitador das mudanças de comportamento dos empregados da contratada;
- i) Atentar-se às práticas e critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos pela Fiocruz, bem como deverá estar apta a segui-los.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.4. *Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.*

4.4.1. *A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.*

4.4.2. *Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.*

4.4.3. *A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.*

4.4.4. *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.*

4.4.5. *Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.*

4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.10. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.10.1 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15. *Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.*

4.15.1. *A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.*

4.15.2. *A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.*

4.16. *A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.*

4.16.1. *Tendo em vista se tratar de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;*

4.16.2. *Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;*

4.16.3. *Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato, no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.*

4.17. *O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.*

4.18. *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.*

4.19. *A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.*

Vistoria

4.20. *Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.*

Instalação de escritório

4.21. *Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município do Rio de Janeiro/RJ, pelas razões constantes do ETP.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. *A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*

5.1.1. *Início da execução do objeto: Imediatamente após a assinatura do contrato.*

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

a) A quantidade de postos é estimada e poderá ser implementada no todo ou em parte, ao longo da vigência do contrato, dependendo das necessidades da Contratante, devendo a Contratada estar preparada para o atendimento em situações consideradas emergenciais e/ou provisórias.

5.1.3. *Cronograma de realização dos serviços:*

a) Após a assinatura do contrato, os postos de trabalho deverão estar preenchidos, de acordo com os perfis, locais e horários definidos neste instrumento.

b) A qualificação técnica para ocupação dos postos encontra-se no Anexo III deste TR, devendo a Contratada, rigorosamente, comprová-la por meio de documentos, no ato do encaminhamento/apresentação dos profissionais aos postos de trabalho.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no denominado "Complexo ENSP", constante no ETP, anexo deste TR:

5.2.1. Campus da Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – Ensp, situada na Rua Leopoldo Bulhões, nº 1.480 – Manguinhos – RJ;

5.2.2. Campus Fiocruz Maré - Av. Brasil, nº 4036, Maré – Rio de Janeiro;

5.2.3. Centro de Referência Professor Hélio Fraga – Estrada de Curicica, nº 2000 – Jacarepaguá – Rio de Janeiro – RJ;

5.2.4. Centro de Saúde Vasco Barcelos - Rua Cel. Bernardino de Melo, 1895 - Centro, Nova Iguaçu – RJ;

5.2.5. Serviço de Gestão da Informação (Segin) - Cogead – Rua Bispo Lacerda, nº 25, Del Castilho - Rio de Janeiro/RJ;

5.2.6. Instituto Nacional de Endemias Rurais (Ineru) - Estrada da Covanca, 66 - Tanque - Rio de Janeiro – RJ.

5.2.7. Em virtude do modelo de Governança da Fiocruz em que as Unidades trabalham em forma de Colegiado, foi feito um acordo com a Presidência da Fiocruz, onde, nesse momento, serão alocados para atuarem na Coordenação-geral de Administração (Cogead), que é uma unidade localizada no *campus* da Fiocruz em Manguinhos.

5.2.8. Além desses locais, havendo necessidade, os profissionais poderão ser remanejados a qualquer tempo para outras edificações da Instituição no Rio de Janeiro, a fim de atender ao objeto da presente contratação. Os espaços serão munidos de todos os equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços (inclusive com fornecimento de EPI's).

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário, na forma do ETP:

a) A jornada de trabalho para a maioria dos postos de trabalho será de segunda a sexta-feira, 08 horas diárias, limitadas em 40 horas semanais, de acordo com o horário de expediente da Instituição, que é das 8h às 17h.

b) Para os postos de Técnico de Radiologia 2 (20 horas), Assistente Social 1 (30 horas), Fisioterapeuta Geral 3 (30 horas) e Médico 4 (30 horas), a prestação da carga horária dar-se-á de acordo com as necessidades da Instituição, conforme definição e acompanhamento a serem estabelecidos pelo fiscal técnico do contrato, nos termos do instrumento contratual.

- c) Caso o horário de expediente seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida a adequação nos horários e formas de execução da prestação de serviços para atendimento da nova situação.
- d) Excepcionalmente, a critério da Ensp, com a autorização do seu Diretor ou Vice-diretor, esse horário poderá ser alterado.
- e) As horas excedentes serão depositadas em banco de horas (assim que for implementado) ou serão pagas conforme a demanda e dentro da legislação vigente.
- f) O sistema de banco de horas ficará com a sua funcionalidade suspensa até que seja solicitada formalmente pela Direção da Ensp.
- g) Deverá ser mantido pela empresa o controle individual do saldo de banco de horas, bem como a permissão ao acesso e acompanhamento do saldo por parte do empregado, do fiscal administrativo e do gestor do contrato.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.1.1. A cada solicitação da Contratante para nova contratação, a Contratada terá até 15 (quinze) dias corridos para atendê-la, devendo, neste prazo, efetuar o recrutamento, a seleção e o encaminhamento dos novos profissionais às áreas demandantes.

5.3.1.2. Quando da necessidade de substituições, a Contratada terá até 72 (setenta e duas) horas para atendê-la no encaminhamento dos novos profissionais às áreas demandantes.

5.3.1.3. O preenchimento das vagas afetas às categorias profissionais será realizado após processo seletivo, a ser realizado pela Contratada, que contemple análise curricular, testes e entrevistas necessárias para avaliação das qualificações requeridas para o posto de trabalho e submetida à aprovação da Contratante.

5.3.1.4. Após ser aprovado pela Contratante o currículo indicado pela Contratada (verificação dos pré-requisitos mínimos de escolaridade e experiência), o profissional será alocado pela Contratada e dar-se-á início à contagem do tempo de disponibilidade do profissional, para fins de prestação dos serviços e de faturamento.

5.3.1.5. A escolaridade de cada profissional deverá ser comprovada pela Contratada, mediante a apresentação de diploma ou certificado emitido por instituição legalmente reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

5.3.2. Por ser um serviço continuado, a periodicidade das atividades desses serviços deverão ser realizadas de forma ininterrupta, respeitando o descanso semanal conforme a legislação.

5.3.3. Em caso de necessidade de ampliação da duração diária do trabalho por razões de serviço, o excesso de horas do dia, de acordo com a legislação vigente, deverá ser compensado em regime de banco de horas.

5.3.4. Caso o horário de expediente na Unidade seja alterado por determinação legal, imposição de circunstâncias supervenientes ou para melhor adequação à realização das atividades institucionais, deverá ser promovida adequação nos horários da prestação de serviços para atendimento da nova situação.

5.3.5. A critério da Contratante, pode ser adotado o trabalho remoto (teletrabalho) ou híbrido que seguirá as orientações da Unidade.

5.3.5.1. A possibilidade de trabalho remoto (teletrabalho) deverá observar as diretrizes constantes da “Nota Técnica para Teletrabalho”, Anexo deste Termo de Referência e demais normativos e orientações estabelecidas pela Contratante.

5.3.5.2. Por implicar em custos operacionais aos trabalhadores, a prestação de serviços de terceirizados se viabilizará por vontade das partes ou de acordo com o instrumento coletivo de trabalho da categoria e registrada em contrato escrito.

5.3.5.3. Os profissionais terceirizados que eventualmente atuarem em regime remoto o farão exclusivamente no apoio e no suporte administrativo às atividades desempenhadas por servidores, considerando que as atividades objeto da prestação de serviços são viabilizadas por meio de sistemas institucionais com acesso remoto, observados os protocolos e requisitos de segurança da informação adotados pela Instituição.

5.3.5.4. As plataformas e os aplicativos necessários à comunicação, à documentação e ao acompanhamento dos processos já são disponibilizados pela Fiocruz aos seus servidores e trabalhadores terceirizados, especialmente em razão dos ajustes implementados para viabilizar a prestação de serviços no contexto da pandemia de Covid-19, não implicando, portanto, custos adicionais à Contratada.

5.3.5.5. Atividades compatíveis com o teletrabalho:

5.3.5.5.1. Somente poderão ser executadas mediante teletrabalho as atividades:

- a) Que sejam passíveis de controle, observada a tabela de atividades da área e o plano de trabalho para o posto de trabalho previamente definidos;
- b) Que guardem identidade com as atividades do posto de trabalho contratado;
- c) Que estejam alinhadas às finalidades da Unidade e que sejam previamente validadas pelo gestor do contrato;
- d) Cujas características permitam a mensuração da produtividade e dos resultados das respectivas unidades e do desempenho do posto de trabalho em suas entregas, sob a prestação do serviço remota.

5.3.5.5.2. Enquadram-se como atividades possíveis de execução remota, mas não se limitando a elas, as atividades com os seguintes atributos:

- a) Cujas natureza de complexidade exija elevado grau de concentração;
- b) Com poucas interfaces com outras atividades ou processos;
- c) Com menos variabilidade na sua forma de execução;
- d) Com elevado grau de previsibilidade e/ou padronização nas entregas.

5.3.5.6. Vedações

5.3.5.6.1. O regime de teletrabalho não poderá:

- a) Abranger atividades cuja natureza exija a presença física do posto de trabalho na Unidade ou que sejam desenvolvidas por meio de trabalho externo;
- b) Reduzir a capacidade de atendimento de setores que atendam ao público interno e externo.
- c) O trabalhador não fará jus ao benefício do vale-transporte no(s) dia(s) em que estiver executando as atividades de forma remota, sendo certo que o valor deverá ser descontado nas faturas enviadas pela Contratada, em razão do não deslocamento dos trabalhadores até o local de prestação do serviço.
- d) O tempo de uso de equipamentos tecnológicos e de infraestrutura necessária, e de softwares, de ferramentas digitais ou de aplicações de internet utilizados para o teletrabalho, fora da jornada de trabalho normal do trabalhador, não constitui tempo à disposição, regime de prontidão ou de sobreaviso.

5.3.6. A Contratada deverá observar integralmente a legislação trabalhista vigente, especialmente no que se refere ao direito dos empregados à conversão de um terço do período de férias em abono pecuniário, conforme previsto no Art. 143 da CLT. A comprovação do cumprimento poderá ser exigida pela Administração a qualquer tempo.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas no ETP, promovendo sua substituição quando necessário:

- 5.4.1. A Contratada deverá disponibilizar os EPIs necessários para alguns cargos, quando pertinente, de acordo com a função, risco e local de trabalho, conforme definido nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NR/MTE), relativas à segurança e saúde no trabalho.
- 5.4.2. Para fins de estimativa, a Administração elencou um rol mínimo e obrigatório de EPIs com as especificações fornecidas e cotadas na Planilha de Custo e Formação de Preços.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.5.1. Devido à natureza do trabalho a ser executado, a contratação ocorrerá por meio de postos de trabalho, conforme apurado nos estudos preliminares.
- 5.5.2. Para a execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar profissionais especializados com as competências necessárias à prestação dos serviços demandados, conforme requisitos descritos nos perfis.
- 5.5.3. A área técnica requisitante projetou o quantitativo considerado adequado para os serviços dimensionados para os postos de ocupação imediata, ou ainda, à medida da necessidade e da disponibilidade orçamentária, ocupar os postos dimensionados para necessidades eventuais.
- 5.5.4. A ocupação eventual poderá ocorrer durante o contrato, de acordo com estimativa das quantidades previstas neste documento, com a previsão de incremento de até 25% (vinte e cinco por cento) em casos de necessidade de aumento da demanda, conforme previsto no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

5.5.5. Instrumento coletivo de trabalho utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes:

5.5.5.1. Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) celebrada entre o Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos no Comércio e Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Município do Rio de Janeiro e o Sindicato das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Prestação de Serviços Temporários do Município do Rio de Janeiro (Sindaut).

5.5.6. Estrutura técnica e requisitos profissionais

Posto	Perfil	Nível	CBO	Carga Horária Semanal	Vagas Imediatas	Vagas Futuras	Total de Vagas	Salário Base (*)
1	OPERADOR DE AUDIO 3	Sênior	3732-05 / 3731-05 3731-10 / 3743-05 3731-15	40	2	0	2	R\$ 5.049,91
2	AUXILIAR DE LABORATORIO 3	Sênior	5152-20 / 5152-05 5152-15 / 3242-05 3251-05	40	4	0	4	R\$ 3.352,45
3	TÉCNICO DE ENFERMAGEM 1	Junior	3222-05 / 3222-10 3222-15 / 3222-20	40	1	0	1	R\$ 3.692,46
4	TÉCNICO EM RADIOLOGIA 2	Pleno	3241-15 / 3241-20	20	0	1	1	R\$ 3.704,00

5	TÉCNICO DE LABORATORIO 2	Pleno	3111-05 / 3011-05 3011-10 / 3242-05 3251-10	40	0	1	1	R\$ 3.622,55
6	TÉCNICO SEGURANÇA DO TRABALHO 2	Pleno	3516-05	40	1	0	1	R\$ 5.241,72
7	TÉCNICO ELETRÔNICO 2	Pleno	3132-15 / 3132-10 3132-05 / 3132-20	40	1	0	1	R\$ 5.049,91
8	TÉCNICO DE ENFERMAGEM 3	Sênior	3222-05 / 3222-10 3222-15 / 3222-20	40	3	0	3	R\$ 4.238,16
9	TÉCNICO DE LABORATORIO 4	Master	3111-05 / 3011-05 3011-10 / 3242-05 3251-10 / 3115-05 3115-10 / 3115-20	40	9	0	9	R\$ 5.162,99
10	TÉCNICO EM FÁRMACIA 3	Sênior	3251-15 / 3251-10	40	2	0	2	R\$ 5.162,99
11	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 2	Pleno	4110-10	40	14	9	23	R\$ 3.897,83
12	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 3	Sênior	4110-10	40	30	0	30	R\$ 5.049,91
13	ASSISTENTE EXECUTIVO 3	Sênior	2523-05	40	13	0	13	R\$ 6.829,05
14	ANALISTA ADMINISTRATIVO 1	Junior	2522-05 / 2522-10 2524-05 / 2512-05 2523-20 / 2521-20 2527-15	40	3	0	3	R\$ 5.049,91
15	ANALISTA ADMINISTRATIVO 2	Pleno	2521-05 / 2522-05 2522-10 / 2524-05 2512-05 / 2523-20 2521-20 / 2527-15	40	59	0	59	R\$ 6.829,05
16	ANALISTA ADMINISTRATIVO 3	Sênior	2521-05 / 2525-45 2524-05 / 2527-20 1421-20 / 3522-05	40	39	0	39	R\$ 7.962,66
17	ANALISTA ADMINISTRATIVO 4	Master	2521-05 / 2525-45 2524-05 / 2527-20 1421-20 / 3522-05	40	19	0	19	R\$ 9.383,20
18	ASSISTENTE SOCIAL 1	Junior	2516-05	30	0	1	1	R\$ 5.127,00
19	BIÓLOGO1	Junior	2211-05	40	0	1	1	R\$ 4.346,52
20	QUIMICO 1	Junior	2132-05	40	0	1	1	R\$ 4.222,89
21	QUIMICO 2	Pleno	2132-05	40	0	1	1	R\$ 5.584,36
22	BIOMEDICO 2	Pleno	2212-05	40	0	1	1	R\$ 4.947,78
23	PSICOLOGO 2	Pleno	2515-10	40	0	1	1	R\$ 5.465,07
24	BIBLIOTECÁRIO 2	Pleno	2612-05	40	1	0	1	R\$ 6.183,13
25	ENFERMEIRO 2	Pleno	2235-05	40	1	0	1	R\$ 6.949,71
26	FARMACÊUTICO 3	Sênior	2234-05	40	1	0	1	R\$ 7.805,94
27	NUTRICIONISTA 3	Sênior	2237-10	40	2	0	2	R\$ 6.183,13

28	BIÓLOGO 4	Master	2211-05	40	4	0	4	R\$ 7.805,94
29	FISIOTERAPEUTA GERAL 3	Senior	2236-06	30	1	0	1	R\$ 6.183,13
30	FONOAUDIÓLOGO 4	Master	2238-10	40	1	0	1	R\$ 7.805,94
31	ORIENTADOR EDUCACIONAL 3	Senior	2394-10	40	2	0	2	R\$ 7.805,94
32	QUIMICO 3	Senior	2132-05	40	0	1	1	R\$ 7.805,94
33	FARMACÊUTICO 4	Master	2234-05	40	3	0	3	R\$ 8.626,18
34	QUIMICO 4	Master	2132-05	40	0	1	1	R\$ 8.626,18
35	ENFERMEIRO 4	Master	2235-05	40	6	0	6	R\$ 8.626,18
36	ENGENHEIRO SEGURANÇA DO TRABALHO 2	Pleno	2149-15	40	1	0	1	R\$ 15.407,41
37	MÉDICO 4	Master	2251-25 / 2251-70	30	3	0	3	R\$ 15.972,51
Total da mão de obra					226	19	245	

(*) SALÁRIOS FIXADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

5.5.7. Quanto aos valores dos salários, que é um dos itens que compõem a formação do valor estimado, foi utilizado o previsto no inciso VI, do art. 5º, da IN Seges/MP nº 05/2017, pois será necessária a contratação de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, conforme está justificado no ETP desta contratação. Registre-se que tal possibilidade já se encontrava consagrada na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, consoante o Acórdão nº 3006/2010-Plenário (TC-001.225/2008-0, rel. Min. Valmir Campelo, j. 10.11.2010), haja vista que determinadas atividades exigem competências específicas, seja pela adoção de novas tecnologias, seja pelas peculiaridades do regime de execução contratual, circunstância verificada no presente caso.

5.5.7.1. Assim, os salários fixados identificados neste TR foram estipulados com base em pesquisa salarial, realizada com base nos parâmetros advindos da prática do mercado para empresas de grande porte, conforme metodologia informada no ETP.

5.5.8. Do contrário, valer-se do piso salarial como referência pode gerar problemas operacionais, em função da alocação de profissionais inadequados aos perfis exigidos ou não habilitados para as funções inerentes ao contrato, evitando, inclusive, a rotatividade da mão de obra.

5.5.9. Desta forma, as licitantes, na fase de apresentação das propostas durante o certame licitatório, deverão respeitar o disposto neste Termo de Referência, não sendo permitido às licitantes sua alteração, sob pena de desclassificação da proposta.

DO VALOR MENSAL

5.5.10. A composição do preço será demonstrada na Planilha de Custos e formação de preços, conforme redação da IN Seges/MP nº 05/2017, em seu item 6 do Anexo VII-A e modelo do Anexo VII-D, considerando as informações do presente Termo, as legislações vigentes e o que está estipulado no instrumento coletivo de trabalho paradigma.

5.5.11. A proposta de preços deverá ser elaborada de acordo com as exigências deste TR e do ETP, contendo todo os custos relacionados à prestação do serviço, tais como: salários, encargos sociais incidentes sobre a remuneração, auxílio refeição/alimentação, auxílio transporte, auxílio morte e funeral, auxílio-creche, adicional de insalubridade, vale-transporte, plano de saúde e plano odontológico, tributos, custos indiretos e lucro.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

5.5.12. O adicional é regido pelos arts. 189 a 192 da CLT e pela Norma Regulamentadora nº 15, de atividades e operações insalubres - anexa à Portaria MTB n.º 3.214/78, do Ministério do Trabalho e Previdência.

5.5.13. O exercício de trabalho em condições insalubres acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo regional, de acordo com a classificação em graus máximos, médio e mínimo, conforme estabelecido no art. 192 da CLT.

5.5.13.1 A contratada obriga-se a apresentar laudo técnico de insalubridade, elaborado por profissional legalmente habilitado, pela empresa contratada, como condição para a apuração do grau de insalubridade e, conseqüentemente, do percentual devido a título do referido adicional.

5.5.14. No momento da proposta, as empresas licitantes deverão cotar o adicional de insalubridade máximo de 40%, para todos os profissionais na elaboração das planilhas de custos.

5.5.15. Não será aceitável a ausência do referido adicional, no percentual estimado, tendo em vista a necessidade de sua previsão, bem como em observância ao princípio da isonomia entre os licitantes.

AUXILIO-TRANSPORTE:

5.5.16. A contratada deverá fornecer o auxílio transporte para utilização efetiva, por seus profissionais, em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, conforme Lei 7.418 de 16/12/85, regulamentada pelo Decreto Federal nº 95.247 de 17/11/87.

5.5.17. Para efeito de estimativa de custo e isonomia entre as licitantes é fixado o fornecimento diário, por empregado, de 04 (quatro) tarifas modais, do transporte coletivo do município do Rio de Janeiro.

5.5.18. O Decreto Municipal do Rio de Janeiro nº 57.473, de 29 de dezembro de 2025, estabelece o valor da tarifa modal no Rio de Janeiro em R\$ 5,00 (cinco reais), o qual deverá servir de parâmetro de cálculo para o subitem anterior.

5.5.19. Para execução do contrato, a empresa deverá, sempre que possível, utilizar a política do "Já é" ou do Bilhete Único Intermunicipal (BUI), de acordo com o endereço de cada profissional.

5.5.20. Tendo em vista o caráter antecipatório do pagamento do benefício, deverá ser pago aos trabalhadores, obrigatoriamente, em única parcela, no último dia útil do mês que anteceder à prestação do serviço.

REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE:

5.5.21. A Contratada deverá efetuar a reposição da mão-de-obra, quando a ausência prevê o afastamento por mais de 30 (trinta) dias.

5.5.22. Deverá ser considerada ausência superior a 30 (trinta) dias, quando o somatório de mais de uma ausência for ininterrupto. Ex. A licença maternidade, seguida de férias ou de licença à lactante, ensejará a continuidade da substituição.

5.5.23. O valor cobrado pelo profissional substituto deverá constar no fato gerador, ou seja, somente será cobrado/faturado quando houver a substituição.

5.5.24. O profissional substituto deverá conter os mesmos pré-requisitos de experiência e escolaridade exigidas para o posto que irá ocupar, bem como deverá ser remunerado de forma equivalente ao titular.

VALE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO:

5.5.25. Nas propostas de preços deverá ser previsto 1 (um) vale-refeição/alimentação por dia de trabalho efetivamente prestado, considerando o quantitativo de 22 (vinte e dois) dias mensais.

5.5.26. O valor unitário do benefício não poderá ser inferior a R\$ 30,29 (Trinta reais e vinte e nove centavos), em observância à Cláusula Décima terceira – auxílio refeição ou alimentação, da CCT Sindaut,

adotada como paradigma para a composição dos custos **unitários mínimos relevantes** do presente processo licitatório.

5.5.27. A adoção do valor mínimo estabelecido na CCT paradigma visa assegurar a aderência aos parâmetros normativos vigentes, a exequibilidade das propostas e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.5.28. Tendo em vista o caráter antecipatório do pagamento do benefício, deverá ser pago aos trabalhadores, obrigatoriamente, em única parcela, no último dia útil do mês que anteceder à prestação do serviço.

PLANO DE SAÚDE

5.5.29. No momento da gestão contratual, o valor referente ao plano de saúde somente será pago após a apresentação da apólice pelo licitante vencedor. Nessa ocasião, será realizada a adequação da planilha de custos e formação de preços, com base nos valores constantes da tabela por faixa etária e por salário.

5.5.30. A referida CCT paradigma traz em sua cláusula 15ª a previsão de pagamento de plano de saúde ou de seguro saúde. Assim, a Administração realizou uma pesquisa de mercado dos valores pagos à título de reembolso para os servidores públicos federais. Deste modo, a Portaria MGI nº 2.829, de 29 de abril de 2024, fixa valor mensal per capita para a participação da União no custeio da assistência à saúde suplementar dos servidores públicos do Poder Executivo Federal.

5.5.31. Exclusivamente para fins estimativos e para o adequado preenchimento da planilha de custos e formação de preços por todos os licitantes, **fixa-se o valor de R\$ 321,04 (trezentos e vinte e um reais e quatro centavos) a título de benefício de plano de saúde**. Tal montante foi definido com base na faixa etária de 59 anos ou mais, conforme os valores da tabela constante da Portaria MGI nº 2.829/2024 (Anexo IV do ETP), considerando que a média salarial desta licitação se situa em torno de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). **Ressalta-se que o referido valor possui caráter meramente estimativo, sendo que, na fase de contratação e na execução dos serviços, o pagamento observará a faixa etária efetivamente aplicável aos profissionais contratados.**

5.5.31.1 O valor a ser provisionado e pago pela CONTRATANTE para essa finalidade não poderá exceder R\$ 321,04 (trezentos e vinte e um reais e quatro centavos) por empregado, conforme fixado no subitem 5.5.31. Eventuais despesas relativas à inclusão de dependentes ou à opção por plano de saúde superior, bem como diferenças de valores daí decorrentes, serão integralmente suportadas pelo trabalhador, sem prejuízo da aplicação dos percentuais de reajuste anual.

5.5.31.2. **As propostas não poderão apresentar valores relativos ao plano de saúde e a outros benefícios sociais inferiores aos estabelecidos na Convenção Paradigma e especificamente ao ao valor do plano de saúde definido neste TR com base na tabela do MGI**, devendo, ainda, assegurar as condições mais benéficas ao trabalhador em comparação com o Acordo Coletivo de Trabalho ao qual a licitante esteja vinculada.

5.5.32. Os licitantes deverão fornecer um plano de saúde (cobertura mínima, regional e enfermaria) para todos os colaboradores, conforme os requisitos mínimos da cobertura básica obrigatória definida pela Agência Nacional de Saúde (ANS), que inclui: Consultas médicas; Exames simples e complexos; Atendimento ambulatorial; Urgência e emergência (até 12h ou conforme contrato).

5.5.33. Considerando o Documento de Referência em Saúde do Trabalhador (Anexo deste TR), onde resta transcrito os conceitos norteadores da FIOCRUZ, qual seja, “Promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico, ser um grande agente de cidadania”, para assim buscar a eficiência na prestação de serviços à sociedade, faz-se indispensável observar para questões relacionadas à saúde do trabalhador, garantindo condições dignas de trabalho.

5.5.34. Como amplamente defendido no Documento de Referência em Saúde do Trabalhador, “a preocupação com a aparente economia, neste caso, se coloca em termos da preservação da saúde dos trabalhadores da Instituição e abarca questões sociais, organizacionais e de responsabilidade já abordadas.”

5.5.35. Contudo, preocupações reais e latentes da Administração Pública, levam em conta outros aspectos, como, por exemplo, os tempos despendidos com absenteísmo e presenteísmo, provenientes da sobrecarga da rede de atendimento ambulatorial e hospitalar do SUS, custos incalculáveis e que podem representar grandes impactos à produtividade e aos resultados da instituição, além dos custos humanos relacionados. O custo se manifesta, ainda, de forma concreta e direta no que tange aos gastos com a saúde dos trabalhadores da instituição.

5.5.36. Sabe-se que para cuidar de todos os aspectos do dia a dia (trabalho, filhos, família e relacionamentos) de forma saudável, é essencial tomar certos cuidados com frequência. Dentre a prática de uma rotina saudável, o compromisso que não pode ser adiado é a visita aos médicos, independentemente de qual seja o problema ou desconforto, ou mesmo no caso de não aparentar alguma anomalia. Consultas periódicas aumentam as chances de diagnósticos precoces, além de aliviar a tensão ao descobrir que não há nada de errado.

5.5.37. Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde) por definição, saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença.

5.5.38. Compreende-se que saúde é muito abrangente e o bem-estar é algo geral, mas por outro lado para estar bem em todos os aspectos (físico, mental e social) precisa-se ter saúde. Ter acesso a um plano de saúde no qual o trabalhador poderá se monitorar, torna a ação preventiva e com isso uma prestação de serviço sem ausências repentinas e com a desobstrução ao SUS que atende uma população mais ampla e com menos recurso.

5.5.39. A cada dia as pessoas têm menos tempo, em razão da complexidade crescente no ambiente de trabalho exigir capacidade de adaptação dos empregados, demandando maior flexibilidade e criatividade para superar os desafios que se apresentam.

5.5.40. As exigências sociais e pessoais fazem correr o dia todo, para cumprir os papéis, como mães, pais, empregados, até mesmo as relações de amizades, socioculturais e religiosas, nos deixam completamente sem tempo para cuidar da saúde.

5.5.41. No atual cotidiano, tornou-se mais e mais importante cuidar da vida de modo que se reduzisse a vulnerabilidade às doenças e as chances de que ela seja produtora de incapacidade. É possível ressaltar que para cuidar da saúde, não é necessário apresentar queixa com dor ou limitações.

5.5.42. Além de tudo a qualidade de vida do profissional está ligada diretamente às condições de acesso e a flexibilidade que um plano de saúde pode ofertar. Sem saúde não há qualidade de vida e a qualidade de vida é fundamental para a saúde e para o processo de trabalho.

DOS MATERIAIS ESPECÍFICOS - EPIs

5.5.43. No Módulo 5 - Insumos diversos da Planilha de Custos e Formação de Preços deve ser estimado o valor MENSAL referente aos EPIs detalhados para cada cargo específico, conforme detalhado no ETP.

5.5.44. Segundo a legislação vigente, a empresa contratada, após a reunião de partida e com prazo pactuado entre as partes, deverá elaborar e apresentar, no mínimo, os seguintes documentos legais:

- a) Programa de gerenciamento de riscos – NR-01;
- b) Cópia do Registro no Ministério do Trabalho da constituição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CIPA) e do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), quando pertinente;
- c) Complementações previstas na NR-09 – avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos e NR-32 – segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde;
- d) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) – NR-7;

- e) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) – NR-7;
- f) Análise Ergonômica do Trabalho (AET) – NR-17;
- g) Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) – Decreto nº 3.048/1999;
- h) Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) – Decreto nº 3.048/1999;
- i) Ordens de Serviço (OS) – NR-1.

5.5.45. Desta forma, a proponente deve incluir esses custos em sua Planilha de Custos, no item "Custos Indiretos", refletindo no valor global da proposta.

5.5.46. Custos Indiretos e Lucro (CIL): A definição dos percentuais relativos aos custos indiretos e à margem de lucro é prerrogativa das proponentes, observada a razoabilidade e a compatibilidade com os preços de mercado, conforme legislação vigente.

5.5.47. Os percentuais utilizados para fins de estimativa do valor da contratação são de 5% (cinco por cento) para os custos indiretos e de 10% (dez por cento) para o lucro, máximos considerados aceitáveis pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

TRABALHO REMOTO (TELETRABALHO)

5.5.48. Conforme detalhado no ETP e em seu Anexo (Nota Técnica Teletrabalho).

CAPACITAÇÃO

5.5.49. Para o desenvolvimento das atividades, a Contratada deverá contratar profissionais que apresentem, no mínimo, as qualificações, habilidades e conhecimentos descritos no Anexo III deste TR, onde são descritos os perfis dos postos de trabalho;

5.5.50. Contratada deverá prover as ações de capacitação necessárias para atualização e manutenção da qualificação de seus profissionais, de modo que estejam aptos para o exercício eficiente e eficaz de suas atribuições junto à ENSP;

5.5.51. A Contratada deverá prover treinamentos relacionados aos objetivos estratégicos da ENSP, aos objetivos táticos dos serviços e departamentos, às competências mapeadas, aos treinamentos obrigatórios para as áreas que se candidatarem à acreditação e aos demais procedimentos, normativas e legislações de cada área de atuação da ENSP.

5.5.52. Os custos referentes aos treinamentos e capacitações deverão compor o item "Custos Indiretos" na Planilha de Custos, visto ser obrigação da contratada ofertar profissionais capacitados e atualizados, de acordo com suas funções.

5.5.53. No momento de admissão de novos profissionais, estes deverão participar de treinamento inicial (ambientação), a ser oferecido pelo Serviço de Gestão do Trabalho - SGT/ENSP ou pela área de realização das atividades laborais.

5.5.54. Além disso, a Contratada deverá garantir a participação dos seus empregados em treinamentos alinhados às diretrizes institucionais e à legislação vigente, com destaque ao que tange à sustentabilidade, saúde e segurança do trabalhador.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6. *Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:*

5.6.1. A Contratada deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

5.6.1.1. A transição contratual será realizada por meio de marcação de reunião para a criação de cronograma de transferência de informações.

Auxílio morte e funeral

5.7. O benefício de auxílio morte e funeral está previsto na cláusula décima sexta da Convenção Coletiva de Trabalho paradigma. Todavia, não há valor fixo previamente estabelecido para sua inclusão na planilha de custos e formação de preços, uma vez que sua concessão está vinculada ao piso salarial do trabalhador. Diante dessa ausência de valor definido, aplicou-se o disposto no § 3º do art. 5º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, alterado pelo decreto nº 12.926, de 13 de Abril de 2026, segundo o qual benefícios trabalhistas e sociais não expressamente quantificados em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa devem ser estimados com base em pesquisa de preços praticados na Administração Pública ou no mercado, observando-se o limite dos valores pagos aos servidores públicos.

5.7.1. Assim, foi realizada pesquisa de mercado, cuja mediana dos valores apurados resultou no montante de **R\$ 7,00 (sete reais)**, valor este a ser considerado nas propostas nas planilhas de custos e formação de preços dos licitantes.

5.7.2. Ressalta-se que a efetiva execução dessa despesa deverá observar as condições estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho aplicável, bem como ser devidamente comprovada no âmbito da gestão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO FUNERAL (SINDAUT)

Por motivo de óbito do empregado, não havendo auxílio funeral, a empresa fornecerá ao beneficiário legalmente habilitado no INSS, auxílio funeral equivalente a 02 (duas) vezes o maior piso em vigor do funcionário, na época do falecimento.

Auxílio creche

5.8. Este benefício é considerado custo mínimo relevante pela Instrução Normativa nº 176/2024 e será devido à trabalhadora ou trabalhador que possua filho, enteado ou criança sob guarda judicial com até 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade. Deverá seguir todas as diretrizes previstas na Instrução Normativa SEGEC/MGI nº 147/2026.

5.8.1. Para a ativação do benefício semelhante previsto em convenção coletiva, acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa, a contratada deverá apresentar os documentos previstos no art. 7º, incisos II, III e IV, da IN SEGEC/MGI nº 147/2026, além daqueles exigidos na convenção coletiva, no acordo coletivo de trabalho ou na sentença normativa.

5.8.2. A contratada deverá registrar e manter atualizadas, no sistema Contratos.gov.br, as informações relativas aos trabalhadores beneficiários e seus dependentes do reembolso-creche, bem como de benefícios semelhantes previstos em convenção coletiva, acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa.

5.8.3. A Convenção Coletiva de Trabalho paradigma (SINDAUT), em sua cláusula décima sétima, prevê o pagamento do auxílio-creche. Contudo, com a publicação do Decreto nº 12.926/2026, que alterou os Decretos nº 9.507/2018 e nº 12.174/2024, além da Instrução Normativa SEGEC/MGI nº 147 /2026, foi definido um valor de referência para este benefício nas contratações públicas.

5.8.4. Assim, todos os órgãos da Administração Pública federal devem seguir essas diretrizes normativas, detalhadas no Webinar do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI (ANEXO XVII do ETP), que servirá de base para a aplicação da metodologia do cálculo do benefício durante a gestão contratual.

5.8.5. A empresa contratada deverá conceder aos seus empregados, quando comprovados os requisitos previstos na IN SEGEC/MGI nº 147/2026, o pagamento do auxílio-creche no valor mensal de R\$ 526,64 (quinhentos e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos).

5.8.6. O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), com base em dados estatísticos, definiu o percentual de incidência desse benefício em 20% do número de trabalhadores, o que representa um custo de R\$ 105,33 (cento e cinco reais e trinta e três centavos) por trabalhador. Os licitantes **deverão obrigatoriamente** preencher o valor de **R\$ 105,33** (Cento e cinco reais e trinta e três centavos) em todos os **postos de trabalho** na planilha de custos e formação de preços.

5.8.7. A estimativa do pagamento do benefício, correspondente a 20% do número de trabalhadores beneficiados, **terá** controle de saldo durante a gestão contratual, sob acompanhamento do gestor e do fiscal administrativo do contrato (ANEXO XII do Edital).

5.8.8. Interação do Benefício com as Convenções Coletivas de Trabalho (CCT).

5.8.9. Como regra geral, prevalece sempre a condição mais benéfica ao trabalhador. Quando a CCT estabelece um valor inferior ao previsto, a Administração complementa a diferença para garantir o benefício integral.

5.8.10. Caso a CCT apresente condições mais vantajosas para o trabalhador, essas condições prevalecem sobre as disposições da Instrução Normativa.

5.8.11. Se a CCT impuser restrições à concessão do benefício, prevalece o disposto na Instrução Normativa SEGEC/MGI nº 147/2026.

5.8.12. Quando a CCT deixa de contemplar o benefício, passa a ser aplicada integralmente a Instrução Normativa.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Ensp poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato a ENSP poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

6.5.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.5.1.1. Os serviços serão acompanhados no seu dia a dia pela fiscalização técnica e administrativa, para acompanhar as questões elencadas no Art. 40 da IN Seges/MP nº 05/2017 e pelo Gestor da Execução do Contrato que irá coordenar as ações, bem como os atos preparatórios à instrução processual para os procedimentos que envolvam prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, dentre outros. Vale frisar que os fiscais serão servidores públicos nomeados pela Fiocruz.

6.5.1.2. Os mecanismos de comunicação que serão estabelecidos entre a Contratante e a Contratada serão, em um primeiro momento, os relatórios de recebimento provisório e definitivo junto com os relatórios de atividades para aferição da qualidade da prestação dos serviços. Além de ofícios, cartas e e-mails da Gestão do contrato endereçados à Contratada ou entregues ao seu representante na Fiocruz - nesse caso, ao preposto da empresa - para as providências que se fizerem necessárias ao pleno atendimento das necessidades do serviço.

6.5.1.3. A forma de aferição/medição dos serviços prestados, será realizada pela fiscalização, por intermédio de relatório de recebimento provisório que será enviado para o Gestor do contrato para que este, após análise, possa autorizar ou não a liberação da confecção da nota fiscal da prestação dos serviços da Contratada.

6.5.1.4. A unidade de medida que melhor se adequa à esta contratação é o posto de trabalho, utilizando como base as contratações pretéritas deste objeto, sendo a unidade de medida a forma reconhecida para atender à Contratante de maneira eficaz, em consonância com os desdobramentos da prestação do serviço que está sendo contratado.

6.5.1.5. O método utilizado para o cálculo adotado para as quantidades e os tipos de postos necessários à contratação utilizaram como parâmetros as contratações anteriores do objeto em tela, onde as quantidades de postos previstas se mostraram eficientes aos objetivos traçados pela Contratante, dentro das necessidades enfrentadas em seu dia a dia.

6.5.1.6. Não será permitido que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em comprovada necessidade do serviço. Nesse caso, deverá ser formalmente justificada pelo fiscal e ter o aval do Gestor do Contrato, que informará à Contratada da necessidade, aplicando os limites impostos pelas legislações trabalhistas vigentes.

6.5.1.7. Assim, alguns postos contratados poderão ter seus horários de trabalho flexibilizados, conforme orientação da Contratante, jamais excedendo a carga horária contratada e tão pouco realizando o pagamento de adicional noturno ou horas extras trabalhadas, adotando, quando necessário, o instituto do banco de horas.

6.5.1.8. Os critérios de adequação do serviço quanto à qualidade esperada pelo Contratante, tendo em vista a unidade de medida adotada, são postos preenchidos dentro das qualificações descritas neste instrumento e a disponibilidade dos EPIs previstos no ETP e neste TR.

6.5.1.9. Os indicadores mínimos para aferição da qualidade desta contratação estarão vinculados à aprovação dos relatórios de atividades emitidos pelos fiscais do contrato.

6.5.1.10. Fatores imprevisíveis ao contrato, como paralisações das atividades dos servidores da Fiocruz, quedas de energia elétrica, enchentes, violência urbana nas proximidades da Instituição, dentre outras situações, poderão alterar a prestação dos serviços.

6.5.1.11. Por ser tratar de uma contratação que tem em seu escopo a prestação de serviços por postos de trabalho, os indicadores relevantes e adequados para este tipo de contratação se dão pelo preenchimento efetivo destes postos, de acordo com a demanda da Contratante.

6.5.1.12. Os relatórios de atividades elencados neste instrumento deverão ser preenchidos com as atividades previstas. O não cumprimento do mínimo das atividades esperadas acarretará o não pagamento completo da fatura, por deficiência no desempenho integral de suas atividades previstas nesta contratação, conforme prescrito neste instrumento.

6.5.1.13. O não cumprimento dos objetivos e metas esperados por esta contratação, no todo ou em parte, conforme o indicador estabelecido, assim como dos demais itens previstos neste TR e no ETP, poderão, após análise da Contratante, acarretar a ruptura contratual com a Contratada.

6.5.1.14. Na hipótese de comportamento de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada, de acordo com as regras previstas neste TR e no ato convocatório.

6.5.1.15. Mediante análise do fiscal, por meio do relatório de atividades ou de suas vistorias diárias, a Contratada estará sujeita à glosa no seu faturamento mensal, quando o posto de trabalho deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas ou deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada, ou ainda, quando da cobrança indevida de alguma rubrica. Os cálculos dessas glosas serão realizados de acordo com o número de dias e horas trabalhados ou das quantidades de erros identificados, conforme descritos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) que está no ETP.

6.5.1.16. As garantias da execução contratual desta contratação estão previstas neste TR.

6.5.1.17. Quando da garantia contratual, deverá ser incluída a previsão de cobertura para o eventual pagamento de encargos trabalhistas e previdenciários não quitados pela contratada.

6.5.2. A gestão do futuro contrato ficará a cargo do Gescon/Ensp, que faz parte da Vice-Direção de Desenvolvimento Institucional e Gestão (VDDIG) da Ensp.

6.5.3. A fiscalização técnica do contrato será efetivada por servidores dos setores e unidades onde houver alocado os postos de serviços, a serem indicados por meio de portaria interna.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *deverá* manter preposto da empresa no local da execução do objeto de segunda a sexta-feira no horário das 08h às 17h.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.6-

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. *Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.*

6.20. *O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios de controle de ponto admitidos pela legislação trabalhista.*

6.21. *O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada e justificada quando houver compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.*

6.22. *Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.*

6.23. *O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.*

6.24. *Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.*

6.25. *Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.*

6.26. *O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.*

6.27. *O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:*

6.27.1. *se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;*

6.27.2. *se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;*

6.27.3. *se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou*

6.27.4. *se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.*

6.28. *Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:*

6.28.1. *O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;*

6.28.2. *O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;*

6.28.3. O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e

6.28.4. Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.29. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.30.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.30.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.34. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.34.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.34.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.34.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.34.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.34.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.34.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.34.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.34.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.34.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.34.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.34.1.3. . entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.34.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.34.1.3.2 cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.34.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.34.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.34.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.34.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.34.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.34.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.34.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.34.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.34.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.35. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.36. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.37. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.38. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.39. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.40. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.41. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.42. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.43. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.44. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.45. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.46. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.47. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.48. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.49. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.50. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.51. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.52. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.53. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges /Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.54. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.55. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.55.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.55.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

6.56. As compensações de jornada limitam-se:

6.56.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.56.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.57. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

6.58. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.

6.59. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.

6.60. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.

6.61. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.

6.62. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.63. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.63.1. até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.63.2. em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.64. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.65. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

Gestor do Contrato

6.66. Cabe ao gestor do contrato:

6.66.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.66.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.66.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.66.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.66.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.66.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.66.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.66.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.66.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.66.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.67. *Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).*

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no ETP (Anexo do TR).

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. A Contratada deverá apresentar, mensalmente, planilha de medição contendo o detalhamento dos serviços executados no período, com indicação dos postos efetivamente ocupados, quantitativos, jornada cumprida, ocorrências de faltas/afastamentos, substituições, bem como demais informações necessárias à verificação da regular

execução contratual. A medição mensal será submetida à análise e ao ateste da fiscalização, constituindo-se condição para a liquidação da despesa e para o pagamento da respectiva nota fiscal/fatura.

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o mês da competência.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2. *o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.*

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.36. *A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.*

7.36.1. *O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.*

7.36.2. *A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.*

Repactuação

7.37. *Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.*

7.38. *O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:*

7.38.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.38.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.39. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.39.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.40. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.41. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.42. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.43. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.44. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.44.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.44.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.44.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.44.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.44.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.44.6. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.45. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) , com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.46. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.47. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.48. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.49. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.50. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.51. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.52. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.53. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.54. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.55. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.56. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.57. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **30 (trinta) dias** contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.58. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.59. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.60. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.61. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.62. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.63. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.63.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.64. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.64.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.64.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.64.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.64.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A30]

7.65. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta-Depósito Vinculada

7.66. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05 /2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.67. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.68. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.69. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.70. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.71. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.71.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.71.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.71.3. Multa sobre o FGTS; e

7.71.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.72. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES /MP n. 5/2017.

7.73. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.74. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.75. O Contratado poderá solicitar a autorização da contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.76. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da

situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.77. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.78. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.79. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,05% (cinco centésimos por cento) a 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

8.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8.15. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com os Quadros 1 e 2:

Quadro 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal da fatura do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal da fatura do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal da fatura do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal da fatura do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal da fatura do contrato

Quadro 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da Contratante, por empregado e por dia;	3
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	1
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
9	Cumprir quaisquer dos itens do TR e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada	1
12	Deixar de entregar documentação legal no prazo estipulado pela Contratante	1

13	Não atingir o percentual pactuado no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), relativamente aos resultados apresentados por seus empregados	1
----	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

9.2.1. Para a presente contratação, será adotado o regime de execução por empreitada por preço unitário, tendo como unidade de medida o posto de serviço, com pagamento condicionado à efetiva prestação dos serviços, conforme critérios de aferição e atesto, considerando-se, quando aplicável, aspectos como assiduidade dos trabalhadores, dias efetivamente trabalhados e demais condições previstas no Termo de Referência.

9.2.2. Não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais do serviço: a execução das “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos, através de medições mensais, de acordo com o que será efetivamente executado/fornecido;

9.2.3. A execução do contrato se dará conforme a demanda, diante da impossibilidade de se fixar uma remuneração sem que se tenha, desde logo, a quantidade exata do encargo a ser executado (quantidade de postos, número de dias úteis/trabalhados e consequente concessão de benefícios diários – vale transporte e vale refeição, quantidade de empregados em férias, dentre outras incertezas na execução contratual).

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada na Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026; Número de registro no MTE: RJ000823/2025; Data de registro no MTE: 27/03/2025; Número da solicitação: MR011658/2025; Número do Processo: 47997.232819/2025-99; Data do protocolo: 13/03/2025, celebrada entre o Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos no Comércio e Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Município do Rio de Janeiro e o Sindicato das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Prestação de Serviços Temporários do Município do Rio de Janeiro (Sindaut), utilizada como paradigma:

- a) salário-base e adicionais, conforme subitem 5.5.6. deste TR "Estrutura técnica e requisitos profissionais".
- b) auxílio-alimentação, no valor de R\$ 30,29, conforme subitem 5.19.7.13 do ETP ; e
- c) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:
 - i) Plano de Saúde, no valor máximo percapita de R\$ 321,04, conforme 5.20.11 do ETP;

9.3.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.3.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. 1 . Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.23. *Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e*

9.24. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

9.29. *Declaração do fornecedor, acompanhada da **relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo I** do Termo de Referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:*

9.29.1. *a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e*

9.29.2. *caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.*

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.31. *Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.*

9.31.1. *Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

9.31.2. *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.*

Qualificação Técnico-Operacional

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1. *contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 03 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;*

9.32.1.2. *contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo até 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;*

9.32.2. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.*

9.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à

contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33. *Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município do Rio de Janeiro/RJ, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.*

9.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.35. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.36. *Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior, conforme modelo constante no Anexo XII do Edital.*

9.37. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.38. Para as empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.39. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.40. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.41. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.42. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 54.085.764,43 (Cinquenta e quatro milhões, oitenta e cinco mil, setecentos e sessenta e quatro reais e quarenta e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 .

10.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 254450;

II) Fonte de recursos: 1001000000 - recursos do Tesouro;

III) Programa de trabalho: 234041 /SAGE: ENSP - 5085.1;

IV) Elemento de despesa: 339039

Número do DFD no PCA: 391/2025

Número da Contratação no PCA: 252/2026

Id PCA PNCP: 33781055000135-0-000003/2026

Número do Item no PCA: 1458 / Código do Item: 5380

v) . Plano interno:

11.2.1. A pretensa contratação está alinhada aos seguintes Planos Governamentais e Institucionais que compõem o Planejamento Estratégico da Instituição, uma vez que diversas diretrizes, objetivos e ações descritas em tais planos dependem fundamentalmente das atividades de apoio objeto da referida contratação:

a) Plano Plurianual - PPA 2024-2027, através das medidas institucionais e normativas, objetivos e entregas de responsabilidade da FIOCRUZ ou para as quais a Fiocruz contribui.

b) Plano Nacional de Saúde - PNS, através das metas e indicadores para os quais a Fiocruz contribui.

c) Relatório final do IX congresso Interno da Fiocruz, através das teses e diretrizes institucionais para o período 2022-2026.

d) Plano de Desenvolvimento Institucional da Educação da Fiocruz - PDIE, através dos objetivos, indicadores e metas para o período 2026-2030.

e) Planejamento Institucional Participativo da ENSP - PIP, através dos objetivos e ações previstas para o período 2022-2026.

f) Plano Anual (PA) da Fiocruz, através das metas previstas nos projetos e operações programados para execução no ano de 2026.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13. ANEXO I

Não se aplica.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital , no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. ANEXO III - Descrição dos Cargos

1. Operador de Áudio 3

(CBO 3732-05/ 3731-05/ 3731-10/ 3743-05/ 3731-15)

Formação: Ensino médio completo, com qualificação técnica na área de áudio.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência.

Atividades: Configurar, operar e monitorar sistemas de sonorização e gravação; tratar e compilar registros sonoros, incluindo edição, sincronização e mixagem de músicas; desenvolver projetos de sistemas de áudio e gravação; instalar, desinstalar e testar o funcionamento de equipamentos e acessórios de áudio; executar músicas e arquivos sonoros, realizando seleção e gestão de repertório; pesquisar e acompanhar novas tecnologias de reprodução de áudio.

2. Auxiliar de Laboratório 3

(CBO 5152-10/ 5152-20/ 5152-05/ 5152-15/ 3242-05/ 3251-05)

Formação: Ensino médio completo.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência.

Atividades: Coletar material biológico e amostras ambientais (água, solo, sedimentos, lodo etc.) sob orientação, bem como preparar pacientes ou materiais para exames e análises. Auxiliar técnicos no preparo de soluções, amostras, vacinas e na aplicação de medicamentos, sempre sob supervisão. Contribuir para a lavagem e higienização de materiais de laboratório e apoiar o preparo de meios de cultura, estabilizantes e hemoderivados. Organizar o fluxo de trabalho, realizando a recuperação de materiais por meio de lavagem, secagem, separação e embalagem. Atuar em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de biossegurança.

3. Técnico de Enfermagem 1

(CBO 3222-05/ 3222-10/ 3222-15/ 3222-20)

Formação: Curso Técnico Profissionalizante com registro no conselho competente.

Experiência: Júnior – 2 a 4 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Apoiar a prestação de assistência ao paciente, auxiliando na realização de consultas, procedimentos de maior complexidade e na execução de ações prescritas. Contribuir para atividades de promoção da saúde junto à comunidade. Prestar suporte à realização de pesquisas.

4. Técnico em Radiologia 2

(CBO 3241-15/ 3241-20)

Formação: Curso Técnico em Radiologia e demais certificações obrigatórias prevista na legislação com registro no conselho competente.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Operar equipamentos de diagnóstico por imagem, realiza exames radiológicos conforme protocolos técnicos e normas de biossegurança, prepara pacientes e salas, controlar parâmetros de exposição, opera sistemas PACS/RIS, monitora doses de radiação, registrar informações técnicas e elaborar relatórios operacionais.

5. Técnico de Laboratório 2

(CBO 3111-05/ 3011-05/ 3011-10/ 3242-05/ 3251-10)

Formação: Curso Técnico Profissionalizante

Experiência: Pleno – de 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Coletar material biológico e amostras ambientais (água, solo, sedimentos, lodo etc.) sob orientação, bem como preparar pacientes ou materiais para exames e análises. Auxiliar profissionais no preparo de soluções, amostras, vacinas e na aplicação de medicamentos, sob supervisão. Apoiar a lavagem e higienização de materiais de laboratório e contribuir para o preparo de meios de cultura, estabilizantes e hemoderivados. Organizar o fluxo de trabalho e realizar a recuperação de materiais, efetuando lavagem, secagem, separação e embalagem. Atuar em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de biossegurança. Desenvolver atividades de apoio em hospitais, laboratórios ou farmácias.

6. Técnico de Segurança do Trabalho 2

(CBO 3516-05)

Formação: Curso Técnico Profissionalizante

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Participar da elaboração e implementação da política de saúde e segurança do trabalho, realizar diagnósticos de riscos, desenvolver ações educativas, investigar acidentes, analisar causas e recomendar medidas preventivas, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho.

7. Técnico Eletrônico 2

(CBO 3132-15/ 3132-10/ 3132-05/ 3132-20)

Formação: Curso Técnico Profissionalizante com registro na entidade de classe.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Consertar e instalar aparelhos eletrônicos, desenvolver dispositivos e circuitos eletrônicos e realizar manutenções corretivas, preventivas e preditivas. Sugerir melhorias nos processos de produção e criar e implementar dispositivos de automação. Treinar, orientar e avaliar o desempenho de operadores. Estabelecer comunicação oral e escrita para agilizar o trabalho, redigir documentação técnica e organizar o local de trabalho.

8. Técnico de Enfermagem 3

(CBO 3222-05/ 3222-10/ 3222-15/ 3222-20)

Formação: Curso técnico em Enfermagem com registro no conselho competente.

Experiência: Sênior – de 6 a 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Apoiar a prestação de assistência ao paciente, auxiliando na realização de consultas, procedimentos de maior complexidade e na execução de ações prescritas. Contribuir para atividades de promoção da saúde junto à comunidade. Prestar suporte às atividades de pesquisa.

9. Técnico de Laboratório 4

(CBO 3111-05/ 3011-05/ 3011-10/ 3242-05/ 3251-10/3115-05/ 3115-10/3115-20)

Formação: Curso Técnico Profissionalizante.

Experiência: Master – A partir de 8 anos de experiência profissional na área função.

Atividades: Coletar material biológico e amostras ambientais (água, solo, sedimentos, lodo etc.) sob orientação, bem como preparar pacientes ou materiais para exames e análises. Auxiliar profissionais no preparo de soluções, amostras, vacinas e

na aplicação de medicamentos, sob supervisão. Apoiar a lavagem e higienização de materiais de laboratório e contribuir para o preparo de meios de cultura, estabilizantes e hemoderivados. Organizar o fluxo de trabalho e realizar a recuperação de materiais, efetuando lavagem, secagem, separação e embalagem. Atuar em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de biossegurança. Desenvolver atividades de apoio em hospitais, laboratórios ou farmácias. Desenvolver atividades operacionais na área de gerenciamento de resíduos e materiais perigosos. Apoiar a elaboração de documentos técnicos e realizar registros técnicos. Operar equipamentos, organizar e controlar estoque mínimo de materiais de suporte, monitorar processos e acompanhar controle de parâmetros operacionais. Trabalhar em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de biossegurança. Atuar em hospitais, laboratórios, farmácia e central de descontaminação de resíduos nas funções de apoio.

10. Técnico em Farmácia 3

(CBO 3251-15/ 3251-10)

Formação: Curso Profissionalizante

Experiência: Sênior – de 6 a 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Realizar operações farmacotécnicas e conferir fórmulas, efetuando a manutenção de rotina de equipamentos, utensílios de laboratório e rótulos das matérias-primas. Controlar estoques e realizar testes de qualidade de matérias-primas, equipamentos e ambiente. Registrar todas as atividades e procedimentos relacionados à manipulação farmacêutica. Executar as tarefas em conformidade com as boas práticas de manipulação, sob supervisão direta do farmacêutico.

11. Assistente Administrativo 2

(CBO 4110-10)

Formação: Ensino médio completo.

Experiência: Pleno – de 4 a 6 anos de experiência profissional na área da função.

Atividades: Apoiar as áreas de recursos humanos, administração, ensino e logística, atendendo fornecedores e clientes e prestando informações sobre produtos e serviços. Realizar o tratamento de documentos diversos, seguindo os procedimentos estabelecidos. Auxiliar na elaboração de relatórios, planilhas e demais atividades correlatas de complexidade similar.

12. Assistente Administrativo 3

(CBO 4110-10)

Formação: Ensino médio completo.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência profissional na área da função.

Atividades: Apoiar as áreas de recursos humanos, administração, ensino e logística, atendendo fornecedores e clientes e prestando informações sobre produtos e serviços. Realizar o tratamento de documentos diversos, seguindo os procedimentos estabelecidos. Auxiliar na elaboração de relatórios, planilhas e demais atividades correlatas de complexidade similar.

13. Assistente Executivo 3

(CBO 2523-05)

Formação: Ensino médio completo.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência profissional na área da função.

Atividades: Apoiar tecnicamente as atividades da Coordenação de Administração da Ensp nas áreas de execução logística, gestão orçamentário-financeira, Compras Governamentais, Planejamento, Contratos Públicos e Patrimônio Público, utilizando os sistemas governamentais pertinentes, tais como: SEI, SICAF, CADIN, SIAFI/CPR, entre outros. Apoiar, ainda, as atividades de desenvolvimento e gestão institucional, elaborar relatórios, planilhas e executar outras atividades correlatas de complexidade similar.

14. Analista Administrativo 1

(CBO 2521-05/ 2522-05/ 2527-15/ 2521-20/ 2523-20/ 2512-05/ 2524-05/ 2522-10/ 2525-45/ 2527-20/ 1421-20)

Formação: Ensino superior completo.

Experiência: Júnior – 2 a 4 anos de experiência profissional na área de atuação.

Atividades: Apoiar tecnicamente as atividades de planejamento, organização, controle e assessoria nas áreas de recursos humanos, compras, contratos, patrimônio, logística, informações e ensino, bem como operar sistemas governamentais como SEI, SICAF, SIGEPE, CADIN e SIAFI/CPR, além de sistemas de avaliação de desempenho. Contribuir para a implementação de programas e projetos, para a realização de estudos de racionalização e para o controle do desempenho organizacional. Atuar no apoio à fiscalização de contratos e executar outras atividades correlatas de complexidade similar.

15. Analista Administrativo 2

(CBO 2522-10/ 2524-05/ 2512-05/ 2523-20/ 2521-20/ 2527-15/ 2521-05 / 2525-45 / 2527-20 / 1421-20)

Formação: Ensino superior completo.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na área de atuação.

Atividades: Apoiar tecnicamente as atividades de planejamento, organização, controle e assessoria nas áreas de recursos humanos, compras, contratos, patrimônio, logística, informações e ensino, bem como operar sistemas governamentais como SEI, SICAF, SIGEPE, CADIN e SIAFI/CPR, além de sistemas de avaliação de desempenho. Contribuir para a implementação de programas e projetos, para a realização de estudos de racionalização e para o monitoramento do desempenho organizacional. Atuar no apoio à fiscalização de contratos e executar outras atividades correlatas de complexidade similar.

16. Analista Administrativo 3

(CBO 2521-05 / 2525-45 / 2524-05 / 2527-20 / 1421-20/ 3522-05)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência profissional na área de atuação.

Atividades: Apoiar tecnicamente as atividades de planejamento, organização, controle e assessoria nas áreas administrativa, técnica e de gestão institucional, incluindo recursos humanos, compras, contratos, patrimônio, logística, ensino, tecnologia e sustentabilidade. Apoiar a elaboração de projetos básicos, termos de referência e demais documentos técnicos, bem como o monitoramento de indicadores técnicos e operacionais, com proposição de medidas corretivas e preventivas. Contribuir para o gerenciamento de resíduos, materiais perigosos, produtos químicos e controlados, sustentabilidade institucional e educação socioambiental, incluindo apoio a ações formativas, treinamentos e rotinas operacionais. Subsidiar a elaboração de relatórios, notas técnicas, procedimentos e instruções técnicas, além de prestar orientação técnica às áreas laboratoriais, ambulatoriais e administrativas quanto à conformidade legal e normativa. Apoiar a execução orçamentário-financeira, compras governamentais, planejamento e contratos públicos, operar sistemas governamentais (SEI, SIASG, Compras.gov, SIAFI/CPR, entre outros) e apoiar a fiscalização de contratos, executando outras atividades correlatas à área de atuação.

17. Analista Administrativo 4

(CBO 2521-05 / 2525-45 / 2524-05 / 2527-20 / 3522-05 / 1421-20/ 3522-05)

Formação: Ensino superior completo com pós-graduação.

Experiência: Master – A partir 8 anos de experiência profissional na área de atuação.

Atividades: Apoiar tecnicamente as atividades de planejamento, organização, controle e assessoria nas áreas administrativa, técnica e de gestão institucional, incluindo recursos humanos, compras, contratos, patrimônio, logística, ensino, tecnologia e sustentabilidade. Apoiar a elaboração de projetos básicos, termos de referência e demais documentos técnicos, bem como o monitoramento de indicadores técnicos e operacionais, com proposição de medidas corretivas e preventivas. Contribuir para o gerenciamento de resíduos, materiais perigosos, produtos químicos e controlados, sustentabilidade institucional e educação socioambiental, incluindo apoio a ações formativas, treinamentos e rotinas operacionais. Subsidiar a elaboração de relatórios, notas técnicas, procedimentos e instruções técnicas, além de prestar orientação técnica às áreas laboratoriais, ambulatoriais e administrativas quanto à conformidade legal e normativa. Apoiar a execução orçamentário-financeira, compras governamentais, planejamento e contratos públicos, operar sistemas

governamentais (SEI, SIASG, Compras.gov, SIAFI/CPR, entre outros) e apoiar a fiscalização de contratos, executando outras atividades correlatas à área de atuação.

18. Assistente Social 1

(CBO 2516-05)

Formação: Ensino superior completo em Serviço Social, com registro no conselho competente.

Experiência: Junior – 2 a 4 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Executar atividades técnicas de Serviço Social, realizando atendimentos, estudos, diagnósticos e intervenções sociais voltadas à promoção do bem-estar individual e coletivo. Desenvolver ações de acolhimento, orientação, encaminhamento e acompanhamento de usuários, famílias ou grupos, conforme demandas institucionais. Elaborar relatórios, pareceres e estudos sociais, realizar visitas técnicas e articular-se com a rede socioassistencial, órgãos públicos e instituições parceiras. Planejar, implementar e monitorar projetos, programas e políticas sociais, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população atendida. Atuar em conformidade com a legislação profissional, princípios éticos e normativos aplicáveis, apoiando processos de gestão, levantamento de informações, produção de indicadores e outras atividades correlatas de complexidade compatível.

19. Biólogo 1

(CBO 2211-05)

Formação: Ensino superior completo e Registro no conselho competente.

Experiência: Junior – 2 a 4 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Realização de diagnósticos biológicos, moleculares e ambientais, coleta e análise de amostras, realização de ensaios, identificação e classificação de espécies, emissão de laudos técnicos e pareceres, perícias etc.

20. Químico 1

(CBO 2132-05/ 2132-10)

Formação: Ensino superior completo com registro no conselho competente.

Experiência: Junior – 2 a 4 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Atuar na execução e validação do fluxo laboratorial. Realizar ensaios e análises químicas, físicas e físico-químicas, envolvendo a seleção de metodologias, reagentes e critérios de amostragem. Executar a preparação de amostras, incluindo o dimensionamento, homogeneização e solubilização das mesmas. Desenvolver e validar metodologias analíticas e de produção de substâncias químicas. Controlar resultados, interpretar dados químicos para assegurar a qualidade e documentar o trabalho por meio da emissão de relatórios e laudos técnicos. Executar diretrizes ambientais, monitorar o impacto ambiental das substâncias e tratar resíduos químicos gerados no processo. Prestar assessoria técnica e supervisionar procedimentos no ambiente de laboratório para manter a conformidade e a eficiência operacional.

21. Químico 2

(CBO 2132-05/ 2132-10)

Formação: Ensino superior completo com registro no conselho competente.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Atuar na execução e validação do fluxo laboratorial. Realizar ensaios e análises químicas, físicas e físico-químicas, envolvendo a seleção de metodologias, reagentes e critérios de amostragem. Executar a preparação de amostras, incluindo o dimensionamento, homogeneização e solubilização das mesmas. Desenvolver e validar metodologias analíticas e de produção de substâncias químicas. Controlar resultados, interpretar dados químicos para assegurar a qualidade e documentar o trabalho por meio da emissão de relatórios e laudos técnicos. Executar diretrizes ambientais, monitorar o impacto ambiental das substâncias e tratar resíduos químicos gerados no processo. Prestar assessoria técnica e supervisionar procedimentos no ambiente de laboratório para manter a conformidade e a eficiência operacional.

22. Biomédico 2

(CBO 2212-05)

Formação: Ensino superior completo com registro no conselho competente.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Analisar amostras de materiais biológicos, bromatológicos e ambientais, utilizando técnicas e instrumentações específicas. Coletar e preparar amostras e materiais, selecionar equipamentos e insumos, visando a precisão e a qualidade dos resultados analíticos. Desenvolver metodologias de análise e executar a liberação e a emissão de laudos e pareceres técnicos. Atuar em bancos de sangue (Hemoterapia) e bancos de células-tronco hematopoiéticas. Operar equipamentos de diagnóstico por imagem e de radioterapia. Participar ativamente na produção e no controle de qualidade de vacinas, biofármacos e reagentes. Executar procedimentos de reprodução assistida e de circulação extracorpórea (Perfusionismo). Desenvolver e apoiar pesquisas técnico-científicas, contribuindo para o avanço do conhecimento na área da saúde. Prestar assessoria e consultoria técnico-científica a outros profissionais e instituições. Trabalhar seguindo rigorosamente as normas e procedimentos de biossegurança, Boas Práticas e controle de qualidade inerentes à sua área de atuação.

23. Psicólogo 2

(CBO 2515-10 / 2515-20 / 2515-40 / 2515-30)

Formação: Ensino superior completo em Psicologia, com registro no conselho competente.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional, os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições. Realizar diagnóstico e avaliação de distúrbios emocionais, mentais e de adaptação social. Tratar e acompanhar o(s) paciente(s) durante o processo de intervenção ou cura, utilizando protocolos e abordagens terapêuticas específicas. Elucidar conflitos e questões internas e externas, auxiliando na resolução de problemas e no autoconhecimento. Investigar os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, facilitando a conscientização e a mudança. Desenvolver pesquisas experimentais, teóricas e clínicas na área da Psicologia. Coordenar equipes e atividades da área e afins, atuando em gestão de serviços e programas. Realizar orientação e aconselhamento psicológico em contextos educacionais, organizacionais e de saúde. Elaborar e emitir laudos, pareceres e relatórios psicológicos. Intervir em situações de crise e emergência, prestando suporte psicológico imediato.

24. Bibliotecário 2

(CBO 2612-05 / 2612-10/2612-15)

Formação: Ensino superior completo e Registro no conselho competente.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Gerenciar unidades e serviços de informação, como bibliotecas, centros de documentação e correlatos, além de administrar redes e sistemas de informação. Tratar tecnicamente e desenvolver recursos informacionais, o que inclui catalogar, classificar (utilizando esquemas como CDU/CDD) e indexar documentos. Coletar, processar e preparar fisicamente os materiais para inclusão no acervo (etiquetagem, carimbagem, registro patrimonial). Disponibilizar e apoiar o acesso à informação em qualquer tipo de suporte (físico, digital, multimídia) aos usuários. Subsidiar e disseminar a informação com o objetivo de facilitar o acesso e a geração do conhecimento, incluindo o apoio a atividades de referência e Disseminação Seletiva da Informação (DSI). Gerenciar o empréstimo, devolução e reserva de materiais, mantendo o controle do fluxo do acervo e sua organização física (estocagem, arranjo e reordenamento). Atender e orientar os usuários na busca de informações em diferentes bases de dados e sistemas. Manter e administrar bases de dados e repositórios digitais, garantindo a integridade e a atualização dos dados. Executar a conservação preventiva e curativa dos documentos e o descarte (desbaste) do acervo, conforme as políticas de desenvolvimento de coleções. Desenvolver e realizar ações de difusão cultural e educação de usuários, aplicando treinamentos e capacitações no uso dos recursos. Apoiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas, e prestar serviços de assessoria e consultoria técnica na área. Coordenar equipes e planejar as políticas de desenvolvimento de coleções (aquisição e permuta de materiais).

25. Enfermeiro 2

(CBO 2235-05/ 2235-20/ 2235-30/ 2235-65)

Formação: Ensino superior completo, com registro no conselho competente.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Prestar assistência integral ao paciente, realizando o acolhimento, monitoramento e o acompanhamento contínuo em diferentes unidades de cuidado. Realizar consultas de enfermagem, efetuando a coleta de dados, o exame físico, o diagnóstico de enfermagem e a evolução do paciente. Executar procedimentos de maior complexidade técnica e científica, como administração de medicamentos controlados, passagem de sondas, curativos especializados e manuseio de equipamentos de suporte à vida. Prescrever ações e cuidados específicos de enfermagem, estabelecendo o plano de cuidados individualizado. Auxiliar a realização de consultas e procedimentos médicos, prestando suporte técnico e operacional à equipe de saúde. Orientar pacientes, familiares e cuidadores sobre o plano de cuidados, manejo de equipamentos, administração de medicamentos e medidas de prevenção. Implementar ações para a promoção da saúde e prevenção de agravos junto à comunidade e ao indivíduo. Registrar de forma completa e sistemática todas as ações, procedimentos e observações no prontuário do paciente.

26. Farmacêutico 3

(CBO 2234-05)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação, com registro no conselho competente.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Prestar assistência clínica, realizar gestão laboratorial, atender pacientes e clientes para prevenção, habilitação e reabilitação, utilizando protocolos e procedimentos específicos. Efetuar a avaliação e o diagnóstico, tratar pacientes e clientes por meio do cuidado farmacêutico. Orientar pacientes e responsáveis sobre o uso racional de medicamentos e a importância da adesão ao tratamento. Desenvolver e implementar programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida. Realizar tarefas específicas de desenvolvimento, produção e dispensação de produtos da área farmacêutica, como medicamentos, alimentos especiais, cosméticos, imunobiológicos e insumos correlatos. Executar o controle de qualidade, armazenamento, distribuição e transporte de produtos farmacêuticos. Realizar análises clínicas, toxicológicas, físico-químicas, biológicas, microbiológicas e bromatológicas. Exercer a fiscalização sobre estabelecimentos, produtos, serviços e o exercício profissional, zelando pelo cumprimento da legislação sanitária. Participar da elaboração, coordenação e implementação de políticas de medicamentos e de saúde. Realizar pesquisa sobre os efeitos de medicamentos e outras substâncias sobre órgãos, tecidos e funções vitais. Administrar e gerenciar recursos humanos, materiais e financeiros em serviços e estabelecimentos que possuam farmácias. Exercer atividades de ensino e pesquisa, contribuindo para a formação profissional e o avanço científico.

27. Nutricionista 3

(CBO 2237-10)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação, com registro no conselho competente.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades, abrangendo tanto pessoas saudáveis quanto enfermas, por meio de avaliação, diagnóstico e intervenção. Realizar consultas em ambulatórios, consultórios e na saúde coletiva (unidades primárias de saúde), elaborando planos alimentares personalizados. Planejar, organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição (UAN), garantindo a qualidade e o balanceamento das refeições. Efetuar controle higiênico-sanitário de alimentos e ambientes, garantindo a segurança alimentar e atuando em conformidade com o Manual de Boas Práticas. Participar de programas de educação nutricional e promoção da saúde, difundindo conhecimentos para a comunidade e grupos específicos. Estruturar e gerenciar serviços de atendimento ao consumidor de alimentos. Ministrar cursos, palestras e treinamentos em sua área de conhecimento. Atuar em Vigilância Sanitária e Vigilância Nutricional, monitorando indicadores e políticas públicas de saúde. Realizar auditorias e perícias em serviços relacionados à alimentação e nutrição. Coordenar equipes e administrar recursos em serviços de alimentação.

28. Biólogo 4

(CBO 2211-05)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação e Registro no conselho competente.

Experiência: Master – A partir 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Realizar diagnósticos biológicos, moleculares e ambientais. Coletar e analisar amostras biológicas, ambientais, clínicas, citológicas, citogenéticas e patológicas. Realizar ensaios e testes laboratoriais específicos. Estudar seres vivos, identificar e classificar espécies, contribuindo para o conhecimento da biodiversidade. Desenvolver pesquisas nas áreas de Biologia, Biologia Molecular, Biotecnologia, Biologia Ambiental e Epidemiologia. Inventariar e monitorar a biodiversidade de ecossistemas. Organizar e gerenciar coleções biológicas (museus e herbários). Manejar recursos naturais e desenvolver atividades de educação ambiental. Executar perícias e emitir laudos técnicos, pareceres e relatórios científicos. Atuar com responsabilidade técnica e prestar consultoria e assessoria técnico-científica em seu campo de especialidade. Gerenciar projetos e laboratórios de pesquisa ou análise, garantindo a qualidade e a biossegurança dos procedimentos.

29. Fisioterapeuta Geral 3

(CBO 2236-06)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação, com registro no conselho competente.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Atender e avaliar as condições funcionais e cinéticas de pacientes, utilizando protocolos e procedimentos específicos da fisioterapia e suas especialidades. Aplicar técnicas fisioterapêuticas e recursos terapêuticos para prevenção, readaptação e recuperação de pacientes, incluindo a prescrição de exercícios e o uso de eletrotermofototerapia. Elaborar o diagnóstico cinesiológico-funcional e o prognóstico fisioterapêutico. Atuar na área de educação em saúde por meio de palestras, distribuição de materiais educativos e orientações para melhor qualidade de vida. Desenvolver e implementar programas de prevenção em saúde geral e do trabalho (incluindo ergonomia e ginástica laboral). Gerenciar serviços de saúde, orientando e supervisionando recursos humanos e processos. Exercer atividades técnico-científicas através da realização de pesquisas, trabalhos específicos, organização e participação em eventos científicos. Elaborar e emitir laudos, pareceres e relatórios técnicos. Conceder alta fisioterapêutica, quando alcançados os objetivos propostos no tratamento.

30. Fonoaudiólogo 4

(CBO 2238-10)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação e Registro no conselho competente.

Experiência: Master – A partir 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Realizar consultas e atendimentos, utilizando protocolos e procedimentos específicos de fonoaudiologia, para prevenção, habilitação e reabilitação de pacientes e clientes. Efetuar avaliação e diagnóstico fonoaudiológico nas áreas de audiolgia, linguagem, voz, motricidade orofacial e disfagia. Tratar pacientes e clientes, aplicando intervenções terapêuticas adequadas para distúrbios de comunicação e deglutição. Orientar pacientes, clientes, familiares, cuidadores e responsáveis, promovendo o manejo clínico e a educação em saúde. Desenvolver e implementar programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida em nível individual e coletivo. Coordenar programas e serviços em saúde, administrar recursos humanos, materiais e financeiros e exercer atividades administrativas. Elaborar documentos técnicos essenciais, como prontuários, laudos, pareceres e relatórios. Difundir conhecimentos da área e exercer atividades de ensino e pesquisa. Efetuar perícias e auditorias fonoaudiológicas e sindicâncias (na gestão de serviços).

31. Orientador Educacional 3

(CBO 2394-10)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Assessorar projetos na área de Tecnologia Educacional e o uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) aplicadas à educação. Implementar, avaliar e coordenar o desenvolvimento de projetos pedagógicos

/instrucionais, tanto nas modalidades de ensino presencial quanto a distância (EaD). Analisar e propor novos recursos tecnológicos e apontar melhorias em softwares educacionais, sistemas e ferramentas de apoio ao ensino. Aplicar metodologias e técnicas para facilitar e aprimorar o processo de ensino e aprendizagem em todos os níveis de ensino (acadêmicos e corporativos). Apoiar e assessorar docentes e alunos no uso de ferramentas e sistemas em processos educativos, promovendo capacitações e treinamentos. Organizar a documentação técnica das tecnologias utilizadas no Ensino e elaborar relatórios técnicos para subsidiar a tomada de decisão gerencial. Viabilizar o trabalho coletivo, criar e organizar mecanismos de participação em programas e projetos educacionais. Acompanhar e avaliar os processos educacionais, visando atender as necessidades dos alunos e da instituição. Assessorar na aplicação de tecnologia assistiva aplicada à educação, promovendo a acessibilidade e inclusão. Facilitar o processo comunicativo entre a comunidade escolar e as associações a ela vinculadas.

32. Químico 3

(CBO 2132-05/ 2132-10)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação e Registro no conselho competente.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Atuar na execução e validação do fluxo laboratorial. Realizar ensaios e análises químicas, físicas e físico-químicas, envolvendo a seleção de metodologias, reagentes e critérios de amostragem. Executar a preparação de amostras, incluindo o dimensionamento, homogeneização e solubilização das mesmas. Desenvolver e validar metodologias analíticas e de produção de substâncias químicas. Controlar resultados, interpretar dados químicos para assegurar a qualidade e documentar o trabalho por meio da emissão de relatórios e laudos técnicos. Executar diretrizes ambientais, monitorar o impacto ambiental das substâncias e tratar resíduos químicos gerados no processo. Prestar assessoria técnica e supervisionar procedimentos no ambiente de laboratório para manter a conformidade e a eficiência operacional.

33. Farmacêutico 4

(CBO 2234-05)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação e Registro no conselho competente.

Experiência: Master – A partir 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Prestar assistência clínica, realizar gestão laboratorial, atender pacientes e clientes para prevenção, habilitação e reabilitação, utilizando protocolos e procedimentos específicos. Efetuar a avaliação e o diagnóstico, tratar pacientes e clientes por meio do cuidado farmacêutico. Orientar pacientes e responsáveis sobre o uso racional de medicamentos e a importância da adesão ao tratamento. Desenvolver e implementar programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida. Realizar tarefas específicas de desenvolvimento, produção e dispensação de produtos da área farmacêutica, como medicamentos, alimentos especiais, cosméticos, imunobiológicos e insumos correlatos. Executar o controle de qualidade, armazenamento, distribuição e transporte de produtos farmacêuticos. Realizar análises clínicas, toxicológicas, físico-químicas, biológicas, microbiológicas e bromatológicas. Exercer a fiscalização sobre estabelecimentos, produtos, serviços e o exercício profissional, zelando pelo cumprimento da legislação sanitária. Participar da elaboração, coordenação e implementação de políticas de medicamentos e de saúde. Realizar pesquisa sobre os efeitos de medicamentos e outras substâncias sobre órgãos, tecidos e funções vitais. Administrar e gerenciar recursos humanos, materiais e financeiros em serviços e estabelecimentos que possuam farmácias. Exercer atividades de ensino e pesquisa, contribuindo para a formação profissional e o avanço científico.

34. Químico 4

(CBO 2132-05/ 2132-10)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação e Registro no conselho competente.

Experiência: Master – A partir 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Atuar na execução e validação do fluxo laboratorial. Realizar ensaios e análises químicas, físicas e físico-químicas, envolvendo a seleção de metodologias, reagentes e critérios de amostragem. Executar a preparação de amostras, incluindo o dimensionamento, homogeneização e solubilização das mesmas. Desenvolver e validar metodologias analíticas e de produção de substâncias químicas. Controlar resultados, interpretar dados químicos para assegurar a

qualidade e documentar o trabalho por meio da emissão de relatórios e laudos técnicos. Executar diretrizes ambientais, monitorar o impacto ambiental das substâncias e tratar resíduos químicos gerados no processo. Prestar assessoria técnica e supervisionar procedimentos no ambiente de laboratório para manter a conformidade e a eficiência operacional.

35. Enfermeiro 4

(CBO 2235-20/ 2235-30/ 2235-65)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação e Registro no conselho competente.

Experiência: Master – A partir 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Prestar assistência integral ao paciente, realizando o acolhimento, monitoramento e o acompanhamento contínuo em diferentes unidades de cuidado. Realizar consultas de enfermagem, efetuando a coleta de dados, o exame físico, o diagnóstico de enfermagem e a evolução do paciente. Executar procedimentos de maior complexidade técnica e científica, como administração de medicamentos controlados, passagem de sondas, curativos especializados e manuseio de equipamentos de suporte à vida. Prescrever ações e cuidados específicos de enfermagem, estabelecendo o plano de cuidados individualizado. Auxiliar a realização de consultas e procedimentos médicos, prestando suporte técnico e operacional à equipe de saúde. Orientar pacientes, familiares e cuidadores sobre o plano de cuidados, manejo de equipamentos, administração de medicamentos e medidas de prevenção. Implementar ações para a promoção da saúde e prevenção de agravos junto à comunidade e ao indivíduo. Registrar de forma completa e sistemática todas as ações, procedimentos e observações no prontuário do paciente.

36. Engenheiro Segurança do Trabalho 2

(CBO 2149-15)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação e Registro no conselho competente.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Controlar perdas de processos, produtos e serviços, identificando, determinando e analisando suas causas-raiz, por meio de investigações de acidentes e auditorias. Estabelecer planos de ações preventivas e corretivas, implementando medidas de controle de risco de engenharia e administrativas. Desenvolver, testar e supervisionar sistemas, processos e métodos produtivos seguros, integrando a segurança desde a fase de planejamento (Análise Preliminar de Riscos – APR). Gerenciar atividades de segurança no trabalho e do meio ambiente (SSMA/EHS), garantindo o cumprimento de Normas Regulamentadoras (NRs) e legislações ambientais. Gerenciar exposições a fatores ocupacionais de risco à saúde do trabalhador, como agentes químicos, físicos e biológicos, através da elaboração e gestão do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos). Planejar empreendimentos e atividades produtivas sob a perspectiva da segurança, definindo requisitos técnicos para aquisição de máquinas e equipamentos. Coordenar equipes multidisciplinares (incluindo SESMT e CIPA), treinamentos e todas as atividades de trabalho relacionadas à segurança. Elaborar documentos técnicos essenciais, como laudos de insalubridade, periculosidade e PCMAT (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção).

37. Médico 4

(CBO 2251-25/ 2251-70)

Formação: Ensino superior completo em medicina com Residência Médica, Pós-graduação e Registro no conselho competente.

Experiência: Master – A partir de 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Cuidar do paciente e da saúde da comunidade, atuando em diferentes níveis de complexidade. Realizar consultas e atendimentos médicos ambulatoriais e de urgência, avaliando o estado de saúde de pacientes. Tratar pacientes, prescrevendo medicamentos, solicitando exames e indicando procedimentos terapêuticos. Atuar na emergência

e urgência médica, prestando socorro imediato, estabilizando e manejando casos agudos. Efetuar a avaliação e o acompanhamento contínuo de doenças crônicas e agudas. Promover a saúde coletiva e a prevenção de doenças, programando e implementando ações de saúde pública, tanto individuais quanto em grupos. Prestar assistência em diversas áreas da saúde, como pré-natal, puericultura e saúde do idoso. Coordenar programas e serviços de saúde, bem como equipes multidisciplinares. Efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas, analisando documentos e processos. Elaborar documentos médicos essenciais, como prontuários, atestados, laudos, pareceres e relatórios. Difundir conhecimentos da área médica, por meio de palestras, aulas ou publicações. Encaminhar pacientes a especialistas, quando necessário, garantindo a continuidade e a integralidade do cuidado. Participar ativamente de programas de vigilância epidemiológica e sanitária, notificando doenças e controlando surtos.

Requisitos comuns aos cargos	
Atribuições	1. Atuar sob orientação e supervisão do responsável técnico da área de atuação, ter boa comunicação interpessoal, comportamento cortês e prestativo, ser proativo e participativo, exercer com zelo e dedicação as atividades, observar as normas legais e regulamentares, ser dinâmico e trabalhar em equipe, atender as pessoas com cordialidade e presteza, zelar pela economia material e conservação do patrimônio público, guardar sigilo acerca de informações obtidas em razão do trabalho, ser assíduo e pontual ao serviço. Conhecimentos básicos de informática, plataforma windows e pacote Office.
Jornada de trabalho semanal	40 horas todos os postos. Exceções: Fisioterapeuta Geral 30 horas e Médico 30 horas, radiologista 20 horas, assistente social 30 não excedendo a carga horária indicada.
Período da jornada de trabalho	De segunda à sexta-feira
Horário da jornada de trabalho	Dentro do Período das 08h às 17h
Em regra todos os cargos são para atender a todos os setores da Ensp/Fiocruz, contemplados em seu organograma, porém, poderão haver exceções de alguns postos serem cedidos para outras unidades da Fiocruz.	

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Aprovado pela autoridade competente

MARCO ANTONIO CARNEIRO MENEZES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 14:35:13.

GABRIEL AVANCINI MORENO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 14:24:16.

ANDRE LUIZ LIMA DE LACERDA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 15:29:40.

DEBORAH CHEIN BUENO DE AZEVEDO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 14:46:44.

SONALI DA SILVA MOTA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 15:23:28.

RAFAELA DOS SANTOS SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 14:51:20.

LEANDRO MUSSAUER OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 14:33:33.

ANDREA MARCIA DE OLIVEIRA COUTO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 14:50:26.

ANA PAULA MORGADO CARNEIRO

Requisitante



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 15:23:29.

FLAVIA RAMOS GUIMARAES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 15:34:25.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 01-Anexo I_ Instrumento substitutivo ao contrato.docx.pdf (366.54 KB)
- Anexo II - 02-Anexo II_ Termo de Concordancia.pdf (103.1 KB)
- Anexo III - 03-Anexo III_ Descricao dos Cargos_.pdf (977.33 KB)
- Anexo IV - 04-Anexo IV_ Termo de Responsabilidade .pdf (412.06 KB)
- Anexo V - 05-Anexo V_ Termo de Confidencialidade.pdf (356.43 KB)
- Anexo VI - 06-Anexo VI_ Termo Antisuborno.pdf (157.41 KB)
- Anexo VII - 07-Anexo VII_ Declaracao de Parentesco.docx.pdf (107.18 KB)
- Anexo VIII - 08 -Anexo VIII_ Regularidade Profissional.docx.pdf (144.15 KB)
- Anexo IX - 09 -Anexo IX_ Codigo de Etica.pdf (151.06 KB)
- Anexo X - 10-Anexo X_ Documento de Referencia Proc Licitatorios_contrato prest de servicos na FIOCRUZ. pdf (10.67 MB)
- Anexo XI - 12-Anexo XII_Relacao de Compromissos Assumidos.pdf (194.51 KB)
- Anexo XII - ETP_254450_000071_2025____FINAL.pdf (931.12 KB)

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ****ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA**

(Processo Administrativo nº 25388.000775/2025-75)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM
ENTRE SI A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, POR
INTERMÉDIO DA ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SÉRGIO AROUCA E

A *Fundação Oswaldo Cruz* por intermédio da *Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca*, com sede na Rua Leopoldo Bulhões, n. 1480, Manguinhos, na cidade de Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0001-35, neste ato representado por seu Diretor, MARCO ANTÔNIO CARNEIRO MENEZES, nomeado pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 25388.000775/2025-75 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de contratação de serviços contínuos de atividades de apoio, complementares e acessórias, necessárias à realização das tarefas técnicas e administrativas da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp), unidade da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no Rio de Janeiro/RJ, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de serviços contínuos de atividades de apoio, complementares e acessórias, necessárias à realização das tarefas técnicas e administrativas da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp), unidade da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no Rio de Janeiro/RJ, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos	5380	Serviço	01		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxx)**.

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), conforme estabelece o ETP (Anexo do Termo de Referência);
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.36. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.37. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.38. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o

CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.39. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.40. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.41. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;

9.42. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitadas e humanizadas no ambiente laboral;

9.43. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;

9.44. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;

9.45. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;

9.46. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;

9.47. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;

9.48. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.

9.49. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.50. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.51. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.52. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.53. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.54. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.54.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.54.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.55. *Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;*

9.55.1. *Sempre que houver um desligamento, o CONTRATADO deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação.*

9.55.2. *Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.*

9.55.3. *Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.*

9.55.4. *O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.61.3.*

9.55.5. *O CONTRATADO deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.*

9.56. *Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.*

CLAÚSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

11.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

11.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

11.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

11.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

11.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

11.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

11.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

11.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. *Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.*

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. *As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

14.2. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

14.2.1. *Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.*

14.3. *O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.*

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.8.3. Das indenizações e multas.

14.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.10. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.11. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.12. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.13. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.13.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

14.13.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.14. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.15. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.15.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.15.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.16. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza

técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.17. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA REGULARIDADE DA CONTRATADA

17.1. A regularidade da CONTRATADA foi aferida conforme consulta ao SICAF, CADIN, TCU e TST em XX/XX/XXXX (doc. SEI XXXX).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na

Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA– FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro, Seção Judiciária do *RJ* para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2 E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Rio de Janeiro, XX de XX de XX

(datado conforme assinaturas digitais) .

PELA CONTRATANTE:

PELA CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

ANEXO II**TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

ANEXO III - Descrição dos Cargos

1. Operador de Áudio 3

(CBO 3732-05/ 3731-05/ 3731-10/ 3743-05/ 3731-15)

Formação: Ensino médio completo, com qualificação técnica na área de áudio.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência.

Atividades: Configurar, operar e monitorar sistemas de sonorização e gravação; tratar e compilar registros sonoros, incluindo edição, sincronização e mixagem de músicas; desenvolver projetos de sistemas de áudio e gravação; instalar, desinstalar e testar o funcionamento de equipamentos e acessórios de áudio; executar músicas e arquivos sonoros, realizando seleção e gestão de repertório; pesquisar e acompanhar novas tecnologias de reprodução de áudio.

2. Auxiliar de Laboratório 3

(CBO 5152-10/ 5152-20/ 5152-05/ 5152-15/ 3242-05/ 3251-05)

Formação: Ensino médio completo.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência.

Atividades: Coletar material biológico e amostras ambientais (água, solo, sedimentos, lodo etc.) sob orientação, bem como preparar pacientes ou materiais para exames e análises. Auxiliar técnicos no preparo de soluções, amostras, vacinas e na aplicação de medicamentos, sempre sob supervisão. Contribuir para a lavagem e higienização de materiais de laboratório e apoiar o preparo de meios de cultura, estabilizantes e hemoderivados. Organizar o fluxo de trabalho, realizando a recuperação de materiais por meio de lavagem, secagem, separação e embalagem. Atuar em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de biossegurança.

3. Técnico de Enfermagem 1

(CBO 3222-05/ 3222-10/ 3222-15/ 3222-20)

Formação: Curso Técnico Profissionalizante com registro no conselho competente.

Experiência: Júnior – 2 a 4 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Apoiar a prestação de assistência ao paciente, auxiliando na realização de consultas, procedimentos de maior complexidade e na execução de ações prescritas. Contribuir para atividades de promoção da saúde junto à comunidade. Prestar suporte à realização de pesquisas.

4. Técnico em Radiologia 2

(CBO 3241-15/ 3241-20)

Formação: Curso Técnico em Radiologia e demais certificações obrigatórias prevista na legislação com registro no conselho competente.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Operar equipamentos de diagnóstico por imagem, realiza exames radiológicos conforme protocolos técnicos e normas de biossegurança, prepara pacientes e salas, controlar parâmetros de exposição, opera sistemas PACS/RIS, monitora doses de radiação, registrar informações técnicas e elaborar relatórios operacionais.

5. Técnico de Laboratório 2

(CBO 3111-05/ 3011-05/ 3011-10/ 3242-05/ 3251-10)

Formação: Curso Técnico Profissionalizante

Experiência: Pleno – de 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Coletar material biológico e amostras ambientais (água, solo, sedimentos, lodo etc.) sob orientação, bem como preparar pacientes ou materiais para exames e análises. Auxiliar profissionais no preparo de soluções, amostras, vacinas e na aplicação de medicamentos, sob supervisão. Apoiar a lavagem e higienização de materiais de laboratório e contribuir para o preparo de meios de cultura, estabilizantes e hemoderivados. Organizar o fluxo de trabalho e realizar a recuperação de materiais, efetuando lavagem, secagem, separação e embalagem. Atuar em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de biossegurança. Desenvolver atividades de apoio em hospitais, laboratórios ou farmácias.

6. Técnico de Segurança do Trabalho 2

(CBO 3516-05)

Formação: Curso Técnico Profissionalizante

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Participar da elaboração e implementação da política de saúde e segurança do trabalho, realizar diagnósticos de riscos, desenvolver ações educativas, investigar acidentes, analisar causas e recomendar medidas preventivas, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho.

7. Técnico Eletrônico 2

(CBO 3132-15/ 3132-10/ 3132-05/ 3132-20)

Formação: Curso Técnico Profissionalizante com registro na entidade de classe.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Consertar e instalar aparelhos eletrônicos, desenvolver dispositivos e circuitos eletrônicos e realizar manutenções corretivas, preventivas e preditivas. Sugerir melhorias nos processos de produção e criar e implementar dispositivos de automação. Treinar, orientar e avaliar o desempenho de operadores. Estabelecer comunicação oral e escrita para agilizar o trabalho, redigir documentação técnica e organizar o local de trabalho.

8. Técnico de Enfermagem 3

(CBO 3222-05/ 3222-10/ 3222-15/ 3222-20)

Formação: Curso técnico em Enfermagem com registro no conselho competente.

Experiência: Sênior – de 6 a 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Apoiar a prestação de assistência ao paciente, auxiliando na realização de consultas, procedimentos de maior complexidade e na execução de ações prescritas. Contribuir para atividades de promoção da saúde junto à comunidade. Prestar suporte às atividades de pesquisa.

9. Técnico de Laboratório 4

(CBO 3111-05/ 3011-05/ 3011-10/ 3242-05/ 3251-10/3115-05/ 3115-10/3115-20)

Formação: Curso Técnico Profissionalizante.

Experiência: Master – A partir de 8 anos de experiência profissional na área função.

Atividades: Coletar material biológico e amostras ambientais (água, solo, sedimentos, lodo etc.) sob orientação, bem como preparar pacientes ou materiais para exames e análises. Auxiliar profissionais no preparo de soluções, amostras, vacinas e na aplicação de medicamentos, sob supervisão. Apoiar a lavagem e higienização de materiais de laboratório e contribuir para o preparo de meios de cultura, estabilizantes e hemoderivados. Organizar o fluxo de trabalho e realizar a recuperação de materiais, efetuando lavagem, secagem, separação e embalagem. Atuar em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de biossegurança. Desenvolver atividades de apoio em hospitais, laboratórios ou farmácias. Desenvolver atividades operacionais na área de gerenciamento de resíduos e materiais perigosos. Apoiar a elaboração de documentos técnicos e realizar registros técnicos. Operar equipamentos, organizar e controlar estoque mínimo de materiais de suporte, monitorar processos e acompanhar controle de parâmetros operacionais. Trabalhar em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de biossegurança. Atuar em hospitais, laboratórios, farmácia e central de descontaminação de resíduos nas funções de apoio.

10. Técnico em Farmácia 3

(CBO 3251-15/ 3251-10)

Formação: Curso Profissionalizante

Experiência: Sênior – de 6 a 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Realizar operações farmacotécnicas e conferir fórmulas, efetuando a manutenção de rotina de equipamentos, utensílios de laboratório e rótulos das matérias-primas. Controlar estoques e realizar testes de qualidade de matérias-primas, equipamentos e ambiente. Registrar todas as atividades e procedimentos relacionados à manipulação farmacêutica. Executar as tarefas em conformidade com as boas práticas de manipulação, sob supervisão direta do farmacêutico.

11. Assistente Administrativo 2

(CBO 4110-10)

Formação: Ensino médio completo.

Experiência: Pleno – de 4 a 6 anos de experiência profissional na área da função.

Atividades: Apoiar as áreas de recursos humanos, administração, ensino e logística, atendendo fornecedores e clientes e prestando informações sobre produtos e serviços. Realizar o tratamento de documentos diversos, seguindo os procedimentos estabelecidos. Auxiliar na elaboração de relatórios, planilhas e demais atividades correlatas de complexidade similar.

12. Assistente Administrativo 3

(CBO 4110-10)

Formação: Ensino médio completo.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência profissional na área da função.

Atividades: Apoiar as áreas de recursos humanos, administração, ensino e logística, atendendo fornecedores e clientes e prestando informações sobre produtos e serviços. Realizar o tratamento de documentos diversos, seguindo os procedimentos estabelecidos. Auxiliar na elaboração de relatórios, planilhas e demais atividades correlatas de complexidade similar.

13. Assistente Executivo 3

(CBO 2523-05)

Formação: Ensino médio completo.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência profissional na área da função.

Atividades: Apoiar tecnicamente as atividades da Coordenação de Administração da Ensp nas áreas de execução logística, gestão orçamentário-financeira, Compras Governamentais, Planejamento, Contratos Públicos e Patrimônio Público, utilizando os sistemas governamentais pertinentes, tais como: SEI, SICAF, CADIN, SIAFI/CPR, entre outros. Apoiar, ainda, as atividades de desenvolvimento e gestão institucional, elaborar relatórios, planilhas e executar outras atividades correlatas de complexidade similar.

14. Analista Administrativo 1

(CBO 2521-05/ 2522-05/ 2527-15/ 2521-20/ 2523-20/ 2512-05/ 2524-05/ 2522-10/ 2525-45/ 2527-20/ 1421-20)

Formação: Ensino superior completo.

Experiência: Júnior – 2 a 4 anos de experiência profissional na área de atuação.

Atividades: Apoiar tecnicamente as atividades de planejamento, organização, controle e assessoria nas áreas de recursos humanos, compras, contratos, patrimônio, logística, informações e ensino, bem como operar sistemas governamentais como SEI, SICAF, SIGEPE, CADIN e SIAFI/CPR, além de sistemas de avaliação de desempenho. Contribuir para a implementação de programas e projetos, para a realização de estudos de racionalização e para o controle do desempenho organizacional. Atuar no apoio à fiscalização de contratos e executar outras atividades correlatas de complexidade similar.

15. Analista Administrativo 2

(CBO 2522-10/ 2524-05/ 2512-05/ 2523-20/ 2521-20/ 2527-15/ 2521-05 / 2525-45 / 2527-20 / 1421-20)

Formação: Ensino superior completo.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na área de atuação.

Atividades: Apoiar tecnicamente as atividades de planejamento, organização, controle e assessoria nas áreas de recursos humanos, compras, contratos, patrimônio, logística, informações e ensino, bem como operar sistemas governamentais como SEI, SICAF, SIGEPE, CADIN e SIAFI/CPR, além de sistemas de avaliação de desempenho. Contribuir para a implementação de programas e projetos, para a realização de estudos de racionalização e para o monitoramento do desempenho organizacional. Atuar no apoio à fiscalização de contratos e executar outras atividades correlatas de complexidade similar.

16. Analista Administrativo 3

(CBO 2521-05 / 2525-45 / 2524-05 / 2527-20 / 1421-20/ 3522-05)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência profissional na área de atuação.

Atividades: Apoiar tecnicamente as atividades de planejamento, organização, controle e assessoria nas áreas administrativa, técnica e de gestão institucional, incluindo recursos humanos, compras, contratos, patrimônio, logística, ensino, tecnologia e sustentabilidade. Apoiar a elaboração de projetos básicos, termos de referência e demais documentos técnicos, bem como o monitoramento de indicadores técnicos e operacionais, com proposição de medidas corretivas e preventivas. Contribuir para o gerenciamento de resíduos, materiais perigosos, produtos químicos e controlados, sustentabilidade institucional e educação socioambiental, incluindo apoio a ações formativas, treinamentos e rotinas operacionais. Subsidiar a elaboração de relatórios, notas técnicas, procedimentos e instruções técnicas, além de prestar orientação técnica às áreas laboratoriais, ambulatoriais e administrativas quanto à conformidade legal e normativa. Apoiar a execução orçamentário-financeira, compras governamentais, planejamento e contratos públicos, operar sistemas governamentais (SEI, SIASG, Compras.gov, SIAFI/CPR, entre outros) e apoiar a fiscalização de contratos, executando outras atividades correlatas à área de atuação.

17. Analista Administrativo 4

(CBO 2521-05 / 2525-45 / 2524-05 / 2527-20 / 3522-05 / 1421-20/ 3522-05)

Formação: Ensino superior completo com pós-graduação.

Experiência: Master – A partir 8 anos de experiência profissional na área de atuação.

Atividades: Apoiar tecnicamente as atividades de planejamento, organização, controle e assessoria nas áreas administrativa, técnica e de gestão institucional, incluindo recursos humanos, compras, contratos, patrimônio, logística, ensino, tecnologia e sustentabilidade. Apoiar a elaboração de projetos básicos, termos de referência e demais documentos técnicos, bem como o monitoramento de indicadores técnicos e operacionais, com proposição de medidas corretivas e preventivas. Contribuir para o gerenciamento de resíduos, materiais perigosos, produtos químicos e controlados, sustentabilidade institucional e educação socioambiental, incluindo apoio a ações formativas, treinamentos e rotinas operacionais. Subsidiar a elaboração de relatórios, notas técnicas, procedimentos e instruções técnicas, além de prestar orientação técnica às áreas laboratoriais, ambulatoriais e administrativas quanto à conformidade legal e normativa. Apoiar a execução orçamentário-financeira, compras governamentais, planejamento e contratos públicos, operar sistemas governamentais (SEI, SIASG, Compras.gov, SIAFI/CPR, entre outros) e apoiar a fiscalização de contratos, executando outras atividades correlatas à área de atuação.

18. Assistente Social 1

(CBO 2516-05)

Formação: Ensino superior completo em Serviço Social, com registro no conselho competente.

Experiência: Junior – 2 a 4 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Executar atividades técnicas de Serviço Social, realizando atendimentos, estudos, diagnósticos e intervenções sociais voltadas à promoção do bem-estar individual e coletivo. Desenvolver ações de acolhimento, orientação, encaminhamento e acompanhamento de usuários, famílias ou grupos, conforme demandas institucionais. Elaborar relatórios, pareceres e estudos sociais, realizar visitas técnicas e articular-se com a rede socioassistencial, órgãos públicos e instituições parceiras. Planejar, implementar e monitorar projetos, programas e políticas sociais, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população atendida. Atuar em conformidade com a legislação profissional, princípios éticos e normativos aplicáveis, apoiando processos de gestão, levantamento de informações, produção de indicadores e outras atividades correlatas de complexidade compatível.

19. Biólogo 1

(CBO 2211-05)

Formação: Ensino superior completo e Registro no conselho competente.

Experiência: Junior – 2 a 4 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Realização de diagnósticos biológicos, moleculares e ambientais, coleta e análise de amostras, realização de ensaios, identificação e classificação de espécies, emissão de laudos técnicos e pareceres, perícias etc.

20. Químico 1

(CBO 2132-05/ 2132-10)

Formação: Ensino superior completo com registro no conselho competente.

Experiência: Junior – 2 a 4 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Atuar na execução e validação do fluxo laboratorial. Realizar ensaios e análises químicas, físicas e físico-químicas, envolvendo a seleção de metodologias, reagentes e critérios de amostragem. Executar a preparação de amostras, incluindo o dimensionamento, homogeneização e solubilização das mesmas. Desenvolver e validar metodologias analíticas e de produção de substâncias químicas. Controlar resultados, interpretar dados químicos para assegurar a qualidade e documentar o trabalho por meio da emissão de relatórios e laudos técnicos. Executar diretrizes ambientais, monitorar o impacto ambiental das substâncias e tratar resíduos químicos gerados no processo. Prestar assessoria técnica e supervisionar procedimentos no ambiente de laboratório para manter a conformidade e a eficiência operacional.

21. Químico 2

(CBO 2132-05/ 2132-10)

Formação: Ensino superior completo com registro no conselho competente.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Atuar na execução e validação do fluxo laboratorial. Realizar ensaios e análises químicas, físicas e físico-químicas, envolvendo a seleção de metodologias, reagentes e critérios de amostragem. Executar a preparação de amostras, incluindo o dimensionamento, homogeneização e solubilização das mesmas. Desenvolver e validar metodologias analíticas e de produção de substâncias químicas. Controlar resultados, interpretar dados químicos para assegurar a qualidade e documentar o trabalho por meio da emissão de relatórios e laudos técnicos. Executar diretrizes ambientais, monitorar o impacto ambiental das substâncias e tratar resíduos químicos gerados no processo. Prestar assessoria técnica e supervisionar procedimentos no ambiente de laboratório para manter a conformidade e a eficiência operacional.

22. Biomédico 2

(CBO 2212-05)

Formação: Ensino superior completo com registro no conselho competente.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Analisar amostras de materiais biológicos, bromatológicos e ambientais, utilizando técnicas e instrumentações específicas. Coletar e preparar amostras e materiais, selecionar equipamentos e insumos, visando a precisão e a qualidade dos resultados analíticos. Desenvolver metodologias de análise e executar a liberação e a emissão de laudos e pareceres técnicos. Atuar em bancos de sangue (Hemoterapia) e bancos de células-tronco hematopoiéticas. Operar equipamentos de diagnóstico por imagem e de radioterapia. Participar ativamente na produção e no controle de qualidade de vacinas, biofármacos e reagentes. Executar procedimentos de reprodução assistida e de circulação extracorpórea (Perfusionismo). Desenvolver e apoiar pesquisas técnico-científicas, contribuindo para o avanço do conhecimento na área da saúde. Prestar assessoria e consultoria técnico-científica a outros profissionais e instituições. Trabalhar seguindo rigorosamente as normas e procedimentos de biossegurança, Boas Práticas e controle de qualidade inerentes à sua área de atuação.

23. Psicólogo 2

(CBO 2515-10 / 2515-20 / 2515-40 / 2515-30)

Formação: Ensino superior completo em Psicologia, com registro no conselho competente.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional, os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições. Realizar diagnóstico e avaliação de distúrbios emocionais, mentais e de adaptação social. Tratar e acompanhar o(s) paciente(s) durante o processo de intervenção ou cura, utilizando protocolos e abordagens terapêuticas específicas. Elucidar conflitos e questões internas e externas, auxiliando na resolução de problemas e no

autoconhecimento. Investigar os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, facilitando a conscientização e a mudança. Desenvolver pesquisas experimentais, teóricas e clínicas na área da Psicologia. Coordenar equipes e atividades da área e afins, atuando em gestão de serviços e programas. Realizar orientação e aconselhamento psicológico em contextos educacionais, organizacionais e de saúde. Elaborar e emitir laudos, pareceres e relatórios psicológicos. Intervir em situações de crise e emergência, prestando suporte psicológico imediato.

24. Bibliotecário 2

(CBO 2612-05 / 2612-10/2612-15)

Formação: Ensino superior completo e Registro no conselho competente.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Gerenciar unidades e serviços de informação, como bibliotecas, centros de documentação e correlatos, além de administrar redes e sistemas de informação. Tratar tecnicamente e desenvolver recursos informacionais, o que inclui catalogar, classificar (utilizando esquemas como CDU/CDD) e indexar documentos. Coletar, processar e preparar fisicamente os materiais para inclusão no acervo (etiquetagem, carimbagem, registro patrimonial). Disponibilizar e apoiar o acesso à informação em qualquer tipo de suporte (físico, digital, multimídia) aos usuários. Subsidiar e disseminar a informação com o objetivo de facilitar o acesso e a geração do conhecimento, incluindo o apoio a atividades de referência e Disseminação Seletiva da Informação (DSI). Gerenciar o empréstimo, devolução e reserva de materiais, mantendo o controle do fluxo do acervo e sua organização física (estocagem, arranjo e reordenamento). Atender e orientar os usuários na busca de informações em diferentes bases de dados e sistemas. Manter e administrar bases de dados e repositórios digitais, garantindo a integridade e a atualização dos dados. Executar a conservação preventiva e curativa dos documentos e o descarte (desbaste) do acervo, conforme as políticas de desenvolvimento de coleções. Desenvolver e realizar ações de difusão cultural e educação de usuários, aplicando treinamentos e capacitações no uso dos recursos. Apoiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas, e prestar serviços de assessoria e consultoria técnica na área. Coordenar equipes e planejar as políticas de desenvolvimento de coleções (aquisição e permuta de materiais).

25. Enfermeiro 2

(CBO 2235-05/ 2235-20/ 2235-30/ 2235-65)

Formação: Ensino superior completo, com registro no conselho competente.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Prestar assistência integral ao paciente, realizando o acolhimento, monitoramento e o acompanhamento contínuo em diferentes unidades de cuidado. Realizar consultas de enfermagem, efetuando a coleta de dados, o exame físico, o diagnóstico de enfermagem e a evolução do paciente. Executar procedimentos de maior complexidade técnica e científica, como administração de medicamentos controlados, passagem de sondas, curativos especializados e manuseio de equipamentos de suporte à vida. Prescrever ações e cuidados específicos de enfermagem, estabelecendo o plano de cuidados individualizado. Auxiliar a realização de consultas e procedimentos médicos, prestando suporte técnico e operacional à equipe de saúde. Orientar pacientes, familiares e cuidadores sobre o plano de cuidados, manejo de equipamentos, administração de medicamentos e medidas de prevenção. Implementar ações para a promoção da saúde e prevenção de agravos junto à comunidade e ao indivíduo. Registrar de forma completa e sistemática todas as ações, procedimentos e observações no prontuário do paciente.

26. Farmacêutico 3

(CBO 2234-05)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação, com registro no conselho competente.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Prestar assistência clínica, realizar gestão laboratorial, atender pacientes e clientes para prevenção, habilitação e reabilitação, utilizando protocolos e procedimentos específicos. Efetuar a avaliação e o diagnóstico, tratar pacientes e

clientes por meio do cuidado farmacêutico. Orientar pacientes e responsáveis sobre o uso racional de medicamentos e a importância da adesão ao tratamento. Desenvolver e implementar programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida. Realizar tarefas específicas de desenvolvimento, produção e dispensação de produtos da área farmacêutica, como medicamentos, alimentos especiais, cosméticos, imunobiológicos e insumos correlatos. Executar o controle de qualidade, armazenamento, distribuição e transporte de produtos farmacêuticos. Realizar análises clínicas, toxicológicas, físico-químicas, biológicas, microbiológicas e bromatológicas. Exercer a fiscalização sobre estabelecimentos, produtos, serviços e o exercício profissional, zelando pelo cumprimento da legislação sanitária. Participar da elaboração, coordenação e implementação de políticas de medicamentos e de saúde. Realizar pesquisa sobre os efeitos de medicamentos e outras substâncias sobre órgãos, tecidos e funções vitais. Administrar e gerenciar recursos humanos, materiais e financeiros em serviços e estabelecimentos que possuam farmácias. Exercer atividades de ensino e pesquisa, contribuindo para a formação profissional e o avanço científico.

27. Nutricionista 3

(CBO 2237-10)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação, com registro no conselho competente.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades, abrangendo tanto pessoas saudáveis quanto enfermas, por meio de avaliação, diagnóstico e intervenção. Realizar consultas em ambulatórios, consultórios e na saúde coletiva (unidades primárias de saúde), elaborando planos alimentares personalizados. Planejar, organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição (UAN), garantindo a qualidade e o balanceamento das refeições. Efetuar controle higiênico-sanitário de alimentos e ambientes, garantindo a segurança alimentar e atuando em conformidade com o Manual de Boas Práticas. Participar de programas de educação nutricional e promoção da saúde, difundindo conhecimentos para a comunidade e grupos específicos. Estruturar e gerenciar serviços de atendimento ao consumidor de alimentos. Ministrar cursos, palestras e treinamentos em sua área de conhecimento. Atuar em Vigilância Sanitária e Vigilância Nutricional, monitorando indicadores e políticas públicas de saúde. Realizar auditorias e perícias em serviços relacionados à alimentação e nutrição. Coordenar equipes e administrar recursos em serviços de alimentação.

28. Biólogo 4

(CBO 2211-05)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação e Registro no conselho competente.

Experiência: Master – A partir 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Realizar diagnósticos biológicos, moleculares e ambientais. Coletar e analisar amostras biológicas, ambientais, clínicas, citológicas, citogenéticas e patológicas. Realizar ensaios e testes laboratoriais específicos. Estudar seres vivos, identificar e classificar espécies, contribuindo para o conhecimento da biodiversidade. Desenvolver pesquisas nas áreas de Biologia, Biologia Molecular, Biotecnologia, Biologia Ambiental e Epidemiologia. Inventariar e monitorar a biodiversidade de ecossistemas. Organizar e gerenciar coleções biológicas (museus e herbários). Manejar recursos naturais e desenvolver atividades de educação ambiental. Executar perícias e emitir laudos técnicos, pareceres e relatórios científicos. Atuar com responsabilidade técnica e prestar consultoria e assessoria técnico-científica em seu campo de especialidade. Gerenciar projetos e laboratórios de pesquisa ou análise, garantindo a qualidade e a biossegurança dos procedimentos.

29. Fisioterapeuta Geral 3

(CBO 2236-06)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação, com registro no conselho competente.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Atender e avaliar as condições funcionais e cinéticas de pacientes, utilizando protocolos e procedimentos específicos da fisioterapia e suas especialidades. Aplicar técnicas fisioterapêuticas e recursos terapêuticos para prevenção, readaptação e recuperação de pacientes, incluindo a prescrição de exercícios e o uso de eletrotermofototerapia. Elaborar o diagnóstico cinesiológico-funcional e o prognóstico fisioterapêutico. Atuar na área de educação em saúde por meio de palestras, distribuição de materiais educativos e orientações para melhor qualidade de vida. Desenvolver e implementar programas de prevenção em saúde geral e do trabalho (incluindo ergonomia e ginástica laboral). Gerenciar serviços de saúde, orientando e supervisionando recursos humanos e processos. Exercer atividades técnico-científicas através da realização de pesquisas, trabalhos específicos, organização e participação em eventos científicos. Elaborar e emitir laudos, pareceres e relatórios técnicos. Conceder alta fisioterapêutica, quando alcançados os objetivos propostos no tratamento.

30. Fonoaudiólogo 4

(CBO 2238-10)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação e Registro no conselho competente.

Experiência: Master – A partir 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Realizar consultas e atendimentos, utilizando protocolos e procedimentos específicos de fonoaudiologia, para prevenção, habilitação e reabilitação de pacientes e clientes. Efetuar avaliação e diagnóstico fonoaudiológico nas áreas de audiologia, linguagem, voz, motricidade orofacial e disfagia. Tratar pacientes e clientes, aplicando intervenções terapêuticas adequadas para distúrbios de comunicação e deglutição. Orientar pacientes, clientes, familiares, cuidadores e responsáveis, promovendo o manejo clínico e a educação em saúde. Desenvolver e implementar programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida em nível individual e coletivo. Coordenar programas e serviços em saúde, administrar recursos humanos, materiais e financeiros e exercer atividades administrativas. Elaborar documentos técnicos essenciais, como prontuários, laudos, pareceres e relatórios. Difundir conhecimentos da área e exercer atividades de ensino e pesquisa. Efetuar perícias e auditorias fonoaudiológicas e sindicâncias (na gestão de serviços).

31. Orientador Educacional 3

(CBO 2394-10)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Assessorar projetos na área de Tecnologia Educacional e o uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) aplicadas à educação. Implementar, avaliar e coordenar o desenvolvimento de projetos pedagógicos /instrucionais, tanto nas modalidades de ensino presencial quanto a distância (EaD). Analisar e propor novos recursos tecnológicos e apontar melhorias em softwares educacionais, sistemas e ferramentas de apoio ao ensino. Aplicar metodologias e técnicas para facilitar e aprimorar o processo de ensino e aprendizagem em todos os níveis de ensino (acadêmicos e corporativos). Apoiar e assessorar docentes e alunos no uso de ferramentas e sistemas em processos educativos, promovendo capacitações e treinamentos. Organizar a documentação técnica das tecnologias utilizadas no Ensino e elaborar relatórios técnicos para subsidiar a tomada de decisão gerencial. Viabilizar o trabalho coletivo, criar e organizar mecanismos de participação em programas e projetos educacionais. Acompanhar e avaliar os processos educacionais, visando atender as necessidades dos alunos e da instituição. Assessorar na aplicação de tecnologia assistiva aplicada à educação, promovendo a acessibilidade e inclusão. Facilitar o processo comunicativo entre a comunidade escolar e as associações a ela vinculadas.

32. Químico 3

(CBO 2132-05/ 2132-10)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação e Registro no conselho competente.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Atuar na execução e validação do fluxo laboratorial. Realizar ensaios e análises químicas, físicas e físico-químicas, envolvendo a seleção de metodologias, reagentes e critérios de amostragem. Executar a preparação de amostras, incluindo o dimensionamento, homogeneização e solubilização das mesmas. Desenvolver e validar metodologias analíticas e de produção de substâncias químicas. Controlar resultados, interpretar dados químicos para assegurar a

qualidade e documentar o trabalho por meio da emissão de relatórios e laudos técnicos. Executar diretrizes ambientais, monitorar o impacto ambiental das substâncias e tratar resíduos químicos gerados no processo. Prestar assessoria técnica e supervisionar procedimentos no ambiente de laboratório para manter a conformidade e a eficiência operacional.

33. Farmacêutico 4

(CBO 2234-05)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação e Registro no conselho competente.

Experiência: Master – A partir 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Prestar assistência clínica, realizar gestão laboratorial, atender pacientes e clientes para prevenção, habilitação e reabilitação, utilizando protocolos e procedimentos específicos. Efetuar a avaliação e o diagnóstico, tratar pacientes e clientes por meio do cuidado farmacêutico. Orientar pacientes e responsáveis sobre o uso racional de medicamentos e a importância da adesão ao tratamento. Desenvolver e implementar programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida. Realizar tarefas específicas de desenvolvimento, produção e dispensação de produtos da área farmacêutica, como medicamentos, alimentos especiais, cosméticos, imunobiológicos e insumos correlatos. Executar o controle de qualidade, armazenamento, distribuição e transporte de produtos farmacêuticos. Realizar análises clínicas, toxicológicas, físico-químicas, biológicas, microbiológicas e bromatológicas. Exercer a fiscalização sobre estabelecimentos, produtos, serviços e o exercício profissional, zelando pelo cumprimento da legislação sanitária. Participar da elaboração, coordenação e implementação de políticas de medicamentos e de saúde. Realizar pesquisa sobre os efeitos de medicamentos e outras substâncias sobre órgãos, tecidos e funções vitais. Administrar e gerenciar recursos humanos, materiais e financeiros em serviços e estabelecimentos que possuam farmácias. Exercer atividades de ensino e pesquisa, contribuindo para a formação profissional e o avanço científico.

34. Químico 4

(CBO 2132-05/ 2132-10)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação e Registro no conselho competente.

Experiência: Master – A partir 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Atuar na execução e validação do fluxo laboratorial. Realizar ensaios e análises químicas, físicas e físico-químicas, envolvendo a seleção de metodologias, reagentes e critérios de amostragem. Executar a preparação de amostras, incluindo o dimensionamento, homogeneização e solubilização das mesmas. Desenvolver e validar metodologias analíticas e de produção de substâncias químicas. Controlar resultados, interpretar dados químicos para assegurar a qualidade e documentar o trabalho por meio da emissão de relatórios e laudos técnicos. Executar diretrizes ambientais, monitorar o impacto ambiental das substâncias e tratar resíduos químicos gerados no processo. Prestar assessoria técnica e supervisionar procedimentos no ambiente de laboratório para manter a conformidade e a eficiência operacional.

35. Enfermeiro 4

(CBO 2235-20/ 2235-30/ 2235-65)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação e Registro no conselho competente.

Experiência: Master – A partir 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Prestar assistência integral ao paciente, realizando o acolhimento, monitoramento e o acompanhamento contínuo em diferentes unidades de cuidado. Realizar consultas de enfermagem, efetuando a coleta de dados, o exame físico, o diagnóstico de enfermagem e a evolução do paciente. Executar procedimentos de maior complexidade técnica e científica, como administração de medicamentos controlados, passagem de sondas, curativos especializados e manuseio de equipamentos de suporte à vida. Prescrever ações e cuidados específicos de enfermagem, estabelecendo o plano de cuidados individualizado. Auxiliar a realização de consultas e procedimentos médicos, prestando suporte técnico e operacional à equipe de saúde. Orientar pacientes, familiares e cuidadores sobre o plano de cuidados, manejo de

equipamentos, administração de medicamentos e medidas de prevenção. Implementar ações para a promoção da saúde e prevenção de agravos junto à comunidade e ao indivíduo. Registrar de forma completa e sistemática todas as ações, procedimentos e observações no prontuário do paciente.

36. Engenheiro Segurança do Trabalho 2

(CBO 2149-15)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação e Registro no conselho competente.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Controlar perdas de processos, produtos e serviços, identificando, determinando e analisando suas causas- raiz, por meio de investigações de acidentes e auditorias. Estabelecer planos de ações preventivas e corretivas, implementando medidas de controle de risco de engenharia e administrativas. Desenvolver, testar e supervisionar sistemas, processos e métodos produtivos seguros, integrando a segurança desde a fase de planejamento (Análise Preliminar de Riscos – APR). Gerenciar atividades de segurança no trabalho e do meio ambiente (SSMA/EHS), garantindo o cumprimento de Normas Regulamentadoras (NRs) e legislações ambientais. Gerenciar exposições a fatores ocupacionais de risco à saúde do trabalhador, como agentes químicos, físicos e biológicos, através da elaboração e gestão do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos). Planejar empreendimentos e atividades produtivas sob a perspectiva da segurança, definindo requisitos técnicos para aquisição de máquinas e equipamentos. Coordenar equipes multidisciplinares (incluindo SESMT e CIPA), treinamentos e todas as atividades de trabalho relacionadas à segurança. Elaborar documentos técnicos essenciais, como laudos de insalubridade, periculosidade e PCMAT (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção).

37. Médico 4

(CBO 2251-25/ 2251-70)

Formação: Ensino superior completo em medicina com Residência Médica, Pós-graduação e Registro no conselho competente.

Experiência: Master – A partir de 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Cuidar do paciente e da saúde da comunidade, atuando em diferentes níveis de complexidade. Realizar consultas e atendimentos médicos ambulatoriais e de urgência, avaliando o estado de saúde de pacientes. Tratar pacientes, prescrevendo medicamentos, solicitando exames e indicando procedimentos terapêuticos. Atuar na emergência e urgência médica, prestando socorro imediato, estabilizando e manejando casos agudos. Efetuar a avaliação e o acompanhamento contínuo de doenças crônicas e agudas. Promover a saúde coletiva e a prevenção de doenças, programando e implementando ações de saúde pública, tanto individuais quanto em grupos. Prestar assistência em diversas áreas da saúde, como pré-natal, puericultura e saúde do idoso. Coordenar programas e serviços de saúde, bem como equipes multidisciplinares. Efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas, analisando documentos e processos. Elaborar documentos médicos essenciais, como prontuários, atestados, laudos, pareceres e relatórios. Difundir conhecimentos da área médica, por meio de palestras, aulas ou publicações. Encaminhar pacientes a especialistas, quando necessário, garantindo a continuidade e a integralidade do cuidado. Participar ativamente de programas de vigilância epidemiológica e sanitária, notificando doenças e controlando surtos.

Requisitos comuns aos cargos	
	1. Atuar sob orientação e supervisão do responsável técnico da área de atuação, ter boa comunicação interpessoal, comportamento cortês e prestativo, ser proativo e participativo, exercer com zelo e dedicação as atividades, observar as normas legais e regulamentares, ser dinâmico e trabalhar em equipe, atender as pessoas com cordialidade e presteza, zelar pela economia material e conservação do
Atribuições	patrimônio público, guardar sigilo acerca de informações obtidas em razão do trabalho, ser assíduo e pontual ao serviço. Conhecimentos básicos de informática, plataforma windows e pacote Office.
Jornada de trabalho semanal	40 horas todos os postos. Exceções: Fisioterapeuta Geral 30 horas e Médico 30 horas, radiologista 20 horas, assistente social 30 não excedendo a carga horária indicada.
Período da jornada de trabalho	De segunda à sexta-feira
Horário da jornada de trabalho	Dentro do Período das 08h às 17h
Em regra todos os cargos são para atender a todos os setores da Ensp/Fiocruz, contemplados em seu organograma, porém, poderão haver exceções de alguns postos serem cedidos para outras unidades da Fiocruz.	

ANEXO IV - TERMO DE RESPONSABILIDADE

TERMO DE RESPONSABILIDADE POR BENS PATRIMONIAIS

1. Da Guarda e Responsabilidade

1.1. Considerando tratar-se de contrato com dedicação exclusiva de mão de obra, a CONTRATADA será responsável pela guarda, conservação e uso adequado dos equipamentos, materiais e bens patrimoniais da CONTRATANTE formalmente entregues ou disponibilizados aos seus empregados para execução dos serviços.

1.2. A entrega de bens poderá ser formalizada por meio de termo de responsabilidade, controle patrimonial ou outro instrumento de registro adotado pela Administração.

2. Da Responsabilidade por Dano, Desvio ou Furto

2.1. A CONTRATADA responderá por danos, extravios ou furtos de bens da CONTRATANTE quando comprovado, mediante regular processo administrativo, que o fato decorreu de dolo ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia) de seus empregados ou prepostos, no exercício das atividades contratuais.

2.2. Não haverá responsabilização da CONTRATADA nos casos de:

I – caso fortuito ou força maior;

II – falha de controle exclusivo da Administração;

III – ausência de comprovação de culpa ou dolo.

3. Das Obrigações em Caso de Ocorrência

3.1. Constatada a ocorrência, a CONTRATADA deverá:

I – comunicar imediatamente à fiscalização do contrato;

II – colaborar com a apuração dos fatos;

III – apresentar manifestação formal no prazo de 5 dias úteis.

3.2. Confirmada a responsabilidade da CONTRATADA, esta ficará obrigada a:

I – ressarcir a CONTRATANTE pelo valor atualizado do bem, observado o valor de mercado ou critério patrimonial adotado pela Administração;

II – custear o reparo ou substituição do bem, quando possível;

III – adotar as medidas disciplinares cabíveis internamente.

4. Do Procedimento

4.1. A apuração da responsabilidade observará o contraditório e a ampla defesa.

4.2. O ressarcimento poderá ocorrer mediante:

I – pagamento direto; ou

II – outra forma pactuada entre as partes, após conclusão do processo administrativo.

5. Das Sanções

5.1. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a aplicação das sanções contratuais previstas na legislação vigente, sem prejuízo da obrigação de ressarcimento.

ANEXO V - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

Pelo presente Termo, _____, CPF nº _____
_____ identidade nº _____

Função: _____, Data de admissão: _____, **assume o compromisso** de manter o mais absoluto sigilo sobre qualquer informação a que tiver acesso relacionado às pesquisas e serviços desenvolvidos no âmbito da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) ou qualquer outra unidade no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Para tanto, declara e se obriga:

A manter sigilo, tanto escrito como verbal, ou, por qualquer outra forma, de todos os dados, informações científicas e técnicas e, sobre todos dos materiais obtidos, tais como: operações, processos, planos ou intenções, informações sobre produção, instalações, equipamentos, segredos de negócio, segredo de fábrica, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, amostras, diagramas, desenhos esquema industrial, patentes, biológicos, técnicas, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, processos, projetos, oportunidades de mercado e questões relativas a negócios revelados na atividade desenvolvida e sobre qualquer outra tecnologia, relacionados a sua participação;

A não revelar, repassar, gravar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, de dados, informações científicas ou materiais obtidos com sua participação, sem a prévia análise da direção da ENSP, sobre a possibilidade de proteção, nos órgãos especializados, dos resultados ou tecnologia envolvendo aquela informação;

A não tomar, sem autorização da Instituição, qualquer medida com vistas a obter para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectuais relativos às informações sigilosas a que tenham acesso.

A ciência que todos os documentos, inclusive o caderno de protocolo, contendo dados e informações relativas a qualquer pesquisa são de propriedade dos Laboratórios da Instituição.

A concordância que todos os materiais, sejam biológicos, modelos, protótipos e/ou noutros de qualquer natureza pertencem aos Laboratórios da Instituição, sendo vedada a apropriação de qualquer material ou tecnologia seja ele confidencial e sigiloso ou não.

A obrigação de ressarcir a ENSP, na forma da lei, na ocorrência de qualquer dano ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo.

A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida por meio deste termo, terá a validade enquanto a informação não for tomada de conhecimento público pela ENSP ou outra pessoa mediante expressa autorização escrita.

O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, e o seu não cumprimento acarretará sanções judiciais de ordem penal civil e administrativa contra seus transgressores.

Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro/RJ e com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio de Janeiro, de de .

Assinatura

ANEXO VI - TERMO ANTISUBORNO**CONFLITO DE INTERESSES SISTEMA DE GESTÃO ANTISUBORNO – SGAS****MANUAL DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE – MPI TERMO DE COMPROMISSO DE
AVALIAÇÃO DE RISCOS**

Eu, _____ colaborador (a) da empresa _____, designado (a) no/na Cargo/Função de _____, asseguro que não exerço nenhuma de minhas atribuições sob a influência de conflitos de interesses, inclusive no que se refere ao (à) Cliente e Agente Público.

A. POLÍTICA ANTISUBORNO – PA.

- I. Não prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, assim como preza o Art. 5º da Lei nº 12.846/13, de 1º de agosto de 2013;
- II. PROIBIR e combater as possibilidades de suborno, bem como o próprio, por meio de ferramentas, conscientização, treinamentos, investigações e outros;
- III. Divulgar leis de combate ao suborno, supervisionar as ações em situações críticas, aplicando as medidas legais e cabíveis;
- IV. Apresentar organograma efetivo da Empresa e realizar Análise Crítica com entradas e saídas pautadas no alcance dos objetivos Antissuborno;
- V. Demonstrar ética e transparência entre a Empresa e aqueles envolvidos nos procedimentos voltados à consecução de seu objeto social e em suas práticas comerciais, desde funcionários, parceiros, consultores e gestores até clientes e seus colaboradores, o que leva à atuação constante em consonância à melhoria contínua e práticas de integridade e boa governança;
- VI. Agir com ética e integridade cumprindo os critérios de prevenção, repressão e mitigação de risco, por meio de ações que mantenham uma área com autonomia de atuação acerca desses riscos, bem como a melhoria contínua dos processos e Função de Compliance Antissuborno, que é autoridade para interpretar, implementar, corrigir e melhorar o Sistema de Gestão Antissuborno – SGAS da Empresa, com participação e interação de todos;

CONCORDA COM A POLÍTICA ANTISUBORNO E COM O PROGRAMA DE INTEGRIDADE DA (EMPRESA CONTRATANTE)?

() SIM () NÃO

Data: Assinatura do colaborador(a)

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE PARENTESCO
DECLARAÇÃO NEGATIVA/POSITIVA DE PARENTESCO

(Art. 7º. do Decreto nº. 7.203/2010)

EU, _____ na condição de candidato admitido na vaga de

_____ do Contrato nº. _____ celebrado entre a ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA - ENSP e a Empresa _____, em

atenção ao art. 7º do Decreto nº. 7.203/2010, DECLARO, ciente das consequências legais acerca da veracidade da minha informação, que:

() **TENHO** familiar com grau de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau com agente público que exerça cargo com função de confiança ou gratificada junto à ENSP ou na FIOCRUZ.

() **NÃO TENHO** familiar com grau de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau com agente público que exerça cargo com função de confiança ou gratificada junto à ENSP ou na FIOCRUZ.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

ANEXO VIII - REGULARIDADE PROFISSIONAL

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL
(QUANDO EXIGIDA PELO OBJETO)

A Contratada declara que os profissionais indicados para execução do objeto possuem habilitação técnica compatível e, quando exigido, registro regular no respectivo conselho de classe, comprometendo-se a manter a regularidade durante toda a execução contratual.

Nome do profissional: _____

Conselho de Classe: _____

Nº de Registro: _____

Local e data: _____

Assinatura: _____

Fundamentação: art. 67º da Lei nº 14.133/2021 (qualificação técnica).

ANEXO IX - C DÍGIGO DE TICA

TERMO DE CIÊNCIA E CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE ÉTICA E NORMAS INSTITUCIONAIS

A Contratada declara que tem ciência do Código de Ética e das normas institucionais do órgão contratante, comprometendo-se a orientar seus empregados e prepostos quanto ao seu integral cumprimento durante a execução contratual.

Local e data: _____

Nome do representante legal: _____

Assinatura: _____

Fundamentação: art. 5º da Lei nº 14.133/2021 (princípios da Administração Pública).



Documento de Referência para Processos Licitatórios de Contratos para Prestação de Serviços na Fiocruz

Edição Atualizada

Junho | 2023



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



cogepe
gestão de pessoas

Grupo de Trabalho (GT): Diretrizes em Saúde do Trabalhador

Presidência

Mário Moreira

Diretor Executivo

Juliano de Carvalho Lima

Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogepe)

Andréa da Luz Carvalho

Coordenação de Saúde do Trabalhador (CST)

Marisa Augusta de Oliveira

Coordenação do Grupo de Trabalho (GT)

Aline de Azambuja Viana

Autores e Membros do GT

Adriana da Silva Batista
Aline de Azambuja Viana
Adriane Caire Castelo Branco
Carla Cristina Coelho Augusto Pepe
Cecília de Aquino Barbosa
Debora Kelly Oliveira das Neves
Jorge Moreira Baptista
Luiz Maurício da Silva Junior
Marcia Vieira Pacheco
Marisa Augusta de Oliveira
Marta Luiza Montenegro Lana
Monica Simone Pereira Olivar
Paulo Roberto Lagoeiro Jorge
Simone Alves D' Oliveira Titiry Pinto
Solange Maria Ferreira de Araujo
Sueli Cavalcante de Sousa
Vinícius da Silva Pires
Walker Dutra de Carvalho

Participantes Convidadas

Dayana Gusmão da Silva
Hirlei Gleice Vale de Souza Loureiro
Sônia Regina da Cunha Barreto Gertner

Revisão do Conteúdo

Adriana da Silva Batista
Andréa da Luz Carvalho
Marisa Augusta de Oliveira
Nelson Passagem Vieira

Revisão ortográfica

Thayssa Taranto Ramirez

Fotografia

Aline de Azambuja Viana

Projeto Gráfico

Marta Ribeiro Valle Macedo

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Marco Legal	1
3. Marco Jurisprudencial	5
4. Obrigações e Justificativas	8
Do Respeito à Missão, Visão, Valores da Fiocruz e à Força de Trabalho	8
Do Respeito às Normativas do Trabalho	9
Do Plano de Saúde	9
Da Alimentação	12
Do Combate à Discriminação nos Processos Licitatórios e Contratações e Enfrentamento das Violências nas Relações de Trabalho	13
Raça e Gênero	14
Ageísmo ou Etarismo	14
Deficiência	15
Do Cuidado em Saúde Mental e Relações no Trabalho	16
Da Licença Maternidade, da Gestante e do Bebê	17
Dos Recursos Tecnológicos	17
Dos Critérios de Sustentabilidade	18
Do estímulo à participação em práticas saudáveis como estratégia de Promoção à Saúde dos Trabalhadores	18
5. Procedimentos de atendimento à legislação de segurança do trabalho para prestadores de serviços	20
Objetivo da Fiocruz	20
Responsabilidades da Fiocruz	20
Responsabilidade do Prestador de Serviço	20
Providências em caso de acidente de trabalho	21
Legislação - Acidente de Trabalho	22
Disposições Gerais e Exigências	23
Exigências para as Empresas Subcontratadas	23
Plano de Emergência	23
Legislação – Segurança do Trabalho	23
Legislações Gerais	23
Legislações Específicas	25

1. Introdução

Este documento visa fornecer orientações aos trabalhadores responsáveis pela contratação da força de trabalho da Fundação Oswaldo Cruz, de maneira que sejam considerados, nos processos licitatórios, os critérios referentes à saúde e segurança dos trabalhadores na instituição, bem como auxiliar os fiscais de contrato a exigirem das empresas o cumprimento das determinações legais em saúde do trabalhador para terceirizados, além de dar conhecimento aos aspectos pertinentes aos valores da Fiocruz sobre o que considera como trabalho decente e digno.

Tem ainda como objetivo apresentar o documento de **“PROCEDIMENTOS DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA PRESTADORES DE SERVIÇOS” (capítulo 5)**, que estabelece os procedimentos mínimos de Segurança do Trabalho a serem seguidos por empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados.

Este Termo de Orientação de Saúde do Trabalhador está voltado para as Empresas Prestadoras de Serviços no âmbito da Fiocruz com o objetivo de promover a saúde e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador, além de orientar quanto à prevenção de acidentes e de danos à saúde relacionados ao trabalho ou que ocorram no curso dele. Para isto, contaremos com a eliminação ou redução dos riscos no ambiente de trabalho.

A apresentação desses procedimentos permite auxiliar as empresas participantes de processos licitatórios a considerarem em seu planejamento de custos as obrigações relativas ao respeito às leis no que tange à saúde e à segurança dos trabalhadores, assim como prover os meios para que o trabalho possa ser executado com a qualidade que uma instituição de referência como a Fiocruz demanda.

2. Marco Legal

Considerando que a Missão da Fiocruz¹ inclui a contribuição com “a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais”;

Considerando que a Visão¹ da Fiocruz é: “Ser instituição pública e estratégica de saúde reconhecida pela sociedade brasileira e de outros países por sua capacidade de colocar a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a produção tecnológica de serviços e insumos estratégicos para a promoção da saúde da população, a redução das desigualdades e iniquidades sociais, a consolidação e o fortalecimento do SUS, a elaboração e o aperfeiçoamento de políticas públicas de saúde”;

Considerando que entre os valores da Fiocruz estão: “Valorização dos trabalhadores, alunos e colaboradores; Qualidade e excelência; Redução das iniquidades; Ética e transparência; Diversidade étnica, de gênero e sociocultural”;

Considerando que a missão da Coordenação de Saúde do Trabalhador (CST) é: “Assegurar as melhorias das condições de trabalho e de saúde dos trabalhadores da Fiocruz mediante a formulação

¹ <https://portal.fiocruz.br/perfil-institucional>

de políticas, estratégias e ações de vigilância dos ambientes e processos de trabalho, de promoção e atenção à saúde, em conformidade com a política institucional”;

Considerando a Tese 07 aprovada no IX Congresso Interno da Fiocruz (2021), onde se afirma que:

A Fiocruz deve, orientada pelo princípio do trabalho ético, digno, decente e justo e em defesa do serviço público, se preparar para lidar com as transformações contemporâneas do mundo do trabalho, garantindo e incorporando condições dignas de trabalho, preservação dos direitos, respeito às diversidades, novas formas e relações de organização do trabalho, redução das desigualdades e promovendo a saúde e o bem-estar coletivo e individual;

E ainda considerando que, em algumas de suas diretrizes, preconiza:

Desenvolver um ambiente institucional com recursos de acessibilidade, que dê oportunidades para que trabalhadoras e trabalhadores, independentemente de seus vínculos e características laborais, tenham um trabalho criativo, em condições de maior autonomia, equidade, segurança, ética e dignidade humana, com o fortalecimento das trocas intersubjetivas, do convívio social, do trabalho coletivo e da identidade institucional entre profissionais da Fiocruz, nas diferentes modalidades de trabalho, implantando métodos de gestão, condizentes com a promoção da saúde. (...)

Promover a cultura do respeito às diferenças através de políticas e programas inclusivos e equitativos, combatendo todas as formas de violência, intolerância e discriminação decorrentes de diferenças sociais, raciais, étnicas, religiosas, físicas ou mentais, geracionais, de identidade de gênero e de orientação sexual, de vínculo de trabalho, de diversidade funcional, de condições de saúde, de opiniões e posicionamentos, por meio da construção de políticas e estratégias que assegurem o respeito à diversidade e à equidade no mundo do trabalho e na força de trabalho da Fiocruz e da melhoria da infraestrutura física e condições ergonômicas adequadas às diversas especificidades.

Promover ações de governança nas contratações de mão de obra, a fim de implementar a padronização de procedimentos, contribuindo com a política de gestão de riscos da Fiocruz e buscando garantir condições dignas de trabalho, com a preservação dos direitos dos trabalhadores terceirizados;

Considerando os pilares da Agenda para o Trabalho Digno da Organização Internacional do Trabalho-OIT, inseridos no contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especialmente: “a garantia dos direitos no trabalho, a extensão da proteção social e a promoção do diálogo social, sendo a igualdade de gênero um tema transversal”;

Considerando a necessidade de implementação de ações voltadas para a prevenção de riscos à saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores, bem como da instituição de mecanismos capazes de estimular atitudes de corresponsabilidade no gerenciamento da saúde e da segurança do trabalho, com valorização e estímulo ao comprometimento de todos os envolvidos, bem como a Lei 13.429/2017 (que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros (terceirização), estabelece no artigo 5º-A, parágrafo 3º: “É responsabilidade da contratante garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores quando o trabalho for realizado em suas dependências ou local previamente convencionado em contrato”;

Considerando a Portaria 1.823/2012, que institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, que em seu o Art. 6º sinaliza que deve ser considerada a articulação entre:

“I - as ações individuais, de assistência e de recuperação dos agravos, com ações coletivas, de promoção, de prevenção, de vigilância dos ambientes, processos e atividades de trabalho e de intervenção sobre os fatores determinantes da saúde dos trabalhadores;

II - as ações de planejamento e avaliação com as práticas de saúde; e

III - o conhecimento técnico e os saberes, experiências e subjetividade dos trabalhadores e destes com as respectivas práticas institucionais.”;

Considerando a PORTARIA Nº 1.261 DE 05 DE MAIO DE 2010, que institui os princípios, diretrizes e ações em Saúde Mental a serem adotados como referência nos procedimentos em saúde mental na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

Considerando a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), instituída pela Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006, e redefinida pela Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. Quanto a esta última, foi revogada pela Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS;

Considerando o Decreto Nº 7.602/2011, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST, onde se estabelece como competência do Ministério da Saúde “fomentar a estruturação da atenção integral à saúde dos trabalhadores, envolvendo a promoção de ambientes e processos de trabalho saudáveis, o fortalecimento da vigilância de ambientes, processos e agravos relacionados ao trabalho, a assistência integral à saúde dos trabalhadores, reabilitação física e psicossocial e a adequação e ampliação da capacidade institucional”;

Considerando a responsabilidade da Fiocruz dada pelo DECRETO Nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, Capítulo IX - Das Empresas Prestadoras de Serviços a Terceiros, onde no § 8º, afirma: “A empresa contratante será responsável pelas infrações relacionadas às condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores quando o trabalho for realizado nas suas dependências ou em local previamente convencionado em contrato, observado o disposto no § 3º do Art.5º-A da Lei nº 6.019, de 1974”;

Considerando o Decreto Nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, de forma a “estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP”;

Considerando as disposições contratuais obrigatórias do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, onde define, no Art. 8º, que cláusulas devem constar nos contratos, e especificamente no item VII alínea c, afirma que seja prevista: “a concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido”. Associado, recomenda-se a adesão ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), programa instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, regulamentada pelo Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, com instruções complementares estabelecidas pela Portaria MTP/GM nº 672, de 8 de novembro de 2021;

Considerando o Art. 1º da Lei nº 9.029, de 13/4/1995, que afirma: “É proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho, ou de sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência, reabilitação profissional, idade, entre outros, ressalvadas, nesse caso, as hipóteses de proteção à criança e ao adolescente previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal”;

Considerando o Art. 461 da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, que traz a proibição da discriminação por motivo de idade: “Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado

ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade.”;

A Política Nacional do Idoso (Lei n. 8.842, 1994) e o Estatuto da Pessoa Idosa, definido pela Lei Federal Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que prevê uma série de normas com vistas a proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa como o direito a inclusão e interação em atividades que incluam outras gerações, determina que é dever de todos assegurar que não haja preconceito e discriminação, sendo esta uma ferramenta importante de enfrentamento do ageísmo. Ao lado desta encontra-se o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento (ONU, 2002), ainda um marco a respeito do papel dos mais velhos na sociedade, pautando o idoso em relação ao desenvolvimento, à saúde e aos ambientes produtores de saúde e bem-estar.

Considerando a Lei Federal nº 7.418 de 16/12/1985, alterada pela Lei Federal nº 7.619, de 30/09/1987, onde afirma que todo trabalhador no território nacional tem direito ao custo de seu transporte coletivo para seu deslocamento de ida/volta ao trabalho;

Considerando o artigo 6º, parágrafo 3º, da Lei Federal 8080/90 que regulamenta os dispositivos constitucionais sobre a Saúde do Trabalhador, o qual estabelece: “entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho”;

Considerando a Constituição Federal, que em seu Capítulo II, trata sobre os Direitos Sociais, dentre os quais encontra-se o direito à alimentação. De acordo com o art.6, “São direitos sociais a educação, a saúde, a ALIMENTAÇÃO, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”;

Considerando a nova lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133/2021, que dispõe em seu artigo 11: “ O processo licitatório tem por objetivos: I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.”, bem como em seu artigo 34: “O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.”;

Considerando o artigo 7º. da Constituição Federal, que garante o direito dos trabalhadores à redução dos riscos para a saúde presentes no trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

Considerando ainda a pirâmide de Kelsen, classificação utilizada para hierarquização das leis pelo ordenamento jurídico brasileiro, onde temos a hierarquia: 1 - a Constituição Federal de 1988 e emendas constitucionais; 2 - Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos; 3 - Leis Ordinárias, Leis Complementares, Leis Delegadas, Resoluções, Decretos Legislativos, Tratados Internacionais que não tratem de direitos humanos e, por fim, medidas provisórias; e 4 – Normas infralegais;

A partir das premissas acima elencadas, e toda a cadeia de responsabilidades da Fundação Oswaldo Cruz, no que tange o respeito à saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras, desenvolveu-se termos a serem utilizados como base para elaboração do item Saúde do Trabalhador em processos licitatórios, a fim de garantir aos trabalhadores contratados pela Fundação Oswaldo Cruz condições de saúde, segurança e qualidade de vida e de trabalho.

3. Marco Jurisprudencial

O papel da jurisprudência é uniformizar o entendimento de todos os tribunais, gerando segurança jurídica para a aplicação do direito no caso concreto, diante dos anseios da sociedade, estando portanto, em constante evolução e atualização.

A Lei 10.520/2002 estabelece em seu Art. 3º que a fase preparatória do pregão deverá observar o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; (...)

Assim, observando toda a cadeia de responsabilidades da Fundação Oswaldo Cruz, já citada, no que tange o respeito à saúde dos trabalhadores presente em sua missão, visão e valores, bem como o respeito à Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (Decreto Nº 7.602), ao Decreto Nº 10.854; artigo 6º, parágrafo 3º, da Lei Federal 8080/90 e, ainda, ao artigo 7º da Constituição Federal, é fundamental que se possam garantir aos trabalhadores contratados pela Fundação Oswaldo Cruz condições de saúde, segurança e qualidade de vida e de trabalho.

Lembrando ainda do voto do Exm. Ministro Aroldo Cedraz, condutor do Acórdão 1.225/2014-TCU-Plenário, onde afirma:

5. A administração pública deve procurar produtos e serviços com a devida qualidade e que atendam adequadamente às suas necessidades. É preciso mudar o paradigma, que, infelizmente, ainda predomina no campo das aquisições públicas, da busca do 'menor preço a qualquer custo'. Esse paradigma tem levado, muitas vezes, a administração a contratar obras, bens e serviços de baixa qualidade, que não atendem a contento às necessidades e que afetam o nível dos serviços públicos prestados. E, muitas vezes, sequer a aparente economia de recursos que se vislumbrava conseguir efetivamente se concretiza em médio e longo prazos, uma vez que esse tipo de contratação geralmente implica substituições em prazos mais curtos, maiores custos de manutenção etc.

6. Evidentemente, essa busca pela qualidade não significa descuidar da economicidade ou desconsiderar a necessidade de ampliação da competitividade das licitações. Mas a obtenção de preços de aquisição mais baixos não pode ser atingida às custas da contratação de produtos de baixa qualidade ou de empresas sem condições de prestar serviços adequados.

7. Licitar implica, necessariamente, fazer restrições, pois no momento em que se definem as características do produto/serviço que se deseja, afasta-se a possibilidade das empresas que não detêm produtos ou serviços com aquelas características de fornecerem para a administração. O que não se admite, e assim prevê o Art. 3º, §1º, inciso

I da Lei 8.666/93, é o estabelecimento de condições que restrinjam o caráter competitivo das licitações em razão de circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.”

Importante destacar que eficiência não pode ser entendida como sinônimo de menor gasto financeiro. A eficiência está atrelada à melhor utilização dos recursos para o interesse público a que se pretende. Assim, a escolha pelo menor preço nem sempre representa a escolha mais eficiente.

Neste sentido, os doutrinadores Dallari e Ferraz entendem que a eficiência na Administração Pública não deve se resumir ao estrito cumprimento da lei, pois isto implica, muitas vezes, em não atender ao próprio princípio, inviabilizando a obtenção de resultados que realmente atendam ao interesse público:

Não basta atuar de maneira conforme a lei. Não faz sentido emperrar a administração para dar estrito cumprimento à literalidade da lei. Agora é preciso mais: a administração deve buscar a forma mais eficiente de cumprir a lei, deve buscar, entre as soluções teoricamente possíveis, aquela que, diante das circunstâncias do caso concreto, permita atingir os resultados necessários à satisfação do interesse Público (Dallari; Ferraz, 2000, p.77-78).

Assim, o interesse público deve ser o maior norteador da Administração Pública, evitando-se, assim, economias momentâneas que, futuramente, podem transformar-se em graves prejuízos financeiros.

A título de ilustração, citemos os casos em que a Administração Pública contrata com empresas que afrontam normas coletivas. Isso pode trazer consideráveis demandas trabalhistas que, inevitavelmente, atingirão a Fiocruz, já que, em casos de Terceirização, a contratante responde de forma subsidiária, sendo certa uma condenação nestes moldes, na medida em que não houve a efetiva vigilância no cumprimento das normas aplicáveis aos trabalhadores.

Neste sentido, seguem julgados acerca da temática:

PRIMAZIA DO VALOR SOCIAL DO TRABALHO (ART. 1º, III e IV, da CRFB). TERCEIRIZAÇÃO. LESÃO AOS DIREITOS DO TRABALHADOR OU AO MEIO AMBIENTE LABORAL. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR. O repasse de atividades empresariais para empresas especializadas por meio da terceirização é admitido em limites legalmente fixados pela Lei nº 6.019 de 1974, e não se confunde com a intermediação de mão de obra ou com a prestação de serviços temporários, ressalvado o entendimento da Relatora pela inconstitucionalidade da terceirização ampla. De toda sorte, se consubstancia em **fenômeno que deve ser examinado à luz dos princípios jurídicos da proteção, da primazia da realidade, da não discriminação, da precaução e sob a diretriz da responsabilidade jurídica, principalmente diante de lesões ao meio ambiente, à saúde e à segurança no trabalho e da ocorrência de inadimplemento de créditos ou direito trabalhistas.**

Nas terceirizações lícitas, em tese, não se configura relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada, competindo à contratante verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada e responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, ressalvados os casos de fraude. Deste modo, o repasse de serviços especializados para empresa terceira não exime o contratante do ônus de assumir com as obrigações trabalhistas, configurando-se sua responsabilidade, nos exatos termos do que estabelece

o Art. 927 do Código Civil e os Art. 5º-A, parágrafos 3º e 5º e Art. 10, parágrafo 7º da Lei nº 6019/74, com a redação das Leis 13.249/2017 e 13.1467/2017. Quando lícita a terceirização, caso ocorra lesão aos direitos do trabalhador, estará configurada a responsabilidade solidária da tomadora, pela reparação das lesões ao meio ambiente laboral e à saúde do trabalhador, e sua espécie subsidiária pelo inadimplemento dos créditos trabalhistas e previdenciários.

(TRT1 – RO 01002180220175010062. RELATOR: SAYONARA GRILLO COUTINHO LEONARDO DA SILVA. SÉTIMA TURMA. DATA DE JULGAMENTO: 21.04.2021)

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA PETROBRAS. VERBAS DEFERIDAS. O tomador é devedor subsidiário dos direitos trabalhistas não adimplidos pela contratada a seus empregados, sendo de sua responsabilidade todas as verbas a que o trabalhador tenha direito, inclusive os acréscimos, indenizações e multas que tiveram origem no descumprimento de obrigações trabalhistas. Tal ilação também se aplica aos eventuais benefícios advindos da norma coletiva. Ainda que o tomador de serviços não tenha participado da negociação, ele assume a posição do empregador perante o trabalhador. Neste sentido, é o inciso VI da Súmula nº 331, do C. TST e a Súmula 13 deste Regional. Recurso da reclamada desprovido.

[...]

O tomador é devedor subsidiário dos direitos trabalhistas não adimplidos pela contratada a seus empregados, sendo de sua responsabilidade os acréscimos e multas que tiveram origem no descumprimento de obrigações trabalhistas. Admitir-se o contrário seria privilegiar aquele que não cuidou de fiscalizar a empresa com que contratou, assumindo, portanto, os riscos daí advindos. **Tal ilação também se aplica aos benefícios advindos da norma coletiva, ainda que o tomador de serviços não tenha participado da negociação.**

(TRT1 - RO 0101833-32.2016.5.01.0201. RELATOR: JOSÉ LUIS CAMPOS XAVIER. 7ª TURMA: DATA DE PUBLICAÇÃO: 07.12.2018)

Em seguida, destacamos dois julgados específicos relacionados à Fiocruz. No primeiro, não houve a devida cautela na adoção de medidas contra a precarização do trabalhador, o que resultou em condenação. No segundo, a efetiva fiscalização oportunizou ao ente que não sofresse sanção pelo Judiciário.

RECURSO ORDINÁRIO DA FIOCRUZ. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Por comprovado que o ente da Administração teve ciência da reiterada violação de deveres trabalhistas e, ainda assim, **não adotou medida que impedisse a precarização do trabalhador, cabível é a condenação subsidiária** pelos créditos reconhecidos. Recurso a que se nega provimento.

(TRT1 - RO 00113538520155010025. RELATOR: MARIO SERGIO M. PINHEIRO. PRIMEIRA TURMA. DATA DE PUBLICAÇÃO: 06.12.2018).

RECURSO ORDINÁRIO. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. **Comprovada a efetiva fiscalização** por parte da pessoa jurídica de direito público, à luz do que preceitua a lei 8.666/93, **não há que se falar em responsabilidade subsidiária.**

(TRT1 - RO 01004947220185010070. RELATOR: ALVARO ANTONIO BORGES FARIA. SEGUNDA TURMA. DATA DE PUBLICAÇÃO: 05.02.2020)

4. Obrigações e Justificativas

Do Respeito à Missão, Visão, Valores da Fiocruz e à Força de Trabalho

A Fundação Oswaldo Cruz é a Instituição de ciência e tecnologia mais destacada na saúde da América Latina. Tem como conceitos norteadores “Promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico, ser um agente da cidadania.” Assim, busca-se a eficiência na prestação de serviços para a sociedade, o que inclui essencialmente, garantir condições de trabalho decentes e dignas para todos os trabalhadores da Fiocruz, sendo tal responsabilidade também das empresas que firmam contrato com a instituição.

Para tal, conta com uma força de trabalho altamente qualificada e toda uma estrutura arquitetônica e humana que dá suporte às atividades fins que se direcionam à sociedade em áreas diversas. Cerca de 70% da força de trabalho da Fiocruz conta com a mão de obra terceirizada, compondo este capital humano especializado, desde os trabalhadores da ponta até a todos os trabalhadores que oferecem suporte às atividades fins da instituição. A “Qualidade e excelência” e a “Valorização dos trabalhadores, alunos e colaboradores” estão entre os valores da Instituição para a construção destas relações de trabalho.

De forma a manter a característica de excelência da instituição diante da sociedade, é fundamental que os profissionais alocados para a prestação do serviço estejam inseridos no cotidiano da instituição, tomando conhecimento dos processos e rotinas inerentes à área, proporcionando assim uma maior produtividade, uma vez que o profissional estará familiarizado com os assuntos do ambiente e comprometido com as atividades atribuídas. Sendo a contratação da força de trabalho terceirizada estratégica para a Instituição, deve-se resguardar a eficácia das atividades necessárias à consecução da missão organizacional da Fiocruz.

Desta forma, as atividades realizadas pela força de trabalho da instituição são complexas e exigem profissionais qualificados, com expertises na área de atuação e cujas tarefas exercidas estão em condições similares e até superiores às executadas no mercado, pois exige-se um leque ampliado de conhecimentos dada a grandiosidade da missão Institucional da Fiocruz. Tal medida visa a garantir a eficiência e a eficácia nas atividades, evitando a mitigação de execução de tarefas com falhas que podem gerar prejuízos de grande proporção ao erário.

Assim, recomenda-se que as empresas contratadas prevejam orçamento voltado à formação e qualificação dos trabalhadores terceirizados de forma que a força de trabalho se mantenha especializada e qualificada com vistas a garantir as necessidades da instituição, colaborando com sua missão frente à sociedade.

Ademais, em 2018, foi implantado o Sistema de Integridade da Fiocruz, coordenado pela Unidade de Gestão de Integridade e Riscos (UGI) e integrado pela Ouvidoria, Comissão de ética (CE), Comissão de Integridade em Pesquisa (CIP), Comissão Permanente de Classificação de Informações (CPAI), Procuradoria, Unidade de Controle Interno (UCI), Corregedoria (CORREG) e Auditoria Interna (AUDIN).

Esse Sistema Integrado possui uma abordagem baseada em análise de riscos, que visa promover transparência e integridade pública, por meio de instâncias de integridade comprometidas com o desenvolvimento dos valores da Fiocruz e de uma cultura de abertura para a discussão de dilemas éticos. É por este sistema que atualmente chegam as denúncias de assédio, conflito e violências no trabalho, por meio do fluxo de recebimento e tratamento de denúncias estabelecido pela Portaria 5831/2019-PR, retratado nas unidades da Fiocruz pelo projeto corregedoria itinerante.

A Fundação Oswaldo Cruz preza pela contratação de empresas que possuam Programas de Integridade estabelecidos compatíveis com sua missão, visão e valores.

Assim, a contratada deve manter uma política que vise:

1. Estar em conformidade com todos os requisitos legais aplicáveis à Fundação, principalmente, os que regulamentam as atividades laborais, bem como aos princípios e regras inscritas no Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal.
2. Aderir/Adequar-se às políticas da Fiocruz de prevenção e enfrentamento ao assédio moral, sexual e outras violências no trabalho, de equidade de gênero e raça, e de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.
3. Possuir ética e integridade em todas as suas atividades, bem como manter uma área, com independência e autonomia, para atuar continuamente, como autoridade na prevenção, mitigação de riscos e dando o devido tratamento a eventuais irregularidades, principalmente aos atos que causem prejuízo ao Poder Público e à sociedade.
4. Assegurar a existência de um canal de comunicação permanente e efetivo com a contratante, colaboradores, fornecedores e com a sociedade para receber relatos de possíveis irregularidades, realizando sua apuração e seu tratamento com intuito de mitigar seus efeitos.
5. Manter a Ouvidoria Geral da Fiocruz informada sobre os tratamentos dados as manifestações de irregularidades.

Do Respeito às Normativas do Trabalho

No que tange ao marco hierárquico dado pela pirâmide de Kelsen, já citada, devem-se conhecer e respeitar as normativas a serem aplicadas no âmbito do trabalho.

O capítulo 5 traz um compilado de normativas, obrigações e protocolos a serem seguidos, que serão usados como base para a atuação dos fiscais de contrato no âmbito da Fiocruz, nesta ordem de preferência quando houver:

- 1º Pelos Fiscais de Contrato;
- 2º Pelas Comissões Internas de Saúde da Trabalhadora e do Trabalhador;
- 3º Por outros atores designados à fiscalização relativa a contratos de terceirização/serviços;
- 4º Ou pelos Núcleos vinculados à Saúde e Segurança do Trabalho das Unidades contratantes;

Cabe às empresas contratadas seguirem às leis ligadas ao trabalho e à prestação de serviços para o setor público, considerando esses custos nos cálculos e planejamento relativos à prestação de serviços.

Do Plano de Saúde

A preocupação com a aparente economia, neste caso, se coloca em termos da preservação da saúde dos trabalhadores da Instituição e abarca questões sociais, organizacionais e de responsabilidade já abordadas.

Considera também os tempos despendidos com absenteísmo e presenteísmo, provenientes da sobrecarga da rede de atendimento ambulatorial e hospitalar do SUS. Este custo é incalculável e pode representar grandes impactos à produtividade e aos resultados da instituição, além dos custos

humanos relacionados. O custo se manifesta, ainda, de forma concreta e direta no que tange aos gastos com a saúde dos trabalhadores da instituição.

Os Núcleos de Saúde do Trabalhador (Nust) têm como premissa o atendimento às urgências, emergências e acidentes de trabalho ocorridos nos *campi* da Fiocruz. São serviços de referência para os trabalhadores que estejam em atividade laboral, não sendo, portanto, escopo dos Nusts os atendimentos clínicos ambulatoriais de rotina para suprir ausência ou dificuldade de acesso à rede de saúde externa, inclusive dos serviços de responsabilidade das empresas, a exemplo dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT).

O gráfico 1, apresenta a distribuição dos atendimentos realizados pelos núcleos de saúde do trabalhador da Fiocruz que têm serviço de pronto-atendimento (CST, Bio-manguinhos, Farmanguinhos, Instituto Fernandes Figueira, Instituto Nacional de Infectologia e Instituto Aggeu Magalhães), e evidencia **45.529** atendimentos realizados no ano de 2022. Ao categorizar os atendimentos por vínculo, **38.825** foram de **trabalhadores terceirizados**. Ou seja, cerca de **85,28%** do total de atendimentos realizados no ano de 2022 correspondeu ao atendimento de trabalhadores com o vínculo terceirizado (Gráfico 2). É explícito o elevado número de trabalhadores atendidos e que flagrantemente extrapolam as demandas laborais, como acidentes (vide gráfico 3) ou eventos de emergência.

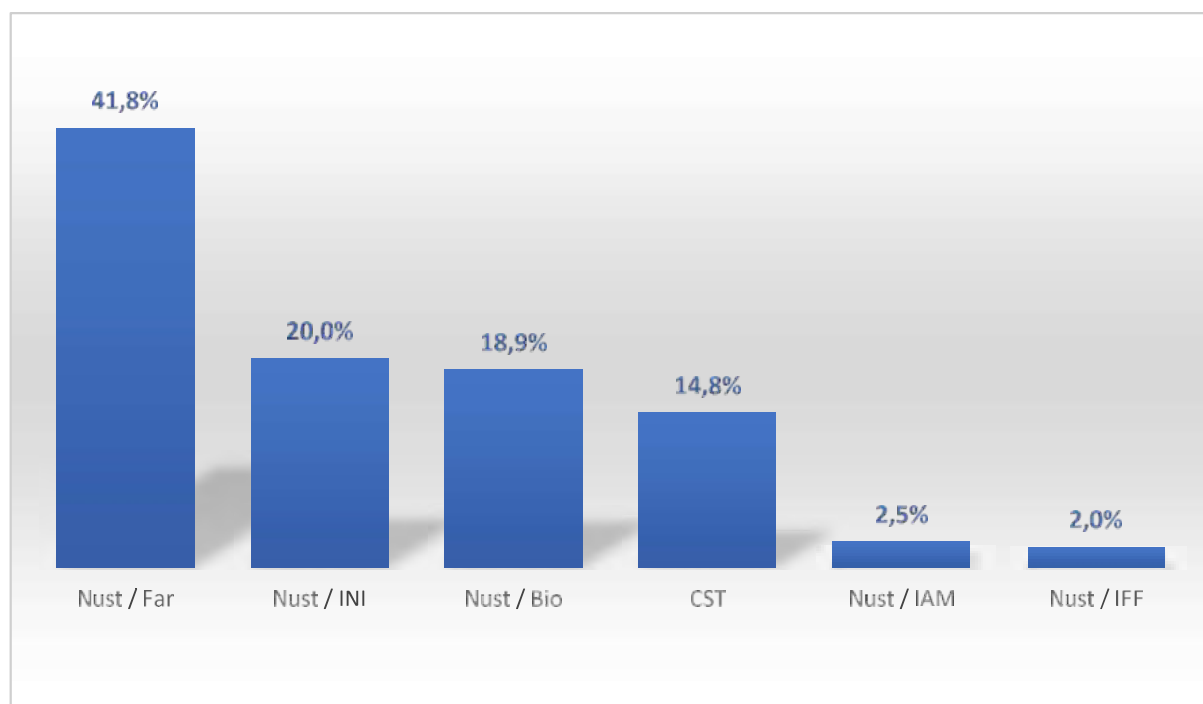


Gráfico 1. Distribuição dos atendimentos realizados na CST e nos Nust da Fiocruz, segundo a unidade, no ano de 2022.

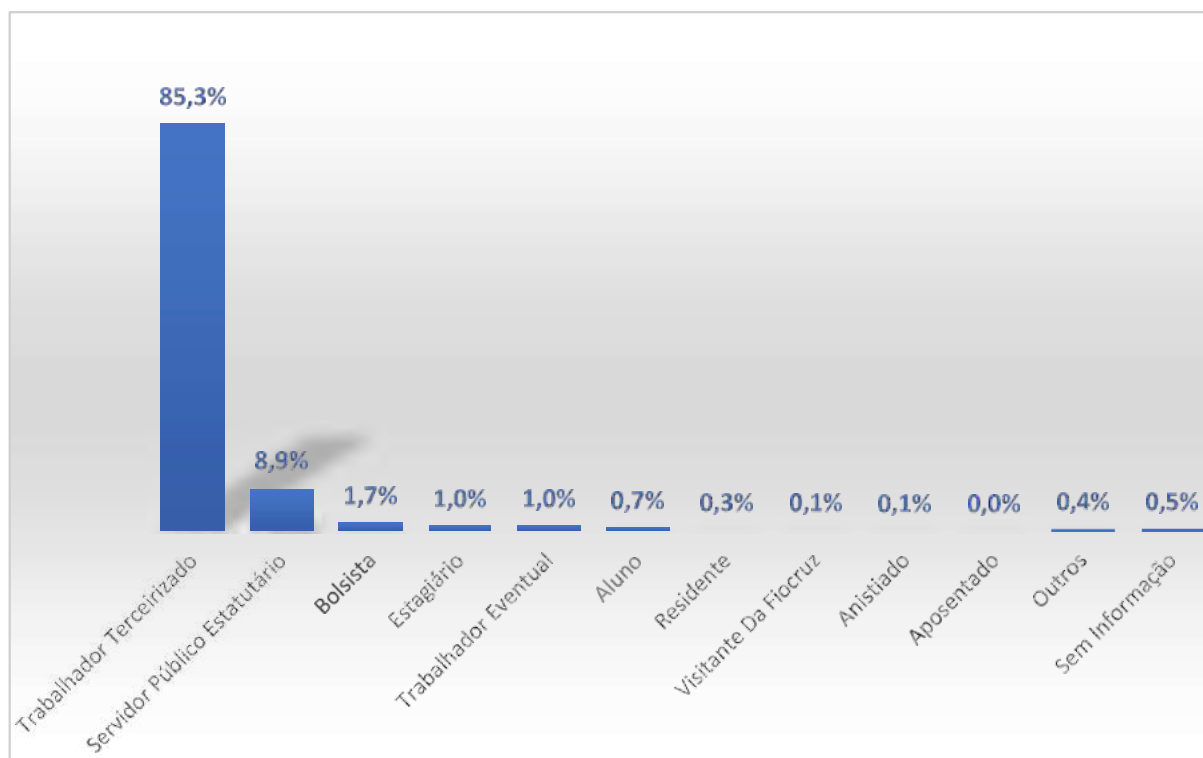


Gráfico 2. Percentual dos atendimentos realizados na CST, nos Nust da Fiocruz, segundo o vínculo com a Fiocruz, no ano de 2022.

Dos **437** acidentes relacionados ao trabalho atendidos e notificados pelos serviços de atendimento ao trabalhador da Fiocruz em 2022, **368 (84,2%)** foram de trabalhadores terceirizados.

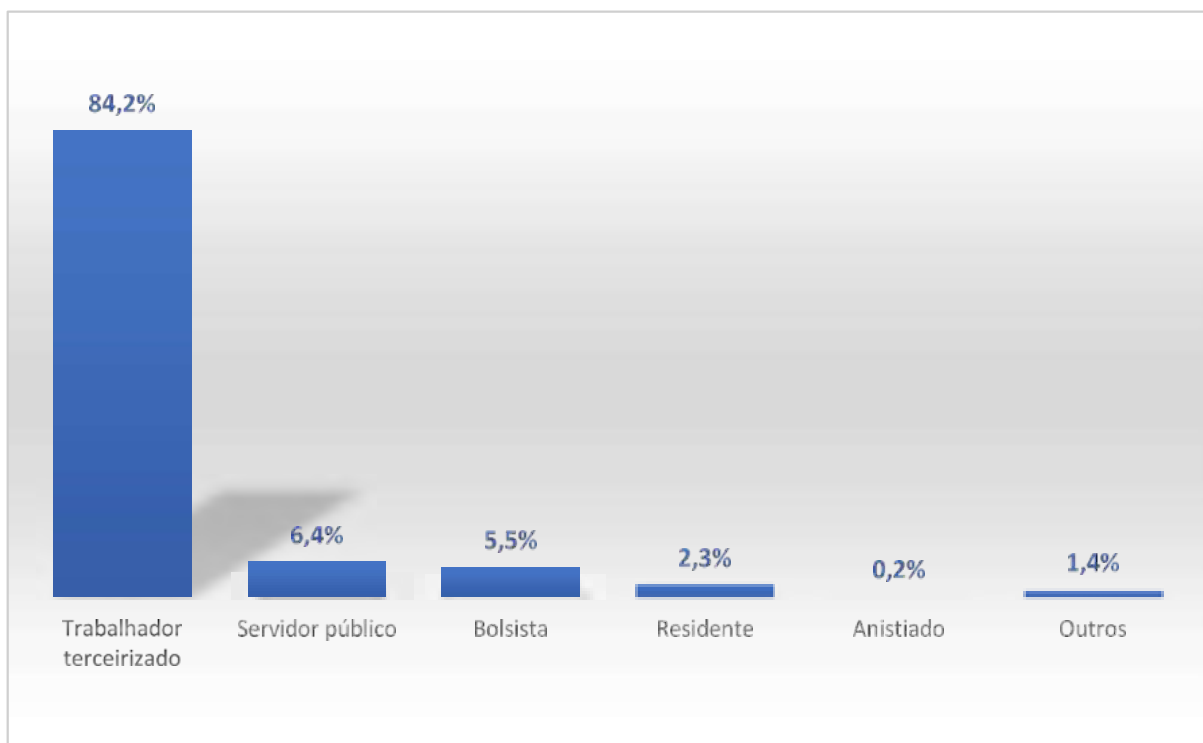


Gráfico 3. Percentual de acidentes de trabalho na Fiocruz, segundo o vínculo, no ano de 2022.

Todavia, em que pese as soberbas evidências de economicidade para a administração pública e a demonstrada ampliação das condições para a promoção da saúde dos trabalhadores terceirizados por meio da oferta do plano de saúde, a Controladoria-Geral da União (CGU) determina que a elaboração do orçamento estimativo deve observar estritamente o disposto em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho (ACT/CCT) da categoria a ser contratada. Ou seja, somente podem constar do orçamento estimativo, benefícios considerados obrigatórios pelo ACT/CCT, caso contrário, cabe à Administração justificar eventual inclusão na planilha estimativa de custos, de benefícios não previstos.

Da Alimentação

A alimentação adequada e saudável destaca-se por ser um tema prioritário na Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) alinhando-se à Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, uma vez que as transversalidades das ações de saúde do trabalhador, trabalho e alimentação são consideradas determinantes do processo saúde-doença, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Com isso, o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) foi instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976 e, atualmente, encontra-se regulamentado pelo Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, com instruções complementares estabelecidas pela Portaria MTP/GM nº 672, de 8 de novembro de 2021. O PAT tem por objetivo melhorar as condições nutricionais do trabalhador, sendo os seus parâmetros nutricionais alterados pela Portaria interministerial nº 66, de 25 de agosto de 2006. De acordo com a portaria, os programas de alimentação do trabalhador deverão propiciar condições de avaliação do teor nutritivo da alimentação.

Entende-se por alimentação adequada e saudável um direito humano, que engloba a prática alimentar apropriada a cada fase do curso da vida, que respeitem a cultura alimentar, as dimensões de gênero, idade, raça e etnia, que seja acessível do ponto de vista físico e financeiro, harmônica em quantidade e qualidade, baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis.

Neste sentido, a Portaria Normativa Nº 7, de 26 de outubro de 2016, institui as diretrizes de promoção da alimentação adequada e saudável nos ambientes de trabalho, a serem adotadas como referência nas ações de promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho dos órgãos e entidades integrantes do sistema de pessoal civil da administração federal - SIPEC. Destaca-se a responsabilidade dos órgãos e entidades em observar as diretrizes do Guia Alimentar para População Brasileira e de outros instrumentos de educação alimentar e nutricional, assegurando qualidade nas refeições para os trabalhadores.

Vale ressaltar o Art. 6º da Constituição Federal, segundo o qual a alimentação é um dos direitos sociais. Com isso, o auxílio à alimentação é considerado um direito social e corresponde a uma parcela extremamente significativa para a subsistência dos trabalhadores. Não obstante sua natureza indenizatória, constitui parcela relevante do salário mensal, sendo dever do Poder Público a efetivação dos direitos constitucionais em observância ao princípio da dignidade da pessoa humana. Além disso, podemos observar tanto no âmbito dos contratos da Fiocruz como nos contratos em outros órgãos, que o direito à alimentação é preservado.

Ter a garantia do recurso destinado à alimentação é um meio de promover práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis, de acordo com a Segurança Alimentar e Nutricional.

No que tange às premissas da Saúde do Trabalhador, é essencial ter como base a vigilância, promoção, prevenção e cuidado integral de agravos relacionados à alimentação e nutrição, para a formulação de diretrizes que abrangem as questões da atenção nutricional no Sistema Único de Saúde, em consonância com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. E ainda, em relação às questões referentes a alimentação, nutrição e trabalho, cabe ressaltar que são temas incluídos nas metas dos

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), compromisso assumido pelo Brasil junto às Organizações das Nações Unidas — ONU, em que a Fiocruz integra a Rede Estratégia ODS.

Do Combate à Discriminação nos Processos Licitatórios e Contratações e Enfrentamento das Violências nas Relações de Trabalho

A Fiocruz se compromete com o enfrentamento ativo ao racismo, às múltiplas expressões de capacitismo, a todas as formas de intolerância, discriminação e violências baseadas nas desigualdades sociais, políticas, geracionais, raciais, étnicas, religiosas, de gênero, sexualidades, diversidade funcional, patologias, de *status* migratórios e regionais.

O ambiente de trabalho é um ambiente propício para a ocorrência de discriminações em virtude do desequilíbrio existente entre a empregadora e os/as trabalhadores/as. A discriminação numa relação trabalhista pode ocorrer seja no momento da pré-contratação, quando o empregador estipula critérios discriminatórios para admissão, seja na vigência do contrato de trabalho, procurando cercear ou punir o trabalhador que exerce o determinado direito de personalidade, seja na extinção do contrato, por meio de dispensas motivadas por fins tortuosos, com fundo discriminatório.

Além do princípio da isonomia, que veda todo e qualquer tratamento diferenciado entre os indivíduos (e aqui se exclui o tratamento desigual dispensado aos desiguais como forma de se alcançar a igualdade formal), há ainda no âmbito trabalhista a Lei 9.029/95, que versa sobre a temática da discriminação.

Esta lei, em seu artigo 1º, traz a vedação a toda e qualquer discriminação na relação de trabalho, seja no momento da contratação ou no curso do pacto laboral:

Art. 1º. É proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho, ou de sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência, reabilitação profissional, idade, entre outros, ressalvadas, nesse caso, as hipóteses de proteção à criança e ao adolescente previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.(Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)(Vigência)

Observa-se que a redação do artigo aponta que as hipóteses de discriminação não se esgotam nas mencionadas pelo legislador. Há um leque de possibilidades de sua ocorrência. A Convenção n. 111 da Organização Internacional do Trabalho também trata do tema da discriminação, buscando especificar a sua definição:

Artigo 1º

1. Para os fins desta Convenção, o termo "discriminação" compreende:

- a) toda distinção, exclusão ou preferência, com base em raça, cor, sexo², religião, opinião política, nacionalidade ou origem social, que tenha por efeito anular ou reduzir a igualdade de oportunidade ou de tratamento no emprego ou profissão;
- b) qualquer outra distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito anular ou reduzir a igualdade de oportunidade ou tratamento no emprego ou profissão, conforme pode ser determinado pelo País-membro concernente, após consultar organizações

² Compreenda-se aqui sexo e gênero

representativas de empregadores e de trabalhadores, se as houver, e outros organismos adequados.

Por todo o exposto, resta clarividente a necessidade de que os processos licitatórios e contratações não limitem o acesso aos trabalhadores por questões de sexo, gênero, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência, reabilitação profissional, idade, entre outros, posto que somente podem ser exigidas determinadas qualificações que guardem relação com a função a ser desempenhada, conforme preceitua o artigo 5º, inciso III da Carta Maior.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

A Fiocruz possui políticas afirmativas nos seus processos seletivos, razão pela qual as empresas com quem contrata devem respeitar esses valores vinculados à visão e missão institucional.

Desta forma, é fundamental garantir o respeito à diversidade, buscando discutir, identificar e eliminar quaisquer formas de discriminação e violência, sejam elas de gênero, raça, orientação sexual, deficiências, faixa etária, religiosa, territorial, ou qualquer tipo, em consonância com as políticas institucionais.

Raça e Gênero

A Fundação Oswaldo Cruz, por intermédio do seu Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça desde 2009, coloca em pauta que, para que se obtenha a garantia do direito à saúde deve-se reafirmar os direitos de toda a população brasileira, reconhecendo-se sua diversidade, vulnerabilidades sociais, processos históricos, determinantes sociais, entre outros fatores. Pontua-se a defesa dos direitos humanos e do reconhecimento da pluralidade do povo brasileiro e de suas demandas. A promoção da equidade de gênero, da diversidade sexual e das relações étnico-raciais na Fiocruz é prioridade deste Comitê.

Conforme aprovado na tese 11 do VIII Congresso Interno:

A Fiocruz se posiciona na luta por uma sociedade mais justa e equânime, comprometida com a diversidade do povo brasileiro e suas demandas, seja nas políticas voltadas para seus trabalhadores, independente de seus vínculos, seja nas ações para usuários em suas escolas, institutos e serviços de saúde, seja nos estudos e pesquisas desenvolvidos, buscando reconhecer e enfrentar todas as formas de discriminação, exclusão e violência.

Desta forma, para os efeitos deste documento e das ações a ele vinculada nos contratos de terceirização, assim como nas relações de trabalho provenientes destes contratos, considera-se inaceitável qualquer tipo de contratação que esteja vinculada a ações ligadas ao preconceito de gênero, da diversidade sexual e das relações étnico-raciais, entre outros, compreendendo-se que não existe qualquer justificativa para perpetuação ou aceitação destes tipos de discriminação ou de atitudes provenientes deles.

Ageísmo ou Etarismo

Ageísmo vem da palavra *age* (idade, em inglês). Também chamado de etarismo, é um conceito usado para definir um conjunto de ideias, afetos e comportamentos de discriminação e preconceito baseados

na idade. O preconceito etário está atrelado a uma ideia de que a idade classifica e estereotipa pessoas, criando barreiras para a diversidade etária saudável e sentimento de solidariedade intergeracional, tão importantes para o apoio à memória institucional e ao processo de gestão compartilhada do conhecimento, dentre outros aspectos. Ao investir em inclusão e diversidade, a Fiocruz favorece ambientes mais saudáveis de convívio entre os trabalhadores com saber compartilhado.

Em respeito à Política Nacional do Idoso (Lei n. 8.842, 1994) e ao Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741, 2003), cabe à prestadora de serviços ou empresa contratada:

1. Considerar inaceitável qualquer tipo de contratação que esteja vinculada a ações ligadas ao Ageísmo ou Etarismo, compreendendo-se que não existe qualquer justificativa para perpetuação ou aceitação deste tipo de preconceito.
2. Estimular a promoção da saúde dos trabalhadores mais velhos;
3. Incluir os mais velhos nas políticas de educação continuada, pós-graduação *stricto e lato senso* e programas de tutoria, de modo que possam ser integrados às mesmas e partilhar seu conhecimento³.
4. Promover formação para os profissionais de acordo com as necessidades vinculadas à produtividade da Fiocruz;
5. Desenvolver e estimular equipes intergeracionais;
6. Contribuir para a produção de cultura de diversidade etária harmônica e saudável.
7. Desenvolver ações transversais dirigidas ao trabalhador mais velho, considerando a integralidade de suas condições e perspectiva de vida e trabalho e priorizando saúde, autonomia, flexibilidade e valorização.
8. Promover ações ergonômicas e organização do trabalho que privilegiem a flexibilidade e a autonomia
9. Oportunizar a participação no processo seletivo para postos superiores dentro do próprio contrato.

Deficiência

A Lei 8.213/91 dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e, há 30 anos, buscou progredir na inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho por meio da obrigatoriedade de contratação de acordo com o número de seus funcionários. Nela está especificado o percentual relativo a cada empresa, em que:

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas na seguinte proporção:

- | | |
|-----------------------------|-----|
| I - até 200 empregados..... | 2%; |
| II - de 201 a 500..... | 3%; |
| III - de 501 a 1.000..... | 4%; |

³ Os trabalhadores da Fiocruz são profissionais altamente qualificados, cujas atividades e tarefas são complexas e exigem expertise na área de atuação, exercidas em condições similares e até superiores às executadas no mercado, pois exige-se um leque ampliado de conhecimentos dada a grandiosidade da missão Institucional da Fiocruz. Os processos de formação e qualificação deste público visam garantir a eficiência na Administração Pública e a eficácia nas realização das atividades, ampliando o retorno para a sociedade e evitando a execução de tarefas com falhas que podem gerar prejuízos de grande proporção ao erário.

IV - de 1.001 em diante.....5%.

V - (VETADO). (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015)

A referida lei ainda dispõe que, para a reserva de cargos, será considerada somente a contratação direta de pessoa com deficiência, excluído o aprendiz com deficiência de que trata a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Apesar desta previsão, muito temos a avançar para que este direito se torne uma realidade para grande parte de pessoas com deficiência que continuam excluídas.

É fundamental que sejam garantidas as condições de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência em todos os ambientes relacionados ao trabalho, rompendo com a perspectiva discriminatória com base no capacitismo. Este é um termo cada vez mais usado no Brasil para designar “uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade. É uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo e ser desejada, de ter relações sexuais etc.), aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais, como o sexismo, o racismo e a homofobia.” (MELLO, 2016, p. 3272)

As empresas que terceirizam os serviços não estão desobrigadas dessa responsabilidade social. É preciso, ainda, garantir a promoção da sensibilização de gestores e demais trabalhadores no sentido de romper barreiras atitudinais, que reproduzem a discriminação de toda forma. A Fiocruz está comprometida com o desafio de transformar esta realidade em várias frentes e na questão do trabalho igualmente. Todos(as) ganham quando a diversidade é assumida como um valor de justiça social.

Do Cuidado em Saúde Mental e Relações no Trabalho

Tendo em vista os Marcos Legais citados, onde destacam-se Os pilares da Agenda para o Trabalho Digno da Organização Internacional do Trabalho-OIT, a PORTARIA Nº 1.261 DE 05 DE MAIO DE 2010, a PORTARIA Nº 1.823, DE 23 DE AGOSTO DE 2012 e a Tese 07 aprovada no IX Congresso Interno da Fiocruz (2021), cabe à Fiocruz realizar intervenções junto às prestadoras de serviço e empresas contratadas, quando identificados riscos psicossociais aos trabalhadores, visando ao direito ao trabalho digno, à promoção da equidade e saúde mental no trabalho, à prevenção de agravos, o combate à estigmatização do sofrimento psíquico bem como a qualquer tipo de discriminação.

Cabe à prestadora de serviços ou empresa contratada:

1. Dar ciência destas recomendações a sua equipe de liderança e zelar pelo seu cumprimento;
2. Buscar a inclusão de procedimentos para a avaliação da saúde mental dos trabalhadores no Exame Periódico de Saúde, bem como a devida orientação aos trabalhadores quando identificado sofrimento psíquico;
3. Promover a divulgação de eventos e ações voltados à prevenção de agravos e promoção da saúde mental no trabalho realizados pelas áreas de Saúde do Trabalhador da Fiocruz, bem como pelos prestadores de serviços e empresas contratadas, zelando pela participação dos trabalhadores;
4. Viabilizar o acesso dos trabalhadores aos Serviços de Saúde de Trabalhador da Fiocruz para acolhimento e suporte psicossocial, conforme suas próprias necessidades.
5. Acompanhar e cumprir diretrizes, regras e normas internas da Fiocruz referentes ao cuidado das relações e saúde mental no trabalho.
6. Garantir o respeito à diversidade, buscando discutir, identificar e eliminar quaisquer formas de discriminação e violência, sejam elas de gênero, raça, orientação sexual,

deficiências, faixa etária, religiosa, territorial, o assédio moral ou sexual, ou qualquer outro tipo.

Da Licença Maternidade, da Gestante e do Bebê

É obrigação da empresa garantir o cumprimento dos direitos das trabalhadoras gestantes e lactantes conforme previsto no artigo 394-A da CLT, de forma que a trabalhadora gestante ou lactante seja afastada de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres que ofereçam qualquer tipo de risco, devendo exercer atividades em locais e condições salubres. Cabe ainda à empresa contratante conhecer, seguir e fazer cumprir os documentos de referência da Fundação Oswaldo Cruz no que tange ao tema.

Pautando-se ainda na Missão, Visão e com os Valores da Fiocruz e na orientação da OMS endossada pelo Ministério da Saúde de que o bebê deve ser mantido em aleitamento exclusivo durante os seis primeiros meses de vida e ainda pelo *Projeto Diálogos com a Enfermagem: Vivenciando a Maternidade no Trabalho* instituído pela Coordenação de Saúde do Trabalhador, recomenda-se a contratação de Empresas vinculadas ao Programa Empresa Cidadã ou propensas a sua adesão.

O programa Empresa Cidadã, que foi criado pelo governo e regulamentado pela Lei 11.770/2008, estende a licença maternidade de 120 para 180 dias e a paternidade de cinco para 20 dias. Às empresas participantes é concedido incentivo fiscal.

Ainda de acordo com o *Projeto Diálogos com a Enfermagem: Vivenciando a Maternidade no Trabalho*, instituído pela Coordenação de Saúde do Trabalhador, recomenda-se:

1. Disponibilizar às trabalhadoras a opção de trabalho remoto, quando possível, durante a gestação.
2. Garantir retorno ao trabalho de forma gradual à trabalhadora após licença maternidade, sempre que possível, objetivando favorecer a adaptação à nova rotina no trabalho e com o bebê.
3. Oferecer retorno em trabalho remoto após os seis meses de vida, como forma de assegurar o aleitamento materno, conforme recomendação da Organização Mundial de Saúde.

Importante destacar que com o advento da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17), o art. 394-A dispõe que, sem prejuízo de sua remuneração, nesta incluído o valor do adicional de insalubridade, a empregada deverá ser afastada de: I - atividades consideradas insalubres em grau máximo, enquanto durar a gestação; II - atividades consideradas insalubres em grau médio ou mínimo, durante a gestação; III - atividades consideradas insalubres em qualquer grau, durante a lactação.

Além disso, a mesma reforma acrescentou à CLT o artigos 75-C dispondo que a prestação de serviços nesta modalidade deverá constar expressamente do contrato individual de trabalho, podendo, inclusive, ser realizada a alteração entre regime presencial e de teletrabalho desde que haja mútuo acordo entre as partes, registrado em aditivo contratual.

Portanto, em caso de trabalhadoras gestantes e lactantes, inicialmente lotadas em trabalho insalubre, estas devem ser lotadas em locais salubres e, diante de sua impossibilidade, recomenda-se a contratação com empresas que adotem, para estes casos, o regime de teletrabalho, integral ou híbrido, ou que estejam propensas a tal adoção.

Dos Recursos Tecnológicos

Utilizar meios digitais para o trabalho requer infraestrutura adequada à atividade. Hoje, os recursos tecnológicos se constituem em ferramentas essenciais à realização das atividades de trabalho, e sua

obsolescência está intimamente ligada às possibilidades de realização das atividades e à carga mental oferecida pela realização ou não das tarefas.

Tendo em vista os diversos cenários apresentados ao longo do período da crise sanitária dada pelo Covid-19, recomenda-se que, nos contratos de terceirização, esteja previsto a oferta de recursos tecnológicos às trabalhadoras e trabalhadores em que as tarefas sejam compatíveis com teletrabalho/*Home office*.

Desta forma, conforme prevê o Art. 75-D da CLT, incluído pela Lei nº 13.467, de 2017: “As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito.”

E no que concerne às questões relativas à saúde do trabalhador, conforme o Art. 75-E da CLT: “O empregador deverá instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho.”

Desta forma, a empresa contratada deve oferecer aos trabalhadores formação/ treinamento, não somente sobre formas físicas de adoecimento, mas também sobre os conhecimentos relativos aos recursos tecnológicos disponibilizados, considerando o potencial de aprendizagem ligado às especificidades do trabalho e do trabalhador, de forma a lidar com a diversidade ligada à literacia digital. Sabe-se que a baixa literacia digital relacionada a rápida mudança tecnológica (transformação digital) pode gerar um aumento significativo da carga mental do trabalho e, por consequência, transtornos ligados à ansiedade, depressão, *burnout*, entre outros transtornos psíquicos.

Dos Critérios de Sustentabilidade

No que tange às questões relativas à sustentabilidade, a contratada deve atender às obrigações previstas nas seguintes legislações: Portaria Interministerial nº 66/ 2006, Lei nº 11.346/2006, Instrução Normativa 02/2010 e Decreto 7.746/12, Decreto 48.138/03 e Portaria nº 36, de 11 de janeiro 2021, da Casa Civil da Presidência da República e Decreto nº 8.932, de 14 de dezembro de 2016 - Estatuto da Fiocruz, que institui o Plano de Logística Sustentável (PLS) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), em atendimento à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12 de novembro de 2012.

Critérios e práticas de sustentabilidade

Visto que o objeto a ser contratado é composto pela prestação de serviços e, a fim de nortear os critérios de sustentabilidade que deverão ser observados, destaca-se a Instrução Normativa nº 01/2010 bem como o Decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Critérios e práticas de sustentabilidade a serem incluídos como obrigação da contratada

Os critérios de prática de sustentabilidade da licitante deverão estar alinhados com o Plano de Logística Sustentável (PLS) da Fiocruz, visando a promover ações com o foco ambiental, econômico e social, por meio de programas voltados à sustentabilidade de maneira ampla e consistente. Deve-se, ainda, incentivar seus funcionários às boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, entre outras abordagens.

Do estímulo à participação em práticas saudáveis como estratégia de Promoção à Saúde dos Trabalhadores

De acordo com a PORTARIA Nº 1.823, DE 23 DE AGOSTO DE 2012, a Política Nacional de Saúde do trabalhador e da trabalhadora destaca o incentivo específico para ações de promoção e vigilância

em saúde do trabalhador, a serem inseridos no âmbito dos componentes de vigilância e promoção da saúde.

O princípio da precaução deve ser incorporado como norteador das ações de promoção da saúde e de ambientes e processos de trabalho saudáveis, especialmente nas questões relativas à sustentabilidade dos processos produtivos. Isto implica a adoção do conceito de sustentabilidade socioambiental, como integrador de políticas públicas, incorporando nas políticas de desenvolvimento social e econômico o entendimento de que a qualidade de vida e a saúde envolvem o direito de trabalhar e viver em ambientes saudáveis e com dignidade, e, ao mesmo tempo, evitando o aprofundamento das iniquidades e das injustiças sociais.

Destaca-se a Política Nacional de promoção da saúde, que incentiva a articulação de parcerias para fomentar práticas corporais/atividade física no ambiente de trabalho, além de desenvolver campanhas de divulgação, estimulando modos de viver saudáveis e objetivando reduzir fatores de risco para doenças não transmissíveis.

Desta forma, recomenda-se que as empresas contratadas promovam e encorajem ações voltadas à promoção e vigilância em saúde dos trabalhadores.

5. Procedimentos de atendimento à legislação de segurança do trabalho para prestadores de serviços

Considerando a necessidade de implementação de ações voltadas para a prevenção de riscos à saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores, bem como da instituição de mecanismos capazes de estimular atitudes de corresponsabilidade no gerenciamento da saúde e da segurança do trabalho, com valorização e estímulo ao comprometimento de todos os envolvidos;

Considerando que a Lei 13.429/2017 (que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros (terceirização), estabeleceu no artigo 5º-A, parágrafo 3º, que: "É responsabilidade da contratante garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho for realizado em suas dependências ou local previamente convencionado em contrato".

Por último, considerando a Portaria 1.823/2012, que institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e o Decreto nº 7.602/2011, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST, a CST resolve aprovar esse Termo de Orientação de ST às Empresas Prestadoras de Serviço no âmbito da Fiocruz, tendo por objetivo a promoção da saúde, a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e a prevenção de acidentes e de danos à saúde relacionados ao trabalho ou que ocorram no curso dele, por meio da eliminação ou redução dos riscos no ambiente de trabalho.

Este Termo de Orientação de Saúde do Trabalhador deverá ser seguido por todas as empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. Deverá ser fornecida aos prestadores de serviços ou empresas contratadas uma cópia deste Termo, mediante comprovação de recebimento.

Objetivo da Fiocruz

Estabelecer os procedimentos mínimos de Segurança do Trabalho a serem seguidos por empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados.

Responsabilidades da Fiocruz

Fornecer o presente Termo de Saúde do Trabalhador / Segurança do Trabalho para prestadores de serviços e empresas contratadas;

Fazer outras exigências a respeito da Saúde e Segurança do Trabalho, além das descritas neste termo, sempre que julgar necessário para proteção dos trabalhadores;

Solicitar a paralisação do serviço, quando este apresentar risco a pessoas ou equipamentos até a eliminação ou neutralização do risco;

Fiscalizar os trabalhos dos prestadores de serviços e empresas contratadas, a fim de verificar o cumprimento das determinações legais e observar os regulamentos e normas de caráter geral, assim como os estabelecidos pelo contratante principal.

Responsabilidade do Prestador de Serviço

A prestadora de serviços deverá fornecer cópia deste procedimento a sua equipe de liderança e exigir o seu cumprimento, de acordo com o Artigo 157, Item I da CLT (CLT Decreto-Lei 5452/43);

A prestadora de serviços deverá assinar o termo de Aceitação dos Procedimentos e encaminhar ao Gestor do Contrato;

A prestadora de serviços deverá manter em dia o Exame Periódico de Saúde de seus trabalhadores e fornecer cópia sempre que solicitado;

Avisar imediatamente ao encarregado ou supervisor acerca de incidentes, acidentes e danos às trabalhadoras e aos trabalhadores. Da mesma forma, deve-se avisar à CST sobre incidentes e acidentes de trabalho ocorridos com trabalhadores/as de prestadores de serviços e empresas contratadas quando em serviços, em dependências da Fiocruz ou não. Também deverá ser enviada à CST a Comunicação de Acidentes no Trabalho (CAT), quando do acidente de trabalho;

Cumprir as regras e normas de segurança interna aplicáveis ao serviço, também a legislação em vigência do país e as específicas de cada atividade/unidade, considerando as situações contidas no presente Termo;

Promover a divulgação das normas da Segurança e Saúde da trabalhadora e do trabalhador, zelando pela sua observância;

Garantir os direitos das trabalhadoras gestantes e lactantes segundo previsto na CLT, artigo 394-A: “a empregada gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres, devendo exercer atividades em locais salubres”. Nesse sentido, levar em consideração outros documentos de orientação da Fiocruz (Plano de Contingência, etc);

As empresas devem garantir o respeito à diversidade, buscando discutir e eliminar todas as múltiplas determinações das opressões, seja elas de gênero, raça, orientação sexual, deficiências, faixa etária, religiosa, territorial.

Providências em caso de acidente de trabalho

A empresa contratante deverá comunicar ao Gestor do Contrato e à Coordenação de Saúde do Trabalhador da Fiocruz todo e qualquer incidente ou acidente ocorrido no trabalho, seguido de ações realizadas pelo SESMT da Prestadora de Serviços, como avaliação médica do acidentado, registro, investigação do acidente e estabelecimento de medidas corretivas e preventivas. Isto deverá ocorrer no prazo máximo de dois dias úteis, devendo ser entregue uma cópia da CAT ao Gestor do contrato e outra à CST.

Considera-se por processo de trabalho todas as atividades relacionadas diretamente com o exercício das funções previstas para trabalhadoras e trabalhadores, que inclui o deslocamento casa-trabalho, trabalho-casa, intra e interinstitucional para que tais funções sejam cumpridas, como, ainda o período de almoço, tendo em vista a situação da Fiocruz, inserida em território de conflitos e intervenções.

Seguir o Fluxograma do Plano de Emergência estabelecido para o posto de trabalho, bem como seguir o fluxo de acidente de trabalho estabelecido pela Contratante. A Prestadora de Serviços deverá investigar todos os acidentes ocorridos, para que assim emita os relatórios de acidentes. O relatório deverá conter um Plano de Ação com as medidas a serem adotadas para que não ocorram mais acidentes daquela natureza.

Legislação - Acidente de Trabalho

De acordo com o artigo 19 da Lei nº 8.213/91, “acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause morte, a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho”. (Redação dada pela Lei Complementar nº 150, de 2015)

Art. 20. Consideram-se acidentes do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:

I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar à determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e que com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.

Conforme o artigo 336 do Decreto 3.048/99:

Art. 336. Para fins estatísticos e epidemiológicos, a empresa deverá comunicar à previdência social o acidente de que tratam os artigos. 19, 20, 21 e 23 da Lei nº 8.213, de 1991, ocorrido com o segurado empregado, exceto o doméstico, e o trabalhador avulso, até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa aplicada e cobrada na forma do Art. 286.

Isto significa que, na ocorrência do acidente de trabalho, independentemente de afastamento ou não, é obrigatória a emissão da CAT por parte do empregador. Segundo a legislação previdenciária, a emissão da CAT, além de ser importante para a caracterização do Nexo Técnico Previdenciário, tem a função do controle estatístico e epidemiológico. Conclui-se que o fato de o afastamento ser inferior aos quinze dias não obsta a empresa do cumprimento à legislação trabalhista e previdenciária, além de preservar a saúde dos trabalhadores.

Os trabalhadores incluídos no Regime Geral da Previdência Social com afastamento superior a quinze dias devem necessariamente se submeter à avaliação médico-pericial para o gozo do auxílio-doença. O auxílio-doença é normatizado pela Lei nº 8.213/91, a qual dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, bem como pelo Decreto nº 3.048/99, sendo um benefício ofertado a partir da decorrência de incapacidade total e temporária do segurado. Nos casos de acidente ou doença do trabalho, o trabalhador poderá ter direito à concessão do auxílio-doença acidentário desde que caracterizado tecnicamente pela Perícia Médica do INSS, a qual reconhecerá o nexo entre o trabalho e o agravo.

Disposições Gerais e Exigências

Os prestadores de serviços e empresas contratadas deverão assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas os seus empregados no decorrer do desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

Exigências para as Empresas Subcontratadas

Caso haja subcontratação de serviços, a empresa contratante deverá repassar à subcontratada as exigências do presente Termo e encaminhar as respectivas documentações para o Gestor do Contrato e, em seguida, encaminhar seus empregados para integração / orientação antes do início dos trabalhos.

Plano de Emergência

A prestadora de serviços deverá apresentar fluxograma indicando as tomadas de decisões que deverão ser executadas por sua liderança em caso de uma emergência ou acidentes de trabalho, entre outras. O fluxograma deverá conter os telefones, endereços e vias de acesso aos Núcleos de Saúde do Trabalhador e ou unidades de urgência/emergência mais próximos ao local.

Legislação – Segurança do Trabalho

Legislações Gerais

A seguir, estão relacionados alguns itens relativos às Normas Regulamentadoras (NR's) que devem ser seguidas pelos prestadores de serviço e empresas terceirizadas, independente de sua atividade finalísticas ou dos ambientes aos quais os trabalhadores estarão submetidos.

NR 01 – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais

Todas as empresas privadas e públicas que possuam empregados regidos pela CLT devem obrigatoriamente atender todos os itens, principalmente o item 1.7:

Capacitação e treinamento em Segurança e Saúde no Trabalho.

O empregador deve promover capacitação e treinamento dos trabalhadores, em conformidade com o disposto nas NR.

Ao término dos treinamentos inicial, periódico ou eventual previstos nas NR, deve ser emitido certificado contendo o nome e assinatura do trabalhador, conteúdo programático, carga horária, data, local de realização do treinamento, nome e qualificação dos instrutores e assinatura do responsável técnico do treinamento.

A capacitação deve incluir: treinamento inicial, treinamento periódico e treinamento eventual.

***A enumeração destes
marcos legais
NÃO EXCLUI
a obrigação das
contratadas em garantir
o cumprimento de todas
as Normas
Regulamentadoras
(NR's), gerais ou
específicas, ou mesmo
outras leis, decretos,
resoluções ou outras
normas relativas à Saúde
e Segurança do
Trabalhador
relacionadas às
atividades contratadas.***

As prestadoras de serviços devem ainda apresentar, antes do início dos trabalhos, o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), contemplando os riscos e condições encontradas nas dependências das Unidades. O documento deverá ser enviado sempre que for revisado para nova avaliação e aprovação.

NR 04 - Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT

As prestadoras de Serviços que se enquadrarem com base no quadro II da NR-4 da Portaria 3.214/78 deverão ter profissionais do SESMT, conforme dimensionamento.

Caso a Prestadora de serviços esteja desobrigada a cumprir o exposto acima, deverá designar pessoa capacitada responsável para atender as exigências relacionadas às Normas de Segurança do Trabalho.

NR 05 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – CIPA

As prestadoras de serviço que se enquadrarem no quadro I da NR 5 da Portaria 3.214/78, considerando-se todo o contingente de trabalhadores da empresa, devem constituir CIPA, devidamente registrada.

As CIPAs estabelecidas devem manter boa inter-relação com as CISTT (Comissões Internas de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora)⁴ das unidades que as tiverem constituídas, de forma que não haja sobreposição, mas sim integração e articulação.

NR 06 – Equipamentos de Proteção Individual

Considera-se EPI todo dispositivo ou produto utilizado pelo trabalhador destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar sua segurança e a saúde no trabalho.

A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento.

Os EPI's deverão ser adequados aos riscos previstos em cada atividade, e possuir certificado de aprovação (CA) conforme descrito no PPRA. A prestadora de serviço deverá fornecer, treinar e fiscalizar o uso dos EPIs, mantendo cópias das fichas de controle de entrega assinadas pelos empregados e respectivos CA, no local de trabalho.

OBSERVAÇÃO: Os EPIS somente devem ser usados como complemento de uma proteção coletiva, para suprir a necessidade de minimização, neutralização ou eliminação do agente causador de risco de acidentes ou doenças profissionais individualmente sempre que o agente (risco) permanecer presente no ambiente de trabalho.

⁴ O Art. 6º da Norma Operacional de Saúde do Servidor – NOSS (2010) dispõe que para a implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho deve ser compartilhada e os atores fundamentais para a efetivação da norma são, entre outros, a VI - Comissão Interna de Saúde do Trabalhador.

Na Diretriz 15 da Tese 07 do IX Congresso Interno da FIOCRUZ/2021 foi firmado como um de seus compromissos “fomentar a implantação das comissões internas de Saúde do Trabalhador (CISTs) nas unidades da Fiocruz, como estratégia da Coordenação da Saúde do Trabalhador para a promoção, vigilância e prevenção de agravos à saúde, com a participação ativa dos trabalhadores e trabalhadoras”.

NR 07 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO

Esta norma regulamentadora estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação do PCMSO por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, com objetivo da promoção e preservação da saúde dos seus trabalhadores. O documento deverá ser enviado, sempre que for renovado, para nova avaliação e aprovação.

O PCMSO deverá ter caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico, realizados através dos Atestados de Saúde Ocupacionais (ASO) emitidos por médicos do trabalho. Compete ao empregador garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia e custear todos os seus procedimentos, sem qualquer tipo de repasse ao trabalhador.

As prestadoras de serviços devem apresentar antes do início dos trabalhos a cópia do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO, bem como cópia dos ASO.

NR 17 – Ergonomia

A empresa contratada deve prover os requisitos que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores no que tange às questões da organização do trabalho de modo a proporcionar segurança, saúde e desempenho eficiente no trabalho considerando em comum acordo com a instituição Contratante: a) as normas de produção; b) o modo operatório, quando aplicável; c) a exigência de tempo; d) o ritmo de trabalho; e) o conteúdo das tarefas e os instrumentos e meios técnicos disponíveis; e f) os aspectos cognitivos que possam comprometer a segurança e a saúde do trabalhador.

Legislações Específicas

NR 15 – Atividades e Operações Insalubres

A empresa contratada deverá caracterizar e informar sobre atividades e operações insalubres que expõem trabalhadores a riscos ambientais que poderão causar danos à saúde do trabalhador durante a sua vida laboral. A caracterização da insalubridade será comprovada através de laudo de inspeção do local de trabalho contendo avaliações quantitativa e/ou qualitativa dos riscos, de acordo com os anexos da NR.

NR 16 - Atividades e Operações Perigosas

A empresa contratada deverá caracterizar e informar as atividades e operações perigosas mediante laudo técnico elaborado por Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho.

Decreto N° 10.088, de 5 de Novembro De 2019

(Anexo LX - Convenção N° 170 da OIT Relativa à Segurança na Utilização de Produtos Químicos no Trabalho)

Artigo 8 - FICHAS COM DADOS DE SEGURANÇA

Os empregadores que utilizarem produtos químicos perigosos deverão receber fichas com dados de segurança que contenham informações essenciais detalhadas sobre a sua identificação, seu fornecedor, a sua classificação, a sua periculosidade, as medidas de precaução e os procedimentos de emergência.

Antes da utilização dos produtos químicos, os responsáveis pela prestadora de serviço, deverão informar oficialmente o Gestor do Contrato, anexando sua Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ.

O armazenamento e fracionamento de produtos químicos deverão ser feitos em local específico, distante de locais que possam gerar faísca, materiais combustíveis, refeitórios, vestiários, entre outros. A prestadora de serviço deverá garantir a destinação final adequada para resíduos químicos.

A prestadora de serviço deverá também treinar seus empregados de acordo com os produtos químicos utilizados e suas respectivas FISPQ.

ANEXO XI

**DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E COM A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública:

Orgão/Empresa	Nº/Ano do contrato	Data de assinatura	Valor total do contrato
Valor Total dos Contratos			

Local e data

Assinatura

ESCOLA NAC. DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA

Estudo Técnico Preliminar 71/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 25388.000775/2025-75

2. OBJETO

Contratação de serviços continuados de atividades de apoio, complementares e acessórias, necessárias à realização das tarefas técnicas e administrativas, com dedicação de mão-de-obra exclusiva.

2.1 INFORMAÇÕES BÁSICAS

Processo administrativo: nº 25388.000775/2025-75

Modalidade de licitação: Pregão eletrônico

Critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL

Regime de execução: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

CATEGORIA: V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra.

3. Descrição da necessidade

3.1. O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços, de forma contínua com dedicação exclusiva de mão de obra especializada, de atividades de apoio, complementares e acessórias, necessárias à realização das tarefas administrativas essenciais para atender às necessidades das Unidades circunscritas no Complexo da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP) e ao cumprimento da sua missão institucional, que é formar profissionais, gerar e compartilhar conhecimentos e práticas, no sentido de promover o direito à saúde e a melhoria das condições de vida da população.

3.2. Neste sentido, a terceirização dos serviços de apoio na ENSP é imprescindível, pois o órgão não dispõe, em seu quadro de pessoal, de recursos humanos necessários e cargos disponíveis, com atribuições condizentes ao objeto, em consonância com o Decreto Federal nº 9.507/2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação de serviços da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), Decreto nº 11.246/2022, IN SEGES/ME nº 65/2021, Portaria SEGES /MP nº 443/2018, IN SEGES/MP nº 05/2017, IN SEGES/ME nº 58/2022, bem como orientações normativas da AGU (ex. ON AGU nº 02/2010) e Súmulas e Acórdãos do TCU como os de nºs. 2.622/2013 e 1.214/2013-Plenário, além das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), por meio do Recurso Extraordinário nº 760.931 /2017 e das ADPF 324 e RE 958.252/2018, onde STF reconheceu a validade da terceirização no setor público, desde que observadas as exigências legais (licitação, fiscalização e ausência de pessoalidade e subordinação direta), dentre outras legislações correlatas.

3.3. Dentre as Unidades que compõem a estrutura da FIOCRUZ, esta demandante se dedica há mais de seis décadas à formação profissional em saúde, ciência e tecnologia e atua, de forma protagonista, em pesquisa, desenvolvimento tecnológico, formulação de políticas públicas e prestação de serviços de referência em saúde. Por meio de seus programas de pós-graduação *stricto sensu*, a ENSP forma quadros estratégicos para atuação no Sistema Único de Saúde (SUS) e no meio acadêmico brasileiro. Ante essa formação, os profissionais vêm contribuindo, de forma ativa, no apoio e formulação de políticas públicas para o desenvolvimento da saúde no país. Pelos diversos cursos *lato sensu*, oferecidos na sede da Escola, no Rio de Janeiro, em parceria com outras instituições do país e por nosso Programa de Educação à Distância, onde passam anualmente centenas de pessoas, muitas das quais acabam atuando como multiplicadores do conhecimento, num modelo que já se tornou a marca do ensino na Escola.

3.4. A ENSP, a cada ano, se internacionaliza mais. Entre os destaques, estão a realização de cursos em países latino-americanos e africanos de língua portuguesa, a vinda de alunos estrangeiros para esta Instituição em busca de sólida formação acadêmica, os projetos de pesquisa em parceria com instituições de diversas regiões do planeta e os programas de apoio ao empoderamento dos sistemas de saúde de diversos países da América Latina e da África.

3.5. A ENSP é uma escola que produz informação e tem a responsabilidade de garantir acesso pleno ao conhecimento, seja pelo sistema de bibliotecas ou por meio do portal do Repositório em Saúde Pública ou de suas publicações: a revista Radis (versão impressa e *on line*) e os Cadernos de Saúde Pública, versão *on line*.

3.6. Ao longo dos últimos anos, a ENSP desenvolveu diferentes modalidades de pesquisa, ensino e cooperação, integradas em diferentes modalidades de trabalho e produção. O conjunto de profissionais envolvidos em pesquisa, grande e complexo, desempenhou distintos papéis e funções nos Departamentos, Centros e Núcleos acadêmicos que realizam pesquisa, formação de recursos humanos e prestam serviços, distribuindo de diferentes maneiras seu tempo e sua produtividade.

3.7. Um modelo integrando as diferentes dimensões de atividades da ENSP, situa a PESQUISA e seus PRODUTOS, acumulando amplo reconhecimento por seus distintos produtos, tanto científicos como tecnológicos e pelos diferentes impactos que, historicamente, foi capaz de provocar na pesquisa integrada com a melhoria da formação de quadros de pessoal e com os serviços que presta em saúde. Já a área de Atenção e dos Laboratórios são campos estratégicos para o desenvolvimento de pesquisa e ensino que oferecem serviços de saúde de qualidade direcionados à população.

3.8. Ao longo dos anos, o contexto vigente apresentou desafios bastante complexos e com distintas dimensões, atravessando atualmente um processo de luta para consolidação e manutenção do SUS. Destacam-se neste cenário a resistência para manter uma política pública de saúde e o respeito aos princípios de universalidade, equidade e integralidade, tão caros ao cuidado à saúde no âmbito do SUS. A força da ENSP está no conjunto de seus trabalhadores, que, cotidianamente, se dedicam a fazer uma escola cada vez mais reconhecida, mais desenvolvida e melhor, não apenas para a comunidade que dela participa dia a dia, mas para toda a população brasileira.

3.9. A luta pelo direito à saúde e a implementação do SUS, de acordo com seus princípios fundamentais e na perspectiva do direito público, são compromissos estratégicos para os quais a criação e a institucionalização dos Fóruns de Articulação com os Movimentos Sociais, Saúde Ambiental e Comunicação e Informação da ENSP cumprem importante papel. Isso tudo demanda a atuação maciça dos servidores em regime de dedicação exclusiva, nas suas respectivas áreas de atuação, voltadas às atividades finalísticas da Instituição, com as responsabilidades técnicas, jurídicas e administrativas, inerentes ao dever de servidor investido em uma função pública.

3.10. Não obstante, a Instituição também necessita de profissionais técnicos e administrativos para realização das atividades de apoio intermediário, já que o quadro de pessoal efetivo é composto por profissionais admitidos por meio de concurso público e profissionais ocupantes de cargos comissionados e funções de confiança para exercício das atribuições de direção, chefia e assessoramento.

3.11. Portanto, a necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados em diversas áreas de apoio técnico-administrativo objetiva abranger as atividades que não estão contempladas nas situações acima descritas, isto é, as atividades/funções da pretensa contratação não integram as atribuições de cargos que fazem parte do quadro de pessoal da ENSP, sendo consideradas como atividades materiais, acessórias, instrumentais ou complementares às atividades que constituem a sua missão. Sobre a possibilidade de terceirização pela Administração Pública do serviço que se pretende efetivar, qual seja, apoio operacional, a legislação vigente permite a contratação, sob a forma de execução indireta, de pessoa jurídica para prestação desse tipo de serviço.

3.12. Assim, há necessidade de suporte para que os servidores possam desempenhar adequadamente as suas funções, aquelas inerentes às suas categorias funcionais, propiciando um melhor aproveitamento dos recursos humanos da Instituição. Diante desse quadro, faz-se necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviços que contemplem as áreas e perfis descritos no objeto do presente, com a finalidade de apoiar a gestão técnica, administrativa e assistencial da Unidade. De se registrar que o presente ETP busca estabelecer os padrões de desempenho e qualidade para a prestação do serviço ora pretendido, de forma objetiva e conforme especificações usuais de mercado, devendo a competição entre as futuras licitantes ser baseada nos preços propostos e na capacidade técnica, econômica e financeira.

3.13. O objeto não envolve criação, inovação ou conjugação de requisitos técnicos especiais, desconhecidos pelo mercado, sendo certo que no mercado existem diversas empresas que oferecem os serviços aqui elencados. Não obstante os serviços serem acessórios, eles contribuem indiretamente para o cumprimento da missão institucional, facilitando a prestação de serviços para a sociedade e, por conseguinte, o alcance das metas pactuadas pela Instituição.

3.14. Objetiva-se, com isso, atender à necessidade da prestação do serviço público, por meio da contratação de empresa, de acordo com as especificações constantes destes estudos, promovendo a devida disponibilidade de mão de obra para o desempenho das atividades complementares àquelas inerentes à missão institucional, estas últimas realizadas pelos servidores do quadro.

3.15. Portanto, justifica-se a formulação de demanda e a elaboração deste ETP para a contratação dos serviços citados, que são indispensáveis para a execução das atividades desenvolvidas na ENSP.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Vice Direção de Desenvolvimento Institucional e Gestão (VDDIG)	ANA PAULA MORGADO CARNEIRO

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. Objeto de Execução Indireta

5.1.1. Diante do serviço em questão, observa-se a não ocorrência das vedações do art. 3º, do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018 que norteia o seguinte:

Art. 3º. Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços: I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias; III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

5.2. Planos de Cargos e Carreiras da Fiocruz

5.2.1 Tendo seus pressupostos definidos pela Lei nº 11.355/2006, a qual abrange diversas carreiras de Estado, e considerando as alterações pontuais promovidas posteriormente pela Lei nº 13.356/2016, observa-se que tais modificações não alcançaram o núcleo essencial dos fundamentos ora invocados como justificativa. Com efeito, permanecem inalteradas as características intrínsecas dos cargos, as quais se revelam, inclusive, de forma expressiva em sua própria nomenclatura.

5.2.2 Portanto, são dois os fatores cruciais que sustentam a presente argumentação:

(i) A inexistência, na estrutura ocupacional da carreira de Estado afeta à Fiocruz, de cargos cujas atribuições compreendam atividades de apoio técnico-administrativo voltadas às funções de ensino, assistência e pesquisa, que constituem o objeto elementar da presente contratação. Tal constatação não se limita a uma análise meramente formal da nomenclatura dos cargos, mas decorre, sobretudo, do exame do escopo material de suas atribuições e da natureza dos respectivos processos seletivos, estruturados por meio de concursos públicos voltados a atividades finalísticas específicas, e não a funções de suporte operacional.

(ii) O elevado volume e a crescente complexidade das demandas recebidas pela ENSP tornam indispensável, não apenas para o pleno cumprimento de sua missão institucional, mas para a viabilização da quase totalidade das atividades de apoio operacional à gestão, ao ensino, à pesquisa e à assistência, a contratação de prestadores de serviços especializados. Trata-se, portanto, não de uma faculdade administrativa, mas de uma necessidade objetiva e imprescindível para instrumentalizar tais demandas, assegurando que sua execução se traduza em resultados concretos e efetivos.

5.3 Natureza continuada:

5.3.1 O serviço a ser licitado caracteriza necessidade permanente da ENSP, sendo fundamental na realização de sua missão institucional. A falta ou interrupção da prestação desses serviços impactará negativamente na qualidade nos produtos e na própria prestação do serviço que são disponibilizados à sociedade. Assim, o serviço pretendido possui natureza continuada, de acordo com o art. 15 da Instrução Normativa nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

5.3.2 O Decreto nº 9.507/2018 (que regulamenta a contratação de serviços autorizada pelo Decreto-Lei 200/67) consigna no caput do art. 9º, de forma sintética, os elementos que caracterizam o contrato de terceirização a “disponibilização de pessoal de forma prolongada ou contínua”.

5.3.3 Na doutrina clássica do Direito Administrativo, Diógenes Gasparini (2002) conceitua serviço de execução continuada da seguinte forma:

[...] serviço de execução contínua é o que não pode sofrer solução de continuidade na prestação que se alonga no tempo, sob pena de causar prejuízos à Administração Pública que dele necessita. Por ser de necessidade perene para a Administração Pública, é atividade que não pode ter sua execução paralisada, sem acarretar-lhe danos. É, em suma, aquele serviço cuja continuidade da execução a Administração Pública não pode dispor, sob pena do comprometimento do interesse público.

5.3.4 A fim de atender às necessidades que não podem ser satisfeitas mediante execução direta (por meios materiais e humanos próprios) a Administração Pública contrata com terceiros a aquisição de bens ou a realização de obras ou serviços.

5.3.5 A prestação de serviço constitui obrigação de fazer, de realizar em concreto uma atividade ou conjunto de atividades (especificadas nos instrumentos de regência do negócio) que resulte na concretização de utilidade para a Administração. Não se confunda serviço com fornecimento, cuja obrigação é de dar, vale dizer, de efetuar a tradição (entrega) do bem adquirido.

5.4 Serviço com dedicação exclusiva de mão de obra:

5.4.1 Trata-se de um serviço COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, para prestação de serviço nas atividades de ensino e pesquisa visando a ocupação por postos de trabalho na execução de serviço comum, de natureza continuada, conforme estabelecido pelo art. 6º, inciso XVI e alíneas, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...] XVI - serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra: aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que:

- a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;
- b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;
- c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos;

5.4.2 Ainda, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.110/2022, alterada pela IN RFB nº 2.185/2024 conceitua a cessão de mão de obra:

Art. 108. Cessão de mão de obra é a colocação à disposição da empresa contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de trabalhadores que realizem serviços contínuos, relacionados ou não com sua atividade fim, quaisquer que sejam a natureza e a forma de contratação, inclusive por meio de trabalho temporário na forma da Lei nº 6.019, de 1974. (Lei nº 8.212, de 1991, art. 31, § 3º; e Regulamento da Previdência Social, de 1999, art. 219, § 1º)

§ 1º Entende-se por:

I - dependências de terceiros, aquelas indicadas pela empresa contratante, que não sejam as suas próprias e que não pertençam à empresa prestadora dos serviços;

II - serviços contínuos, aqueles que constituem necessidade permanente da contratante, que se repetem periódica ou sistematicamente, ligados ou não a sua atividade fim, ainda que sua execução seja realizada de forma intermitente ou por diferentes trabalhadores; e

III - colocação à disposição da empresa contratante, a cessão do trabalhador, em caráter não eventual, respeitados os limites do contrato.

5.4.3 O Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, também traz entendimento sobre a cessão de mão de obra em seu art. 219:

Art. 219. A empresa contratante de serviços executados mediante cessão ou empreitada de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário, deverá reter onze por cento do valor bruto da nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços e recolher a importância retida em nome da empresa contratada, observado o disposto no § 5º do art. 216.

§ 1º Exclusivamente para os fins deste Regulamento, entende-se como cessão de mão-de-obra a colocação à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de segurados que realizem serviços contínuos, relacionados ou não com a atividade fim da empresa, independentemente da natureza e da forma de contratação, inclusive por meio de trabalho temporário na forma da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, entre outros.

5.4.4 Percebe-se que a cessão da mão de obra está vinculada à execução de serviços especializados pela empresa contratada. Não se trata, frise-se, de mera locação de mão de obra, vedada no âmbito dos contratos públicos. Tem-se a contratação de serviços contínuos, os quais, por sua natureza ou por exigência do contratante, deverão ser executados mediante disponibilização de trabalhadores pelo Contratado. A cessão da mão de obra é um modo de execução de um dado serviço contínuo.

5.5 Contratação por meio de posto de trabalho:

5.5.1 A metodologia adotada, estruturada por **postos de trabalho**, possibilita que os profissionais alocados para a prestação dos serviços estejam plenamente inseridos no cotidiano dos setores e laboratórios da Unidade,

permitindo o conhecimento aprofundado dos processos, fluxos e rotinas inerentes a cada área. Tal inserção favorece ganhos de produtividade, eficiência e qualidade, na medida em que os profissionais passam a atuar de forma alinhada às especificidades operacionais e às demandas recorrentes de cada setor ou laboratório.

5.5.2 A Contratada prestará serviços de apoio técnico e operacional às atividades administrativas relacionadas ao ensino, à assistência, à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico no âmbito da ENSP, mediante o provimento dos postos de trabalho previamente definidos. A execução dos serviços observará rigorosamente as descrições dos cargos, bem como os manuais, normas, procedimentos, instruções e demais metodologias aplicáveis à respectiva área de atuação, conforme os padrões institucionais adotados pela ENSP.

- a. Cada POSTO DE TRABALHO a ser contratado **representa 01 (um) profissional/terceirizado** a ser alocado pela empresa contratada, conforme estabelecido neste documento.
- b. O preenchimento dos postos de serviço deverão ocorrer na medida em que forem solicitados à empresa contratada, **em até 10 (dez) dias úteis**, contados das respectivas solicitações.
- c. A Contratada deverá apresentar, quando do início da execução do contrato, atestado de que os empregados disponibilizados para a prestação dos serviços cumprem os requisitos exigidos e descritos neste documento.
- d. Para o início do desenvolvimento das atividades, a Contratada deverá selecionar, recrutar e contratar profissionais que apresentem, no mínimo, as qualificações, habilidades e conhecimentos descritos neste ETP, no tópico destinado aos perfis dos postos de trabalho.
- e. A Contratada deverá comprovar a adequação dos profissionais contratados às exigências da Administração, mediante a apresentação dos currículos dos trabalhadores, logo na primeira medição dos serviços, no mês subsequente à assinatura do contrato.
- f. A Contratante poderá viabilizar a participação dos profissionais em eventos científicos com apresentação, desde que os trabalhos mantenham consonância com as áreas e objetos vinculados à missão institucional da ENSP.
- g. A Contratada deverá contar com pessoal necessário ao perfeito desempenho dos serviços contratados, assumindo todos os custos decorrentes deste fornecimento, inclusive tributos, contribuições fiscais e encargos trabalhistas, securitários e previdenciários.
- h. O profissional encaminhado para executar o serviço objeto desta contratação, deverá além de qualificado, estar em situação regular, conforme prevê a legislação trabalhista, não possuindo vínculo empregatício de nenhuma natureza com a ENSP ou com qualquer unidade da Fiocruz, sendo reservado aos fiscais técnicos e administrativo, além do gestor do contrato, o direito de recusar aqueles que não preencherem as condições necessárias para o bom desempenho do serviço.
- i. A Contratada ficará dispensada de fornecer uniformes a seus empregados, porém deverá orientar todos a se apresentarem sempre limpos e vestidos com decoro e condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante.
- j. Será permitido o livre acesso aos profissionais vinculados ao contrato às áreas de atuação, desde que eles estejam devidamente Identificados por crachá;
- k. Havendo necessidade, os profissionais poderão ser remanejados a qualquer tempo para outros locais, a fim de atender ao objeto da presente contratação. Os espaços serão munidos de todos os equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços.

5.5.3. O perfil dos serviços dos profissionais demandados é de prestação continuada e difusa em suas ações, dificilmente mensuráveis de forma que venha a permitir uma contratação por produto ou resultado. A execução dos serviços seguirá uma rotina específica estabelecida e supervisionada pela ENSP. Diante de exposto, fica identificado que a prestação de serviço por posto de trabalho é a opção viável para o objeto em questão.

5.5.4. A referida prestação desse serviço não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.5.5. Identificação dos responsáveis pela solicitação, pela avaliação da qualidade e pelo ateste dos serviços realizados: a Contratante designará, por portaria, um servidor para atuar como Gestor do Contrato, auxiliado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, e fiscal setorial (quando couber), conforme dispõe o Art. 41 da IN SEGES nº 05/2017, bem como as regras do Decreto nº 11.246/2022 e da Lei nº 14.133/2021.

5.5.6. Os serviços serão aceitos mediante o cumprimento das ações operacionais indicadas pelo gestor do contrato e pelo cumprimento das obrigações da Contratada. O aceite será expresso nas notas fiscais mensais, após conferência da planilha de faturamento pelo gestor do contrato e fiscal administrativo, além da análise dos relatórios e dos termos circunstanciados apresentados pelos fiscais técnicos.

5.6 Materiais e serem disponibilizados pela Contratada

5.6.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.6.1.1 A ENSP disponibilizará espaço físico adequado às atividades do preposto devendo a Contratada disponibilizar para o início do contrato: um computador, uma impressora, além de todo o material de expediente necessário (papel, canetas, pastas, pen-drive, etc), como também, providenciar a manutenção dos equipamentos fornecidos, quando necessário.

5.6.2 Será de responsabilidade da CONTRATADA PROVIDENCIAR CRACHÁ PARA OS PRESTADORES DE SERVIÇO designados ao trabalho na ENSP.

5.6.3 Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

5.6.4 O preposto indicado pela Contratada deverá estar presente nas dependências da ENSP **TODOS** os dias da semana (de segunda à sexta-feira), no horário do expediente normal para atender às demandas dos empregados alocados e supervisionar a execução do serviço.

5.6.4.1 O preposto deverá seguir e se orientar por meio das seguintes diretrizes: (a) Estar em conformidade com todos os requisitos legais aplicáveis à Fundação, principalmente, os que regulamentam as atividades laborais, bem como aos princípios e regras subscritas no Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal; (b) Aderir/Adequar-se às políticas da Fiocruz de prevenção e enfrentamento ao assédio moral, sexual e outras violências no trabalho, de equidade de gênero e raça, e de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência; (c) Possuir ética e integridade em todas as suas atividades, bem como manter uma área, com independência e autonomia, para atuar continuamente, como autoridade na prevenção, mitigação de riscos e dando o devido tratamento a eventuais irregularidades, principalmente aos atos que causem prejuízo ao Poder Público e à sociedade. (d) Assegurar a existência de um canal de comunicação permanente e efetivo com a Contratante, colaboradores, fornecedores e com a sociedade para receber relatos de possíveis irregularidades, realizando sua apuração e seu tratamento com intuito de mitigar seus efeitos. (e) Manter a Ouvidoria Geral da Fiocruz informada sobre os tratamentos dados as manifestações de irregularidades.

5.6.5. Durante o horário de expediente, o preposto deverá estar disponível por qualquer meio formal de comunicação (telefone fixo e celular, e-mail) para atender às solicitações da ENSP.

5.7. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

5.7.1. PRESENCIAL:

5.7.1.1. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços, que compõem o “Complexo Ensp”:

1. *Campus* da Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - Ensp, situada na Rua Leopoldo Bulhões, nº 1.480 - Manguinhos - RJ;
2. *Campus* Fiocruz Maré - Av. Brasil, nº 4036, Maré - Rio de Janeiro;
3. Centro de Referência Professor Hélio Fraga - Estrada de Curicica, nº 2000 - Jacarepaguá - Rio de Janeiro - RJ;
4. Centro de Saúde Vasco Barcelos - Rua Cel. Bernardino de Melo, 1895 - Centro, Nova Iguaçu - RJ;
5. Serviço de Gestão da Informação (Segin) - Cogead - Rua Bispo Lacerda, nº 25, Del Castilho - Rio de Janeiro/RJ;
6. Instituto Nacional de Endemias Rurais (Ineru) - Estrada da Covanca, 66 - Tanque - Rio de Janeiro - RJ.

5.7.1.2. Além desses locais, havendo necessidade, os profissionais poderão ser remanejados a qualquer tempo para outras edificações da Instituição no Rio de Janeiro, a fim de atender ao objeto da presente contratação. Os espaços deverão ser munidos de todos os equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços (inclusive com fornecimento de EPI's pela Contratada).

5.7.1.3. Em virtude do Modelo de Governança da Fiocruz, em que as Unidades trabalham em forma de Colegiado, foi feito um acordo com a Presidência da Fiocruz, onde serão alocados 5 (cinco) postos de trabalho: 02 (dois) Assistente Administrativo Institucional Pleno; 01 (um) Assistente Administrativo Institucional Sênior, 1 (um) Analista Administrativo Sênior e 1 (um) Analista Administrativo Pleno para atuação na Coordenação-geral de Administração (Cogead), que é uma Unidade da Fiocruz localizada no *campus* Manguinhos.

5.7.2. TRABALHO REMOTO (TELETRABALHO)

5.7.2.1. Quando for necessário e indispensável será adotado o trabalho remoto (teletrabalho) ou híbrido que seguirá as orientações da Fiocruz e da Direção da ENSP.

5.7.2.2. A possibilidade de trabalho remoto (teletrabalho) deverá observar as diretrizes constantes da “Nota Técnica para Teletrabalho”, anexo 1 deste ETP, elaborada pelo Grupo de Trabalho de Terceirização, criado através da Portaria nº 03, de 18 de maio de 2022, da Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional da Fiocruz.

5.7.2.3. Por implicar em custos operacionais aos trabalhadores, a prestação de serviços de terceirizados se viabilizará por vontade das partes ou de acordo com o instrumento coletivo de trabalho da categoria e registrada em contrato escrito. Em casos omissos nos instrumentos, a condição para a prestação de trabalho de forma remota, ou em modelo híbrido (remoto + presencial) será de responsabilidade do trabalhador os custos de aquisição e manutenção dos equipamentos tecnológicos, da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto.

5.7.2.4. Os postos de trabalho destinados à execução de atividades de assistência não são passíveis de realização em regime remoto, uma vez que tais atividades exigem, por sua própria natureza, a presença física e contínua dos profissionais nas dependências da Unidade, para atendimento direto às demandas operacionais e funcionais inerentes a essas atribuições.

5.7.2.5. Os profissionais terceirizados que eventualmente atuarem em regime remoto o farão exclusivamente no apoio e no suporte administrativo às atividades desempenhadas por servidores que também venham a atuar de forma remota ou em regime híbrido de trabalho, considerando que as atividades objeto da prestação de serviços são viabilizadas por meio de sistemas institucionais com acesso remoto, observados os protocolos e requisitos de segurança da informação adotados pela Instituição.

5.7.2.6. As plataformas e os aplicativos necessários à comunicação, à documentação e ao acompanhamento dos processos já são disponibilizados pela Fiocruz aos seus servidores e trabalhadores terceirizados, especialmente em razão dos ajustes implementados para viabilizar a prestação de serviços no contexto da pandemia de Covid-19, não implicando, portanto, custos adicionais à Contratada.

5.7.3. ATIVIDADES COMPATÍVEIS

5.7.3.1. Somente poderão ser executadas mediante teletrabalho as atividades:

5.7.3.1.1. Que sejam passíveis de controle, observada a tabela de atividades da área e o plano de trabalho para o posto de trabalho previamente definidos;

5.7.3.1.2. Que guardem identidade com as atividades do posto de trabalho contratado;

5.7.3.1.3. Que estejam alinhadas às finalidades da Unidade e que sejam previamente validadas pelo gestor do contrato;

5.7.3.1.4. Cujas características permitam a mensuração da produtividade e dos resultados das respectivas unidades e do desempenho do posto de trabalho em suas entregas, sob a prestação do serviço remota.

5.7.3.2. Enquadram-se como atividades possíveis de execução remota, mas não se limitando a elas, as atividades com os seguintes atributos:

- a) Cujas natureza de complexidade exija elevado grau de concentração;
- b) Com poucas interfaces com outras atividades ou processos;
- c) Com menos variabilidade na sua forma de execução;
- d) Com elevado grau de previsibilidade e/ou padronização nas entregas.

5.7.4. VEDAÇÕES

O regime de teletrabalho não poderá:

- a) Abranger atividades cuja natureza exija a presença física do posto de trabalho na unidade ou que sejam desenvolvidas por meio de trabalho externo;
- b) Reduzir a capacidade de atendimento de setores que atendam ao público interno e externo.
- c) O trabalhador não fará jus ao benefício do vale-transporte no(s) dia(s) em que estiver executando as atividades de forma remota, sendo certo que o valor deverá ser descontado nas faturas enviadas pela Contratada, em razão do não deslocamento dos trabalhadores até o local de prestação do serviço.
- d) O tempo de uso de equipamentos tecnológicos e de infraestrutura necessária, e de softwares, de ferramentas digitais ou de aplicações de internet utilizados para o teletrabalho, fora da jornada de trabalho normal do trabalhador, não constitui tempo à disposição, regime de prontidão ou de sobreaviso.

5.7.5. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.7.5.1. A jornada de trabalho para a maioria dos postos de trabalho será de segunda a sexta-feira, 08 horas diárias, limitadas em 40 horas semanais, de acordo com o horário de expediente da Instituição, que é das 8h às 17h.

5.7.5.2. Para os postos de Técnico de Radiologia 2 (20 horas), Assistente Social 1 (30 horas), Fisioterapeuta Geral 3 (30 horas) e Médico 4 (30 horas), a prestação da carga horária dar-se-á de acordo com as necessidades da Instituição, conforme definição e acompanhamento a serem estabelecidos pelo fiscal técnico do contrato, nos termos do instrumento contratual.

5.7.5.3. Caso o horário de expediente seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida a adequação nos horários e formas de execução da prestação de serviços para atendimento da nova situação.

5.7.5.4. Excepcionalmente, a critério da Ensp, com a autorização do seu Diretor ou Vice-diretor, esse horário poderá ser alterado.

5.7.5.5. As horas excedentes serão depositadas em banco de horas (assim que for implementado) ou serão pagas conforme a demanda e dentro da legislação vigente.

5.7.5.6. O sistema de banco de horas ficará com a sua funcionalidade suspensa até que seja solicitada formalmente pela Direção da Ensp.

5.7.5.7. Deverá ser mantido pela empresa o controle individual do saldo de banco de horas, bem como a permissão ao acesso e acompanhamento do saldo por parte do empregado, do fiscal administrativo e do gestor do contrato.

5.8. Conta-Depósito Vinculada Bloqueada para Movimentação

5.8.1. Será utilizada como Instrumento de garantia das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de recolhimento de FGTS: a CONTA VINCULADA (art. 18, §1º, da IN SEGES/MP nº 05/2017).

5.8.2. É necessário pontuar que a Administração deverá optar por um dos dois instrumentos: conta vinculada ou fato gerador. Esta atribuição foi reforçada em Instruções Normativas posteriores, com ênfase na IN SEGES 05 /2017, sob a ótica de (1) resguardar não somente a responsabilidade subsidiária da contratante e (2) evitar que abandonos unilaterais da contratada prejudiquem os trabalhadores na preservação dos direitos legalmente estabelecidos. A escolha pelo instrumento da conta vinculada, em detrimento do fato gerador, previamente escolhido pela ENSP, foi baseada em uma perspectiva de melhor controle sobre os recursos orçamentários frente à possível irregularidade de eventos e seus efeitos sob o regime do fato gerador. De acordo com os pressupostos da ENSP, relativamente à proteção dos vínculos de trabalho já mencionados em documentos neste processo, a decisão sobre a adoção da conta vinculada vislumbra maior proteção aos trabalhadores em eventualidades indesejadas. Além disto, dois outros fatores colaboram para esta decisão:

- A expertise da utilização da ENSP nesse instrumento, reduzindo riscos de falhas ou erros de processo.
- A existência de um termo de colaboração do Banco do Brasil com a Fiocruz e com a ENSP, reduzindo os custos de administração desse fundo, além de existir maior suporte diretamente da instituição bancária.

5.8.3. A Contratada deverá autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.8.4. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

5.8.5. A Contratada autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

5.8.6. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações: (1) 13º (décimo terceiro) salário; (2) Férias e um terço constitucional de férias; (3) Multa sobre o FGTS para as rescisões sem justa causa; e (4) Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário. (5) Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.8.7. A Contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

5.8.8. Na situação descrita no subitem anterior, a Contratada deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

5.8.9. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

5.8.10. A Contratada deverá apresentar à Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

5.8.11. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.9. Subcontratação

5.9.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.10. Vigência Contratual

5.10.1. DURAÇÃO INICIAL DE 12 MESES, PODENDO SER PRORROGADO, por interesse das partes, até o **LIMITE DE 10 (DEZ) ANOS, de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021**, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

5.10.2. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

5.10.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

5.10.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

5.10.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

5.10.6. Haja manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação;

5.10.7. Seja comprovado que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

5.10.8. Com relação aos parâmetros de prorrogação fica estabelecido:

5.10.8.1. A Contratada **não tem direito subjetivo** à prorrogação contratual;

5.10.8.2. A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo;

5.10.8.3. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação; e

5.10.8.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, ou na inscrição ativa no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), observadas as regras e abrangências de aplicação na legislação correlata.

5.11. Garantia da contratação

5.11.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

5.11.2 Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

5.11.3 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

5.11.4. O instrumento do contrato irá oferecer um maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5.12. Transição Contratual

5.12.1. A Contratada deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

5.13. Vistoria / Visita Técnica para a Licitação

5.13.1. Sugere-se avaliação prévia do local de execução dos serviços para o conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10h às 12h e das 14h às 16h. A visita deverá ser pré-agendada com o Serviço de Gestão de Compras (SECOM), localizado na Rua Leopoldo Bulhões, 1480 / sala 312 - Manguinhos, através do endereço eletrônico: licitacao.ensp@fiocruz.br ou através do telefone: 2598-2384.

5.13.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.13.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.13.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5.13.5. Uma vez facultada a realização da vistoria prévia no Termo de Referência, os interessados terão três opções para cumprir o requisito de habilitação correspondente, conforme §§2º e 3º do art. 63, da Lei nº 14.133, de 2021, a saber: a) realizar a vistoria e atestar que conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço; b) atestar que conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço; c) declarar formalmente, por meio do respectivo responsável técnico, que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

5.13.6. A hipótese “a” dispensa maiores comentários, a não ser o de que é o próprio licitante que atesta conhecer o local e as condições, e não a Administração que tem o ônus de emitir o atestado de vistoria.

5.13.7. Já na hipótese “b”, o licitante não necessariamente realiza a vistoria facultada na licitação, mas, da mesma forma, atesta que conhece o local da obra ou serviço, além das respectivas condições de execução, pressupondo-se que já tenha comparecido anteriormente ao local para poder emitir a declaração sem incorrer em falsidade ideológica. Isso pode ocorrer sobretudo quando se trata de empresa que já prestou serviços no mesmo local ou já realizou vistoria em outra oportunidade.

5.13.8. Por fim, na hipótese “c”, não se declara que conhece o local, e sim as condições e peculiaridades da contratação em sua plenitude. Por isso que, em contrapartida, a declaração deve ser firmada pelo responsável técnico, que poderá chegar a esse conhecimento com base nas disposições do edital e anexos, somada à sua experiência profissional, que lhe permite emitir a declaração sem conhecer o local e sem incorrer em falsidade.

5.14. DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES:

O detalhamento das atividades dos cargos, bem como as exigências de escolaridade, experiência e, quando aplicável, de registro em conselhos de classe, encontram-se descritos no Anexo X deste ETP e deverão constar em tópico específico do Termo de Referência (TR).

5.15. INDICAÇÃO DO SALÁRIO-BASE E QUANTITATIVOS:

Item	Descrição	Nível	CBO	Carga Horária Semanal	Qtd. Atual	Qtd. Futura	Total de Postos	Salário Base (*)
1	OPERADOR DE AUDIO 3	Sênior	3732-05/ 3731-05/ 3731-10/ 3743-05/ 3731-15	40	2	0	2	R\$ 5.049,91
2	AUXILIAR DE LABORATORIO 3	Sênior	5152-20/ 5152-05/ 5152-15/ 3242-05/ 3251-05	40	4	0	4	R\$ 3.352,45
3	TÉCNICO DE ENFERMAGEM 1	Júnior	3222-05/ 3222-10/ 3222-15/ 3222-20	40	1	0	1	R\$ 3.692,46
4	TÉCNICO EM RADIOLOGIA 2	Pleno	3241-15/ 3241-20	20	0	1	1	R\$ 3.704,00
5	TÉCNICO DE LABORATORIO 2		3111-05/ 3011-05/ 3011-10/ 3242-05/ 3251-10	40	0	1	1	R\$ 3.622,55
6	TÉCNICO SEGURANÇA DO TRABALHO 2		3516-05	40	1	0	1	R\$ 5.241,72
7	TÉCNICO ELETRÔNICO 2		3132-15/ 3132-10/ 3132-05 /3132-20	40	1	0	1	R\$ 5.049,91
8	TÉCNICO DE ENFERMAGEM 3	Sênior	3222-05/ 3222-10/ 3222-15/ 3222-20	40	3	0	3	R\$ 4.238,16
9	TÉCNICO DE LABORATORIO 4	Master	3111-05/ 3011-05/ 3011-10/ 3242-05/ 3251-10/ 3115-05/ 3115-10/ 3115-20	40	9	0	9	R\$ 5.162,99
10	TÉCNICO EM FÁRMACIA 3	Sênior	3251-15 / 3251-10	40	2	0	2	R\$ 5.162,99
11	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 2	Pleno	4110-10	40	14	9	23	R\$ 3.897,83
12	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 3	Sênior	4110-10	40	30	0	30	R\$ 5.049,91
13	ASSISTENTE EXECUTIVO 3	Sênior	2523-05	40	13	0	13	R\$ 6.829,05
14	ANALISTA ADMINISTRATIVO 1	Júnior	2522-05	40	3	0	3	R\$ 5.049,91
			2522-10					
			2524-05					
			2512-05					
			2523-20					
			2521-20					

			2527-15					
15	ANALISTA ADMINISTRATIVO 2	Pleno	2521-05	40	59	0	59	R\$ 6.829,05
			2522-05					
			2522-10					
			2524-05					
			2512-05					
			2523-20					
			2521-20					
			2527-15					
16	ANALISTA ADMINISTRATIVO 3	Sênior	2521-05	40	39	0	39	R\$ 7.962,66
			2525-45					
			2524-05					
			2527-20					
			1421-20					
			3522-05					
17	ANALISTA ADMINISTRATIVO 4	Master	2521-05	40	19	0	19	R\$ 9.383,20
			2525-45					
			2524-05					
			2527-20					
			3522-05					
			1421-20					
18	ASSISTENTE SOCIAL 1	Júnior	2516-05	30	0	1	1	R\$ 5.127,00
19	BIÓLOGO 1	Júnior	2211-05	40	0	1	1	R\$ 4.346,52
20	QUIMICO 1		2132-05	40	0	1	1	R\$ 4.222,89
21	QUIMICO 2	Pleno	2132-05	40	0	1	1	R\$ 5.584,36
22	BIOMEDICO 2		2212-05	40	0	1	1	R\$ 4.947,78
23	PSICOLOGO 2		2515-10	40	0	1	1	R\$ 5.465,07
24	BIBLIOTECÁRIO 2		2612-05	40	1	0	1	R\$ 6.183,13
25	ENFERMEIRO 2		2235-05	40	1	0	1	R\$ 6.949,71
26	FARMACÊUTICO 3	Sênior	2234-05	40	1	0	1	R\$ 7.805,94
27	NUTRICIONISTA 3		2237-10	40	2	0	2	R\$ 6.183,13
28	BIÓLOGO 4	Master	2211-05	40	4	0	4	R\$ 7.805,94
29	FISIOTERAPEUTA GERAL 3	Sênior	2236-06	30	1	0	1	R\$ 6.183,13
30	FONOAUDIÓLOGO 4	Master	2238-10	40	1	0	1	R\$ 7.805,94
31	ORIENTADOR EDUCACIONAL 3	Sênior	2394-10	40	2	0	2	R\$ 7.805,94
32	QUIMICO 3	Sênior	2132-05	40	0	1	1	R\$ 7.805,94
33	FARMACÊUTICO 4	Master	2234-05	40	3	0	3	R\$ 8.626,18
34	QUIMICO 4		2132-05	40	0	1	1	R\$ 8.626,18
35	ENFERMEIRO 4		2235-05	40	6	0	6	R\$ 8.626,18
36	ENGENHEIRO SEGURANÇA DO TRABALHO 2	Pleno	2149-15	40	1	0	1	R\$ 15.407,41
37	MÉDICO 4	Master	2251-25/ 2251-70	30	3	0	3	R\$ 15.972,51
Totais da mão de obra					226	19	245	

5.16.1. Contratação Imediata e futura:

A empresa vencedora da licitação fará a contratação dos profissionais, correspondendo ao quantitativo total de 245 postos de trabalho informados pela ENSP, sendo que, destes postos, 226 postos que serão ocupados imediatamente e as 19 vagas futuras que somente serão utilizadas, conforme a disponibilidade orçamentária e após a formalização da ENSP junto à empresa contratada.

5.16.2. Reserva de 8% das vagas para mulheres vítimas de violência

Conforme disposições do art. 3º do decreto nº 12.516, de 17 de junho de 2025, a Ensp irá prever no quantitativo de vagas do edital desta licitação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, **em percentual igual a 8% (oito por cento) das vagas.**

5.16.2.1. Incluem-se neste percentual de vagas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 11.340, de 2006.

5.16.2.2. As vagas deverão ser destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas, observada a proporção de pessoas pretas e pardas na unidade da federação onde ocorrer a prestação do serviço, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5.16.2.3. Não se caracterizará descumprimento do emprego do percentual mínimo a indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual.

5.16.2.4. A ENSP irá seguir as orientações do Caderno de logística da SEGES/MGI, Anexo VII, deste ETP, que versa sobre a implementação do Decreto n. 11.430/2023.

5.17. JUSTIFICATIVAS PELO ESTABELECIMENTO DOS PARÂMETROS PARA A LICITAÇÃO

5.17.1. Referência Salarial dos Profissionais

Os valores unitários fixados na matriz referencial de salários, identificados em cada cargo/posto de trabalho, foram estabelecidos na com base no histórico da última contratação do serviço e em estudo de mercado realizado pela equipe de planejamento. Além disso, são mantidas as diretrizes realizadas no planejamento da última contratação de terceirização, momento em que foram realizadas reuniões junto aos fiscais técnicos de cada área da ENSP e à Direção da ENSP, de modo a ratificar e justificar a fixação de salários acima do piso da categoria, devido à complexidade das atividades desenvolvidas, ficando comprovada a necessidade de ocupação dos postos por profissionais com experiência e escolaridade específicas, além de diminuir o risco operacional de rotatividade destes profissionais ao se pagar o piso da categoria, conforme as exigências do art. 5º, inc. VI, da IN SEGES/MP nº 05/2017.

5.17.2. Metodologia e resultado da pesquisa salarial de mercado

Conforme descrito nos Anexo VIII (Metodologia) e Anexo IX (Resultado da pesquisa salarial de mercado realizada conforme a metodologia adotada) deste ETP.

5.17.3. A seguir, alguns acórdãos do TCU sobre o tema:

Acórdão 2799/2017-Primeira Câmara

1. No tocante à ocorrência 1, a jurisprudência do TCU é no sentido de que a regra é a vedação de fixação de piso salarial mínimo para as contratações de serviços. Entretanto, existem vários precedentes que admitem a flexibilização de tal regra em situações específicas (p.ex., Acórdãos 256/2005, 290/2006, 1.327/2006, 332/2010, 1.584/2010 e 189/2011, todos do Plenário).
2. No presente caso, os gestores alegam que o piso salarial mínimo superior à convenção teria sido fixado com vistas a garantir o desenvolvimento de serviços com a qualidade necessária e que teria levado em conta a contratação anterior. A reitora, [responsável 1], inclusive reafirma que “o ato praticado foi intenciona realizado com convicção da legalidade” e com suposto respaldo em decisões do TCU.

3. Contudo, conforme exposto pela Secex-AM, deixou-se de demonstrar a superioridade da mão-de-obra contratada, bem como as especificidades da Ufam que justificassem a alegada maior qualificação dos terceirizados contratados para o desempenho de atividades rotineiras: atendimento ao público, expedição de documentos, tramitação de papeis, telefonista, entre outras (Acórdão 823/2014-Plenário).

5.18. VALE-TRANSPORTE

5.18.1. A Contratada deverá fornecer o auxílio transporte para utilização efetiva, por seus profissionais, em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, conforme Lei 7.418 de 16/12/85, regulamentada pelo Decreto Federal nº 95.247 de 17/11/87.

5.18.2. Tendo em vista o caráter antecipatório do pagamento do benefício, **deverá ser obrigatoriamente pago no último dia útil do mês que antecede a prestação do serviço**. Em consonância com o art. 107 do Decreto nº 10.854/2021:

Art. 107. O vale-transporte constitui benefício que o empregador antecipará ao trabalhador para a utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

5.18.3. O custo efetivo do auxílio transporte somente poderá ser repassado à Contratante mediante comprovação de uso do benefício e de acordo com os números de tarifas utilizadas pelo profissional para deslocamento.

5.18.4. Para efeito de estimativa de custo e isonomia entre as licitantes é fixado o fornecimento diário, por empregado, de 04 (quatro) tarifas modais, do transporte coletivo do município do Rio de Janeiro. Conforme Decreto RIO nº 57473, de 29 de dezembro de 2025.

Valor da tarifa modal no Rio de Janeiro: **R\$ 5,00 (cinco reais)**.

5.18.5. Para execução do contrato, a empresa deverá, sempre que possível, utilizar a política do "Já é" ou do Bilhete Único Intermunicipal (BUI) de acordo com o endereço de cada profissional.

5.19. VALE-REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO

5.19.1. Não há uma lei geral que estabeleça obrigatoriedade de fornecimento de auxílio alimentação, razão pela qual, esse benefício, via de regra, não constitui um direito obrigatório para todo empregado.

5.19.2. Todavia, conforme asseverado pela Assessoria Jurídica do Superior Tribunal de Justiça - STJ (Parecer nº 486 /2018), tal circunstância não afasta a existência de previsão legal acerca da matéria, uma vez que o auxílio-alimentação, encontra-se previsto no § 2º do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), embora o referido dispositivo não imponha um caráter obrigatório ao seu pagamento.

5.19.3. Neste contexto, a inclusão dessa rubrica no modelo de Planilha de Custos, justifica-se tanto por sua possibilidade jurídica, quanto pela prática reiterada dos instrumentos coletivos que regem as categorias profissionais alocadas nos órgãos públicos ao estabelecerem a obrigatoriedade de concessão do benefício, como um verdadeiro incentivo aos empregados.

5.19.4. Cumpre esclarecer que a alimentação concedida por meio de tickets ou cartão magnético - modalidades usualmente adotadas pelos empregados terceirizados - deixou de possuir natureza salarial com a entrada em vigor da Reforma Trabalhista, em 11 /11/2017, nos termos do art. 457, § 2º, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/2017, segundo o qual tais importâncias, ainda que habituais, não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de encargos trabalhistas e previdenciários, desde que vedado o seu pagamento em dinheiro.

5.19.5. Ressalta-se, que o auxílio-alimentação, pago em dinheiro, possui natureza salarial, integrando a remuneração do empregado, bem como a base de incidência dos encargos trabalhistas e previdenciários.

5.19.6. Esse entendimento foi ratificado pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST, por meio da Súmula 241, que concluiu que a alimentação fornecida em virtude do contrato de trabalho tem natureza salarial. O vale para refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais.

Auxílio-Alimentação. Natureza Jurídica. Integração. A natureza indenizatória do auxílio-alimentação, fixada em negociação coletiva que a instituiu, prevalece sobre o disposto no art. 458 da CLT, ante o comando do art. 7º, XXVI, da Carta Magna. Recurso de revista não conhecido. (ARR-11138-76.2014.5.03.0094, DJET 29.4.2016, do TST)

5.19.7. PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR (PAT)

5.19.7.1. O PAT foi instituído pela Lei 6.321/76, como incentivo do Governo Federal para que as empresas concedessem ajuda na alimentação dos seus empregados de baixa renda, mediante a possibilidade de dedução dessas despesas em até 4% do valor de imposto de renda

5.19.7.2. O benefício pode ser estendido aos empregados com rendas superiores, porém, o valor não poderá ser superior ao concedido aos demais empregados. Além disso, a lei deixou claro que, ao aderir ao PAT, o benefício terá natureza indenizatória, entendimento

confirmado pela jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Se a empresa participar do PAT, o desconto, eventualmente realizado do empregado, é limitado a 20% do custo da refeição (e não do valor do salário).

5.19.7.3. Conforme orientação no parágrafo nº 21 do Parecer Jurídico nº 486/2018, deve ser exigido da empresa licitante, tanto na fase de seleção do fornecedor quanto durante a gestão contratual, o comprovante de inscrição no Programa de Alimentação do Trabalhador.

5.19.7.4. De acordo com as diretrizes do PAT, a oferta de alimentação nutritiva e balanceada durante a jornada diária de trabalho tem por objetivo melhorar as condições nutricionais dos trabalhadores, com repercussões positivas na qualidade de vida, na redução de acidentes de trabalho e no aumento da produtividade.

5.19.7.5. O valor do vale-refeição deverá corresponder àquele estabelecido no instrumento coletivo de trabalho celebrado entre os sindicatos patronal e profissional da categoria, os quais deverão estar devidamente indicados nas propostas de preços apresentadas pelas licitantes.

5.19.7.6. A FIOCRUZ é uma instituição de saúde pública vinculada ao Ministério da Saúde (MS), com 125 anos de atuação, cuja missão abrange todo o espectro da ciência e da saúde pública, desde a pesquisa básica até a produção de fármacos e imunobiológicos, incluindo atividades de ensino, pesquisa aplicada, inovação tecnológica, difusão da informação científica e atenção à saúde, com destaque para a gestão de hospitais de referência no âmbito do SUS.

5.19.7.7. É necessário destacar o contexto da força de trabalho terceirizada na Fiocruz, essencial para a realização de suas atividades. Embora tenham sido realizados concursos públicos para o ingresso de servidores, em cumprimento a um ajuste de conduta firmado com o Ministério do Trabalho, o quantitativo de vagas tem se mostrado insuficiente para a efetiva substituição dos postos de trabalho terceirizados, fato que alcança todas as Unidades da Fiocruz.

5.19.7.8. Nesse cenário, manter as condições de trabalho adequadas às funções exercidas na Fiocruz é condição essencial para a garantia da qualidade e da eficácia do serviço público atualmente prestado. A preocupação com a saúde no trabalho, encontra respaldo na Convenção nº155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que estabelece, entre os seus objetivos, ainda a busca pela melhoria contínua das condições de trabalho.

5.19.7.9. Tal regulamentação, em conjunto com outras políticas correlatas - como a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, instituída em 2012 -, visa atuar sobre as condições e os processos de trabalho, além das demandas e problemas de saúde dos trabalhadores, considerando, inclusive, as especificidades dos territórios nos quais se encontram inseridos, para a melhoria das condições dos trabalhadores, independente de seus vínculos laborais mantidos.

5.19.7.10. Sendo a Fiocruz, ente público responsável pela execução de políticas públicas, impõe-se que seus processos de trabalho considerem a promoção da melhoria das condições de vida e de saúde de todos os trabalhadores que atuam em suas unidades.

5.19.7.11. Nesse contexto, é imprescindível que as empresas licitantes observem essas diretrizes e ofereçam condições adequadas de alimentação aos trabalhadores, compatíveis com os valores praticados no mercado.

5.19.7.12. Tendo em vista o caráter antecipatório do pagamento do benefício, **deverá ser obrigatoriamente pago no último dia útil do mês que antecede a prestação do serviço.**

5.19.7.13. Nas propostas de preços deverá ser previsto 1 (um) vale-refeição/alimentação por dia de trabalho efetivamente prestado, considerando o quantitativo de 22 (vinte e dois) dias mensais. O valor unitário do benefício não poderá ser inferior a **R\$ 30,29 (Trinta reais e vinte e nove centavos)**, em observância à Cláusula Décima Terceira – Auxílio Refeição ou Alimentação da Convenção Coletiva de Trabalho do SINDAUT, (Anexo VI) adotada como convenção paradigma para a composição dos custos do presente processo licitatório. A adoção do valor mínimo estabelecido na convenção coletiva paradigma visa assegurar a aderência aos parâmetros normativos vigentes, a exequibilidade das propostas e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Será utilizado o valor da CCT - Convenção Coletiva de Trabalho Paradigma, quando ocorrer as seguintes situações:

1. Não houver estipulado nenhum valor do benefício;
2. O valor estipulado na CCT que está sendo utilizada pelo licitante, for menor que o valor estipulado pela CCT paradigma.

5.19.7.14 - SAÚDE, CONDIÇÕES DE TRABALHO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL APLICÁVEL

A promoção de condições dignas de trabalho é premissa da Convenção nº 155 da OIT, que orienta a busca pela melhoria do ambiente laboral e pela proteção à saúde dos trabalhadores. Do mesmo modo, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Portaria nº 1.823/2012) determina que se atuem sobre ambientes, processos de trabalho e demandas territoriais, independentemente do vínculo profissional. A Lei nº 14.133/2021 reforça tais diretrizes:

- Art. 5º, I, III, IV e V - estabelece os princípios do planejamento, do interesse público, da eficiência e da segurança jurídica;
- Art. 6º, LVIII - exige que os Estudos Técnicos Preliminares justifiquem e motivem a contratação, considerando particularidades do local da prestação dos serviços;
- Art. 14 - exige análise de riscos, o que abrange riscos de propostas inexequíveis e impacto sobre a saúde dos trabalhadores;
- Art. 11 - impõe dever de motivação dos atos administrativos;

- Art. 122 – determina que, em contratos de natureza continuada, os custos necessários à execução sejam adequadamente previstos e compatíveis com o mercado.

Assim, a Fiocruz, como ente público executor de políticas públicas, deve adequar seus processos de trabalho às condições reais enfrentadas pelos profissionais terceirizados, promovendo sua saúde, segurança, nutrição e dignidade.

5.19.7.15 - DIREITO SOCIAL À ALIMENTAÇÃO E ISONOMIA ENTRE CONTRATOS

O auxílio-alimentação é direito de cunho social, decorrente do art. 6º da Constituição Federal, e integra o conjunto de elementos essenciais à subsistência do trabalhador. Embora possua natureza indenizatória, representa parcela relevante para a manutenção de uma vida digna, devendo ser garantido em observância ao princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF). A Administração deve assegurar coerência e isonomia entre contratos similares, evitando disparidades injustificadas, além de reforçar a função estatal de promover condições materiais adequadas à execução dos serviços contratados. Nos contratos vigentes na Fiocruz e em outros órgãos públicos, verifica-se a preservação do direito à alimentação — razão pela qual é coerente e institucionalmente necessário manter tal padrão.

5.19.7.16 - ESPECIFICIDADES TERRITORIAIS DO CAMPUS MANGUINHOS E ANÁLISE DE RISCO

O *campus* Manguinhos - local de prestação correspondente ao maior quantitativo de postos do contrato - está situado em área considerada de exceção, no bairro de Manguinhos, nas proximidades do bairro de Bonsucesso, Benfica e das comunidades do Mandela, Jacaré, Manguinhos, Vila do João e Arará. Tais territórios são frequentemente sujeitos a operações policiais, com registros de conflitos armados, que impedem a locomoção dos trabalhadores e elevam os riscos à sua segurança. A impossibilidade de deslocamento seguro para realização de refeições fora do *campus* cria um mercado interno e restrito de alimentação dentro da própria Fiocruz, composto por restaurantes e cantinas que oferecem melhor acessibilidade e segurança. Essa realidade impõe à Administração a obrigação de:

1. reconhecer o risco territorial;
2. garantir condições mínimas para alimentação adequada;
3. evitar propostas inexequíveis e incompatíveis com o ambiente de prestação de serviços.

Assim, o valor proposto mostra-se razoável, proporcional, justificado e imprescindível para garantir o adequado cumprimento do contrato pela Fiocruz.

5.20. ASSISTÊNCIA À SAÚDE

5.20.1. O tipo de assistência médica ofertado aos profissionais será aquele previsto na **convenção paradigma** e deverá ser indicado nas propostas de preços, devendo tais despesas serem inseridos como parte dos custos da prestação dos serviços (Módulo 2 - “Benefícios Mensais e Diários”).

5.20.2. O Decreto n.º 12.174, de 2024, que dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seu artigo 5º, justamente na tônica das recomendações constantes do Acórdão TCU nº 1.207/2024-Plenário, dispôs:

Art. 5º Na contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao orçado pela administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio-alimentação.

§ 1º A critério da administração, mediante justificativa, outros benefícios de natureza trabalhista ou social poderão compor a planilha de custos e formação de preços.

§ 2º Os valores de que trata este artigo deverão ser estimados com base na convenção coletiva, no acordo coletivo de trabalho ou no dissídio coletivo adequado à categoria profissional que executará o serviço contratado, considerada a base territorial de execução do objeto do contrato.

5.20.3. Portanto, a partir da publicação do Dec. nº 12.174, de 2024, consignou-se expressamente na legislação pátria que, a critério da Administração, mediante justificativa, outros benefícios de natureza trabalhista ou social poderão compor a planilha de custos e formação de preços, de sorte que os valores de tais benefícios sejam estimados com base na convenção coletiva, no acordo coletivo de trabalho ou no dissídio coletivo adequado à categoria profissional que executará o serviço contratado, considerada a base territorial de execução do objeto do contrato.

5.20.4. A Advocacia Geral da União (AGU), no âmbito da CÂMARA PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CPLC, por meio do PARECER n. 011/2024/CPLC/SUBCONSU/PGF/AGU (Anexos II e III), estabeleceu, com fulcro no art. 5º do Dec. nº 12.174, de 2024, e na IN SEGES nº 176, de 2024, que é possível o custeio pela União de benefício de auxílio-saúde ou plano de assistência à saúde, em seus contratos de terceirização de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que figure no edital do certame como custo mínimo relevante.

5.20.5. Assim, nas contratações de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) o valor igual ou superior ao valor orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação, os quais devem ser estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma, que é aquela que melhor se adequa à categoria profissional que executará os serviços terceirizados, considerando a base territorial onde os serviços serão prestados.

5.20.6. É lícito, segundo a NOTA JURÍDICA Nº. 00027/2025/CLC CONSULTA/PFFIOCRUZ/PGF/AGU, prever que somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) o valor igual ou superior ao valor orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação, admitidos também, a critério da Administração, outros benefícios de natureza social considerados essenciais à dignidade do trabalho, devidamente justificados, os quais devem ser estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma, que é aquela que melhor se adequa à categoria profissional que executará os serviços terceirizados, considerando a base territorial onde os serviços serão prestados.

5.20.7. Não se confunde com a fixação do valor do salário e do auxílio-alimentação, tendo em vista que cada licitante será livre para elaborar sua planilha de custos e formação de preços, **observando o limite inferior** ora proposto e os demais benefícios e condições estabelecidos na convenção coletiva de trabalho à qual cada licitante está vinculado;

5.20.8. Deste modo, se permite o cumprimento integral do disposto no art. 135 da Lei 14.133/2021, em especial quanto à vedação de se vincular às disposições previstas em CCT que tratem de obrigações e direitos que **somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública**, bem como tratem de matéria não trabalhista (a exemplo de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros/resultados do contratado), ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

5.20.9. Ao estabelecer limite inferior para os componentes da remuneração, além de atender aos objetivos do processo licitatório (art. 11, III, da Lei 14.133/2021), evitando risco de condenação subsidiária em demanda trabalhista em razão de eventual adoção de CCT inadequada, a medida assegura o alinhamento das contratações com a Constituição Federal, a qual assenta a valorização do trabalho humano como fundamento da ordem econômica (art. 170).

5.20.10. Tendo em vista que a **convenção paradigma**, adotada para a estimativa de custos dessa contratação, será a do Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos no Comércio do Município do Rio de Janeiro - **SINDAUT**, que traz em sua cláusula 15ª, a previsão de pagamento de plano de saúde ou de seguro saúde:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PLANO DE SAÚDE

As empresas que tiverem em seus quadros mais de 200 empregados concederão aos mesmos, **PLANOS DE SAÚDE ou SEGURO SAÚDE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica facultado ao empregador o desconto de parte dos custos relativos ao PLANO DE SAÚDE ou SEGURO SAÚDE em até 15% do valor do contrato do plano.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Fica facultado ao empregado a RENÚNCIA por meio de carta, entregue ao empregador, do citado benefício, podendo está renúncia constar no Contrato de Trabalho firmado pelo empregado no ato de sua admissão e/ou no momento de sua opção pela adesão ao plano.

5.20.11. Portanto, em vista a convenção paradigma adotada para esta contratação, o o Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos no Comércio do Município do Rio de Janeiro (SINDAUT), que traz em sua cláusula 15ª, a previsão de pagamento de plano de saúde ou de seguro saúde. Assim, a Administração realizou uma pesquisa de mercado dos valores pagos à título de reembolso para os servidores públicos federais. Deste modo, a PORTARIA MGI Nº 2.829, DE 29 DE ABRIL DE 2024 (Anexos IV e V), fixa valor mensal per capita para a participação da União no custeio da assistência à saúde suplementar dos servidores públicos do Poder Executivo federal, por meio da tabela abaixo:

RENDA (REAIS/ IDADE)	FAIXA 01 00 a 18	FAIXA 02 19 a 23	FAIXA 03 24 a 28	FAIXA 04 29 a 33	FAIXA 05 34 a 38	FAIXA 06 39 a 43	FAIXA 07 44 a 48	FAIXA 08 49 a 53	FAIXA 09 54 a 58	FAIXA 10 59 ou +
até 3.000	254,18	266,17	269,77	297,07	305,95	316,10	361,06	366,80	372,51	411,26
de 3.001 até 6.000	196,34	207,65	211,02	230,21	238,60	248,20	280,87	285,34	289,80	321,04
de 6.001 até 9.000	160,80	162,92	166,10	178,29	186,21	195,23	210,12	213,45	216,78	235,28

de 9.001 até 12.000	142,18	144,16	147,11	158,69	166,10	174,57	187,87	190,85	193,82	211,36
de 12.001 até 15.000	132,03	133,86	136,60	148,11	155,02	162,93	176,13	178,92	181,71	198,93
de 15.001 até 18.000	121,87	123,56	126,10	137,53	143,95	151,29	164,39	166,99	169,60	186,50
de 18.001 até 21.000	111,72	113,27	115,59	126,95	132,88	139,66	152,65	155,06	157,48	174,06
acima de 21.000	106,64	108,12	110,33	116,37	121,80	128,02	140,90	143,14	145,37	161,63

5.20.12. No momento da gestão contratual, o valor referente ao plano de saúde **somente será pago após a apresentação da apólice pelo licitante vencedor**. Nessa ocasião, será realizada a adequação da planilha de custos e formação de preços, com base nos valores constantes da tabela por faixa etária e por salário.

5.20.13. Exclusivamente para fins estimativos e para o correto preenchimento da planilha de custos e formação de preços por todos os licitantes, fica estabelecido o valor de **R\$ 321,04 (trezentos e vinte e um reais e quatro centavos), correspondente à segunda linha da tabela de referência adotada**, aplicada à faixa etária de 59 anos ou mais, já que a maioria dos salários resultantes da pesquisa de mercado se encontra na faixa de R\$ 3.001 (três mil e um real) até R\$ 6.000 (seis mil reais) como pode ser observado no ANEXO IX. Ressalta-se que o referido valor possui caráter meramente estimativo, sendo que, na fase de contratação e execução dos serviços, o pagamento será realizado conforme a faixa etária efetivamente aplicável aos profissionais contratados.

5.20.14. **Os licitantes deverão ser capazes de fornecer um plano de saúde (cobertura mínima, regional e enfermaria) para todos os colaboradores conforme os requisitos mínimos da cobertura básica obrigatória definida pela Agência Nacional de Saúde (ANS), que inclui:**

- Consultas médicas;
- Exames simples e complexos;
- Atendimento ambulatorial;
- Urgência e emergência (até 12h ou conforme contrato).

5.21. AUXÍLIO MORTE E FUNERAL

5.21.1. O benefício de auxílio morte e funeral está previsto na cláusula décima sexta da Convenção Coletiva de Trabalho paradigma. Todavia, não há valor fixo previamente estabelecido para sua inclusão na planilha de custos e formação de preços, uma vez que sua concessão está vinculada ao piso salarial do trabalhador.

Diante dessa ausência de valor definido, aplicou-se o disposto no § 3º do art. 5º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, alterado pelo decreto nº 12.926, de 13 de Abril de 2026, segundo o qual benefícios trabalhistas e sociais não expressamente quantificados em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa devem ser estimados com base em pesquisa de preços praticados na Administração Pública ou no mercado, observando-se o limite dos valores pagos aos servidores públicos.

Assim, foi realizada pesquisa de mercado, cuja mediana dos valores apurados resultou no montante de R\$ 7,00 (sete reais), valor este a ser considerado nas propostas nas planilhas de custos e formação de preços dos licitantes.

Os documentos comprobatórios da pesquisa de mercado realizada para auxílio funeral se encontram no processo SEI nº 25388.000775/2025-75.

Ressalta-se que a efetiva execução dessa despesa deverá observar as condições estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho aplicável, bem como ser devidamente comprovada no âmbito da gestão contratual.

PROCESSOS	CARIOCA SUPPLY	ESPAÇO	ACCERTH	IPPP	CERTVS	SERES	REAL G	R2MC	MINUTA	G9	ANTONIO
25388.000673/2025-50		R\$ 21,60			R\$ 21,60	R\$ 21,60					
25388.000775/2025-75	R\$ 7,00	R\$ 21,60	R\$ 25,00	R\$ 3,00							
25380.005280/2025-11	R\$ 3,00	R\$ 7,00									
25386.001788/2023-10							R\$ 0,96				
25380.005280/2025-11								R\$ 1,50			
52402.005987/2024-13									R\$ 6,90		
25027.000220/2025-22										R\$ 3,61	R\$ 30,00

R\$ 12,46	MÉDIA
R\$ 7,00	MEDIANA
R\$ 0,96	MENOR VALOR

NOME DA EMPRESA	CNPJ
ACCERTH SERVIÇOS E TECNOLOGIA LTDA	22.415.030/0001-00
ANTONIO MARCOS GONCALVES DOS SANTOS E CIA LTDA	20.026.149/0001-57
CARIOCA SUPPLY E FACILITIES LTDA	50.470.305/0001-35
CERTVS SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA	07.859.723/0001-90
ESPACO SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	06.159.080/0001-09
G9 FACILITIES LTDA	11.404.230/0001-32
INSTITUTO DE PROFESSORES PUBLICOS E PARTICULARES	34.174.896/0001-47
MINUTA COMUNICACAO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL LTDA	10.762.976/0001-55
R2MC EMPREENDIMENTOS LTDA	31.351.494/0001-82
REAL JG FACILITIES SA	08.247.960/0001-62
SERES SERVIÇO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL SA	33.168.659/0001-00

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO FUNERAL (SINDAUT)

Por motivo de óbito do empregado, não havendo auxílio funeral, a empresa fornecerá ao beneficiário legalmente habilitado no INSS, auxílio funeral equivalente a 02 (duas) vezes o maior piso em vigor do funcionário, na época do falecimento.

5.22. AUXÍLIO CRECHE

5.22.1. Este benefício é considerado custo mínimo relevante pela Instrução Normativa nº 176/2024 e será devido à trabalhadora ou trabalhador que possua filho, enteado ou criança sob guarda judicial com até 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade. Deverá seguir todas as diretrizes previstas na Instrução Normativa SEGEC/MGI nº 147/2026.

5.22.2. Para a ativação do benefício semelhante previsto em convenção coletiva, acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa, a contratada deverá apresentar os documentos previstos no art. 7º, incisos II, III e IV, da IN SEGEC/MGI nº 147/2026, além daqueles exigidos na convenção coletiva, no acordo coletivo de trabalho ou na sentença normativa.

5.22.3. A contratada deverá registrar e manter atualizadas, no sistema Contratos.gov.br, as informações relativas aos trabalhadores beneficiários e seus dependentes do reembolso-creche, bem como de benefícios semelhantes previstos em convenção coletiva, acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa.

5.22.4. A Convenção Coletiva de Trabalho paradigma (SINDAUT), em sua cláusula décima sétima, prevê o pagamento do auxílio-creche. Contudo, com a publicação do Decreto nº 12.926/2026, que alterou os Decretos nº 9.507/2018 e nº 12.174/2024, além da Instrução Normativa SEGEC/MGI nº 147/2026, foi definido um valor de referência para este benefício nas contratações públicas.

5.22.5. Assim, todos os órgãos da Administração Pública federal devem seguir essas diretrizes normativas, detalhadas no Webinar do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI (ANEXO XVII deste ETP), que servirá de base para a aplicação da metodologia do cálculo do benefício durante a gestão contratual.

5.22.6. A empresa contratada deverá conceder aos seus empregados, quando comprovados os requisitos previstos na IN SEGEC/MGI nº 147/2026, o pagamento do auxílio-creche no valor mensal de R\$ 526,64 (quinhentos e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos).

5.22.7. O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), com base em dados estatísticos, definiu o percentual de incidência desse benefício em 20% do número de trabalhadores, o que representa um **custo de R\$ 105,33 (cento e cinco reais e trinta e três centavos) por trabalhador. Este valor deve ser obrigatoriamente considerado por todos os licitantes na elaboração das planilhas de custos e na formação dos preços.**

5.22.8. A estimativa do pagamento do benefício, correspondente a 20% do número de trabalhadores beneficiados, terá controle de saldo durante a gestão contratual, sob acompanhamento do gestor e do fiscal administrativo do contrato (ANEXO XVII).

5.22.9. Interação do Benefício com as Convenções Coletivas de Trabalho (CCT)

Como regra geral, prevalece sempre a condição mais benéfica ao trabalhador.

- Quando a CCT estabelece um valor inferior ao previsto, a Administração complementa a diferença para garantir o benefício integral.
- Caso a CCT apresente condições mais vantajosas para o trabalhador, essas condições prevalecem sobre as disposições da Instrução Normativa.
- Se a CCT impuser restrições à concessão do benefício, prevalece o disposto na Instrução Normativa SEGEC/MGI nº 147/2026.
- Quando a CCT deixa de contemplar o benefício, passa a ser aplicada integralmente a Instrução Normativa.

5.23. INSALUBRIDADE

5.23.1. O adicional de insalubridade é regido pelos arts. 189 a 192 da CLT e pela Norma Regulamentadora nº 15, de atividades e operações insalubres - anexa à Portaria MTB n.º 3.214/78, do Ministério do Trabalho e Previdência. O exercício de trabalho em condições insalubres acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo regional, de acordo com a classificação em graus máximos, médio e mínimo, conforme estabelecido no art. 192 da CLT.

5.23.2. No momento da proposta, as empresas licitantes deverão cotar apenas o adicional de insalubridade máximo de 40%, para todos os profissionais na elaboração das planilhas de custos e formação de preços.

5.23.3. O faturamento mensal deverá ser adequado aos percentuais definidos no laudo pericial que a empresa vencedora deverá providenciar e apresentar à Administração no início da contratação, conforme solicitado pela Contratante. Após a apresentação do competente laudo técnico emitido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho, devidamente habilitado e registrado no conselho de classe correspondente, conforme as especificações dos locais e condições nele determinados, sendo de responsabilidade da Contratada o procedimento para a emissão do mesmo. Esse laudo assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo nacional, segundo se classifiquem nos graus máximos, médio e mínimo.

5.23.4. Logo, se for confirmada a presença de condições insalubres e perigosas por meio de laudo que indique os percentuais devidos, a empresa vencedora deverá apresentar à Administração a fim de que seja providenciado o pagamento do benefício.

5.23.5. Por fim, ressalta-se que esse procedimento já é fundamentado nos históricos dos últimos contratos de terceirização da unidade.

5.24. Exigência de Atestados

5.24.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

5.24.2. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.24.3. Para fins da comprovação de que trata o item acima, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

5.24.3.1. As empresas deverão apresentar atestado(s), declaração(ões) ou certidão(ões) de capacidade técnica, em nome da empresa licitante, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência, de forma satisfatória, demonstrando que a mesma licitante gerencia ou gerenciou serviços de mão de obra com dedicação exclusiva.

5.24.3.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

5.24.3.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES /MP n. 5, de 2017.

5.24.3.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.24.3.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados; apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.24.3.6. Tendo em vista que a pretensa contratação envolve mais de 35 (trinta e cinco) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, conforme Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.24.3.7. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

5.24.3.8. A exigência de atestados e demonstração técnica se faz necessária, devido às peculiaridades do serviço.

5.25. Dos novos tributos – IBS, CBS e Imposto Seletivo

5.25.1. A Emenda Constitucional nº 132/2023 instituiu novos tributos sobre o consumo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo — cuja implementação depende da edição de leis complementares específicas e está sujeita a regime de transição.

5.25.2. Para o exercício de 2026, essa mudança ainda estará em uma fase preparatória e de ajustes operacionais, sendo assim, permanecem plenamente vigentes os tributos atualmente incidentes sobre a prestação de serviços, notadamente:

* Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), de competência municipal;

* PIS e COFINS, de competência federal.

5.25.3. Dessa forma, não há exigibilidade do IBS e da CBS no presente processo licitatório, inexistindo respaldo jurídico para sua inclusão na planilha de custos.

5.25.4. A planilha de formação de preços em contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra deve refletir a estrutura de custos efetivamente suportada pelo contratado à época do certame, observando-se o regime tributário vigente.

5.25.5. A inclusão de tributos ainda não implementados ou com alíquotas indefinidas comprometeria a fidedignidade da estimativa, podendo gerar sobrepreço ou subpreço e afrontando os princípios da legalidade, da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

5.25.6. Conclui-se, portanto, que a Emenda Constitucional nº 132/2023 não produz impacto direto e imediato na planilha de formação de preços da licitação a ser realizada em 2026.

5.25.7. Caso sobrevenha, durante a execução contratual, alteração efetiva da carga tributária incidente sobre a prestação dos serviços, em decorrência da substituição do ISS, PIS e COFINS pelo IBS e pela CBS, poderá configurar-se hipótese de fato do príncipe, apta a ensejar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, conclui-se que:

i) a Emenda Constitucional nº 132/2023 não impacta diretamente a planilha de formação de preços da presente licitação;

ii) a planilha deve contemplar exclusivamente os tributos vigentes à época do certame, notadamente ISS, PIS e COFINS.

5.26. Exigência de Instalação de Escritório com estrutura mínima no Município do Rio de Janeiro

5.26.1. Para a boa e adequada execução do contrato de prestação de serviços continuados de atividades de apoio, complementares e acessórias, necessárias à realização das tarefas técnicas e administrativas, com dedicação de mão-de-obra exclusiva é imprescindível que o fornecedor vencedor da licitação possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município do Rio de Janeiro, pelas razões a seguir justificadas, **no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura do contrato.**

5.26.2. Isto porque a participação de empresas sediadas em outras unidades da federação, não raro dificulta a boa execução contratual, caso não disponha de estrutura mínima e adequada no local de prestação dos serviços, com pessoal qualificado e em quantidade suficiente para gerir o contrato, necessitando de deslocamentos longos para a resolução de problemas por parte dos trabalhadores, tais como, processo admissional, demissional e outros que envolvem a relação empregado/empregador que nem sempre são resolvidos com a mera presença do preposto alocado “full time” nas dependências do tomador de serviços.

5.26.3. O TCU, com base na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017 (e replicado sob a ótica da Lei 14.133/2021), orienta que exigências de local físico devem ser justificadas no Termo de Referência (TR). Deve-se demonstrar que a falta de estrutura local inviabiliza a execução célere ou a fiscalização de serviços com dedicação exclusiva (que exigem alta pessoalidade e supervisão), o que

se aplica à presente demanda, considerando que a mão de obra envolvida necessita de gerência atuante nos seus contratos de trabalho e perante a Administração, justifica-se a inclusão da exigência a seguir no edital, amparada no Voto do Ministro Relator – Aroldo Cedraz, no citado Acórdão 1214 /2013 do TCU:

“27. O grupo ressalta a importância de que a empresa contratada possua estrutura compatível no local onde são prestados os serviços, de forma que a administração e os próprios empregados possam discutir questões relacionadas à prestação dos serviços com a empresa contratada, sem maiores dificuldades. Registra o grupo de estudos que, com o pregão eletrônico, é cada vez mais comum empresas sediadas em determinados estados vencerem licitações para a prestação de serviços em outras unidades da federação. Se a contratada não tiver uma estrutura adequada no local de prestação dos serviços, a prática tem mostrado que isso causa dificuldades para a boa execução do serviço.”

5.26.4. Importante ressaltar que tal exigência não será feita na fase de habilitação, sob pena de frustrar o caráter competitivo do certame, mas sim tão-somente ao fornecedor que for consagrado vencedor e em até 60 (sessenta) dias após assinatura do contrato.

5.27. Outros requisitos para contratação

5.27.1. Estar em conformidade com todos os requisitos legais aplicáveis à Fundação, principalmente, os que regulamentam as atividades laborais, bem como aos princípios e regras subscritas no Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal.

5.27.2. Aderir/Adequar-se às políticas da Fiocruz de prevenção e enfrentamento ao assédio moral, sexual e outras violências no trabalho, de equidade de gênero e raça, e de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

5.27.3. Possuir ética e integridade em todas as suas atividades, bem como manter uma área, com independência e autonomia, para atuar continuamente, como autoridade na prevenção, mitigação de riscos e dando o devido tratamento a eventuais irregularidades, principalmente aos atos que causem prejuízo ao Poder Público e à sociedade.

5.27.4. Assegurar e comprovar a existência de um canal de comunicação permanente e efetivo com a contratante, colaboradores, fornecedores e com a sociedade para receber relatos de possíveis irregularidades, realizando sua apuração e seu tratamento com intuito de mitigar seus efeitos.

5.27.5. Manter a Ouvidoria Geral da Fiocruz informada sobre os tratamentos dados as manifestações de irregularidades.

5.27.6. Empresa Promotora da Saúde Mental - É considerado requisito desejável que a empresa contratada esteja enquadrada na Lei nº 14.831, de 27 de março de 2024, que institui o Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental. Tal certificação demonstra o compromisso com a promoção do bem-estar psicológico dos colaboradores, incluindo implementação de programas voltados à saúde mental, acesso a apoio psicológico ou psiquiátrico, treinamentos de conscientização, canais seguros para denúncias e práticas de prevenção ao assédio e discriminação, conforme exigido pela legislação. A certificação, válida por dois anos e renovável mediante comprovação da manutenção das práticas, deverá ser comprovada por meio de documento hábil.

5.27.7. De acordo com o parecer MPRJ 2018.00641023 de 22 de novembro de 2018, é desejável que o licitante seja participante do Programa Empresa Cidadã, a fim de promover a responsabilidade social e fortalecer parcerias sustentáveis. Instituído pela Lei nº 11.770 /2008 e regulamentado pelo Decreto nº 7.052/2009, o programa tem como objetivo prorrogar em sessenta dias a duração da licença maternidade e em quinze dias, além dos cinco dias já estabelecidos, a duração da licença-paternidade (Lei nº 13.257/2016). Como sabido, o programa oferece incentivos fiscais às empresas. Além disso, contribui para a melhoria do clima organizacional ao promover o bem-estar dos funcionários e fortalece a imagem da empresa por meio da responsabilidade social.

5.27.8. As ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho serão critério de desempate , nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.28. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)

5.28.1. A lista de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários para atendimento das atividades foi definida a partir das necessidades identificadas pelas áreas demandantes. Para subsidiar a estimativa de custos, foi elaborada planilha contendo os itens, quantitativos estimados e valores unitários e totais, obtidos por meio de pesquisa de preços, conforme documentação anexada ao processo (Anexos XII, XIII, XIV e XV).

5.29. Cobertura de Férias, Faltas e Ausências

5.29.1. A empresa CONTRATADA deverá garantir a continuidade da execução dos serviços e a manutenção dos postos contratados, providenciando, quando necessário, a substituição dos profissionais alocados nos postos, de modo a assegurar o pleno funcionamento das atividades.

5.29.2. Não será exigida cobertura para férias, faltas e demais ausências, **somente nos casos de afastamento por motivo de licença médica ou maternidade (com comprovação de atestado) superior a 30 (trinta) dias consecutivos**, hipótese em que a CONTRATADA deverá providenciar um substituto, com as mesmas qualificações e exigências descritas no Termo de Referência relativo ao posto de trabalho, durante o período do afastamento.

5.30. Instrumento de Medição de Resultado - IMR

5.30.1. Acompanhamento contratual: em cumprimento ao TR, os serviços serão acompanhados no seu dia a dia primeiramente pelos:

- Fiscal Técnico/Setorial, quando houver;
- Chefes/substitutos de departamentos/serviços; e

5.30.2. No que tange às atividades de gestão e fiscalização da execução do contrato, os colaboradores deverão estar presentes nos setores e nos departamentos, conforme suas alocações, para desenvolverem as suas atividades. Junto a eles, estarão os fiscais técnicos, em cumprimento ao capítulo V, Seção I, Art. 39 e Art. 40, da IN Seges/MP nº 05, de 25 de maio de 2017.

5.30.3. O Gestor da execução irá coordenar as ações relacionadas ao contrato junto aos fiscais técnicos /setoriais e ao fiscal administrativo, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para os procedimentos que envolvam prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, dentre outros. Vale frisar que os fiscais técnicos/setoriais e o fiscal administrativo serão servidores públicos nomeados, através de Portaria da Ensp, para exercer estas funções, sendo devidamente capacitados.

5.30.4. Atividades de aferição da qualidade da prestação dos serviços:

5.30.4.1. Serão acompanhadas pelos servidores relacionados no item 5.30.1, e qualquer disfunção/anomalia dessas atividades, será informada ao Gescon/Ensp por seus representantes, que irão analisar e informar ao preposto(a) para que sejam sanadas no primeiro momento e, caso não os sejam, seguirá os tramites das sanções expressas no Termo de Referência.

5.30.4.2. A Contratada deverá entregar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, quando solicitado pela Contratante, quaisquer dos seguintes documentos:

1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Contratante;
2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a Contratante;
3. Cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e
4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado
5. Fiscalização mensal: modelo: (a ser feita antes do pagamento da fatura):
6. Será realizada a retenção das contribuições previdenciárias e dos demais tributos incidentes sobre a prestação dos serviços, conforme o enquadramento aplicável e a legislação vigente, observadas as normas da Receita Federal do Brasil e demais regulamentações pertinentes.
7. Deverá ser consultada a situação da empresa junto ao Sicaf;
8. Serão exigidas a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no Sicaf;
9. Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social.

5.30.4.3. Seguem abaixo as duas tabelas contendo os parâmetros do Instrumento de Mediação de Resultados:

Tabela 1 - Instrumento de Medição de Resultado - nº 01

Instrumento de Medição de Resultado - nº 01	
Indicador: Prazo de entregas de documentos após a solicitação pelo Contratado	
Item	Descrição
Finalidade	Entrega dos documentos solicitados no prazo de 10 (dez) dias úteis
Meta a cumprir	100% de entregas dos documentos que foram solicitados de maneira física e/ou digital
Instrumento de	Entrega e aceite por servidor(a) dos documentos solicitados pelo Serviço de Gestão de Contatos - Gescon

Medição	dentro do prazo expresso em lei ou ora estipulado pela Administração
Forma de Acompanhamento	Verificação, por profissional do Gescon, do tempo decorrido entre a abertura da solicitação e o cumprimento dos documentos solicitados.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	
Início da Vigência	Data da solicitação, por e-mail, carta e outros meios
Faixas de Ajustes no pagamento	Após o não cumprimento em sua totalidade e ou parcialidade da entrega dos documentos no prazo solicitado, será aplicada a sanção por meio de glosa na nota fiscal de pagamento.
Sanções	Multa por ocorrência, calculada com os percentuais crescentes de 0,01% até 5%, com discricionariedade do gestor do contrato, podendo aumentar o valor aplicado em caso de não correção e/ou reincidência, sobre o valor total da nota fiscal do mês da ocorrência do serviço prestado pela inexecução total e ou parcial.

Fonte: Equipe de Planejamento

Tabela 2 - Instrumento de Medição de Resultado - nº 02

Instrumento de Medição de Resultado - nº 02	
Indicadores: 1. Assiduidade, 2. comprometimento, 3. trabalho em equipe e 4. produtividade	
Item	Descrição
Finalidade	Avaliar qualitativamente as atividades realizadas pelos empregados terceirizados
Meta a cumprir	100% das metas definidas pelos gestores/fiscais técnicos
Instrumento de Medição	Observação, anotação em registro próprio (relatório de fiscalização) ou pesquisa de satisfação
Forma de Acompanhamento	Emissão de Relatórios de Fiscalização
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Será considerado irregular abaixo de 70% do alcance das metas para quaisquer indicadores.
Início da Vigência	Início do Contrato

Faixas de Ajustes no pagamento	Após a verificação do não cumprimento da prestação dos serviços, com a qualidade mínima requerida, será aplicada a sanção por meio de glosa na nota fiscal de pagamento
Sanções	Abaixo de 70% de qualquer um dos indicadores medidos, será aplicada a multa por ocorrência, mensal de 0,01% até 5%, por discricionariedade do gestor do contrato, podendo aumentar o valor aplicado em caso de não correção e/ou reincidência, sobre o valor total da nota fiscal de pagamento do mês da ocorrência, pela inexecução total e ou parcial

Fonte: Equipe de Planejamento

6. Levantamento de Mercado

6.1 O serviço em questão trata-se de prestação de SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE FORMA CONTÍNUA no apoio administrativo e técnico nas atividades de assistência, ensino e pesquisa que será mensurado pela utilização dos postos de trabalho, permitindo aferir os resultados para adequada prestação de serviço baseada nos demonstrativos das planilhas de custos e formação de preços e nas planilhas de medição mensais que irão medir o valor efetivamente executado no âmbito da contratação.

6.2. Entende-se que esta solução tem se mostrado bastante eficaz no que diz respeito à melhor execução e maior produtividade, devido as pessoas que desempenham os cargos previstos em contrato estão sempre presentes nas dependências do órgão, sendo alocadas em cada setor/laboratório, o que facilita o conhecimento e o desenvolvimento nas atividades que a Unidade necessita.

6.3 Acredita-se, ainda, que este modelo já utilizado, torna o serviço mais enxuto e reduz desperdícios de tempo e informação, facilitando a gestão administrativa e o gerenciamento de riscos, com redução de procedimentos administrativos e de fiscalização e reduz o risco de interrupção da prestação do serviço na Administração Pública.

6.4 A contratação da empresa prestadora de serviço será feita por meio de um processo licitatório, com base numa ampla de pesquisa de mercado, de modo a garantir a proposta mais vantajosa para a Administração, no tipo de solução escolhida.

6.5. Pesquisa junto aos fornecedores:

6.5.1. Após levantamento das soluções disponíveis, através de consulta aos pregões realizados no âmbito da Administração Pública Federal (Quadro 1), verificamos que se existem muitas empresas que participaram de todos os pregões relacionados, mostrando-se indiferentes ao valor estimado da contratação, ainda que a capacidade econômico-financeira apresente variação, de acordo com o aporte de recursos reservados à futura contratação.

6.5.2. No que tange à forma de contratação, das soluções existentes no mercado, a que melhor se amolda à necessidade da Administração é a prestação de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, por posto de serviço, refletindo no modelo de execução contratual onde os empregados da contratada serão alocados para trabalhar continuamente nas dependências da Unidade, com dedicação exclusiva. A execução dos serviços seguirá uma rotina específica estabelecida e supervisionada pela ENSP. Logo, não caberia a utilização do modelo de serviço sem dedicação exclusiva de mão de obra, onde não há alocação contínua de empregados e a efetiva execução da atividade contratada será realizada, apenas, quando provocada a demanda.

6.5.3. O perfil dos serviços dos profissionais demandados é de prestação continuada e difusa em suas ações, dificilmente mensuráveis de forma que venha a permitir uma contratação por produto ou resultado.

Foi efetuado levantamento acerca do perfil comum de fornecedores do ramo pertinente ao objeto a ser licitado e identificamos que é um universo amplo e competitivo.

6.5.4. Através do Quadro 1, que apresenta uma média de 53 licitantes numa amostra de 9 pregões realizados, assim, identificamos, mesmo sendo por amostragem, um número expressivo de participantes de pregões da mesma natureza, realizados por órgãos federais, que vem aumentando significativamente ao longo dos últimos anos.

6.5.5. O pregão nº 26/2021-ENSP, foi o último realizado e tratou da licitação que selecionou a empresa Planejar Terceirização e Serviços Ltda. para a prestação dos serviços em curso na Unidade, os quais foram substituídos pela contratação emergencial com a empresa Espaço e serão substituídos pela presente demanda, contemplando postos futuros para uma contratação que tem a expectativa de estabelecer a vigência contratual pelos próximos 10 anos, conforme as diretrizes da lei nº 14.133/2021.

6.5.6. Diante de tal análise, verificamos que inúmeras empresas atendem aos requisitos especificados. Logo, a quantidade de fornecedores não é considerada limitada, o que nos leva a manter os requisitos da contratação pretendida, visto que não são restritivos, mas sim essenciais à qualidade do serviço que se espera com a contratação.

Quadro 1 - Pregões Federais - Apoio Administrativo

Nº da Licitação / Pregão Eletrônico (PE)	UASG	Órgão / Unidade	Data (publicação / sessão)	Objeto (resumo)	Valor estimado / Valor total	Nº de licitantes	Fonte
PE 90003/2025	420001	Ministério da Cultura	Publicado 28/07 /2025 — sessão 31/07/2025	Contratação de serviços de secretariado e apoio administrativo para escritórios estaduais (AL, MS, PB, PR, RJ).	R\$ 3.488.824,20 (valor total da contratação).	54	COMPRASNET
PE 90005/2025	810005	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)	Publicado 04/07 /2025 — sessão 18/07/2025	Registro de preços para contratação de serviços contínuos de apoio administrativo e operacional.	R\$ 168.992.552,16	48	COMPRASNET
PE nº 14/2023	200005	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Publicado 16/11 /2023 — sessão 01/12/2023	Contratação de serviços de apoio administrativo, para o cargo de Apoio Administrativo Nível II, visando atender as necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na cidade de Brasília/DF, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.	R\$ 4.642.751,40	80	COMPRASNET
PE 90015/2024	410003	Subsecretaria de Assuntos Administrativos / órgão (Brasília-DF)	PUBLICADO 18 /11/2024 - SESSÃO 03/12 /2024	Contratação de empresa para prestação de serviços de Apoio Técnico Administrativo de Nível Superior	R\$ 26.187.217,62	68	COMPRASNET
PE / Registro 90006 /2025 (registro de preços de apoio administrativo)	158137	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	PUBLICADO 28 /04/2025 - SESSÃO 14/05 /2025	Pregão Eletrônico SRP nº 06 /2025 - Registro de Preços para a contratação de prestação de serviços de APOIO ADMINISTRATIVO (TÉCNICO EM SECRETARIADO)	R\$ 2.022.695,36	52	COMPRASNET
PE 90003/2025	532302	SAO PAULO PREVIDENCIA -	PUBLICADO 22 /04/2025 - SESSÃO 08/05	Contratação de serviços de apoio técnico administrativo para a São Paulo Previdência,	R\$ 3.539.792,76	34	COMPRASNET

		SPPREV	/2025	a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra			
PE 90149 /2025	532101	ESP-INST. ASSIST. MEDICA SERV. PUB. ESTADUAL	PUBLICADO 22 /01/2025 - SESSÃO 06/02 /2025	Prestação de serviços especializados apoio operacional-administrativo e apoio técnico-administrativo, em caráter subsidiário e em atividades-meio, no âmbito do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE	R\$ 9.271.779.279,60	63	COMPRASNET
PE 90023/2024	110096	SUPERINT. DE ADMINISTRACAO EM PERNAMBUCO	PUBLICADO 19 /11/2025 - SESSÃO 04/12 /2025	Contratação de serviços de apoio administrativo nas modalidades de assistente técnico, apoio técnico administrativo I, técnico em secretariado, contínuo, portaria, copeira com fornecimento de material e utensílios sob demanda e garçom (sob demanda) para as Unidades da AGU localizadas no Estado de Pernambuco a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.	R\$ 2.496.131,66	63	COMPRASNET
PE nº 262/2023	254445	INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	PUBLICADO 27 /11/2023 - SESSÃO 20/12 /2023	Pregão eletrônico para contratação de prestação de serviço contínuo com dedicação de mão de obra exclusiva	R\$ 1.439.416.196,27	17	COMPRASNET

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A pesquisa realizada pela equipe de planejamento baseou-se na identificação de evidências que demonstram viabilidade econômica na contratação do serviço em questão. Isso se deve ao entendimento de que o método atual é o mais eficiente, econômico e legal para realizar essa contratação, uma vez que outras formas não são dependentes da direção da ENSP para serem viabilizadas.

7.2. No âmbito das contratações de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, os regimes de execução mais comuns são:

- a) a empreitada por preço global, em que o pagamento é definido por um valor total previamente estabelecido para o objeto; e
- b) a empreitada por preço unitário, em que o pagamento é realizado com base em unidades de medida previamente definidas, conforme a quantidade efetivamente executada e atestada.

7.2.1. Para a presente contratação, será adotado o **regime de execução por empreitada por preço unitário**, tendo como **unidade de medida o posto de serviço**, com pagamento condicionado à efetiva prestação dos serviços, conforme critérios de aferição e atesto, considerando-se, quando aplicável, aspectos como assiduidade dos trabalhadores, dias efetivamente trabalhados e demais condições previstas no Termo de Referência.

7.3. A contratação dos serviços tem como objetivo dar suporte às atividades da ENSP, fornecendo subsídios para que os servidores da Unidade possam desenvolver seus projetos de forma a garantir o cumprimento da missão institucional.

7.4. No contexto atual e de forma geral, existe uma previsão de crescimento das demandas nas áreas responsáveis pelas atividades fim e meio das organizações, dentro deste contexto, encontra-se a ENSP. Essas demandas compõem o conjunto de atividades relacionados ao ensino, à pesquisa, à informação em saúde, aos serviços de referência e aos serviços assistenciais e laboratoriais que, entre novos projetos e os já existentes, onde há uma cobrança natural da sociedade pela entrega desses serviços de forma cada vez mais transparente e célere para atender às demandas internas e da sociedade. Isso determina que a condução das atividades de gestão, técnicas e de assistência na unidade seja imperiosa e contínua.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. A presente contratação contempla 245 postos de trabalho, sendo 226 de ocupação imediata e 19 previstos para alocação futura, conforme o levantamento das necessidades específicas junto aos diversos setores da ENSP, com previsão de ocupação, durante a gestão do contrato, nos próximos 10 anos.

8.2 A definição dessa quantidade resultou de levantamento junto aos setores da ENSP, considerando o histórico de contratações anteriores e a unidade de medida “posto de serviço”, que melhor às necessidades da Administração.

QUANTIDADE DE POSTOS UTILIZADOS NOS ÚLTIMOS CONTRATOS:

Empresas	Quantidade	Mês/Ano	Postos Utilizados (última medição)
Espaço	269	Agosto/2025	214 (Novembro/2025)
Planejar	271	Agosto/2022	208 (Agosto/2025)

8.3. Justificativa para Alterações nas Quantidades de Postos de Trabalho

8.3.1. Verifica-se que, nas contratações anteriores, nem todos os postos previstos foram efetivamente utilizados, em razão de adequações orçamentárias e ajustes técnicos realizados ao longo da execução contratual.

8.3.2. Considerando a previsão de celebração de um novo contrato de terceirização de serviços administrativos, técnicos e operacionais, com vigência estimada de até 10 (dez) anos, faz-se necessária a reavaliação e o redimensionamento da força de trabalho atualmente alocada na ENSP /Fiocruz.

8.3.3. A medida visa adequar a estrutura de pessoal terceirizado às demandas institucionais atuais e futuras, garantindo a continuidade dos serviços essenciais, a eficiência operacional e o atendimento às exigências normativas e de controle interno.

8.3.4. Nos últimos anos, a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP) tem experimentado ampliação significativa de suas atividades, tanto no campo acadêmico quanto nas áreas de gestão, pesquisa e apoio técnico. Essa expansão, associada à complexidade crescente dos processos administrativos e tecnológicos, além da iminência de novos projetos e pesquisas, especialmente em função dos processos de creditação de laboratórios e da necessidade do fortalecimento dos serviços técnico-científicos.

8.3.5. Esses fatores evidenciaram que a distribuição e a configuração anterior dos postos de trabalho já não atendia plenamente às necessidades operacionais e às estratégias da Unidade, tornando necessária a readequação do dimensionamento para garantir suporte adequado às novas frentes de atuação.

8.3.6. O aumento dos postos de trabalho proposto não tem caráter de expansão imediata, mas de planejamento estratégico, de modo a assegurar flexibilidade e previsibilidade na gestão contratual ao longo de sua vigência. Dessa forma, o contrato contemplará a possibilidade de ocupação gradual de novos postos, conforme a evolução das necessidades institucionais e a disponibilidade orçamentária anual, evitando descontinuidade de serviços e garantindo agilidade na resposta às demandas emergentes.

8.3.7. Ressalta-se, ainda, que o novo contrato deverá absorver as reconfigurações de perfis profissionais e níveis de complexidade observadas nas últimas contratações, refletindo o amadurecimento da gestão por competências e a necessidade de qualificação contínua da força de trabalho terceirizada.

8.3.8. Sob o ponto de vista orçamentário, o aumento proposto será planejado de forma compatível com a dotação orçamentária disponível em cada exercício financeiro, observando os limites de despesa estabelecidos pela Fiocruz e as diretrizes da área de Planejamento e Finanças. Essa abordagem assegura a responsabilidade fiscal e a sustentabilidade contratual, permitindo que as adequações de pessoal sejam implementadas de maneira gradual, controlada e coerente com a realidade financeira da instituição.

8.3.9. Assim, o aumento projetado de postos de trabalho justifica-se como medida de planejamento preventivo e de fortalecimento da capacidade operacional da ENSP, assegurando que, ao longo da vigência contratual, a Instituição disponha de uma estrutura de apoio compatível com seu porte, missão e responsabilidades institucionais.

8.3.10. Diante disso, foi elaborada uma nova planilha de dimensionamento, contemplando ajustes quantitativos e qualitativos, com exclusão e inclusão de funções e de postos, de modo a adequar o quadro e pessoal às demandas atuais e as necessidades futuras da Unidade pelos próximos 10 (dez) anos.

8.3.11. As alterações propostas preservam a integridade e a finalidade do objeto contratual, garantindo a continuidade e a eficiência na execução dos serviços, em conformidade com os objetivos estratégicos institucionais na ENSP.

9. Estimativa do Valor da Contratação

9.1. O método para estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais foi estabelecido com base na legislação trabalhista e previdenciária, bem como nas Convenções Coletivas de Trabalho – CCT das categorias, com a utilização dos benefícios aos trabalhadores previstos em instrumentos coletivos de trabalho e/ou legislação própria, tais como salários, auxílio transporte e auxílio alimentação.

9.1.1. Conforme contido na Portaria nº 44/2018- TCU em seu Art 6º Inciso XXII Alínea a “as planilhas de custos e formação de preços, deverão conter:

- a) a indicação do acordo, convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa proferida em dissídio coletivo ou lei que subsidia os valores atinentes aos insumos de mão de obra, quando for o caso.”

9.1.2. Os valores fixados tomaram por base a **Convenção Coletiva de Trabalho considerada paradigma**, registrada no MTE em 27/03/2025, sob nº 000823/2025, firmada entre Sindicato Empregados e Agentes Autônomos no Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisa do Município do Rio de Janeiro e o Sindicato dos Empregadores de Agentes Autônomos no Comércio e Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisa do Município do Rio de Janeiro (SINDAUT).

9.1.3. Quanto aos valores dos salários, que é um dos itens que compõem a formação do valor estimado, foi utilizado o previsto no inciso VI, do art. 5º, da IN SEGES nº 05/2017, pois será necessária a contratação de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, conforme está justificado neste ETP. Essa possibilidade foi consubstanciada no Acórdão nº 3006/2010-Plenário, TC-001.225/2008-0, rel. Min. Valmir Campelo, 10.11.2010, tendo em vista que algumas

atividades requerem competências específicas, seja pela utilização de uma nova tecnologia, sejam pelas características do modelo de execução contratual, como é o caso em tela.

9.1.4. A pesquisa salarial

9.1.4.1. Os direitos e obrigações específicas de quaisquer das categorias envolvidas nesta contratação que não estejam previstas neste documento e que, comprovadamente, possuírem base legal, deverão ser mencionados pelas empresas em suas propostas, para cumprimento e respectivo pagamento. Inclusive quanto à carga horária máxima permitida.

9.1.4.2. Deste modo, utilizando os editais, termos de referência e os resultados deles provenientes (propostas vencedoras, planilhas de custos adaptadas ao lance final, contratos, dentre outros), bem como fontes especializadas de pesquisa salarial e, após aplicação da **Metodologia, que será melhor explicada no Anexo VIII**, serão fixados os salários condizentes com o mercado, para os perfis que se requer (Anexo IX).

9.1.4.3. Todos os documentos comprobatórios da pesquisa salarial realizada se encontram anexados ao Processo SEI nº 25388.000775/2025-75.

9.1.4.4. A pesquisa de preços poderá ser ampliada com a consulta a fornecedores do ramo, quando da finalização do Termo de Referência, artefato imprescindível para uma cotação séria e confiável por parte das empresas.

9.1.4.5. Para fins comparativos, seguem os percentuais de reajuste salarial praticados ao longo do período contratual, com base nas CCTs firmadas pelo SINDAUT (<https://sindaut.org.br/site/convencao>), desde 2016:

DADOS CONVENÇÃO COLETIVA:
CONVENÇÃO COLETIVA SINDAUT
Vigência: 1/2/2025 a 31/01/2026

Ano	Percentual de Reajuste (%)
2016	11,30%
2017	5,50%
2018	1,87%
2019	3,60%
2020	4,50%
2021	5,40%
2022	10,60%
2023	6%
2024	5%
2025	4,17%
Média	5,79%

9.1.4.6. Os percentuais utilizados para fins de estimativa do valor da contratação são de **5% para custos indiretos e 10% para lucros**, conforme os editais do TCU, listados nos links abaixo:

- <https://portal.tcu.gov.br/data/files/E8/37/9E/F2/FE8687103ABFE587E18818A8/Edital%20PE%2007-2021.pdf>
- <https://portal.tcu.gov.br/data/files/6D/D4/BE/34/823837102DB62737E18818A8/Edital%20PE%2033-2020.pdf>

9.1.4.5. Com base em todos os parâmetros observados neste ETP, a estimativa do valor ANUAL da contratação ficou em R\$ 50.580.065,72 (cinquenta milhões, quinhentos e oitenta mil e sessenta e cinco reais e setenta e dois centavos (Anexo XI).

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. A presente demanda possui objeto indivisível, por tratar de um único item a ser contratado e executado através da alocação de postos de trabalho, cujas características e perfis almejados não incluem serviços especializados de forma distinta.

10.2. Conforme já concluído no subitem "Levantamento de Mercado" do presente documento, a participação em licitações desta natureza possui amplo universo de competidores, que dispõem de capacidade para execução da totalidade do objeto (contratação e gerenciamento de todos os postos).

10.3. Reitera-se que a contratação prevê a prestação de serviços por empresa especializada no gerenciamento de mão de obra. Assim, não vislumbramos que os postos possam ser considerados itens, mas sim um serviço único, a ser prestado de forma global pela empresa ganhadora do certame, através de vários postos de trabalho, com vistas a menores custos administrativos da empresa, gerando ganho em escala e mais facilidade de gestão e fiscalização para a Fiocruz.

10.4. Tendo em vista o item 3.1.1.1.4 do Parecer nº 00016/2023/CGCOM/SCGP/CGU/AGU, à luz do que decidiu o TCU no Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário, a contratação em questão se trata de serviços que não representam trabalhos de alta complexidade técnica que demandem a necessidade de contratação de empresas que atuem em áreas específicas. Desta forma, a Equipe de Planejamento entende que os serviços mencionados podem ser atendidos por empresas que atuam no mercado prestando serviços de administração de mão de obra em geral, não sendo necessário o parcelamento do objeto.

10.5. O citado Acórdão cita como exemplo cargos de manutenção predial, serviços de engenharia, serviços de informática, dentre outros, que exigem regulação específica, representando maior grau de especialização das empresas e justificando a necessidade de restringir a disputa dentre aquelas que atuam de forma segmentada no mercado e, conseqüentemente, o parcelamento, para permitir uma habilitação específica no certame.

10.6 Considerando, ainda, que o parcelamento da solução e uma eventual contratação de empresas distintas aumentaria a dificuldade do gerenciamento por parte da Administração, devido à necessidade de se relacionar com um maior número de empresas, esta Equipe de Planejamento entende que a contratação não representa alto grau de especialização e pode ser atendida por empresas que atuam no mercado prestando o serviço de gerenciamento de mão de obra, qualquer que seja. Tal afirmação pode ser observada na própria pesquisa realizada neste ETP, onde a maioria das empresas participa das mesmas licitações, seja qual for a categoria a ser contratada, desde que não envolva a necessidade de expertise das empresas em gerenciar tipos de profissões e de serviços.

10.7. Desta forma, o critério para a seleção da proposta vencedora da licitação deverá ser o **MENOR PREÇO GLOBAL**, pois este visa atingir a economicidade percebida com a contratação de um único fornecedor prestador de serviço, em contraposição à contratação segmentada.

10.8 Além disso, é de entendimento do TCU que não se revela benéfico o parcelamento da contratação de alguns serviços terceirizados. Neste sentido, o já citado Acórdão nº 1214/2013-Plenário, em seu Título III, Procedimento Licitatório, traz:

“(…)169. (...) as empresas que prestam serviços terceirizados, em regra, não têm especialidade no serviço propriamente, mas na administração da mão de obra. É uma realidade de mercado à qual a Administração precisa se adaptar e adequar seus contratos. É cada vez mais raro, por exemplo, firmar contratos com empresas especializadas somente em limpeza, ou em condução de veículos, ou em recepção. As contratadas prestam vários tipos de serviço, às vezes em um mesmo contrato, de forma que adquirem habilidade na gestão dos funcionários que prestam os serviços, e não na técnica de execução destes.

170. Trata-se, assim, de prática regular do mercado prestar esses serviços de forma concomitante. Desse modo, a divisão do objeto, como previsto na norma transcrita, não implicará em ampliação da competitividade e, em consequência, em ganhos econômicos, pois as mesmas empresas participarão da licitação.

171. Além do mais, quanto maior o objeto desse tipo de contrato, menores serão os custos fixos por posto de trabalho. Em princípio, portanto, é esperada uma redução dos preços ofertados, caso o objeto não seja dividido.

172. Nessa linha de raciocínio, a simples divisão desses serviços implicará apenas em aumento de despesas para a administração, seja para contratá-los, seja para geri-los.

173. Portanto, sob o ponto de vista técnico e econômico, serviços não especializados, como movimentação de móveis, almoxarifado, arquivo, protocolo, garçom, mensageiro, motorista, recepcionista, limpeza, arquivo, não devem ser divididos.”

10.9 Observado o disposto acima, a Equipe de Planejamento, após avaliado o caso concreto, concluiu não haver justificativa para um eventual parcelamento, mantendo alinhamento com o Acórdão em questão.

10.10 Portanto, a divisão do objeto não se demonstra tecnicamente viável ou necessária, nem promoverá diminuição da competitividade. Desta forma, a contratação dos serviços está estabelecida em um único item, indivisível, sendo, portanto, inaplicável o agrupamento em lotes.

10.11. Soma-se a isso, o fato de que experiências históricas demonstraram que, quando a ENSP dividiu esta solução em dois contratos, a utilização de mais de um item para este tipo de contratação se mostrou menos vantajosa, por exigir um maior esforço da fiscalização técnica e administrativa na fase de gestão contratual.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes com a nova contratação deste ETP.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A pretensa contratação está alinhada aos seguintes Planos Governamentais e Institucionais que compõem o Planejamento Estratégico da Instituição, uma vez que diversas diretrizes, objetivos e ações descritas em tais planos dependem fundamentalmente das atividades de apoio objeto da referida contratação:

12.1.1. Plano Plurianual - PPA 2024-2027, através das medidas institucionais e normativas, objetivos e entregas de responsabilidade da FIOCRUZ ou para as quais a Fiocruz contribui.

12.1.2. Plano Nacional de Saúde - PNS, através das metas e indicadores para os quais a Fiocruz contribui.

12.1.3. Relatório final do IX congresso Interno da Fiocruz, através das teses e diretrizes institucionais para o período 2022-2026.

12.1.4. Plano de Desenvolvimento Institucional da Educação da Fiocruz - PDIE, através dos objetivos, indicadores e metas para o período 2026-2030.

12.1.5. Planejamento Institucional Participativo da ENSP - PIP, através dos objetivos e ações previstas para o período 2022-2026.

12.1.6. Plano Anual (PA) da Fiocruz, através das metas previstas nos projetos e operações programados para execução no ano de 2026.

12.1.7. Fonte: 1001000000 - Recursos do Tesouro / Programa de Trabalho: 234041 /SAGE: ENSP - 5085.1

12.1.8. Número do DFD no PCA: 391/2025

12.1.9. Número da Contratação no PCA: 252/2026

12.1.10. Id PCA PNCP: 33781055000135-0-000003/2026

12.1.11. Número do Item no PCA: 1458 / Código do Item: 5380

12.2. Após a descontinuidade do Plano Diretor de Logística Sustentável da Fiocruz, a ENSP instituiu a Comissão Gestora do PLS/ENS, por meio da Portaria institucional nº 121, de 10 de novembro de 2025, está elaborando o Plano de Logística Sustentável da Ensp. No momento, as práticas previstas nesta contratação — concentradas principalmente nas áreas de gestão de resíduos, capacitações e treinamentos em sustentabilidade — estão alinhadas ao PLS em Infraestrutura da Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi (COGIC/Fiocruz) 2025-2028 e a outros documentos internos de planejamento da ENSP, como o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS/ENSP), o Plano de Gerenciamento de Materiais Perigosos (PGMP/ENSP) e a Política de Gestão Ambiental.

13. Resultados Pretendidos

13.1 O resultado pretendido com a presente contratação é o pleno funcionamento de todas as atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa, à informação em saúde, aos serviços de referência e aos serviços assistenciais e laboratoriais que, entre novos projetos e os já existentes, demonstram que existe uma cobrança natural da sociedade pela entrega desses serviços de forma cada vez mais transparente e célere para atender às demandas da população. Isso determina que a condução das atividades de gestão, técnica e de assistência na Unidade seja imperiosa e contínua.

13.2. A contratação em questão possui conexão direta com o previsto no planejamento da ENSP e com a sua realização, utilizando o mecanismo da terceirização de serviços como uma ferramenta de gestão capaz de conferir um grau de independência e agilidade operacional tal, que sua implementação permitirá à Administração possuir os recursos humanos em quantidades necessárias e suficientes e qualitativamente adequadas para cumprir a sua missão institucional.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. A ENSP possui um plano de desenvolvimento de pessoas anual, que consiste na capacitação e atualização na legislação vigente e suas alterações. Deste modo, os servidores da ENSP estão aptos para atuar na fiscalização (técnica e administrativa e setorial) e na gestão do contrato de terceirização.

14.2. Não há necessidade de providenciar adequação do ambiente previamente à celebração do contrato, pois a ENSP já contrata esse tipo de serviço e possui infraestrutura adequada.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. A Lei nº 14.133/2021, que institui a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estabelece, em seu art. 5º, o desenvolvimento nacional sustentável como princípio e, em seu art. 11, como um de seus objetivos, reconhecendo-o como valor fundamental. O conceito de desenvolvimento sustentável, contudo, não se limita ao aspecto ambiental, devendo contemplar, de forma integrada, as dimensões social, econômica e cultural. Em consonância com a legislação brasileira, que se encontra consolidada e em permanente evolução, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou, em 2015, os 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais evidenciam a amplitude e o alcance do conceito de sustentabilidade ao abranger os aspectos econômico, social, ambiental e cultural.

15.2. Com o intuito de orientar os critérios de sustentabilidade a serem respeitados, é relevante mencionar Portaria nº 8.678, 19 de julho de 2021 que estabelece como objetivo (art. 3º) e diretriz (art. 5º) a promoção do desenvolvimento sustentável na governança das contratações públicas federais.

15.3. Adicionalmente, no âmbito da Fiocruz, foi instituído pela Portaria da Presidência nº 646, de 30/11/2021, o Plano de Logística Sustentável da Diretoria de Sustentabilidade da Fiocruz.

15.4 Afim de aderir a esse conceito, a ENSP possui um Serviço de Gestão de Sustentabilidade (SGS) que, entre outras atividades, gerencia documentos internos com diretrizes ambientais e de sustentabilidade, como o Plano de Gestão Ambiental, o Plano de Gerenciamento de Resíduos e Materiais Perigosos e correlatos que visam mitigar os possíveis impactos ambientais das atividades institucionais.

15.5 Os critérios de prática de sustentabilidade da licitante deverão estar alinhados com os projetos de sustentabilidade institucionais que visam promover ações com foco ambiental, econômico, social e cultural que devem tornar-se um dever no cotidiano de todos.

15.6. A empresa selecionada para o contrato também deverá adotar princípios sustentáveis em sua cadeia produtiva e de suprimentos, com o objetivo de cumprir com as exigências legais federais e em conformidade com os princípios de responsabilidade socioambiental que pautam as ações da Fiocruz

15.7. Para mitigar os riscos ambientais, ainda que o conceito de desenvolvimento sustentável tenha sido ressignificado no âmbito da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 — que estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional — destaca-se o art. 6º, no qual são previstas diversas regras e práticas de sustentabilidade a serem observadas pelas empresas contratadas na execução dos serviços, devidamente adaptadas à realidade institucional, são elas:

15.7.1. Adotar medidas para reduzir o consumo de recursos naturais e materiais;

15.7.2. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;

15.7.3. Realizar ou incentivar a participação em programas internos de treinamento de seus empregados, com foco em educação socioambiental ou sustentabilidade, como para redução do consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução da geração e destinação correta de resíduos sólidos e demais assuntos correlatos observadas as normas ambientais vigentes e diretrizes institucionais;

15.7.4. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme programa institucional.

15.7.5. Desta forma, além das descritas acima, é necessário cumprir as seguintes responsabilidades como requisitos para a empresa contratada:

15.7.5.1. A contratada deverá incentivar seus funcionários às boas práticas de consumo consciente, com a otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição,

15.7.5.2. Adotar e/ou manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de recursos naturais;

15.7.5.3. Orientar seus empregados a colaborarem de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de educação ambiental e ações de sustentabilidade e incentivar a participação em atividades com foco na saúde do trabalhador;

15.7.5.4. O preposto deverá atuar como facilitador das mudanças de comportamento dos empregados da contratada;

15.7.5.5. Atentar-se às práticas e critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos pela Fiocruz, bem como deverá estar apta a segui-los.

15.8 Com base no Guia Nacional de Contratações Públicas Sustentáveis - outubro de 2025 - deve constar em obrigações da contratada:

15.8.1. Garantir a proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32/ABNT;

15.8.2. Atender as Boas práticas para o processamento de produtos de saúde segundo a Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012 – Anvisa e demais documentos institucionais;

15.8.3. Realizar a destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde segundo a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, a Resolução nº 358/2005 – CONAMA e a Resolução da Diretoria Colegiada RDC 222/2018 – ANVISA, mantendo a conformidade com o Plano de Gerenciamento de Resíduos e o Plano de Gerenciamento de Materiais Perigosos da instituição;

15.8.4. A utilização de pilhas e baterias na execução dos serviços deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012;

15.8.5. Garantir o atendimento ao Decreto nº 11.430 de 2023, buscando o atendimento ao percentual mínimo de 8% de contratação de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, guardadas as devidas excepcionalidades.

REFERÊNCIAS

GASPARINI, Diógenes, “Prazo e prorrogação do contrato de serviço continuado” na Revista Diálogo Jurídico. Salvador, Bahia, nº 14, jun./ago. 2002, p. 2:

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. A equipe de planejamento declara que a contratação pretendida é **VIÁVEL**, levando em conta os aspectos técnicos, socioeconômicos e ambientais.

16.2. A confirmação da viabilidade foi obtida ao analisar a possibilidade de contratar o serviço desejado, levando em consideração todos os requisitos estabelecidos nos regulamentos para uma avaliação criteriosa, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico.

16.3 Além disso, foram pesquisadas soluções já existentes no mercado e em outras entidades públicas para atender à demanda, selecionando-se os parâmetros que oferecem o melhor custo-benefício para a Administração. Desta maneira, busca-se garantir eficiência e eficácia na contratação, com a utilização otimizada dos recursos públicos disponíveis para esta finalidade na Unidade.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FLAVIA RAMOS GUIMARAES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 15:53:37.

SONALI DA SILVA MOTA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 13:36:40.

RAFAELA DOS SANTOS SILVA

Gestora de contrato



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 14:06:41.

ANDRE LUIZ LIMA DE LACERDA

Fiscal administrativo



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 13:03:41.

LEANDRO MUSSAUER OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 12:18:33.

GABRIEL AVANCINI MORENO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 12:07:05.

ANDREA MARCIA DE OLIVEIRA COUTO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 13:03:06.

ANA PAULA MORGADO CARNEIRO

Requisitante da contratação



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 13:20:54.

DEBORAH CHEIN BUENO DE AZEVEDO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 13:07:17.

Despacho: Aprovado pela autoridade competente

MARCO ANTONIO CARNEIRO MENEZES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 16:02:44.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Nota Técnica Teletrabalho (1).pdf (161.53 KB)
- Anexo II - NOTA-JURIDICA-DESPACHO (3).pdf (475.45 KB)
- Anexo III - PARECER n. 011-2024-CPLC- auxílio saúde e previsão em CCT. Manutenção do entendimento da CPLC-PGF (2).pdf (267.23 KB)
- Anexo IV - PORTARIA MGI Nº 2.829, DE 29 DE ABRIL DE 2024 (1).pdf (114.88 KB)
- Anexo V - RETIFICAÇÃO - Portaria 2.829-2024 (1).pdf (109.06 KB)
- Anexo VI - sindaut.pdf (707.0 KB)
- Anexo VII - caderno-logistica-decreto11430-ver1.pdf (829.02 KB)
- Anexo VIII - pesquisa de mercado metodologia final Gabriel 22 jan 26.docx (254.14 KB)
- Anexo IX - Pesquisa de mercado salarial terceirização 2025-2026_22_jan_26_final.xlsx (87.5 KB)
- Anexo X - Descrição de cargos 28.01 final.docx (30.34 KB)
- Anexo XI - Planilha de Estimativa do valor contratual da Terceiração - 28-01-2026 Gabriel final.xls (1.21 MB)
- Anexo XII - EPI.docx (85.68 KB)
- Anexo XIII - Planilha de EPIs - scom preços estimados.xls (273.5 KB)
- Anexo XIV - pesquisa de preço epi - item 39, 40 e 41.pdf (553.54 KB)
- Anexo XV - Banco de Preços.pdf (701.78 KB)
- Anexo XVI - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO SINDAUT 2026_2027.pdf (631.7 KB)
- Anexo XVII - 2026.04.23ApresentaoWebinarReembolsoCreche.pdf (13.26 MB)

Nota Técnica

Assunto: Regulamenta o trabalho remoto (teletrabalho) nos contratos de serviços terceirizados com modalidade de obra em regime de dedicação exclusiva, no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Esta Nota Técnica tem o objetivo de disponibilizar internamente regras a respeito do trabalho remoto no âmbito dos contratos de terceirização com modalidade de obra em regime de dedicação exclusiva.
2. Considera as alterações ao Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) trazidas pelas Leis nº 13.477, de 13 de julho de 2017 e nº 14.442, de 02 de setembro de 2022.
3. Integra os resultados esperados do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria/VPDI nº 03, de 1º de maio de 2022, cujo objetivo geral é “Propor e implementar Plano de Ação para definição de diretrizes gerais e normativas para gestão de contratos no âmbito da FIOCRUZ, com foco na gestão de contratos de terceirização, garantindo adequação dos processos e normativas às diretrizes institucionais, legislação, às boas práticas de governança e gestão e as recomendações dos órgãos de controle”, tendo como um de seus objetivos específicos: “Propor normativos técnicos orientativos”.

ANÁLISE

4. MOTIVAÇÃO

- 4.1. O presente documento integra uma iniciativa da VPDI, denominada Grupo de Trabalho de Gestão de Contratos, a fim de assegurar a comparabilidade entre as contratações das Unidades da FIOCRUZ, contribuindo para a padronização e a otimização dos gastos, visando política interna de governança nas aquisições.

5. JUSTIFICATIVA

- 5.1. A Fiocruz é uma Instituição dedicada pesquisa, ciência, desenvolvimento tecnológico, ensino, formação de recursos humanos, assistência e produção de vacinas e medicamentos que beneficiam a população brasileira e fortalecem o Sistema Único de Saúde (SUS).

5.2. Diante da complexidade das suas atividades, torna-se imprescindível que seus servidores sejam apoiados com serviços técnicos e especializados, contribuindo para o atingimento de sua missão institucional.

5.3. A política de desempenho institucional tem como um de seus objetivos promover melhorias no processo de gestão, em desenvolvimento na Instituição. Nessa política de gestão, busca-se o aprimoramento de ferramentas gerenciais específicas que respeitem as características e complexidades de cada Unidade, permitindo a otimização dos recursos disponíveis e os compromissos necessários para a sua consolidação como referência em saúde pública.

5.4. Nesse contexto, é importante ressaltar o alinhamento do trabalho realizado com o conceito de determinantes sociais de saúde (DSS). Para a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS)¹, os DSS são os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população. E a renda do trabalhador, de acordo com a Lei Orgânica da Saúde, é um dos fatores determinantes e condicionantes de saúde.

5.5. Além disso, salienta-se o caráter estratégico desta Nota Técnica, por se tratar de uma ação que vai de encontro a uma das diretrizes aprovadas no IX Congresso Interno da Fiocruz, realizado em dezembro de 2021². Essa diretriz, versa sobre a governança das contratações e orienta na efetivação da promoção de ações para seu alcance, também nos contratos de mão de obra, a fim de implementar a padronização de procedimentos, contribuindo com a Política de Gestão de Riscos da Fiocruz e buscando garantir condições dignas de trabalho, com a preservação dos direitos dos trabalhadores terceirizados.

5.6. Deve-se ressaltar, ainda, a necessidade do aprimoramento das práticas de tomadas de decisão com base na Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão, elaborada pela Fiocruz no ano de 2011.

5.7. Assim, podemos considerar o conceito de risco como um evento que pode afetar o cumprimento dos objetivos, medido em termos de impacto e de probabilidade³. Esta Nota Técnica é um controle interno, que serve de medida instituída para modificar os riscos inerentes a esse tipo de contratação.

5.8. Cabe frisar que, ainda que não envolvam a tomada de decisão e tampouco sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo Plano de Carreiras e Cargos de

¹ COMISSÃO NACIONAL SOBRE OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (CNDSS). Carta aberta aos candidatos à Presidência da República. Setembro de 2001. Disponível em: www.determinantes.fiocruz.br. Acesso em: 17/05/22..

² FIOCRUZ. IX Congresso Interno. Disponível em: <https://congressointerno.fiocruz.br/>

³ SOUZA, Kleber Roberto de; SANTOS, Franklin Brasil. Como combater o desperdício no setor público: gestão de riscos na prática. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, instituído pela Lei nº 11.355/2006, os serviços a serem contratados são considerados estratégicos para a consecução dos objetivos institucionais.

DEFINIÇÕES

7. TELETRABALHO

7.1. Considera-se teletrabalho ou trabalho remoto a prestação de serviços fora das dependências físicas da Fiocruz, de maneira preponderante ou não, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação, que, por sua natureza, não configure trabalho externo.

PARÂMETROS

7.1. CONDICIONANTES

7.1.1. O comparecimento, ainda que de modo habitual, às dependências da Instituição para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não descaracteriza o regime de teletrabalho ou trabalho remoto, exceto se o contrato prever a forma presencial concomitante (híbrido).

7.1.2. Na hipótese da prestação de serviços em regime de teletrabalho ou trabalho remoto por produção ou tarefa, não se aplicará o disposto no Capítulo II do Título II desta Consolidação.

7.1.3. O regime de teletrabalho ou trabalho remoto não se confunde nem se equipara à ocupação de operador de telemarketing ou de teleatendimento.

7.1.4. O tempo de uso de equipamentos tecnológicos e de infraestrutura necessária, bem como de softwares, de ferramentas digitais ou de aplicações de internet utilizados para o teletrabalho, fora da jornada de trabalho normal do empregado não constitui tempo de disposição ou regime de prontidão ou de sobreaviso, exceto se houver previsão em acordo individual ou em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

7.1.5. Aos empregados em regime de teletrabalho aplicam-se as disposições previstas na legislação local e nas convenções e nos acordos coletivos de trabalho relativas à base territorial do estabelecimento de lotação do empregado.

7.1.6. A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do instrumento de contrato individual de trabalho.

7.1.7. Os empregadores deverão dar prioridade aos empregados com deficiência e aos empregados com filhos ou criança sob guarda judicial até 4 (quatro) anos de idade na alocação em vagas para atividades que possam ser efetuadas por meio do teletrabalho ou trabalho remoto.

7.2. PERMISSÕES

7.2.1. Fica permitida a adoção do regime de teletrabalho ou trabalho remoto para estagiários e aprendizes.

.2. Poder ser realizada a alteração entre regime presencial e de teletrabalho desde que haja mútuo acordo entre as partes, registrado em aditivo contratual.

.3. Poder ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de quinze dias, com correspondente registro em aditivo contratual.

.4. Trabalhadoras gestantes e lactantes, lotadas em áreas e processos de trabalho avaliados como insalubres, atendidos os critérios estabelecidos nos art. 3º. e art. 4º., desde que não haja prejuízo às atividades do posto de trabalho, podem ser priorizadas para o regime de teletrabalho parcial.

.5. O empregado submetido ao regime de teletrabalho ou trabalho remoto poderá prestar serviços por jornada ou por produção ou tarefa.

. . O acordo individual de trabalho irá dispor sobre os horários e os meios de comunicação entre empregado e empregador, assegurados os repousos legais.

9. DIRETRIZES PARA OS CONTRATOS

9.1. A contratação que permita o teletrabalho em regime de execução parcial (híbrido) deverá observar as seguintes diretrizes:

9.1.1. Conter previsão da possibilidade de teletrabalho no Contrato ou no Termo Aditivo, em conformidade com o estabelecido nesta normativa;

9.1.2. Não se constituir o posto de trabalho como estritamente de forma remota, sendo necessária a autorização da CONTRATANTE e mediante justificativa de necessidade do serviço, ou por motivo de calamidade pública declarada, podendo ser revogado a qualquer tempo;

9.1.3. A alteração entre regime presencial e de teletrabalho parcial, desde que haja mútuo acordo entre as partes, deverá ser registrado em aditivo contratual;

9.1.4. As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do teletrabalho, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo trabalhador, serão previstas em contrato escrito.

9.1.5. Compete à CONTRATANTE definir e acordar com a CONTRATADA se haverá ou não a disponibilização de equipamentos por parte da CONTRATANTE, mediante termo de permissão de uso de equipamento, em conformidade com normativa pertinente, para a execução das atividades de forma remota.

9.1. . A CONTRATANTE se responsabilizará pelas orientações relativas à segurança das informações acessadas de forma remota, pela adequada instrução sobre a forma de acesso aos recursos hospedados na rede interna Fiocruz com uso da conexão VPN e ao estrito cumprimento da lei geral de proteção de dados pessoais.

10. ATIVIDADES COMPATÍVEIS

10.1.1. Somente poderão ser executadas mediante teletrabalho as atividades:

10.1.1.1. Que sejam passíveis de controle, observada a tabela de atividades da área e o plano de trabalho para o posto de trabalho previamente definidos;

10.1.1.2. Que guardem identidade com as atividades do posto de trabalho contratado;

10.1.1.3. Que estejam alinhadas às finalidades da Unidade e que sejam previamente validadas pelo gestor do contrato;

10.1.1.4. Cujas características permitam a mensuração da produtividade e dos resultados das respectivas unidades e do desempenho do posto de trabalho em suas entregas sob a prestação do serviço remoto.

10.2. Enquadram-se como atividades passíveis de execução remota, mas não se limitando a elas, as atividades com os seguintes atributos:

10.2.1. Cujas características de complexidade exijam elevado grau de concentração;

10.2.2. Com poucas interfaces com outras atividades ou processos;

10.2.3. Com menor variabilidade na sua forma de execução;

10.2.4. Com elevado grau de previsibilidade e/ou padronização nas entregas.

11. VEDAÇÕES

11.1. O regime de teletrabalho não poderá:

11.1.1. Abranger atividades cuja natureza exija a presença física do posto de trabalho na unidade, como os serviços de vigilância, recepção, limpeza, jardinagem, ou que sejam desenvolvidas por meio de trabalho externo;

11.1.2. Reduzir a capacidade de atendimento de setores que atendam ao público interno e externo.

11.1.3. O trabalhador não fará jus ao benefício do vale-transporte no(s) dia(s) em que estiver executando as atividades de forma remota, sendo certo que o valor deverá ser descontado nas faturas enviadas pela CONTRATADA, em razão do não deslocamento dos trabalhadores até o local de prestação do serviço.

11.1.4. O tempo de uso de equipamentos tecnológicos e de infraestrutura necessária, e de softwares, de ferramentas digitais ou de aplicações de internet utilizados para o teletrabalho, fora da jornada de trabalho normal do trabalhador, não constitui tempo disponível, regime de prontidão ou de sobreaviso.

12. OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

12.1. O planejamento, controle e aferição das atividades desempenhadas pelos trabalhadores terceirizados serão operacionalizados pelo Sistema Eletrônico de Informação/SEI da Fiocruz.

12.2. As áreas/setores das unidades deverão definir e registrar no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) as tabelas de atividades executáveis por meio da terceirização, que serão previamente aprovadas pelo gestor de contrato e diretor(a) da unidade.

12.3. Com base na tabela de atividades, será registrado mensalmente no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) o plano de trabalho definido para o posto de trabalho, que será validado pelo fiscal setorial da área/setor responsável, que deverá conter, ao menos:

12.3.1. As atividades a serem desenvolvidas e a entrega esperada;

12.3.2. O regime de execução em que realizar as atividades, indicando o cronograma em que cumprir sua jornada em regime presencial;

12.3.3. Horário de expediente, observada a carga horária do posto.

12.4. No 1º dia útil do mês subsequente às atividades desenvolvidas, o trabalhador elaborará no SEI o relatório mensal de atividades, que será submetido à validação do fiscal setorial da área/setor responsável, até o 5º dia útil, para posterior envio CONTRATADA.

12.4.1. O atraso na disponibilização e no envio do referido relatório, poderá acarretar a suspensão da liberação para o teletrabalho.

13. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

13.1. Os trabalhadores disponibilizados pela CONTRATADA realizarão suas atividades laborais sob orientação técnica dos servidores públicos designados, observadas as exigências e obrigações estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato, especialmente os referentes ao cumprimento dos requisitos exigidos, jornada e horários de trabalho, acesso a sistemas informatizados, programas, normas e regras das instituições.

13.2. Os servidores públicos designados para orientar tecnicamente a atuação dos trabalhadores terceirizados poderão ser formalmente designados como fiscais setoriais do contrato, quando a prestação de serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas.

13.3. Os servidores designados devem exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos trabalhadores eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.4. Caso o servidor designado como responsável pela orientação técnica avalie como **insatisfatório** o desempenho das atividades realizadas remotamente pelo trabalhador, deve comunicar formalmente a fiscalização e o gestor do contrato, informando a necessidade do retorno do posto ao trabalho exclusivamente presencial.

13.5. A fiscalização de cada contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

14.1. Caberá a CONTRATADA:

14.1.1. A execução da gestão do teletrabalho por parte dos terceirizados.

14.1.2. Instruir os trabalhadores terceirizados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho, considerando ainda as normas específicas relativas ao tema definidas pelo CONTRATANTE.

14.1.3. Se responsabilizar pelas capacitações e orientações necessárias à prestação de serviços de forma remota, valendo-se, no que couber, das normas e orientações expedidas pelo CONTRATANTE.

14.1.4. Manter listagem atualizada dos postos de trabalho em regime de teletrabalho parcial, com as respectivas autorizações/definições, informando periodicamente o CONTRATANTE quando houver qualquer alteração.

14.1.5. Apresentar, quando solicitada, documentação relativa aos acordos de teletrabalho firmados com seus empregados.

14.1.6. A observância de que os postos em teletrabalho parcial atendam ao que segue:

14.1.6.1. Estar acessível durante todo o horário de expediente administrativo da unidade, dentro da carga horária do posto;

14.1.6.2. Manter telefones de contato e e-mail atualizados e ativos para atendimento interno e externo, a fim de garantir a comunicação eficiente e imediata;

14.1.6.3. Comparecer presencialmente ao local de trabalho quando solicitado;

14.1.6.4. Dar ciência ao preposto da CONTRATADA e/ou ao gestor da área/setor ao qual presta serviço sobre os trabalhos realizados, bem como apontar eventuais dificuldades, dúvidas ou intercorrências que possam afetar o cumprimento;

14.1.6.5. Preservar o sigilo das informações profissionais acessadas remotamente;

14.1.6.6. Dispor de equipamentos e acesso à internet para atender as atividades do posto de trabalho;

14.1. .7. Dispor de espaço adequado para a execução do trabalho fora das dependências do órgão, sobretudo, quando for solicitada a participação em videoconferências.

14.1. . . O trabalhador deverá assinar termo de responsabilidade comprometendo-se a seguir as instruções fornecidas pela CONTRATADA.

14.2. Caso ocorra inobservância ou impossibilidade do estabelecido neste subitem (14.1.4 e seguintes), a CONTRATANTE comunicar ao preposto da CONTRATADA e poder determinar o imediato retorno ao trabalho presencial do posto de trabalho, sempre que for o caso.

REFERENCIAL NORMATIVO

7. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

. Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da Fiocruz e de outras carreiras).

9. Lei nº 13.477, de 13 de julho de 2017 (Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 10.019, de 3 de janeiro de 1974, 10.037, de 11 de maio de 1990, e 10.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho).

10. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

11. Lei nº 14.442, de 2 de setembro de 2022 (Dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação ao empregado e altera a Lei nº 10.321, de 14 de abril de 1977, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).

12. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho).

13. Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2 de maio de 2017 (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta).



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CLC CONSULTIVO

NOTA JURÍDICA Nº. 00027/2025/CLC CONSULTA/PFFIOCRUZ/PGF/AGU

NUP: 25027.000243/2025-37

INTERESSADOS: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - GEREB - (GERÊNCIA REGIONAL DE BRASÍLIA)

ASSUNTOS: CONSULTA E ORIENTAÇÃO DE ATUAÇÃO

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONSULTA SOBRE VERIFICAÇÃO DE VIABILIDADE JURÍDICA DE ADOÇÃO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO PARADIGMA, À LUZ DO DECRETO Nº 12.174/2024 E DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 176/2024, PARA FINS DE FIXAÇÃO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS E TRABALHISTAS NAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA EM LICITAÇÕES EM QUE A ADMINISTRAÇÃO ADOPTAR VALORES DE REMUNERAÇÃO SUPERIORES AOS PISOS SALARIAIS.

I. POSSIBILIDADE DO CUSTEIO PELA ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS E TRABALHISTAS NOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, DESDE QUE INDICADOS PELO ÓRGÃO LICITANTE NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO OS CUSTOS MÍNIMOS RELEVANTES A SEREM OBSERVADOS NAS PROPOSTAS DE PREÇOS.

II. VEDAÇÃO AO ÓRGÃO OU À ENTIDADE CONTRATANTE VINCULAR-SE ÀS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NOS ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO QUE TRATEM DE OBRIGAÇÕES E DIREITOS QUE SOMENTE SE APLICAM AOS CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

III. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES SUPERIORES AOS PSIOS SALARIAIS ESTABELECIDAS EM CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO, FUNDAMENTADA EM ESTUDOS E PESQUISAS DE MERCADO QUE CONSIDEREM OBJETIVAMENTE A COMPLEXIDADE DAS ATIVIDADES E AS APTIDÕES NECESSÁRIAS PARA SEUS EXERCÍCIOS.

IV. NÃO HÁ ÓBICE PARA A ADOÇÃO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO PARADIGMA E CONSEQUENTEMENTE O CUSTEIO POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS E TRABALHISTAS NAS CONTRATAÇÕES DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA EM QUE FOREM FIXADOS PELO ÓRGÃO LICITANTE VALORES DE REMUNERAÇÃO SUPERIORES AOS PISOS SALARIAIS CONSOANTE O DISPOSTO NO PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 1º, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 176/2024.

Senhor Procurador Chefe

1. RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo encaminhado a este órgão consultivo, para manifestação jurídica sobre consulta formulada pela GEREB, no **Ofício nº 458/2025/Gerência Regional de Brasília (SEI 5192916)**, acerca da viabilidade jurídica da adoção de Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) paradigma, observando as disposições do Decreto nº 12.174/2024

e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176/2024, inclusive quanto à definição dos benefícios trabalhistas que integrarão a planilha de custos e formação de preços, cujos valores definidos para fins de remuneração sejam superiores aos pisos salariais, quando das contratações de terceirização de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 DOS LIMITES DA ANÁLISE JURÍDICA

2. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados.

3. Assim, insere-se nas atribuições funcionais dos membros da Procuradoria Federal, a indicação ao gestor de possíveis riscos do ponto de vista jurídico na prática de atos administrativos e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

4. Oportuno registrar, não se insere na competência desta Procuradoria Federal questionar sobre a conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos que estão reservados à esfera do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza técnica, financeira e/ou administrativa, salvo hipóteses teratológicas. Vale lembrar, os pronunciamentos realizados por este Órgão Jurídico têm natureza opinativa e, portanto, não são vinculantes para o gestor público, o qual pode, de forma justificada, adotar orientação diversa.

5. Ressalte-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, excluídos, portanto, aqueles de natureza eminentemente técnica, o que inclui o detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e especificações. Com relação a esses dados, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiará dos conhecimentos técnicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, conforme orientação constante da Boa Prática Consultiva – BPC nº 7, que assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento. (Manual de Boas Práticas Consultivas aprovado pela Portaria Conjunta nº 01, de 2 de dezembro de 2016)

6. Feita a ressalva, se passa à análise estritamente jurídica do presente processo.

3. DA ANÁLISE JURÍDICA

3.1 DA ANÁLISE JURÍDICA QUANDO DA CONCLUSÃO DEPCONSU/PGF/AGU Nº 128/2016

7. De início, entende-se necessário um breve resumo histórico sobre a matéria, considerando o entendimento da Câmara Permanente de Licitações e Contratos Administrativos (CPLC) do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal (PGF) exarado em três oportunidades, conforme a seguir elencado.

8. O Parecer nº 15/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU concluiu pela ilegalidade da estipulação de plano de saúde em CCT com oneração exclusiva da Administração Pública tomadora do serviço, por afronta ao art. 611 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Além disso, também considerou ilegal a previsão de plano de saúde apenas para uma parte das categorias profissionais abrangidas pela convenção – para aqueles profissionais que fossem terceirizados a um tomador de serviços.

9. Já o Parecer nº 12/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, além de ratificar o posicionamento exarado no parecer anterior, balizou seus efeitos temporais, bem como determinou a exclusão do benefício previsto de forma ilícita na CCT das planilhas de custos e formação de preços dos contratos administrativos e concluiu pela necessidade do ressarcimento dos valores já pagos a esse título, salvo quando reconhecida a boa-fé das empresas contratadas de acordo com o caso concreto.

10. Do referido parecer, originou-se a CONCLUSÃO DEPCONSU/PGF/AGU Nº 128/2016, abaixo transcrita:

CONCLUSÃO DEPCONSU/PGF/AGU Nº 128/2016

I - O BENEFÍCIO “PLANO DE SAÚDE” ILICITAMENTE PREVISTO NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DE 2014, CELEBRADA ENTRE O SEAC/DF E O SINDISERVIÇOS/DF, BEM COMO NAS SUBSEQUENTES CONVENÇÕES QUE REPRODUZIRAM O SEU TEOR, DEVE SER EXCLUÍDO DAS PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS CELEBRADOS SOB A ÉGIDE DESSAS CONVENÇÕES, BUSCANDO-SE, EM REGRA, O RESSARCIMENTO DOS VALORES INDEVIDAMENTE PAGOS A ESSE TÍTULO, RESPEITADOS OS DITAMES DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.

II - O RESSARCIMENTO DOS VALORES JÁ PAGOS A TÍTULO DESSE PLANO DE SAÚDE NÃO DEVE SER REALIZADO QUANDO RECONHECIDA A BOA-FÉ DAS EMPRESAS CONTRATADAS, A SER INVESTIGADA NO CASO CONCRETO, DE ACORDO COM AS BALIZAS TRAÇADAS NO PRESENTE PARECER.

III - RECOMENDA-SE QUE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INSIRA, EM SEUS PRÓXIMOS EDITAIS DE LICITAÇÃO, CLÁUSULA QUE EXPRESSAMENTE VEDE A COTAÇÃO, NAS PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, DE BENEFÍCIOS ESTABELECIDOS EM CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO QUE ONEREM DIRETAMENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TOMADORA DE SERVIÇO.

11. Por fim, o Parecer nº 04/2017/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, face à requerimento administrativo formulado por sindicato, reafirmou, novamente, a posição defendida nos pareceres anteriores. Assim, resta claro que o tema está pacificado no órgão responsável pela consultoria e assessoramento jurídico das autarquias e fundações públicas federais.

12. Nota-se, a todo tempo o que se afirma é a **ilegalidade de exigência de benefícios que não estejam previstos em Convenção Coletiva de Trabalho - CCT ou aquelas que onerem tão somente a Administração Pública.**

13. A ilegalidade exsurge, ainda, do fato de que o benefício (social ou trabalhista), estabelecido em convenção, seja garantido apenas aos empregados terceirizados, não sendo resguardado esse direito, nas mesmas condições, aos profissionais que trabalham, nas mesmas funções, diretamente para as empresas terceirizadoras, o que não representa um critério razoável de discriminação.

14. Nesse sentido, os itens 32 a 34, do supracitado Parecer n.º 15/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, trazem que:

32. A legalidade da cláusula também se revela comprometida, quando se toma em consideração a segunda particularidade acima relacionada: que o direito ao plano de saúde custeado pelo empregador foi previsto apenas para uma parte das categorias profissionais abrangidas pela convenção - para aqueles profissionais que fossem terceirizados a um tomador de serviços -, excluindo-se do mesmo direito os profissionais que trabalham diretamente para as empresas empregadoras, o que não representa um critério razoável de discriminação.

33. Com efeito, as atividades desempenhadas pelas categorias profissionais descritas na cláusula segunda da convenção coletiva serão essencialmente as mesmas, trabalhando os profissionais diretamente para a empresa empregadora ou para um tomador de serviços. Assim, um bombeiro hidráulico, por exemplo, desempenhará as atividades inerentes a essa categoria profissional, seja na sede da empresa empregadora, seja na sede da Administração Pública onde for alocado para a prestação do serviço. Exercendo exatamente as mesmas funções, não há fundamento jurídico razoável que justifique a garantia, pela CCT, de um plano de saúde custeado pelo empregador apenas para o segundo profissional, excluindo-se o primeiro de usufruir do mesmo direito.

34. Essa diferença de tratamento só se explica pela intenção – juridicamente absurda – de eximir as empresas empregadoras de quaisquer ônus relativos ao benefício previsto aos trabalhadores pela CCT, transferindo tais ônus diretamente à Administração Pública, que não tomou parte das negociações coletivas de trabalho. (grifo nosso)

15. Assim se fez o entendimento consolidado pela Câmara Permanente de Licitações e Contratos no bojo do Parecer nº 04/2017/CPLC/PGF/AGU (NUP 00407.001636/2014-18, seq. 9), por meio do qual o órgão jurídico teria concluído, em resumo, ser impossível a contemplação do benefício de plano de saúde em favor dos empregados terceirizados nos editais de licitação de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, em razão da oneração exclusiva da Administração Pública tomadora dos serviços.

3.2 ANÁLISE JURÍDICA DO TEOR DO ACÓRDÃO TCU Nº 1.207/2024-PLENÁRIO

16. Inicialmente, cabe registrar que o Acórdão TCU nº 1.207/2024-Plenário proveio de representação, posteriormente convertida em consulta, formulada pela Exma. Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI, por meio do Ofício SEI 47701/2023/MGI, a fim de dirimir questão atinente à elaboração da planilha de custos e formação de preços para a contratação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra.

17. Dita consulta se deu em razão da dificuldade enfrentada pela Administração Pública na realização de licitações para contratação de serviços terceirizados, em razão da aplicação de entendimento do TCU no sentido de que, nos editais de licitação, não é permitido determinar a convenção ou acordo coletivo de trabalho a ser utilizado pelas empresas, como base para a confecção das respectivas propostas ([Acórdão 1097/2019-TCU-Plenário](#), Rel. Min. Bruno Dantas; mantido inalterado pelo [Acórdão 2101/2020-TCU-Plenário](#), Rel. Min. Augusto Nardes, em sede de pedido de reexame).

18. Como registrado pela Ministra de Estado, a aplicação desse entendimento tem gerado graves problemas como a precarização da mão de obra e a quebra da isonomia na contratação, em decorrência da vantagem auferida pela empresa cuja proposta estiver baseada em instrumento de trabalho mais desfavorável ao trabalhador.

19. Desta forma, restou formulada consulta pela Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI, acerca da possibilidade de os órgãos da Administração Pública Federal indicarem, nos respectivos editais para contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, a convenção coletiva de trabalho que melhor se adequa à categoria profissional do objeto contratado.

20. Considerando a relevância do tema, a requerer aprofundamento dos exames, a Presidência apresentou proposta, acolhida pelo Plenário, de autuação de representação específico para:

“...à luz dos arts. 570, 577 e 581, § 2º, da CLT e do art. 8º, inciso II, da Constituição Federal, avaliar a possibilidade de os órgãos da Administração Pública Federal indicarem, nos respectivos editais para contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, a convenção coletiva de trabalho que melhor se adequa à categoria profissional do objeto contratado, evitando que os licitantes formulem suas propostas de preços com base em outras convenções coletivas conforme o enquadramento de sua atividade principal.”

21. Neste sentido o voto condutor para o Acórdão, da lavra do Ministro Antonio Anastasia, foi no mesmo sentido das ponderações da seara técnica da Corte, acrescentando, todavia, que a fixação de limite inferior pode-se dar não só em relação a salário e auxílio-alimentação, mas também, a critério da Administração e com as devidas justificativas, abranger outros benefícios de natureza social considerados essenciais à dignidade do trabalho, *in verbis*:

27. Com base nas abrangentes ponderações apresentadas na instrução técnica, tenho por pertinente e oportuna a proposta apresentada pela AudContratações, que visa a prover solução, alinhada com o princípio da eficiência, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, mediante a fixação de piso remuneratório do empregado.

28. Desse modo, acolhendo a essência da sugestão da unidade, proponho que o Tribunal estabeleça que, nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, é lícito prever que somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) o valor igual ou superior ao valor orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação, admitidos também, a critério da Administração, outros benefícios de natureza social considerados essenciais à dignidade do trabalho, devidamente justificados, os quais devem ser estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma, que é aquela que melhor se adequa à categoria profissional que executará os serviços terceirizados, considerando a base territorial onde os serviços serão prestados.

29. Registre-se que a solução que ora se submete à consideração do Colegiado:

a) estabelece apenas um limite inferior à remuneração do empregado terceirizado no serviço público, limitando-se às parcelas de salário e auxílio-alimentação, admitidos outros benefícios de natureza social considerados essenciais, com as justificativas pertinentes, a critério da Administração, todos com base na CCT mais adequada à categoria profissional afeita ao serviço;

22. No Acórdão, por sua vez, o Plenário deliberou, no sentido do voto condutor acima destacado, a saber:

9.1 conhecer da presente consulta, por preencher os requisitos de admissibilidade pertinentes;

9.2. responder à autoridade consulente que:

9.2.1. decorre de previsão legal, estabelecida no art. 511, §§ 2º e 3º da Consolidação das Leis do Trabalho, o entendimento consignado na jurisprudência desta Corte de Contas, no sentido de que nos editais de licitação para contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra não é permitido determinar

a convenção ou acordo coletivo de trabalho a ser utilizado pela empresas licitantes como base para a confecção das respectivas propostas;

9.2.2. não obstante, em tais licitações, é lícito ao edital prever que somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação, admitidos também, a critério da Administração, outros benefícios de natureza social considerados essenciais à dignidade do trabalho, devidamente justificados, os quais devem ser estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma, que é aquela que melhor se adequa à categoria profissional que executará os serviços terceirizados, considerando a base territorial de execução do objeto;

9.2.3. de modo a resguardar o interesse da Administração Pública, bem como buscar garantir a proteção do trabalhador terceirizado, o edital licitatório deve contemplar dispositivos que estabeleçam:

9.2.3.1. a exigência para que o licitante entregue junto com sua proposta de preços uma declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

9.2.3.2. a exigência para que o licitante apresente cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

9.2.3.3. a responsabilidade da empresa licitante nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133/2021;

9.2.3.4. a responsabilidade exclusiva da empresa contratada pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado;

9.2.3.5. a aderência à convenção coletiva do trabalho à qual a proposta da empresa esteja vinculada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, consignados na planilha de custos e formação de preços do contrato, em observância ao disposto no inc. II do art. 135 da Lei 14.133/2021;

9.2.4. constitui motivo para extinção do contrato, nos termos do art. 137, inc. I, da Lei 14.133/2021, com a consequente realização de novo processo licitatório, a situação que se impõe à contratada a alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulta a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Pública, em cumprimento de decisão judicial;

9.3. dar ciência do inteiro teor desta deliberação ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, ao Ministério Público do Trabalho e à Advocacia-Geral da União.

9.4. arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

23. Depreende-se, pois, que o citado Acórdão dispôs expressamente que, nos editais de licitação para contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, é lícito prever que somente serão aceitas propostas que adotarem, na planilha de custos e formação de preços (PCFP), valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação, admitidos também, a critério da Administração, outros benefícios de natureza social considerados essenciais à dignidade do trabalho, devidamente justificados, os quais devem ser estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma, que vem a ser aquela que melhor se adequa à categoria profissional que executará os serviços terceirizados, considerando a base territorial de execução do objeto.

3.3 DA PUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 12.174, DE 11 DE SETEMBRO DE 2024 E DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 176, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024

24. Relativamente ao tema sob análise, foi promulgado o Decreto n.º 12.174, de 2024, que dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A introdução dessas garantias busca alinhar os contratos administrativos aos princípios constitucionais e à promoção de um ambiente de trabalho digno.

25. Em seu artigo 5º, justamente na tônica das recomendações constantes do Acórdão TCU nº 1.207/2024-Plenário, o referido Decreto dispôs:

Art. 5º Na contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao orçado pela administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio-alimentação.

§1º A critério da administração, mediante justificativa, outros benefícios de natureza trabalhista ou social poderão compor a planilha de custos e formação de preços.

§2º Os valores de que trata este artigo deverão ser estimados com base na convenção coletiva, no acordo coletivo de trabalho ou no dissídio coletivo adequado à categoria profissional que executará o serviço contratado, considerada a base territorial de execução do objeto do contrato.

26. Portanto, a partir da publicação do Decreto nº 12.174, de 2024, consignou-se expressamente na legislação pátria que, à critério da administração, mediante justificativa, outros benefícios de natureza trabalhista ou social poderão compor a planilha de custos e formação de preços, de modo que os valores de tais benefícios sejam estimados com base na convenção coletiva, no acordo coletivo de trabalho ou no dissídio coletivo adequado à categoria profissional que executará o serviço contratado, considerada a base territorial de execução do objeto do contrato.

27. Tal medida reforça a valorização do trabalhador e o fortalecimento das garantias trabalhistas nos contratos de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, de forma a assegurar que os contratos reflitam as melhores práticas estabelecidas por acordos coletivos, para fins de balizamento dos valores dos benefícios que se pretende ofertar e consequentemente o afastamento de efeitos que possam precarizar a mão-de-obra a ser utilizada na execução dos serviços.

28. Nesta esteira, a Câmara Permanente de Licitações e Contratos Administrativos - CPLC, por meio do Parecer nº 011/2024/CPLC/SUBCONSU/PGF/AGU, se pronunciou sobre a possibilidade do custeio, pela União, do benefício de auxílio-saúde, ou plano de assistência à saúde, em seus contratos de terceirização de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que sejam indicados, no instrumento convocatório, os custos unitários mínimos relevantes que deverão ser observados nas propostas de preços, nos termos da IN SEGES nº 176, de 2024, e desde que observadas as considerações contidas na Conclusão do aludido Parecer.

29. Ato Contínuo, entendeu-se pela proposição de Enunciado Consultivo, o que acarretou o registro do Enunciado nº 406 no PGF Conecta, conforme descrito abaixo:

Enunciado SUBCONSU:

406. LICITAÇÕES E CONTRATOS

O contratante pode custear benefício de auxílio-saúde ou plano de assistência à saúde em seus contratos de terceirização de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que exista previsão no edital da licitação como custo mínimo relevante e tenha previsão no Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo como benefício para todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral. Fundamento legal: art. 5º do Dec. nº 12.174, de 2024; IN SEGES nº 176, de 2024; e art. 135, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 DA FIXAÇÃO DOS CUSTOS MÍNIMOS RELEVANTES, DE QUE TRATA A INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 176, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024, EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM MAIOR EXPERTISE

30. Para fins de regulação sobre o tema, foi publicada a Instrução Normativa SEGES nº 176, de 25 de novembro de 2024, que dispõe sobre as regras e os procedimentos para adoção dos custos mínimos a serem observados nos valores de remuneração, incluindo salário-base e adicionais, auxílio-alimentação e outros benefícios como mecanismo de fortalecimento das garantias trabalhistas em contratos de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, nos termos do art. 5º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024.

31. Atinente ao objeto de consulta, qual seja, a possibilidade de "...adotar Convenção Coletiva de Trabalho - CCT como paradigma, observando as disposições do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024 e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176, de 25 de novembro de 2024, inclusive quanto à definição dos benefícios trabalhistas que integrarão a planilha de custos e formação de preços, especificamente no caso da contratação atualmente gerida na GEREb, na qual os valores definidos das remunerações são superiores aos pisos salariais...", consta no parágrafo único do art. 1º da citada Instrução Normativa que:

Art. 1º (...)

Parágrafo único. Esta Instrução Normativa não trata das situações em que se tenha identificado e justificado, na fase de planejamento da contratação, que a necessidade administrativa só pode ser atendida por profissionais com maior expertise do que os trabalhadores remunerados pelos pisos das respectivas categorias. (grifei)

32. Do dispositivo acima destacado, conclui-se que o **referido normativo não se aplica às contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra com maior expertise**, ou seja, aquela que **requer profissional com nível de qualificação acima da média**, objeto da aludida consulta.

33. Válido ressaltar, também, que a IN SEGES nº 176, de 2024, procedeu à alteração do disposto no art. 5º, inc. VI, e no item 7.11 do Anexo VII-A da IN SEGES nº 5, de 2017, para adaptar a citada norma às disposições do art. 5º do Dec. nº 12.174, de 2024.

IN SEGES nº 5, de 2017

Art. 5º É vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada, a exemplo de:

[...]

VI - definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, **salvo** nos casos abrangidos pelo Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e **nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente**; e (Redação dada pela Instrução Normativa Seges/MGI Nº 176, de 2024) (grifei)

Anexo VII-A da IN SEGES nº 5, de 2017

7.11. É vedado ao órgão ou entidade contratante exercer ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais, que decorram de encargos legais ou da aplicação do disposto no Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024. (Redação dada pela Instrução Normativa Seges/MGI n.º 176, de 2024)

34. Nota-se que a **vedação imposta à Administração ou aos seus servidores quanto à prática de atos de ingerência na gestão da empresa contratada**, a exemplo de definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, **foi excepcionada para casos específicos em que determinadas atividades somente possam ser executadas por profissionais com maior expertise do que os trabalhadores remunerados pelos pisos das respectivas categorias e, desde que justificadamente**.

35. Forçoso concluir que **o afastamento da aplicação da aludida instrução normativa aos casos em que a necessidade administrativa só possa ser atendida por profissionais com maior expertise** do que os trabalhadores remunerados pelos pisos das respectivas categorias, não macula a obrigatoriedade da Administração em indicar os custos mínimos que deverão ser observados nas propostas de preços, em relação aos benefícios sociais e trabalhistas previstos no Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho paradigma adotada pelo órgão licitante.

36. Significa dizer que a **exegese jurídica do parágrafo único do art. 1º, da IN SEGES MGI nº 176/2024, cujo texto segue destacado no item 31 deste Parecer**, é a de **excluir** o inciso I do rol constante do §2º, do art. 4º da aludida Instrução Normativa, ou seja, **a remuneração de profissionais com maior expertise do que os trabalhadores remunerados pelos pisos das respectivas categorias**.

37. Faz-se importante ressaltar que a lógica acerca da possibilidade excepcional da Administração fixar, em determinados certames, remunerações acima do valor de mercado, já encontrava arrimo em decisões do egrégio Tribunal de Contas da União, antes do advento da IN SEGES MGI nº 176/2024. Veja-se:

Acórdão nº 1589/2024 - TCU - Plenário

(...)

100. A respeito da fixação de piso salarial mínimo acima da média de mercado, a instrução anterior se manifestou nos seguintes termos (peça 52, p. 9-22):

53. A jurisprudência do TCU é no sentido de ser possível, excepcionalmente, a fixação acima do piso salarial da categoria, desde que atendidos os seguintes requisitos: 1) necessidade de profissionais com qualificação acima da média e 2) a comprovação, por meio de pesquisa de preços, de que os salários adotados são compatíveis com o de mercado: Acórdão 2.101/2020-TCU-Plenário, relator Ministro Augusto Nardes Admite-se, na contratação

por postos de serviço, a fixação de salários em valores superiores aos pisos estabelecidos em convenções coletivas de trabalho, desde que observados os seguintes requisitos: i) justificativa técnica de que os serviços demandam, por suas características e particularidades, a execução por profissional com nível de qualificação acima da média; e ii) realização de pesquisa de preços demonstrando a compatibilidade com os valores de mercado para contratações similares, ou seja, comprovação de que no mercado existe tal distinção salarial em função da qualificação do trabalhador.

Acórdão nº 2101/2020 - TCU - Plenário

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, que somente prorrogue o Contrato 32/2018, celebrado com a empresa Plansul Planejamento e Consultoria - EIRELI pelo prazo necessário para a realização de novo certame, caso necessária a continuidade dos serviços, e que adote, nesse caso, as providências para assegurar a realização tempestiva de processo licitatório, atentando para que os seguintes quesitos sejam analisados quando da realização dos estudos técnicos preliminares referentes à fase de planejamento da licitação:

9.2.1. o modelo da contratação por postos de serviço em comparação à contratação por resultados ou híbrido, com qualidade aferível;

9.2.2. na eventual definição pela contratação por postos de serviço:

9.2.2.1. a necessidade de fixação de salários em valores superiores aos pisos estabelecidos em Convenções Coletivas de Trabalho, fundamentada em estudos e pesquisas de mercado que considerem objetivamente a complexidade das atividades e as aptidões necessárias para seus exercícios;

3.5 HIPÓTESES DE VEDAÇÃO AO CUSTEIO PELO ÓRGÃO CONTRATANTE DE RUBRICA À TÍTULO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

38. Mesmo com a publicação do Decreto nº 12.174, de 2024, e posteriormente da IN SEGES nº 176, de 2024, entende-se que as condicionantes aplicáveis à época em que exarado o Parecer nº 04/2017/CPLC/PGF/AGU permanecem vigentes. Explica-se.

39. A Lei nº 14.133, de 2021, consignou disposições então existentes em normas infralegais e entendimentos jurisprudenciais vigentes relativamente à matéria. Veja-se:

Art. 135. Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

I - à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

II - ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

§1º A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

§ 2º É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.(grifo nosso)

40. É dizer, o legislador, com meridiana clareza, dispôs que **é vedado** a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, **que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública**.

41. Portanto, caso determinado **acordo, ou convenção coletiva de trabalho, disponha sobre benefício que se aplique** não somente aos contratos com a Administração Pública, mas também **aos demais trabalhadores** que, por exemplo,

atuem nas sedes das empresas de terceirização ou que, temporariamente, não estejam alocados em contratos com a Administração Pública ou mesmo com outros tomadores de serviço, ou seja, que trate de benefício de natureza efetivamente obrigatória para determinada categoria laboral, **cabível será a sua previsão em planilha estimativa de custos e formação de preços de licitações públicas e consequente custeio indireto pela União.**

42. No mesmo sentido é o art. 4º, § 3º, da IN SEGES nº 176, de 2024, segundo o qual não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral.

4. CONCLUSÃO

43. Portanto, ante os argumentos acima esposados, **conclui-se:**

1. Com fulcro no art. 5º do Dec. nº 12.174, de 2024, é possível o custeio, pela União, de benefícios sociais e trabalhistas, a exemplo do auxílio-saúde ou plano de assistência à saúde, em seus contratos de terceirização de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, àqueles com maior expertise do que os trabalhadores remunerados pelos pisos das respectivas categorias, desde que figure no edital do certame como custo mínimo e desde estejam estimados com base na convenção coletiva, no acordo coletivo de trabalho ou no dissídio coletivo adequado à categoria profissional que executará o serviço contratado, considerada a base territorial de execução do objeto do contrato.
2. Para figurar no edital como custo mínimo, o benefício (social ou trabalhista) deve possuir previsão em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que servirá de paradigma para a Administração estabelecer os custos relativos à categoria profissional que executará o serviço contratado, bem como deve, o aludido benefício, contemplar todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, e que não onerem apenas Administração Pública.
3. Caso a proposta de preços do licitante classificado em primeiro lugar se baseie em instrumento coletivo diverso daquele adotado pela Administração como paradigma, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado estabelecer benefícios sociais e trabalhistas, será possível o seu custeio, pela União, desde que se atenda às exigências legais e do Enunciado 406 SUBCONSUS (Licitações e Contratos).
4. Não há óbice para a adoção de convenção coletiva de trabalho paradigma, e consequentemente o custeio por parte da Administração, de benefícios sociais e trabalhistas nas contratações de terceirização de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra em que forem fixados, pelo órgão licitante, valores de remuneração superiores aos pisos salariais àqueles com maior expertise.

44. Finalmente, é dever salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

45. Face ao acima exposto, opina-se pela restituição dos autos à Unidade demandante, para ciência e conhecimento do teor desta Nota Jurídica.

À consideração superior.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2025.

JACQUELINE GIGANTE PEREIRA
COORDENADORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCURADORIA FEDERAL/FIOCRUZ

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 25027000243202537 e da chave de acesso fd98ceb7



Documento assinado eletronicamente por JACQUELINE GIGANTE PEREIRA, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 2846876575 e chave de acesso fd98ceb7 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JACQUELINE GIGANTE PEREIRA, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 25-08-2025 16:10. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
GABINETE

AVENIDA BRASIL, Nº 4365 - MANGUINHOS - RIO DE JANEIRO / RJ - CEP.: 21045-900 - TEL.: (21) 3885-1667

DESPACHO DE APROVAÇÃO Nº. 01452/2025/GAB/PFFIOCRUZ/PGF/AGU

NUP: 25027.000243/2025-37

INTERESSADOS: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - GEREB - (GERÊNCIA REGIONAL DE BRASÍLIA)

ASSUNTOS: CONSULTA E ORIENTAÇÃO DE ATUAÇÃO - OUTROS ASSUNTOS

1. Fundada na competência decorrente dos artigos 7º e 8º da Portaria AGU/Nº 1.399, de 05.10.2009, aprovo a NOTA JURÍDICA Nº. 00027/2025/CLC CONSULTA/PFFIOCRUZ/PGF/AGU de lavra da Procuradora Federal Jacqueline Gigante Pereira.

2. A possibilidade da Administração Pública custear benefício de auxílio-saúde ou plano de assistência à saúde já está prevista no Enunciado 406 do SUBCONSU. A consulta em tela trata de uma situação específica, a saber, quando a Administração identifica e justifica, na fase de planejamento da contratação, que a necessidade administrativa só pode ser atendida por profissionais com maior expertise do que os trabalhadores remunerados pelos pisos das respectivas categorias.

3. No tocante ao custeio do benefício do auxílio-saúde ou plano de assistência à saúde, a manifestação ora aprovada não identifica motivo para promover o *discrimen* em desfavor dos profissionais com maior expertise do que os trabalhadores remunerados pelos pisos das respectivas categoria.

4. Por oportuno, reproduzo a *quaestio iuris* trazida pela GEREB:

Na elaboração da documentação norteadora visando a realização de novo procedimento licitatório, nos moldes propostos pela Advocacia-Geral da União, a Administração pode adotar Convenção Coletiva de Trabalho - CCT como paradigma, observando as disposições do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024 e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176, de 25 de novembro de 2024, inclusive quanto à definição dos benefícios trabalhistas que integrarão a planilha de custos e formação de preços, especificamente no caso da contratação atualmente gerida na GEREB, na qual os valores definidos das remunerações são superiores aos pisos salariais?

5. No caso em tela, cabe à Administração adotar a CCT paradigma, observando as disposições do Decreto nº 12.174, de 2024. A não aplicação da IN SEGES/MGI nº 176, de 2024, na contratação de profissionais com maior expertise do que os trabalhadores remunerados pelos pisos das respectivas categorias não impede a adoção dos custos mínimos nas propostas de preços, no tocante aos benefícios sociais e trabalhistas previstos na CCT paradigma adotada pelo órgão licitante.

Ao órgão consulente, GEREB.

À COGEPE, para ciência.

À UCI, para ciência.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2025.

Loris Baena Cunha Neto
Procurador Federal
Procurador-Chefe - PF/FIOCRUZ

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 25027000243202537 e da chave de acesso fd98ceb7



Documento assinado eletronicamente por LORIS BAENA CUNHA NETO, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 2847185579 e chave de acesso fd98ceb7 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LORIS BAENA CUNHA NETO, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 25-08-2025 16:34. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUBPROCURADORIA FEDERAL DE CONSULTORIA JURÍDICA
CÂMARA PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CPLC
PARECER n. 011/2024/CPLC/SUBCONSU/PGF/AGU

NUP: 00400.002224/2024-29

INTERESSADOS: CÂMARA LEGISLATIVA DO DF

ASSUNTO: CUSTEIO DE BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-SAÚDE OU PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO

EMENTA: Direito Administrativo. Contratação de serviços em regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Custeio de benefício de auxílio-saúde ou plano de assistência à saúde.

I - É possível o custeio pela União de benefício de auxílio-saúde ou plano de assistência à saúde, em seus contratos de terceirização de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que figure no edital do certame como custo mínimo relevante nos termos da IN SEGES nº 176, de 2024.

II - Para figurar no edital como custo mínimo relevante, a teor do art. 4º, § 2º, inc. III, da IN SEGES nº 176, de 2024, o benefício de auxílio-saúde ou plano de assistência à saúde deve possuir previsão no Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que servirá de paradigma para estabelecer os custos relativos à categoria profissional que executará o serviço contratado na localidade, bem como deve o aludido benefício contemplar todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral.

III - Caso a proposta de preços do licitante classificado em primeiro lugar se baseie em instrumento coletivo diverso daquele adotado pela Administração como paradigma, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado estabelecer benefício de auxílio-saúde ou plano de assistência à saúde, será possível o seu custeio pela União desde que se atenda às exigências do art. 5º da IN SEGES nº 176, de 2024 e não incida a vedação prevista no § 3º do art. 4º da indigitada Instrução Normativa.

IV - É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública. Assim, caso determinado acordo ou convenção coletiva de trabalho disponha sobre benefício que se aplique não somente aos contratos com a Administração Pública, mas também a trabalhadores que, por exemplo, atuem nas sedes das empresas de terceirização ou que, temporariamente, não estejam alocados em contratos com a Administração Pública ou com outros tomadores de serviço, ou seja, trate de benefício de natureza efetivamente obrigatória para determinada categoria laboral, cabível a sua previsão em planilha estimativa de custos e formação de preços de licitações públicas e consequente custeio indireto pela União.

1. RELATÓRIO

1. Trata o processo de solicitação oriunda do Gabinete do Deputado Distrital Chico Vigilante, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, relativa à controvérsia acerca da possibilidade de previsão de rubrica a título de plano de saúde em planilhas estimativas de custos e formação de preços em licitações para contratação de serviços em regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

2. Por meio do Ofício nº 188/2024-GAB (seq. 1), o Exmo. Deputado Distrital solicita a revisão do entendimento consolidado por esta Câmara Permanente de Licitações e Contratos no bojo do Parecer nº 04/2017/CPLC/PGF/AGU (NUP 00407.001636/2014-18, seq. 9), por meio do qual, consoante relata o Sr. Deputado, este órgão jurídico teria concluído, em resumo, ser impossível a contemplação do benefício de plano de saúde em favor dos empregados terceirizados nos editais de licitação de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, em razão da oneração exclusiva da Administração Pública tomadora dos serviços.

3. Como fundamento de seu pleito argui que o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 1.207/2024-Plenário, concluiu:

"[...] 28. Desse modo, acolhendo a essência da sugestão da unidade, proponho que o Tribunal estabeleça que, nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, é lícito prever que somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) o valor igual ou superior ao valor orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio alimentação, admitidos também, a critério da Administração, outros benefícios de natureza social considerados essenciais à dignidade do trabalho, devidamente justificados, os quais devem ser estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma, que é aquela que melhor se adequa à categoria profissional que executará os serviços terceirizados, considerando a base territorial onde os serviços serão prestados".

4. Salienta o Exmo. Deputado que, com tal posicionamento, o Tribunal de Contas da União teria entendido ser possível a

previsão de outros benefícios sociais essenciais à dignidade do trabalho, além do auxílio-alimentação, nos editais de licitação de contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, como por exemplo o plano de saúde, o que representaria um grande avanço na garantia dos direitos básicos desses indispensáveis trabalhadores terceirizados.

5. Assim sendo, solicita seja avaliada a possibilidade de reconsideração ou compatibilização de eventuais pareceres e normativos acerca da presente matéria, de modo a permitir, a critério da Administração Pública, a previsão de propostas que estabeleçam em processos de licitação para contratação de serviços em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, além do auxílio-alimentação, outros benefícios sociais essenciais à dignidade do trabalho, em especial o plano de saúde.

6. Ainda cita discurso do Exmo. Presidente da República sobre o tema dirigido a trabalhadores alocados em contratos de prestação de serviços na Esplanada dos Ministérios mencionando a importância do direito à saúde de tais trabalhadores, em específico, a cobertura de plano de saúde.

7. Sendo este o relato dos fatos. Passa-se à fundamentação jurídica.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1 DA ADMISSIBILIDADE DO REQUERIMENTO

8. Em princípio, tendo em vista a competência de assessoramento jurídico do Poder Executivo Federal atribuída à Advocacia-Geral da União, especificamente da Administração Pública Federal indireta autárquica e fundacional no caso da Procuradoria-Geral Federal, pode-se arguir que representante do Poder Legislativo Distrital não teria atribuição para pleitear a esta CPLC a reanálise da matéria atinente à possibilidade de previsão de rubrica a título de plano de saúde em planilhas estimativas de custos e formação de preços em licitações para contratação de serviços em regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

9. Por outro lado, o art. 36-A da Portaria n. 338/PGF/AGU, de 12 de maio de 2016, dispõe que as Câmaras Permanentes, órgãos de natureza consultiva, têm por objetivo aperfeiçoar as teses jurídicas relacionadas às atividades de consultoria e assessoramento jurídico das autarquias e fundações públicas federais, bem como discutir questões jurídicas relevantes afetas à referidas atividades. O art. 41 da aludida Portaria ressalta a possibilidade de revisão, inclusive de ofício, de manifestações jurídicas firmadas pelo DEPCONSU.

10. Nesse diapasão, considerados os argumentos acima, tendo em vista que o processo foi encaminhado a esta Câmara Permanente para análise e manifestação pelo então Sr. Consultor Federal em Gestão Pública (seq. 4) e a repercussão do assunto nos contratos de terceirização das autarquias e fundações públicas federais, entende-se pela admissibilidade do requerimento, passando-se, pois, ao exame de seu mérito.

2.2 ANÁLISE JURÍDICA DO TEOR DO ACÓRDÃO TCU Nº 1.207/2024-PLENÁRIO

11. Inicialmente, gize-se que o Acórdão TCU nº 1.207/2024-Plenário proveio de representação, posteriormente convertida em consulta, formulada pela Exma. Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI, por meio do Ofício SEI 47701/2023/MGI, a fim de dirimir questão atinente à elaboração da planilha de custos e formação de preços para a contratação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra.

12. Por meio da aludida representação, a Sra. Ministra solicitou a revisão do entendimento que fundamentou o Acórdão 2101/2020-TCU-Plenário. Relatou que a aplicação do entendimento da Corte de Contas da União, no sentido de que nos editais de licitação não é permitido determinar a convenção ou acordo coletivo de trabalho a ser utilizado pelas empresas, tem gerado graves problemas como a precarização da mão de obra e a quebra da isonomia na contratação, em decorrência da vantagem auferida pela empresa cuja proposta estiver baseada em instrumento coletivo de trabalho mais desfavorável ao trabalhador.

13. Diante desse cenário, a Presidência do Tribunal propôs que a Secretaria-Geral de Controle Externo do TCU avaliasse "a possibilidade de os órgãos da Administração Pública Federal indicarem, nos respectivos editais para contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, a convenção coletiva de trabalho que melhor se adequa à categoria profissional do objeto contratado, evitando que os licitantes formulem suas propostas de preços com base em outras convenções coletivas conforme o enquadramento de sua atividade principal".

14. Da análise de mérito empreendida pela seara técnica da Corte de Contas, a Unidade de Auditoria Especializada em Contratações – AudContratações, exsurgiu conclusão que tangencia o objeto da representação formulada, mas que, inicialmente, não fora propriamente o cerne da questão, qual seja a possibilidade de fixação de limites inferiores para salário e auxílio-alimentação nas licitações para contratação de serviços em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, tendo-se citado, também, previsões em CCTs atinentes a planos de saúde. Vejam-se os seguintes trechos:

Constata-se assim que há várias empresas associadas ao SEAC/DF cuja atividade principal não ocorre na área de asseio e conservação, o que levanta a questão de saber se a atividade de terceirização em si constitui uma atividade econômica, ou se a realização de qualquer atividade de terceirização, ainda que secundária, é suficiente para o enquadramento sindical, o que tornaria o SEAC o "sindicato geral das várias categorias que possam atuar por terceirização".
[...]

A título de exemplo, no Distrito Federal, um Jardineiro que trabalha em um Condomínio Edilício, segundo a CCT DF0000874/2021 SINDICONDOMÍNIO - SEICON/202224, receberá um salário de R\$ 1.481,99 para uma jornada de 44h. Já, a mesma atividade de Jardinagem desempenhada para um Órgão Público, segundo a CCT DFProcesso 000015/202225 SEAC/DF - SINDSERVIÇOS/DF, pagará ao profissional um salário de R\$ 2.091,68.

No entanto, as diferenças não se esgotam nesses quesitos, o que se observa é que, uma vez que esses sindicatos são voltados diretamente à prestação de serviços para os entes públicos, tem-se fixado uma série de cláusulas que visam impor maior ônus aos contratos públicos, transferência direta de recursos públicos para os sindicatos, restrição à competitividade nas licitações e fixação de novos quesitos de habilitação à margem da Lei 8.666/93. (grifado)

No referido TCC, o autor Anderson dos Santos Almeida, que atua como Presidente de Comissão de Licitação e Pregoeiro há mais de 14 anos no TRT da 10ª Região, realizou pesquisa sobre a abrangência dos SEACs em 14 estados da Federação, mais o Distrito Federal, que pode ser resumida na tabela abaixo [op. cit, p. 15/18]:

[...]

Quando se amplia a análise para todos os Estados federativos, constata-se a existência de 27 sindicatos patronais do tipo SEAC, conforme a tabela do Anexo I, elaborada a partir da extração do banco de dados de sindicatos registrados, disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego, na data de 2/4/2024.

Compreende-se, a partir das informações referenciadas acima, que há um novo fenômeno em curso representado pela proliferação dos SEACs (sindicatos patronal e laboral), que agregam dezenas e até centenas de profissões, **voltados exclusivamente ou prioritariamente à terceirização na Administração Pública**, de modo que suas Convenções Coletivas do Trabalho trazem certas condições e práticas onerosas que não se observam nas relações com os tomadores de serviços privados.

Chama a atenção o exemplo trazido à baila na transcrição acima relativo à profissão de jardineiro no Distrito Federal: quando um Condomínio Edifício contrata um jardineiro, paga-se o salário de R\$ 1.481,99 para uma jornada de 44h, conforme a CCT DF0000874/2021 SINDICONDOMÍNIO - SEICON/2022, de aplicação compulsória aos condomínios. Mas se um órgão público resolver contratar os serviços do jardineiro por meio da terceirização, pagará o salário de R\$ 2.091,68, segundo a CCT DF000015/2022 SEAC/DF - SINDSERVIÇOS/DF, ou seja, um acréscimo de 41%. (grifo nosso)

O autor do referido TCC identificou nas CCTs negociadas entre os SEACs a incorporação de outras práticas onerosas para a Administração Pública, sem paralelo com os tomadores privados, tais como o Seguro de Acidente do Trabalho (SAT) que poderia variar de 0,1% a 6%, em função da ocorrência dos sinistros na empresa/ramo, mas que é fixado em 3%, ou seja, 30 vezes maior que a menor alíquota. Segundo o referido autor, tal sistemática é observada também para as licenças maternidade e paternidade, aviso prévio, entre outras.

Igualmente, merece destaque nas CCTs negociadas entre os SEACs a existência de mecanismos de repasses de recursos ao sindicato laboral ou para uma entidade indicada pelo órgão de classe. (grifo nosso)

Como exemplo mais notório, na CCT DF000012/2024 SEAC/DF - SINDSERVIÇOS/DF (peça 37) a cláusula décima oitava obriga transferências de recursos a entidade indicada pelo sindicato, para fins de contratação de plano ambulatorial no valor de **R\$ 187,18** por empregado envolvido e diretamente ativado na execução dos serviços, **ainda que a empresa contrata possua plano ambulatorial próprio.**

Ainda a referida CCT contém cláusula que obriga a contratada a repassar ao sindicato laboral o valor de R\$ 12,81 por empregado efetivado e ativado na prestação dos serviços, a título de custeio de auxílio odontológico, **ainda que a empresa possua plano odontológico próprio.**

Nota-se na referida CCT negociada entre o SEAC/DF- SINDSERVIÇOS/DF cláusulas que asseguram uma série de outros benefícios, auxílios, seguros, e até a estabilidade do empregado (Cláusula Trigésima Terceira), que obriga à nova empresa que entra a aproveitar os empregados terceirizados da empresa que sai - o que será objeto de análise mais adiante nesta instrução - caracterizando um fenômeno de aproximação do contrato privado de terceirização com o Estatuto do Servidor Público (Lei 8.112/1990), isto é, uma "estatutização" da relação trabalhista, sob os auspícios dos cofres públicos.

Essa questão foi abordada na nova Lei 14.133/2021 (que incorporou dispositivo similar que já constava no art. 6º da IN - Seges/MP 5/2017), nos termos do art. 135, §§ 1º e 2º, transcritos abaixo:

Art. 135. Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

I - à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

II - ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

§ 1º A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

§ 2º É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

Contudo, quando a negociação ocorre entre os SEACs (patronal e laboral), sindicatos voltados quase exclusivamente para a terceirização na Administração Pública, torna-se inviável identificar disposições que se aplicam exclusivamente aos contratos com a Administração Pública.

Não se faz juízo de valor se tais cláusulas previstas nas CCT negociadas entre os SEACs (sindicatos patronal e laboral) são abusivas, ou se essa situação evidencia mecanismos de proteção contra os efeitos da precarização da mão de obra nas terceirizações, amplamente constatadas no setor privado.

A preocupação diz respeito ao deslocamento da esfera de decisão, pois em vez de submeter os benefícios conferidos aos empregados terceirizados à decisão política do Parlamento, por meio da aprovação de uma lei específica e do controle do orçamento, utiliza-se de uma CCT com o propósito de aumentar artificialmente os valores contratados com a Administração Pública, que se vê obrigada a custear os benefícios resultante do acerto entre os SEACs (sindicatos patronal e laboral).

Diante desse quadro, é preciso esclarecer que a questão tratada nesta consulta pode ser examinada sob a ótica de uma tentativa de se vedar a participação de empresas prestadoras de serviço que não adotam CCT negociada entre os SEACs (sindicatos patronal e laboral) nos certames promovidos pela Administração

Pública para contratação da prestação de serviços contínuos com DEMO, considerando que a empresa não tem liberdade para escolher a CCT que lhe for mais conveniente, haja vista que o enquadramento sindical decorre de regras estabelecidas na CLT.

Compreende-se que a pretendida exigência de adoção da convenção coletiva de trabalho que melhor se adequa à natureza do objeto contratado, nos respectivos editais para contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, terá como consequência a fixação da CCT negociada entre os SEACs (sindicatos patronal e laboral), o que não deve ser permitido, pois implicará a exclusão de participação das empresas que não são associadas ao SEAC, forçando a contratação com preços mais altos, quando comparadas com os preços praticados por essas empresas que não adotam a CCT vinculada ao SEAC. Todavia, como já demonstrado, a CLT estabelece que a empresa deve se enquadrar no sindicato patronal de acordo com a atividade econômica preponderante, e aplicar a correspondente CCT às suas categorias profissionais, ressalvadas as categorias diferenciadas, que seguem CCT própria, desde que o sindicato patronal tenha participado da negociação, conforme a Súmula TST 374.

15. Quanto à proposta de fixação de limite inferior para salário e auxílio-alimentação aduziu a seara técnica do TCU na instrução para o Acórdão TCU nº 1.207/2024-Plenário:

*Embora não caiba ao TCU intervir no modelo de organização sindical, como já demonstrado reiteradas vezes nesta instrução, tampouco havendo base jurídica para fixar no edital a obrigatoriedade de se adotar a CCT da categoria profissional mais adequada à realização dos serviços, e desse modo vedar a participação nos certames das empresas que, **licitamente**, aplicam CCT diversa, ainda assim **há algo que o TCU pode determinar**, dentro do limite de sua competência, em matéria da remuneração da mão de obra terceirizada na Administração Pública, respeitada a moldura legal.*

[...]

*Nota-se, assim, que a jurisprudência do TCU admitiu a possibilidade de a Administração fixar salários em valores superiores aos pisos estabelecidos em convenções coletivas de trabalho, na contratação por postos de serviço, apenas nas situações em que o cargo a ser preenchido requer **profissional com nível de qualificação acima da média**, a justificar a percepção de salários acima do piso da categoria profissional, com fundamento no princípio da eficiência e a necessidade de qualidade na prestação dos serviços públicos.*

*Contudo, a maioria dos cargos terceirizados na área meio, como faxineiros, atendentes, recepcionistas, jardineiros, assistentes administrativos etc., que exigem no máximo a conclusão do ensino médio, **não atendem aos requisitos** acima estabelecidos na referida jurisprudência desta Corte para que a Administração justifique a possibilidade de fixação de salários acima do piso estabelecido em CCT, em razão da baixa qualificação profissional exigida, baixa complexidade da atividade e abundância desse tipo de profissional disponível no mercado.*

Não se pretende aqui, todavia, propor a fixação de piso salarial acima do piso estabelecido em determinada CCT ou da média de mercado calculada a partir de uma cesta de CCTs aplicáveis à prestação dos serviços que a Administração Pública quer terceirizar.

Justamente pela circunstância de a legislação trabalhista admitir a prestação dos serviços por empresas vinculadas a diferentes CCTs, cada qual decorrente de sua atividade econômica preponderante, tem-se a situação que favorece à empresa licitante que adota CCT mais prejudicial aos empregados terceirizados, em termos de salários, auxílio-alimentação e outros benefícios financeiros.

Trata-se de um incentivo à precarização da mão de obra terceirizada, que, no limite, tende a expulsar do mercado as empresas que adotam a CCT mais adequada à categoria profissional que executará a atividade terceirizada, a qual usualmente contempla mais benefícios ao empregado em razão da força do sindicato laboral nas negociações com o sindicato patronal.

Apenas para fins de argumentação, ainda que fosse possível vedar a participação nas licitações de empresas que adotam CCT diversa daquela mais adequada à categoria profissional que executa atividade terceirizada - o problema da precarização da mão de obra não se resolve, pois poderia haver a participação de empresas sediadas em outras localidades, que adotam a CCT vigente na base territorial de sua matriz, o que também favorece aquelas empresas cuja CCT contempla menores salários e benefícios aos empregados terceirizados.

Ressalte-se que o Ministério Público do Trabalho, conforme o trecho de sua manifestação transcrito abaixo (peça 18, p. 1/2), apontou o risco de a União vir a ser condenada a responder subsidiariamente por débitos trabalhistas, em razão de decisão judicial que determina à empresa contratada a alteração da convenção coletiva supostamente incorreta:

Observa-se, em quaisquer dos casos, em decorrência da errônea indicação da convenção coletiva de trabalho esse “equivoco”, não apenas traz evidentes prejuízos aos trabalhadores, como causa danos a correta fixação do preço do serviço. Isto porque, em geral, a empresa que indica convenção coletiva incorreta pode apresentar “menor preço” da contratação, e sagrar-se vencedora na licitação, em descumprimento aos direitos dos trabalhadores, em prejuízo a ampla e igualitária concorrência com outras empresas e, por fim, causando danos patrimoniais futuros a própria Administração Pública, que se vê obrigada a reabrir procedimentos administrativos para analisar pedidos de repactuação e até a responder subsidiariamente por débitos trabalhistas, em decorrência da culpa in eligendo na contratação.

*Diante desse contexto, propõe-se **que o Tribunal estabeleça que, nas contratações de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) o valor igual ou superior ao valor orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação, os quais devem ser estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma, que é aquela que melhor se adequa à categoria profissional que executará os serviços terceirizados, considerando a base territorial onde os serviços serão prestados.***

Esclarece-se que a medida proposta acima:

- a) visa apenas a estabelecer um limite inferior à remuneração do empregado terceirizado no serviço público, tanto que se atém às parcelas de salário e auxílio-alimentação;
- b) não impõe a adoção de uma determinada CCT para os licitantes, que continuam atrelados à respectiva CCT imposta pela legislação trabalhista;
- c) não implica restrição à competitividade do certame, pois não veda a participação de qualquer licitante idôneo a prestar os serviços objeto do certame, ainda que localizado em outra base territorial onde o serviço será executado, havendo competição em relação aos demais itens de custo e margem de lucro;
- d) não interfere nos critérios de enquadramento sindical previstos na CLT e tampouco viola o princípio da unicidade sindical estabelecido na Constituição Federal;
- e) não se confunde com a fixação do valor do salário e do auxílio-alimentação, tendo em vista que cada licitante será livre para elaborar sua planilha de custos e formação de preços (PCFP), observando o limite inferior ora proposto e os demais benefícios e condições estabelecidos na CCT à qual cada licitante está vinculado.

Não é demais enfatizar que a **introdução de novo critério de aceitabilidade da proposta** para a contratação de serviços contínuos com dedicação de mão de obra **não representa interferência do Tribunal de Contas** em matéria de organização sindical, tanto que não impõe a adoção de qualquer CCT ou alteração das regras de enquadramento sindical.

Igualmente deve ser ressaltado que a medida ora proposta se restringe ao agregado de salário e auxílio-alimentação com base na CCT mais adequada à categoria profissional afeita ao serviço, não sendo cabível ao órgão público consignar no edital a observância de outros benefícios ou condicionantes previstos na CCT paradigma, uma vez que cada licitante continua atrelado à CCT à qual se vincula pelas regras sindicais.

Nesse aspecto, a Administração Pública não se exime de cumprir integralmente o disposto no art. 135 da Lei 14.133/2021, especialmente quanto à **vedação de se vincular às disposições prevista em CCT que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública**, bem como tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

No que tange ao instituto da repactuação do contrato, definido no inc. LIX do art. 6º da Lei 14.133/2021, considera-se que o edital deve estabelecer a aderência à convenção coletiva do trabalho à qual a proposta da empresa esteja vinculada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, inclusive salário e auxílio-alimentação, consignados na planilha de custos e formação de preços do contrato, em observância ao disposto no inc. II do art. 135 da Lei 14.133/2021.

Compreende-se assim que, ao estabelecer limite inferior para os componentes agregados de salário e auxílio-alimentação da remuneração do empregado terceirizado na Administração Pública Federal, além de atender aos objetivos do processo licitatório (art. 11, inc. III, Lei 14.133/2021), e evitar os riscos de a Administração Pública ser condenada subsidiariamente a arcar com o ônus financeiro trabalhista em razão de a empresa contratada ter adotado convenção coletiva inadequada, a medida ora proposta assegura o alinhamento das contratações, a fortiori, com a própria **Constituição Federal**, a qual assenta a valorização do trabalho humano como fundamento da ordem econômica (art. 170, caput, CF).

Trata-se, por esse aspecto, de medida paliativa, à guisa de rede de proteção para limitar a precarização da mão de obra terceirizada no serviço público e o risco de ônus financeiro trabalhista para a Administração Pública, válida enquanto o poder legislativo não editar uma lei específica para tratar a problemática do enquadramento sindical nas terceirizações, especialmente quando o tomador de serviços é a Administração Pública.

Lembra-se que a Declaração da Filadélfia, de 1944, adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como anexo à sua Constituição, ratificada pelo Brasil, estabelece o princípio de que o trabalho não é mercadoria.

Nessa linha de entendimento, merece destaque a colocação do Min. Marcos Vilela, na qualidade de relator do Acórdão 256/2005-TCU-Plenário, ao rejeitar a suposição de que o princípio da vantajosidade deva prevalecer a qualquer custo, pelo contrário, asseverou que a terceirização de mão-de-obra no setor público, quando legalmente permitida, não pode ser motivo de aviltamento do trabalhador; com o pagamento de salários indignos.

Por último, deve ser observado que a referida proposta de fixação de limite inferior às parcelas de salário e auxílio-alimentação somente é cabível nos casos de terceirização de mão de obra com alocação exclusiva de postos de trabalho, sendo vedado tal procedimento quando os serviços prestados pelo contratado devam ser medidos e pagos por resultados, em conformidade com a jurisprudência deste Tribunal a respeito de fixação de remuneração mínima no edital.

[...]

16. O voto condutor para o Acórdão, da lavra do Ministro Antonio Anastasia, foi no mesmo sentido das ponderações da seara técnica da Corte, acrescentando, todavia, que a fixação de limite inferior pode-se dar não só em relação a salário e auxílio-alimentação, mas também, a critério da Administração e com as devidas justificativas, abranger outros benefícios de natureza social considerados essenciais à dignidade do trabalho, *in verbis*:

27. Com base nas abrangentes ponderações apresentadas na instrução técnica, tenho por pertinente e oportuna a proposta apresentada pela AudContratações, que visa a prover solução, alinhada com o princípio da eficiência, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, mediante a fixação de piso remuneratório do empregado.

28. Desse modo, acolhendo a essência da sugestão da unidade, proponho que o Tribunal estabeleça que, nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, é lícito

prever que somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) o valor igual ou superior ao valor orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação, admitidos também, a critério da Administração, outros benefícios de natureza social considerados essenciais à dignidade do trabalho, devidamente justificados, os quais devem ser estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma, que é aquela que melhor se adequa à categoria profissional que executará os serviços terceirizados, considerando a base territorial onde os serviços serão prestados.

29. Registre-se que a solução que ora se submete à consideração do Colegiado:

a) estabelece apenas um limite inferior à remuneração do empregado terceirizado no serviço público, limitando-se às parcelas de salário e auxílio-alimentação, admitidos outros benefícios de natureza social considerados essenciais, com as justificativas pertinentes, a critério da Administração, todos com base na CCT mais adequada à categoria profissional afeita ao serviço;

b) não impõe a adoção de convenção coletiva de trabalho específica para os licitantes, que continuam vinculados ao respectivo instrumento (CCT) imposto pela legislação trabalhista, sem qualquer interferência do TCU nos critérios de enquadramento sindical previstos na CLT e tampouco viola o princípio da unicidade sindical estabelecido na Constituição Federal;

c) não implica restrição à competitividade da licitação, pois não veda a participação de qualquer licitante idôneo a prestar os serviços objeto do certame, ainda que localizado em outra base territorial onde o serviço será executado, havendo regular competição em relação aos demais itens de custo e margem de lucro;

d) não se confunde com a fixação do valor do salário e do auxílio-alimentação, tendo em vista que cada licitante será livre para elaborar sua planilha de custos e formação de preços, observando o limite inferior ora proposto e os demais benefícios e condições estabelecidos na convenção coletiva de trabalho à qual cada licitante está vinculado;

e) permite o cumprimento integral do disposto no art. 135 da Lei 14.133/2021, em especial quanto à vedação de se vincular às disposições previstas em CCT que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, bem como tratem de matéria não trabalhista (a exemplo de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros/resultados do contratado), ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

f) ao estabelecer limite inferior para os componentes da remuneração, além de atender aos objetivos do processo licitatório (art. 11, III, da Lei 14.133/2021), evitando risco de condenação subsidiária em demanda trabalhista em razão de eventual adoção de CCT inadequada, a medida assegura o alinhamento das contratações com a Constituição Federal, a qual assenta a valorização do trabalho humano como fundamento da ordem econômica (art. 170).

30. Por fim, acolho, com ajustes de forma, as demais medidas de mitigação de riscos decorrentes da contratação sugeridas pela AudContratações, constantes dos itens b.3 (e subitens) e b.4, já reproduzidas no item 8 destes Voto, as quais sobretudo buscam resguardar a Administração Pública em eventuais demandas judiciais.

31. Do exposto, VOTO por que seja adotado o acórdão que ora submeto à apreciação do Colegiado.

17. No Acórdão, por sua vez, o Plenário deliberou, no sentido do voto condutor acima referido, a saber:

9.1 conhecer da presente consulta, por preencher os requisitos de admissibilidade pertinentes;

9.2. responder à autoridade consulente que:

9.2.1. decorre de previsão legal, estabelecida no art. 511, §§ 2º e 3º da Consolidação das Leis do Trabalho, o entendimento consignado na jurisprudência desta Corte de Contas, no sentido de que nos editais de licitação para contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra não é permitido determinar a convenção ou acordo coletivo de trabalho a ser utilizado pela empresas licitantes como base para a confecção das respectivas propostas;

9.2.2. não obstante, em tais licitações, é lícito ao edital prever que somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação, admitidos também, a critério da Administração, outros benefícios de natureza social considerados essenciais à dignidade do trabalho, devidamente justificados, os quais devem ser estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma, que é aquela que melhor se adequa à categoria profissional que executará os serviços terceirizados, considerando a base territorial de execução do objeto;

9.2.3. de modo a resguardar o interesse da Administração Pública, bem como buscar garantir a proteção do trabalhador terceirizado, o edital licitatório deve contemplar dispositivos que estabeleçam:

9.2.3.1. a exigência para que o licitante entregue junto com sua proposta de preços uma declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo de trabalho em que se baseia sua proposta;

9.2.3.2. a exigência para que o licitante apresente cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

9.2.3.3. a responsabilidade da empresa licitante nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133/2021;

9.2.3.4. a responsabilidade exclusiva da empresa contratada pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou

ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado;

9.2.3.5. a aderência à convenção coletiva do trabalho à qual a proposta da empresa esteja vinculada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, consignados na planilha de custos e formação de preços do contrato, em observância ao disposto no inc. II do art. 135 da Lei 14.133/2021;

9.2.4. constitui motivo para extinção do contrato, nos termos do art. 137, inc. I, da Lei 14.133/2021, com a consequente realização de novo processo licitatório, a situação que se impõe à contratada a alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulta a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Pública, em cumprimento de decisão judicial;

9.3. dar ciência do inteiro teor desta deliberação ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, ao Ministério Público do Trabalho e à Advocacia-Geral da União.

9.4. arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

18. Depreende-se, pois, que o citado Acórdão dispôs expressamente que, nos editais de licitação para contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, é lícito prever que somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação, admitidos também, a critério da Administração, outros benefícios de natureza social considerados essenciais à dignidade do trabalho, devidamente justificados, os quais devem ser estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma, que é aquela que melhor se adequa à categoria profissional que executará os serviços terceirizados, considerando a base territorial de execução do objeto.

2.3 DA MANIFESTAÇÃO DA CPLC NO BOJO DO PARECER Nº 04/2017/CPLC/PGF/AGU

19. A Câmara Permanente de Licitações e Contratos asseverou no bojo do Parecer nº 04/2017/CPLC/PGF/AGU que:

4. A controvérsia em exame tem por objeto os termos do Parecer nº 15/2014/CPLC/DEPCONSUS/PGF/AGU, por meio do qual a CPLC examinou a cláusula sexta da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) de 2014^[1], e entendeu ser “ilegal, por afrontar o art. 611 da CLT, a estipulação em Convenção Coletiva de Trabalho do custeio de plano de saúde com oneração exclusiva da administração pública tomadora do serviço, e beneficiando apenas à categoria de empregados terceirizados desta”. (grifo nosso)

[...]

11. Examinando o assunto, foi elaborado por esta CPLC o Parecer nº 12/2016/CPLC/DEPCONSUS/PGF/AGU, aprovado pelo Procurador-Geral Federal em 30 de dezembro de 2016. Após rememorar o texto da cláusula sexta da CCT 2014 firmada entre o SEAC/DF e o SINDISERVIÇOS/DF e os principais fundamentos do Parecer nº 15/2014/CPLC/DEPCONSUS/PGF/AGU, o novel parecer da CPLC destacou a atualidade do debate relativo ao tema, vez que a cláusula convencional considerada ilegal pela Procuradoria-Geral Federal foi reproduzida nas subseqüentes convenções coletivas de 2015 e 2016, celebradas entre os referidos sindicatos.

[...]

16. Do referido parecer, originou-se a CONCLUSÃO DEPCONSUS/PGF/AGU Nº 128/2016, abaixo transcrita:

CONCLUSÃO DEPCONSUS/PGF/AGU Nº 128/2016

I - O BENEFÍCIO “PLANO DE SAÚDE” ILICITAMENTE PREVISTO NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DE 2014, CELEBRADA ENTRE O SEAC/DF E O SINDISERVIÇOS/DF, BEM COMO NAS SUBSEQÜENTES CONVENÇÕES QUE REPRODUZIRAM O SEU TEOR, DEVE SER EXCLUÍDO DAS PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS CELEBRADOS SOB A ÉGIDE DESSAS CONVENÇÕES, BUSCANDO-SE, EM REGRA, O RESSARCIMENTO DOS VALORES INDEVIDAMENTE PAGOS A ESSE TÍTULO, RESPEITADOS OS DITAMES DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.

II - O RESSARCIMENTO DOS VALORES JÁ PAGOS A TÍTULO DESSE PLANO DE SAÚDE NÃO DEVE SER REALIZADO QUANDO RECONHECIDA A BOA-FÉ DAS EMPRESAS CONTRATADAS, A SER INVESTIGADA NO CASO CONCRETO, DE ACORDO COM AS BALIZAS TRAÇADAS NO PRESENTE PARECER.

III - RECOMENDA-SE QUE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INSIRA, EM SEUS PRÓXIMOS EDITAIS DE LICITAÇÃO, CLÁUSULA QUE EXPRESSAMENTE VEDE A COTAÇÃO, NAS PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, DE BENEFÍCIOS ESTABELECIDOS EM CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO QUE ONEREM DIRETAMENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TOMADORA DE SERVIÇO.

36. Da leitura dos dispositivos acima transcritos, é possível constatar que as negociações coletivas e os acordos e convenções coletivas de trabalho dela resultantes têm por finalidade estabelecer e regular as condições de trabalho aplicáveis às relações individuais de trabalho travadas entre empregados e empregadores, no âmbito de representação dos respectivos sindicatos, bem como regular os direitos e deveres das partes interessadas nas negociações, quais sejam, sindicatos, empregados e empregadores. O conteúdo dos acordos e convenções de trabalho, portanto, deve estar voltado ao atendimento desses objetivos.

37. Daí porque, não sendo a Administração Pública (como também o tomador de serviço privado) parte dos acordos e convenções coletivas de trabalho, propriamente por não manter qualquer tipo de vínculo empregatício

ou relação individual de trabalho com os trabalhadores terceirizados, não é juridicamente possível, à luz da legislação de regência, que a norma coletiva venha a impor **diretamente** ao órgão público tomador de serviços quaisquer deveres ou obrigações. (grifo nosso)

38. Deveras, como já afirmado, com clareza, no item 30 do Parecer n.º 15/2014/CPLC/DEPCONS/PGF/AGU, “*Da lei se extrai que uma convenção coletiva de trabalho, como não poderia deixar de ser; não é um meio apto a criar obrigações diretas à Administração Pública ou a qualquer terceiro, devendo criá-las apenas para as empresas e empregados representados pelos sindicatos convenentes, no âmbito das respectivas representações, com relação às relações individuais de trabalho*”.

39. Não se desconhece, é certo, que, ao reger as relações individuais entre empresas e trabalhadores, as normas coletivas terminam por produzir efeitos não apenas no que toca às partes diretamente envolvidas em sua elaboração, **podendo atingir, por via reflexa, a esfera jurídica de terceiros que não tiveram assento nas negociações coletivas**. (grifo nosso)

40. É o caso típico das situações de terceirização de serviços a órgãos públicos e privados, nas quais os tomadores de serviço, apesar de não participarem das negociações coletivas, acabam sendo atingidos pelos seus efeitos, vez que os custos das respectivas contratações de serviços terceirizados estão umbilicalmente atrelados aos direitos e obrigações trabalhistas das empresas e dos empregados terceirizados estipulados em acordos e convenções coletivas.

41. Portanto, os efeitos dos acordos e convenções podem atingir terceiros estranhos às negociações coletivas, quando for o caso, apenas de forma indireta, isto é, reflexamente, e não por meio da previsão, na norma coletiva, de deveres ou obrigações diretas para os órgãos e entidades não partícipes desses instrumentos, como pretende fazer crer, de forma equivocada, o SEAC/DF. (grifo nosso)

[...]

51. A ilegalidade da previsão do benefício em exame exsurge, ainda, do fato de que o plano de saúde, na forma estabelecida nas referidas convenções, é garantido apenas aos empregados terceirizados, não sendo resguardado esse direito, nas mesmas condições, aos profissionais que trabalham, nas mesmas funções, diretamente para as empresas terceirizadoras, o que não representa um critério razoável de discriminação. Nesse sentido, consta nos itens 32 a 34 do citado Parecer n.º 15/2014/CPLC/DEPCONS/PGF/AGU que: (grifo nosso)

32. A legalidade da cláusula também se revela comprometida, quando se toma em consideração a segunda particularidade acima relacionada: que o direito ao plano de saúde custeado pelo empregador foi previsto apenas para uma parte das categorias profissionais abrangidas pela convenção - para aqueles profissionais que fossem terceirizados a um tomador de serviços -, excluindo-se do mesmo direito os profissionais que trabalham diretamente para as empresas empregadoras, o que não representa um critério razoável de discriminação.

33. Com efeito, as atividades desempenhadas pelas categorias profissionais descritas na cláusula segunda da convenção coletiva serão essencialmente as mesmas, trabalhando os profissionais diretamente para a empresa empregadora ou para um tomador de serviços. Assim, um bombeiro hidráulico, por exemplo, desempenhará as atividades inerentes a essa categoria profissional, seja na sede da empresa empregadora, seja na sede da Administração Pública onde for alocado para a prestação do serviço. Exercendo exatamente as mesmas funções, não há fundamento jurídico razoável que justifique a garantia, pela CCT, de um plano de saúde custeado pelo empregador apenas para o segundo profissional, excluindo-se o primeiro de usufruir do mesmo direito.

34. Essa diferença de tratamento só se explica pela intenção – juridicamente absurda – de eximir as empresas empregadoras de quaisquer ônus relativos ao benefício previsto aos trabalhadores pela CCT, transferindo tais ônus diretamente à Administração Pública, que não tomou parte das negociações coletivas de trabalho. (grifo nosso)

[...]

53. Todavia, não é isto que dispõe a convenção coletiva de trabalho. De acordo com ela, se dois trabalhadores pertencentes a uma mesma categoria profissional, entre aquelas previstas na cláusula segunda da CCT (por exemplo, recepcionista), forem contratados por uma mesma empresa que terceiriza mão de obra, sendo que um deles está vinculado a um tomador de serviço e o outro, não (seja porque está trabalhando na sede da empresa empregadora, seja porque, simplesmente, ainda não foi alocado em nenhum contrato de terceirização), apenas o primeiro faria jus ao benefício do plano de saúde custeado pelo empregador (na hipótese de o tomador de serviço repassar-lhe os custos), ao passo que o segundo não seria contemplado, de forma alguma, por esse benefício.

[...]

55. Na hipótese acima considerada, ambos os trabalhadores exercem uma mesma atividade profissional e são empregados de uma mesma empresa, mas, enquanto um deles é contratado para exercer o labor diretamente à terceirizadora de serviços, sem intermediação, o outro é contratado para prestar serviços em favor de terceiros, no caso, a Administração Pública. Não se trata, pois, de empregadores diversos e categorias profissionais distintas, como alega o sindicato requerente, inexistindo, pois, qualquer discrimen válido que justifique o tratamento distinto estabelecido pela convenção coletiva de trabalho em relação à concessão do plano de saúde a esses trabalhadores.

56. É evidente, assim, a quebra de isonomia quanto às condições da concessão do plano de saúde no que se refere a trabalhadores que se encontram em situações similares, não assistindo razão, também nesse ponto, ao sindicato ora requerente.

[...]

61. Com efeito, “[...] não houve, entre os sindicatos laboral e patronal, quaisquer interesses contrapostos, que tenham sido discutidos e mediados por um instrumento de negociação coletiva; pelo contrário,

demonstrou-se que seus interesses são justapostos: ganha o sindicato laboral, ao inserir um benefício (de expressivo valor econômico) para as categorias profissionais que representam; ganham as empresas representadas pelo sindicato patronal, que aumentarão seus lucros nos contratos de terceirização de serviços, já que a porcentagem do lucro incide sobre os custos totais da contratação, que serão forçosamente aumentados; e quem paga a conta é a Administração” (item 35 do Parecer n.º 15/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU). (grifo nosso)

[...]

63. Em suma, considerando-se que a concessão aos empregados do benefício do plano de saúde foi previsto nas convenções em tela de forma não obrigatória para os empregadores, mas, sim, condicionada aos repasses promovidos pelos órgãos da Administração Pública tomadores dos serviços, e diante de todas as ilegalidades detectadas na respectiva cláusula convencional, alternativa não resta senão concluir, na forma do Parecer n.º 15/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU e do Parecer n.º 12/2016/ CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, que a Administração Pública realmente não deve arcar com os custos do referido benefício.

[...]

68. De todo modo, ainda que desconsiderada a ilegalidade da cláusula convencional, verifica-se a impossibilidade jurídica de inclusão do benefício do plano de saúde por meio de repactuação contratual, já que, de acordo com o art. 40, § 1º, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 02/2008, “*é vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva*”. Não sendo o benefício obrigatório, nos termos da própria CCT, seus custos não podem ser inseridos nas planilhas contratuais.

69. Por essa mesma razão, “*Se o benefício plano de saúde não foi instituído de forma obrigatória pela convenção, não haveria motivos para a Administração o contemplar nas planilhas de preços que regerão suas próximas licitações, pois tais planilhas devem conter apenas os custos mínimos da contratação, que garantam a exequibilidade dos serviços a serem prestados*” (item 24 do Parecer n.º 15/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU).

[...]

71. Os custos mínimos obrigatórios, a serem considerados pela Administração nas licitações públicas relativas à contratação de serviços terceirizados, são aqueles correspondentes aos benefícios e valores previstos em lei, acordo, dissídio ou convenção coletiva, sem os quais o empregador não pode admitir um determinado empregado, e que, portanto, equivalem ao mínimo necessário e suficiente para garantir a exequibilidade dos serviços terceirizados que serão contratados.

72. Na espécie, além de se tratar de um custo reputado ilegal, não sendo o benefício do plano de saúde obrigatório e indispensável à contratação dos empregados, nos termos da própria CCT, não se mostra possível à Administração, conseqüentemente, contemplá-lo na composição dos custos mínimos obrigatórios da planilha estimativa da licitação. Também não é dado aos licitantes, pelos mesmos fundamentos, cotá-los em suas planilhas e propostas de preços, nem à Administração aceitar tais propostas.

73. A formação do preço privado das empresas, como mencionado no item 25 do Parecer n.º 15/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, corresponde à parcela dos custos do licitante que supera o valor dos custos mínimos obrigatórios estimados pela Administração para a contratação e se relaciona diretamente ao caráter competitivo do certame e à oferta de propostas mais vantajosas. Justamente por isso, o art. 29-A, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 02/2008 veda à Administração interferir na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não se relacionem diretamente à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais.

74. Entretanto, quando determinado custo da planilha de formação de preços ofertada é considerado ilegal e, ainda, não obrigatório - como no caso em tela (Parecer n.º 15/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU) – estando a Administração, pois, exonerada de suportá-lo, a proibição, pelo órgão contratante, de sua inclusão na proposta de preços não configura, salvo melhor juízo, ingerência indevida na formação do preço privado da licitante, tampouco uma escolha “arbitrária” de quais cláusulas sociais ou econômicas e benefícios devem constar da planilha licitatória (como afirma o requerente), mas, sim, um imperativo lógico decorrente dos princípios da legalidade, da economicidade, da eficiência, da satisfação do interesse público e da autotutela da Administração.

75. Destarte, por todos os fundamentos explanados, é possível concluir que carecem de substrato jurídico os argumentos veiculados pelo SEAC/DF em seu requerimento administrativo, razão pela qual entende esta CPLC que deve ser integralmente mantido o entendimento firmado no Parecer n.º 15/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU.

[...]

77. Em face do exposto, manifesta-se esta CPLC no sentido do **indeferimento** dos pedidos formulados pelo SEAC/DF, visto que não merece reforma o posicionamento firmado no Parecer n.º 15/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU e ratificado por meio do Parecer n.º 12/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU.

20. Portanto, vê-se que a Câmara Permanente de Licitações e Contratos, no bojo do Parecer n.º 04/2017/CPLC/PGF/AGU, limitou-se a reputar ilícito o pagamento pela União de rubrica atinente a plano de saúde, prevista em planilhas de custos e formação de preços apresentadas em seus contratos de terceirização de serviços com base na Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre o SEAC/DF e o SINDISERVIÇOS/DF no ano de 2016.

21. É que a aludida CCT, nos mesmos termos das Convenções anteriores de 2014 e 2015, não dispôs acerca do benefício do plano de saúde a título obrigatório para toda a categoria laboral representada, mas tão somente para aqueles empregados alocados em contratos de terceirização junto a órgãos públicos.

22. Relativamente ao tema sob análise, após a apresentação do requerimento do Exmo. Sr. Deputado Distrital, foi promulgado o Dec. n.º 12.174, de 2024, que dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

23. Em seu artigo 5º, justamente na tônica das recomendações constantes do Acórdão TCU nº 1.207/2024-Plenário, o referido Decreto dispõe:

Art. 5º Na contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao orçado pela administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio-alimentação.

§ 1º A critério da administração, mediante justificativa, outros benefícios de natureza trabalhista ou social poderão compor a planilha de custos e formação de preços.

§ 2º Os valores de que trata este artigo deverão ser estimados com base na convenção coletiva, no acordo coletivo de trabalho ou no dissídio coletivo adequado à categoria profissional que executará o serviço contratado, considerada a base territorial de execução do objeto do contrato.

24. Portanto, a partir da publicação do Dec. nº 12.174, de 2024, consignou-se expressamente na legislação pátria que, a critério da administração, mediante justificativa, outros benefícios de natureza trabalhista ou social poderão compor a planilha de custos e formação de preços de sorte que os valores de tais benefícios sejam estimados com base na convenção coletiva, no acordo coletivo de trabalho ou no dissídio coletivo adequado à categoria profissional que executará o serviço contratado, considerada a base territorial de execução do objeto do contrato.

25. Regulando o tema, foi publicada a Instrução Normativa SEGES nº 176, de 2024, que dispõe sobre as regras e os procedimentos para adoção dos custos mínimos a serem observados nos valores de remuneração, incluindo salário-base e adicionais, auxílio-alimentação e outros benefícios como mecanismo de fortalecimento das garantias trabalhistas em contratos de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, nos termos do art. 5º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024.

26. Atinente ao objeto de consulta consta da citada Instrução Normativa que:

Da fixação de custos mínimos relevantes

Art. 4º A elaboração da planilha de custos e formação de preços para elaboração do orçamento estimado da contratação do serviço deverá estar fundamentada no Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo considerado paradigma.

§ 1º Dentre os custos estimados na planilha de custos e formação de preços, o órgão ou entidade indicará os custos unitários mínimos relevantes, que deverão ser observados nas propostas de preços.

§ 2º Consideram-se custos unitários mínimos relevantes:

I - valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais;

II - valores de auxílio-alimentação; e

III - benefícios previstos no Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo paradigma que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral.

§ 3º Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral.

[...]

Art. 5º O Edital deverá conter cláusulas que disponham sobre a apresentação dos seguintes documentos na fase de julgamento da proposta de preços do licitante:

I - declaração informando o enquadramento sindical do licitante, relacionando qual a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

II - cópia da carta ou do registro sindical do sindicato ao qual o licitante declara ser enquadrado;

III - cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

IV - declaração de que é responsabilidade do licitante a veracidade das informações prestadas, assumindo a responsabilidade integral por eventuais erros no enquadramento sindical ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, sujeitando-se às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 6º O Edital para contratação de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverá estabelecer os custos unitários mínimos relevantes.

Da análise de propostas

Art. 7º O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

§1º O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando esta o substituir, concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

§2º O agente ou comissão de contratação, quando esta o substituir, devem verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços quando as informações previstas no art. 5º indicarem Acordo, Convenção

Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo diferente do utilizado como paradigma.

§3º Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese do §2º, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

CAPÍTULO IV

EXECUÇÃO CONTRATUAL

Da gestão contratual

[...]

Art 9º Os órgãos ou entidades contratantes deverão preservar os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

§ 1º A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma.

§ 2º A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada.

§ 3º Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos §§ 1º e 2º.

27. Válido gizar-se, também, que a IN SEGES nº 176, de 2024, procedeu à alteração do disposto no art. 5º, inc. VI, e no item 7.11 do Anexo VII-A da IN SEGES nº 5, de 2017, para adaptar a citada norma às disposições do art. 5º do Dec. nº 12.174, de 2024.

28. Nesse sentido, dispôs que é vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada, a exemplo de definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos abrangidos pelo Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente.

29. Com fulcro no art. 5º do Dec. nº 12.174, de 2024, e na IN SEGES nº 176, de 2024, é possível o custeio pela União de benefício de auxílio-saúde ou plano de assistência à saúde, em seus contratos de terceirização de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que figure no edital do certame como custo mínimo relevante nos termos da IN SEGES nº 176, de 2024.

30. Para figurar no edital como custo mínimo relevante, a teor do art. 4º, § 2º, inc. III, da IN SEGES nº 176, de 2024, o benefício de auxílio-saúde ou plano de assistência à saúde deve possuir previsão no Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que servirá de paradigma para estabelecer os custos relativos à categoria profissional que executará o serviço contratado na localidade, bem como deve o aludido benefício contemplar todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral.

31. Caso a proposta de preços do licitante classificado em primeiro lugar se baseie em instrumento coletivo diverso daquele adotado pela Administração como paradigma, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado estabelecer benefício de auxílio-saúde ou plano de assistência à saúde, será possível o seu custeio pela União desde que se atenda às exigências do art. 5º da IN SEGES nº 176, de 2024 e não incida a vedação prevista no § 3º do art. 4º da indigitada Instrução Normativa.

2.5 HIPÓTESES DE VEDAÇÃO AO CUSTEIO PELO ÓRGÃO CONTRATANTE DE RUBRICA A TÍTULO DE AUXÍLIO-SAÚDE OU PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

32. Mesmo com a publicação do Dec. nº 12.174, de 2024, e da IN SEGES nº 176, de 2024, entende-se que as condicionantes aplicáveis à época em que exarado o Parecer nº 04/2017/CPLC/PGF/AGU permanecem vigentes. Explica-se.

33. A Lei nº 14.133, de 2021, consignou disposições então existentes em normas infralegais e entendimentos jurisprudenciais vigentes relativamente à matéria. Vejamos:

Art. 135. Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

I - à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

II - ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

§ 1º A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

§ 2º É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos

34. É dizer: o legislador com meridiana clareza dispôs que é vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.
35. Portanto, caso determinado acordo ou convenção coletiva de trabalho disponha sobre benefício que se aplique não somente aos contratos com a Administração Pública, mas também a trabalhadores que, por exemplo, atuem nas sedes das empresas de terceirização ou que, temporariamente, não estejam alocados em contratos com a Administração Pública ou com outros tomadores de serviço, ou seja, trate de benefício de natureza efetivamente obrigatória para determinada categoria laboral, cabível a sua previsão em planilha estimativa de custos e formação de preços de licitações públicas e consequente custeio indireto pela União.
36. No mesmo sentido, o art. 4º, § 3º, da IN SEGES nº 176, de 2024, segundo o qual não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral.
37. Portanto, a par do exposto, entende-se restarem mantidas as conclusões exaradas no PARECER Nº 04/2017/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, não havendo necessidade de revisão de seu conteúdo.

3. CONCLUSÃO

38. Portanto, ante os argumentos acima esposados, conclui-se:
- com fulcro no art. 5º do Dec. nº 12.174, de 2024, e na IN SEGES nº 176, de 2024, é possível o custeio pela União de benefício de auxílio-saúde ou plano de assistência à saúde, em seus contratos de terceirização de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que figure no edital do certame como custo mínimo relevante nos termos da IN SEGES nº 176, de 2024;
 - para figurar no edital como custo mínimo relevante, a teor do art. 4º, § 2º, inc. III, da IN SEGES nº 176, de 2024, o benefício de auxílio-saúde ou plano de assistência à saúde deve possuir previsão no Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que servirá de paradigma para estabelecer os custos relativos à categoria profissional que executará o serviço contratado na localidade, bem como deve o aludido benefício contemplar todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral; e
 - caso a proposta de preços do licitante classificado em primeiro lugar se baseie em instrumento coletivo diverso daquele adotado pela Administração como paradigma, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado estabelecer benefício de auxílio-saúde ou plano de assistência à saúde, será possível o seu custeio pela União desde que se atenda às exigências do art. 5º da IN SEGES nº 176, de 2024 e não incida a vedação prevista no § 3º do art. 4º da indigitada Instrução Normativa.
39. Ressalva-se, contudo, que é vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.
40. Assim, caso determinado acordo ou convenção coletiva de trabalho disponha sobre benefício que se aplique não somente aos contratos com a Administração Pública, mas também a trabalhadores que, por exemplo, atuem nas sedes das empresas de terceirização ou que, temporariamente, não estejam alocados em contratos com a Administração Pública ou com outros tomadores de serviço, ou seja, trate de benefício de natureza efetivamente obrigatória para determinada categoria laboral, cabível a sua previsão em planilha estimativa de custos e formação de preços de licitações públicas e consequente custeio indireto pela União.
41. Ante o exposto, entende-se pela proposição do seguinte Enunciado Consultivo:

Com fulcro no art. 5º do Dec. nº 12.174, de 2024, e na IN SEGES nº 176, de 2024, é possível o custeio pela União de benefício de auxílio-saúde ou plano de assistência à saúde, em seus contratos de terceirização de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que figure no edital do certame como custo mínimo relevante nos termos da IN SEGES nº 176, de 2024. É vedado, contudo, nos termos do art. 135, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021, a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

À consideração superior.

Brasília, 20 de dezembro de 2024.

DANIEL DE OLIVEIRA LINS
ADVOGADO DA UNIÃO

ÁLVARO JOSÉ BETTANIN CARRASCO
PROCURADOR FEDERAL

DANIELA GONÇALVES DE CARVALHO

PROCURADORA FEDERAL

FERNANDA PRESTES CÉSAR BUSSACOS
PROCURADORA FEDERAL

FLÁVIO GARCIA CABRAL
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

GEORGE BARBOSA JALES DE CARVALHO
PROCURADOR FEDERAL

KARLA KRISTINE CORREIA AMENO
PROCURADORA FEDERAL

KARLA MARGARIDA MARTINS SANTOS
PROCURADORA FEDERAL

MARCELA SALES MEINERZ
PROCURADORA FEDERAL

JOSÉ REGINALDO PEREIRA GOMES FILHO
PROCURADOR FEDERAL
Convidado Colaborador
Portaria PGF n. 322.2023, de 6 de junho de 2023

1. Por unanimidade, os membros desta Câmara Permanente de Licitações e Contratos, instituída pela Portaria 322/2023/PGF/AGU, de 6 de junho de 2023, concordam com os termos da conclusão do **Parecer n. 011/2024/CPLC/SUBCONSU/PGF/AGU**.

2. Submete-se o presente parecer à aprovação da Consultoria Federal em Gestão Pública da Subprocuradoria Federal de Consultoria Jurídica da PGF, na forma do art. 36, § 2º da Portaria nº 338/PGF/AGU, de 12 de maio de 2016.

KARLA KRISTINE CORREIA AMENO
PROCURADORA FEDERAL
COORDENADORA DA CÂMARA PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Chave de acesso ao Processo: 61002c8f - <https://supersapiens.agu.gov.br>



Documento assinado eletronicamente por DANIEL DE OLIVEIRA LINS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1599250495 e chave de acesso 61002c8f no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIEL DE OLIVEIRA LINS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-12-2024 21:43. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Documento assinado eletronicamente por FLÁVIO GARCIA CABRAL, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1599250495 e chave de acesso 61002c8f no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FLÁVIO GARCIA CABRAL, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 11-02-2025 15:56. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.



Documento assinado eletronicamente por MARCELA SALES MEINERZ, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1599250495 e chave de acesso 61002c8f no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MARCELA SALES MEINERZ, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 11-02-2025 15:51. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.



Documento assinado eletronicamente por KARLA KRISTINE CORREIA AMENO, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1599250495 e chave de acesso 61002c8f no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): KARLA KRISTINE CORREIA AMENO, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 11-02-2025 15:47. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.



Documento assinado eletronicamente por DANIELA GONCALVES DE CARVALHO, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1599250495 e chave de acesso 61002c8f no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELA GONCALVES DE CARVALHO, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 11-02-2025 15:49. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.



Documento assinado eletronicamente por KARLA MARGARIDA MARTINS SANTOS, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1599250495 e chave de acesso 61002c8f no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): KARLA MARGARIDA MARTINS SANTOS, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 11-02-2025 15:50. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.



Documento assinado eletronicamente por ÁLVARO JOSÉ BETTANIN CARRASCO, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1599250495 e chave de acesso 61002c8f no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ÁLVARO JOSÉ BETTANIN CARRASCO, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 11-02-2025 15:50. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.



Documento assinado eletronicamente por JOSÉ REGINALDO PEREIRA GOMES FILHO, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1599250495 e chave de acesso 61002c8f no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOSÉ REGINALDO PEREIRA GOMES FILHO, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 11-02-2025 15:54. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.



Documento assinado eletronicamente por FERNANDA PRESTES CESAR BUSSACOS, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1599250495 e chave de acesso 61002c8f no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FERNANDA PRESTES CESAR BUSSACOS, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 11-02-2025 15:51. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUBPROCURADORIA FEDERAL DE CONSULTORIA JURÍDICA
CONSULTORIA FEDERAL EM GESTÃO PÚBLICA

DESPACHO n. 00053/2025/CFGEP/SUBCONSU/PGF/AGU

NUP: 00400.002224/2024-29

INTERESSADOS: CÂMARA LEGISLATIVA DO DF

ASSUNTOS: NORMATIZAÇÕES

1. Ciente e de acordo com o **PARECER n. 011/2024/CPLC/SUBCONSU/PGF/AGU**, com proposta de enunciado nos seguintes termos:

O contratante pode custear benefício de auxílio-saúde ou plano de assistência à saúde em seus contratos de terceirização de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que exista previsão no edital da licitação como custo mínimo relevante e tenha previsão no Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo como benefício para todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral. Fundamento legal: art. 5º do Dec. nº 12.174, de 2024; IN SEGES nº 176, de 2024; e art. 135, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

2. À consideração superior da Subprocuradora Federal de Consultoria Jurídica.

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

ANA CAROLINA DE SA DANTAS
Consultora Federal em Gestão Pública

1. Aprovo o **PARECER n. 00013/2024/CPLC/SUBCONSU/PGF/AGU** e a proposta de enunciado, com base na delegação de competência conferida pela Portaria Normativa n. 44/2023/PGF/AGU.

2. Divulgar via PGF Comunica e SUBCONSU Comunica.

ANA PAULA PASSOS SEVERO
Subprocuradora Federal de Consultoria Jurídica

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00400002224202429 e da chave de acesso 61002c8f



Documento assinado eletronicamente por ANA PAULA PASSOS SEVERO, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1886887614 e chave de acesso 61002c8f no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ANA PAULA PASSOS SEVERO, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 31-03-2025 17:32. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.



Documento assinado eletronicamente por ANA CAROLINA DE SA DANTAS, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1886887614 e chave de acesso 61002c8f no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ANA CAROLINA DE SA DANTAS, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 31-03-2025 17:25. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/04/2024 | Edição: 83 | Seção: 1 | Página: 67

Órgão: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos/Gabinete da Ministra

PORTARIA MGI Nº 2.829, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Fixa valor mensal per capita para a participação da União no custeio da assistência à saúde suplementar dos servidores públicos do Poder Executivo federal, dos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos extintos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima, na condição de ativos ou inativos, seus dependentes e os pensionistas.

A MINISTRA DE ESTADO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal de 1988, e considerando o disposto no art. 230 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e na Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 97, de 26 de dezembro de 2022, resolve:

Art. 1º Os procedimentos adotados pelos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec, relativos à participação da União no custeio da assistência à saúde suplementar dos servidores públicos do Poder Executivo federal, dos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos extintos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima, na condição de ativos ou inativos, seus dependentes e os pensionistas, de que trata a Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 97, de 26 de dezembro de 2022, deverão observar os valores per capita constantes do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Excluem-se dos critérios estabelecidos nesta Portaria:

I - a contratação de planos de saúde para atendimento a servidores lotados no exterior; e

II - o sistema de saúde de que trata o art. 15 da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de maio de 2024.

Art. 4º Fica revogada a Portaria MP nº 8, de 13 de janeiro de 2016.

ESTHER DWECK

ANEXO

RENDA (REAIS/ IDADE)	FAIXA 01 00 a 18	FAIXA 02 19 a 23	FAIXA 03 24 a 28	FAIXA 04 29 a 33	FAIXA 05 34 a 38	FAIXA 06 39 a 43	FAIXA 07 44 a 48	FAIXA 08 49 a 53	FAIXA 09 54 a 58	FAIXA 10 59 ou +
até 3.000	254,18	266,17	269,77	297,07	305,95	316,10	361,06	366,80	372,51	411,26
de 3.001 até 6.000	196,34	207,65	211,02	230,21	238,60	248,20	280,87	285,34	289,80	321,04
de 6.001 até 9.000	160,80	162,92	166,10	178,29	186,21	195,23	210,12	213,45	216,78	235,28
de 9.001 até 12.000	142,18	144,16	147,11	158,69	166,10	174,57	187,87	190,85	193,82	211,36
de 12.001 até 15.000	132,03	133,86	136,60	148,11	155,02	162,93	176,13	178,92	181,71	198,93
de 15.000 até 18.000	121,87	123,56	126,10	137,53	143,95	151,29	164,39	166,99	169,60	186,50
de 18.0001 até 21.000	111,72	113,27	115,59	126,95	132,88	139,66	152,65	155,06	157,48	174,06
acima de 21.000	106,64	108,12	110,33	116,37	121,80	128,02	140,90	143,14	145,37	161,63

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/05/2024 | Edição: 87 | Seção: 1 | Página: 41

Órgão: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos/Gabinete da Ministra

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria MGI nº 2.829, de 29 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 30 de abril de 2024, Seção 1, página 67,

Onde se lê:

RENDA (REAIS/IDADE)	FAIXA 01 00 a 18	FAIXA 02 19 a 23	FAIXA 03 24 a 28	FAIXA 04 29 a 33	FAIXA 05 34 a 38	FAIXA 06 39 a 43	FAIXA 07 44 a 48	FAIXA 08 49 a 53	FAIXA 09 54 a 58	FAIXA 10 59 ou +
até 3.000	254,18	266,17	269,77	297,07	305,95	316,10	361,06	366,80	372,51	411,26
de 3.001 até 6.000	196,34	207,65	211,02	230,21	238,60	248,20	280,87	285,34	289,80	321,04
de 6.001 até 9.000	160,80	162,92	166,10	178,29	186,21	195,23	210,12	213,45	216,78	235,28
de 9.001 até 12.000	142,18	144,16	147,11	158,69	166,10	174,57	187,87	190,85	193,82	211,36
de 12.001 até 15.000	132,03	133,86	136,60	148,11	155,02	162,93	176,13	178,92	181,71	198,93
de 15.000 até 18.000	121,87	123,56	126,10	137,53	143,95	151,29	164,39	166,99	169,60	186,50
de 18.0001 até 21.000	111,72	113,27	115,59	126,95	132,88	139,66	152,65	155,06	157,48	174,06
acima de 21.000	106,64	108,12	110,33	116,37	121,80	128,02	140,90	143,14	145,37	161,63



Leia-se:

RENDA (REAIS/IDADE)	FAIXA 01 00 a 18	FAIXA 02 19 a 23	FAIXA 03 24 a 28	FAIXA 04 29 a 33	FAIXA 05 34 a 38	FAIXA 06 39 a 43	FAIXA 07 44 a 48	FAIXA 08 49 a 53	FAIXA 09 54 a 58	FAIXA 10 59 ou +
até 3.000	254,18	266,17	269,77	297,07	305,95	316,10	361,06	366,80	372,51	411,26
de 3.001 até 6.000	196,34	207,65	211,02	230,21	238,60	248,20	280,87	285,34	289,80	321,04
de 6.001 até 9.000	160,80	162,92	166,10	178,29	186,21	195,23	210,12	213,45	216,78	235,28
de 9.001 até 12.000	142,18	144,16	147,11	158,69	166,10	174,57	187,87	190,85	193,82	211,36
de 12.001 até 15.000	132,03	133,86	136,60	148,11	155,02	162,93	176,13	178,92	181,71	198,93
de 15.001 até 18.000	121,87	123,56	126,10	137,53	143,95	151,29	164,39	166,99	169,60	186,50
de 18.001 até 21.000	111,72	113,27	115,59	126,95	132,88	139,66	152,65	155,06	157,48	174,06
acima de 21.000	106,64	108,12	110,33	116,37	121,80	128,02	140,90	143,14	145,37	161,63

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ000823/2025
DATA DE REGISTRO NO MTE: 27/03/2025
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR011658/2025
NÚMERO DO PROCESSO: 47997.232819/2025-99
DATA DO PROTOCOLO: 13/03/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO EMP AG AUT COM EMP AS PER INF P MUN R JANEIRO, CNPJ n. 27.903.715/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIA MARTINS BANDEIRA;

E

SINDICATO EMP ASS PER INF PQ SERV TEMP MUNIC R JANEIRO, CNPJ n. 36.251.239/0001-81, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). WILVANDIR CUNHA GALVAO DE LIMA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de fevereiro de 2025 a 31 de janeiro de 2026 e a data-base da categoria em 01º de fevereiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas, do Plano da CNTC, EXCETUA-SE de sua representação a categoria profissional dos trabalhadores em empresas de casas lotéricas, loterias, revendedores lotéricos, lojas de jogos autorizados e lojas de agenciamento do jockey club**, com abrangência territorial em **Rio de Janeiro/RJ**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

A contar de 1º de fevereiro de 2025, fica concedido os seguintes pisos salariais para os empregados que tenham uma carga horária de 44 horas semanais ou de 220 horas mensais;

I- R\$ **1.747,23** – para empregados que exerçam funções de contínuos; serventes; faxineiros; agentes de portaria; auxiliar de serviços gerais e assemelhados;

II-R\$ **1.836,50** – para as demais funções administrativas, tais como: assistente ou auxiliar administrativo; vendas; profissionais em geral, não enquadrado no item “I”.

III- Aos empregados das empresas prestadoras de serviços que tenham por local de trabalho a tomadora de serviços, é assegurado o piso salarial de função equivalente existente nos quadros da tomadora de tais serviços, que estejam em exercício, vislumbrando sempre a norma mais favorável ao trabalhador. Não ocorrendo à hipótese, os referidos pisos salariais serão idênticos aos atribuídos à correspondente função já representada por sindicatos específicos. As tomadoras de serviços respectivas, responderão de forma subsidiária pela obrigação estipulada nesta cláusula com base no parágrafo 7º do Art. 10 da lei nº 13.429, 13.467 e ADPF nº 324 do STF.

IV- Para os empregados que trabalham em regime offshore (embarcados) aplicar-se-á o disposto na Legislação Vigente – Lei nº 5.811/1972.

Parágrafo único– Para os funcionários que tenham carga horária de 180 (cento e oitenta) horas mensais, o piso salarial será proporcional aos itens “I” e “II” desta cláusula, conforme OJ. 358 – TST.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Os salários vigentes em 1º de fevereiro de 2024, serão reajustados pelo **percentual de 4,17% (quatro inteiros e dezessete décimos por cento)** aplicando-se a proporcionalidade aos admitidos nos meses posteriores.

Parágrafo primeiro - Salário de Admissão

Não havendo paradigma para os empregados admitidos no período compreendido entre 1º de fevereiro de 2024 e 31 de Janeiro de 2025, serão ajustados, automaticamente, conforme caput dessa cláusula.

Parágrafo segundo – O valor resultante da aplicação do percentual de reajuste estabelecido nesta cláusula fica limitado a R\$ 562,61 (quinhentos e sessenta e dois reais e sessenta e um centavos), prevalecendo este valor como teto do reajuste salarial.

Parágrafo terceiro Compensação

Poderão ser compensados todos os reajustes espontâneos ou compulsórios concedidos após a data base, excetuados os decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, maioridade e término de aprendizagem.

Pagamento de Salário Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - ADIANTAMENTO SALARIAL

Fica garantido aos empregados mensalmente, adiantamento salarial na primeira quinzena equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor do salário base do mês próximo findo, desde que tenha anuência do empregado.

CLÁUSULA SEXTA - ANUÊNIO

Para os salários nominais de até **R\$ 2.450,57 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais e cinquenta e sete centavos)** fica assegurado aos empregados, o pagamento mensal de gratificação adicional por tempo de serviço (ANUÊNIO), correspondente a 1% (um por cento), por cada ano de serviço prestado à mesma empresa, **sobre os vencimentos mensais dos empregados, até o limite de 10%.**

Parágrafo primeiro – O Anuênio será implantado em folha de pagamento do mês que for adquirido o direito, se o evento ocorrer na primeira quinzena; ocorrendo na segunda quinzena, fica facultado à empregadora efetuar o pagamento cumulado junto com o salário do mês subsequente.

Parágrafo segundo – Havendo transferência de empregado entre empresas do mesmo grupo econômico e com as mesmas atividades econômicas, salvo se houver rescisão do contrato de trabalho, o Anuênio será implantado em folha de pagamento levando em conta o tempo de serviço prestado na empresa anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Será obrigatório o fornecimento de comprovante de pagamentos efetuados aos empregados, discriminando as verbas pagas e respectivos descontos, bem como o valor relativo ao recolhimento do FGTS.

CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO COM CHEQUE

Fica o empregado, quando a empresa efetuar pagamento de salário em cheque bancário, liberado sem desconto em seu salário pelo tempo necessário à ida à agência respectiva para o recolhimento, conforme justo critério da empresa.

CLÁUSULA NONA - ISONOMIA SALARIAL

O empregado admitido para a função de outro, ou similar, fará jus ao salário base do anterior, sem considerar as vantagens pessoais, observando o que determina o artigo 461 da CLT e seus parágrafos bem como a Lei nº 13.467/17

Descontos Salariais

CLÁUSULA DÉCIMA - MATERIAL EXTRAVIADO

Fica vedada a cobrança de indenização do empregado pelo extravio de material de trabalho, salvo se comprovado dolo ou culpa do mesmo.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - REMUNERAÇÃO DE SUBSTITUTO

Enquanto perdurar a substituição, independente de tempo e do motivo, o empregado substituto fará jus ao salário e gratificação de função contratuais do substituído, observando os limites do art. 461 da Lei nº 13.467/17.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Gratificação de Função

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - QUEBRA DE CAIXA

A todo empregado que lidar com numerários (dinheiro, espécie) da empresa, será pago mensalmente a gratificação de Quebra de Caixa no valor de **R\$ 266,66 (duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos)**.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO REFEIÇÃO OU ALIMENTAÇÃO

As empresas deverão conceder aos empregados, com jornada de trabalho superior a 6 horas diárias, inclusive home Office, Auxílio Alimentação ou Refeição, nos termos da Lei nº 6.321/76, no valor de **R\$ 28,99 (vinte e oito reais e noventa e nove centavos) por dia de trabalho, cabendo ao empregado a participação máxima de 20% do valor** do benefício.

Parágrafo primeiro— Segundo dispõe o parágrafo segundo do art. 71 da CLT, os intervalos de descanso não serão computados na duração de trabalho.

Parágrafo segundo— O valor estabelecido nesta Cláusula, não integrará o salário dos empregados beneficiados, conforme artigo 457 parágrafo 1º e 2º da CLT.

Parágrafo terceiro— Ficam isentas as empresas que possuam refeitório e forneçam alimentação ou Refeição a seus funcionários.

Parágrafo quarto— As empresas que já concedem o Auxílio Alimentação ou Refeição no valor igual ou superior ao do Caput, deverão aplicar, em qualquer hipótese o percentual de **4,17% (quatro inteiros e dezessete décimos por cento), de reajuste**.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VALE TRANSPORTE

Observadas às normas da Lei nº 7428/85, com a redação da lei nº 7.619/87, e seu regulamento do Dec. n.º 95.246/87, fica garantida a concessão de vale transporte ao empregado que prestar serviço em dias de repouso (domingos, feriados e dias compensados).

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PLANO DE SAÚDE

As empresas que tiverem em seus quadros mais de 200 empregados concederão aos mesmos, PLANOS DE SAÚDE ou SEGURO SAÚDE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica facultado ao empregador o desconto de parte dos custos relativos ao PLANO DE SAÚDE ou SEGURO SAÚDE em até 15% do valor do contrato do plano.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Fica facultado ao empregado a RENÚNCIA por meio de carta, entregue ao empregador, do citado benefício, podendo esta renúncia constar no Contrato de Trabalho firmado pelo empregado no ato de sua admissão e/ou no momento de sua opção pela adesão ao plano.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO FUNERAL

Por motivo de óbito do empregado, não havendo auxílio funeral, a empresa fornecerá ao beneficiário legalmente habilitado no INSS, auxílio funeral equivalente a 02 (duas) **vezes o maior piso** em vigor do funcionário, na época do falecimento.

Auxílio Creche

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AUXÍLIO CRECHE

As EMPRESAS reembolsarão as empregadas ou os empregados, no valor integral e limitado a **R\$ 266,66 (duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos)** mensais relativos à mensalidade de creche de seu filho(a) legalmente dependente, a partir do 6º (sexto) mês de vida até completar 18 meses de idade, desde que seja apresentado as EMPRESAS o recibo quitado do valor a ser reembolsado a tal título.

Parágrafo Primeiro: Para fins do caput desta cláusula, considera-se como devidamente comprovada à guarda definitiva que tenha sido declarada por decisão judicial transitada em julgado.

Parágrafo Segundo: Somente terão direito ao benefício previsto na presente cláusula a partir do mês seguinte àquele em que formalmente o tenha requerido perante as EMPRESAS, desde que comprovado o preenchimento dos requisitos estabelecidos no caput.

Parágrafo Terceiro: Fica extensivo aos pais viúvos o benefício do auxílio creche, mediante a comprovação da documentação e condições descritas acima, com a guarda definitiva devidamente comprovada e tenha assim sido declarada por decisão judicial transitada em julgado.

Parágrafo Quarto: O reembolso objeto dessa cláusula não integra o salário de contribuição para fins de incidência de INSS, FGTS e IRPF.

Parágrafo Quinto— O mesmo percentual de reajuste da presente convenção será aplicado sobre o Auxílio Creche, quando os empregados receberem o respectivo benefício superior ao valor mínimo desta cláusula.

Parágrafo sexto – Caso os pais trabalhem na mesma empresa, os benefícios desta Cláusula deverão ser concedidos apenas para um dos pais, sendo o mesmo interrompido em caso de demissão.

Parágrafo sétimo – Conforme determina o Inciso I, artigo 2º da Lei nº 14457/22, um dos requisitos para receber o Auxílio é a comprovação dos gastos referentes a creche, bem como os gastos com outra modalidade da mesma natureza, de livre escolha da empregada ou empregado, limitando-se ao valor do caput desta cláusula

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - GRATIFICAÇÃO NA APOSENTADORIA

Ao completar 10 (dez) anos **consecutivos** de serviço, na mesma empresa, o empregado fará jus à gratificação no valor de 01 (um) salário base, **a ser pago na data em que o empregado adquirir a carta de concessão à aposentadoria**, excetuados os casos em que a própria empregadora já ofereça plano de previdência complementar ou benefício equivalente

Contrato de Trabalho Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL

As homologações das rescisões dos contratos de trabalho dos empregados com mais de um ano de serviço, poderão efetivar-se no Sindicato profissional, devendo ainda serem observadas as normas da Súmula 330 do TST, **artigos 500 e 477 da CLT.**

Parágrafo primeiro – Após o cumprimento do artigo 477 parágrafo 6º da CLT, fica estipulado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do último dia efetivamente trabalhado, para que as empresas efetuem a homologação do termo de Rescisão do Contrato de Trabalho e entreguem a Chave de Conectividade, Comunicação de Dispensa e Requerimento de Seguro-Desemprego, quando devido, sob pena de pagamento de multa equivalente a 01 (um) salário mínimo nacional a ser paga em favor do empregado.

Parágrafo segundo - – As partes poderão extinguir o contrato de trabalho, por acordo entre as partes, observando o artigo 484 A – alínea A e B E II parágrafo 1º e 2º da CLT.

Parágrafo terceiro - Ausência das partes

A ausência de representante da empregadora no ato de homologação da rescisão do contrato de trabalho, bem como a ausência do empregado, desde que comprovada pela empregadora através de comunicação ao empregado sobre a data do referido ato, será declarada por escrito tal ausência pelo Sindicato no verso do TRCT ou através da declaração própria.

Parágrafo quarto – Devolução da CTPS

A CTPS será recebida mediante comprovante, para anotações e deverá ser devolvida ao empregado em 48 (quarenta e oito) horas. Qualquer documento que o empregado entregar à empresa deverá ser recebido sempre mediante comprovante.

Parágrafo quinto – É obrigatório a empresa colocar o nome do Sindicato na CTPS do trabalhador ao lado do valor do desconto da Contribuição Sindical, (quando esta for recolhida) sendo vedada à expressão genérica de “sindicato da classe”.

Parágrafo sexto – – **Ressalvas nas homologações** – Na homologação feita com ressalva, a Empresa (empregador) terá o prazo de até 20 (vinte) dias úteis, a partir do dia seguinte da homologação, para efetuar o pagamento da diferença ou correções divergentes integralmente e sem parcelamentos.

Parágrafo sétimo – **Homologação por procuração** – No ato da homologação da rescisão contratual o empregado poderá ser representado por procurador munido de procuração, ou por instrumento particular, emitido exclusivamente para esse fim, com a devida firma reconhecida.

Aviso Prévio

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CARTA DE REFERÊNCIA

A empresa, quando solicitado, nos casos de demissão sem justa causa ou pedido de demissão, fica obrigada a entregar ao referido empregado, carta de referência do período trabalhado, na data de saída.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL

As empresas farão observar a Lei 12.506/2011, bem como a circular 010/2011 de 27 de outubro de 2011 da SRT do Ministério do Trabalho e Emprego, e a Nota Técnica nº 184/2012/CGRT/SRT/MTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O acréscimo da projeção de **03 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, previsto na Lei nº 12.506/2011**, será sempre indenizado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não se aplicando no caso de pedido de demissão, que será sempre 30 dias,

independentemente do tempo de serviço na mesma empresa.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRATO INTERMITENTE DE TRABALHO

As Empresas poderão celebrar o Contrato Intermitente de Trabalho na forma do artigo 443 da CLT mediante Acordo Coletivo de Trabalho com o Sindicato.

Relações de Trabalho Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Geral

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA

Fica garantida a estabilidade provisória no emprego aos empregados que se encontrem nas seguintes condições:

I - GESTANTES: a empregada gestante, desde a concepção até cinco meses após o parto, conforme determina o art. 10º, inciso II, alínea “b” das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, ressaltando-se as hipóteses previstas em lei. Nos casos de Pedido de demissão, deverá ser observado o artigo 500 da CLT e Súmula 244 no TST.

II - PRÉ-APOSENTADORIA: ao empregado que contar com 5 (cinco) ou mais anos ininterruptos de serviço na mesma empresa, desde que comprovadamente esteja a 12 (doze) meses ou menos à data em que irá adquirir o direito efetivo à aposentadoria mais benéfica, seja ela proporcional ou integral, incluindo outras formas especiais concedidas pela Previdência, ressaltando-se a demissão por justa causa e pedido de demissão.

III - LICENÇA PREVIDENCIÁRIA: Fica garantida estabilidade provisória, pelo prazo de 30 (trinta) dias do retorno ao serviço, aos empregados que estiverem em gozo de auxílio doença concedido pela Previdência Social no período 180 (cento e oitenta) dias ou mais, ressaltando-se quanto ao disposto no artigo 118 da lei 8.213/91.

IV - ESTABILIDADE PARA DIRIGENTES SINDICAIS: Conforme estabelece o art. 8º, inciso VIII, da Constituição Federal, fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado, a partir do registro de sua candidatura a cargo de Diretoria (titulares e suplentes), Conselho Fiscal (titulares e suplentes), e se eleito, até 01 (um) ano após o final do mandato, conforme artigo 543 parágrafo 3º da CLT, salvo se cometer falta grave nos termos da Lei.

Jornada de Trabalho Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CURSOS E REUNIÕES PÓS-JORNADA

Quando realizadas fora do horário normal de trabalho, as reuniões e cursos obrigatórios instituídos pela empresas terão seu tempo excedente à jornada, remunerado como trabalho extraordinário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - JORNADAS EXTRAORDINÁRIAS

I - Horas Extras: as horas excedentes às duas primeiras horas, em jornada normal, serão remuneradas com acréscimo de 100% (cem por cento);

II - Fica assegurado aos empregados convocados pelas empresas para prestar serviços nos Domingos, Feriados e Dias Compensados, a remuneração extra mínima correspondente a 4 (quatro) horas de trabalho;

III - Ao empregado convocado nos mesmos dias de repouso do inciso anterior, para prestar serviços de tarefa, fica assegurada a liberação imediata, tão logo concluída a respectiva tarefa, assegurando-se o direito ao auxílio alimentação e ao vale transporte em tal convocação;

IV - Ocorrendo liberação de trabalho em dias impresados e dias de feriados, a empresa poderá promover a compensação deste dia, desde que não ultrapasse a 2 (duas) horas diárias nos dias normais de trabalho;

V - As empresas poderão adotar a escala de revezamento para funcionar aos domingos e feriados, com datas determinadas para a compensação, desde que enviem ao Sindicato obreiro com antecedência a aludida escala, não se aplicando este item aos empregados amparados pelos art. 75, 443 pr. 2º e art. 425º da CLT.

Parágrafo único – Pagamento de horas extras – O pagamento de serviços extraordinários **deverá ser efetuado até o 5º dia do mês subsequente**. Em caso de atraso, a hora extra será calculada com base em novo salário eventualmente vigente na data do pagamento atrasado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FLEXIBILIZAÇÃO DE HORÁRIOS

É facultado às empresas a aplicação da flexibilização da jornada diária de trabalho de seus empregados, de acordo com suas necessidades, em até 2 (duas) horas para mais ou para menos do início da jornada do empregado, compensando-se em até 2 (duas) horas para mais ou para menos ao término da referida jornada, respeitando-se a jornada diária de trabalho do empregado de 8 (oito) horas e de 6 (seis) horas, conforme a forma da contração.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - BANCO DE HORAS

Fica facultada a todas as empresas abrangidas por este instrumento a aplicação de “Banco de Horas”, nos termos da Lei 9.601/98 e art. 59 pr. II, V e VI da CLT, **c/c Lei 13.467/2017**.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DIA DOS EMPREGADOS DE AGENTES AUTÔNOMOS DE MAIS FERIADOS

Fica assegurado o descanso remunerado aos empregados da categoria, na terceira segunda-feira do mês de outubro de cada ano, comemorando o Dia dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, informações, Pesquisas no Município do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO ÚNICO – De acordo com a necessidade do serviço na empresa, a substituição deste dia poderá ser feita por outro dia, com devida comprovação da anuência do empregado e comunicação ao Sindicato profissional com antecedência de 10 dias.

Controle da Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - REGISTRO DE PONTO ELETRÔNICO

É facultado as empresas a adoção dos sistemas de registro eletrônico de ponto **previstos nos artigos 73 e seguintes da Portaria 671/2021 do MTE**, devendo ser observados os requisitos contidos nesta. Valendo a presente cláusula para a validação de tais sistemas.

Faltas

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - AUSÊNCIAS LEGAIS

Por força da presente Convenção Coletiva, as ausências legais serão as disciplinadas no artigo 473 da CLT, incisos I a XII, respeitados os critérios mais vantajosos **da norma coletiva**.

I – até 2 (dois) dias úteis, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, viva sob sua dependência econômica;

II – até 3 (três) dias úteis, em virtude de casamento;

III – por cinco dias, em caso de nascimento de filho, de adoção ou de guarda compartilhada;

IV – por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada;

V – até 2 (dois) dias úteis, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva;

VI – no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço Militar referidas na letra c do art. 65 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar);

VII – nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior;

VIII – pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo;

IX – pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro;

X – até 2 (dois) dias uteis para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira;

XI – pelo tempo necessário para acompanhar sua esposa ou companheira em até 6 (seis) consultas médicas, ou em exames complementares, durante o período de gravidez;

XII – por 1 (um) dia por ano para acompanhar filho de até 6 (seis) anos em consulta médica;

XIII – até 3 (tres) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ABONO DE FALTAS DE ESTUDANTES

Será concedido abono de falta ao empregado estudante nos dias de prova, para exames finais, compensando-se posteriormente, desde que avisada à empregadora 72 (setenta e duas) horas de antecedência e mediante comprovação.

PARÁGRAFO ÚNICO – EMPREGADO VESTIBULANDO – O empregado inscrito em vestibular universitário será dispensando para comparecimento aos exames, compensando-se posteriormente tais dias, obrigando-se à comunicação ao empregados até 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização das aludidas provas e exames, sob pena de incorrer em faltas injustificáveis.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - UNIFORME E EQUIPAMENTOS

Observando o art. 456 A da CLT, os uniformes de uso obrigatório em serviço, em número de 2 (dois) conjuntos por ano, bem como equipamentos de trabalho e proteção individual, serão fornecidos pela empresa sem qualquer ônus ao empregado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ACIDENTE DE TRABALHO

Para atendimento emergencial aos empregados acidentados no horário de trabalho, as empresas

manterão ambulatório em suas dependências, desde que o grau de risco seja o mínimo e o número de trabalhadores supere o total de 200 (duzentos).

Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - AUXÍLIO DOENÇA: COMPLEMENTAÇÃO

Ao completar 05 (cinco) anos ou mais de vínculo empregatício consecutivo na mesma empresa, fica assegurado ao empregado, em caso de gozo do auxílio doença, receber do empregador, a título de complementação, quantia equivalente a 90% (noventa por cento) da diferença entre o seu salário e o valor daquele benefício, no limite de 10 Salários Mínimos (Federal).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – RESTRIÇÕES NO GOZO DO BENEFÍCIO

O complemento referido no “caput” da cláusula anterior, só será concedido uma única vez em cada ano contratual, durante o período havido entre o 16º (décimo sexto) e o 90º (nonagésimo) dia do afastamento, respeitando-se o parágrafo 3º do art. 60 da Lei 8.213/91.

Relações Sindicais

Representante Sindical

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DO DELEGADO SINDICAL

As empresas ou grupo econômico que tenham mais de 200 empregados obrigam-se a reconhecer a figura do delegado sindical que vier a ser indicado pelo sindicato obreiro, assegurando-lhe condições para o desempenho de sua atribuição, podendo ser liberado pelo menos uma vez por mês para ida ao sindicato. Todavia com estabilidade provisória na vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, o delegado indicado poderá ser substituído por solicitação de sua empresa empregadora, justificando-se. Ocorrendo força maior, justo motivo por falta grave devidamente apurada, fica revogada a estabilidade provisória ajustada pelas partes.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

Os Diretores do Sindicato Profissional (titulares e suplentes), Conselho Fiscal (titulares e suplentes) serão liberados de suas funções nas empresas para o exercício de seus mandatos de representação e administração sindical.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

O desconto da contribuição sindical estará condicionado à prévia e expressa autorização do empregado, respeitando o artigo 579 da CLT. O valor da contribuição atenderá aos parâmetros estabelecidos no artigo 580 da CLT.

Parágrafo Único – O recolhimento da Contribuição Sindical dos integrantes da Categoria Profissional que autorizarem o desconto será efetuado pelos empregadores mediante a notificação pelo Sindicato através da emissão da Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical – GRCS – Urbana.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS

A título de contribuição assistencial, consubstanciada no art. 513 “e”, da CLT e acórdão publicado no STF nº 1.018.459 em 30.10.2023, fica estipulado o desconto de cada empregado da categoria profissional, sindicalizado ou não, de uma vez, de 2% sobre o salário base do referido empregado, no mês de abril 2025, em favor do Sindicato Profissional, para manutenção e ampliação dos serviços assistenciais e jurídicos mantidos em favor da categoria, mediante o envio de boleto bancário emitido pelo Sindicato. Este valor deverá ser repassado pelas empresas ao Sindicato Profissional, no prazo máximo de 10 dias úteis após a ocorrência do aludido desconto, sob pena de multa pecuniária correspondente a 2% no primeiro mês vencido e 1% para cada mês subsequente, acrescido de 1% de mora, sem prejuízo da correção monetária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA LIMITAÇÃO – O valor resultante da aplicação do percentual referente à contribuição assistencial estabelecida nesta cláusula fica limitado a R\$60,00 (sessenta reais), prevalecendo esse valor como teto da referida contribuição.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DO DIREITO DE OPOSIÇÃO - Fica desde já garantido o direito de oposição ao empregado enquadrado na categoria do sindicato, do referido desconto, que deverá ser manifestado pessoalmente no Sindicato, no prazo máximo de **10 dias corridos** a contar da data de Registro desta Convenção na SRTE. Assim como aos admitidos posteriormente a data base.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A oposição, como regra, será realizada na sede do SINDAUT/RJ, localizada na Rua André Cavalcanti, 128, CEP:20231-050. Para os empregados em regime de *Home Office* e que residam fora do município do Rio de Janeiro, será permitido apresentar sua oposição através de e-mail que será disponibilizado no site www.sindaut.org.br, no mesmo prazo estabelecido anteriormente e em formulário próprio que será fornecido pelo sindicato.

PARÁGRAFO QUARTO – DO PAGAMENTO - As contribuições serão pagas em rede bancária, através de boleto enviado pelo Sindicato, até o vencimento.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - MENSALIDADE SOCIAL

O trabalhador que se associar ao Sindicato pagará a mensalidade social, no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) descontada em folha de pagamento nos termos do art. 545, da CLT, cujo recolhimento será comprovado perante a entidade sindical, juntamente com a relação nominal dos associados. Em caso de atraso, o valor devido pelo associado será corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora de 2% (dois por cento) ao mês.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - PROGRAMA SOCIAL COLETIVO

O SINDAUT prestará indistintamente a todos os empregados subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, os Benefícios Sociais determinados: Auxílio Cesta básica, Auxílio Educação, Auxílio Doença, Auxílio Farmácia, Auxílio Invalidez Permanente, Auxílio Funeral, Auxílio Matrimônio, Auxílio Natalidade, Auxílio Despesa Familiar.

Parágrafo Primeiro: O objetivo do Benefício, valores, quantidade de parcelas, os beneficiados, a forma de pagamento, os documentos exigidos e os prazos de pagamento, serão praticados conforme Manual de Orientação divulgado no site da entidade: www.sindaut.org.br.

Parágrafo Segundo: Para a efetiva viabilidade financeira dos benefícios sociais a sua concessão ficará condicionada ao pagamento da Contribuição Social pelo empregado, conforme prevê Cláusula 41ª desta convenção, nos termos dos artigos 462 e 545 da CLT.

Parágrafo Terceiro: O benefício Social tem como objetivo, amparar e transmitir tranquilidade aos empregados e seus familiares em momentos necessários, sem quaisquer burocracias.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DOS EMPREGADOS

As empresas descontarão dos empregados, a importância de R\$ 15,00 (quinze reais) mensais, a título de contribuição social coletiva, consubstanciada no art. 513, “e”, da CLT, para manutenção dos benefícios sociais e ampliação dos serviços oferecidos pelo SINDAUT. Os valores deverão ser recolhidos, em favor do SINDAUT, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao desconto, através de boleto bancário enviado pelo Sindaut, após o recebimento da relação dos empregados com nome completo, função e remuneração.

Parágrafo primeiro – Em observância a ordem de Serviço nº 01 MTE, de 24/03/2009, com renúncia expressa ao recebimento dos Benefícios Sociais, previstos na cláusula 39ª, fica facultado a todos os empregados o direito de oposição ao referido desconto que deverá ser manifestado pessoalmente no Sindicato, **até 10 (DEZ) dias corridos** a contar da data do registro da Convenção Coletiva. O mesmo prazo será concedido aos empregados no retorno de afastamento por motivo de doença, licenças e férias. A EMPRESA dará ciência do registro e do prazo a seus empregados. Assim como aos admitidos posteriormente a data base.

Parágrafo segundo - A oposição, como regra, será realizada na sede do SINDAUT/RJ, localizada na Rua André Cavalcanti, 128, CEP:20231-050. Para os empregados em regime de *Home Office* e que residam fora do município do Rio de Janeiro, será permitido apresentar sua oposição através de e-mail que será disponibilizado no site www.sindaut.org.br, no mesmo prazo estabelecido anteriormente e em formulário próprio que será fornecido pelo sindicato

Parágrafo terceiro – A inadimplência desta obrigação poderá resultar em ação competente, sem ônus para a entidade, visando o pagamento de uma multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês calculado sobre o valor a ser recolhido, corrigido monetariamente na data de seu efetivo pagamento ou por determinação da tabela de atualização de débitos trabalhistas, para Ajuizamento de Ação Judicial perante a Justiça do Trabalho, visando o pagamento da presente obrigação.

Parágrafo quarto – As empresas enviarão no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do

recolhimento, cópia da guia e comprovante de pagamento, acompanhado da relação ordenada de todos os empregados nela constando: nome, função, e o valor da contribuição, R\$ 15,00 (quinze reais).

Parágrafo quinto - A empresa que não efetuar o desconto acima previsto do empregado que não tenha manifestado a renúncia no prazo mencionado, assumirá o ônus do recolhimento, sendo facultado ao empregado pagamento, que poderá ser efetuado nos meses subsequentes.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DOS EMPREGADORES

As Empresas integrantes das categorias econômicas representadas pelo Sindicato Patronal – SEAPIPEPREST, e que não se opuseram ao recolhimento da contribuição sindical patronal, deverão comprovar o seu recolhimento no prazo de 60 dias a contar da data de registro da presente Convenção Coletiva junto a SRTE.

Parágrafo primeiro – Fica condicionado às empresas que, para aplicação da presente CCT/2025 a comprovação do recolhimento da contribuição sindical patronal, tendo em vista o cunho da prestação dos serviços prestados pelo Sindicato para tal.

Parágrafo segundo – As empresas, todavia, poderão efetuar Acordo Coletivo de Trabalho com o sindicato profissional, obedecendo aos critérios nele negociados.

Parágrafo terceiro – Nenhuma assistência sindical e/ou documentos para quaisquer fins serão fornecidos pelo Sindicato Patronal às empresas associados ou não, que deixarem de comprovar estarem quites com os pagamentos das contribuições estabelecidas na presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas integrantes das categorias econômicas representadas pelo SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES, PESQUISAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, sindicalizados ou não, pagarão o valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) a título de contribuição Assistencial do exercício de 2025 destinada ao custeio de serviços assistenciais mantidos pelo Sindicato Patronal, estando previsto no Art. 513, alínea “e” da CLT, bem como AGE de 29.01.2025 e decisão do STF – Acórdão – ED 1.018.459- Min. Gilmar Mendes – Unanimidade - 30/10/2023.

Parágrafo primeiro - Fica facultado as empresas o direito de oposição que deverá ser manifestado exclusivamente por Carta de Oposição, devidamente protocolada pelo Sindicato Patronal no prazo de dez dias contados do registro da presente CCT/2025.

Parágrafo segundo - As contribuições serão pagas por boletos bancários ou na sede do Sindicato Patronal, sito na Rua Senador Dantas, nº 71, SALA 804 – Centro – Rio de Janeiro, COM VENCIMENTO EM 30/05/2025.

Parágrafo terceiro - Após este prazo, a referida contribuição deverá ser paga com acréscimo da multa de 2% (dois por cento) ao mês, sem prejuízo de juros e a correção monetária.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS E CÓPIAS DAS GUIAS

Nos termos do Precedente Normativo nº 111 do TST e art. 583 parágrafo 2º da CLT, as empresas obrigam-se a remeter ao Sindicato profissional, uma vez por ano, a relação dos empregados pertencentes à categoria (RAIS POSITIVA), e ainda cópia das guias da Contribuição Sindical e Assistencial dos sindicatos, no prazo de 30 dias, após o pagamento respectivo.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - APLICABILIDADE DA CONVENÇÃO

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá sua aplicabilidade 3 (três) dias após o depósito na SRT, conforme preceitua o art. 614 do Parágrafo Primeiro da CLT.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO

Na ocorrência de infração ou descumprimento de quaisquer disposições na presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, sujeita o infrator, além das penalidades legais, ao pagamento de multa no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o maior piso vigente, revertido em favor do prejudicado, desde que não esteja prevista outra multa, não sendo ainda cumulativa.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os empregados ou o Sindicato Profissional, em caso de descumprimento da presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO poderão intentar ação de cumprimento, nos moldes do art. 872, parágrafo único, da CLT, vez que a avença administrativa se equipara ao acordo judicial, como prescrito pelo art. 611 da Consolidação das Leis do trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO

As partes representadas nesta Convenção comprometem-se a acompanhar o Registro deste Instrumento junto a SRTE.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DO FORO

As partes fixam o foro da Cidade de Rio de Janeiro para dirimir dúvidas ou controvérsias sobre

a aplicação da presente Convenção Coletiva.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - QUADRO DE AVISOS

As Empresas comprometem-se a afixar em seu Quadro de Aviso, cópia da presente Convenção Coletiva, para conhecimento de seus empregados.

MARIA MARTINS BANDEIRA

Presidente

SINDICATO EMP AG AUT COM EMP AS PER INF P MUN R JANEIRO

WILVANDIR CUNHA GALVAO DE LIMA

Presidente

SINDICATO EMP ASS PER INF PQ SERV TEMP MUNIC R JANEIRO

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

Caderno de Logística

Implementação do Decreto nº 11.430/2023

Ficha técnica

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Gestão e da Inovação em Serviços

Públicos (MGI)

Esther Dweck

Ministro das Mulheres (MM)

Aparecida Gonçalves

Secretaria de Gestão e Inovação / MGI

Roberto Seara Machado Polo Rego (Secretário)

Kathyana Dantas Machado Buonafina (Secretária Adjunta)

Secretaria Nacional de Enfrentamento Violência contra Mulheres / MM

Denise Motta Dau (Secretária)

Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados / MM

Rosane da Silva (Secretária)

Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações

Temáticas e Participação Política / MM

Carmem Helena Ferreira Foro (Secretária)

Elaborado por

Departamento de Normas e Sistemas de Logística / MGI

Everton Batista dos Santos (Departamento)

Agradecimento por

Assessoria de Comunicação / MGI

Colaboradores e colaboradoras

Ana Carolina Quintanilha dos Santos Lora

Danielo Marasca Bertazz

Daniela Salomão Gorayeb

Denise Coelho Cavalcanti

Herbert Borges Paes de Barros

Juliana Mendes Rodrigues

Kadu Freire de Abreu

Leidiane Fernandes Gomes

Luana Passos de Souza

Lucimar Rizzo Lopes dos Santos

Mariko Lemes

Mariana Regina de Queiroz Bachega

Mariana Brito

Scheyla Cristina de Souza Belmiro do Amaral

Somene Cristina Souza

Thais Sabara Vieira de Goes

Apoio técnico

Ministério do Trabalho e Emprego

Shakti Prates Borela

Governo do Distrito Federal / Secretaria da Mulher

Leidiane Maria de Sousa Alcântara

Talita Alencar de Almeida da Silva

ONU MULHERES

Ana Teresa Lamarino

Daniela Bulmin Pereira de Godoy

Normalização Bibliográfica Biblioteca do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

C122

Caderno de logística complementar do Decreto n. 11.430/2023 / Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Secretaria de Gestão e Inovação, Ministério das Mulheres. – Versão 1.0 -- Brasília: Diretoria de Normas e Sistemas de Logística/SEGES/MGI, 2024.
71 p. il.

Contém anexos.

1. Trabalho feminino – Contratação. 2. Mulher – Vítima de violência doméstica. 3. Mercado de trabalho – Equidade. 4. Ambiente de trabalho - Saúde. 5. Igualdade de oportunidade. 6. Segurança no trabalho. 7. Contratação pública. I. Brasília: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). II. Brasília: Ministério das Mulheres (MMULHERES).

CDU – 331-055.2(81)

CDD – 331.120981

Carta de apresentação

O Brasil é um dos países com maiores índices de violência contra as mulheres no mundo. Além da mais brutal forma de agressão que é a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Essas violências, em geral, são perpetradas por alguém próximo e no ambiente doméstico e familiar, potencializando os seus efeitos psicológicos deletérios, que criam o sentimento de insegurança nos relacionamentos e no espaço que deveria ser de aconchego e afeto.

A violência de gênero pavimenta uma trajetória de vulnerabilidades na vida das mulheres, dificultando sua qualificação profissional, inserção laboral e atuação social. Um ciclo vicioso de vulnerabilidade delatado, no qual devido à violência sofrida as mulheres não conseguem ter autonomia econômica, e ao não ter autonomia acabam ficando presas a relações abusivas.

Não podemos mais aceitar esse desalentador cenário. Faz-se necessário um Estado mais presente na proteção e dignidade dessas mulheres e na punição dos agressores. Mas também necessitamos de um Estado que contrabua com o rompimento desse ciclo, ampliando as oportunidades de autonomia econômica.

A partir dessa compreensão, o Ministério das Mulheres e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços, novam com a política de cotas para as mulheres em sua área de atuação doméstica e familiar nas contratações da Administração Pública Federal. O governo Lula, com apoio dos entes subnacionais espera, com essa medida, criar oportunidade laboral para esse grupo de mulheres, tendo em vista que a autonomia econômica é importante ferramenta para o rompimento do ciclo de violência de gênero.

Sigamos todas as pessoas unidas na luta contra todas as formas de violência de gênero!

Ministra Cida Gonçalves
Ministra Esther Dweck

Sumário

Introdução	5
Contextualização	9
1. Violência doméstica e familiar contra a mulher	10
a. Conceito	11
b. Enfrentamento à violência contra as mulheres	13
c. A rede de atendimento às mulheres em sua situação de violência	14
2. Rompendo o ciclo de violência – a autonomia econômica e o convívio social no trabalho	15
3. Impacto da violência contra as mulheres na economia	18
4. Trabalho decente e um ambiente de trabalho saudável, seguro, acolhedor e diverso	21
a. Conceito de trabalho decente	23
b. Um ambiente de trabalho livre de violência e discriminação	24
c. Boas práticas e referências em áreas de equidade, inclusão e sensibilidade	29
Implementação do Decreto nº 11.430/23	39
1. Visão geral	40
2. Atores institucionais – papéis e responsabilidades	45
3. Orientações e pontos de atenção	53
a. Sglo e preservação da mulher em sua situação de violência	54
b. Acolhimento, escuta e proteção	55
c. Canais de denúncia institucionalizados e o papel das Ouvedoras	59
4. Fluxo de implementação	61
5. Anexos – Documentos modelos	67



Introdu o

A trajetória das mulheres tem sido marcada por vulnerabilidades, dentro e fora dos lares, devido às relações assimétricas e de poder entre os sexos, em países marcados por uma cultura patriarcal, como o caso do Brasil. Na arena pública, ainda existem expressivas lacunas de gênero na participação no mercado de trabalho, nas remunerações e na ocupação de cargos de poder. No que tange ao espaço privado, as mulheres continuam a ser as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidado, e expostas à violência doméstica e familiar. As relações sociais opressoras de gênero, se a devido sobrecarga das responsabilidades familiares se a em função da violência física, sexual, moral e psicológica sofrida, dificultam as mulheres alcançarem o laboral e, assim, romper o ciclo de dependência financeira e exclusão social.

A violência contra a mulher – uma das marcas do sexismo no Brasil. As estatísticas mostram que essa violência ocorre principalmente dentro de casa, no seio das famílias. No Brasil, 35 mulheres foram agredidas fisicamente ou verbalmente por marido e cerca de 51 mil mulheres sofreram violência diretamente no Brasil em 2022. No mesmo ano, 28,9% das mulheres relatam ter sofrido alguma forma de violência ou agressão. Isso representa cerca de 18,6 milhões de mulheres de 16 anos ou mais que sofreram alguma forma de violência ao longo de 2022. Também aumentaram os casos de violência grave, que podem resultar em morte da mulher, como o caso de episódios de perseguição, agressões como tapas e chutes, ameaça com faca ou arma de fogo etc. Quanto ao perfil das vítimas, a maioria são mulheres negras (65,6%), com idade entre 16 e 34 anos (30,3%) e mais da metade moram em condições de interior. A maioria dos casos de violência mais grave sofrida foi praticada por ex-cônjuges, ex-companheiros ou ex-namorados (mais de 31%).

Além dos efeitos perversos que a violência traz, com marcas no corpo, na mente e na alma das mulheres, há efeitos na sociedade feminina, que o medo, a vergonha e a dependência do agressor retiram as mulheres do convívio social e do mundo do trabalho. A violência impacta negativamente as mulheres e suas famílias, mas também produz externalidades negativas para toda a sociedade.

A qualidade de gênero e a autonomia de todas as mulheres são influenciadas por uma complexa interação de arranjos sociais, formas e informações. Alcançar resultados positivos requer não apenas a existência de leis, políticas e instituições, mas também abordar normas sociais de gênero profundamente enraizadas que podem minar essa qualidade.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º, inciso II, estabelece como um dos objetivos da República Federativa do Brasil reduzir desigualdades sociais e regionais. Portanto, o papel do Estado é elaborar e implementar políticas públicas que contribuam para mitigar a desigualdade econômica, de gênero, de cor/raça e suas intersecções.

No Brasil, diversos esforços alcançam avanços na desconstrução de leis e políticas que reforçam a desigualdade de gênero. Porém, apesar de todas as atenções voltadas para políticas públicas de prevenção da violência e sobre a conscientização do papel da mulher na sociedade, ainda há um longo caminho a ser percorrido para alcançar a qualidade de gênero.

Dante desse cenário, o governo federal regulamentou, por meio do **Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023**, a exigência legal de que os contratos de prestação de serviços contínuos com mão-de-obra dedicada tenham um percentual mínimo de 8% dos postos de trabalho preenchidos por mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Em parceria com os estados da Federação, essa iniciativa do governo federal tem por intuito contribuir com o rompimento do ciclo de violência vivido por muitas mulheres, ao possibilitar acesso a emprego e renda.

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), que tem a responsabilidade de estabelecer os regulamentos sobre licitações e contratos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e o Ministério das Mulheres (MM), cuja competência é elaborar e implementar programas e ações para o enfrentamento da desigualdade de gênero, estão atuando, de modo conjunto, para a implementação exitosa dessa política.

Este caderno será o instrumento orientador dessa implementação, auxiliando agentes públicos e empresas na execução das ações necessárias à sua efetivação. O caderno encontra-se dividido em duas seções, além desta introdução. Na primeira seção, se contextualiza o problema público que se pretende enfrentar com essa política que visa a falta de oportunidades laborais e a vulnerabilidade econômica das mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Na segunda seção, tem-se orientações para efetivar a implementação da iniciativa pelas partes envolvidas. Os desafios para a identificação, o acompanhamento e o acolhimento dessas mulheres em ambientes institucionais e laborais protegidos e saudáveis são muitos. Portanto, se faz necessário o **comprometimento do MGI, do MM, dos estados, dos órgãos e entidades públicas contratantes e das empresas contratadas para o sucesso da política**.

A woman wearing a yellow hard hat and a high-visibility yellow safety vest over a light blue shirt is operating a black pallet jack. She is looking to her left. The background is a blurred warehouse setting. The entire image has a purple overlay.

Contextual za o



**1. Violência doméstica
e familiar contra a
mulher**

a. Conceito

De acordo com o artigo 5º da Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha, violência doméstica e familiar contra as mulheres qualquer ato ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, bem como dano moral ou patrimonial. Em 2022, foram 245.713 casos de violência doméstica registrados, um aumento de 7.2% em relação ao ano anterior².

As Nações Unidas definem violência contra as mulheres como “qualquer ato de violência baseada no gênero que resulte ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo ameaças de atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, quer ocorra na vida pública ou na vida privada” (Resolução 48/104 da Assembleia Geral, Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, 1993).

As formas históricas e múltiplas de desigualdade que persistem entre mulheres e homens em todas as sociedades permitem que a violência contra mulheres e meninas continue tanto em ambientes públicos como privados. Estereótipos de gênero negativos são frequentemente mal entendidos e contribuem para violações de direitos que vão desde o direito a um padrão de vida adequado até o direito de viver uma vida livre da violência. A violência contra as mulheres pode ser tão naturalizada que muitas mulheres não possuem condições de saberem que estão passando por algum tipo de violência.

Os homens recorrem à violência para manter o controle sobre as mulheres, reprimindo sua individualidade, autoestima, desejos e sonhos, e mantendo-as dependentes emocional e psicologicamente.

²Dados da Pesquisa “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil – 2023”, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto Data Folha.

As expressões desse comportamento afetam e colocam em risco os demais membros da família, sobretudo as crianças que têm seu desenvolvimento cognitivo, físico e socioemocional atravessado e comprometido pelas violência presenciais e vivenciadas. Cada vítima de feminicídio deixa, em média, dois filhos. Em 34% dos casos, o não mero maior ou igual a três crianças³.

Importante salientar que a violência contra as mulheres e os feminicídios não ocorrem somente dentro de casa, no formato, o que denominamos de violência doméstica e familiar. As violências e os feminicídios são cometidos nos espaços públicos e transportes públicos, nos ambientes de lazer e socialidade, nas redes sociais, no ambiente de trabalho. São cometidos não só pelo companheiro ou membros da família, mas por pessoas desconhecidas, por vizinhos, amigos, pelo chefe e também pelo poder público, quando ele não cumpre com a sua função de proteger a mulher.

No país, em 2022, 35,6% dos assassinatos de mulheres foram classificados como feminicídios e ocorreram em sua maioria dentro de casa. As principais vítimas dos assassinatos praticados contra mulheres, classificados como feminicídio ou não, são pessoas negras e ovens, entre os 18 e os 29 anos. Dados da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, por exemplo, demonstraram que, em 2023, 89% das vítimas dos feminicídios consumados da capital são pretas ou pardas⁴.

Dados do levantamento realizado nas capitais do Nordeste (Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, 2017), publicado pela Universidade Federal do Ceará (UFC) em parceria com o Instituto Maria da Penha.

⁴Relatório de Monitoramento dos Feminicídios no Distrito Federal. Disponível em <<https://www.ssp.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/FEMINICIDIO-CONSUMADO-ANUAL-2022.pdf>>

b. Enfrentamento à violência contra as mulheres

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres tem por finalidade estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional.

Foi estruturada a partir do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), elaborado com base I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Encontra-se, também, em consonância com a Lei Maria da Penha e com convenções e tratados internacionais, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará 1994), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1981) e a Convenção Internacional contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas (Convenção de Palermo, 2000).

O conceito de enfrentamento, adotado pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, diz respeito à implementação de políticas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões. Esse conceito requer a ação conjunta das diversas áreas (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros), no sentido de propor ações que desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira promovam a autonomia das mulheres e garantam um atendimento qualificado e humanizado às mulheres em situação de violência.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres tem orientado, desde a sua concepção, todas as políticas públicas formuladas e executadas para a prevenção e resposta à violência contra as mulheres, assim como para a assistência às mulheres em situação de violência.

c. A rede de atendimento às mulheres em situação de violência

A rede de atendimento à mulher em situação de violência é composta por Delegacias Especiais no Atendimento da Mulher (DEAM) Centros de Referência de Atendimento da Mulher (CRAM) Patrulhas ou Rondas Maria da Penha Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Promotoras Públicas Especiais da Mulher Defensoras Públicas Especiais da Mulher Abrigos Casas de Acolhimento serviços com atendimento psicossocial, e serviços de autonomia econômica. Sendo que todos esses serviços podem ser encontrados também nas Casas da Mulher Brasileira (CMB).

A rede conta ainda com o Ligue 180, serviço público gratuito e confidencial, para recebimento de denúncias de violências e prestação de orientações sobre os serviços de atendimento à mulher 24h todos os dias. É possível entrar em contato de qualquer lugar do Brasil ou do exterior. As atendentes informam local de atendimento mais próximo, que poderá ser um Centro de Referência da Mulher, uma Casa da Mulher Brasileira, uma Delegacia Especial no Atendimento da Mulher, ou, em situação de risco de morte iminente, orientar como acionar a polícia.

Instrumento importante de proteção que pode ser acionado quando a mulher busca a rede é a medida protetiva. Ela só é concedida a partir do depoimento da mulher perante autoridade policial ou da apresentação de suas alegações por escrito para a Justiça e devem vigorar enquanto persistir risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da mulher ou de seus dependentes.

A medida protetiva pode ser solicitada mesmo que não exista uma investigação aberta, um processo na Justiça ou o registro de um boletim de ocorrência. Esse direito vale para todos os tipos de violência contra a mulher no ambiente familiar, sem considerar a causa ou a motivação das agressões. A mulher não precisa estar acompanhada de um advogado para pedir uma medida protetiva de urgência. Ela pode se dirigir aos serviços especiais para solicitá-la.

2. Rompendo o ciclo de vulnerância

**A autonomia econômica e o
convívio social no trabalho**

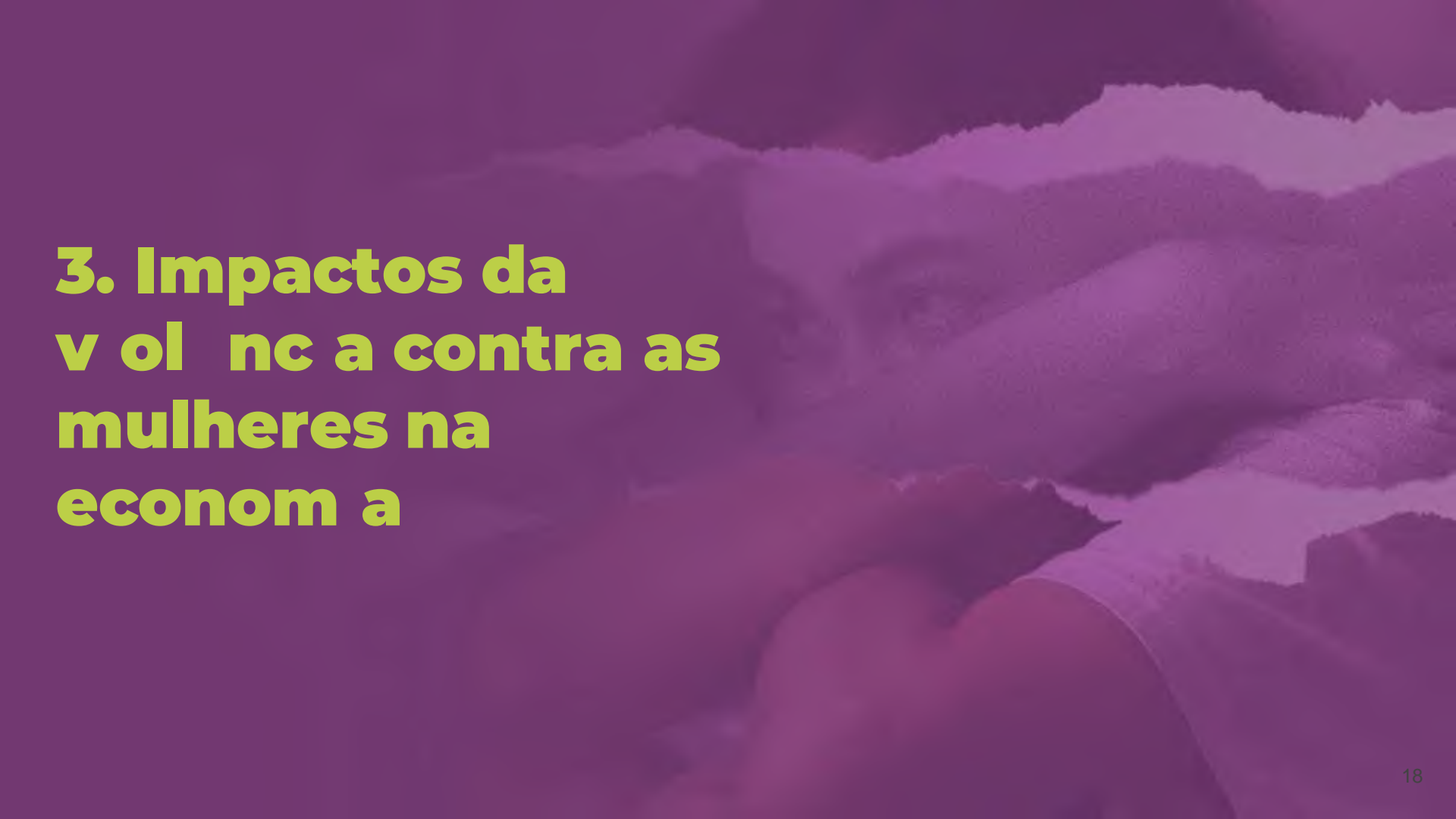
Prevenir e enfrentar a violência contra as mulheres implica em lutar por outro modelo de sociedade mantendo o foco em como a violência se expressa em cada momento histórico como uma relação de poder. Compreendemos que a violência contra as mulheres se sustenta pela sobreposição de poder dos homens sobre as mulheres, sendo uma delas a condição econômica.

Nesta perspectiva, a autonomia econômica ganha relevância como uma das portas para o rompimento com os ciclos de violência. Autonomia econômica, nesse sentido, vai além da independência financeira e geração de renda pela mulher, mas pressupõe também autonomia para realizar escolhas. Além de garantir a própria renda, preciso que as mulheres tenham liberdade e condições favoráveis para escolher sua profissão, planejar seu futuro, ter tempo para lazer, autocuidado, descanso, socialização e formação. Aquilo conceito de autonomia econômica preserva o significado amplo de autonomia que é a faculdade de governar-se a si mesmo, dirigir-se por sua própria vontade.

Importante ressaltar também que, apesar da dependência financeira ser um fator agravante nas situações em que há uma relação desigual de poder, não significa que mulheres que não são dependentes financeiramente não sofram violência. Por isso, trabalhar a autonomia requer a articulação de um conjunto de medidas e de áreas, sendo trabalho e renda uma delas.

Essa autonomia passa pela inserção das mulheres no mercado de trabalho, em condições formas e decentes, e também pela superação da divisão sexual do trabalho e de seus impactos perversos sobre as mulheres, que são sobrecarregadas com o trabalho domésticos e penalizadas no mercado de trabalho por isso.

Medidas de amparo econômico e garantia de direitos trabalhistas como a Lei nº 14.611/2023, que prevê a igualdade salarial entre mulheres e homens, são estratégias adotadas pelo Estado para reconhecer e promover a autonomia econômica das mulheres, assim como a Lei Maria da Penha, que define medidas integradas para romper o ciclo de violência patrimonial, a regulamentação do trabalho doméstico e sua proteção, e a Política Nacional de Cuidado, para ampliar o atendimento de serviços de cuidados em todo país. Somam-se a essas medidas os programas de geração de renda, qualificação profissional e inserção laboral empreendidos pelos governos federal, estaduais e municipais, e mais recentemente as iniciativas de garantir prioridade de vagas para mulheres em situações de violência nos contratos públicos, como o Decreto nº 11.430/2023.



3. Impactos da violência contra as mulheres na economia

Sabemos que o custo humano da violência contra as mulheres e meninas é incalculável, mas ela também resulta em custos econômicos significativos para o Estado, para as vítimas/sobreviventes e para as comunidades. Os custos são diretos e indiretos, tangíveis e intangíveis. Por exemplo, os custos dos salários das pessoas que trabalham em abrigos são custos tangíveis diretos. Os custos são suportados por todas as pessoas, incluindo as mulheres que sofrem a violência, os perpetradores, o governo e a sociedade em geral.

Segundo pesquisa “Impactos Econômicos da Violência contra a Mulher”, feita pela Gerência de Economia e Finanças Empresariais da Femg (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais) a violência contra a mulher produz um impacto de R\$ 214,42 bilhões no PIB do Brasil ao longo de 10 anos. De acordo com a pesquisa, a violência contra a mulher provoca o fechamento de 1,96 milhão de postos de trabalho no país, com perda de massa salarial de R\$ 91,44 bilhões e de arrecadação de R\$ 16,44 bilhões em tributos em uma década.

Hoje existem dados e pesquisas que quantificam os custos econômicos associados à violência e assédio contra mulheres no mundo do trabalho. Em nível global, estima-se que o custo da violência contra mulheres (pública, privada e social) seja de aproximadamente US\$1,5 trilhão (ONU Mulheres, 2016). Em alguns países, a violência contra mulheres representa até 3,7% do produto interno bruto (PIB), mas que o dobro do que a maioria dos governos gasta com educação (Banco Mundial, 2018). As estatísticas evidenciam que o alto custo da violência contra mulher no ambiente de trabalho está relacionada com⁵

⁵Dados retirados Guia “Handbook Addressing violence and harassment against women in the world of work” da ONU Mulheres e OIT (2019).

1. Impacto sobre a saúde psicológica, física e sexual das trabalhadoras, bem como sobre sua dignidade e autoestima

2. Comprometimento da motivação, do desempenho e do vínculo com o local de trabalho

3. Aumento nas taxas de absenteísmo e maior rotatividade de colaboradores e colaboradoras

4. Grave dano e perigo para vítimas e colegas que podem intervir para interromper a violência e o assédio

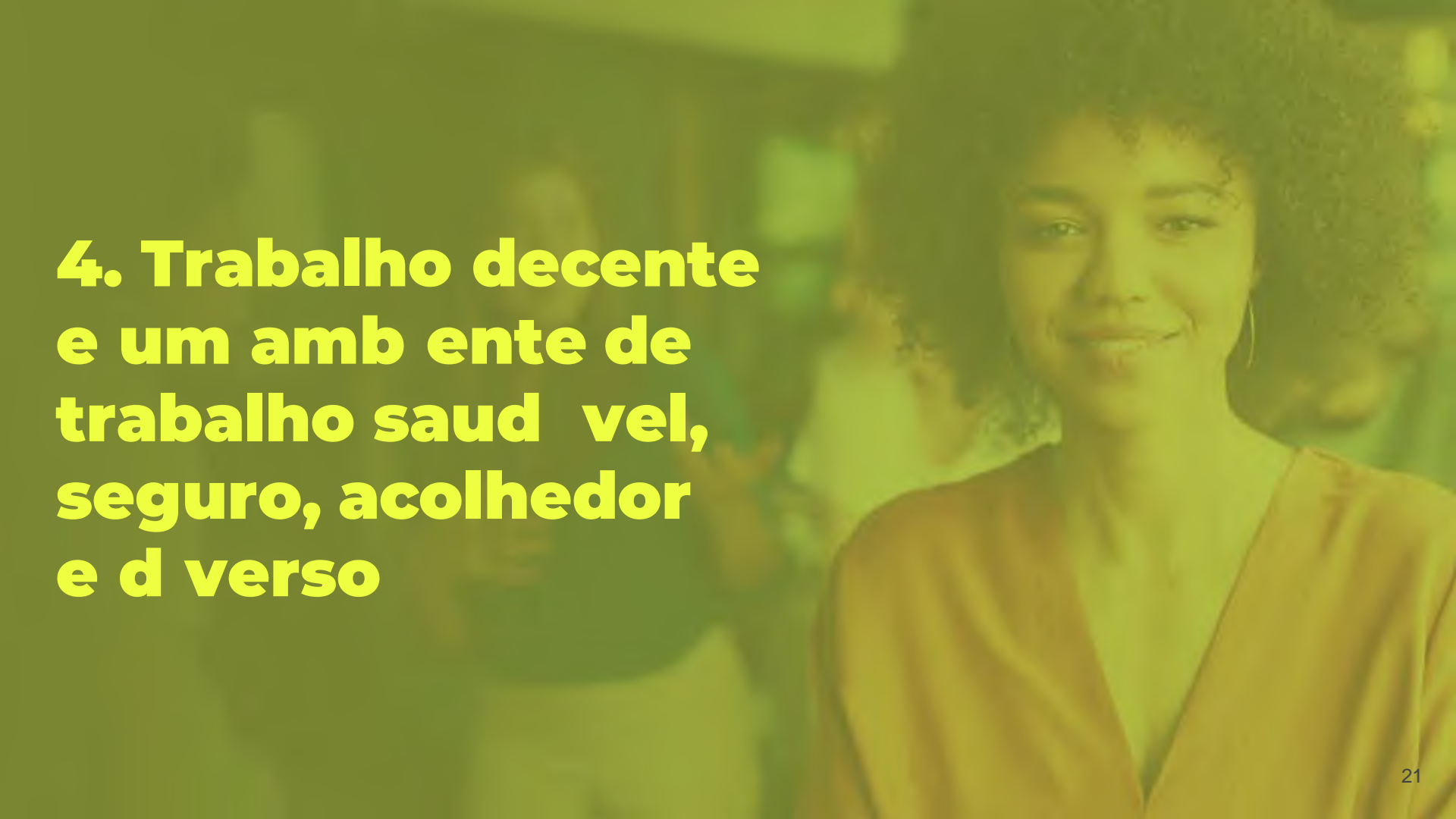
5. Impacto negativo nas relações de trabalho, no desempenho da equipe e na reputação da empresa

6. Impacto na qualidade dos serviços prestados (por exemplo, ao público)

7. Redução da capacidade das vítimas de realizar efetivamente seu trabalho ou atingir seu potencial total

8. Prejuízo às chances de progresso de carreira, especialmente se a vítima deixar o emprego sem uma referência

9. Ramificações além do ambiente de trabalho, incluindo um funcionamento social deficiente e mecanismos prejudiciais de enfrentamento (por exemplo, abuso de álcool/drogas).



4. Trabalho decente e um ambiente de trabalho saudável, seguro, acolhedor e diverso

Em um ambiente profissional almejado, a premissa fundamental é a criação de um espaço que promova o respeito, a equidade e a diversidade. Trabalhamos não apenas para alcançar metas organizacionais, mas para construir uma comunidade profissional que se alivie de discriminação e propicie ao desenvolvimento pessoal e profissional de todo corpo laboral.

Um ambiente de trabalho saudável é aquele que repudia qualquer forma de discriminação, incluindo assédio, sexismo, racismo, capacitismo, LGBTfobia, etarismo e outras manifestações de preconceito. Nesse sentido, cada indivíduo valorizado independentemente de suas características pessoais.

Além de ser um direito de mulheres e homens, investir em um ambiente livre de discriminação, em que cada profissional pode ser quem é ao desempenhar o melhor em suas funções, também favorece os negócios. Por meio de pesquisas anuais realizadas pela empresa Mckinsey (denominada Diversity Matters/Diversidade Importa), empresas com diversidade na alta-gerência tiveram 53% maior retorno sobre o investimento do que as com menor diversidade e têm 14% mais chance de superar a performance de seus concorrentes. Um ambiente diverso também impacta a percepção dos/as funcionários/as e empresas, na percepção dos/as colaboradores/as, que apostam na diversidade de gênero, têm 93% maior probabilidade de obter um desempenho financeiro superior ao da concorrência, só 22% mais produtivas, 27% mais rentáveis e têm 39% de clientes mais satisfeitos, de acordo com o Cumulative Gallup Workplace Studies (2020).

a. Conceito de trabalho decente

O conceito de trabalho decente, inspirado na Organização Internacional do Trabalho (OIT), vai além de uma remuneração justa. Inclui condições dignas de trabalho, segurança, proteção social e diálogo entre empregadores e trabalhadores. Em um ambiente de trabalho saudável, a busca pelo trabalho decente é uma prioridade constante.

Segundo Pereira, Mendes e Martins (2021)⁶, em um estudo de revisão integrativa da literatura sobre o ambiente de trabalho e servidores públicos, foram identificados alguns fatores responsáveis pela qualidade de vida dos trabalhadores, como por exemplo remuneração, carga horária, ambiente físico e as oportunidades de desenvolvimento profissional.

Ao promover oportunidades para que todas as pessoas no mundo do trabalho se inseram no processo de produção em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade, o trabalho decente torna-se condição fundamental para processos macroestruturantes como a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a transformação social e o desenvolvimento sustentável⁷.

⁶PEREIRA, Letícia MENDES, Dego Costa MARTINS, Smone. Qualidade de Vida no Trabalho nas Organizações Públicas Brasileiras: uma Revisão Integrativa da Literatura. v. 11, n. 2, p. 88–102, 2021. Disponível em <<https://periodicos.ufpb.br/ndex.php/tpa/article/view/57593>>. Acesso em 18 jun. 2023.

⁷Disponível em Organização Internacional do Trabalho. Trabalho Decente, 20xx. Disponível em <<https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang-pt/ndex.htm>>. Acesso em 18 jun. 2023.

b. Um ambiente de trabalho livre de violência discriminatória

Em se tratando de discriminações, o **racismo** é o mais falado. De acordo com Almeida (2019)⁸, o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, a qual se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem. No Brasil, a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional é crime tipificado na Lei nº 7.716/1989, recentemente qualificado com a inclusão da **raça** racial.

Quando se analisa o racismo cometido contra a mulher, há aumentada proporção de rejeição. Segundo dados de pesquisa realizada pelo *site LinkedIn*, nos últimos dois anos (2021-2023), 86% das mulheres entrevistadas, de um universo de 155 participantes, sofreram racismo no mercado de trabalho e mais de 90% delas tiveram a saúde mental afetada por essa discriminação.

O **etarismo**, **edadismo** ou **ageismo** também são discriminações recorrentes no mundo do trabalho. Os termos são sinônimos, ou seja, práticas discriminatórias em relação à estereótipos, mais comum com os idosos. Um ato criminoso e passível de pena, conforme estabelecido na Lei nº 10.741/2003. De acordo com o censo de 2022⁹, o número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Mulheres maduras, em especial, são constantemente criticadas pela sua aparência, estilo de vida ou hobbies, gerando constrangimentos e silêncios nos ambientes de sociedade.

⁸ALMEIDA, S. Racismo Estrutural (Feminismos Plurais) (p.3) São Paulo Janda ra 2019.

⁹Censo 2022. Disponível em <<https://agencadenoticias.bge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>>

Nota-se ainda a crescente incidência da **homofobia e transfobia** na sociedade brasileira. Essa discriminação se caracteriza pela hostilidade contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexo, assexuais (LGBTQIA+). Mulheres LGBTQIA+ são estigmatizadas e discriminadas não apenas por serem mulheres, como todas afetadas pelo patriarcado da sociedade, mas também pela orientação, sexualidade, identidade de gênero, expressão ou personagem sexual. A expectativa de vida das mulheres travestis e transexuais de 35 anos de idade, enquanto a dos brasileiros cisgêneros chega a 77 anos de idade. Dados divulgados pela ONG Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil revelam que, nos primeiros quatro meses de 2023, foram registrados 80 assassinatos de pessoas LBT, sendo que a população de travestis e mulheres trans representa 62,50% do total de mortes (50 casos).

Outra forma de discriminação é o **capacitismo**. Segundo Andrade (2015)¹⁰, configurado como uma lógica que vê a pessoa com deficiência como não igual, incapaz e inapta para o trabalho, para cuidar da própria vida e tomar as próprias decisões, enquanto um sujeito autônomo e independente. Nesse sentido, o capacitismo se traduz em toda e qualquer forma de preconceito e discriminação que põe em xeque a capacidade da pessoa, em razão de sua deficiência.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) veda qualquer tipo de restrição ao trabalho e discriminação, assegurando a pessoa com deficiência o direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

¹⁰ANDRADE, S. Capacitismo: o que é, onde vive, como se reproduz? As gordas. 2015. Disponível em <<https://asgordas.wordpress.com/2015/12/03/capacitismo-o-que-e-onde-vive-como-se-reproduz/>>

Segundo o Guia LI s¹¹, o **ass d o moral** consiste na violação da dignidade ou integridade psíquica ou física de outra pessoa por meio de conduta abusiva. Manifesta-se por meio de gestos, palavras (orais ou escritas), comportamentos ou atitudes que exponham a trabalhadora, individualmente ou em grupo, a situações humilhantes e constrangedoras, degradando o clima de trabalho e muitas vezes impactando a estabilidade emocional e física da vítima (Guia LI s, p. 7).

O mesmo Guia esclarece que o **ass d o sexual** crime não deve ser tolerado. Está definido no Código Penal (art. 216-A) como o ato de constranger alguém, com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função (Idem, p. 13).

A Convenção sobre Violência e Assédio da Organização Internacional do Trabalho (Convenção nº 190 da OIT), de março de 2019¹², define que

- o termo violência e assédio no mundo do trabalho refere-se a um conjunto de comportamentos e práticas nocivas, ou de suas ameaças, de ocorrência única ou repetida, que visem, causem, ou sejam susceptíveis de causar dano físico, psicológico, sexual ou econômico, e incluem a violência e o assédio com base no gênero

- o termo violência e assédio com base no gênero significa violência e assédio dirigidos às pessoas em virtude do seu sexo ou gênero, ou afetam de forma desproporcionada as pessoas de um determinado sexo ou gênero, e incluem o assédio sexual.

¹¹O Guia LI s - Orientações para prevenção e tratamento ao assédio moral e sexual eletrônico no Governo Federal - um documento publicado pela Controladoria-Geral da União, em março de 2023, está disponível no link https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/handle/16385/4/Guia_para_prevencao_assedio.pdf.

¹²A Convenção (nº 190) sobre Violência e Assédio, 2019, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), encontra-se disponível no link https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-/europe/-/ro-geneva/-/lo-ilsbon/documents/genericdocument/wcms_729459.pdf.

As mulheres são especialmente suscetíveis a essas violências no ambiente de trabalho, sendo três vezes mais vítimas de assédio do que homens, em particular as mulheres negras. Muito comum relatos de padas de cunho sexista, tratamento infantilizado das mulheres, insinuações de incompetência ou incapacidade, desconhecimento da opinião técnica da mulher em sua área de conhecimento, contato físico não desejado, convites impertinentes, pressão para participação de “encontros” e saídas, contato físico não solicitado, comentários construídos, como toques, beijos, carícias, tapas e abraços, chantagem para permanência ou promoção no emprego.

A pessoa que assediada pode ser responsabilizada tanto na esfera administrativa quanto na esfera penal ou civil. Para os trabalhadores abrangidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o assédio sexual no ambiente de trabalho pode ser considerado falta grave, podendo resultar na pena de demissão por justa causa.

Na esfera criminal, a punição pelo assédio pode atingir o detentor, como se observa no caso de assédio sexual por chantagem, que é exercido por superior(a) hierárquico(a) em razão laboral configurado como crime definido no art. 216-A, do Código Penal Brasileiro. Da mesma forma, também estão previstos os crimes de importunação sexual como, por exemplo, toques libidinosos sem anuência e de registro não autorizado da intimidade sexual.

Além da responsabilidade individual da pessoa que comete assédio ou discriminação, é importante estar atento à responsabilidade da empresa, que permite que tais condutas ocorram nos ambientes de trabalho. As empresas também podem ser penalizadas, se a administrativamente, por meio da atuação da Inspeção do Trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego), se a judicialmente, por ações do Ministério Público do Trabalho, das entidades sindicais ou mesmo de um trabalhador ou grupo de trabalhadores que se sentam prejudicados.

No Brasil, de acordo com o Ministério Público do Trabalho, os números de assédio sexual não refletem a realidade devido à subnotificação, que, por sua vez, deve-se ao medo de denunciar. De janeiro a junho de 2022, foram recebidas 300 denúncias de assédio sexual, ao passo que de assédio moral foram registradas 3.309¹³.

Mesmo com os avanços legais e a jurisprudência do Superior Tribunal Federal estendendo interpretações legalmente previstas a outras situações de discriminação e violência, as condutas acima continuam presentes nos cotidianos de trabalho e nas relações laborais. Estabelecer e preservar um ambiente livre de violência e discriminação requer de toda a organização o compromisso com a diversidade, a inclusão e a equidade, a adoção de medidas preventivas e corretivas contundentes e um permanente trabalho junto a todo seu corpo laboral.

¹³Dados disponíveis em <https://www.prt6.mpt.mp.br/nforme-se/noticias-do-mpt-go/2465-as-empresas-precisam-olhar-para-o-problema-d-z-procuradora-do-mpt-sobre-assedio-sexual-no-trabalho>.

c. Boas práticas e referências em áreas de equidade, inclusão e sensibilidade

Para orientar as empresas a alcançarem esse ambiente mais diverso e livre de discriminação, foram criados os Princípios de Empoderamento das Mulheres como uma estratégia para responder demanda das empresas em criar um local de trabalho onde a geração de valor para o negócio se a proveniente das diferenças e da potencialização da riqueza de talentos, de ideias e perspectivas.

Os Princípios – uma iniciativa da ONU Mulheres em parceria com o Pacto Global das Nações Unidas –, lançados em 2010, são um conjunto de diretrizes para empresas promoverem a igualdade de gênero e capacitem as mulheres no ambiente de trabalho, no mercado e na comunidade.

Os Princípios abordam áreas como liderança corporativa, igualdade salarial, políticas contra assédio, equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, educação e capacitação, entre outras. Ao adotar esses princípios, as empresas se comprometem a promover práticas empresariais que contribuam para o avanço da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

O Princípio 2 dedica-se especificamente ao tema da não discriminação, incluindo diversas práticas que incluem e vão além das políticas contra assédio. Como por exemplo, incentiva-se que as empresas revejam com perspectiva de gênero todas as suas políticas internas para garantir que, na prática, as mulheres consigam acessar seus benefícios, inclusive de aquelas políticas que não tratam do tema de gênero diretamente. Políticas de licença parental e maternidade, por exemplo, trazem a perspectiva de gênero, mas pouco incentivado para que passem a ser observadas com a mesma preocupação políticas salariais e de progresso de carreira.

Pagar igual remuneração, incluindo benefícios e bônus, por trabalho de igual valor e garantir, no mínimo, um salário digno para todas as mulheres e homens colaboradores também uma estratégia para uma empresa livre de discriminação. Hoje, mulheres no ambiente corporativo ainda ganham 23% a menos que os homens para desempenhar trabalhos de igual valor. Isso é uma prática discriminatória que se acentua ainda mais se considerarmos a perspectiva racial. Além disso, arranjos de trabalho flexíveis, oportunidades de licença e reingresso em cargos de remuneração e status equivalentes impactam diretamente as mulheres, pois muitas ainda são demitidas ou prejudicadas em sua carreira quando engravidam ou quando retornam ao trabalho pós-licença.

Este aspecto também se reflete em relação ao acesso de mulheres e homens a cuidados infantis e dependentes por meio de serviços, recursos e informações centavadas maiores licenças parentais dos homens do que os 05 dias previstos em lei e contemplar passadas famílias em suas mães variadas composições, além de fortalecer o vínculo entre os filhos e os pais, contribuir para o ganho de desempenho dos profissionais homens.

Além disso, compete um aspecto de um espaço de trabalho livre de discriminação garantir oportunidades iguais para mulheres de diversas origens para liderar em atribuições importantes e grupos de trabalho, fortalecendo estratégias de ascensão e desenvolvimento para pessoas em sua diversidade – como pessoas LGBTQIAP+, pessoas com deficiências, pessoas de contexto socioeconômico diverso, etc.

No que tange a pol ticas relacionadas especificamente ao combate e preven o v ol ncia e ao ass d o, a empresa pr meiro precisa reconhecer o dre to de todos seus colaboradores e colaboradoras a trabalhar em um ambiente livre de v ol ncia e ass d o, garantindo acesso a recursos e apoio para vt mas, com san es apropriadas para seus/suas agressores/as. Isso pode se traduzir na ado o e implementa o de uma estrat ga abrangente de preven o de v ol ncia e ass d o¹⁴ que contemple os seguintes pontos

¹⁴Guia para estrutura o de pol ticas contra ass d o, da plataforma Princ p os de Empoderamento das Mulheres, que visa proteger trabalhadores e trabalhadoras em formas n o convencionais de emprego contra v ol ncia e ass d o, ncluindo ass d o sexual. Pode ser acessado em https://www.weps.org/sites/default/files/2021-08/WEPS%20BROCHURE_PORTUGUESE.pdf.

1. Compreensão das desigualdades de género, discriminações e normas sociais que sustentam a violência e o assédio

Internamente, as empresas podem consultar as trabalhadoras, dando prioridade a ações que promovam uma cultura de trabalho positiva, a partir da escuta de suas experiências, ideias e sugestões fornecer recursos adequados para capacitar os gestores a desempenhar um papel ativo na conscientização e em agir diante das necessidades e assédio contra as mulheres realizar uma pesquisa climática anual confidencial e anônima, para ajudar a identificar questões-chave no ambiente de trabalho, incluindo o quanto seguras as trabalhadoras se sentem no local de trabalho, se se sentem confiantes para apresentar uma queixa e se acreditam que serão ouvidas.

2. Atividades de prevenção transformadoras no local de trabalho

Revisão de políticas inadequadas no local de trabalho que podem aumentar a exposição das trabalhadoras a violência e assédio, afetando sua segurança e saúde ocupacional. Por exemplo, turnos noturnos em áreas isoladas podem expor as trabalhadoras a situações de vulnerabilidade durante as viagens de ida e volta ao trabalho. Para isso, uma boa prática pode ser o estabelecimento de comissões comunitárias de segurança e saúde ocupacional no local de trabalho, garantindo uma perspectiva de gênero, que permita abordar situações que tornam as mulheres inseguras, e desempenhando um papel proativo na educação e prevenção. Além disso, existem riscos de situações de violência – como empresas com força de trabalho homogênea, jovem, com disparidades significativas de poder, com locais de trabalho isolados e/ou onde o consumo de álcool tolerado ou incentivado – que, se endereçados, melhoram o ambiente laboral.

3. Políticas, procedimentos e práticas eficazes de recursos humanos

Como mencionado, é necessário que as políticas da empresa definam claramente os procedimentos para apresentação e tratamento de queixas, incluam um papel para representantes dos trabalhadores e prevejam treinamento e sensibilização sobre a política, incluindo sua implementação. É crucial ir além da mera conformidade com a lei (com o objetivo apenas de evitar litígios) para garantir que as políticas e procedimentos promovam mudanças reais na cultura organizacional. Também é fundamental aumentar a transparência e a responsabilidade, a fim de incentivar relatos e implementar sistemas justos para o tratamento de reclamações.

4. Procedimentos eficazes para reclamações

A presença de procedimentos de reclamação eficazes e sensíveis ao gênero tranquiliza as vítimas e testemunhas de que serão tomadas ações apropriadas e incentiva a denúncia. Nesse sentido, os sindicatos podem desempenhar um papel significativo ao ajudar a promover e apoiar procedimentos internos de reclamação. Por exemplo, quando representantes sindicais demonstram uma atitude sólida em relação aos denunciantes e testemunhas, isso pode construir confiança entre os trabalhadores. Além disso, os sindicatos podem cooperar com o empregador para garantir um processo justo de reclamação e resolução de disputas tanto para vítimas quanto para supostos agressores.

5. Recursos e apoio para vítimas

Variações das medidas eficazes para mulheres que enfrentam violência e assédio no mundo do trabalho, incluindo aconselhamento, licença remunerada ou não remunerada, medidas para apoiar sua reintegração ao trabalho, além de fornecer compensação financeira. Em alguns países, incentiva-se a nomeação de pessoas de confiança no local de trabalho, que garantem apoio confidencial às vítimas de violência, desempenhando frequentemente um papel crucial na prevenção.

6. Responsabilidade do agressor

Sanções, incluindo advertências verbais ou por escrito, demissão, medicação, orientação, aconselhamento ou supervisão contínua são estratégias importantes relativas ao agressor. Dependendo da gravidade do ato, uma advertência ou um pedido de desculpas direto pode ser apropriado. A ação disciplinar deve ser proporcional ao comportamento em questão e consistente com casos anteriores. Quando isso falta, os trabalhadores podem ver um procedimento de reclamação como inadequado, ou pode criar um senso de impunidade, afetando a confiança dos trabalhadores e futuras denúncias.

7. Conscientização

Realização de treinamentos e campanhas e a disseminação de informações e orientações sobre temas essenciais ao processo de conscientização do corpo funcional em todos os níveis e de mudança da cultura organizacional.



Implementa o do Decreto nº 11.430/23



1. Visão geral

A Lei nº 14.133, de 2021, nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, trouxe novas e importantes que nos contribuem para a maior transparência e controle, a racionalização processual, a profissionalização dos recursos e economicidade, como oportunizam o uso do poder de compra do Estado para a indução de transformações econômicas, ambientais e sociais.

As contratações públicas representaram entre 9% e 14% do Produto Interno Bruto (PIB) do país entre 2003 e 2020. Isso lhes confere um altíssimo potencial de impacto sobre a economia e o desenvolvimento do país. As compras governamentais são instrumentos importantes para induzir a atividade econômica, a geração de empregos, a evolução científico-tecnológica, a proteção ambiental, o desenvolvimento regional e local, a inclusão social e o fortalecimento de cadeias produtivas massivas. A demanda estatal também é uma alavanca para desenvolver a inovação e os investimentos para a resolução de problemas sociais e ambientais e potencializar políticas públicas.

Alguns exemplos de sucesso no Brasil são o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – que garante demanda de alimentos da agricultura familiar ao mesmo tempo em que promove a alimentação saudável em escolas públicas e por pessoas atendidas pela rede socioassistencial – e os programas que compõem a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

A nova Lei posicionou o desenvolvimento nacional sustentável como princípio e objetivo dos processos licitatórios e da gestão das compras e contratações. Assim, podemos afirmar que todas as compras e contratações públicas hoje precisam ser sustentáveis ambientalmente, socialmente e economicamente. A sustentabilidade aqui se refere à garantia do bem-estar desta e das próximas gerações, o uso e convívio adequado com o meio-ambiente, a responsabilidade coletiva pelas desigualdades sociais e o incentivo a uma atividade econômica inovadora, justa e que beneficie a todas as pessoas.

Dentre as propostas do novo marco legal para a indução de processos de transformação social, ela foi explicita no incentivo a ações afirmativas voltadas para a redução das desigualdades de raça e gênero e inclusão produtiva de determinados grupos sociais, especialmente:

Lei nº 14.133/21

“Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, fiscalização e gestão do contrato, entrega do objeto e às condições de pagamento.

...

§ 9º O edital poderá, na forma disposta em regulamento, exigir que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por

I - **mulheres e transgêneros**;

II - oriundos ou egressos do sistema prisional.

Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem

...

III - desenvolvimento pelo licitante de **ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho**, conforme regulamento

...”

O dispositivo transcritos possibilita a conexão da Lei com um dos mais graves problemas sociais que nossa sociedade enfrenta e um dos mais complexos de serem superados. Nesse ponto, a nova Lei de Licitação demanda da máquina estatal uma contribuição direta com os propósitos da Lei Maria da Penha, que trata do combate à violência contra as mulheres.

No âmbito federal, o dispositivo foi regulamentado pelo Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023. Sua implementação tem sido conduzida pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelo Ministério das Mulheres, em parcerias com governos estaduais, por intermédio de seus organismos de políticas para as mulheres e redes de proteção à mulher, essenciais para a identificação e o encaminhamento das mulheres para a política. A iniciativa proposta tem como objetivos

- I. Desenvolver as ações necessárias para assegurar o atendimento do percentual mínimo de vagas de 8% (oito por cento), nas contratações públicas de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para mulheres em situação de violência doméstica e familiar, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional
 - a. O percentual aplica-se a contratos com quantitativo mínimo de 25 (vinte e cinco) colaboradores/as
 - b. A empresa contratada deverá efetivar a contratação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar por meio de processo seletivo
 - c. O percentual mínimo deverá ser mantido durante toda a execução contratual

- d. Incluem-se no percentual de vagas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 11.340, de 2006
 - e. As vagas deverão ser destinadas **proporcionadamente** a mulheres pretas e pardas, observada a proporção de pessoas pretas e pardas na unidade da federação onde ocorrer a prestação do serviço, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
 - f. Não se caracterizará descumprimento do emprego do percentual mínimo a indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual.
- II. Fortalecer a política de enfrentamento à violência contra as mulheres, buscando garantir a inserção e permanência das mulheres em sua vida econômica e familiar no mercado de trabalho e, assim, promover sua autonomia econômica
 - III. Estimular os órgãos e entidades contratantes e as empresas contratadas a desenvolverem ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho e a proverem adequada atenção às mulheres para o fortalecimento de sua autonomia e a ruptura de ciclos de violência.

A photograph of three business women in an office environment. One woman is standing in the background, wearing a light blue button-down shirt and glasses. Two women are seated at a desk in the foreground; one is wearing a light blue shirt and glasses, and the other is wearing a grey top and glasses. They are all looking towards the camera. A laptop is open on the desk in front of them. The image has a purple overlay.

2. Atores nst tuc ona s pap s e responsab l dades

Comuns

- Executar as aões necessrias ao alcance dos objetivos da poltica, de forma coordenada e colaborativa, dentro de suas competncias regulamentares
- Apresentar, um ao outro, os dados e as informaes necessrias melhor consecuo e fiscalizao da poltica
- Desenvolver aes de comunicao e sensibilizao voltadas para a implementao da poltica
- Manter a confidencialidade sobre os dados e as informaes sigilosas, eventualmente compartilhadas na vigncia da poltica, sendo vedada a sua comunicao a terceiros, se a direta ou indiretamente
- No utilizar as informaes, dados e/ou base de dados a que se tenha acesso em funo desta poltica para fins distintos ao cumprimento de seu objeto, ressalvado o cumprimento de ordens ou requisitos de rgos de controle, de decises judiciais ou de outras obrigaes legais.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

- Celebrar parceria com os estados da Federação para implementação da política.
- Gerenciar e acompanhar, em conjunto com o MM e os órgãos dos departamentos para as mulheres, a execução da política
- Fornecer orientações, materiais informativos e oportunidades de capacitação sobre a política e o tema da violência doméstica e familiar, do fortalecimento da autonomia econômica das mulheres e de mulheres no ambiente de trabalho
- Fazer constar nos modelos de editais de licitação, de atos de contratação direta e de contratos cláusula que estipule percentual mínimo de 8% das vagas para a contratação de mulheres em sua área de violência doméstica e familiar
- Realizar levantamento prévio, quando possível, das contratações previstas para o ano, com informações sobre quantitativo e perfis das vagas, para o planejamento dos órgãos dos departamentos para as mulheres
- Comunicar as Unidades Setoriais do Sistema de Administração de Serviços Gerais (USASG) dos órgãos e das entidades nos estados sobre as parcerias celebradas, marco para a adequação dos editais de licitação e atos de contratação
- Avaliar, em conjunto com o MM, a implementação da política, a partir dos relatórios parciais e finais das parcerias celebradas com os estados.

M n s t r o das Mulheres

- Celebrar parceria com os estados da Federação para implementação da política
- Gerenciar e acompanhar, em conjunto com o MGI e os organismos de políticas para as mulheres, a execução da política
- Articular e coordenar ações com os organismos de políticas para as mulheres, as redes de proteção às mulheres e outras redes de proteção aos direitos humanos
- Fornecer orientações, materiais informativos e oportunidades de capacitação sobre a política e o tema da violência doméstica e familiar, do fortalecimento da autonomia econômica das mulheres e de mulheres no ambiente de trabalho
- Comunicar aos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional nos estados sobre o Lige 180 e a rede de proteção, além de cursos e iniciativas que apoiem atenção especializada às mulheres
- Propor protocolos, modelos e instrumentos aos organismos de políticas para mulheres e apoiar a integração de fontes de informação
- Avaliar, em conjunto com o MGI, a implementação da política, a partir dos relatórios parciais e finais das parcerias celebradas com os estados.

Organismo de políticas para as mulheres

- Celebrar parceria com a União para implementação da política
- Gerenciar e acompanhar, em conjunto com o MM e o MGI, a execução da política
- Fornecer orientações, materiais informativos e oportunidades de capacitação sobre a política e o tema da violência doméstica e familiar, do fortalecimento da autonomia econômica das mulheres e de mulheres no ambiente de trabalho
- Articular políticas, ações e informações para acolhimento, qualificação técnica, apoio psicossocial e acompanhamento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, por meio da rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar
- Manter ou articular banco de dados atualizado com cadastro das mulheres atendidas pela rede com informações sobre interesses profissionais e suas qualificações
- Manter comunicação com as empresas e os órgãos ou entidades contratantes na seleção e no acompanhamento das mulheres contratadas
- Disponibilizar ao órgão ou entidade contratante e empresa contratada informações sobre o funcionamento da rede de proteção mulher, os serviços de acolhimento e promoção da autonomia e as oportunidades de capacitação profissional e de outras naturezas que corroborem para a o fortalecimento de sua autonomia e ruptura do ciclo de violência

Organismo de políticas para as mulheres

- Identificar riscos – segurança ou indícios de ocorrência de novos atos de violência a que a mulher tenha sido submetida, assim como situações de assédio e discriminação vivenciadas no ambiente de trabalho
- Compartilhar com a empresa contratada e/ou o órgão ou entidade contratante informações sobre possíveis providências que venham a ser necessárias para a assistência a filhos ou familiares dependentes em hipóteses em que a mulher se veja impossibilitada de assistir-lhes em razão de risco, ameaça ou violência consumada,

Empresas contratadas

- Cumprir com percentual mínimo previsto no Decreto nº 11.430/2023
- Manter comunicação com os organismos de políticas para as mulheres na seleção e no acompanhamento das mulheres contratadas
- Incentivar a desenvolver ações de equidade no ambiente de trabalho e proporcionar espaço de escuta e acolhimento para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar
- Fornecer informações recebidas pelo organismo de políticas para as mulheres e pelo órgão ou entidade contratante às mulheres contratadas e facilitar, na medida do possível, seu acesso a serviços e capacitações
- Informar as mulheres contratadas sobre os canais e mecanismos internos para denúncia e acolhimento em situações de risco, ameaça, discriminação e assédio, ameaça.

Arg os e entidades da Administra o P blica Federal contratantes

- Fiscalizar cumprimento do percentual m nimo pelas empresas contratadas por meio de declara o em t da pelo organ smo de pol ticas para as mulheres
- Manter comunica o com os organ smos de pol ticas para as mulheres na sele o e no acompanhamento das mulheres contratadas
- Mediar o tratamento de ncidentes e de situa es de risco seguran a da mulher, ass d o e descr mna o dent f cados pelo organ smo de pol ticas para as mulheres ou pela empresa
- Incentivar a desenvolver a es de equidade no ambiente de trabalho e proporcionar espa o de escuta e acolhimento para as mulheres em situa o de viol ncia dom stica e fam liar.
- Prestar, sempre que requis tada, informa es complementares ao MGI e ao MM.

3. Orientações e pontos de atenção



a. S g lo e preserva o da mulher em situa o de viol ncia

A identidade das trabalhadoras contratadas e a condio de pessoa em situa o de viol ncia dom stica e familiar ser o mantidas em s g lo pelas partes envolvidas na implementao. O s g lo n o se aplicar s pessoas que se relacionarem diretamente com a mulher contratada e que exeram fun es de chefia, superviso ou representao, em condio de preposto(a), a fm de que sejam habilitadas a identifi carem ameaas e sinais de viol ncia e a prestar orientao e assistncia mediatamente ntera o com a rede de atendimento mulher, quando necessrio. Essas pessoas ficam obrigadas a preservar o s g lo das informaes obtidas em raz o da fun o e a aplicabilidade do s g lo demandar anu ncia espec fca da mulher contratada.

Em 2021, a Comisso de Segurana Pblica da Cmara dos Deputados aprovou o PL 3333/20 que versa sobre o s g lo para as informaes constantes nos boletins de ocorrncia nos casos de denncia de viol ncia dom stica, nclusve em relao identidade da vtima ou demais denunci antes. O projeto nclui a medida na Lei Maria da Penha ([Le 11.340/06](#)) e prev que o s g lo dever alcanar tambm os Processos Judiciais Dgtais (Prouds). A medida impossibilitar o acesso do agressor aos boletins de ocorrncia feitos nas delegacias ou aos autos do processo. Alm das questes judiciais, o s g lo tambm visa proteger a privacidade e a segurana da mulher em situa o de viol ncia, dos seus filhos e familiar.

Outra questo fundamental do s g lo a confiana depositada pela mulher ao compartilhar sua situao. Honrar o s g lo no trabalho da mulher uma forma de garantir que essa mulher se sinta segura e apoiada, alm de ser uma obrigao tica de todas as pessoas envolvidas que pode reverberar e ajudar outras mulheres a procurarem ajuda.

b. Acolhimento, escuta e proteção

O MGI, o MM e os organismos de políticas para as mulheres atuarão de forma coordenada com as empresas contratadas e com os órgãos ou entidades contratantes para o fornecimento de **informações e oportunidades de capacitação às pessoas responsáveis quer na empresa contratada, quer no órgão ou na entidade contratante, visando estabelecer mecanismos institucionais de apoio para lidarem com eventuais situações de risco, discriminação, assédio, ameaça ou violência consumada contra a mulher contratada**, bem como para auxiliá-las na superação dos traumas ou a se reintegrarem em instituições de solidariedade ou município em seu local de trabalho.

Um aspecto importante a ser trabalhado pelas empresas e pelos órgãos e entidades que serão parte desta iniciativa é a segurança psicológica. As colaboradoras devem se sentir seguras para expressarem suas opiniões, deusas e preocupações sem medo de retaliação. Um ambiente onde o aprendizado é encorajado, promovendo o desenvolvimento profissional e pessoal de cada membro.

No contexto do trabalho, a segurança psicológica vai além da ausência de riscos físicos e se torna uma dimensão crucial da saúde ocupacional. O psicólogo da psicóloga Francis Christophe Dejours, pioneiro na psicologia do trabalho, destaca a importância de compreender os aspectos psicológicos do ambiente laboral para promover uma relação saudável entre o trabalhador e o trabalho.

Segundo Dejours, a segurança psicológica está associada à capacidade do trabalhador de expressar suas emoções, opiniões e dúvidas no ambiente de trabalho sem receio de represálias. Trata-se da garantia de que a voz do(a) colaborador(a) será ouvida e respeitada, contribuindo para um ambiente mais humano e colaborativo.

No enfrentamento à violência contra a mulher no contexto laboral, a segurança psicológica desempenha um papel fundamental. Mulheres vítimas de violência muitas vezes enfrentam não apenas desafios físicos, mas também traumas psicológicos que podem afetar seu desempenho no trabalho. Criar um ambiente seguro psicologicamente é crucial para que elas se sintam apoiadas e empoderadas. Dejours ressalta que a organização do trabalho pode influenciar diretamente a saúde mental dos trabalhadores.

No caso das mulheres vítimas de violência, a psicodinâmica do trabalho destaca a importância de estruturas organizacionais que promovam o apoio mútuo entre colegas, a sensibilidade para questões de gênero e a implementação de medidas que garantam a segurança psicológica. Ao incorporar os princípios da psicodinâmica do trabalho no enfrentamento à violência contra a mulher no ambiente laboral, as organizações podem adotar abordagens mais holísticas. Isso inclui a implementação de políticas de prevenção, canais de denúncia seguros e programas de apoio psicológico, promovendo um ambiente onde as mulheres se sintam protegidas e respeitadas.

A segurança psicológica, luz da psicodinâmica do trabalho, destaca-se como uma ferramenta essencial no enfrentamento à violência contra a mulher no mundo laboral. Criar um ambiente onde as mulheres se sintam psicologicamente seguras não apenas fortalece o bem-estar individual, mas contribui para a construção de organizações mais humanas e comprometidas com a equidade de gênero.

O guia da ONU Mulheres e OIT (2019)¹¹ previamente mencionado recomenda práticas e medidas que podem ser adotadas pelas empresas e órgãos públicos com mulheres em situação de violência em seu quadro laboral de forma a contribuir com a segurança e a permanência dessas trabalhadoras

1. Estabelecer medidas específicas de segurança no local de trabalho para lidar com a violência doméstica, como planejamento de segurança para prevenir agressões, assédio ou perseguição no local de trabalho, e medidas para lidar com ameaças e emails hostis.

2. Treinar representantes do local de trabalho, representantes de saúde e segurança, gestores e colegas para identificar os sinais de alerta da violência doméstica e facilitar encaminhamentos para serviços de apoio especializados.

¹¹Guia “Handbook Addressing violence and harassment against women in the world of work” da ONU Mulheres e OIT (2019).

3. Intervir o mais cedo possível, antes que a violência se intensifique e as vítimas sintam que não há opção para resolver as suas condições de trabalho.

4. Oferecer licença flexível (remunerada ou não) ou horários de trabalho flexíveis para permitir que as vítimas participem de compromissos judiciais, dos atendimentos pelos serviços de apoio especializados ou procurem moradia segura para as crianças.

5. Garantir proteção contra demissão durante um determinado período, para garantir que as vítimas possam manter sua fonte de renda ao deixar uma situação volente.

6. Designar pessoas de contato confiáveis e treinadas no local de trabalho, para permitir que as vítimas divulguem sua situação de forma confidencial e busquem ajuda quando necessário.

7. Oferecer apoio psicológico e prático para as vítimas, incluindo acesso a aconselhamento e discussões confidenciais e sem julgamentos com uma pessoa confiável no local de trabalho.

8. Oferecer informações sobre serviços especializados e encaminhamento para os mesmos.

9. Fornecer apoio financeiro, como adiantamento de salários ou suporte financeiro para mudança de residência.

c. Canais de denúncia institucionalizados e o papel das Ouvedoras

A permanência das mulheres contratadas no âmbito da iniciativa dependerá do engajamento, da comunicação entre as partes envolvidas e de intervenções conjuntas, quando necessário. As mulheres terão, assim, uma rede ampla de apoio e poderão recorrer a diferentes agentes dessa rede para compartilhar dificuldades, inseguranças e ameaças. As ouvidoras públicas dos órgãos e entidades federais, nos quais as mulheres serão alocadas, se somarão a essa rede.

A Ouvedora é a porta de entrada de denúncias e comunicação de irregularidade e, portanto, deve ser um canal ideal para assegurar a efetividade do “valor Integridade” do órgão. O estabelecimento legal da Ouvedora como canal único de recebimento de denúncias fortalece sua atuação institucional no processo de interlocução, tanto com a população, quanto com as reastências da organização. A partir das manifestações recebidas a Ouvedora pode identificar riscos à integridade, propor mudanças e apontar soluções regulares que deverão ser apuradas pelas unidades competentes. Por princípio, a Ouvedora deve adotar, desde o recebimento da denúncia, medidas necessárias à salvaguarda da integridade do(a) denunciante e proteção das informações recebidas.

importante refletirmos também sobre o papel da Ouvdora na valorização das pessoas e na conciliação e mediação em conflitos, e principalmente como condutor de ambiente de trabalho saudável. Agindo como uma mediadora natural, a Ouvdora possibilita um diálogo pacífico em busca de uma solução satisfatória para o conflito, contribuindo para a promoção de um ambiente de trabalho saudável e prevenção de conflitos evitáveis.

Particularmente no enfrentamento à violência contra as mulheres, a Ouvdora busca estabelecer um espaço seguro para diálogos estruturados, orientados à busca conjunta de soluções viáveis. Atuando como um canal de escuta ativa, acolhimento e apoio às trabalhadoras, especialmente em casos de assédio moral ou sexual, discriminação e violência psicológica, a Ouvdora garante a confidencialidade e imparcialidade no processo de recebimento e tratamento de manifestações, oferecendo um ambiente seguro para que as trabalhadoras expressem suas preocupações e busquem a ajuda necessária.

Por fim, a Ouvdora também pode contribuir para a valorização do trabalho ao promover a cultura da responsabilidade social e institucional. Ao receber e encaminhar manifestações relacionadas aos direitos humanos, diversidade e, inclusive, a Ouvdora estimula as organizações a adotarem práticas mais éticas e responsáveis, contribuindo para a construção de um mundo do trabalho mais justo, seguro, acolhedor, diverso e equitativo, sobretudo para as mulheres em situação de vulnerabilidade.

A person's hands are seen organizing a workspace. The desk is covered with various papers, including a large grid-like document, several orange and yellow sticky notes, and a calculator. The person is wearing a light blue shirt. The background is slightly blurred, showing a desk lamp and other office supplies. The entire image has a greenish-yellow tint.

4. Fluxo de implementação

Contratação de mulheres em sua rede de voluntariado doméstica e familiar

MGI

Formalização de parceria com o organismo de políticas para as mulheres

Comunicar, via oficial, os registros e entidades públicas federais na localidade sobre a celebração do acordo e como contatar o organismo de políticas para as mulheres

Órgão ou entidade contratante

Informar antecipadamente ao organismo de políticas para as mulheres previsão de contratação

Iniciar processo licitatório, conforme demanda e conveniência, utilizando modelos disponibilizados pela AGU

Empresa contratada

Organismo de políticas para as mulheres

Ingresso da mulher na rede de atendimento

Constar no cadastro informações sobre qualificação profissional

Cadastrar ou articular junto aos serviços da rede o cadastramento da mulher em banco de dados

Determinar áreas de capacidade e qualificação profissional para os perfis informados

Contratação de mulheres em sua organização voluntariamente e familiar

MGI

Orgão ou entidade contratante

(Gestor do contrato) Após contratada empresa vencedora do certame, convocar reunião de alinhamento com empresa e o órgão de políticas para as mulheres

(Gestor do contrato) Criar processo no SEI, em nova unidade, com acesso externo às pessoas designadas pela empresa e pelo órgão de políticas para as mulheres, e instruir com acordo de parceria e contrato

Iniciar processo de seleção

Solicitar, no processo, o fornecimento da relação de mulheres para seleção com funções, requisitos profissionais e número de vagas a serem preenchidas

Documento modelo "Solicitação de fornecimento de relação"

Realizar seleção

Órgão de políticas para as mulheres

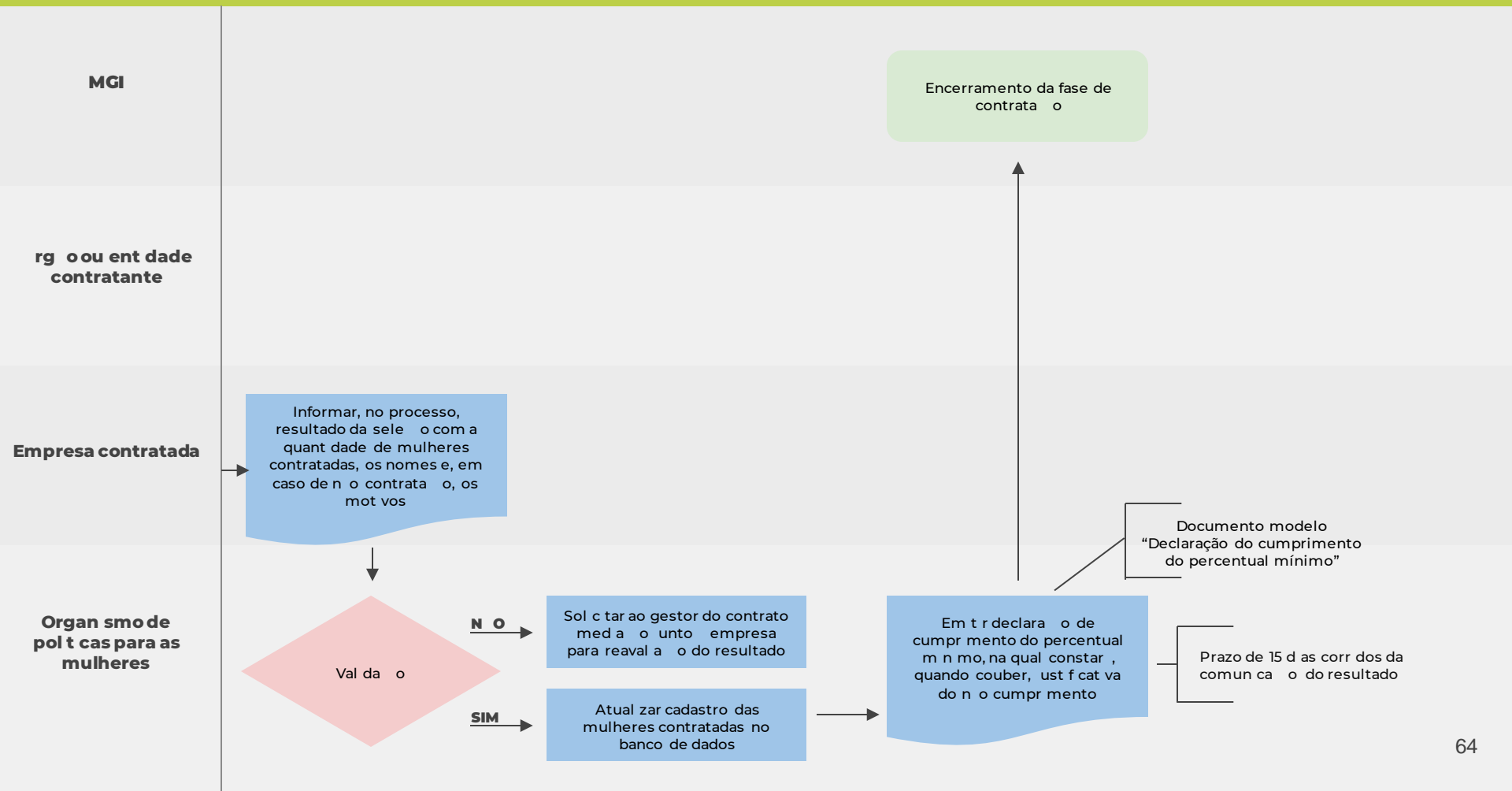
Realizar pesquisa no banco de dados e contatar as mulheres com perfis compatíveis aos requisitos informados para manifestação de interesse e autorização de disponibilização de dados

Documento modelo "Relação nominal"

Informar relação nominal das mulheres interessadas, no processo, somente com as informações necessárias para o contato com a mulher

Prazo de 5 dias corridos da comunicação da empresa

Contratação de mulheres em sua organização voluntariamente



Acompanhamento da permanência das mulheres contratadas

Orgão ou entidade contratante

Apontamento pela unidade de alocação da mulher contratada (reclamação, devolução, ausência etc.)

(Gestor do contrato)
Verificar se colaboradora ocupa vaga reservada e avaliar medidas e alternativas com a unidade de alocação (mantendo o sigilo), a empresa e, se pertinente, o órgão de políticas para mulheres

Terminar o contrato

Empresa contratada

Demissão ou desligamento da colaboradora

Reiniciar processo de contratação a partir da preparação de nova solicitação

Semestralmente, avaliar o término do contrato, ou a cada reinício de processo de contratação

Órgão de políticas para as mulheres

Apontamento pelo serviço especializado responsável pelo atendimento da mulher (denúncia, recursos etc.)

Informar a empresa e o gestor do contrato para discussão com unidade de adoção de medidas

Emitir declaração de cumprimento do percentual mínimo para efeito de fiscalização pelo gestor do contrato

Sempre que necessário, avaliar o contrato

Monitoramento e avaliação

O MGI e o MM aferirão, em conjunto com os organismos de políticas para as mulheres parceiros, os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência da implementação da política, no âmbito das parcerias celebradas, mediante a elaboração de relatórios conjuntos de execução de atividades realizadas parcerias, descrevendo as ações empreendidas e os objetivos alcançados. Para a elaboração dos referidos relatórios, essencial que as informações que constam do fluxo de execução e informações complementares que se façam necessárias sejam comunicadas nos prazos e nas formas definidas.

5. Anexos

Documentos modelos

Anexo I – Solicitação de fornecimento de relação de mulheres para processo de seleção

1. INFORMAÇÕES CONTRATUAIS

- 1.1. Órgão/entidade de administração << órgão/entidade>>
- 1.2. Unidade contratante <número da UASG >
- 1.3. Número do Contrato <número do contrato administrativo>
- 1.4. Empresa contratada XXX
- 1.5. Vigência do contrato de XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX, XX anos.
- 1.6. Quantidade total de postos de trabalho XXX

2. DESCRIÇÃO DO POSTO DISPONÍVEL

- 2.1. Tipo de posto XXXX
- 2.2. Quantidade de postos disponíveis para mulheres em sua condição de voluntária doméstica e familiar <informar a quantidade >
- 2.3. Exigência <formação mínima, especialização etc.>
- 2.4. Perfil <habilidades, conhecimentos, domínios etc.>

Anexo I – Sol c ta o de fornec mento de rela o de mulheres para processo de sele o

3. DESCRI O DAS ATIVIDADES QUE DEVER O SER REALIZADAS

(Exemplo

Compete ao ass stente adm n strat vo

- a) Aux l ar na organ za o e atual za o de arqu vos, gu as e controles, referentes organ za o do setor*
- b) Aux l ar na confer nc a de documentos e na organ za o dos processos adm n strat vos*
- c) Aux l ar no arqu vamento de documentos e correspond nc as*
- d) Executar exerc c os de d g ta o, de acordo com os processos e rot nas estabelec das, atendendo as necess dades adm n strat vas das reas*
- e) Controlar a entrada e a sa da de documentos e/ou mater a s, sob or enta o*
- f) Inte rar-se dos trabalhos desenvolv dos em cada setor, vsando or entar e fac l tar a obten o de dados, documentos ou outras sol c ta es dos super ores*
- g) Operar equ pamentos d versos, ta s como pro etor mult m d a, aparelhos de fax, m qu nas fotocop adoras/dupl cadoras, tr turadores e outros*
- h) Receber, buscar, levar e d str bu r nternamente documentos, per d cos, correspond nc as, car mbos, crach s, b tons, banners e outros*
 -) Local zar, class fcar e manter atual zado o acervo de documentos do setor ao qual est v nculado*
 -) Zelar pela h g ene, l mpeza, conserva o e boa ut l za o dos equ pamentos e nstrumentos ut l zados*
- k) Anotar e env ar recados.)*

Anexo II – Relação nominal de mulheres para processo de seleção

INFORMAÇÕES CONTRATUAIS				
Orgão/entidade de administração				
Número do Contrato:				
Empresa contratada:				
Posto				
Solicitação recebida em				
Nome	Raça/Cor (preta, parda, branca, amarela ou indígena)	Identidade de gênero (cis ou trans)	Perfil (Formação, competências, habilidades e/ou domínios)	Contato (ao menos duas opções de contato)

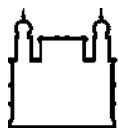
Anexo III - Declaração do cumprimento do percentual mínimo de 8% de mão de obra constituída por mulheres em sua mão de obra voluntária doméstica e familiar

1. INFORMAÇÕES CONTRATUAIS

- 1.1. Registro/entidade de administração << registro/entidade >>
- 1.2. Unidade contratante <número da UASG >
- 1.3. Número do Contrato <número do contrato administrativo>
- 1.4. Empresa contratada XXX
- 1.5. Vigência do contrato de XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX, XX anos.
- 1.6. Quantidade total de postos de trabalho XXX

2. DECLARAÇÃO

- 2.1. Quantidade de vagas para mulheres em sua mão de obra voluntária doméstica e familiar <informar a quantidade de vagas equivalente ao percentual mínimo de 8%>
- 2.2. Quantidade de mulheres em sua mão de obra voluntária doméstica e familiar contratadas <informar a quantidade >
- 2.3. A empresa contratada está cumprindo o percentual mínimo de 8% definido no Decreto nº 11.430/2023? () sim () não.
 - 2.3.1. Caso a resposta do item 2.3. seja não, apresentar a justificativa do não cumprimento do percentual mínimo <justificativa >
- 2.4. Informações complementares



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Anexo VIII do ETP

METODOLOGIA DA PESQUISA DE MERCADO

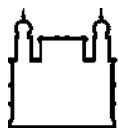
1. Introdução

Diante da complexidade dos serviços realizados na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e com o objetivo de prover à população serviços assistenciais em saúde, por intermédio de sua vocação, nas áreas de ensino, pesquisa, cooperação técnica nacional e internacional, formulação de políticas públicas e de Saúde Pública, além de estudos e pesquisas, o que torna esta contratação de serviços terceirizados fundamental e indispensável para que a ENSP tenha os meios adequados para atingir sua atividade fim.

A política de desempenho institucional tem como um de seus objetivos promover melhorias no processo de gestão, em desenvolvimento nesta Instituição. Nessa política de gestão, a ENSP busca o aprimoramento de ferramentas gerenciais específicas que respeitem as características e complexidades de cada Departamento, Centro, Serviço e Laboratório, permitindo a otimização dos recursos disponíveis e os compromissos necessários para a sua consolidação como uma Escola, que referência em saúde pública. No mesmo sentido, a Direção da ENSP busca a convergência de todos os setores para que a ENSP possa alcançar a sua missão institucional e concretizar as oportunidades que a configura como referência nacional e internacional, sendo fundamental para que assim permaneça, a melhoria dos processos de trabalho.

Ainda que não envolvam a tomada de decisão e tampouco são inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, por meio da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os serviços a serem contratados são considerados estratégicos para a consecução dos objetivos institucionais.

Para melhor evidenciar a distinção entre os cargos estatutários da Fiocruz e a prestação de serviços a ser contratada, cabe inicialmente indicar que as carreiras implantadas pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, são as seguintes: Assistente de Pesquisa em Saúde, Pesquisador em Saúde Adjunto, Pesquisador em Saúde Associado, Pesquisador em Saúde



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



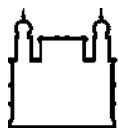
Titular; Tecnologista em Saúde Júnior, Tecnologista em Saúde Pleno 1, Tecnologista em Saúde Pleno 2, Tecnologista em Saúde Pleno 3, Tecnologista em Saúde Sênior; Técnico em Saúde 1, Técnico em Saúde 2, Técnico em Saúde 3; Assistente Técnico de Gestão 1, Assistente Técnico de Gestão 2, Assistente Técnico de Gestão 3; Analista de Gestão em Saúde Júnior, Analista de Gestão em Saúde 1, Analista de Gestão de Saúde 2, Analista de Gestão em Saúde 3, Analista de Gestão em Saúde Sênior; Especialista em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública.

Desta forma, a Unidade não dispõe em seu quadro funcional de servidores, os quantitativos necessários execução das atividades demandadas de apoio gestório, técnico e assistência, as quais são de natureza acessórias, instrumentais ou complementares à sua área de competência, logo, passíveis de execução indireta, motivo pelo qual se justifica contratação de profissionais especializados, através de empresa terceirizada, apta a atender às especificidades das atividades complementares da Unidade, de modo a não afetar a sua eficiência e produtividade.

Os valores salariais das respectivas categorias são razoáveis e não destoam dos praticados no mercado, bem como observam o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

Registramos, por oportuno, que o estabelecimento dos valores de salários preza por uma execução contratual eficiente, em razão da complexidade das atividades a serem realizadas, exigindo profissionais mais qualificados, com perfis diferenciados, experiência e formação escolar adequada. Isto posto, como unidade técnico-científica da FIOCRUZ, além do ensino e pesquisa, também possui atendimento ao público por meio dos seus três Centros Assistenciais, oferecendo serviços de atenção às doenças das áreas da atenção primária, saúde do trabalhador e tuberculose multirresistente e outras pneumopatias. Esta complexidade, inerente ao modelo de assistência prestada, comporta um conjunto de ações associadas e organizadas num encadeamento multidisciplinar.

O Acórdão 1097/2019, do Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) reforça que a realização dos estudos técnicos preliminares, referentes à fase de planejamento da licitação, baliza a fixação de salários em valores superiores aos pisos estabelecidos em convenções



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



coletivas de trabalho, desde que fundamentado em justificativa técnica e na compatibilidade com o mercado.

O presente estudo levou em consideração a peculiaridade dos serviços, que embora sejam compostos de categorias diversas, precisam guardar consonância com a missão institucional. Este fator é fundamental para a execução, onde cada posto, componente da prestação dos serviços, exigido em razão das demandas do Ministério da Saúde (MS) e da sociedade, considerando a especificidade desta Escola, razão pela qual a mão de obra qualificada e a minimização dos níveis de rotatividade são aspectos preponderantes na análise dos riscos da contratação e na ponderação de valores que se sobrepõem ao menor preço simples.

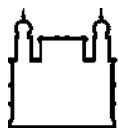
Ademais, na definição das remunerações, foram considerados os valores praticados na contratação vigente na Unidade e consulta ao mercado, por meio de sites especializados em pesquisa salarial, além da consulta a outros editais, no âmbito da Fiocruz.

Os serviços específicos aqui demandados são necessários. Instituição para o desempenho de suas atribuições e, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de suas atividades, acarretando sérios prejuízos, pois não pode a Instituição ser tolhida no cumprimento de sua missão institucional, ao ser prejudicada pela falta do serviço que lhe imediatamente indispensável e estratégico para o alcance de seus objetivos institucionais.

Com o objetivo de definir os salários a serem pagos aos colaboradores alocados no contrato de terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra para os serviços de apoio administrativo, técnico e de assistência, a ENSP realizou ampla pesquisa salarial. O levantamento visa assegurar a adequação e a seriedade dos preços praticados, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a compatibilidade dos salários com aqueles praticados no mercado.

Tendo em vista que os serviços do objeto da pretensa contratação já são prestados nas dependências da ENSP, por meio de licitações realizadas ao longo dos anos, o foco da presente pesquisa foi verificar a realidade plena dos salários que vêm sendo praticados no contrato vigente e reajustados anualmente, luz das condições atuais do mercado de trabalho.

Além disso, a fixação de salários justos e compatíveis com a prática de mercado tem como objetivo atrair profissionais com o *know how* necessário e/ou interessar também aqueles



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



trabalhadores que já prestam os serviços no âmbito da Instituição e que se especializaram no decorrer de suas atividades, sem prejuízo da salvaguarda do direito gerencial que todas as empregadoras têm sobre seus funcionários.

2. Metodologia

Para Pontes (2007)¹, a pesquisa de salários reflete o comportamento dos setores empresariais, a qual deverá ser obtida através de metodologia própria que contenha as etapas de coleta, tratamento e análise dos dados, a fim de conhecer aqueles salários praticados pelos mais diversos segmentos, devendo ser seccionada por ramo de atividade dos cargos que se pretende contratar.

Desta forma, adotou-se a metodologia sugerida pelo mesmo autor, constante das seguintes etapas:

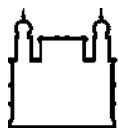
1. Seleção de cargos para pesquisa;
2. Seleção de fontes especializadas;
3. Formulação das Planilhas para coleta de dados;
4. Cadastramento dos dados;
5. Tabulação dos dados;
6. Análise dos resultados;
7. Conclusão;
8. Submissão.

1. Seleção dos cargos

A necessidade da ENSP baseou-se nas atribuições das atividades que são exercidas, sobretudo, na escalada de crescimento que a Instituição se encontra, para atendimento pleno população.

A pesquisa por salários teve como base os conhecimentos exigidos pela função, as complexidades das atividades desenvolvidas e as responsabilidades pela execução de tarefas ou apresentação de resultados específicos esperados do cargo, bem como a escolaridade, experiência, nivelamento e especializações.

¹ PONTES, Benedito Rodrigues. *Administração de cargos e salários, carreira e remuneração*. 13. ed. São Paulo: LTR Editora Ltda., 2007.



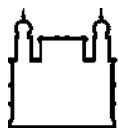
Durante a retomada da etapa de planejamento da contratação, decorrente dos apontamentos advindos do TCU, ocorreram várias reuniões, onde foram identificados 37 (trinta e sete) cargos de apoio, distintos pelo Código Brasileiro de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e destinados ao atendimento da necessidade da Contratante nas áreas administrativa, técnica e de assistência.

A equipe de planejamento da contratação, ao proceder ao enquadramento dos perfis ocupacionais nos respectivos CBOs e ao agrupamento dos cargos, definiu tecnicamente o desmembramento dos postos existentes no contrato vigente em profissões, de modo a viabilizar a pesquisa de mercado e permitir a adequada distinção dos cargos enquadrados como categorias diferenciadas. Nesse processo, adotou-se o agrupamento no formato descrito, inclusive com a utilização de CBOs distintos para um mesmo posto, considerando que determinadas atividades podem ser desempenhadas por profissionais de diferentes formações e especialidades, sem prejuízo à execução do objeto contratual.

Desta forma, foi atribuído um nível a cada posto, de forma a classificar os profissionais conforme sua senioridade:

- 1: Júnior;
- 2: Pleno;
- 3: Sênior;
- 4: Master.

Após tal desmembramento, os cargos ficaram com as seguintes denominações: Operador de áudio 3, Auxiliar de laboratório 3, Técnico de enfermagem 1, Técnico em radiologia 2, Técnico de laboratório 2, Técnico de segurança do trabalho 2, Técnico eletrônico 2, Técnico de enfermagem 3, Técnico de laboratório 4, Técnico em farmácia 3, Assistente Administrativo 2, Assistente Administrativo 3, Assistente Executivo 3, Analista Administrativo 1, Analista Administrativo 2, Analista Administrativo 3, Analista Administrativo 4, Assistente social 1, Biólogo 1, Químico 1, Químico 2, Biomédico 2, Psicólogo 2, Bibliotecário 2, Enfermeiro 2, Farmacêutico 3, Nutricionista 3, Biólogo 4, Fisioterapeuta geral 3, Fonoaudiólogo 4, Orientador educacional 3, Químico 3, Farmacêutico 4, Químico 4, Enfermeiro 4, Engenheiro de segurança do trabalho 2, Médico 4.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Para um efetivo mapeamento dos cargos foi realizada uma pesquisa interna com o levantamento das atribuições de todos os setores e as experiências curriculares a serem exigidas para os perfis. A planilha resultado desse levantamento será anexada ao processo e a partir dela ficará demonstrada a complexidade, a necessidade e a diversidade das demandas dos setores da escola.

2. Seleção de fontes especializadas

De acordo com as características da Fiocruz, encontrou-se amparo nos paradigmas salariais praticados por empresas de mesmo porte e na experiência profissional do empregado, mensurada em anos. Considerando tratar-se de Instituição que conta com mais de 12 mil trabalhadores, foi possível equiparar-las empresas de grande porte (mais de 999 empregados). Aliado a essa premissa, os níveis decorrentes da experiência profissional foram equalizados com base em critérios amplamente reconhecidos no mercado de recursos humanos, conforme demonstrado nos relatórios de funções emitidos pelo site Salário.br, referência nacional em dados salariais.

Sendo assim, foram utilizados os seguintes níveis para essa pesquisa: Júnior (2 a 4 anos); Pleno (4 a 6 anos), Sênior (6 a 10 anos) e Master (Acima de 10 anos), fazendo prevalecer, sempre que possível, os valores praticados no Rio de Janeiro (Município) e no mesmo ramo de negócio.

Conforme afirma Júnior (2019), um erro estratégico bastante comum que observamos em pesquisas salariais é a tentativa de algumas instituições em posicionar todos os seus cargos pela “média” de mercado, ou em um único quartil. Como esse autor demonstra, na verdade temos uma série de possibilidades à nossa disposição. Do contrário, não faria sentido sequer a apresentação de tantos dados pela pesquisa salarial, bastaria somente a média aritmética ou outro parâmetro pré-definido.

O autor utiliza o esquema apresentado na fig. 1 para explicar a pesquisa salarial, como forma de esclarecer as consequências advindas do posicionamento dos cargos.

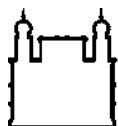
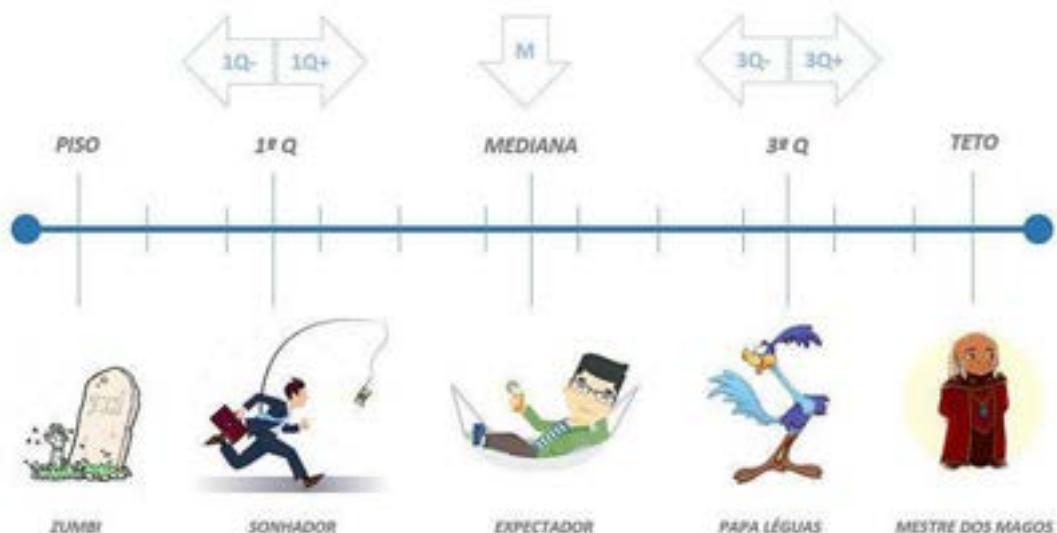


Figura 1– Posicionamento dos cargos



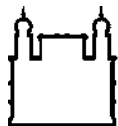
Fonte: Gestão estratégica de salários

Prosseguindo, o autor ressalta que posicionar todos os cargos em “M” (Mediana) poderia ser uma estratégia, mas bastante limitada sob o ponto de vista de distribuição dos recursos. Como consequência lógica, quando um valor se encontra no 1º quartil, entende-se que 75% do mercado estará com patamar salarial superior, portanto teriam menor satisfação e maior probabilidade de evasão.

Os denominados como “Sonhadores” são os cargos posicionados no 1º quartil, pois sempre estarão em busca de melhores níveis salariais, uma vez que observarão que o mercado em geral aplica valores maiores.

Já o 3º quartil é o famoso “Papa Léguas”, rápido e avançado, difícil de ser alcançado. Cargos no 3º quartil estarão entre os 25% mais bem pagos do mercado, portanto com maior reconhecimento/satisfação e menor probabilidade de evasão.

Cargos com valores na média/mediana estarão confortavelmente posicionados e aplicamos a alcunha de “Expectadores”. Nos dois extremos, temos no piso e teto, que são denominados de “Zumbi” e de “Mestre dos Magos”, respectivamente. No primeiro caso, um cargo que poderia ser considerado zona morta e o segundo, profissionais raros no mercado devido à sua grande experiência e escolaridade.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Considerando os argumentos que apresentamos sobre os efeitos do salário sobre a atuação dos empregados, certamente relevante para a ENSP posicionar alguns cargos em patamares mais elevados (região do 3º e 4º quartil), pois, em algumas situações, certos cargos exigem os melhores profissionais (atração), atuando ao longo do tempo (retenção).

A recomendação técnica desse autor é o posicionamento na região do 3º quartil (3Q) e 4º Quartil (4Q) para cargos que abarquem os seguintes quesitos:

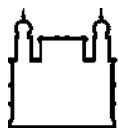
- Que interferem diretamente na percepção de qualidade pelo cliente;
- Que atuem diretamente no “core business” da organização;
- Que possuem uma grande dificuldade de reposição, gerando dificuldades operacionais na organização.

A partir dessas características, foi feita a distribuição dos cargos pelos níveis de experiência e escolaridade. Com isso, os cargos foram distribuídos nos seguintes níveis: Júnior, no 1º quartil; Pleno, na média (2Q); Sênior, no 3º quartil (3Q) e o Master, no 4º quartil (4Q) e devem ser enquadrados dessa forma devido ao alto grau de experiência e escolaridade exigidos, demonstrando se tratar de profissionais diferenciados no mercado.

A consulta paramétrica em fontes especializadas e de acesso público foi realizada através da Internet, sendo algumas balizadas no sistema de quartis², cuja leitura e interpretação das tendências salariais decorrem:

- ✓ Freq. (frequência): refere-se ao número de ocupantes recebendo o mesmo valor de salário em cada cargo ou função, podendo, de acordo com a edição da pesquisa, ser reduzida para uma única referência salarial;
- ✓ 1º quartil: medida estatística correspondente ao valor do salário posicionado abaixo da mediana dentro da série amostral ordenada no padrão de e assim, equivalente a 25 da distribuição de frequência;
- ✓ Mediana ou 2º quartil: medida estatística correspondente ao valor do salário posicionado no meio da série amostral ordenada dentro do padrão 2/4 e assim, equivalente a 50 da distribuição de frequência;
- ✓ 3º quartil: medida estatística correspondente ao valor do salário posicionado acima da mediana dentro da série amostral ordenada no padrão de e assim, equivalente a 75 da distribuição de frequência;

² SaláriosWeb. Pesquisas Salariais, Indicadores, Desempenho e Recompensas. Disponível em: <https://www.salariosweb.com.br/site/produtos/pesquisa-salarial-e-beneficios/> Acesso em: 2 jun2021.
Gestão estratégica de salários – posicionando a organização frente ao mercado. Segunda edição.
Editora Perfix. Prof. Ivan Jacomassi Júnior. 2019



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



9- PE 2 2/2023 (Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos – Bio-Manguinhos/Fiocruz);

10- PE 43/2023 (Instituto Oswaldo Cruz IOC/Fiocruz);

11- PE 5/2025 (Instituto Fernandes Figueira – IFF/Fiocruz) ;

12 – 5 /2024 (Escola Política de Saúde de Joaquim Venâncio – EPSJV/Fiocruz)

13 – 03 /2024 (Instituto de Pesquisa Evandro Chagas – IPEC/Fiocruz)

* Os salários referentes aos pregos PE 12/2023, PE 31/2020, PE 2 2/2023, PE 43/2023, PE 5 /2025, PE 5 /2024 e 03 /2024 foram atualizados conforme os percentuais definidos, a cada período, nos instrumentos coletivos de trabalho das categorias envolvidas, a fim de demonstrar a dualidade dos preços.

Assim, por analogia, foi seguido o paradigma trazido pelo anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, que faz referência à prorrogação de contratos de mão de obra exclusiva, onde entende que os salários repactuados estão em conformidade com o mercado sendo assegurada a vantajosidade econômica para aqueles contratos.

A partir de todas as informações coletadas, foi elaborado o quadro-base da pesquisa salarial, que busca demonstrar como os dados de cada fonte se apresentam de forma diversa e, com a aplicação da metodologia, foi possível nivelar os salários e torná-los compatíveis entre todas as fontes.

É necessário ressaltar a dificuldade encontrada para compatibilizar a metodologia com os salários do mercado e com outros editais de contratações públicas, pois não visualizamos tal parametrização (tempo de experiência, escolaridade e atividades).



Ministério da Saúde

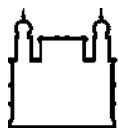
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Quadro 1 – Nivelamento por Experiência

NÍVEIS	SALÁRIO.BR	SALARIOMETRO	TRABALHA BRASIL	IOC	BIOMANGUINHOS	INI	POLITÉCNICO	COC	FARMANGUINHOS	IFF
JÚNIOR	2 a 4 anos	1º Quartil	2 a 4 anos	2 a 4 anos	1 a 2 anos / 1 a 3 anos / 2 a 4 anos	1 ano / 1 a 3 anos / 2 anos / 3 anos	1 ano / 2 anos / 3 anos	1 ano / 2 anos / 3 anos	Nivelamento de acordo com a similaridade das atribuições, dos níveis e da escolaridade exigida	2 a 4 anos
PLENO	4 a 6 anos	2º Quartil	4 a 6 anos	4 a 6 anos	2 a 5 anos / 3 a 5 anos	4 anos / mais de 4 anos / 5 anos	4 anos / 5 anos	4 anos / 5 anos	Nivelamento de acordo com a similaridade das atribuições, dos níveis e da escolaridade exigida	4 a 6 anos
SÊNIOR	6 a 8 anos	3º Quartil	6 a 8 anos	6 a 8 anos	6 a 8 anos	mais de 5 anos	7 anos	6 a 8 anos	Nivelamento de acordo com a similaridade das atribuições, dos níveis e da escolaridade exigida	6 a 8 anos
MASTER	mais de 8 anos (Teto)	4º Quartil	A partir de 8 anos	A partir de 8 anos	A partir de 8 anos	-	-	A partir de 8 anos	Nivelamento de acordo com a similaridade das atribuições, dos níveis e da escolaridade exigida	A partir de 8 anos

Fonte: Elaborado pela Equipe de Planejamento



3. Formulação das Planilhas para coleta de dados

Foram elaboradas planilhas em Excel, com dados vinculados e fórmulas para cálculo de média, média saneada ou acurada, mediana, desvio-padrão, coeficiente de variação e amplitude de faixas, contendo as seguintes informações: Cargo, Jornada, nº CBO, Escolaridade, Tempo de experiência, Perfil/Atividades, Valores de salários, Fontes, média aritmética de salários, Variação da amplitude em percentual () e valor (R) (10% para mais ou para menos da média), conforme Anexo 1.

Para o TCU, **diferenças em patamares de até 10% refletem variações normais de mercado** (Acórdão 13 /1995-P e 1.544/2004-P). Sendo assim, após a aplicação desta metodologia, pormenorizada no item 5, de variação de 10%, foi decidido manter a maioria dos salários pagos atualmente, bem como foi utilizado os valores angariados na pesquisa para aqueles cargos que destoaram dos níveis aceitáveis de variação (10%).

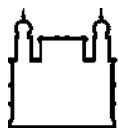
4. Cadastramento dos dados

No cadastramento foi possível obter várias informações referentes aos salários praticados por em outras Unidades descentralizadas da FIOCRUZ, bem como os salários pagos pela iniciativa privada, no intuito de fazer uma comparação com a base salarial que está sendo utilizada na ENSP.

As atribuições dos cargos a serem contratados guardam identidade com os cargos utilizados a partir do CBO, bem como, houve a preocupação de balizar também, as características de cada perfil com aqueles dispostos nas fontes consultadas, especialmente, nas contratações públicas.

Foi necessário, ainda, observar a carga horária de cada categoria a ser contratada, fazendo-se o cálculo da hora trabalhada de modo a se obter o salário proporcional. Tudo isso visando refletir ao máximo os valores reais de mercado, de acordo com cada cargo pleiteado.

Todas essas informações estão detalhadas na planilha final da pesquisa de mercado e todos os documentos comprobatórios da pesquisa realizada se encontram anexados ao Processo SEI nº 253.000775/2025-75.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



5. **Tabulação dos dados e Metodologia utilizada para o cálculo da estimativa dos preços**

O cálculo da estimativa baseou-se na IN SEGES/MP nº 05/2017, na IN SEGES/ME nº 73/2020 e na IN SEGES/ME nº 5/2021.

Logo no art. 9º, da IN SEGES/ME nº 73/2020, é apresentado o tipo da metodologia, onde é indicado expressamente a utilização da média ou da mediana ou o menor dos valores obtidos:

Art. 9º Ser o utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

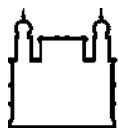
Já no guia de Preços Referenciais em Compras Públicas, disponibilizado pelo TCU, consta a indicação do uso da média saneada como método estatístico para o tratamento dos dados coletados pela Administração Pública, quando da estimativa de preços de mercado para fins de licitação:

"a metodologia mais indicada para tratar os dados coletados é a "Média Saneada" (MS), consistente, primeiro, em apurar o Desvio-Padrão (DP), somar a Média (M) para obter o Limite Superior (LS) e subtrair a média, encontrando o Limite Inferior (LI)"

Tal método é defendido pelo professor Tullio Bastos Barbosa, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), em seu livro: "Formação de Preços" (Curitiba, 2007).

Além disso, conforme leciona o professor de estatística Joandyr Pintas, juntamente com o professor Luiz Cláudio de Azevedo Chaves, o Coeficiente de Variação (CV) "calcula a taxa de dispersão dos dados, isto é, grau de afastamento daquele valor em relação à média do conjunto a que pertence, razão pela qual seu resultado é dado em porcentagem (%)". E complementa: "Quanto menor o CV mais homogêneo será o conjunto dos valores analisados". Segundo ele, se o CV estiver abaixo do limite de 25%, podemos assumir que "os valores apresentados (no caso deste estudo, os preços) não possuem discrepâncias ou valores fora do padrão de preços".

Assim, após a análise crítica executada no momento do cadastro, deu-se início à tabulação dos dados, por meio da planilha formulada para este fim, onde foi calculada a média, a mediana,



o desvio-padrão e o coeficiente de variação de cada cargo, analisando a experiência e o salário correspondente ao porte da Unidade e nível de cada cargo (Júnior, Pleno, Sênior e Master).

O modelo adotado para determinação da estimativa do preço referencial foi o do critério do CV para verificar a homogeneidade da amostra, isto significa dizer que para ter uma boa estimativa do preço referencial, a amostra deve apresentar-se homogênea, isto é, os elementos da amostra devem ter uma pequena dispersão em torno do seu valor central (média aritmética). Tal dispersão é aferida por meio de medidas como o DP e o CV.

O CV, que se apresenta tal qual a equação: $CV = (\text{desvio padrão} / \text{média}) \times 100$, é uma medida de dispersão relativa entre o DP e a média aritmética, ela mede quanto o desvio padrão representa em percentual, com relação à média. Assim, quanto mais alto for o desvio padrão, também mais alto será o coeficiente de variação, indicando que os elementos da amostra estão mais dispersos em relação à média.

A teoria estatística limita o valor do CV, ou seja, quando ele for menor ou igual a 25, diz-se que a amostra é homogênea, então os elementos da amostra estão próximos ao seu valor central (média aritmética). Logo, nesse caso, a média aritmética é um bom indicador para estimar o preço referencial. Caso contrário, quando o CV for maior que 25, diz-se que a amostra não é homogênea, pois os elementos da amostra estão mais dispersos em torno do seu valor central, isso significa que a média não é um bom indicador para estimativa do preço referencial, porque uma das propriedades da média aritmética menciona que os valores extremos afetam seu cálculo. Neste caso, utiliza-se a mediana, que é pouco influenciada pelos valores extremos ou então, usa-se a média (acurada ou saneada), que visa corrigir o problema da atração de valores extremos sobre a média. O cálculo da média acurada ou saneada exclui os elementos extremos da amostra, eliminando, assim, o seu efeito no cálculo da média.

A figura 3 apresenta o método que será utilizado para o cálculo da estimativa do preço referencial para cada cargo que será contratado.

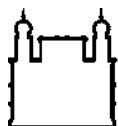
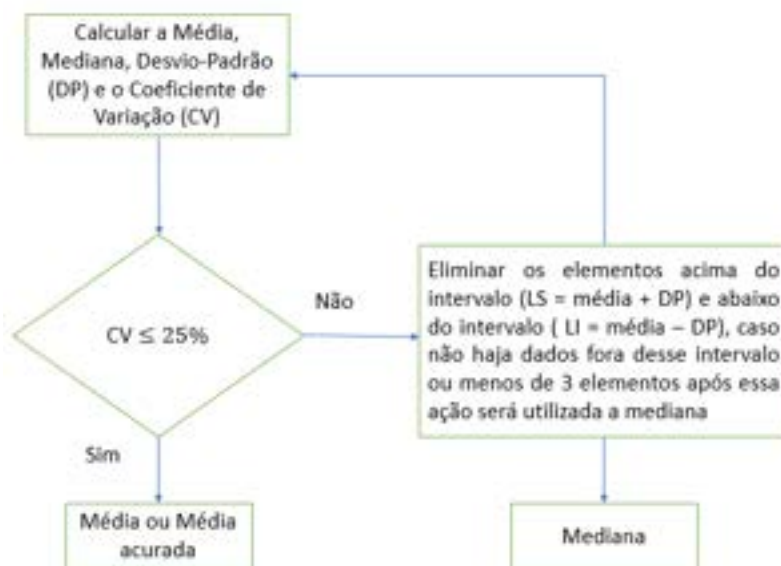


Figura 3– Fluxograma do ciclo da estimativa do preço referencial

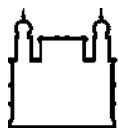


Fonte: Elaborado pela Equipe de Planejamento com base em Santos (2015)

Conforme descrito na fig. 3, o método da média saneada ou acurada, defendido pelo professor Tullio Bastos e apresentado pelo auditor da CGU, Franklin Brasil Santos, autor do citado guia de Preços Referenciais em Compras Públicas/TCU, preconiza que, após o ciclo do Limite Superior (LS) e do Limite Inferior (LI), os valores fora dos limites "são expurgados, resultando em conjunto mais homogêneo e média mais acurada".

Com isso, pode-se chegar a um CV aceitável ou, caso ainda permaneça acima do limite de 25%, pode-se repetir o procedimento quantas vezes for necessário. No entanto, como se supor, o tamanho da amostra é crucial para possibilitar um adequado tratamento estatístico, já que serão realizados expurgos, descartando-se alguns preços cotados.

Cabe lembrar que a IN SEGES/ME nº 5/2021 recomenda que o ciclo da média ou mediana incida sobre um conjunto de três ou mais preços, sendo este um delimitador e ao fim desse processo, caso o CV ainda esteja acima de 25%, será adotada a Mediana conforme demonstrado na fig. 3.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Assim, após a aplicação da metodologia acima descrita, a média, mediana ou a média acurada (saneada) salarial de cada cargo foi comparada aos valores dos salários que estão sendo pagos pela ENSP nos mesmos serviços.

Análise dos resultados

De acordo com os dados coletados e tabulados, verificou-se que a maioria dos salários praticados na atual contratação da ENSP se encontra em consonância com os salários pagos pelo mercado de trabalho, nesta área de atuação, estando numa flutuação aceitável (10%), segundo sugerido por Pontes (2007) e pelos acórdãos do TCU (Acórdãos 13/1995-P e 1.544/2004-P).

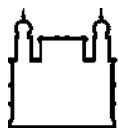
A média salarial foi obtida através da soma dos salários dos cargos dentro do mesmo nível. Após definido o salário médio de cada nível, foi aplicada a metodologia, seguindo a premissa orientada pelo autor acima citado, onde o cálculo de amplitude das faixas salariais pode ser definido em percentual e valor. Para os valores, acima ou abaixo da faixa de 10%, foram adotados os valores praticados na contratação vigente. Já para os cargos novos e para os valores fora da faixa, foram adotados os valores salariais resultantes da aplicação da metodologia ora apresentada.

7. Conclusão

O processo administrativo de contratação é oneroso para a Administração, considerando o custo processual depreendido, que envolve recursos materiais e humanos, bem como tempo de execução e custo de oportunidade. Neste mister, a pesquisa de preços de mercado representa uma parcela considerável deste custo, para quaisquer bens ou serviços, sobretudo se tratando de pesquisa específica e complexa, como a pesquisa salarial, necessária para a pretensa contratação.

As principais medidas de tendência central encontradas na literatura que trata da pesquisa de preços e métodos estatísticos a ela aplicáveis são a média, a mediana, o quartil e a média saneada.

A média e a mediana são as medidas mais comumente adotadas e constam indicadas expressamente na norma operacional de pesquisa de preços de mercado do SISG.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



A *mediana* é mais adequada para ser utilizada em amostras mais homogêneas, com coeficiente de variação de até 25%, pois ela é mais sensível a valores extremos.

Quando não for possível sanear a amostra para se utilizar a *mediana*, o uso da mediana indicado, pois ela tem um comportamento mais estável para amostras com baixa homogeneidade.

A *mediana* saneada é um método bastante prático de homogeneização de amostra, que reduz a dispersão dos dados, reduzindo o CV e possibilitando o uso seguro da *mediana* como medida de tendência central, representativa do preço de mercado.

Sendo assim, a presente pesquisa alcançou o parâmetro objetivo de angariar no mercado os valores de salários praticados, a fim de compará-los aqueles que hoje são pagos no âmbito da contratação vigente para os mesmos serviços no âmbito da ENSP.

Constatou-se, através do método de pesquisa com amplitude de faixas e aplicação da metodologia, que a maioria dos salários vigentes na ENSP se encontram perfeitamente ajustados dentro das variações sugeridas e aceitas pela doutrina dominante, portanto, a maioria foi mantida. Com relação aos salários que se posicionaram fora da faixa de tolerância e aqueles angariados para cargos novos, foram utilizados os valores resultantes da metodologia estabelecida.

. Referências Bibliográficas

<https://educa.ibge.gov.br/professores/educa-recursos/1770-a-mediana.html>

https://sollicita.com.br/Noticia/?p_idNoticia=130&n=undefined

<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=A12A15454C22F01545F003AC340A>

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-73-de-5-de-agosto-de-2020-2707113>

Pesquisa de mercado realizada com metodologia semelhante pelo Instituto Fernandes Figueira (IFF) da Fiocruz em licitação realizada no ano de 2020 e da ENSP em 2022.

Júnior, 2019. Prof. Ivan Jacomassi Júnior. Gestão estratégica de salários – posicionando a organização frente ao mercado. Segunda edição. Editora Perfix, 2019

	SALARIO ENSP	SALARIO BR (15/12)	SALARIO MÔMETRO (06/01)	TRABALHA BRASIL (08/01)	COC	EPJV	INI	BIO	IOC	IFF	FAR	Média	desvio padrão	coeficiente de variação (<25%)	Resultado (Média, Sanear ou Mediana)	novo coeficiente de variação (<25%)	Nova Média Saneada	Diferença em relação à Ensp (valores)	% diferença em relação à Ensp	Valor Final da Pesquisa	
1	OPERADOR DE AUDIO 3	R\$ 4.719,54	R\$ 4.049,76	R\$ 4.031,00	R\$ 3.000,00	R\$ 4.982,26	R\$ 4.892,75					4.279,22	684,99	16%	Média			R\$ 440,32	9,3%	R\$ 4.719,54	
2	AUXILIAR DE LABORATORIO 3	R\$ 3.133,13	R\$ 3.231,36	R\$ 1.879,00	R\$ 2.184,00		R\$ 3.515,35		R\$ 3.704,96		R\$ 3.606,91	3.036,39	667,12	22%	Média			R\$ 96,74	3,1%	R\$ 3.133,13	
3	TÉCNICO DE ENFERMAGEM 1	R\$ 3.450,90	R\$ 2.955,06	R\$ 2.797,00	R\$ 2.861,77			R\$ 3.834,08				3.179,76	399,94	13%	Média			R\$ 271,14	7,9%	R\$ 3.450,90	
4	TÉCNICO EM RADIOLOGIA 2	NOVO	R\$ 3.338,20	R\$ 3.988,00	R\$ 3.035,00		R\$ 3.485,53					3.461,68	344,56	10%	Média					R\$ 3.461,68	
5	TÉCNICO DE LABORATORIO 2	NOVO	R\$ 3.363,46	R\$ 3.458,00	R\$ 2.431,47		R\$ 3.840,81	R\$ 3.834,08				3.385,56	514,67	15%	Média					R\$ 3.385,56	
6	TÉCNICO SEGURANÇA DO TRABALHO 2	R\$ 4.898,80	R\$ 4.795,10	R\$ 4.011,00	R\$ 2.663,00			R\$ 5.855,29				4.444,64	1065,96	24%	Média			R\$ 454,16	9,3%	R\$ 4.898,80	
7	TÉCNICO ELETRÔNICO 2	R\$ 4.719,54	R\$ 4.598,10	R\$ 4.273,00								4.530,21	188,51	4%	Média			R\$ 189,33	4,0%	R\$ 4.719,54	
8	TÉCNICO DE ENFERMAGEM 3	R\$ 3.960,90	R\$ 3.908,07	R\$ 2.897,00	R\$ 3.343,00					R\$ 4.568,81		3.735,56	571,34	15%	Média			R\$ 225,34	5,7%	R\$ 3.960,90	
9	TÉCNICO DE LABORATORIO 4	R\$ 4.825,22	R\$ 4.448,18	R\$ 5.174,00	R\$ 3.193,00			R\$ 5.068,00				4.541,68	719,02	16%	Média			R\$ 283,54	5,9%	R\$ 4.825,22	
10	TÉCNICO EM FARMÁCIA 3	R\$ 4.825,22	R\$ 3.324,50	R\$ 2.476,00	R\$ 2.402,00			R\$ 5.250,18				3.655,58	1181,80	32%	Sanear	18%	R\$ 4.466,63	R\$ 358,59	7,4%	R\$ 4.825,22	
11	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 2	R\$ 3.642,83	R\$ 3.912,10	R\$ 1.810,00	R\$ 2.000,00		R\$ 4.254,55	R\$ 3.674,48	R\$ 4.248,33			3.363,18	950,57	28%	Sanear	21%	R\$ 3.622,05	R\$ 20,78	0,6%	R\$ 3.642,83	
12	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 3	R\$ 4.719,54	R\$ 4.498,92		R\$ 3.300,00		R\$ 4.892,75	R\$ 4.825,00				4.447,24	588,92	13%	Média			R\$ 272,30	5,8%	R\$ 4.719,54	
13	ASSISTENTE EXECUTIVO 3	R\$ 6.382,29	R\$ 7.048,51	R\$ 5.863,00	R\$ 2.300,00	R\$ 5.384,99		R\$ 6.800,00				5.629,80	1589,04	28%	Sanear	10%	R\$ 6.295,76	R\$ 86,53	1,4%	R\$ 6.382,29	
14	ANALISTA ADMINISTRATIVO 1	R\$ 4.719,54	R\$ 5.209,62	R\$ 5.241,00	R\$ 4.195,00	R\$ 5.737,90	R\$ 5.626,63	R\$ 4.787,07	R\$ 5.082,15			5.074,86	470,79	9%	Média			-R\$ 355,32	-7,5%	R\$ 4.719,54	
15	ANALISTA ADMINISTRATIVO 2	R\$ 6.382,29	R\$ 6.512,03	R\$ 6.875,00	R\$ 4.500,00		R\$ 6.470,66	R\$ 6.500,00	R\$ 6.965,90			6.315,13	768,42	12%	Média			R\$ 67,16	1,1%	R\$ 6.382,29	
16	ANALISTA ADMINISTRATIVO 3	R\$ 7.441,74	R\$ 8.140,04	R\$ 7.633,00	R\$ 5.705,00				R\$ 8.158,86			7.415,73	900,15	12%	Média			R\$ 26,01	0,3%	R\$ 7.441,74	
17	ANALISTA ADMINISTRATIVO 4	R\$ 7.813,80			R\$ 8.325,00			R\$ 9.255,00	R\$ 9.683,60			8.769,35	738,62	8%	Média			-R\$ 955,55	-12,2%	R\$ 8.769,35	
18	ASSISTENTE SOCIAL 1	NOVO	R\$ 4.307,19	R\$ 3.071,00	R\$ 4.000,00		R\$ 5.584,61		R\$ 5.438,99	R\$ 6.347,73		4.791,59	1102,37	23%	Média					R\$ 4.791,59	
19	BIÓLOGO 1	NOVO	R\$ 4.342,50	R\$ 4.844,00	R\$ 3.000,00							4.062,17	778,47	19%	Média					R\$ 4.062,17	
20	QUÍMICO 1	NOVO	R\$ 5.184,88	R\$ 3.155,00	R\$ 3.500,00							3.946,63	886,83	22%	Média					R\$ 3.946,63	
21	QUÍMICO 2	NOVO	R\$ 6.481,10	R\$ 5.271,00	R\$ 3.905,00							5.219,03	1052,33	20%	Média					R\$ 5.219,03	
22	BIOMÉDICO 2	NOVO	R\$ 4.853,26	R\$ 3.919,00	R\$ 5.100,00							4.624,09	508,65	11%	Média					R\$ 4.624,09	
23	PSICOLOGO 2	NOVO	R\$ 5.311,37	R\$ 4.994,00	R\$ 3.300,00		R\$ 5.584,61			R\$ 6.347,73		5.107,54	1008,69	20%	Média					R\$ 5.107,54	
24	BIBLIOTECÁRIO 2	R\$ 5.778,63	R\$ 4.777,19	R\$ 6.776,00	R\$ 3.158,00							5.122,46	1336,33	26%	Sanear		R\$ 5.777,27	R\$ 1,36	0,0%	R\$ 5.778,63	
25	ENFERMEIRO 2	R\$ 6.495,06	R\$ 5.210,81				R\$ 6.396,39					6.034,09	583,54	10%	Média			R\$ 460,97	7,1%	R\$ 6.495,06	
26	FARMACÊUTICO 3	R\$ 7.295,27	R\$ 8.659,29	R\$ 4.212,00	R\$ 5.335,00							6.375,39	1719,38	27%	Sanear		R\$ 7.096,52	R\$ 198,75	2,7%	R\$ 7.295,27	
27	NUTRICIONISTA 3	R\$ 5.778,63	R\$ 7.437,10	R\$ 4.449,00	R\$ 5.500,00		R\$ 5.584,61			R\$ 6.347,73		5.849,51	906,22	15%	Média			-R\$ 70,88	-1,2%	R\$ 5.778,63	
28	BIÓLOGO 4	R\$ 7.295,27	R\$ 8.481,44	R\$ 7.012,00	R\$ 5.000,00		R\$ 6.396,39					6.837,02	1141,36	17%	Média			R\$ 458,25	6,3%	R\$ 7.295,27	
29	FISIOTERAPEUTA GERAL 3	R\$ 5.778,63	R\$ 6.453,41	R\$ 4.791,00	R\$ 5.900,00		R\$ 6.396,39					5.863,89	598,46	10%	Média			-R\$ 85,26	-1,5%	R\$ 5.778,63	
30	FONOAUDIÓLOGO 4	R\$ 7.295,27	R\$ 13.719,25	R\$ 7.010,00	R\$ 5.200,00							8.306,13	3226,91	39%	Sanear		R\$ 6.501,76	R\$ 793,51	10,9%	R\$ 7.295,27	
31	ORIENTADOR EDUCACIONAL 3	R\$ 7.295,27	R\$ 7.884,55	R\$ 5.348,00	R\$ 2.500,00							5.756,96	2101,67	37%	Sanear		R\$ 6.842,61	R\$ 452,66	6,2%	R\$ 7.295,27	
32	QUÍMICO 3	R\$ 7.295,27	R\$ 8.101,38	R\$ 6.571,00	R\$ 5.000,00							6.741,91	1142,13	17%	Média			R\$ 553,36	7,6%	R\$ 7.295,27	
33	FARMACÊUTICO 4	R\$ 8.061,85	R\$ 10.824,11	R\$ 5.756,00	R\$ 5.500,00			R\$ 9.072,81				7.842,95	2014,58	26%	Sanear		R\$ 8.428,69	-R\$ 366,84	-4,6%	R\$ 8.061,85	
34	QUÍMICO 4	R\$ 8.061,85	R\$ 10.126,73	R\$ 11.643,00	R\$ 5.100,00							8.732,90	2452,54	28%	Sanear	Mediana	R\$ 8.061,85	R\$ -	0,0%	R\$ 8.061,85	
35	ENFERMEIRO 4	R\$ 8.061,85	R\$ 6.891,29	R\$ 6.821,00								7.258,05	569,10	8%	Média			R\$ 803,80	10,0%	R\$ 8.061,85	
36	ENGENHEIRO SEGURANÇA DO TRABALHO 2	R\$ 14.399,45	R\$ 18.273,85	R\$ 13.254,00	R\$ 11.204,69							14.283,00	2572,71	18%	Média			R\$ 116,45	0,8%	R\$ 14.399,45	
37	MÉDICO 4	R\$ 12.298,54	R\$ 24.326,38	R\$ 16.977,00	R\$ 17.642,00		R\$ 12.792,78					16.807,34	4329,14	26%	Sanear		R\$ 14.927,58	R\$ 2.629,04	-21,4%	R\$ 14.927,58	

														média	desvio padrão	coeficiente de variação	resultado						
1 revisão	TÉCNICO EM FARMÁCIA 3	R\$	4.825,22	R\$	3.324,50	R\$	2.476,00	R\$	2.402,00					R\$	5.250,18				3.655,58	1181,80	32%	Sanear	
	TÉCNICO EM FARMÁCIA 3	R\$	4.825,22	R\$	3.324,50	R\$	2.476,00							R\$	5.250,18				3.968,98	1120,15	28%	Sanear	
2 revisão	TÉCNICO EM FARMÁCIA 3	R\$	4.825,22	R\$	3.324,50									R\$	5.250,18				4.466,63	826,03	18%	Média	

1	revisão	Limite superior	4.837,38
		Limite Inferior	2.473,78
2	revisão	Limite superior	5.089,13
		Limite Inferior	2.848,82

1 revisão

												média	desvio padrão	coeficiente de variação	resultado
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 2	R\$ 3.642,83	R\$ 3.912,10	R\$ 1.810,00	R\$ 2.000,00		R\$ 4.254,55		R\$ 3.674,48	R\$ 4.248,33			3.363,18	950,57	28%	Sanear
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 2	R\$ 3.642,83	R\$ 3.912,10		R\$ 2.000,00		R\$ 4.254,55		R\$ 3.674,48	R\$ 4.248,33			3.622,05	764,92	21%	Média

1 revisão

Limite superior

4.313,75

Limite Inferior

2.412,61

														média	desvio padrão	coeficiente de variação	resultado
1 revisão	ASSISTENTE EXECUTIVO	R\$ 6.382,29	R\$ 7.048,51	R\$ 5.863,00	R\$ 2.300,00	R\$ 5.384,99			R\$ 6.800,00					5.629,80	1589,04	28%	Sanear
	ASSISTENTE EXECUTIVO	R\$ 6.382,29	R\$ 7.048,51	R\$ 5.863,00		R\$ 5.384,99			R\$ 6.800,00					6.295,76	607,48	10%	Média

1 revisão	Limite superior	7.218,84
	Limite Inferior	4.040,76

													média	desvio padrão	coeficiente de variação	resultado
1 revisão	BIBLIOTECÁRIO 2	R\$ 5.778,63	R\$ 4.777,19	R\$ 6.776,00	R\$ 3.158,00								5.122,46	1336,33	26%	Sanear
	BIBLIOTECÁRIO 2	R\$ 5.778,63	R\$ 4.777,19	R\$ 6.776,00									5.777,27	816,01	14%	Média

1 revisão	Limite superior	6.458,78
	Limite Inferior	3.786,13

														média	desvio padrão	coeficiente de variação	resultado
1 revisão	FONOAUDIÓLOGO 4	R\$ 7.295,27	R\$ 13.719,25	R\$ 7.010,00	R\$ 5.200,00									8.306,13	3226,91	39%	Sanear
	FONOAUDIÓLOGO 4	R\$ 7.295,27		R\$ 7.010,00	R\$ 5.200,00									6.501,76	927,82	14%	Média

1 revisão	Limite superior	11.533,04
	Limite Inferior	5.079,22

													média	desvio padrão	coeficiente de variação	resultado
1 revisão	ORIENTADOR EDUCACIONA L 3	R\$ 7.295,27	R\$ 7.884,55	R\$ 5.348,00	R\$ 2.500,00								5.756,96	2101,67	37%	Sanear
	ORIENTADOR EDUCACIONA L 3	R\$ 7.295,27	R\$ 7.884,55	R\$ 5.348,00									6.842,61	1083,88	16%	Média

1 revisão	Limite superior	7.858,63
	Limite Inferior	3.655,28

														média	desvio padrão	coeficiente de variação	resultado
1 revisão	FARMACÊUTICO 4	R\$ 8.061,85	R\$ 10.824,11	R\$ 5.756,00	R\$ 5.500,00				R\$ 9.072,81					7.842,95	2014,58	26%	Sanear
	FARMACÊUTICO 4	R\$ 8.061,85	R\$ 10.824,11	R\$ 5.756,00					R\$ 9.072,81					8.428,69	1832,40	22%	Média

1 revisão	Limite superior	9.857,53
	Limite Inferior	5.828,38

													média	desvio padrão	coeficiente de variação	resultado	
1 revisão	QUIMICO 4	R\$	8.061,85	R\$	10.126,73	R\$	11.643,00	R\$	5.100,00					8.732,90	2452,54	28%	Sanear
	QUIMICO 4	R\$	8.061,85	R\$	10.126,73			R\$	5.100,00					7.762,86	2063,02	27%	Mediana

1 revisão	Limite superior	11.185,43
	Limite Inferior	6.280,36

												média	desvio padrão	coeficiente de variação	resultado
1 revisão	MÉDICO	R\$ 12.298,54	R\$ 24.326,38	R\$ 16.977,00	R\$ 17.642,00			R\$ 12.792,78				16.807,34	4329,14	26%	Sanear
	MÉDICO	R\$ 12.298,54		R\$ 16.977,00	R\$ 17.642,00			R\$ 12.792,78				14.927,58	2399,87	16%	Média

1 revisão	Limite superior	21.136,48
	Limite Inferior	12.478,20

1. Operador de Áudio 3

(CBO 3732-05/ 3731-05/ 3731-10/ 3743-05/ 3731-15)

Formação: Ensino médio completo, com qualificação técnica na área de áudio.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência.

Atividades: Configurar, operar e monitorar sistemas de sonorização e gravação; tratar e compilar registros sonoros, incluindo edição, sincronização e mixagem de músicas; desenvolver projetos de sistemas de áudio e gravação; instalar, desinstalar e testar o funcionamento de equipamentos e acessórios de áudio; executar músicas e arquivos sonoros, realizando seleção e gestão de repertório; pesquisar e acompanhar novas tecnologias de reprodução de áudio.

2. Auxiliar de Laboratório 3

(CBO 5152-10/ 5152-20/ 5152-05/ 5152-15/ 3242-05/ 3251-05)

Formação: Ensino médio completo.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência.

Atividades: Coletar material biológico e amostras ambientais (água, solo, sedimentos, lodo etc.) sob orientação, bem como preparar pacientes ou materiais para exames e análises. Auxiliar técnicos no preparo de soluções, amostras, vacinas e na aplicação de medicamentos, sempre sob supervisão. Contribuir para a lavagem e higienização de materiais de laboratório e apoiar o preparo de meios de cultura, estabilizantes e hemoderivados. Organizar o fluxo de trabalho, realizando a recuperação de materiais por meio de lavagem, secagem, separação e embalagem. Atuar em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de biossegurança.

3. Técnico de Enfermagem 1

(CBO 3222-05/ 3222-10/ 3222-15/ 3222-20)

Formação: Curso Técnico Profissionalizante com registro no conselho competente.

Experiência: Júnior – 2 a 4 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Apoiar a prestação de assistência ao paciente, auxiliando na realização de consultas, procedimentos de maior complexidade e na execução de ações prescritas. Contribuir para atividades de promoção da saúde junto à comunidade. Prestar suporte à realização de pesquisas.

4. Técnico em Radiologia 2

(CBO 3241-15/ 3241-20)

Formação: Curso Técnico em Radiologia e demais certificações obrigatórias prevista na legislação com registro no conselho competente.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Operar equipamentos de diagnóstico por imagem, realiza exames radiológicos conforme protocolos técnicos e normas de biossegurança, prepara pacientes e salas, controlar parâmetros de exposição, opera sistemas PACS/RIS, monitora doses de radiação, registrar informações técnicas e elaborar relatórios operacionais.

5. Técnico de Laboratório 2

(CBO 3111-05/ 3011-05/ 3011-10/ 3242-05/ 3251-10)

Formação: Curso Técnico Profissionalizante

Experiência: Pleno – de 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Coletar material biológico e amostras ambientais (água, solo, sedimentos, lodo etc.)

sob orientação, bem como preparar pacientes ou materiais para exames e análises. Auxiliar profissionais no preparo de soluções, amostras, vacinas e na aplicação de medicamentos, sob supervisão. Apoiar a lavagem e higienização de materiais de laboratório e contribuir para o preparo de meios de cultura, estabilizantes e hemoderivados. Organizar o fluxo de trabalho e realizar a recuperação de materiais, efetuando lavagem, secagem, separação e embalagem. Atuar em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de biossegurança. Desenvolver atividades de apoio em hospitais, laboratórios ou farmácias.

6. Técnico de Segurança do Trabalho 2

(CBO 3516-05)

Formação: Curso Técnico Profissionalizante

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Participar da elaboração e implementação da política de saúde e segurança do trabalho, realizar diagnósticos de riscos, desenvolver ações educativas, investigar acidentes, analisar causas e recomendar medidas preventivas, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho.

7. Técnico Eletrônico 2

(CBO 3132-15/ 3132-10/ 3132-05/ 3132-20)

Formação: Curso Técnico Profissionalizante com registro na entidade de classe.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Consertar e instalar aparelhos eletrônicos, desenvolver dispositivos e circuitos eletrônicos e realizar manutenções corretivas, preventivas e preditivas. Sugerir melhorias nos processos de produção e criar e implementar dispositivos de automação. Treinar, orientar e avaliar o desempenho de operadores. Estabelecer comunicação oral e escrita para agilizar o trabalho, redigir documentação técnica e organizar o local de trabalho.

8. Técnico de Enfermagem 3

(CBO 3222-05/ 3222-10/ 3222-15/ 3222-20)

Formação: Curso técnico em Enfermagem com registro no conselho competente.

Experiência: Sênior – de 6 a 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Apoiar a prestação de assistência ao paciente, auxiliando na realização de consultas, procedimentos de maior complexidade e na execução de ações prescritas. Contribuir para atividades de promoção da saúde junto à comunidade. Prestar suporte às atividades de pesquisa.

9. Técnico de Laboratório 4

(CBO 3111-05/ 3011-05/ 3011-10/ 3242-05/ 3251-10/3115-05/ 3115-10/3115-20)

Formação: Curso Técnico Profissionalizante.

Experiência: Master – A partir de 8 anos de experiência profissional na área função.

Atividades: Coletar material biológico e amostras ambientais (água, solo, sedimentos, lodo etc.) sob orientação, bem como preparar pacientes ou materiais para exames e análises. Auxiliar profissionais no preparo de soluções, amostras, vacinas e na aplicação de medicamentos, sob supervisão. Apoiar a lavagem e higienização de materiais de laboratório e contribuir para o preparo de meios de cultura, estabilizantes e hemoderivados. Organizar o fluxo de trabalho e realizar a recuperação de materiais, efetuando lavagem, secagem, separação e embalagem. Atuar em

conformidade com normas e procedimentos técnicos e de biossegurança. Desenvolver atividades de apoio em hospitais, laboratórios ou farmácias. Desenvolver atividades operacionais na área de gerenciamento de resíduos e materiais perigosos. Apoiar a elaboração de documentos técnicos e realizar registros técnicos. Operar equipamentos, organizar e controlar estoque mínimo de materiais de suporte, monitorar processos e acompanhar controle de parâmetros operacionais. Trabalhar em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de biossegurança. Atuar em hospitais, laboratórios, farmácia e central de descontaminação de resíduos nas funções de apoio.

10. Técnico em Farmácia 3

(CBO 3251-15/ 3251-10)

Formação: Curso Profissionalizante

Experiência: Sênior – de 6 a 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Realizar operações farmacotécnicas e conferir fórmulas, efetuando a manutenção de rotina de equipamentos, utensílios de laboratório e rótulos das matérias-primas. Controlar estoques e realizar testes de qualidade de matérias-primas, equipamentos e ambiente. Registrar todas as atividades e procedimentos relacionados à manipulação farmacêutica. Executar as tarefas em conformidade com as boas práticas de manipulação, sob supervisão direta do farmacêutico.

11. Assistente Administrativo 2

(CBO 4110-10)

Formação: Ensino médio completo.

Experiência: Pleno – de 4 a 6 anos de experiência profissional na área da função.

Atividades: Apoiar as áreas de recursos humanos, administração, ensino e logística, atendendo fornecedores e clientes e prestando informações sobre produtos e serviços. Realizar o tratamento de documentos diversos, seguindo os procedimentos estabelecidos. Auxiliar na elaboração de relatórios, planilhas e demais atividades correlatas de complexidade similar.

12. Assistente Administrativo 3

(CBO 4110-10)

Formação: Ensino médio completo.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência profissional na área da função.

Atividades: Apoiar as áreas de recursos humanos, administração, ensino e logística, atendendo fornecedores e clientes e prestando informações sobre produtos e serviços. Realizar o tratamento de documentos diversos, seguindo os procedimentos estabelecidos. Auxiliar na elaboração de relatórios, planilhas e demais atividades correlatas de complexidade similar.

13. Assistente Executivo 3

(CBO 2523-05)

Formação: Ensino médio completo.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência profissional na área da função.

Atividades: Apoiar tecnicamente as atividades da Coordenação de Administração da Ensp nas áreas de execução logística, gestão orçamentário-financeira, Compras Governamentais, Planejamento, Contratos Públicos e Patrimônio Público, utilizando os sistemas governamentais

pertinentes, tais como: SEI, SICAF, CADIN, SIAFI/CPR, entre outros. Apoiar, ainda, as atividades de desenvolvimento e gestão institucional, elaborar relatórios, planilhas e executar outras atividades correlatas de complexidade similar.

14. Analista Administrativo 1

(CBO 2521-05/ 2522-05/ 2527-15/ 2521-20/ 2523-20/ 2512-05/ 2524-05/ 2522-10/ 2525-45/ 2527-20/ 1421-20)

Formação: Ensino superior completo.

Experiência: Júnior – 2 a 4 anos de experiência profissional na área de atuação.

Atividades: Apoiar tecnicamente as atividades de planejamento, organização, controle e assessoria nas áreas de recursos humanos, compras, contratos, patrimônio, logística, informações e ensino, bem como operar sistemas governamentais como SEI, SICAF, SIGEP, CADIN e SIAFI/CPR, além de sistemas de avaliação de desempenho. Contribuir para a implementação de programas e projetos, para a realização de estudos de racionalização e para o controle do desempenho organizacional. Atuar no apoio à fiscalização de contratos e executar outras atividades correlatas de complexidade similar.

15. Analista Administrativo 2

(CBO 2522-10/ 2524-05/ 2512-05/ 2523-20/ 2521-20/ 2527-15/ 2521-05 / 2525-45 / 2527-20 / 1421-20)

Formação: Ensino superior completo.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na área de atuação.

Atividades: Apoiar tecnicamente as atividades de planejamento, organização, controle e assessoria nas áreas de recursos humanos, compras, contratos, patrimônio, logística, informações e ensino, bem como operar sistemas governamentais como SEI, SICAF, SIGEP, CADIN e SIAFI/CPR, além de sistemas de avaliação de desempenho. Contribuir para a implementação de programas e projetos, para a realização de estudos de racionalização e para o monitoramento do desempenho organizacional. Atuar no apoio à fiscalização de contratos e executar outras atividades correlatas de complexidade similar.

16. Analista Administrativo 3

(CBO 2521-05 / 2525-45 / 2524-05 / 2527-20 / 1421-20/ 3522-05)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência profissional na área de atuação.

Atividades: Apoiar tecnicamente as atividades de planejamento, organização, controle e assessoria nas áreas administrativa, técnica e de gestão institucional, incluindo recursos humanos, compras, contratos, patrimônio, logística, ensino, tecnologia e sustentabilidade. Apoiar a elaboração de projetos básicos, termos de referência e demais documentos técnicos, bem como o monitoramento de indicadores técnicos e operacionais, com proposição de medidas corretivas e preventivas. Contribuir para o gerenciamento de resíduos, materiais perigosos, produtos químicos e controlados, sustentabilidade institucional e educação socioambiental, incluindo apoio a ações formativas, treinamentos e rotinas operacionais. Subsidiar a elaboração de relatórios, notas técnicas, procedimentos e instruções técnicas, além de prestar orientação técnica às áreas laboratoriais, ambulatoriais e administrativas quanto à conformidade legal e normativa. Apoiar a execução orçamentário-financeira, compras governamentais, planejamento e contratos públicos,

operar sistemas governamentais (SEI, SIASG, Compras.gov, SIAFI/CPR, entre outros) e apoiar a fiscalização de contratos, executando outras atividades correlatas à área de atuação.

17. Analista Administrativo 4

(CBO 2521-05 / 2525-45 / 2524-05 / 2527-20 / 3522-05 / 1421-20/ 3522-05)

Formação: Ensino superior completo com pós-graduação.

Experiência: Master – A partir 8 anos de experiência profissional na área de atuação.

Atividades: Apoiar tecnicamente as atividades de planejamento, organização, controle e assessoria nas áreas administrativa, técnica e de gestão institucional, incluindo recursos humanos, compras, contratos, patrimônio, logística, ensino, tecnologia e sustentabilidade. Apoiar a elaboração de projetos básicos, termos de referência e demais documentos técnicos, bem como o monitoramento de indicadores técnicos e operacionais, com proposição de medidas corretivas e preventivas. Contribuir para o gerenciamento de resíduos, materiais perigosos, produtos químicos e controlados, sustentabilidade institucional e educação socioambiental, incluindo apoio a ações formativas, treinamentos e rotinas operacionais. Subsidiar a elaboração de relatórios, notas técnicas, procedimentos e instruções técnicas, além de prestar orientação técnica às áreas laboratoriais, ambulatoriais e administrativas quanto à conformidade legal e normativa. Apoiar a execução orçamentário-financeira, compras governamentais, planejamento e contratos públicos, operar sistemas governamentais (SEI, SIASG, Compras.gov, SIAFI/CPR, entre outros) e apoiar a fiscalização de contratos, executando outras atividades correlatas à área de atuação.

18. Assistente Social 1

(CBO 2516-05)

Formação: Ensino superior completo em Serviço Social, com registro no conselho competente.

Experiência: Junior – 2 a 4 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Executar atividades técnicas de Serviço Social, realizando atendimentos, estudos, diagnósticos e intervenções sociais voltadas à promoção do bem-estar individual e coletivo. Desenvolver ações de acolhimento, orientação, encaminhamento e acompanhamento de usuários, famílias ou grupos, conforme demandas institucionais. Elaborar relatórios, pareceres e estudos sociais, realizar visitas técnicas e articular-se com a rede socioassistencial, órgãos públicos e instituições parceiras. Planejar, implementar e monitorar projetos, programas e políticas sociais, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população atendida. Atuar em conformidade com a legislação profissional, princípios éticos e normativos aplicáveis, apoiando processos de gestão, levantamento de informações, produção de indicadores e outras atividades correlatas de complexidade compatível.

19. Biólogo 1

(CBO 2211-05)

Formação: Ensino superior completo e Registro no conselho competente.

Experiência: Junior – 2 a 4 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Realização de diagnósticos biológicos, moleculares e ambientais, coleta e análise de amostras, realização de ensaios, identificação e classificação de espécies, emissão de laudos técnicos e pareceres, perícias etc.

20. Químico 1

(CBO 2132-05/ 2132-10)

Formação: Ensino superior completo com registro no conselho competente.

Experiência: Junior – 2 a 4 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Atuar na execução e validação do fluxo laboratorial. Realizar ensaios e análises químicas, físicas e físico-químicas, envolvendo a seleção de metodologias, reagentes e critérios de amostragem. Executar a preparação de amostras, incluindo o dimensionamento, homogeneização e solubilização das mesmas. Desenvolver e validar metodologias analíticas e de produção de substâncias químicas. Controlar resultados, interpretar dados químicos para assegurar a qualidade e documentar o trabalho por meio da emissão de relatórios e laudos técnicos. Executar diretrizes ambientais, monitorar o impacto ambiental das substâncias e tratar resíduos químicos gerados no processo. Prestar assessoria técnica e supervisionar procedimentos no ambiente de laboratório para manter a conformidade e a eficiência operacional.

21. Químico 2

(CBO 2132-05/ 2132-10)

Formação: Ensino superior completo com registro no conselho competente.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Atuar na execução e validação do fluxo laboratorial. Realizar ensaios e análises químicas, físicas e físico-químicas, envolvendo a seleção de metodologias, reagentes e critérios de amostragem. Executar a preparação de amostras, incluindo o dimensionamento, homogeneização e solubilização das mesmas. Desenvolver e validar metodologias analíticas e de produção de substâncias químicas. Controlar resultados, interpretar dados químicos para assegurar a qualidade e documentar o trabalho por meio da emissão de relatórios e laudos técnicos. Executar diretrizes ambientais, monitorar o impacto ambiental das substâncias e tratar resíduos químicos gerados no processo. Prestar assessoria técnica e supervisionar procedimentos no ambiente de laboratório para manter a conformidade e a eficiência operacional.

22. Biomédico 2

(CBO 2212-05)

Formação: Ensino superior completo com registro no conselho competente.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Analisar amostras de materiais biológicos, bromatológicos e ambientais, utilizando técnicas e instrumentações específicas. Coletar e preparar amostras e materiais, selecionar equipamentos e insumos, visando a precisão e a qualidade dos resultados analíticos. Desenvolver metodologias de análise e executar a liberação e a emissão de laudos e pareceres técnicos. Atuar em bancos de sangue (Hemoterapia) e bancos de células-tronco hematopoiéticas. Operar equipamentos de diagnóstico por imagem e de radioterapia. Participar ativamente na produção e no controle de qualidade de vacinas, biofármacos e reagentes. Executar procedimentos de reprodução assistida e de circulação extracorpórea (Perfusionismo). Desenvolver e apoiar pesquisas técnico-científicas, contribuindo para o avanço do conhecimento na área da saúde. Prestar assessoria e consultoria técnico-científica a outros profissionais e instituições. Trabalhar seguindo rigorosamente as normas e procedimentos de biossegurança, Boas Práticas e controle de qualidade inerentes à sua área de atuação.

23. Psicólogo 2

(CBO 2515-10 / 2515-20 / 2515-40 / 2515-30)

Formação: Ensino superior completo em Psicologia, com registro no conselho competente.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional, os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições. Realizar diagnóstico e avaliação de distúrbios emocionais, mentais e de adaptação social. Tratar e acompanhar o(s) paciente(s) durante o processo de intervenção ou cura, utilizando protocolos e abordagens terapêuticas específicas. Elucidar conflitos e questões internas e externas, auxiliando na resolução de problemas e no autoconhecimento. Investigar os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, facilitando a conscientização e a mudança. Desenvolver pesquisas experimentais, teóricas e clínicas na área da Psicologia. Coordenar equipes e atividades da área e afins, atuando em gestão de serviços e programas. Realizar orientação e aconselhamento psicológico em contextos educacionais, organizacionais e de saúde. Elaborar e emitir laudos, pareceres e relatórios psicológicos. Intervir em situações de crise e emergência, prestando suporte psicológico imediato.

24. Bibliotecário 2

(CBO 2612-05 / 2612-10/2612-15)

Formação: Ensino superior completo e Registro no conselho competente.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Gerenciar unidades e serviços de informação, como bibliotecas, centros de documentação e correlatos, além de administrar redes e sistemas de informação. Tratar tecnicamente e desenvolver recursos informacionais, o que inclui catalogar, classificar (utilizando esquemas como CDU/CDD) e indexar documentos. Coletar, processar e preparar fisicamente os materiais para inclusão no acervo (etiquetagem, carimbagem, registro patrimonial). Disponibilizar e apoiar o acesso à informação em qualquer tipo de suporte (físico, digital, multimídia) aos usuários. Subsidiar e disseminar a informação com o objetivo de facilitar o acesso e a geração do conhecimento, incluindo o apoio a atividades de referência e Disseminação Seletiva da Informação (DSI). Gerenciar o empréstimo, devolução e reserva de materiais, mantendo o controle do fluxo do acervo e sua organização física (estocagem, arranjo e reordenamento). Atender e orientar os usuários na busca de informações em diferentes bases de dados e sistemas. Manter e administrar bases de dados e repositórios digitais, garantindo a integridade e a atualização dos dados. Executar a conservação preventiva e curativa dos documentos e o descarte (desbaste) do acervo, conforme as políticas de desenvolvimento de coleções. Desenvolver e realizar ações de difusão cultural e educação de usuários, aplicando treinamentos e capacitações no uso dos recursos. Apoiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas, e prestar serviços de assessoria e consultoria técnica na área. Coordenar equipes e planejar as políticas de desenvolvimento de coleções (aquisição e permuta de materiais).

25. Enfermeiro 2

(CBO 2235-05/ 2235-20/ 2235-30/ 2235-65)

Formação: Ensino superior completo, com registro no conselho competente.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Prestar assistência integral ao paciente, realizando o acolhimento, monitoramento e o acompanhamento contínuo em diferentes unidades de cuidado. Realizar consultas de

enfermagem, efetuando a coleta de dados, o exame físico, o diagnóstico de enfermagem e a evolução do paciente. Executar procedimentos de maior complexidade técnica e científica, como administração de medicamentos controlados, passagem de sondas, curativos especializados e manuseio de equipamentos de suporte à vida. Prescrever ações e cuidados específicos de enfermagem, estabelecendo o plano de cuidados individualizado. Auxiliar a realização de consultas e procedimentos médicos, prestando suporte técnico e operacional à equipe de saúde. Orientar pacientes, familiares e cuidadores sobre o plano de cuidados, manejo de equipamentos, administração de medicamentos e medidas de prevenção. Implementar ações para a promoção da saúde e prevenção de agravos junto à comunidade e ao indivíduo. Registrar de forma completa e sistemática todas as ações, procedimentos e observações no prontuário do paciente.

26. Farmacêutico 3

(CBO 2234-05)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação, com registro no conselho competente.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Prestar assistência clínica, realizar gestão laboratorial, atender pacientes e clientes para prevenção, habilitação e reabilitação, utilizando protocolos e procedimentos específicos. Efetuar a avaliação e o diagnóstico, tratar pacientes e clientes por meio do cuidado farmacêutico. Orientar pacientes e responsáveis sobre o uso racional de medicamentos e a importância da adesão ao tratamento. Desenvolver e implementar programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida. Realizar tarefas específicas de desenvolvimento, produção e dispensação de produtos da área farmacêutica, como medicamentos, alimentos especiais, cosméticos, imunobiológicos e insumos correlatos. Executar o controle de qualidade, armazenamento, distribuição e transporte de produtos farmacêuticos. Realizar análises clínicas, toxicológicas, físico-químicas, biológicas, microbiológicas e bromatológicas. Exercer a fiscalização sobre estabelecimentos, produtos, serviços e o exercício profissional, zelando pelo cumprimento da legislação sanitária. Participar da elaboração, coordenação e implementação de políticas de medicamentos e de saúde. Realizar pesquisa sobre os efeitos de medicamentos e outras substâncias sobre órgãos, tecidos e funções vitais. Administrar e gerenciar recursos humanos, materiais e financeiros em serviços e estabelecimentos que possuam farmácias. Exercer atividades de ensino e pesquisa, contribuindo para a formação profissional e o avanço científico.

27. Nutricionista 3

(CBO 2237-10)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação, com registro no conselho competente.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades, abrangendo tanto pessoas sadias quanto enfermas, por meio de avaliação, diagnóstico e intervenção. Realizar consultas em ambulatórios, consultórios e na saúde coletiva (unidades primárias de saúde), elaborando planos alimentares personalizados. Planejar, organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição (UAN), garantindo a qualidade e o balanceamento das refeições. Efetuar controle higiênico-sanitário de alimentos e ambientes, garantindo a segurança alimentar e atuando em conformidade com o Manual de Boas Práticas. Participar de programas de educação nutricional e promoção da saúde, difundindo conhecimentos para a comunidade e grupos específicos. Estruturar e gerenciar serviços de atendimento ao consumidor de alimentos. Ministrando cursos, palestras e treinamentos em sua área de conhecimento. Atuar em Vigilância Sanitária e Vigilância Nutricional, monitorando indicadores e políticas públicas de saúde. Realizar auditorias e perícias

em serviços relacionados à alimentação e nutrição. Coordenar equipes e administrar recursos em serviços de alimentação.

28. Biólogo 4

(CBO 2211-05)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação e Registro no conselho competente.

Experiência: Master – A partir 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Realizar diagnósticos biológicos, moleculares e ambientais. Coletar e analisar amostras biológicas, ambientais, clínicas, citológicas, citogenéticas e patológicas. Realizar ensaios e testes laboratoriais específicos. Estudar seres vivos, identificar e classificar espécies, contribuindo para o conhecimento da biodiversidade. Desenvolver pesquisas nas áreas de Biologia, Biologia Molecular, Biotecnologia, Biologia Ambiental e Epidemiologia. Inventariar e monitorar a biodiversidade de ecossistemas. Organizar e gerenciar coleções biológicas (museus e herbários). Manejar recursos naturais e desenvolver atividades de educação ambiental. Executar perícias e emitir laudos técnicos, pareceres e relatórios científicos. Atuar com responsabilidade técnica e prestar consultoria e assessoria técnico-científica em seu campo de especialidade. Gerenciar projetos e laboratórios de pesquisa ou análise, garantindo a qualidade e a biossegurança dos procedimentos.

29. Fisioterapeuta Geral 3

(CBO 2236-06)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação, com registro no conselho competente.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Atender e avaliar as condições funcionais e cinéticas de pacientes, utilizando protocolos e procedimentos específicos da fisioterapia e suas especialidades. Aplicar técnicas fisioterapêuticas e recursos terapêuticos para prevenção, readaptação e recuperação de pacientes, incluindo a prescrição de exercícios e o uso de eletrotermofototerapia. Elaborar o diagnóstico cinesiológico-funcional e o prognóstico fisioterapêutico. Atuar na área de educação em saúde por meio de palestras, distribuição de materiais educativos e orientações para melhor qualidade de vida. Desenvolver e implementar programas de prevenção em saúde geral e do trabalho (incluindo ergonomia e ginástica laboral). Gerenciar serviços de saúde, orientando e supervisionando recursos humanos e processos. Exercer atividades técnico-científicas através da realização de pesquisas, trabalhos específicos, organização e participação em eventos científicos. Elaborar e emitir laudos, pareceres e relatórios técnicos. Conceder alta fisioterapêutica, quando alcançados os objetivos propostos no tratamento.

30. Fonoaudiólogo 4

(CBO 2238-10)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação e Registro no conselho competente.

Experiência: Master – A partir 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Realizar consultas e atendimentos, utilizando protocolos e procedimentos específicos de fonoaudiologia, para prevenção, habilitação e reabilitação de pacientes e clientes. Efetuar avaliação e diagnóstico fonoaudiológico nas áreas de audiologia, linguagem, voz, motricidade

orofacial e disfagia. Tratar pacientes e clientes, aplicando intervenções terapêuticas adequadas para distúrbios de comunicação e deglutição. Orientar pacientes, clientes, familiares, cuidadores e responsáveis, promovendo o manejo clínico e a educação em saúde. Desenvolver e implementar programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida em nível individual e coletivo. Coordenar programas e serviços em saúde, administrar recursos humanos, materiais e financeiros e exercer atividades administrativas. Elaborar documentos técnicos essenciais, como prontuários, laudos, pareceres e relatórios. Difundir conhecimentos da área e exercer atividades de ensino e pesquisa. Efetuar perícias e auditorias fonoaudiológicas e sindicâncias (na gestão de serviços).

31. Orientador Educacional 3

(CBO 2394-10)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Assessorar projetos na área de Tecnologia Educacional e o uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) aplicadas à educação. Implementar, avaliar e coordenar o desenvolvimento de projetos pedagógicos/instrucionais, tanto nas modalidades de ensino presencial quanto a distância (EaD). Analisar e propor novos recursos tecnológicos e apontar melhorias em softwares educacionais, sistemas e ferramentas de apoio ao ensino. Aplicar metodologias e técnicas para facilitar e aprimorar o processo de ensino e aprendizagem em todos os níveis de ensino (acadêmicos e corporativos). Apoiar e assessorar docentes e alunos no uso de ferramentas e sistemas em processos educativos, promovendo capacitações e treinamentos. Organizar a documentação técnica das tecnologias utilizadas no Ensino e elaborar relatórios técnicos para subsidiar a tomada de decisão gerencial. Viabilizar o trabalho coletivo, criar e organizar mecanismos de participação em programas e projetos educacionais. Acompanhar e avaliar os processos educacionais, visando atender as necessidades dos alunos e da instituição. Assessorar na aplicação de tecnologia assistiva aplicada à educação, promovendo a acessibilidade e inclusão. Facilitar o processo comunicativo entre a comunidade escolar e as associações a ela vinculadas.

32. Químico 3

(CBO 2132-05/ 2132-10)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação e Registro no conselho competente.

Experiência: Sênior – 6 a 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Atuar na execução e validação do fluxo laboratorial. Realizar ensaios e análises químicas, físicas e físico-químicas, envolvendo a seleção de metodologias, reagentes e critérios de amostragem. Executar a preparação de amostras, incluindo o dimensionamento, homogeneização e solubilização das mesmas. Desenvolver e validar metodologias analíticas e de produção de substâncias químicas. Controlar resultados, interpretar dados químicos para assegurar a qualidade e documentar o trabalho por meio da emissão de relatórios e laudos técnicos. Executar diretrizes ambientais, monitorar o impacto ambiental das substâncias e tratar resíduos químicos gerados no processo. Prestar assessoria técnica e supervisionar procedimentos no ambiente de laboratório para manter a conformidade e a eficiência operacional.

33. Farmacêutico 4

(CBO 2234-05)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação e Registro no conselho competente.

Experiência: Master – A partir 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Prestar assistência clínica, realizar gestão laboratorial, atender pacientes e clientes para prevenção, habilitação e reabilitação, utilizando protocolos e procedimentos específicos. Efetuar a avaliação e o diagnóstico, tratar pacientes e clientes por meio do cuidado farmacêutico. Orientar pacientes e responsáveis sobre o uso racional de medicamentos e a importância da adesão ao tratamento. Desenvolver e implementar programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida. Realizar tarefas específicas de desenvolvimento, produção e dispensação de produtos da área farmacêutica, como medicamentos, alimentos especiais, cosméticos, imunobiológicos e insumos correlatos. Executar o controle de qualidade, armazenamento, distribuição e transporte de produtos farmacêuticos. Realizar análises clínicas, toxicológicas, físico-químicas, biológicas, microbiológicas e bromatológicas. Exercer a fiscalização sobre estabelecimentos, produtos, serviços e o exercício profissional, zelando pelo cumprimento da legislação sanitária. Participar da elaboração, coordenação e implementação de políticas de medicamentos e de saúde. Realizar pesquisa sobre os efeitos de medicamentos e outras substâncias sobre órgãos, tecidos e funções vitais. Administrar e gerenciar recursos humanos, materiais e financeiros em serviços e estabelecimentos que possuam farmácias. Exercer atividades de ensino e pesquisa, contribuindo para a formação profissional e o avanço científico.

34. Químico 4

(CBO 2132-05/ 2132-10)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação e Registro no conselho competente.

Experiência: Master – A partir 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Atuar na execução e validação do fluxo laboratorial. Realizar ensaios e análises químicas, físicas e físico-químicas, envolvendo a seleção de metodologias, reagentes e critérios de amostragem. Executar a preparação de amostras, incluindo o dimensionamento, homogeneização e solubilização das mesmas. Desenvolver e validar metodologias analíticas e de produção de substâncias químicas. Controlar resultados, interpretar dados químicos para assegurar a qualidade e documentar o trabalho por meio da emissão de relatórios e laudos técnicos. Executar diretrizes ambientais, monitorar o impacto ambiental das substâncias e tratar resíduos químicos gerados no processo. Prestar assessoria técnica e supervisionar procedimentos no ambiente de laboratório para manter a conformidade e a eficiência operacional.

35. Enfermeiro 4

(CBO 2235-20/ 2235-30/ 2235-65)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação e Registro no conselho competente.

Experiência: Master – A partir 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Prestar assistência integral ao paciente, realizando o acolhimento, monitoramento e o acompanhamento contínuo em diferentes unidades de cuidado. Realizar consultas de enfermagem, efetuando a coleta de dados, o exame físico, o diagnóstico de enfermagem e a evolução do paciente. Executar procedimentos de maior complexidade técnica e científica, como administração de medicamentos controlados, passagem de sondas, curativos especializados e manuseio de equipamentos de suporte à vida. Prescrever ações e cuidados específicos de enfermagem, estabelecendo o plano de cuidados individualizado. Auxiliar a realização de consultas e procedimentos médicos, prestando suporte técnico e operacional à equipe de saúde. Orientar pacientes, familiares e cuidadores sobre o plano de cuidados, manejo de equipamentos, administração de medicamentos e medidas de prevenção. Implementar ações para a promoção

da saúde e prevenção de agravos junto à comunidade e ao indivíduo. Registrar de forma completa e sistemática todas as ações, procedimentos e observações no prontuário do paciente.

36. Engenheiro Segurança do Trabalho 2

(CBO 2149-15)

Formação: Ensino superior completo com Pós-graduação e Registro no conselho competente.

Experiência: Pleno – 4 a 6 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Controlar perdas de processos, produtos e serviços, identificando, determinando e analisando suas causas-raiz, por meio de investigações de acidentes e auditorias. Estabelecer planos de ações preventivas e corretivas, implementando medidas de controle de risco de engenharia e administrativas. Desenvolver, testar e supervisionar sistemas, processos e métodos produtivos seguros, integrando a segurança desde a fase de planejamento (Análise Preliminar de Riscos – APR). Gerenciar atividades de segurança no trabalho e do meio ambiente (SSMA/EHS), garantindo o cumprimento de Normas Regulamentadoras (NRs) e legislações ambientais. Gerenciar exposições a fatores ocupacionais de risco à saúde do trabalhador, como agentes químicos, físicos e biológicos, através da elaboração e gestão do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos). Planejar empreendimentos e atividades produtivas sob a perspectiva da segurança, definindo requisitos técnicos para aquisição de máquinas e equipamentos. Coordenar equipes multidisciplinares (incluindo SESMT e CIPA), treinamentos e todas as atividades de trabalho relacionadas à segurança. Elaborar documentos técnicos essenciais, como laudos de insalubridade, periculosidade e PCMAT (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção).

37. Médico 4

(CBO 2251-25/ 2251-70)

Formação: Ensino superior completo em medicina com Residência Médica, Pós-graduação e Registro no conselho competente.

Experiência: Master – A partir de 8 anos de experiência profissional na função.

Atividades: Cuidar do paciente e da saúde da comunidade, atuando em diferentes níveis de complexidade. Realizar consultas e atendimentos médicos ambulatoriais e de urgência, avaliando o estado de saúde de pacientes. Tratar pacientes, prescrevendo medicamentos, solicitando exames e indicando procedimentos terapêuticos. Atuar na emergência e urgência médica, prestando socorro imediato, estabilizando e manejando casos agudos. Efetuar a avaliação e o acompanhamento contínuo de doenças crônicas e agudas. Promover a saúde coletiva e a prevenção de doenças, programando e implementando ações de saúde pública, tanto individuais quanto em grupos. Prestar assistência em diversas áreas da saúde, como pré-natal, puericultura e saúde do idoso. Coordenar programas e serviços de saúde, bem como equipes multidisciplinares. Efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas, analisando documentos e processos. Elaborar documentos médicos essenciais, como prontuários, atestados, laudos, pareceres e relatórios. Difundir conhecimentos da área médica, por meio de palestras, aulas ou publicações. Encaminhar pacientes a especialistas, quando necessário, garantindo a continuidade e a integralidade do cuidado. Participar ativamente de programas de vigilância epidemiológica e sanitária, notificando doenças e controlando surtos.



MEMÓRIA DE CÁLCULO

PREGÃO N° XXXX/XXXX-ENSP

Módulo - 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
Rubrica	%	Memória de Cálculo	Base Legal
1.A – Salário Base	N/A	N/A	Pesquisa de mercado anexada aos autos
1.B – Adicional de periculosidade	N/A	N/A	CLT
1.C – Adicional de insalubridade	40,00%	= (0,4) * (SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL PARA CÁLCULO DE INSALUBRIDADE OU CONFORME CCT)	CLT
1.D – Adicional de Noturno	N/A	N/A	CF, art. 7º, inciso IX
1.E – Adicional de Hora Noturna Reduzida	N/A	N/A	Súmula 60 do TST
1.C – Outros	N/A	N/A	N/A

Módulo - 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 – 13º Salário e Férias e Adicional de Férias			
Rubrica	%	Memória de Cálculo	Base Legal
2.1.A – 13º Salário	8,33%	= (1/12) * (TOTAL DO MÓDULO 1)	Lei nº 4090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88
2.1.B – Férias	9,075%	= ((1/11) = 9,09% por força do Anexo XII da IN05/2017 provisiona-se 9,075%, logo = (0,09075) * (TOTAL DO MÓDULO 1)	Art. 7º, XVII, CF/88
2.1.C – Adicional de Férias	3,030%	= ((1/11)/3) = 3,03% por força do Anexo XII da IN05/2017 provisiona-se 3,025% logo = (0,03025) * (TOTAL DO MÓDULO 1)	Art. 7º, XVII, CF/88

Submódulo 2.2 – Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
Rubrica	%	Memória de Cálculo	Base Legal
2.2.A – INSS	20,00%	= (0,0) * (TOTAL DO MÓDULO 1 + TOTAL DO SUBMÓDULO 2.1)	CPRB - Art. 10º, § 3º da IN RFB nº 20.53/2021
2.2.B – Salário Educação	2,50%	= (0,025) * (TOTAL DO MÓDULO 1 + TOTAL DO SUBMÓDULO 2.1)	Art. 3º, Inciso I, Decreto nº 87.043/82
2.2.C – SAT Seguro Acidente de Trabalho	3,10%	= (0,03) * (TOTAL DO MÓDULO 1 + TOTAL DO SUBMÓDULO 2.1)	Art. 22º, Inciso II, Lei n.º 8.212/91
2.2.D – SESC ou Sesi	1,50%	= (0,015) * (TOTAL DO MÓDULO 1 + TOTAL DO SUBMÓDULO 2.1)	Art. 30º, Lei n.º 8.036/90
2.2.E – SENAI - SENAC	1,00%	= (0,01) * (TOTAL DO MÓDULO 1 + TOTAL DO SUBMÓDULO 2.1)	Art. 1º Caput Decreto Lei 6246/44/SENAI e Art. 4º Caput Decreto Lei 8621/46/SENAC
2.2.F – SEBRAE	0,60%	= (0,006) * (TOTAL DO MÓDULO 1 + TOTAL DO SUBMÓDULO 2.1)	Art. 8º 8029/90
2.2.G – IN CRA	0,20%	= (0,002) * (TOTAL DO MÓDULO 1 + TOTAL DO SUBMÓDULO 2.1)	Art. 4, Inciso I, 2 c/c Art. 3º, ambos do oDecreto Lei nº 1146/70
2.2.H – FGTS	8,00%	= (0,08) * (TOTAL DO MÓDULO 1 + TOTAL DO SUBMÓDULO 2.1)	Art 15º, Lei 8036/90 e Art. 7º, Inciso III, C/F8/8

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários			
Rubrica	%	Memória de Cálculo	Base Legal
2.3.A – Auxílio Transporte	6,00%	=SE(VALOR MENSAL DO VT <= % EMPREGADO;"Dedução igual/superior";VALOR MENSAL DO VT - % EMPREGADO)	Pesquisa oficial
2.3.B – Auxílio-Refeição	10,00%	= ((VALOR DIÁRIO) * 22 Dias) - 20% (% EMPREGADO CONFORME CCT)	Clausula Decima Terceira da CCT

2.3.A – Auxílio Transporte (as quatro tarifas modais (município do Rio de Janeiro) estão fixadas no sentido de imprimir isonomia entre as licitantes, sendo certo que tal benefício será pago de acordo com o efetivamente recebido pelos funcionários, quando da execução contratual, bem como os 22 dias)

Cargo	Tarifa modal	Quantidade de tarifas por dia	Valor Diário	Dias efetivamente trabalhados no mês	% Funcionário	Valor mensal	Valor Líquido (-% empregado)
OPERADOR DE AUDIO 3	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 156,83
AUXILIAR DE LABORATORIO 3	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 252,01
TÉCNICO DE ENFERMAGEM 1	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 232,95
TÉCNICO EM RADIOLOGIA 2	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 232,30
TÉCNICO DE LABORATORIO 2	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 236,87
TÉCNICO SEGURANÇA DO TRABALHO 2	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 146,07
TÉCNICO ELETRÔNICO 2	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 156,83
TÉCNICO DE ENFERMAGEM 3	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 202,35
TÉCNICO DE LABORATORIO 4	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 150,49
TÉCNICO EM FARMACIA 3	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 150,49
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 2	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 221,43
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 3	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 156,83
ASSISTENTE EXECUTIVO 3	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 57,06
ANALISTA ADMINISTRATIVO 1	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 156,83
ANALISTA ADMINISTRATIVO 2	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 57,06
ANALISTA ADMINISTRATIVO 3	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 0,00
ANALISTA ADMINISTRATIVO 4	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 0,00
ASSISTENTE SOCIAL 1	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 152,50
BIÓLOGO1	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 196,27
QUÍMICO 1	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 203,20
QUÍMICO 2	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 126,86
BIOMÉDICO 2	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 162,55
PSICÓLOGO 2	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 133,55
BIBLIOTECÁRIO 2	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 93,28
ENFERMEIRO 2	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 50,30
FARMACÊUTICO 3	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 2,28
NUTRICIONISTA 3	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 93,28
BIÓLOGO 4	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 2,28
FISIOTERAPEUTA GERAL 3	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 93,28
FONOAUDIÓLOGO 4	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 2,28
ORIENTADOR EDUCACIONAL 3	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 2,28
QUÍMICO 3	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 2,28
FARMACÊUTICO 4	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 0,00
QUÍMICO 4	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 0,00
ENFERMEIRO 4	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 0,00
ENGENHEIRO SEGURANÇA DO TRABALHO 2	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 0,00
MÉDICO 4	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00	22	6%	R\$ 440,00	R\$ 0,00

2.3.B – Auxílio Alimentação

Cargo	Valor Diário (Conforme CCT)	Dias efetivamente trabalhados no mês	% Empregado	Valor Líquido (Valor total (-% empregado))
OPERADOR DE AUDIO 3	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
AUXILIAR DE LABORATORIO 3	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
TÉCNICO DE ENFERMAGEM 1	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
TÉCNICO EM RADIOLOGIA 2	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
TÉCNICO DE LABORATORIO 2	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
TÉCNICO SEGURANÇA DO TRABALHO 2	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
TÉCNICO ELETRÔNICO 2	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
TÉCNICO DE ENFERMAGEM 3	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
TÉCNICO DE LABORATORIO 4	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
TÉCNICO EM FÁRMACIA 3	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 2	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 3	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
ASSISTENTE EXECUTIVO 3	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
ANALISTA ADMINISTRATIVO 1	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
ANALISTA ADMINISTRATIVO 2	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
ANALISTA ADMINISTRATIVO 3	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
ANALISTA ADMINISTRATIVO 4	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
ASSISTENTE SOCIAL 1	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
BIÓLOGO1	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
QUIMICO 1	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
QUIMICO 2	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
BIOMEDICO 2	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
PSICOLOGO 2	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
BIBLIOTECÁRIO 2	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
ENFERMEIRO 2	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
FARMACÊUTICO 3	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
NUTRICIONISTA 3	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
BIÓLOGO 4	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
FISIOTERAPEUTA GERAL 3	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
FONOAUDIÓLOGO 4	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
ORIENTADOR EDUCACIONAL 3	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
QUIMICO 3	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
FARMACÊUTICO 4	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
QUIMICO 4	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
ENFERMEIRO 4	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
ENGENHEIRO SEGURANÇA DO TRABALHO 2	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22
MÉDICO 4	R\$ 28,99	22	20%	R\$ 510,22

2.3.C – Seguro de Vida	
Cargo	Valor em R\$
OPERADOR DE AUDIO 3	R\$ 0,00
AUXILIAR DE LABORATORIO 3	R\$ 0,00
TÉCNICO DE ENFERMAGEM 1	R\$ 0,00
TÉCNICO EM RADIOLOGIA 2	R\$ 0,00
TÉCNICO DE LABORATORIO 2	R\$ 0,00
TÉCNICO SEGURANÇA DO TRABALHO 2	R\$ 0,00
TÉCNICO ELETRÔNICO 2	R\$ 0,00
TÉCNICO DE ENFERMAGEM 3	R\$ 0,00
TÉCNICO DE LABORATORIO 4	R\$ 0,00
TÉCNICO EM FÁRMACIA 3	R\$ 0,00
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 2	R\$ 0,00
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 3	R\$ 0,00
ASSISTENTE EXECUTIVO 3	R\$ 0,00
ANALISTA ADMINISTRATIVO 1	R\$ 0,00
ANALISTA ADMINISTRATIVO 2	R\$ 0,00
ANALISTA ADMINISTRATIVO 3	R\$ 0,00
ANALISTA ADMINISTRATIVO 4	R\$ 0,00
ASSISTENTE SOCIAL 1	R\$ 0,00
BIÓLOGO1	R\$ 0,00
QUIMICO 1	R\$ 0,00
QUIMICO 2	R\$ 0,00
BIOMEDICO 2	R\$ 0,00
PSICOLOGO 2	R\$ 0,00
BIBLIOTECÁRIO 2	R\$ 0,00
ENFERMEIRO 2	R\$ 0,00
FARMACÊUTICO 3	R\$ 0,00
NUTRICIONISTA 3	R\$ 0,00
BIÓLOGO 4	R\$ 0,00
FISIOTERAPEUTA GERAL 3	R\$ 0,00
FONOAUDIÓLOGO 4	R\$ 0,00
ORIENTADOR EDUCACIONAL 3	R\$ 0,00
QUIMICO 3	R\$ 0,00
FARMACÊUTICO 4	R\$ 0,00
QUIMICO 4	R\$ 0,00
ENFERMEIRO 4	R\$ 0,00
ENGENHEIRO SEGURANÇA DO TRABALHO 2	R\$ 0,00
MÉDICO 4	R\$ 0,00

2.3.D – Plano de Assistência Médica (caso haja previsão no instrumento coletivo de trabalho da licitante)			
Cargo	Valor Total	% Empregado	(Valor total (-% empregado))
OPERADOR DE AUDIO 3	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
AUXILIAR DE LABORATORIO 3	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
TÉCNICO DE ENFERMAGEM 1	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
TÉCNICO EM RADIOLOGIA 2	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
TÉCNICO DE LABORATORIO 2	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
TÉCNICO SEGURANÇA DO TRABALHO 2	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
TÉCNICO ELETRÔNICO 2	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
TÉCNICO DE ENFERMAGEM 3	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
TÉCNICO DE LABORATORIO 4	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
TÉCNICO EM FÁRMACIA 3	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 2	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 3	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
ASSISTENTE EXECUTIVO 3	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
ANALISTA ADMINISTRATIVO 1	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
ANALISTA ADMINISTRATIVO 2	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
ANALISTA ADMINISTRATIVO 3	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
ANALISTA ADMINISTRATIVO 4	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
ASSISTENTE SOCIAL 1	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
BIÓLOGO1	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
QUÍMICO 1	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
QUÍMICO 2	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
BIOMÉDICO 2	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
PSICOLOGO 2	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
BIBLIOTECÁRIO 2	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
ENFERMEIRO 2	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
FARMACÊUTICO 3	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
NUTRICIONISTA 3	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
BIÓLOGO 4	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
FISIOTERAPEUTA GERAL 3	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
FONOAUDIÓLOGO 4	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
ORIENTADOR EDUCACIONAL 3	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
QUÍMICO 3	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
FARMACÊUTICO 4	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
QUÍMICO 4	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
ENFERMEIRO 4	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
ENGENHEIRO SEGURANÇA DO TRABALHO 2	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88
MÉDICO 4	R\$ 321,04	15%	R\$ 272,88

Módulo - 3 - PROVISÃO PARA RECISÃO			
Rubrica	%	Memória de Cálculo	Base Legal
3.A – Aviso Prévio Indenizado	0,42%	SALÁRIO INTEGRAL 100% * (1/12) * (5% de empregados demitidos de acordo com estudo do STF)	Art. 7º, XXI, CF / 88, 477, 487 e 491 CLT e Acórdão TCU 1904/2007. Acórdãos n. 1904/2007 -Plenário, n. 3006/2010-Plenário e n. 11186/2017-Plenário
3.B – Incidência do fgts sobre aviso prévio indenizado	8,00%	%FGTS "RUBRICA 2.2H" * %"RUBRICA 3.A"	Súmula n.º 305 do TST
3.C – Multa do fgts e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado	2,00%	Por regulamentação da IN05/2017 Órgãos que trabalham com Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação deverão reter da contratada o montante de 2% para as rubricas 3.C e 3.F das planilhas de custos e formação de preços.	IN 05/2017
3.D – Aviso prévio trabalhado	1,94%	((1/30)*7)/12	Acórdãos 1904/2007-TCU-Plenário e 3006/2010-TCU-Plenário e n. 11186/2017-Plenário.
3.E – Incidência de encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado	0,72%	= (TOTAL DO SUBMÓDULO 2.2) * (AVISO PRÉVIO TRABALHADO RUBRICA 3.D)	
3.F – Multa do fgts e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	2,00%	Por regulamentação da IN05/2017 Órgãos que trabalham com Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação deverão reter da contratada o montante de 2% para as rubricas 3.C e 3.F das planilhas de custos e formação de preços.	IN 05/2017

Módulo - 4 - CUSTO DE PROFISSIONAL AUSENTE			
Rubrica	%	Memória de Cálculo	Base Legal
4.A – Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	Item zerado conforme edital	
4.B –Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%	=(1/30/12) * TOTAL DOS MÓDULOS (1, 2 e 3)	Arts. 473º da CLT,
4.C – Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	=(5/30/12*0,015) * TOTAL DOS MÓDULOS (1, 2 e 3)	Art. 7º, Inciso XIX da CF/88 e Art. 10, § 1º do ADCT
4.D – Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	=(15/30/12*0,0078) * TOTAL DOS MÓDULOS (1, 2 e 3)	Art. 19 a 23 da Lei 8.213/91
4.E – Substituto na Cobertura de Afastamento por Maternidade	0,04%	=(((4/12)*11,11%)*2%) * TOTAL DOS MÓDULOS (1, 2 e 3)	Art. 7º, Inciso XVIII da CF/88

Módulo - 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
Rubrica	%	Memória de Cálculo	Base Legal
6.A – Custos Indiretos	5,00%	=(0,10*(TOTAL MÓDULOS 1, 2, 3, 4 e 5)total insumos diversos + total ausências legais + total provisão rescisão + total J223encargos e benefícios anuais, mensais e diários + total remuneração))	Manual de Orientação para Preenchimento da Planilha de Custo e Formação de Preços (Secretaria de Logística e Tecnologia da informação - SLTI). O percentual de 5% será considerado como máximo aceitável, com base nos editais do TCU (PE 33/2020 e 07/2021, dentre outros)
6.B – Lucro	10,00%	=(0,05 *(RUBRICA 6.A + TOTAL DOS MÓDULOS 1, 2, 3, e 5))	Manual de Orientação para Preenchimento da Planilha de Custo e Formação de Preços (Secretaria de Logística e Tecnologia da informação - SLTI). O percentual de 10% será considerado como máximo aceitável, com base nos editais do TCU (PE 33/2020 e 07/2021, dentre outros)
6.C – Total dos Tributos	14,25%	=(6.C-1 + 6.C-2 + 6.C-3 + 6.C-4)	Manual de Orientação para Preenchimento da Planilha de Custo e Formação de Preços (Secretaria de Logística e Tecnologia da informação - SLTI)
6.C-1 – Tributos Federais (Especificar)	9,25%	= ((TOTAL DOS MÓDULOS 1,2,3,4 e 5 + "RUBRICA 6.A" + "RUBRICA 6.B")/(1-"RUBRICA 6.C"/100))*(Pis 0,73% + Cofins 3,34%)	Art. 239 da CF 1988 e as LCs 7, de 07/09/1970, e 8, de 03/12/1970. Foram considerados para fins de estimativa da Administração, os percentuais relativos a empresas cuja forma de tributação é o lucro real, sendo certo que cada licitante deverá se adequar à sua realidade.
6.C-2 –CPRB	0,00%	=(TOTAL DOS MÓDULOS 1,2,3,4 e 5 + "RUBRICA 6.A" + "RUBRICA 6.B")/(1-"RUBRICA 6.C"/100)*(CPRB 4,5%))	CPRB - Art. 10º, § 3º da IN RFB nº 20.53/2021

6.C-3 – TRIBUTOS MUNICIPAIS	5,00%	$= ((\text{TOTAL DOS MÓDULOS 1,2,3,4 e 5} + \text{"RUBRICA 6.A"} + \text{"RUBRICA 6.B"}) / (1 - \text{"RUBRICA 6.C"} / 100) * (\text{ISSQN 5\%}))$	Foi considerado para fins de estimativa da Administração, o percentual de 5%, vigente no Município do Rio de Janeiro/RJ.
-----------------------------	-------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



PLANILHA DE CARGA DE TRABALHO													
Item	Posto	Nível	CBO	Carga Horária Semanal	Vagas Imediatas	Vagas Futuras	Total de Vagas	Salário Base (*)	Custo Unitário	Custo Unitário Anual	Custo Total Mensal (Custo unitário X Total de vagas)	Custo Total Anual	
1	OPERADOR DE AUDIO 3	Sênior	3732-05/ 3731-05/ 3731-10/ 3743-05/ 3731-15	40	2	0	2	R\$ 4.719,54	R\$ 13.751,98	R\$ 165.023,82	R\$ 27.503,97	R\$ 330.047,63	
2	AUXILIAR DE LABORATORIO 3	Sênior	5152-20/ 5152-05/ 5152-15/ 3242-05/ 3251-05	40	4	0	4	R\$ 3.133,13	R\$ 10.392,51	R\$ 124.710,13	R\$ 41.570,04	R\$ 498.840,53	
3	TÉCNICO DE ENFERMAGEM 1	Junior	3222-05/ 3222-10/ 3222-15/ 3222-20	40	1	0	1	R\$ 3.450,90	R\$ 10.950,45	R\$ 131.405,40	R\$ 10.950,45	R\$ 131.405,40	
4	TÉCNICO EM RADIOLOGIA 2	Pleno	3241-15/ 3241-20	20	0	1	1	R\$ 3.461,68	R\$ 10.974,64	R\$ 131.695,69	R\$ 10.974,64	R\$ 131.695,69	
5	TÉCNICO DE LABORATORIO 2		3111-05/ 3011-05/ 3011-10/ 3242-05/ 3251-10	40	0	1	1	R\$ 3.385,56	R\$ 10.958,97	R\$ 131.507,67	R\$ 10.958,97	R\$ 131.507,67	
6	TÉCNICO SEGURANÇA DO TRABALHO 2		3516-05	40	1	0	1	R\$ 4.898,80	R\$ 14.253,85	R\$ 171.046,24	R\$ 14.253,85	R\$ 171.046,24	
7	TÉCNICO ELETRÔNICO 2		3132-15/ 3132-10/ 3132-05/3132-20	40	1	0	1	R\$ 4.719,54	R\$ 13.917,26	R\$ 167.007,17	R\$ 13.917,26	R\$ 167.007,17	
8	TÉCNICO DE ENFERMAGEM 3	Sênior	3222-05/ 3222-10/ 3222-15/ 3222-20	40	3	0	3	R\$ 3.960,90	R\$ 12.094,91	R\$ 145.138,89	R\$ 36.284,72	R\$ 435.416,67	
9	TÉCNICO DE LABORATORIO 4	Master	3111-05/ 3011-05/ 3011-10/ 3242-05/ 3251-10/3115-05/ 3115-10/ 3115-20	40	9	0	9	R\$ 4.825,22	R\$ 14.189,62	R\$ 170.275,43	R\$ 127.706,57	R\$ 1.532.478,89	
10	TÉCNICO EM FÁRMACIA 3	Sênior	3251-15 / 3251-10	40	2	0	2	R\$ 4.825,22	R\$ 14.034,47	R\$ 168.413,66	R\$ 28.068,94	R\$ 336.827,32	
11	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 2	Pleno	4110-10	40	14	9	23	R\$ 3.642,83	R\$ 11.335,81	R\$ 136.029,72	R\$ 260.723,64	R\$ 3.128.683,66	
12	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 3	Sênior	4110-10	40	30	0	30	R\$ 4.719,54	R\$ 13.751,98	R\$ 165.023,82	R\$ 412.559,54	R\$ 4.950.714,49	
13	ASSISTENTE EXECUTIVO 3	Sênior	2523-05	40	13	0	13	R\$ 6.382,29	R\$ 17.483,25	R\$ 209.799,04	R\$ 227.282,29	R\$ 2.727.387,47	
14	ANALISTA ADMINISTRATIVO 1	Junior	2522-05 2522-10 2524-05 2512-05 2523-20 2521-20 2527-15	40	3	0	3	R\$ 4.719,54	R\$ 13.751,98	R\$ 165.023,82	R\$ 41.255,95	R\$ 495.071,45	

15	ANALISTA ADMINISTRATIVO 2	Pleno	2521-05	40	59	0	59	R\$ 6.382,29	R\$ 17.483,25	R\$ 209.799,04	R\$ 1.031.511,93	R\$ 12.378.143,13
			2522-05									
			2522-10									
			2524-05									
			2512-05									
			2523-20									
			2521-20									
16	ANALISTA ADMINISTRATIVO 3	Sênior	2527-15	40	39	0	39	R\$ 7.441,74	R\$ 19.869,49	R\$ 238.433,87	R\$ 774.910,06	R\$ 9.298.920,74
			2521-05									
			2525-45									
			2524-05									
			2527-20									
			1421-20									
			3522-05									
17	ANALISTA ADMINISTRATIVO 4	Master	2521-05	40	19	0	19	R\$ 8.769,35	R\$ 22.956,38	R\$ 275.476,57	R\$ 436.171,24	R\$ 5.234.054,85
			2525-45									
			2524-05									
			2527-20									
			3522-05									
			1421-20									
18	ASSISTENTE SOCIAL 1	Junior	2516-05	30	0	1	1	R\$ 4.791,59	R\$ 13.913,67	R\$ 166.964,01	R\$ 13.913,67	R\$ 166.964,01
19	BIÓLOGO1	Junior	2211-05	40	0	1	1	R\$ 4.062,17	R\$ 13.073,93	R\$ 156.887,20	R\$ 13.073,93	R\$ 156.887,20
20	QUIMICO 1		2132-05	40	0	1	1	R\$ 3.946,63	R\$ 12.814,66	R\$ 153.775,89	R\$ 12.814,66	R\$ 153.775,89
21	QUIMICO 2	Pleno	2132-05	40	0	1	1	R\$ 5.219,03	R\$ 15.669,97	R\$ 188.039,60	R\$ 15.669,97	R\$ 188.039,60
22	BIOMEDICO 2		2212-05	40	0	1	1	R\$ 4.624,09	R\$ 13.583,13	R\$ 162.997,55	R\$ 13.583,13	R\$ 162.997,55
23	PSICOLOGO 2		2515-10	40	0	1	1	R\$ 5.107,54	R\$ 14.622,67	R\$ 175.472,04	R\$ 14.622,67	R\$ 175.472,04
24	BIBLIOTECÁRIO 2		2612-05	40	1	0	1	R\$ 5.778,63	R\$ 16.128,62	R\$ 193.543,43	R\$ 16.128,62	R\$ 193.543,43
25	ENFERMEIRO 2		2235-05	40	1	0	1	R\$ 6.495,06	R\$ 17.781,65	R\$ 213.379,80	R\$ 17.781,65	R\$ 213.379,80
26	FARMACÊUTICO 3	Sênior	2234-05	40	1	0	1	R\$ 7.295,27	R\$ 19.577,35	R\$ 234.928,19	R\$ 19.577,35	R\$ 234.928,19
27	NUTRICIONISTA 3		2237-10	40	2	0	2	R\$ 5.778,63	R\$ 16.173,96	R\$ 194.087,48	R\$ 32.347,91	R\$ 388.174,95
28	BIÓLOGO 4	Master	2211-05	40	4	0	4	R\$ 7.295,27	R\$ 20.329,12	R\$ 243.949,45	R\$ 81.316,48	R\$ 975.797,81
29	FISIOTERAPEUTA GERAL 3	Senior	2236-06	30	1	0	1	R\$ 5.778,63	R\$ 16.173,96	R\$ 194.087,48	R\$ 16.173,96	R\$ 194.087,48
30	FONOAUDIÓLOGO 4	Master	2238-10	40	1	0	1	R\$ 7.295,27	R\$ 19.577,35	R\$ 234.928,19	R\$ 19.577,35	R\$ 234.928,19
31	ORIENTADOR EDUCACIONAL 3	Senior	2394-10	40	2	0	2	R\$ 7.295,27	R\$ 19.532,01	R\$ 234.384,14	R\$ 39.064,02	R\$ 468.768,28
32	QUIMICO 3	Senior	2132-05	40	0	1	1	R\$ 7.295,27	R\$ 20.329,12	R\$ 243.949,45	R\$ 20.329,12	R\$ 243.949,45
33	FARMACÊUTICO 4	Master	2234-05	40	3	0	3	R\$ 8.061,85	R\$ 21.356,67	R\$ 256.280,10	R\$ 64.070,02	R\$ 768.840,29
34	QUIMICO 4		2132-05	40	0	1	1	R\$ 8.061,85	R\$ 22.108,45	R\$ 265.301,36	R\$ 22.108,45	R\$ 265.301,36
35	ENFERMEIRO 4		2235-05	40	6	0	6	R\$ 8.061,85	R\$ 21.356,67	R\$ 256.280,10	R\$ 128.140,05	R\$ 1.537.680,57
36	ENGENHEIRO SEGURANÇA DO TRABALHO 2	Pleno	2149-15	40	1	0	1	R\$ 14.399,45	R\$ 36.146,81	R\$ 433.761,72	R\$ 36.146,81	R\$ 433.761,72
37	MÉDICO 4	Master	2251-25/ 2251-70	30	3	0	3	R\$ 14.927,58	R\$ 37.320,53	R\$ 447.846,31	R\$ 111.961,58	R\$ 1.343.538,92
Totais da mão de obra				226	19	245		R\$ 629.721,12	R\$ 7.556.653,43	R\$ 4.215.005,48	R\$ 50.580.065,72	
TOTAL DA PROPOSTA											R\$ 50.580.065,72	

(*) Salários angariados e fixados através de ampla pesquisa de mercado. Deverão ser mantidos quando da elaboração das propostas, com amparo no inciso VI, do art. 5º, da IN MPOG nº 05/2017, de 26/05/2017.

(**) Os valores previstos para diárias, deslocamentos e passagens são fixos e deverão ser mantidos, a fim de promover a isonomia.



INSUMOS DIVERSOS PARA SUPORTE À GESTÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL						
Equipamento de Equipamento Individual (EPI)				TÉCNICO SEGURANÇA DO TRABALHO 2		
				ENGENHEIRO SEGURANÇA DO TRABALHO 2		
Quantidade Total de Postos:				2		
Descrição dos EPI:	Cor	Quant Anual Unitário	Unidade	Valor Unitário	Valor Total todos os Postos	
1	AVENTAL IMPERMEÁVEL DE PROCEDIMENTOS – USO HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESSO SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 50 G/M² OU SUPERIOR , MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS NO PESCOÇO E NA CINTURA, TAMANHO P ao GG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.	-	30	Peça	R\$ 12,09	R\$ 362,70
2	AVENTAL DE PROCEDIMENTOS – USO HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESSO SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 40 G/M² , MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS NO PESCOÇO E NA CINTURA, TAMANHO P ao GG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.	-	30	Peça	R\$ 7,49	R\$ 224,70
3	CALÇADO DE SEGURANÇA - PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE QUEDAS DE OBJETOS, PÉRFURO CORTANTE SOBRE OS ARTÊLOS E CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE E PERFURANTES, CONTRA AGENTES TÉRMICOS (FRIO), CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA E CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS E PRODUTOS DE ORIGEM CORROSSIVA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52.	-	1	Par	R\$ 67,95	R\$ 67,95
4	CARTUCHO SÉRIE 6001 PARA VAPORES ORGÂNICOS. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	6	Par	R\$ 110,00	R\$ 660,00
5	CARTUCHO SÉRIE 6006 PARA MULTIGASES. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	6	Par	R\$ 89,41	R\$ 536,46
6	FILTRO PARA PARTICULADOS 5N11 PARA PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA CONTRA POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS. OS FILTROS QUE SÃO UTILIZADOS COM O RESPIRADOR SÃO: I. FILTROS QUÍMICOS CLASSE 1: 6001; 6002; 6003; 6004; 6005; 6006; 6007. II. FILTROS PARA PARTÍCULAS: 2071; 2078; 5N11; 2091; 2096; 2097; 5935BR; 7093. III. FILTROS COMBINADOS (QUÍMICO CLASSE 1 E PARA PARTÍCULAS CLASSE P2): 2076HF. IV. FILTROS COMBINADOS (QUÍMICO CLASSE 1 E PARA PARTÍCULAS CLASSE P3): 60926; 7093C. COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	6	Peça	R\$ 13,00	R\$ 78,00
7	JALECO DE ALGODÃO 100% , COM MANGA COMPRIDA COM BAINHA, ALTURA ATÉ O JOELHO COM 03 BOLSOS, SENDO: 1 SUPERIOR LADO ESQUERDO E DOIS NA PARTE DE BAIXO TAMANHO P AO GG	-	1	Peça	R\$ 72,33	R\$ 72,33
8	LUA DE SEGURANÇA EM NITRÍLICO , NÃO DESCARTÁVEL, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO - CA, EMITIDO PELO MS, CANO DA LUA POSSUA DE 15 A 20CM DE COMPRIMENTO, FORRO DE MALHA DE ALGODÃO, PALMA ÁSPERA, COMPRIMENTO TOTAL DE 30CM, TAMANHO P AO GG.	-	1	Par	R\$ 33,49	R\$ 33,49
9	LUA DE SEGURANÇA EM NITRÍLICO DE PROCEDIMENTO PARA MANUSEIO DE PEQUENAS QUANTIDADES DE PRODUTOS QUÍMICOS DESCARTÁVEIS, 100% BORRACHA NITRÍLICA, AMBIDESTRA SEM CERA, PLASTIFICANTE OU SILICONE EM SUA FORMULAÇÃO, NÃO POSSUINDO TALCO, AMIDO OU PROTEÍNAS, POSSUEM BAINHA PARA PROTEÇÃO DO PULSO TAMANHO P AO GG.	-	1	Par	R\$ 18,47	R\$ 18,47
10	LUA TÉRMICA RESISTENTE À CORTE E ABRASÃO , RESISTENTE À TEMPERATURA DE ATÉ 300°C, MÃO FORRADA COM FELTRO E REVESTIDA COM SUEDE, PUNHO DE 20 CM FORRADO INTERNAMENTE COM LONA DE ALGODÃO, PUNHO COM VIÉS DE ALGODÃO COSTURADA COM LINHA DE PARA-ARAMIDA, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE).	-	1	Par	R\$ 25,00	R\$ 25,00
11	MÁSCARA CIRÚRGICA – 03 (TRÊS) CAMADAS DE TECIDO NÃO TECIDO, 100% POLIPROPILENO, COM CAMADA INTERNA DE FILTRO ANTIBACTERICIDA, POSSUI UM CLIP NASAL DE FÁCIL ADAPTAÇÃO NO ROSTO.	-	25	Peça	R\$ 0,20	R\$ 5,00
12	MÁSCARA DESCARTÁVEL - PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE – PFF2/N95 , FECHADA, TIPO RESPIRADOR, COM EFICÁCIA NA FILTRAÇÃO DE 95% DE PARTÍCULAS DE ATÉ 0,3 µm DE DIÂMETRO. COM DISPOSITIVO PARA AJUSTE NASAL FIXADO NO CORPO DA MÁSCARA, TIRAS LATERAIS DE COMPRIMENTO ADEQUADO PARA FIXAÇÃO E PERFEITO AJUSTE FACIAL. ATÓXICA, HIPOALÉRGICA E INODORA.	-	25	Peça	R\$ 3,00	R\$ 75,00
13	MÁSCARA RESPIRATÓRIA SEMIFACIAL SÉRIE 6200 COM DOIS SUPORTE PARA FILTROS COM ELÁSTICOS AJUSTÁVEIS QUE PRENDEM ATRÁS DA CABEÇA E NA NUCA, COM SAÍDA PARA AR EXALADO, EQUIPADA COM FILTRO. O RESPIRADOR MODELO 6200, SEMIFACIAL COM FILTROS DUPLOS, MOLDADO EM ELASTÔMERO SINTÉTICO, UTILIZADOS PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS DO USUÁRIO CONTRA A INALAÇÃO DE PARTÍCULAS SÓLIDAS, QUANDO UTILIZADO COM FILTROS MECÂNICOS OU COMBINADOS, E CONTRA GASES E VAPORES ORGÂNICOS ATÉ 1000 PPM, QUANDO UTILIZADO COM FILTROS QUÍMICOS OU COMBINADOS, PODENDO TER, EM ALGUNS FILTROS PARA PARTÍCULAS, UMA CAMADA DE CARVÃO ATIVADO EM SUA CONSTITUIÇÃO. O RESPIRADOR DEVE ATENDER AOS REQUISITOS TÉCNICOS NORMATIVOS DA ABNT NBR 13694 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	1	Peça	R\$ 215,00	R\$ 215,00
14	ÓCULOS DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL MODELO AMPLA VISÃO COM ELÁSTICO. ARMAÇÃO EM PVC TRANSPARENTE, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).	-	2	Peça	R\$ 28,00	R\$ 56,00
15	PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA , COM HASTE PLÁSTICA, COM ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 25 DB(A).	-	1	Peça	R\$ 55,50	R\$ 55,50
16	PROTETOR AUDITIVO TIPO INSERÇÃO , COM HASTE PLÁSTICA, COM ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 18 DB(A).	-	1	Peça	R\$ 2,03	R\$ 2,03
17	PROTETOR FACIAL EM POLICARBONATO DURÁVEL E MOLDADO , INCOLOR, ANTIEMBAÇANTE, VISOR COM APROXIMADAMENTE 250 MM DE LARGURA E 185 MM DE ALTURA. COM SUSPENSÃO E CATRACA, COM REGULAGEM PARA AJUSTE NA CABEÇA.	-	1	Peça	R\$ 58,50	R\$ 58,50
18	RETENTOR 501 5N11 PARA FILTRO COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M SÉRIE 6200.	-	2	Peça	R\$ 12,00	R\$ 24,00
19	TIRANTE DE MÁSCARA SEMI FACIAL , TAMANHO P AO GG. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M SÉRIE 6200.	-	1	Peça	R\$ 51,00	R\$ 51,00
				Total Anual	R\$	1.774,75
				Total Mensal	R\$	147,90
				Valor Mensal por Posto	R\$	73,95
INSUMOS DIVERSOS PARA SUPORTE À GESTÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL						
Equipamento de Equipamento Individual (EPI)				AUXILIAR DE LABORATORIO 3		
				TÉCNICO DE LABORATORIO 2		
Quantidade Total de Postos:				TÉCNICO DE LABORATORIO 4		
				14		
Descrição dos EPI:	Cor	Quant Anual Unitário	Unidade	Valor Unitário	Valor Total todos os Postos	
20	AVENTAL DESCARTÁVEL - USO LABORATORIAL, DESCARTÁVEL PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS E BIOLÓGICOS , CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESSO SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 50 G/M² OU SUPERIOR , MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS NO PESCOÇO E NA CINTURA, TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça	R\$ 6,05	R\$ 1.597,20

21	AVENTAL DESCARTÁVEL IMPERMEÁVEL COM MANGAS LONGAS , DESENVOLVIDO PARA OFERECER PROTEÇÃO QUÍMICA DE ALTO DESEMPENHO . CONFECCIONADO COM BASE EM TYVEK, MATERIAL LEVE E RESISTENTE, E REVESTIDO COM POLIETILENO. PROPORCIONA PROTEÇÃO COMPROVADA POR ATÉ 30 MINUTOS CONTRA MAIS DE 40 AGENTES QUÍMICOS. TAMANHO P ao XGG. DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .	-	2	Peça	R\$	45,99	R\$	91,98
22	AVENTAL DE PROCEDIMENTOS – USO HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESSO SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 40 G/M² , MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS NO PESCOÇO E NA CINTURA, TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA .	-	264	Peça	R\$	7,49	R\$	1.977,36
23	AVENTAL DE PROCEDIMENTOS – USO HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL , CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESSO SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 50 G/M² OU SUPERIOR , MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS NO PESCOÇO E NA CINTURA, TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA .	-	264	Peça	R\$	9,24	R\$	2.439,36
24	AVENTAL DE PVC BRANCO IMPERMEÁVEL PARA GARANTIR A SEGURANÇA E HIGIENE DURANTE ATIVIDADES EM AMBIENTES LABORATORIAL, AMBULATORIAL E HOSPITALAR. PROTEÇÃO CONTRA RESPINGOS DE LÍQUIDOS E RESÍDUOS, GARANTINDO UMA BARREIRA EFICAZ ENTRE O UNIFORME/JALECO PARA SEGURANÇA E CONFORTO MESMO NAS CONDIÇÕES MAIS ÚMIDAS NO AMBIENTE DE TRABALHO. TAMANHO PP ao XGG DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .	-	2	Peça	R\$	11,84	R\$	23,68
25	AVENTAL TÉRMICO IMPERMEÁVEL PARA ALTA TEMPERATURA - RESISTENTE À TEMPERATURA DE ATÉ 300°C , AJUSTÁVEL ATRAVÉS DE TIRAS DO MESMO MATERIAL NAS COSTAS COM PLUGUE DE ENGATE RÁPIDO, COSTURADO COM LINHA DE ARAMIDA, SEM FORRO. AVENTAL DE PROTEÇÃO, ESPECÍFICO PARA TRABALHO EM ALTA TEMPERATURA, CONFECCIONADO EM TECIDO ESPECIAL RETARDANTE A CHAMAS, COM COSTURA DUPLA E LINHA DE META ARAMIDA, ACABAMENTO ESPECIAL, TRATAMENTO IMPERMEABILIZANTE, PRÓPRIO PARA AMBIENTE QUE EXIGE PROTEÇÃO TÉRMICA COM EXPOSIÇÃO A CALOR, VAPOR E RESPINGOS QUENTES. TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA .	-	1	Par	R\$	139,73	R\$	139,73
26	BOTA DE SEGURANÇA , TIPO CALÇADO OCUPACIONAL, MODELO CANO CURTO , CONFECCIONADA EM PVC INJETADO DE ALTA RESISTÊNCIA, BIDENSIDADE, IMPERMEÁVEL, COM SOLADO ANTIDERRAPANTE COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO, RESISTENTE A AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS , COM PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM PRODUTOS QUÍMICOS E FLUIDOS, PALMILHA INTERNA CONFORTÁVEL, OPCIONAL COM BIQUEIRA DE SEGURANÇA EM PVC OU COMPOSITE (OPCIONAL CONFORME RISCO), INDICADA PARA USO EM ÁREAS HOSPITALARES, LABORATÓRIOS, INDÚSTRIAS QUÍMICAS, BIOTÉRIOS, SANEAMENTO E LIMPEZA TÉCNICA. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO , EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52.	-	1	Peça	R\$	42,50	R\$	42,50
27	BOTA DE SEGURANÇA , TIPO CALÇADO OCUPACIONAL, MODELO CANO LONGO , CONFECCIONADA EM PVC INJETADO DE ALTA RESISTÊNCIA, BIDENSIDADE, IMPERMEÁVEL, COM SOLADO ANTIDERRAPANTE COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO, RESISTENTE A AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS , COM PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM PRODUTOS QUÍMICOS E FLUIDOS, PALMILHA INTERNA CONFORTÁVEL, OPCIONAL COM BIQUEIRA DE SEGURANÇA EM PVC OU COMPOSITE (OPCIONAL CONFORME RISCO), INDICADA PARA USO EM ÁREAS HOSPITALARES, LABORATÓRIOS, INDÚSTRIAS QUÍMICAS, BIOTÉRIOS, SANEAMENTO E LIMPEZA TÉCNICA. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO , EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52.	-	1	Peça	R\$	76,00	R\$	76,00
28	CALÇADO DE SEGURANÇA - PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO COM CONFORTO CONTRA IMPACTOS DE QUEDAS DE OBJETOS, PERFURO CORTANTE SOBRE OS ARTELHOS E CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORRIANTES E PERFURANTES, CONTRA AGENTES TÉRMICOS (FRIJO), CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA E CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS E PRODUTOS DE ORIGEM CORROSIVA . DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça	R\$	67,95	R\$	67,95
29	CALÇADO OCUPACIONAL MODELO SAPATO FECHADO , CONFECCIONADO EM MATERIAL POLIMÉRICO (EVA) IMPERMEÁVEL, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, FECHADO NA REGIÃO DO CALCANHAR E NA PARTE SUPERIOR, PROPORCIONANDO PROTEÇÃO DO PÉ CONTRA AGENTES QUÍMICOS, FÍSICOS E UMIDADE . POSSUI PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL PARA CONFORTO E HIGIENIZAÇÃO E SOLADO EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO: ATENDE AOS REQUISITOS DE ABSORÇÃO DE ENERGIA NA REGIÃO DO SALTO (E) E É RESISTENTE A ÓLEO COMBUSTÍVEL (FO). DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça	R\$	75,00	R\$	75,00
30	CAPA DE CHUVA LAMINADA CRISTAL COM CAPUZ - CAPA DE CHUVA COM CAPUZ, CONFECCIONADA EM TECIDO DE PVC CRISTAL. POSSUI MANGAS COMPRIDAS COM COBERTURA TOTAL ATÉ OS PUNHOS, ABERTURA FRONTAL E FECHAMENTO COM BOTÕES DE PRESSÃO. COSTURAS SELADAS ELETRONICAMENTE. COR: CRISTAL (SEMI TRANSPARENTE). COMPOSIÇÃO: TECIDO LAMINADO DE PVC CRISTAL DE 0,20MM DE ESPESSURA. INDICAÇÃO DE USO: PROTEÇÃO DO CRÂNIO, PESCOÇO, TRONCO E MEMBROS SUPERIORES CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE CHUVA E OPERAÇÕES COM ÁGUA, PERMITINDO A VISIBILIDADE DO VESTUÁRIO SUBJACENTE. ADEQUADA PARA AMBIENTES QUE EXIGEM HIGIENE VISUAL, COMO LABORATÓRIOS E AMBULATORIOS. TAMANHOS: PP, P, M, G, GG E XG. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça	R\$	26,00	R\$	26,00
31	CARTUCHO SÉRIE 6001 PARA VAPORES ORGÂNICOS. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	20	Par	R\$	110,00	R\$	2.200,00
32	CARTUCHO SÉRIE 6006 PARA MULTIGASES. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	20	Par	R\$	89,41	R\$	1.788,20
33	CONJUNTO TÉRMICO IMPERMEÁVEL CONFECCIONADO EM POLIAMIDA COM RESINA DE ATÉ 150 GR/M². PROTEGE O USUÁRIO EM AMBIENTES REFRIGERADOS, SENDO COMPOSTO POR JAPONA, CALÇA, LUVAS, MEIÃO E BOTA TÉRMICA. SENDO PROTEÇÃO COMPLETA PARA DIVERSOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM AMBIENTES COM BAIXA TEMPERATURA. KIT COMPLETO PARA ATIVIDADES EM AMBIENTES COM BAIXA TEMPERATURA I. CAPUZ TÉRMICO PARA CÂMARA FRIA E BAIXA TEMPERATURA. II. JAPONA TÉRMICA IMPERMEÁVEL PARA CÂMARA FRIA E BAIXA TEMPERATURA. III. CALÇA DE NYLON TÉRMICA IMPERMEÁVEL PARA CÂMARA FRIA E BAIXA TEMPERATURA. IV. LUVA TÉRMICA EM NYLON PARA CÂMARA FRIA E BAIXA TEMPERATURA. V. MEIÃO DE SEGURANÇA PARA CÂMARA FRIA. VI. BOTA TÉRMICA BOTINHA PARA AMBIENTES DE BAIXA TEMPERATURA. TAMANHO PP AO XGG. TODOS OS ITENS NECESSITAM DISPOR DE C.A. VÁLIDO	-	2	Peça	R\$	320,33	R\$	640,66
34	FILTRO PARA PARTICULADOS 5N11 PARA PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA CONTRA POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS. OS FILTROS QUE SÃO UTILIZADOS COM O RESPIRADOR SÃO: I. FILTROS QUÍMICOS CLASSE 1: 6001; 6002; 6003; 6004; 6005; 6006; 6007. II. FILTROS PARA PARTÍCULAS: 2071; 2078; 5N11; 2091; 2096; 2097; 5935BR; 7093. III. FILTROS COMBINADOS (QUÍMICO CLASSE 1 E PARA PARTÍCULAS CLASSE P2): 2076HF. IV. FILTROS COMBINADOS (QUÍMICO CLASSE 1 E PARA PARTÍCULAS CLASSE P3): 60926; 7093C. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	32	Peça	R\$	13,00	R\$	416,00
35	JALECO DE ALGODÃO 100% , COM MANGA COMPRIDA COM BAINHA, ALTURA ATÉ O JOELHO COM 03 BOLSOS, SENDO: 1 SUPERIOR LADO ESQUERDO E DOIS NA PARTE DE BAIXO TAMANHO PP AO XGG .	-	4	Peça	R\$	72,33	R\$	289,32
36	LUVA DE LÁTEX NATURAL COM PÓ BIOABSORVÍVEL – LUVAS DESCARTÁVEIS EM LÁTEX NATURAL, ATÓXICAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL, USO ÚNICO, NÃO ESTÉREIS, FORMATO AMBIDESTRO, ALTA ELASTICIDADE, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, TEXTURA LISA, INDICADAS PARA PROCEDIMENTOS GERAIS E LABORATORIAIS, TAMANHOS VARIADOS (PP A XGG), CONFORMES ÀS NORMAS ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA .	-	1	Par	R\$	1,68	R\$	1,68
37	LUVA DE LÁTEX NATURAL SEM PÓ – LUVAS DESCARTÁVEIS EM LÁTEX NATURAL, HIPOALERGÊNICAS, ATÓXICAS, LIVRES DE PÓ, SEM TALCO, REDUZIDO TEOR DE PROTEÍNAS, USO ÚNICO, NÃO ESTÉREIS, ALTA ELASTICIDADE, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO MÍNIMA DE 18 MPA, TEXTURA LISA OU MICROTETRIZADA, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, AMBIDESTRAS, TAMANHOS VARIADOS (PP A XGG), CONFORMES ÀS NORMAS ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA .	-	264	Par	R\$	1,27	R\$	335,28
38	LUVA DE POLIETILENO (LONGA – PROTEÇÃO QUÍMICA SIMPLES) - LUVAS DESCARTÁVEIS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), NÃO ESTÉREIS, TRANSPARENTES, USO ÚNICO, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 40 CM, RESISTENTES A RESPINGOS E CONTATO SIMPLES COM SOLUÇÕES AQUOSAS, INDICADAS PARA ÁREA DE ASSEPSIA, LIMPEZA E MANIPULAÇÃO LEVE.TAMANHOS PP A XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA .	-	132	Par	R\$	3,97	R\$	524,04

39	LUVA DE PROTEÇÃO CRIOGÊNICA - LUVA DE SEGURANÇA DESTINADA AO MANUSEIO DE MATERIAIS CRIOGÊNICOS, COM PROTEÇÃO TÉRMICA CONTRA TEMPERATURAS ULTRABAIXAS DE ATÉ -190 °C. MODELO MID ARM, COM COMPRIMENTO ENTRE 350 E 380 MM, PROPORCIONANDO PROTEÇÃO ESTENDIDA ATÉ A REGIÃO MÉDIA DO ANTEBRAÇO. FABRICADA COM TECNOLOGIA MULTICAMADAS, COMPOSTA POR: CAMADA EXTERNA EM TECIDO DE NAILON COM TRATAMENTO REPELENTE À ÁGUA; CAMADAS INTERMEDIÁRIAS COM ISOLAMENTO TÉRMICO DE ALTA EFICIÊNCIA; REVESTIMENTOS INTERNO E EXTERNO EM POLIAMIDA TRICOT SCRIM LAMINADA; E E CAMADA ADICIONAL DE TAFETÁ PARA REFORÇO ESTRUTURAL E RESISTÊNCIA MECÂNICA. TOTALMENTE IMPERMEÁVEL A LÍQUIDOS CRIOGÊNICOS E PROJETADA PARA OFERECER ALTO DESEMPENHO TÉRMICO, DESTREZA FUNCIONAL E SEGURANÇA PROLONGADA EM OPERAÇÕES COM NITROGÊNIO LÍQUIDO, ARGÔNIO LÍQUIDO E OUTROS AGENTES CRIOGÊNICOS. TAMANHO PP ao XGG.	-	1	Peça	R\$	4.741,15	R\$	4.741,15
40	LUVA DE PROTEÇÃO CRIOGÊNICA - MODELO MID ARM -LUVA DE SEGURANÇA PARA MANUSEIO DE AGENTES CRIOGÊNICOS, COM PROTEÇÃO TÉRMICA PARA TEMPERATURAS ULTRABAIXAS DE ATÉ -190 °C. MODELO MID ARM, COM COMPRIMENTO ENTRE 350 MM E 380 MM, PROPORCIONANDO PROTEÇÃO ESTENDIDA DO ANTEBRAÇO ATÉ O MEIO DO BRAÇO. CONSTRUÍDA COM ESTRUTURA MULTICAMADAS PARA ISOLAMENTO TÉRMICO E RESISTÊNCIA MECÂNICA, COMPOSTA POR: CAMADA EXTERNA: TECIDO DE NAILON (NYLON) COM TRATAMENTO REPELENTE À ÁGUA; CAMADAS INTERNAS: MULTICAMADAS DE ISOLAMENTO TÉRMICO DE ALTA EFICIÊNCIA; REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO ADICIONAL: POLIAMIDA TRICOT SCRIM LAMINADA PARA MAIOR RESISTÊNCIA E DURABILIDADE; CAMADA COMPLEMENTAR: TAFETÁ TÉCNICO PARA REFORÇO ESTRUTURAL E ESTABILIDADE DIMENSIONAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: IMPERMEÁVEL A LÍQUIDOS CRIOGÊNICOS; ALTA RESISTÊNCIA TÉRMICA E MECÂNICA; ADEQUADA PARA OPERAÇÕES COM NITROGÊNIO LÍQUIDO, ARGÔNIO LÍQUIDO, CO ₂ SÓLIDO E OUTROS AGENTES CRIOGÊNICOS; ERGONOMIA E FLEXIBILIDADE PARA MANIPULAÇÃO SEGURA EM AMBIENTES LABORATORIAIS. TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Peça	R\$	2.200,00	R\$	2.200,00
41	LUVA NITRÍLICA COM PÓ - LUVAS DESCARTÁVEIS EM NITRILA (BORRACHA SINTÉTICA), LIVRES DE LÁTEX, HIPOALERGÊNICAS, COM PÓ, RESISTENTES À PERFURAÇÃO E AGENTES QUÍMICOS, EXCELENTE BARREIRA BIOLÓGICA, INDICAÇÃO PARA MANIPULAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS LEVES E BIOLÓGICAS, TEXTURA MICROTETURIZADA NAS PONTAS DOS DEDOS, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, USO ÚNICO, TAMANHOS PP A XGG, CONFORMES ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Par	R\$	0,29	R\$	0,29
42	LUVA NITRÍLICA PARA RISCOS MECÂNICOS (ALTA RESISTÊNCIA / ANTIPERFUROCORTANTE) - LUVAS EM NITRILA DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, MODELO INDUSTRIAL/PROFISSIONAL, ANTIDERRAPANTE, RESISTÊNCIA À ABRASÃO, À PERFURAÇÃO E A PRODUTOS QUÍMICOS AGRESSIVOS, NÃO ESTÉREIS, REUTILIZÁVEIS, INTERIOR FLOCADO, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 30 CM, ESPESSURA MÍNIMA 0,38 MM, CONFORMES À NORMA EN 388 (PROTEÇÃO MECÂNICA), EN 374 (PROTEÇÃO QUÍMICA E BIOLÓGICA). TAMANHO PP AO XGG. DISPOR DE CERTIFICAÇÃO CA - MINISTÉRIO DO TRABALHO.	-	264	Par	R\$	9,90	R\$	2.613,60
43	LUVA NITRÍLICA SEM PÓ - LUVAS DESCARTÁVEIS EM NITRILA (BORRACHA SINTÉTICA), LIVRES DE LÁTEX, HIPOALERGÊNICAS, SEM PÓ, RESISTENTES À PERFURAÇÃO E AGENTES QUÍMICOS, EXCELENTE BARREIRA BIOLÓGICA, INDICAÇÃO PARA MANIPULAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS LEVES E BIOLÓGICAS, TEXTURA MICROTETURIZADA NAS PONTAS DOS DEDOS, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, USO ÚNICO, TAMANHOS PP A XGG, CONFORMES ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Par	R\$	0,24	R\$	63,36
44	LUVA DE SEGURANÇA EM NITRÍLICO, NÃO DESCARTÁVEL COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO - CA, EMITIDO PELO MS, CANO DA LUVA POSSUA DE 15 A 20CM DE COMPRIMENTO, FORRO DE MALHA DE ALGODÃO, PALMA ÁSPERA, COR AZUL, COMPRIMENTO TOTAL DE 30CM, TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Par	R\$	33,49	R\$	8.841,36
45	LUVA TÉRMICA RESISTENTE À CORTE E ABRASÃO , RESISTENTE À TEMPERATURA DE ATÉ 300°C, MÃO FORRADA COM FELTRO E REVESTIDA COM SUEIDINE, PUNHO DE 20 CM FORRADO INTERNAMENTE COM LONA DE ALGODÃO, PUNHO COM VÍES DE ALGODÃO COSTURADA COM LINHA DE PARA-ARAMIDA. TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Par	R\$	25,00	R\$	25,00
46	LUVA TÉRMICA DE PROTEÇÃO PARA BAIXAS E ALTAS TEMPERATURAS - LUVA DE SEGURANÇA PROJETADA PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS EM OPERAÇÕES COM VARIAÇÃO TÉRMICA EXTREMA, COM DESEMPENHO COMPROVADO PARA BAIXAS TEMPERATURAS ATÉ -30 °C E ALTAS TEMPERATURAS ATÉ +250 °C (EXPOSIÇÃO INTERMITENTE DE ATÉ 15 SEGUNDOS). CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS - IMPERMEÁVEL, INDICADA PARA AMBIENTES ÚMIDOS E OPERAÇÕES COM LÍQUIDOS OU GELO SECO. COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA: SUPORTE TÊXTIL EM POLIAMIDA (NYLON) DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA; REVESTIMENTO TOTAL EM LÁTEX NATURAL, PROPORCIONANDO EXCELENTE ADERÊNCIA E ESTANQUEIDADE; PALMA COM DUPLO REVESTIMENTO EM ESPUMA DE LÁTEX NATURAL; GARANTINDO ALTO GRIP E DESEMPENHO SUPERIOR EM MANUSEIO DE PEÇAS ÚMIDAS, LISAS OU ESCORREGADIAS; FORRO TÉRMICO INTERNO COM MANTA ACRÍLICA DUPLA; QUE ASSEGURA CONFORTO TÉRMICO E ISOLAMENTO EFICIENTE. DESEMPENHO E PROTEÇÃO: PROTEÇÃO CONTRA AGENTES TÉRMICOS (CALOR E FRIO). PROTEÇÃO MECÂNICA CONTRA AGENTES: ABRASIVOS, ESCORIANANTES, CORTANTES (RISCO MÉDIO) E PERFURANTES. EXCELENTE TATO E DESTREZA, MANTENDO FLEXIBILIDADE MESMO EM TEMPERATURAS EXTREMAS. PUNHO COM AJUSTE ANATÔMICO PARA MELHOR SEGURANÇA OPERACIONAL. TAMANHO PP ao XGG.	-	2	Peça	R\$	98,90	R\$	197,80
47	MACACÃO ESTÉRIL COM CAPUZ E BOTAS INTEGRADAS - O MACACÃO COM CAPUZ E BOTAS INTEGRADAS É UMA PEÇA DESCARTÁVEL QUE OFERECE CONFORTO E PROTEÇÃO DA CABEÇA AOS PÉS. O MACACÃO DISPÕE DE FECHO FRONTAL COM ABA DE PROTEÇÃO, CAPUZ ELÁSTICO, COSTAS, PUNHOS E TORNOZELOS E PRESILHAS PARA O POLEGAR PARA GARANTIR UMA FIXAÇÃO SEGURA. AS BOTAS INTEGRADAS APRESENTAM SOLAS ANTIDERRAPANTES PARA GARANTIR QUE CADA PASSO SEJA DADO COM SEGURANÇA. UMA VESTIMENTA PARA RESPINGOS, NO CONTEXTO DE SALAS LIMPAS E LABORATÓRIOS, É UM TIPO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) PROJETADO PARA PROTEGER O TRABALHADOR CONTRA O CONTATO COM SUBSTÂNCIAS LÍQUIDAS, COMO RESPINGOS DE PRODUTOS QUÍMICOS, FLUIDOS BIOLÓGICOS OU OUTRAS SOLUÇÕES QUE POSSAM REPRESENTAR RISCOS À SAÚDE OU COMPROMETER A INTEGRIDADE DO AMBIENTE CONTROLADO. ESSA VESTIMENTA É ESPECIALMENTE RELEVANTE EM AMBIENTES ONDE HÁ MANIPULAÇÃO DE MATERIAIS PERIGOSOS OU ONDE A CONTAMINAÇÃO DEVE SER EVITADA, COMO EM SALAS LIMPAS, LABORATÓRIOS DE PESQUISA OU PRODUÇÃO. TAMANHO PP ao XGG DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	2	Peça	R\$	187,90	R\$	375,80
48	MACACÃO DE SEGURANÇA DESCARTÁVEL COM CAPUZ - PROTEÇÃO QUÍMICA E BIOLÓGICA. MACACÃO DE SEGURANÇA DE USO PROFISSIONAL, DESCARTÁVEL E NÃO REUTILIZÁVEL, CONFECCIONADO EM FIBRA CONTÍNUA DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (HDPE), MATERIAL 100% POLIETILENO DO TIPO TYVEK®, QUE COMBINA ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA E EXCELENTE BARREIRA CONTRA PARTÍCULAS E AGENTES BIOLÓGICOS. CARACTERÍSTICAS DO MACACÃO: INTEGRAL COM CAPUZ ANATÔMICO PARA AMPLA COBERTURA CORPORAL; FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER DE ALTA RESISTÊNCIA E ABA PROTETORA; ELÁSTICOS INTEGRADOS EM PUNHOS, TORNOZELOS, CINTURA E CAPUZ PARA VEDAÇÃO SEGURA; COSTURA DUPLA REFORÇADA PARA MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA ESTRUTURAL; TECIDO RESPIRÁVEL QUE REDUZ ACÚMULO DE CALOR E MELHORA O CONFORTO DO USUÁRIO; LIVRE DE LÁTEX E SILICONE, REDUZINDO RISCOS ALÉRGICOS. CERTIFICAÇÃO CE - CATEGORIA III; INDICADO PARA ALTOS RISCOS ; TIPO 3B - PROTEÇÃO CONTRA JATOS DE PRODUTOS QUÍMICOS LÍQUIDOS (PRESSÃO) E RISCOS BIOLÓGICOS; CERTIFICAÇÃO EN 14126 - BARREIRA COMPROVADA CONTRA AGENTES INFECCIOSOS E CONTAMINANTES BIOLÓGICOS. ATENDENDO AINDA ÀS NORMAS: EN 14605 - ROUPAS DE PROTEÇÃO CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS LÍQUIDOS; EN 1073-2 - PROTEÇÃO CONTRA PARTÍCULAS RADIOATIVAS; EN 1149-5 - PROPRIEDADES ELETROSTÁTICAS (QUANDO APLICÁVEL AO MODELO); EN 13982-1 TIPO 5 - PARTÍCULAS SÓLIDAS; EN 13034 TIPO 6 - RESPINGO QUÍMICO LIMITADO. TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça	R\$	9,30	R\$	2.455,20

49	<p>MACACÃO DE SEGURANÇA DESCARTÁVEL SEM CAPUZ – PROTEÇÃO QUÍMICA E BIOLÓGICA. MACACÃO DE SEGURANÇA DE USO PROFISSIONAL, DESCARTÁVEL E NÃO REUTILIZÁVEL, CONFECCIONADO EM FIBRA CONTÍNUA DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (HDPE), MATERIAL 100% POLIETILENO DO TIPO TYVEK®, QUE COMBINA ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA E EXCELENTE BARREIRA CONTRA PARTÍCULAS E AGENTES BIOLÓGICOS. CARACTERÍSTICAS DO MACACÃO: INTEGRAL COM CAPUZ ANATÔMICO PARA AMPLA COBERTURA CORPORAL; FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER DE ALTA RESISTÊNCIA E ABA PROTETORA; ELÁSTICOS INTEGRADOS EM PUNHOS, TORNOZELOS, CINTURA E CAPUZ PARA VEDAÇÃO SEGURA; COSTURA DUPLA REFORÇADA PARA MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA ESTRUTURAL; TECIDO RESPIRÁVEL QUE REDUZ ACÚMULO DE CALOR E MELHORA O CONFORTO DO USUÁRIO; LIVRE DE LÁTEX E SILICONE, REDUZINDO RISCOS ALÉRGICOS. CERTIFICAÇÃO CE – CATEGORIA III; INDICADO PARA ALTOS RISCOS; TIPO 3B – PROTEÇÃO CONTRA JATOS DE PRODUTOS QUÍMICOS LÍQUIDOS (PRESSÃO) E RISCOS BIOLÓGICOS; CERTIFICAÇÃO EN 14126 – BARREIRA COMPROVADA CONTRA AGENTES INFECCIOSOS E CONTAMINANTES BIOLÓGICOS. ATENDENDO AINDA ÀS NORMAS: EN 14605 – ROUPAS DE PROTEÇÃO CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS LÍQUIDOS; EN 1073-2 – PROTEÇÃO CONTRA PARTÍCULAS RADIOATIVAS; EN 1149-5 – PROPRIEDADES ELETROSTÁTICAS (QUANDO APLICÁVEL AO MODELO); EN 13982-1 TIPO 5 – PARTÍCULAS SÓLIDAS; EN 13034 TIPO 6 – RESPINGO QUÍMICO LIMITADO. TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.</p>	-	132	Peça	R\$	10,53	R\$	1.389,96
50	<p>MACACÃO EM PVC DE MANGA COMPRIDA COM CAPUZ, CONFECCIONADO EM TECIDO SINTÉTICO PLASTIFICADO EM PVC, SOLDADO ELETRONICAMENTE, COM CAPUZ FIXO, FECHAMENTO FRONTAL POR MEIO DE ZÍPER E BOTÕES DE PRESSÃO, MANGAS LONGAS, ACOPLADO COM BOTAS E LUVAS DE PVC PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS E BIOLÓGICOS. MANTENDO-O VEDADO/SEGURO E PARA ANDAR SOBRE ÁREAS COM SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS E NOCIVAS À SAÚDE. TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A.</p>	-	1	Peça	R\$	230,00	R\$	230,00
51	<p>MACACÃO EM PVC DE MANGA COMPRIDA SEM CAPUZ, CONFECCIONADO EM TECIDO SINTÉTICO PLASTIFICADO EM PVC, SOLDADO ELETRONICAMENTE, COM CAPUZ FIXO, FECHAMENTO FRONTAL POR MEIO DE ZÍPER E BOTÕES DE PRESSÃO, MANGAS LONGAS, ACOPLADO COM BOTAS E LUVAS DE PVC PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS E BIOLÓGICOS. MANTENDO-O VEDADO/SEGURO E PARA ANDAR SOBRE ÁREAS COM SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS E NOCIVAS À SAÚDE. TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A.</p>	-	1	Peça	R\$	177,09	R\$	177,09
52	<p>MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA DESCARTÁVEL - MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA (3 CAMADAS), CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, SENDO: I. CAMADA EXTERNA: BARREIRA MICROBACTERIANA. II. CAMADA INTERMEDIÁRIA: FILTRO BACTERIOLÓGICO E PARTICULADO ≥ 98% (BFE/PFE). III. CAMADA INTERNA: MACIA E NÃO IRRITANTE. POSSUI CLÍPE NASAL AJUSTÁVEL, ALÇAS ELÁSTICAS DE FIXAÇÃO AURICULAR (EARLOOP), MODELO PLISSADO/TRIPLA DOBRA, PERMITINDO VEDAÇÃO CONFORTÁVEL. DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO, HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA E LIVRE DE LÁTEX. DEVE ATENDER À RESOLUÇÃO RDC Nº 356/2020 DA ANVISA E À ABNT NBR 15052:2022 – MÁSCARAS CIRÚRGICAS. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.</p>	-	264	Peça	R\$	0,32	R\$	84,48
53	<p>MÁSCARA PFF2 / N95 (PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE) - MÁSCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA, TIPO PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE – PFF2 (EQUIVALENTE À N95), DE USO PROFISSIONAL, MODELO DESCARTÁVEL, CLASSE PFF2 (S). COM EFICIÊNCIA MÍNIMA DE FILTRAÇÃO ≥ 95% PARA PARTÍCULAS DE 0,3 MM (N95 – NIOSH 42 CFR 84). CONSTRUÇÃO EM MÚLTIPLAS CAMADAS FILTRANTE DE NÃO-TECIDO (TNT) COM TECNOLOGIA MELTBLOWN, MATERIAL ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO E LIVRE DE FIBRA DE VIDRO. POSSUI CLIP NASAL AJUSTÁVEL E TIRAS ELÁSTICAS DE ALTA RESISTÊNCIA POSICIONADAS ATRÁS DA CABEÇA (HEADBAND) PARA GARANTIR VEDAÇÃO ADEQUADA AO ROSTO DO USUÁRIO. EFETIVA COMO BARREIRA CONTRA AEROSSÓIS SÓLIDOS E LÍQUIDOS, NÉVOAS E AGENTES BIOLÓGICOS (CLASSE P2 – AGENTE BIOLÓGICO NÍVEL 2 E 3). DEVE APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO OU REGISTRO REGISTRO NA ANVISA, CONFORME RDC 379/2020.</p>	-	264	Peça	R\$	0,44	R\$	116,16
54	<p>MÁSCARA RESPIRATÓRIA SEMIFACIAL SÉRIE 6200 COM DOIS SUPORTE PARA FILTROS COM ELÁSTICOS AJUSTÁVEIS QUE PRENDEM ATRÁS DA CABEÇA E NA NUCA, COM SAÍDA PARA AR EXALADO, EQUIPADA COM FILTRO. O RESPIRADOR MODELO 6200, SEMIFACIAL COM FILTROS DUPLAS, MOLDADO EM ELASTÔMERO SINTÉTICO, UTILIZADOS PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS DO USUÁRIO CONTRA A INALAÇÃO DE PARTÍCULAS SÓLIDAS, QUANDO UTILIZADO COM FILTROS MECÂNICOS OU COMBINADOS, E CONTRA GASES E VAPORES ORGÂNICOS ATÉ 1000 PPM, QUANDO UTILIZADO COM FILTROS QUÍMICOS OU COMBINADOS, PODENDO TER, EM ALGUNS FILTROS PARA PARTÍCULAS, UMA CAMADA DE CARVÃO ATIVADO EM SUA CONSTITUIÇÃO. O RESPIRADOR DEVE ATENDER AOS REQUISITOS TÉCNICOS NORMATIVOS DA ABNT NBR 13694 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.</p>	-	1	Peça	R\$	215,00	R\$	215,00
55	<p>ÓCULOS DE PROTEÇÃO DE AMPLA-VISÃO, CONSTITUÍDOS DE ARMAÇÃO CONFECCIONADA EM UMA ÚNICA PEÇA DE NÁILON CINZA RECOBERTA COM BORRACHA EM TPE VERMELHA COM VENTILAÇÃO INDIRETA COMPOSTA POR FENDAS, SENDO UMA FENDA NA PARTE SUPERIOR E TRÊS FENDAS NA PARTE INFERIOR EM CADA LADO DA ARMAÇÃO. O AJUSTE À FACE DO USUÁRIO É FEITO ATRAVÉS DE UM TIRANTE ELÁSTICO OU PRESILHAS DE NÁILON PRESAS POR MEIO DE ENCAIXE NA ARMAÇÃO E VISOR DE POLICARBONATO INCOLOR. OPCIONALMENTE, O MODELO PODE SER UTILIZADO COM UM SUPORTE PLÁSTICO INTERNO (CLIP) QUE SE ENCAIXA NAS BORDAS INTERNAS DO VISOR PARA A COLOCAÇÃO DE LENTES CORRETIVAS. O MODELO COBRE TODA A REGIÃO EM TORNO DOS OLHOS DO USUÁRIO. DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).</p>	-	2	Peça	R\$	18,33	R\$	36,66
56	<p>ÓCULOS DE SEGURANÇA TRANSPARENTE PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL MODELO AMPLA VISÃO COM ELÁSTICO. ARMAÇÃO EM PVC TRANSPARENTE, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).</p>	-	2	Peça	R\$	28,00	R\$	56,00
57	<p>ÓCULOS DE SEGURANÇA MODELO SOBREPOR TRANSPARENTE, COM LENTES INCOLORES DESENVOLVIDOS PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS VOLANTES DE ORIGEM MECÂNICA, PODENDO SER UTILIZADOS SOBRE ÓCULOS DE CORREÇÃO VISUAL (ÓCULOS DE GRAU). CONFECCIONADOS EM POLICARBONATO DE ALTA RESISTÊNCIA, COMPOSTOS POR VISOR E ARMAÇÃO INTEGRADOS EM PEÇA ÚNICA, COM PROTEÇÃO LATERAL E SUPERIOR, PROPORCIONANDO AMPLA ÁREA DE COBERTURA DA REGIÃO OCULAR. POSSUI HASTES TIPO ESPÁTULA, FABRICADAS NO MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO, COM AJUSTE DE COMPRIMENTO (HASTES REGULÁVEIS) PARA MELHOR ADAPTAÇÃO AO USUÁRIO. DESIGN LEVE, COM BOA ERGONOMIA E CAMPO VISUAL AMPLIADO. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: POLICARBONATO INCOLOR; RESISTÊNCIA: IMPACTO DE PARTÍCULAS VOLANTES; PROTEÇÃO- SUPERIOR E LATERAL; HASTES: TIPO ESPÁTULA REGULÁVEIS COM ENCAIXE POR PINOS PLÁSTICOS; COMPATIBILIDADE: USO SOBRE ÓCULOS DE GRAU; ANTIEMBAÇANTE E ANTIRRISCO; ATENDE À NORMA ABNT NBR 16064:2012 (ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL); DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .</p>	-	2	Peça	R\$	8,00	R\$	16,00
58	<p>ÓCULOS DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS CONTRA RADIAÇÃO ULTRA VIOLETA, LENTE LARANJA DE POLICARBONATO E RESISTENTE, FORMATO ANATÔMICO, COM POSSIBILIDADE DE VISUALIZAÇÃO NUM ÂNGULO DE 120 GRAUS, TRATAMENTO ANTI-EMBAÇANTE NOS LADOS INTERNOS E EXTERNOS , LAVÁVEL E PASSÍVEL DE DESINFECÇÃO QUÍMICA, PROTEÇÃO 99 % UVB E 99% UVA, PONTE NASAL EM POLICARBONATO INJETADA NA MESMA PEÇA DA LENTE DE POLICARBONATO, ESCUDO LATERAL TAMBÉM EM POLICARBONATO COM AJUSTE DA HASTE EM 4 POSIÇÕES E CORDÃO DE SEGURANÇA. DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .</p>	-	2	Peça	R\$	7,38	R\$	14,76
59	<p>ÓCULOS TRANSPARENTE PARA PROTEÇÃO CONTRA RESPINGOS DE PRODUTOS QUÍMICOS E AGENTES BIOLÓGICOS, PROPORCIONANDO VEDAÇÃO E SEGURANÇA DURANTE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS EM AMBIENTES INDUSTRIAIS, LABORATORIAIS OU HOSPITALARES. CONFECCIONADOS EM POLICARBONATO DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, COM LENTE INCOLOR QUE OFERECE AMPLA VISIBILIDADE E CAMPO DE VISÃO APROXIMADO DE 120°. POSSUI FORMATO ANATÔMICO, PERMITINDO AJUSTE CONFORTÁVEL AO ROSTO DO USUÁRIO, COM PONTE NASAL INTEGRADA À PEÇA E ESCUDOS LATERAIS PARA PROTEÇÃO ADICIONAL. CONTA COM TRATAMENTO ANTIEMBAÇANTE NAS SUPERFÍCIES INTERNA E EXTERNA, REDUZINDO A CONDENSACÃO DE VAPOR E GARANTINDO VISIBILIDADE CONTÍNUA DURANTE O USO. LAVÁVEL E RESISTENTE À DESINFECÇÃO QUÍMICA, POSSIBILITA REUTILIZAÇÃO CONFORME PROCEDIMENTOS DE HIGIENIZAÇÃO RECOMENDADOS PELO FABRICANTE. DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .</p>	-	2	Peça	R\$	3,99	R\$	7,98

60	PROPÉ DESCARTÁVEL PARA PROTEÇÃO DOS CALÇADOS, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M², ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO, LIVRE DE LÁTEX E FIBRAS SOLTAS, RESISTENTE A RESPINGOS E POEIRA. POSSUI ELÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA EM TODA A ABERTURA, GARANTINDO AJUSTE FIRME SEM COMPRESSÃO EXCESSIVA. MODELO NÃO ESTÉRIL, DE USO ÚNICO (DESCARTÁVEL), DESTINADO AO CONTROLE DE CONTAMINAÇÃO CRUZADA EM AMBIENTES QUE EXIGEM CUIDADOS DE HIGIENE E BIOSSEGURANÇA. DEVENDO ESTAR EM CONFORMIDADE COM A RDC 356/2020 DA ANVISA. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça	R\$	0,12	R\$	31,68
61	PROTEÇÃO DOS MEMBROS INFERIORES - JARDINEIRA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADO EM POLICLORETO DE VINILA (PVC), COM RESISTÊNCIA QUÍMICAB E BIOLÓGICO, SISTEMA DE ABSORÇÃO DE ENERGIA NO SOLADO, COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO E RESISTÊNCIA AO ÓLEO. A JARDINEIRA EM PVC COM AMBAS AS FACES (TREVIRA), COSTURAS ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA, COM SUSPENSÓRIO DO MESMO MATERIAL DA VESTIMENTA COM MEIA ARGOLA PARA AJUSTES, BOTAS DE CALONGO OU MÉDIO DE PVC FORRADAS ACOPLADAS. USO PROFISSIONAL, JARDINEIRA DE SEGURANÇA ACOPLADO COM BOTA PVC CANO CURTO, IMPERMEÁVEL E INTEIRO POLIMÉRICO. TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça	R\$	75,00	R\$	75,00
62	PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA , COM HASTE PLÁSTICA, COM ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 25 DB(A). TAMANHO PP AO GG. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça	R\$	55,50	R\$	55,50
63	PROTETOR AUDITIVO TIPO INSERÇÃO , COM HASTE PLÁSTICA, COM ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 18 DB(A). DISPONDO DE C.A.	-	4	Peça	R\$	2,03	R\$	8,12
64	PROTETOR FACIAL EM POLICARBONATO DURÁVEL E MOLDADO, INCOLOR, ANTIEMBAÇANTE, VISOR COM APROXIMADAMENTE 250 MM DE LARGURA E 185 MM DE ALTURA. COM SUSPENSÃO E CATRACA, COM REGULAGEM PARA AJUSTE NA CABEÇA. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	2	Peça	R\$	58,50	R\$	117,00
65	RETENTOR 501 5N11 PARA FILTRO COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M SÉRIE 6200.	-	4	Peça	R\$	12,00	R\$	48,00
66	TIRANTE DE MÁSCARA SEMI FACIAL , TAMANHO P AO GG. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M SÉRIE 6200.	-	4	Peça	R\$	51,00	R\$	204,00
67	TOUCA DESCARTÁVEL TIPO SANFONADA , CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M², ATÓXICA, HIPOALERGÊNICA, RESISTENTE, INDICADA PARA AMBIENTES CONTROLADOS, HOSPITALARES E LABORATORIAIS. POSSUI ACABAMENTO EM ELÁSTICO REFORÇADO AO REDOR DE TODA A CIRCUNFERÊNCIA, GARANTINDO AJUSTE CONFORTÁVEL E SEGURO. FABRICADA POR SOLDAGEM/COSTURA ULTRASSÔNICA, LIVRE DE FIBRAS SOLTAS, NÃO INFLAMÁVEL, NÃO ESTÉRIL, DE USO ÚNICO (DESCARTÁVEL), MODELO UNISSEX, TAMANHO ÚNICO COM AJUSTE UNIVERSAL. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça	R\$	0,05	R\$	13,20
Total Anual							R\$	25.005,95
Total Mensal							R\$	2.083,83
Valor Mensal por Posto							R\$	148,84

INSUMOS DIVERSOS PARA SUPORTE À GESTÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL									
Equipamento de Equipamento Individual (EPI)					TÉCNICO DE ENFERMAGEM 1				
					TÉCNICO DE ENFERMAGEM 3				
					TÉCNICO EM RADIOLOGIA 2				
					TÉCNICO EM FÁRMACIA 3				
					BIOMEDICO 2				
					FISIOTERAPEUTA GERAL 3				
					NUTRICIONISTA 3				
					FARMACÊUTICO 3				
					FARMACÊUTICO 4				
					FONOAUDIÓLOGO 4				
					ENFERMEIRO 2				
					ENFERMEIRO 4				
					MÉDICO 4				
Quantidade Total de Postos:					26				
Descrição dos EPI:				Cor	Quant Anual Unitário	Unidade	Valor Unitário	Valor Total todos os Postos	
68	AVENTAL DE PVC BRANCO IMPERMEÁVEL PARA GARANTIR A SEGURANÇA E HIGIENE DURANTE ATIVIDADES EM AMBIENTES LABORATORIAL, AMBULATORIAL E HOSPITALAR. PROTEÇÃO CONTRA RESPINGOS DE LÍQUIDOS E RESÍDUOS, GARANTINDO UMA BARREIRA EFICAZ ENTRE O UNIFORME/JALECO PARA SEGURANÇA E CONFORTO MESMO NAS CONDIÇÕES MAIS ÚMIDAS NO AMBIENTE DE TRABALHO. TAMANHO PP ao XGG DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).				-	2	Peça	R\$ 11,84	R\$ 23,68
69	AVENTAL DESCARTÁVEL IMPERMEÁVEL COM MANGAS LONGAS, DESENVOLVIDO PARA OFERECER PROTEÇÃO QUÍMICA DE ALTO DESEMPENHO. CONFECCIONADO COM BASE EM TYVEK, MATERIAL LEVE E RESISTENTE, E REVESTIDO COM POLIETILENO, PROPORCIONA PROTEÇÃO COMPROVADA POR ATÉ 30 MINUTOS CONTRA MAIS DE 40 AGENTES QUÍMICOS. TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .				-	122	Peça	R\$ 45,99	R\$ 5.610,78
70	AVENTAL DESCARTÁVEL PARA PROCEDIMENTOS - USO HOSPITALAR E LABORATORIAL, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT) LAMINADO SMS – GRAU MÉDICO, COMPOSTO POR 3 CAMADAS (SPUNBOND + MELTBLOWN + SPUNBOND), COM GRAMATURA MÍNIMA DE 40 G/M² , OFERECENDO BARREIRA CONTRA PARTÍCULAS SÓLIDAS E GOTÍCULAS, ADEQUADO PARA PROCEDIMENTOS COM RISCO BIOLÓGICO MODERADO . MODELO MANGA LONGA, COM PUNHO EM ELÁSTICO TRANÇADO OU MALHA RIBANA, CONFECCIONADO POR SOLDAGEM ULTRASSÔNICA (SEM COSTURA COM LINHA, GARANTINDO MAIOR SEGURANÇA MICROBIOLÓGICA). POSSUI SISTEMA DE FECHAMENTO E AJUSTE COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO NO PESCOÇO E NA CINTURA, PROPORCIONANDO ADAPTAÇÃO ANATÔMICA AO CORPO DO USUÁRIO. USO ÚNICO (DESCARTÁVEL), HIPOALERGÊNICO, ATÓXICO, LIVRE DE LÁTEX, COR OPCIONAL AZUL/BRANCO OU CONFORME NECESSIDADE DO ÓRGÃO REQUISITANTE. EM CONFORMIDADE COM: RDC 356/2020 – ANVISA. TAMANHOS PP AO XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.				-	364	Peça	R\$ 3,21	R\$ 1.168,44
71	AVENTAL DESCARTÁVEL ESTÉRIL – USO HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT), COMPOSTO POR TRÊS CAMADAS (SPUNBOND + MELTBLOWN + SPUNBOND), COM GRAMATURA MÍNIMA DE 50 G/M² OU SUPERIOR , OFERECENDO ALTA BARREIRA CONTRA FLUIDOS E MICRORGANISMOS. MODELO MANGA LONGA COM PUNHO DE MALHA OU ELÁSTICO, PERMITINDO AJUSTE ANATÔMICO AOS PUNHOS. POSSUI SISTEMA DE FECHAMENTO COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO NO PESCOÇO E NA CINTURA, GARANTINDO SEGURANÇA E ERGONOMIA NO AJUSTE. PRODUTO ESTÉRIL POR ÓXIDO DE ETILENO (ETO) OU RAIOS GAMA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE COM ABERTURA ASSÉPTICA, DE USO ÚNICO (DESCARTÁVEL), ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO E ISENTO DE LÁTEX (LATEX FREE). O PRODUTO DEVE ATENDER INTEGRALMENTE À RESOLUÇÃO RDC Nº 356/2020 DA ANVISA E ABNT NBR 16064:2012 . TAMANHOS PP AO XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.				-	164	Peça	R\$ 13,90	R\$ 2.279,60
72	AVENTAL TÉRMICO IMPERMEÁVEL PARA ALTA TEMPERATURA, RESISTENTE À TEMPERATURA DE ATÉ 300°C , AJUSTÁVEL ATRAVÉS DE TIRAS DO MESMO MATERIAL NAS COSTAS COM PLUGUE DE ENGATE RÁPIDO, COSTURADO COM LINHA DE ARAMIDA, SEM FORRO. AVENTAL DE PROTEÇÃO, ESPECÍFICO PARA TRABALHO EM ALTA TEMPERATURA, CONFECCIONADO EM TECIDO ESPECIAL RETARDANTE A CHAMAS, COM COSTURA DUPLA E LINHA DE META ARAMIDA, ACABAMENTO ESPECIAL, TRATAMENTO IMPERMEABILIZANTE, PRÓPRIO PARA AMBIENTE QUE EXIGE PROTEÇÃO TÉRMICA COM EXPOSIÇÃO A CALOR, VAPOR E RESPINGOS QUENTES. TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.				-	1	Par	R\$ 139,73	R\$ 139,73

73	CALÇADO OCUPACIONAL MODELO SAPATO FECHADO , CONFECCIONADO EM MATERIAL POLIMÉRICO (EVA) IMPERMEÁVEL, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, FECHADO NA REGIÃO DO CALCANHAR E NA PARTE SUPERIOR, PROPORCIONANDO PROTEÇÃO DO PÉ CONTRA AGENTES QUÍMICOS, FÍSICOS E UMIDADE . POSSUI PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL PARA CONFORTO E HIGIENIZAÇÃO E SOLADO EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO: ATENDE AOS REQUISITOS DE ABSORÇÃO DE ENERGIA NA REGIÃO DO SALTO (E) E É RESISTENTE A ÓLEO COMBUSTÍVEL (FO). DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. DISPONDO DE C.A.	Branco	1	Peça	R\$	75,00	R\$	75,00
74	JALECO PROFISSIONAL , CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO , MANGA LONGA, MODELAGEM UNISSEX COM ACOMPANHAMENTO DE COSTURA REFORÇADA. POSSUI TRÊS BOLSOS EMBUTIDOS, SENDO UM BOLSO SUPERIOR NO LADO ESQUERDO DO PEITO E DOIS BOLSOS INFERIORES FRONTAIS. ABERTURA FRONTAL COM FECHAMENTO POR BOTÕES (OU PRESSÃO), GOLA ESPORTE OU PADRE E ACABAMENTO COM BAINHA DE SEGURANÇA. COMPRIMENTO ATÉ A ALTURA DOS JOELHOS, RESISTENTE A LAVAGENS, TECIDO CONFORTÁVEL, RESPIRÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS DO PP AO XGG.	Branco	3	Peça	R\$	77,40	R\$	232,20
75	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL - LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL EM LÁTEX NATURAL, FORMATO ANATÔMICO (MÃO DIREITA/ESQUERDA), COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28 CM, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁTIL, PUNHO LONGADO COM BORDA REFORÇADA, ATÓXICA E HIPOALERGÊNICA. ESTERILIZADA POR ÓXIDO DE ETILENO (ETO) OU RAIOS GAMA, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE COM SISTEMA DE ABERTURA ASSEPTICA . DISPONÍVEL COM PÓ BIOABSORVÍVEL OU SEM PÓ (POWDER FREE), DE ACORDO COM A NECESSIDADE CLÍNICA. DEVE ATENDER ÀS NORMAS ABNT NBR ISO 10282 .DISPONÍVEL NOS TAMANHOS: PP, P, M, G, GG e XGG . DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	132	Par	R\$	1,56	R\$	205,92
76	LUVA PARA PROCEDIMENTO (NÃO ESTÉRIL) - LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS EM LÁTEX NATURAL, DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, SEM PÓ (OU COM PÓ BIOABSORVÍVEL – OPCIONAL), HIPOALERGÊNICA, SUPERFÍCIE LISA OU MICROTEXTURIZADA, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO ≥ 18 MPA, FORMATO AMBIDESTRO, USO ÚNICO. DEVE CUMPRIR A NORMA ABNT NBR ISO 11193-1 E RDC 356/2020. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS: PP, P, M, G, GG E XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	528	Par	R\$	7,85	R\$	4.144,80
77	LUVA DE LÁTEX NATURAL SEM PÓ – LUVAS DESCARTÁVEIS EM LÁTEX NATURAL, HIPOALERGÊNICAS, ATÓXICAS, LIVRES DE PÓ, SEM TALCO, REDUZIDO TEOR DE PROTEÍNAS, USO ÚNICO, NÃO ESTÉREIS, ALTA ELASTICIDADE, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO MÍNIMA DE 18 MPA, TEXTURA LISA OU MICROTEXTURIZADA, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, AMBIDESTRAS, TAMANHOS VARIADOS (PP A XGG), CONFORMES ÀS NORMAS ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Par	R\$	1,27	R\$	335,28
78	LUVA DE LÁTEX NATURAL COM PÓ BIOABSORVÍVEL – LUVAS DESCARTÁVEIS EM LÁTEX NATURAL, ATÓXICAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL, USO ÚNICO, NÃO ESTÉREIS, FORMATO AMBIDESTRO, ALTA ELASTICIDADE, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, TEXTURA LISA, INDICADAS PARA PROCEDIMENTOS GERAIS E LABORATORIAIS, TAMANHOS VARIADOS (PP A XGG), CONFORMES ÀS NORMAS ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Par	R\$	1,68	R\$	1,68
79	LUVA NITRÍLICA COM PÓ – LUVAS DESCARTÁVEIS EM NITRILA (BORRACHA SINTÉTICA), LIVRES DE LÁTEX, HIPOALERGÊNICAS, COM PÓ, RESISTENTES À PERFURAÇÃO E AGENTES QUÍMICOS, EXCELENTE BARREIRA BIOLÓGICA, INDICAÇÃO PARA MANIPULAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS LEVES E BIOLÓGICAS, TEXTURA MICROTEXTURIZADA NAS PONTAS DOS DEDOS, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, USO ÚNICO, TAMANHOS PP A XGG, CONFORMES ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Par			R\$	-
80	LUVA NITRÍLICA PARA RISCOS MECÂNICOS (ALTA RESISTÊNCIA / ANTIPERFUROCORTANTE) - LUVAS EM NITRILA DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, MODELO INDUSTRIAL/PROFISSIONAL, ANTIDERRAPANTE, RESISTÊNCIA À ABRASÃO, À PERFURAÇÃO E A PRODUTOS QUÍMICOS AGRESSIVOS, NÃO ESTÉREIS, REUTILIZÁVEIS, INTERIOR FLOCADO, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 30 CM, ESPESSURA MÍNIMA 0,38 MM, CONFORMES À NORMA EN 388 (PROTEÇÃO MECÂNICA), EN 374 (PROTEÇÃO QUÍMICA E BIOLÓGICA) E CERTIFICAÇÃO CA – MINISTÉRIO DO TRABALHO .	-	264	Par	R\$	9,90	R\$	2.613,60
81	LUVA NITRÍLICA SEM PÓ – LUVAS DESCARTÁVEIS EM NITRILA (BORRACHA SINTÉTICA), LIVRES DE LÁTEX, HIPOALERGÊNICAS, SEM PÓ, RESISTENTES À PERFURAÇÃO E AGENTES QUÍMICOS, EXCELENTE BARREIRA BIOLÓGICA, INDICAÇÃO PARA MANIPULAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS LEVES E BIOLÓGICAS, TEXTURA MICROTEXTURIZADA NAS PONTAS DOS DEDOS, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, USO ÚNICO, TAMANHOS PP A GG, CONFORMES ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Par	R\$	0,24	R\$	63,36
82	LUVA DE POLIETILENO (LONGA – PROTEÇÃO QUÍMICA SIMPLES) -LUVAS DESCARTÁVEIS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), NÃO ESTÉREIS, TRANSPARENTES, USO ÚNICO, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 40 CM, RESISTENTES A RESPIGOS E CONTATO SIMPLES COM SOLUÇÕES AQUOSAS, INDICADAS PARA ÁREA DE ASSEPSIA, LIMPEZA E MANIPULAÇÃO LEVE.TAMANHOS PP A XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	12	Par	R\$	3,97	R\$	47,64
83	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA DESCARTÁVEL - MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA (3 CAMADAS), CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, SENDO: I. CAMADA EXTERNA: BARREIRA MICROBACTERIANA. II. CAMADA INTERMEDIÁRIA: FILTRO BACTERIOLÓGICO E PARTICULADO ≥ 98% (BFE/PFE). III. CAMADA INTERNA: MACIA E NÃO IRRITANTE. POSSUI CLIPE NASAL AJUSTÁVEL, ALÇAS ELÁSTICAS DE FIXAÇÃO AURICULAR (EARLOOP), MODELO PLISSADO/TRIPLA DOBRA, PERMITINDO VEDAÇÃO CONFORTÁVEL. DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO, HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA E LIVRE DE LÁTEX. DEVE ATENDER À RESOLUÇÃO RDC Nº 356/2020 DA ANVISA E À ABNT NBR 15052:2022 – MÁSCARAS CIRÚRGICAS. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça	R\$	0,32	R\$	84,48
84	MÁSCARA PFF2 / N95 (PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE) - MÁSCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA, TIPO PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE – PFF2 (EQUIVALENTE À N95), DE USO PROFISSIONAL, MODELO DESCARTÁVEL, CLASSE PFF2 (S), COM EFICIÊNCIA MÍNIMA DE FILTRAÇÃO ≥ 95% PARA PARTÍCULAS DE 0,3 MM (N95 – NIOSH 42 CFR 84) . CONSTRUÇÃO EM MÚLTIPLAS CAMADAS FILTRANTE DE NÃO-TECIDO (TNT) COM TECNOLOGIA MELTBLOWN, MATERIAL ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO E LIVRE DE FIBRA DE VIDRO. POSSUI CLIP NASAL AJUSTÁVEL E TIRAS ELÁSTICAS DE ALTA RESISTÊNCIA POSICIONADAS ATRÁS DA CABEÇA (HEADBAND) PARA GARANTIR VEDAÇÃO ADEQUADA AO ROSTO DO USUÁRIO. EFETIVA COMO BARREIRA CONTRA AEROSSÓIS SÓLIDOS E LÍQUIDOS, NÉVOAS E AGENTES BIOLÓGICOS (CLASSE P2 – AGENTE BIOLÓGICO NÍVEL 2 E 3) . DEVE APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO OU REGISTRO REGISTRO NA ANVISA, CONFORME RDC 379/2020 .	-	264	Peça	R\$	0,44	R\$	116,16
85	ÓCULOS DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL MODELO AMPLA VISÃO. ARMAÇÃO EM PVC TRANSPARENTE, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).	-	2	Peça	R\$	28,00	R\$	56,00
86	ÓCULOS DE SEGURANÇA MODELO SOBREPOR , COM LENTES INCOLORES DESENVOLVIDOS PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS VOLANTES DE ORIGEM MECÂNICA, PODENDO SER UTILIZADOS SOBRE ÓCULOS DE CORREÇÃO VISUAL (ÓCULOS DE GRAU). CONFECCIONADOS EM POLICARBONATO DE ALTA RESISTÊNCIA, COMPOSTOS POR VISOR E ARMAÇÃO INTEGRADOS EM PEÇA ÚNICA, COM PROTEÇÃO LATERAL E SUPERIOR, PROPORCIONANDO AMPLA ÁREA DE COBERTURA DA REGIÃO OCULAR. POSSUI HASTES TIPO ESPÁTULA, FABRICADAS NO MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO, COM AJUSTE DE COMPRIMENTO (HASTES REGULÁVEIS) PARA MELHOR ADAPTAÇÃO AO USUÁRIO. DESIGN LEVE, COM BOA ERGONOMIA E CAMPO VISUAL AMPLIADO. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: POLICARBONATO INCOLOR; RESISTÊNCIA: IMPACTO DE PARTÍCULAS VOLANTES; PROTEÇÃO: SUPERIOR E LATERAL; HASTES: TIPO ESPÁTULA REGULÁVEIS COM ENCAIXE POR PINOS PLÁSTICOS; COMPATIBILIDADE: USO SOBRE ÓCULOS DE GRAU; ANTIEMBAÇANTE E ANTIRRISCO ; ATENDE À NORMA ABNT NBR 16064:2012 (ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL); DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .	-	1	Peça	R\$	8,00	R\$	8,00
87	PROTETOR FACIAL EM POLICARBONATO DURÁVEL E MOLDADO , INCOLOR, ANTIEMBAÇANTE, VISOR COM APROXIMADAMENTE 250 MM DE LARGURA E 185 MM DE ALTURA. COM SUSPENSÃO E CATRACA, COM REGULAGEM PARA AJUSTE NA CABEÇA. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Peça	R\$	58,50	R\$	58,50
88	PROTETOR AUDITIVO TIPO INSERÇÃO , COM HASTE PLÁSTICA, COM ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 18 DB(A) OU SUPERIOR. DISPONDO DE C.A.	-	4	Peça	R\$	2,03	R\$	8,12

89	PROPÉ DESCARTÁVEL PARA PROTEÇÃO DOS CALÇADOS, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M², ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO, LIVRE DE LÁTEX E FIBRAS SOLTAS, RESISTENTE A RESPINGOS E POEIRA. POSSUI ELÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA EM TODA A ABERTURA, GARANTINDO AJUSTE FIRME SEM COMPRESSÃO EXCESSIVA. MODELO NÃO ESTÉRIL, DE USO ÚNICO (DESCARTÁVEL), DESTINADO AO CONTROLE DE CONTAMINAÇÃO CRUZADA EM AMBIENTES QUE EXIGEM CUIDADOS DE HIGIENE E BIOSSEGURANÇA. DEVENDO ESTAR EM CONFORMIDADE COM A RDC 356/2020 DA ANVISA. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça	R\$	0,12	R\$	31,68
90	TOUCA DESCARTÁVEL TIPO SANFONADA , CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M², ATÓXICA, HIPOALERGÊNICA, RESISTENTE, INDICADA PARA AMBIENTES CONTROLADOS, HOSPITALARES E LABORATORIAIS. POSSUI ACABAMENTO EM ELÁSTICO REFORÇADO AO REDOR DE TODA A CIRCUNFERÊNCIA, GARANTINDO AJUSTE CONFORTÁVEL E SEGURO. FABRICADA POR SOLDAGEM/COSTURA ULTRASSÔNICA, LIVRE DE FIBRAS SOLTAS, NÃO INFLAMÁVEL, NÃO ESTÉRIL, DE USO ÚNICO (DESCARTÁVEL), MODELO UNISSEX, TAMANHO ÚNICO COM AJUSTE UNIVERSAL. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça	R\$	0,05	R\$	13,20
91	AVENTAL PLUMBÍFERO : PROTEGE O TRONCO E O ABDÔMEN CONTRA A RADIAÇÃO. CONFECCIONADO EM MATERIAL FLEXÍVEL DE ALTA DENSIDADE COM EQUIVALÊNCIA DE CHUMBO MÍNIMA ENTRE 0,25 MMPB E 0,50 MMPB, CONFORME INDICAÇÃO DO SERVIÇO E REQUISITOS DE RADIOPROTEÇÃO. ESTRUTURA EM MULTICAMADAS COM BARREIRA RADIOLÓGICA CONTÍNUA, GARANTINDO ATENUAÇÃO ADEQUADA CONFORME CNEN NN 3.01 E CNEN NN 3.02 . REVESTIMENTO EXTERNO EM PVC VINÍLICO, NYLON EMBORRACHADO OU MATERIAL POLÍMERO RESISTENTE, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE À ABRASÃO, SEM POROSIDADE E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. POSSUI FECHAMENTO ANATÔMICO EM VELCRO OU FIVELAS DE ALTA RESISTÊNCIA, COSTURAS REFORÇADAS, DISTRIBUIÇÃO UNIFORME DO PESO E ERGONOMIA ADEQUADA PARA MINIMIZAR FADIGA LOMBAR. MODELO FRONTAL, FRONTAL DUPLA OU ENVOLVENTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SETOR. PRODUTO DE USO NÃO ESTÉRIL, REUTILIZÁVEL, DEVENDO ATENDER AOS REQUISITOS DE CONTROLE RADIOLÓGICO E INTEGRIDADE PERIÓDICA PREVISTOS NA IN ANVISA Nº 94/2021 (TESTES ANUAIS) . DEVE DISPOR DE REGISTRO C.A OU CADASTRO VÁLIDO NA ANVISA.	-	1	Peça	R\$	713,99	R\$	713,99
92	PROTETOR DE TIREOIDE : FICA NO PESCOÇO PARA PROTEGER A GLÂNDULA TIREOIDE, QUE É SENSÍVEL À RADIAÇÃO. PRODUZIDO EM MATERIAL COM EQUIVALÊNCIA MÍNIMA DE 0,50 MMPB, ADEQUADO PARA PROTEÇÃO DA GLÂNDULA TIREOIDE CONTRA RADIAÇÃO IONIZANTE. CONFECCIONADO EM ESTRUTURA MULTICAMADAS COM BARREIRA DE CHUMBO OU COMPOSTO EQUIVALENTE (LEAD-FREE OPCIONAL), GARANTINDO EFICIÊNCIA DE ATENUAÇÃO, CONFORME CNEN NN 3.01 (PROTEÇÃO RADIOLÓGICA). APRESENTA REVESTIMENTO EXTERNO IMPERMEÁVEL E RESISTENTE À ABRASÃO, COM ACABAMENTO INTERNO CONFORTÁVEL, HIPOALERGÊNICO E AJUSTÁVEL AO PESCOÇO POR MEIO DE VELCRO DE ALTA ADERÊNCIA. DEVE PERMITIR AJUSTE ANATÔMICO COMPLETO, COBRINDO A REGIÃO DA TIREOIDE SEM DEIXAR ÁREAS DESCOBERTAS. PRODUTO NÃO ESTÉRIL, REUTILIZÁVEL, DE USO EXCLUSIVO COMO BARREIRA RADIOLÓGICA. ATENDE AOS REQUISITOS DE INTEGRIDADE E TESTES PERIÓDICOS PREVISTOS NA RDC 330/2019 E NA IN 94/2021 , INCLUINDO INSPEÇÃO ANUAL DE FISSURAS E TRINCAS. DEVE DISPOR DE REGISTRO C.A OU CADASTRO VÁLIDO NA ANVISA.	-	1	Peça	R\$	388,05	R\$	388,05
93	ÓCULOS PLUMBÍFEROS : PROTEGEM OS OLHOS, QUE SÃO ÓRGÃOS MUITO SENSÍVEIS À RADIAÇÃO. FABRICADOS COM LENTES DE VIDRO DE ALTA DENSIDADE COM EQUIVALÊNCIA MÍNIMA DE 0,75 MMPB, OFERECENDO PROTEÇÃO OCULAR ADEQUADA CONTRA RADIAÇÃO ESPALHADA. LENTES COM DESIGN ÓPTICO DE ALTA NITIDEZ, TRATAMENTO ANTIRREFLEXO E LATERAIS DE PROTEÇÃO PLUMBÍFERA PARA MINIMIZAR EXPOSIÇÃO LATERAL, CONFORME DIRETRIZES DA CNEN E RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS DE RADIOPROTEÇÃO (ICRP). ARMAÇÃO EM POLICARBONATO, AÇO OU POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA, LEVE, ERGONÔMICO E COM AJUSTES NAS HASTES PARA ADAPTAÇÃO AO USUÁRIO. PRODUTO NÃO ESTÉRIL, REUTILIZÁVEL, COM SUPERFÍCIES RESISTENTES À LIMPEZA E DESINFECÇÃO HOSPITALAR. DEVE DISPOR DE REGISTRO C.A OU CADASTRO VÁLIDO NA ANVISA.	-	1	Peça	R\$	1.011,00	R\$	1.011,00
95	PROTETORES DE GÔNADAS : PROTEGEM OS ÓRGÃOS REPRODUTORES CONTRA OS EFEITOS DA RADIAÇÃO, COMO A INFERTILIDADE. CONFECCIONADOS EM MATERIAL FLEXÍVEL COM EQUIVALÊNCIA MÍNIMA ENTRE 0,25 E 0,50 MMPB, DE ACORDO COM A REGIÃO ANATÔMICA E APLICAÇÃO, DESTINADOS À PROTEÇÃO DOS ÓRGÃOS REPRODUTORES CONTRA RADIAÇÃO IONIZANTE, CONFORME RECOMENDAÇÕES DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA DA CNEN E DA ICRP PARA TECIDOS DE ALTA RADIOSSENSIBILIDADE. MODELO ANATÔMICO AJUSTÁVEL, PODENDO SER TIPO ESCUDO INFANTIL, PROTÓTIPO MASCULINO (FAIXA OU CONCHA DE PROTEÇÃO) OU PROTÓTIPO FEMININO (ESCUDO PÉLVICO), FABRICADO EM CAMADAS DE MATERIAL RADIOPROTETOR COM ALTA CAPACIDADE DE ATENUAÇÃO. REVESTIMENTO EXTERNO EM MATERIAL RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. PRODUTO REUTILIZÁVEL, NÃO ESTÉRIL, COM OBRIGATORIEDADE DE INSPEÇÃO PERIÓDICA DE INTEGRIDADE CONFORME IN ANVISA 94/2021 . DEVE DISPOR DE REGISTRO C.A OU CADASTRO VÁLIDO NA ANVISA.	-	1	Peça	R\$	482,47	R\$	482,47
Total Anual							R\$	10.501,75
Total Mensal							R\$	875,15
Valor Mensal por Posto							R\$	33,66
INSUMOS DIVERSOS PARA SUPORTE À GESTÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL							QUIMICO 1	
							QUIMICO 2	
							QUIMICO 3	
							QUIMICO 4	
							BIÓLOGO1	
Equipamento de Equipamento Individual (EPI)							BIÓLOGO 4	
							Quantidade Total de Postos:	
							9	
Descrição dos EPI:			Cor	Quant Anual Unitário	Unidade	Valor Unitário	Valor Total todos os Postos	
96	AVENTAL DESCARTÁVEL - USO LABORATORIAL, DESCARTÁVEL PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS E BIOLÓGICOS , CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESSO SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 50 G/M2 OU ACIMA , MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARILHOS NO PESCOÇO E NA CINTURA, TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.	-	132	Peça	R\$	6,05	R\$	798,60
97	AVENTAL DESCARTÁVEL IMPERMEÁVEL COM MANGAS LONGAS , DESENVOLVIDO PARA OFERECER PROTEÇÃO QUÍMICA DE ALTO DESEMPENHO. CONFECCIONADO COM BASE EM TYVEK, MATERIAL LEVE E RESISTENTE, E REVESTIDO COM POLIETILENO, PROPORCIONA PROTEÇÃO COMPROVADA POR ATÉ 30 MINUTOS CONTRA MAIS DE 40 AGENTES QUÍMICOS. TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .	-	122	Peça	R\$	45,99	R\$	5.610,78
98	AVENTAL DE PVC BRANCO IMPERMEÁVEL PARA GARANTIR A SEGURANÇA E HIGIENE DURANTE ATIVIDADES EM AMBIENTES LABORATORIAL, AMBULATORIAL E HOSPITALAR. PROTEÇÃO CONTRA RESPINGOS DE LÍQUIDOS E RESÍDUOS , GARANTINDO UMA BARREIRA EFICAZ ENTRE O UNIFORME/JALECO PARA SEGURANÇA E CONFORTO MESMO NAS CONDIÇÕES MAIS ÚMIDAS NO AMBIENTE DE TRABALHO. TAMANHO PP ao XGG DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .	-	2	Peça	R\$	11,84	R\$	23,68
99	AVENTAL DE PROCEDIMENTOS – USO HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESSO SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 40 G/M² , MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARILHOS NO PESCOÇO E NA CINTURA, TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça	R\$	7,49	R\$	1.977,36
100	AVENTAL DE PROCEDIMENTOS – USO HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESSO SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 50 G/M² OU SUPERIOR, MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARILHOS NO PESCOÇO E NA CINTURA, TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça	R\$	9,24	R\$	2.439,36
101	AVENTAL TÉRMICO IMPERMEÁVEL PARA ALTA TEMPERATURA , RESISTENTE À TEMPERATURA DE ATÉ 300°C , AJUSTÁVEL ATRAVÉS DE TIRAS DO MESMO MATERIAL NAS COSTAS COM PLUGUE DE ENGATE RÁPIDO, COSTURADO COM LINHA DE ARAMIDA, SEM FORRO. AVENTAL DE PROTEÇÃO, ESPECÍFICO PARA TRABALHO EM ALTA TEMPERATURA, CONFECCIONADO EM TECIDO ESPECIAL RETARDANTE A CHAMAS, COM COSTURA DUPLA E LINHA DE META ARAMIDA, ACABAMENTO ESPECIAL, TRATAMENTO IMPERMEABILIZANTE, PRÓPRIO PARA AMBIENTE QUE EXIGE PROTEÇÃO TÉRMICA COM EXPOSIÇÃO A CALOR, VAPOR E RESPINGOS QUENTES. TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Par	R\$	139,73	R\$	139,73

102	BOTA DE SEGURANÇA , TIPO CALÇADO OCUPACIONAL, MODELO CANO CURTO , CONFECCIONADA EM PVC INJETADO DE ALTA RESISTÊNCIA, BIDENSIDADE, IMPERMEÁVEL, COM SOLADO ANTIDERRAPANTE COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO, RESISTENTE A AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS , COM PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM PRODUTOS QUÍMICOS E FLUIDOS, PALMILHA INTERNA CONFORTÁVEL, OPCIONAL COM BIQUEIRA DE SEGURANÇA EM PVC OU COMPOSITE (OPCIONAL CONFORME RISCO), INDICADA PARA USO EM ÁREAS HOSPITALARES, LABORATÓRIOS, INDÚSTRIAS QUÍMICAS, BIOTÉRIOS, SANEAMENTO E LIMPEZA TÉCNICA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO , EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	-	2	Peça	R\$	42,50	R\$	85,00
103	BOTA DE SEGURANÇA , TIPO CALÇADO OCUPACIONAL, MODELO CANO LONGO , CONFECCIONADA EM PVC INJETADO DE ALTA RESISTÊNCIA, BIDENSIDADE, IMPERMEÁVEL, COM SOLADO ANTIDERRAPANTE COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO, RESISTENTE A AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS , COM PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM PRODUTOS QUÍMICOS E FLUIDOS, PALMILHA INTERNA CONFORTÁVEL, OPCIONAL COM BIQUEIRA DE SEGURANÇA EM PVC OU COMPOSITE (OPCIONAL CONFORME RISCO), INDICADA PARA USO EM ÁREAS HOSPITALARES, LABORATÓRIOS, INDÚSTRIAS QUÍMICAS, BIOTÉRIOS, SANEAMENTO E LIMPEZA TÉCNICA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO , EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	-	1	Peça	R\$	67,95	R\$	67,95
104	CARTUCHO SÉRIE 6001 PARA VAPORES ORGÂNICOS. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	20	Par	R\$	110,00	R\$	2.200,00
105	CARTUCHO SÉRIE 6006 PARA MULTIGASES. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	20	Par	R\$	89,41	R\$	1.788,20
106	CALÇADO OCUPACIONAL MODELO SAPATO FECHADO , CONFECCIONADO EM MATERIAL POLIMÉRICO (EVA) IMPERMEÁVEL, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, FECHADO NA REGIÃO DO CALCANHAR E NA PARTE SUPERIOR, PROPORCIONANDO PROTEÇÃO DO PÉ CONTRA AGENTES QUÍMICOS, FÍSICOS E UMIDADE . POSSUI PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL PARA CONFORTO E HIGIENIZAÇÃO E SOLADO EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO: ATENDE AOS REQUISITOS DE ABSORÇÃO DE ENERGIA NA REGIÃO DO SALTO (E) E É RESISTENTE A ÓLEO COMBUSTÍVEL (FO). DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça	R\$	75,00	R\$	75,00
107	CALÇADO DE SEGURANÇA - PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO COM CONFORTO CONTRA IMPACTOS DE QUEDAS DE OBJETOS, PERFURO CORTANTE SOBRE OS ARTELOS E CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTES E PERFURANTES, CONTRA AGENTES TÉRMICOS (FRIO), CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA E CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS E PRODUTOS DE ORIGEM CORROSIVA . DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça	R\$	67,95	R\$	67,95
108	CAPA DE CHUVA LAMINADA CRISTAL COM CAPUZ - CAPA DE CHUVA COM CAPUZ, CONFECCIONADA EM TECIDO DE PVC CRISTAL. POSSUI MANGAS COMPRIDAS COM COBERTURA TOTAL ATÉ OS PUNHOS, ABERTURA FRONTAL E FECHAMENTO COM BOTÕES DE PRESSÃO. COSTURAS SELADAS ELETRONICAMENTE. COR: CRISTAL (SEMI TRANSPARENTE). COMPOSIÇÃO: TECIDO LAMINADO DE PVC CRISTAL DE 0,20MM DE ESPESSURA. INDICAÇÃO DE USO: PROTEÇÃO DO CRÂNIO, PESCOÇO, TRONCO E MEMBROS SUPERIORES CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE CHUVA E OPERAÇÕES COM ÁGUA, PERMITINDO A VISIBILIDADE DO VESTUÁRIO SUBJACENTE. ADEQUADA PARA AMBIENTES QUE EXIGEM HIGIENE VISUAL, COMO LABORATÓRIOS E AMBULATÓRIOS. TAMANHOS: PP, M G, GG E XGG. DISPONDO DE C.A.	-	2	Peça	R\$	26,00	R\$	52,00
109	CONJUNTO TÉRMICO IMPERMEÁVEL CONFECCIONADO EM POLIAMIDA COM RESINA DE ATÉ 150 GR/M². PROTEGE O USUÁRIO EM AMBIENTES REFRIGERADOS, SENDO COMPOSTO POR JAPONA, CALÇA, LUVAS, MEIÃO E BOTA TÉRMICA. SENDO PROTEÇÃO COMPLETA PARA DIVERSOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM AMBIENTES COM BAIXA TEMPERATURA. KIT COMPLETO PARA ATIVIDADES EM AMBIENTES COM BAIXA TEMPERATURA: I. CAPUZ TÉRMICO PARA CÂMARA FRIA E BAIXA TEMPERATURA. II. JAPONA TÉRMICA IMPERMEÁVEL PARA CÂMARA FRIA E BAIXA TEMPERATURA. III. CALÇA DE NYLON TÉRMICA IMPERMEÁVEL PARA CÂMARA FRIA E BAIXA TEMPERATURA. IV. LUVAS TÉRMICA EM NYLON PARA CÂMARA FRIA E BAIXA TEMPERATURA. V. MEIÃO DE SEGURANÇA PARA CÂMARA FRIA. TAMANHO PP AO XGG. VI. BOTA TÉRMICA BOTINHA PARA AMBIENTES DE BAIXA TEMPERATURA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. . TODOS OS ITENS NECESSITAM DISPOR DE C.A. VÁLIDO	-	2	Peça	R\$	320,33	R\$	640,66
110	FILTRO PARA PARTICULADOS 5N11 PARA PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA CONTRA POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS. OS FILTROS QUE SÃO UTILIZADOS COM O RESPIRADOR SÃO: I. FILTROS QUÍMICOS CLASSE 1: 6001; 6002; 6003; 6004; 6005; 6006; 6007. II. FILTROS PARA PARTÍCULAS: 2071; 2078; 5N11; 2091; 2096; 2097; 5935BR; 7093. III. FILTROS COMBINADOS (QUÍMICO CLASSE 1 E PARA PARTÍCULAS CLASSE P2): 2076HF. IV. FILTROS COMBINADOS (QUÍMICO CLASSE 1 E PARA PARTÍCULAS CLASSE P3): 60926; 7093C. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	32	Peça	R\$	13,00	R\$	416,00
111	JALECO DE ALGODÃO 100% , COM MANGA COMPRIDA COM BAINHA, ALTURA ATÉ O JOELHO COM 03 BOLSOS, SENDO: 1 SUPERIOR LADO ESQUERDO E DOIS NA PARTE DE BAIXO TAMANHO PP AO XGG.	-	3	Peça	R\$	72,33	R\$	216,99
112	MÁSCARA RESPIRATÓRIA SEMIFACIAL SÉRIE 6200 COM DOIS SUPORTES PARA FILTROS COM ELÁSTICOS AJUSTÁVEIS QUE PRENDAM ATRÁS DA CABEÇA E NA NUCA, COM SAÍDA PARA AR EXALADO, EQUIPADA COM FILTRO. O RESPIRADOR MODELO 6200, SEMIFACIAL COM FILTROS DÚPLIS, MOLDADO EM ELASTÔMERO SINTÉTICO, UTILIZADOS PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS DO USUÁRIO CONTRA A INALAÇÃO DE PARTÍCULAS SÓLIDAS, QUANDO UTILIZADO COM FILTROS MECÂNICOS OU COMBINADOS, E CONTRA GASES E VAPORES ORGÂNICOS ATÉ 1000 PPM, QUANDO UTILIZADO COM FILTROS QUÍMICOS OU COMBINADOS, PODENDO TER, EM ALGUNS FILTROS PARA PARTÍCULAS, UMA CAMADA DE CARVÃO ATIVADO EM SUA CONSTITUIÇÃO. O RESPIRADOR DEVE ATENDER AOS REQUISITOS TÉCNICOS NORMATIVOS DA ABNT NBR 13694 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	1	Peça	R\$	215,00	R\$	215,00
113	LUVAS DE LÁTEX NATURAL SEM PÓ – LUVAS DESCARTÁVEIS EM LÁTEX NATURAL, HIPOALERGÊNICAS, ATÓXICAS, LIVRES DE PÓ, SEM TALCO, REDUZIDO TEOR DE PROTEÍNAS, USO ÚNICO, NÃO ESTÉREIS, ALTA ELASTICIDADE, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO MÍNIMA DE 18 MPa, TEXTURA LISA OU MICROTETURIZADA, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, AMBIDESTRAS, TAMANHOS VARIADOS (PP A XGG), CONFORMES ÀS NORMAS ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Par	R\$	1,27	R\$	335,28
114	LUVAS DE LÁTEX NATURAL COM PÓ BIOABSORVÍVEL – LUVAS DESCARTÁVEIS EM LÁTEX NATURAL, ATÓXICAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL, USO ÚNICO, NÃO ESTÉREIS, FORMATO AMBIDESTRO, ALTA ELASTICIDADE, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, TEXTURA LISA, INDICADAS PARA PROCEDIMENTOS GERAIS E LABORATORIAIS, TAMANHOS VARIADOS (PP A XGG), CONFORMES ÀS NORMAS ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Par	R\$	1,68	R\$	1,68
115	LUVAS DE SEGURANÇA EM NITRILICO, NÃO DESCARTÁVEL , COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO - CA, EMITIDO PELO MS, CANO DA LUVAS POSSUA DE 15 A 20CM DE COMPRIMENTO, FORRO DE MALHA DE ALGODÃO, PALMA ÁSPERA, COR AZUL, COMPRIMENTO TOTAL DE 30CM, TAMANHO P AO GG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Par	R\$	33,49	R\$	8.841,36
116	LUVAS TÉRMICAS RESISTENTES À CORTE E ABRASÃO , RESISTENTE À TEMPERATURA DE ATÉ 300°C, MÃO FORRADA COM FELTRO E REVESTIDA COM SUEDE, PUNHO DE 20 CM FORRADO INTERNAMENTE COM LONA DE ALGODÃO, PUNHO COM VIÉS DE ALGODÃO COSTURADA COM LINHA DE PARA-ARAMIDA. TAMANHO P AO GG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Par	R\$	25,00	R\$	25,00
117	LUVAS NITRILICAS SEM PÓ – LUVAS DESCARTÁVEIS EM NITRILA (BORRACHA SINTÉTICA), LIVRES DE LÁTEX, HIPOALERGÊNICAS, SEM PÓ, RESISTENTES À PERFURAÇÃO E AGENTES QUÍMICOS, EXCELENTE BARREIRA BIOLÓGICA, INDICAÇÃO PARA MANIPULAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS LEVES E BIOLÓGICAS, TEXTURA MICROTETURIZADA NAS PONTAS DOS DEDOS, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, USO ÚNICO, TAMANHOS PP A XGG, CONFORMES ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Par	R\$	0,24	R\$	63,36
118	LUVAS NITRILICAS COM PÓ – LUVAS DESCARTÁVEIS EM NITRILA (BORRACHA SINTÉTICA), LIVRES DE LÁTEX, HIPOALERGÊNICAS, COM PÓ, RESISTENTES À PERFURAÇÃO E AGENTES QUÍMICOS, EXCELENTE BARREIRA BIOLÓGICA, INDICAÇÃO PARA MANIPULAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS LEVES E BIOLÓGICAS, TEXTURA MICROTETURIZADA NAS PONTAS DOS DEDOS, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, USO ÚNICO, TAMANHOS PP A XGG, CONFORMES ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Par	R\$		R\$	-
119	LUVAS NITRILICAS PARA RISCOS MECÂNICOS (ALTA RESISTÊNCIA / ANTIPERFURACORTANTE) - LUVAS EM NITRILA DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, MODELO INDUSTRIAL/PROFISSIONAL, ANTIDERRAPANTE, RESISTÊNCIA À ABRASÃO, À PERFURAÇÃO E A PRODUTOS QUÍMICOS AGRESSIVOS, NÃO ESTÉREIS, REUTILIZÁVEIS, INTERIOR FLOCADO, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 30 CM, ESPESSURA MÍNIMA 0,38 MM, CONFORMES À NORMA EN 388 (PROTEÇÃO MECÂNICA), EN 374 (PROTEÇÃO QUÍMICA E BIOLÓGICA). TAMANHO PP AO XGG. E CERTIFICAÇÃO CA – MINISTÉRIO DO TRABALHO.	-	264	Par	R\$	9,90	R\$	2.613,60

120	LUVA DE POLIETILENO (LONGA – PROTEÇÃO QUÍMICA SIMPLES) -LUVAS DESCARTÁVEIS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), NÃO ESTÉREIS, TRANSPARENTES, USO ÚNICO, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 40 CM, RESISTENTES A RESPIGOS E CONTATO SIMPLES COM SOLUÇÕES AQUOSAS, INDICADAS PARA ÁREA DE ASSEPSIA, LIMPEZA E MANIPULAÇÃO LEVE.TAMANHOS PP A XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	122	Par	R\$	3,97	R\$	484,34
121	LUVA DE PROTEÇÃO CRIOGÊNICA - LUVA DE SEGURANÇA DESTINADA AO MANUSEIO DE MATERIAIS CRIOGÊNICOS, COM PROTEÇÃO TÉRMICA CONTRA TEMPERATURAS ULTRABAIXAS DE ATÉ -190 °C. MODELO MID ARM, COM COMPRIMENTO ENTRE 350 E 380 MM, PROPORCIONANDO PROTEÇÃO ESTENDIDA ATÉ A REGIÃO MÉDIA DO ANTEBRAÇO. FABRICADA COM TECNOLOGIA MULTICAMADAS, COMPOSTA POR; CAMADA EXTERNA EM TECIDO DE NÁILON COM TRATAMENTO REPELENTE À ÁGUA; CAMADAS INTERMEDIÁRIAS COM ISOLAMENTO TÉRMICO DE ALTA EFICIÊNCIA; REVESTIMENTOS INTERNO E EXTERNO EM POLIAMIDA TRICOT SCRIM LAMINADA; E E CAMADA ADICIONAL DE TAFETÁ PARA REFORÇO ESTRUTURAL E RESISTÊNCIA MECÂNICA. TOTALMENTE IMPERMEÁVEL A LÍQUIDOS CRIOGÊNICOS E PROJETADA PARA OFERECER ALTO DESEMPENHO TÉRMICO, DESTREZA FUNCIONAL E SEGURANÇA PROLONGADA EM OPERAÇÕES COM NITROGÊNIO LÍQUIDO, ARGÔNIO LÍQUIDO E OUTROS AGENTES CRIOGÊNICOS. TAMANHO PP ao XGG.	-	1	Peça			R\$	-
122	LUVA DE PROTEÇÃO CRIOGÊNICA – MODELO MID ARM -LUVA DE SEGURANÇA PARA MANUSEIO DE AGENTES CRIOGÊNICOS, COM PROTEÇÃO TÉRMICA PARA TEMPERATURAS ULTRABAIXAS DE ATÉ -190 °C. MODELO MID ARM, COM COMPRIMENTO ENTRE 350 MM E 380 MM , PROPORCIONANDO PROTEÇÃO ESTENDIDA DO ANTEBRAÇO ATÉ O MEIO DO BRAÇO. CONSTRUÍDA COM ESTRUTURA MULTICAMADAS PARA ISOLAMENTO TÉRMICO E RESISTÊNCIA MECÂNICA, COMPOSTA POR: CAMADA EXTERNA: TECIDO DE NÁILON (NYLON) COM TRATAMENTO REPELENTE À ÁGUA; CAMADAS INTERNAS: MULTICAMADAS DE ISOLAMENTO TÉRMICO DE ALTA EFICIÊNCIA; REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO ADICIONAL: POLIAMIDA TRICOT SCRIM LAMINADA PARA MAIOR RESISTÊNCIA E DURABILIDADE; CAMADA COMPLEMENTAR: TAFETÁ TÉCNICO PARA REFORÇO ESTRUTURAL E ESTABILIDADE DIMENSIONAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:IMPERMEÁVEL A LÍQUIDOS CRIOGÊNICOS;ALTA RESISTÊNCIA TÉRMICA E MECÂNICA; ADEQUADA PARA OPERAÇÕES COM NITROGÊNIO LÍQUIDO, ARGÔNIO LÍQUIDO, CO ₂ SÓLIDO E OUTROS AGENTES CRIOGÊNICOS; ERGONOMIA E FLEXIBILIDADE PARA MANIPULAÇÃO SEGURA EM AMBIENTES LABORATORIAIS. TAMANHO P ao XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Peça			R\$	-
123	LUVA TÉRMICA DE PROTEÇÃO PARA BAIXAS E ALTAS TEMPERATURAS - LUVA DE SEGURANÇA PROJETADA PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS EM OPERAÇÕES COM VARIAÇÃO TÉRMICA EXTREMA, COM DESEMPENHO COMPROVADO PARA BAIXAS TEMPERATURAS ATÉ -30 °C E ALTAS TEMPERATURAS ATÉ +250 °C (EXPOSIÇÃO INTERMITENTE DE ATÉ 15 SEGUNDOS). CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS - IMPERMEÁVEL, INDICADA PARA AMBIENTES ÚMIDOS E OPERAÇÕES COM LÍQUIDOS OU GELO SECO. COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA: SUPORTE TÊXTIL EM POLIAMIDA (NYLON) DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA; REVESTIMENTO TOTAL EM LÁTEX NATURAL, PROPORCIONANDO EXCELENTE ADERÊNCIA E ESTANQUEIDADE; PALMA COM DUPLO REVESTIMENTO EM ESPUMA DE LÁTEX NATURAL; GARANTINDO ALTA GRIP E DESEMPENHO SUPERIOR EM MANUSEIO DE PEÇAS ÚMIDAS, LISAS OU ESCORREGADIAS; FORRO TÉRMICO INTERNO COM MANTA ACRÍLICA DUPLA; QUE ASSEGURA CONFORTO TÉRMICO E ISOLAMENTO EFICIENTE. DESEMPENHO E PROTEÇÃO: PROTEÇÃO CONTRA AGENTES TÉRMICOS (CALOR E FRIJO). PROTEÇÃO MECÂNICA CONTRA AGENTES: ABRASIVOS, ESCORIANTES, CORTANTES (RISCO MÉDIO) E PERFURANTES. EXCELENTE TATO E DESTREZA, MANTENDO FLEXIBILIDADE MESMO EM TEMPERATURAS EXTREMAS. PUNHO COM AJUSTE ANATÔMICO PARA MELHOR SEGURANÇA OPERACIONAL. TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça	R\$	98,90	R\$	98,90
124	MACACÃO ESTÉRIL COM CAPUZ E BOTAS INTEGRADAS – O MACACÃO COM CAPUZ E BOTAS INTEGRADAS É UMA PEÇA DESCARTÁVEL QUE OFERECE CONFORTO E PROTEÇÃO DA CABEÇA AOS PÉS. O MACACÃO DISPÕE DE FECHO FRONTAL COM ABA DE PROTEÇÃO, CAPUZ ELÁSTICO, COSTAS, PUNHOS E TORNOZELOS E PRESILHAS PARA O POLEGAR PARA GARANTIR UMA FIXAÇÃO SEGURA. AS BOTAS INTEGRADAS APRESENTAM SOLAS ANTIDERRAPANTES PARA GARANTIR QUE CADA PASSO SEJA DADO COM SEGURANÇA. UMA VESTIMENTA PARA RESPIGOS, NO CONTEXTO DE SALAS LIMPAS E LABORATÓRIOS, É UM TIPO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) PROJETADO PARA PROTEGER O TRABALHADOR CONTRA O CONTATO COM SUBSTÂNCIAS LÍQUIDAS, COMO RESPIGOS DE PRODUTOS QUÍMICOS, FLUIDOS BIOLÓGICOS OU OUTRAS SOLUÇÕES QUE POSSAM REPRESENTAR RISCOS À SAÚDE OU COMPROMETER A INTEGRIDADE DO AMBIENTE CONTROLADO. ESSA VESTIMENTA É ESPECIALMENTE RELEVANTE EM AMBIENTES ONDE HÁ MANIPULAÇÃO DE MATERIAIS PERIGOSOS OU ONDE A CONTAMINAÇÃO DEVE SER EVITADA, COMO EM SALAS LIMPAS, LABORATÓRIOS DE PESQUISA OU PRODUÇÃO. TAMANHO PP ao XGG DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	122	Peça	R\$	187,90	R\$	22.923,80
125	MACACÃO DE SEGURANÇA DESCARTÁVEL COM CAPUZ – PROTEÇÃO QUÍMICA E BIOLÓGICA. MACACÃO DE SEGURANÇA DE USO PROFISSIONAL, DESCARTÁVEL E NÃO REUTILIZÁVEL , CONFECCIONADO EM FIBRA CONTÍNUA DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (HDPE), MATERIAL 100% POLIETILENO DO TIPO TYVEK®, QUE COMBINA ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA E EXCELENTE BARREIRA CONTRA PARTÍCULAS E AGENTES BIOLÓGICOS. CARACTERÍSTICAS DO MACACÃO: DESIGN INTEGRAL COM CAPUZ ANATÔMICO PARA AMPLA COBERTURA CORPORAL; FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER DE ALTA RESISTÊNCIA E ABA PROTETORA; ELÁSTICOS INTEGRADOS EM PUNHOS, TORNOZELOS, CINTURA E CAPUZ PARA VEDAÇÃO SEGURA; COSTURA DUPLA REFORÇADA PARA MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA ESTRUTURAL; TECIDO RESPIRÁVEL QUE REDUZ ACÚMULO DE CALOR E MELHORA O CONFORTO DO USUÁRIO; LIVRE DE LÁTEX E SILICONE, REDUZINDO RISCOS ALÉRGICOS. CERTIFICAÇÃO CE – CATEGORIA III; INDICADO PARA ALTOS RISCOS ; TIPO 3B – PROTEÇÃO CONTRA JATOS DE PRODUTOS QUÍMICOS LÍQUIDOS (PRESSÃO) E RISCOS BIOLÓGICOS; CERTIFICAÇÃO EN 14126 – BARREIRA COMPROVADA CONTRA AGENTES INFECCIOSOS E CONTAMINANTES BIOLÓGICOS. ATENDE TAMBÉM ÀS NORMAS: EN 14605 – ROUPAS DE PROTEÇÃO CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS LÍQUIDOS; EN 1073-2 – PROTEÇÃO CONTRA PARTÍCULAS RADIOATIVAS; EN 1149-5 – PROPRIEDADES ELETROSTÁTICAS (QUANDO APLICÁVEL AO MODELO); EN 13982-1 TIPO 5 – PARTÍCULAS SÓLIDAS; EN 13034 TIPO 6 – RESPINGO QUÍMICO LIMITADO. TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.	-	50	Peça	R\$	9,30	R\$	465,00
126	MACACÃO DE SEGURANÇA DESCARTÁVEL SEM CAPUZ – PROTEÇÃO QUÍMICA E BIOLÓGICA. MACACÃO DE SEGURANÇA DE USO PROFISSIONAL, DESCARTÁVEL E NÃO REUTILIZÁVEL , CONFECCIONADO EM FIBRA CONTÍNUA DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (HDPE), MATERIAL 100% POLIETILENO DO TIPO TYVEK®, QUE COMBINA ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA E EXCELENTE BARREIRA CONTRA PARTÍCULAS E AGENTES BIOLÓGICOS. CARACTERÍSTICAS DO MACACÃO: DESIGN INTEGRAL COM CAPUZ ANATÔMICO PARA AMPLA COBERTURA CORPORAL; FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER DE ALTA RESISTÊNCIA E ABA PROTETORA; ELÁSTICOS INTEGRADOS EM PUNHOS, TORNOZELOS, CINTURA E CAPUZ PARA VEDAÇÃO SEGURA; COSTURA DUPLA REFORÇADA PARA MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA ESTRUTURAL; TECIDO RESPIRÁVEL QUE REDUZ ACÚMULO DE CALOR E MELHORA O CONFORTO DO USUÁRIO; LIVRE DE LÁTEX E SILICONE, REDUZINDO RISCOS ALÉRGICOS. CERTIFICAÇÃO CE – CATEGORIA III; INDICADO PARA ALTOS RISCOS ; TIPO 3B – PROTEÇÃO CONTRA JATOS DE PRODUTOS QUÍMICOS LÍQUIDOS (PRESSÃO) E RISCOS BIOLÓGICOS; CERTIFICAÇÃO EN 14126 – BARREIRA COMPROVADA CONTRA AGENTES INFECCIOSOS E CONTAMINANTES BIOLÓGICOS. ATENDE TAMBÉM ÀS NORMAS: EN 14605 – ROUPAS DE PROTEÇÃO CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS LÍQUIDOS; EN 1073-2 – PROTEÇÃO CONTRA PARTÍCULAS RADIOATIVAS; EN 1149-5 – PROPRIEDADES ELETROSTÁTICAS (QUANDO APLICÁVEL AO MODELO); EN 13982-1 TIPO 5 – PARTÍCULAS SÓLIDAS; EN 13034 TIPO 6 – RESPINGO QUÍMICO LIMITADO. TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.	-	122	Peça	R\$	10,53	R\$	1.284,66
127	MACACÃO EM PVC DE MANGA COMPRIDA COM CAPUZ , CONFECCIONADO EM TECIDO SINTÉTICO PLASTIFICADO EM PVC, SOLDADO ELETRONICAMENTE, COM CAPUZ FIXO, FECHAMENTO FRONTAL POR MEIO DE ZÍPER E BOTÕES DE PRESSÃO, MANGAS LONGAS, ACOPLADO COM BOTAS E LUVAS DE PVC PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS E BIOLÓGICOS. MANTENDO-O VEDADO/SEGURO E PARA ANDAR SOBRE ÁREAS COM SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS E NOCIVAS À SAÚDE. DISPONDO DE C.A. TAMANHO PP AO XGG.	-	50	Peça	R\$	230,00	R\$	11.500,00

<input type="checkbox"/>	Posto de Trabalho	
<input type="checkbox"/>	Salário mínimo para cálculo de insalubridade (quando couber)	R\$ 1.621,00
<input type="checkbox"/>	Salário normativo da categoria profissional	R\$ 4.719,54
<input type="checkbox"/>	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDAUT
<input type="checkbox"/>	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/02/2025

		+	
<input type="checkbox"/>	Salário base		R\$ 4.719,54
-	Adicional Periculosidade		
<input type="checkbox"/>	Adicional Insalubridade	40%	R\$ 648,40
<input type="checkbox"/>	Adicional Noturno		
<input type="checkbox"/>	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
<input type="checkbox"/>	Outros (<i>Especificar</i>)		

2.2	SUBMÓDULO - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) e OUTRAS CONTRIBUIÇÕES <i>(Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)</i>	%	Valor (R\$)
A	INSS (<i>Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457/2007 e Art. 22º, Inciso I, da Lei 8.212/91</i>)	20,00%	R\$ 1.292,98
B	Salário Educação (<i>Art. 3º, Inciso I, Decreto n.º 87.043/82</i>)	2,50%	R\$ 161,62
C	SAT - Seguro Acidente do Trabalho (<i>Art. 22º, Inciso II, Lei n.º 8.212/91 e Decreto nº 6.957/09</i>) (RAT x FAP = RAT Ajustado)	3,10%	R\$ 200,59
D	SESC ou SESI (<i>Art. 30º, Lei n.º 8.036/90</i>)	1,50%	R\$ 96,97
E	SENAI - SENAC (<i>Art.1º, Caput, Decreto-Lei 6.246/44-SENAI e Art.4º, Caput, Decreto-Lei 8.621/46-SENAC</i>)	1,00%	R\$ 64,65
F	SEBRAE (<i>Art. 8º, Lei n.º 8.029/90</i>)	0,60%	R\$ 38,79
G	INCRA (<i>Art. 1º, inciso I, 2 c/c Art. 3º, Ambos do Decreto-Lei nº 1.146/70</i>)	0,20%	R\$ 12,93
H	FGTS (<i>Art. 15º, Lei n.º 8.036/90 e Art. 7º, Inciso III, CF/88</i>)	8,00%	R\$ 517,19
Total GPS, FGTS e Outras Contribuições		36,90%	R\$ 2.385,72

☐ . ☐ **Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.**

[illegible]

Substituto na Cobertura de Férias		+	Substituto na Cobertura de Ausências Legais
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 28,48
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 2,03
D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 3,05

<p>Item 01 - Uniformes e EPI's</p> <p>Quantidade: 01 unidade</p> <p>Valor unitário: R\$ 0,00</p> <p>Valor total: R\$ 0,00</p>		<p>Valor unitário, R\$</p>
A	Uniformes	R\$ -
B	Epi's	R\$ -
C	Outros (Especificar)	R\$ -
D	Outros (Especificar)	R\$ -
Total dos Insumos Diversos		R\$ -
<p>Observações: As Descrições do Item no Módulo são exemplificativas e deverão ser cotadas em conformidade com Edital.</p>		

: 00000000000000000000000000007 000		
01) 00 00000%8/ 0 C E B 01 B % 01 / 000000 00 00 \$ 000 () 0		000 000, 0
<input type="checkbox"/>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 5.367,94
-	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 4.422,60
<input type="checkbox"/>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 381,63
<input type="checkbox"/>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 37,64
<input type="checkbox"/>	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
		R\$ 10.209,81
<input type="checkbox"/>	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 3.542,18
000 00 .00) 000000 0 0 \$ 000000 0 / 0 05:5050000=00%0000-0) 00) / 030A000+ 0) 00 \$ 00) 00) / 030		R\$ 13.751,98
00(0%800) 0 %00. 0 \$ 00000		12
000 000%/ 00) 000000 0		R\$ 165.023,82

AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos Itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.

7 8 5 9				
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)	
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$	315,00
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$	343,17
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$	114,58
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$	772,76

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS	Unitário R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ 252,01
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários		R\$	1.035,12

		(Deverá ser demonstrada e memória de cálculo para todos os itens)	+	
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: ((1/12)*0,05 - Estimativa de que 5% (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)	0,420%	R\$	15,88
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (%FGTS * %A)	8,00%	R\$	1,27
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$	75,63
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30)/12))	1,94%	R\$	73,36
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado (%Total do Submódulo 2.2 * %D)	0,72%	R\$	27,07
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$	75,63
		Total da Provisão para Rescisão	15,08%	R\$ 268,85
As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.				

Descrição		+	Valor, R\$
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 21,11
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 1.51

As Descrições do Item no Módulo são exemplificativas e deverão ser cotadas em conformidade com Edital.

3-5- -		+	,	
A	Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	5,00%	R\$	385,78
B	Lucro (Incidência sobre o somatório módulos 1, 2, 3, 4, 5 e o item A módulo 6) Nota Técnica 1STF (Estimativa por Editais TCU)	10,00%	R\$	810,14
C	Tributos (C1 + C2 + C3 + C4)	14,25%	R\$	1.480,93
C1	Tributos Federais (Especificar) (Exceto IRPJ e CSLL) (Estimado pelo Lucro Real: PIS=0,82%; COFINS=3,81%)	9,25%	R\$	961,31
C2	Tributos Estaduais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês)	0,00%	R\$	-
C3	Tributos Municipais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês) (ISS RJ=5,00%)	5,00%	R\$	519,63
C4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$	-
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		29,25%	R\$	2.676,86

: 000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000	
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

<input type="checkbox"/>	Posto de Trabalho	H00000000000007000
<input type="checkbox"/>	Salário mínimo para cálculo de insalubridade (quando couber)	R\$ 1.621,00
<input type="checkbox"/>	Salário normativo da categoria profissional	R\$ 3.450,90
<input type="checkbox"/>	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDAUT
<input type="checkbox"/>	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/02/2025

	\$ %	\$ ()	+	, ,
<input type="checkbox"/> Salário base				R\$ 3.450,90
- Adicional Periculosidade				
<input type="checkbox"/> Adicional Insalubridade			40%	R\$ 648,40
<input type="checkbox"/> Adicional Noturno				
<input type="checkbox"/> Adicional de Hora Noturna Reduzida				
<input type="checkbox"/> Outros (<i>Especificar</i>)				
			. / % 01	, 2 665 1

2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$ 341,47
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$ 372,01
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$ 124,21
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$ 837,69

2.2	SUBMÓDULO - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) e OUTRAS CONTRIBUIÇÕES <i>(Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)</i>	%	Valor (R\$)
A	INSS (Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457/2007 e Art. 22º, Inciso I, da Lei 8.212/91)	20,00%	R\$ 987,40
B	Salário Educação (Art. 3º, Inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50%	R\$ 123,42
C	SAT - Seguro Acidente do Trabalho (Art. 22º, Inciso II, Lei nº 8.212/91 e Decreto nº 6.957/09) (RAT x FAP = RAT Ajustado)	3,10%	R\$ 153,18
D	SESC ou SESEI (Art. 30º, Lei nº 8.036/90)	1,50%	R\$ 74,05
E	SENAI - SENAC (Art.1º, Caput, Decreto-Lei 6.246/44-SENAI e Art.4º, Caput, Decreto-Lei 8.621/46-SENAC)	1,00%	R\$ 49,37
F	SEBRAE (Art. 8º, Lei nº 8.029/90)	0,60%	R\$ 29,62
G	INCRA (Art. 1º, inciso I, 2 c/c Art. 3º, Ambos do Decreto-Lei nº 1.146/70)	0,20%	R\$ 9,87
H	FGTS (Art. 15º, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, Inciso III, CF/88)	8,00%	R\$ 394,96
Total GPS, FGTS e Outras Contribuições		36,90%	R\$ 1.821,89
<input type="checkbox"/> . <input type="checkbox"/> Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.			

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	Unitário R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ 232,95
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários		R\$	1.016,05

2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 837,69
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ 1.821,89
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 1.016,05
Total dos Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 3.675,63

(Deverá ser demonstrada a memória de cálculo para todos os itens)		+	
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: ((1/12)*0,05 - Estimativa de que 5% (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)	0,420%	R\$ 17,22
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (%FGTS * %A)	8,00%	R\$ 1,38
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$ 81,99
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30)/12))	1,940%	R\$ 79,53
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado (%Total do Submódulo 2.2 * %D)	0,72%	R\$ 29,35
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$ 81,99
Total da Provisão para Rescisão		15,08%	R\$ 291,44

		+	Valor Total, R\$
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 22,59
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 1,61
D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 2,42
E	Substituto na Cobertura de Afastamento por Maternidade	0,04%	R\$ 3,23
F	Outros (Especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Total dos Custos de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 29,85

		Valor Total, R\$
A	Uniformes	R\$ -
B	Epi's	R\$ 33,66
C	Outros (Especificar)	R\$ -
D	Outros (Especificar)	R\$ -
Total dos Insumos Diversos		R\$ 33,66
As Descrições do Item no Módulo são exemplificativas e deverão ser cotadas em conformidade com Edital.		

3		5	+	
A	Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	5,00%	R\$	406,49
B	Lucro (Incidência sobre o somatório módulos 1, 2, 3, 4, 5 e o item A módulo 6) Nota Técnica 1STF (Estimativa por Editais TCU)	10,00%	R\$	853,64
C	Tributos (C1 + C2 + C3 + C4)	14,25%	R\$	1.560,44
C1	Tributos Federais (Especificar) (Exceto IRPJ e CSLL) (Estimado pelo Lucro Real: PIS=0,82%; COFINS=3,81%)	9,25%	R\$	1.012,92
C2	Tributos Estaduais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês)	0,00%	R\$	-
C3	Tributos Municipais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês) (ISS RJ=5,00%)	5,00%	R\$	547,52
C4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$	-
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		29,25%	R\$	2.820,57

7		
1	%B	C E B 01 B %
	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 4.099,30
-	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 3.675,63
	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 291,44
	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 29,85
	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 33,66
		R\$ 8.129,88
	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 2.820,57
		R\$ 10.950,45
		12
		R\$ 131.405,40

AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.

7 8 5 9			
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$ 342,37
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$ 372,99
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$ 124,54
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$ 839,89

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS	Unitário R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ 232,30
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários		R\$	1.015,41

	(Deverá ser demonstrada e memória de cálculo para todos os itens)	+		
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: ((1/12)*0,05 - Estimativa de que 5% (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)	0,420%	R\$	17,26
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (%FGTS * %A)	8,00%	R\$	1,38
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$	82,20
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30)/12))	1,940%	R\$	79,74
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado (%Total do Submódulo 2.2 * %D)	0,72%	R\$	29,42
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$	82,20
	Total da Provisão para Rescisão	15,08%	R\$	292,21

As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.

Cálculo da Despesa com Benefícios Previdenciários		+	Valor Total, R\$
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 22,64
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 1,62

A	Uniformes	R\$ -
B	Epi's	R\$ 33,66
C	Outros (Especificar)	R\$ -
D	Outros (Especificar)	R\$ -
Total dos Insumos Diversos		R\$ 33,66

As Descrições do Item no Módulo são exemplificativas e deverão ser cotadas em conformidade com Edital.

: 000000000000000000000000007 000		
1) 000000%/B/ 0) C E B' 01 B % 00/ 0000000 00 00\$ 000() 0		000 000, 0
<input type="checkbox"/>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 4.110,08
-	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 3.681,98
<input type="checkbox"/>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 292,21
<input type="checkbox"/>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 29,91
<input type="checkbox"/>	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 33,66
		R\$ 8.147,84
<input type="checkbox"/>	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 2.826,80
000 00 .000) 0000000 / 0 \$ 0000000) / 0 5 5 5 0000=0%0000-) 00) / 0 3 0 A 00+) 00 \$ 00) 00) / 0 3 0		R\$ 10.974,64
00(%B00) 0 % 00 \$ 00000		12
000 000% 00) 0000000		R\$ 131.695,69

AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.

7					8					5					9				
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)										%	Valor (R\$)							
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)										8,33%	R\$	336,03						
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017										9,08%	R\$	366,08						
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017										3,03%	R\$	122,23						
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias											20,44%	R\$	824,34						

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS	Unitário R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ 236,87
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários		R\$	1.019,97

(Deverá ser demonstrada e memória de cálculo para todos os itens)		+	==
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: $((1/12) \times 0,05 - Estimativa de que 5\%$ (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)	0,420%	R\$ 16,94
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (%FGTS * %A)	8,00%	R\$ 1,36
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$ 80,68
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30)/12))	1,940%	R\$ 78,26
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado (%Total do Submódulo 2.2 * %D)	0,72%	R\$ 28,88
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$ 80,68
Total da Provisão para Rescisão		15,08%	R\$ 286,79

As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.

Descrição		+	Valor, R\$
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 22,28
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 1,55

D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 2,39
E	Substituto na Cobertura de Afastamento por Maternidade	0,04%	R\$ 3,18
F	Outros (<i>Especificar</i>)	0,00%	R\$ 0,00
Total dos Custos de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 29,44

3. Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) - Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)		+	
A	Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	5,00%	R\$ 406,81
B	Lucro (Incidência sobre o somatório módulos 1, 2, 3, 4, 5 e o item A módulo 6) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	10,00%	R\$ 854,30
C	Tributos (C1 + C2 + C3 + C4)	14,25%	R\$ 1.561,65
C1	Tributos Federais (Especificar) (Exceto IRPJ e CSLL) (Estimado pelo Lucro Real: PIS=0,82%; COFINS=3,81%)	9,25%	R\$ 1.013,70
C2	Tributos Estaduais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês)	0,00%	R\$ -
C3	Tributos Municipais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês) (ISS RJ=5,00%)	5,00%	R\$ 547,95
C4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		29,25%	R\$ 2.822,77

AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.

7					8					5					9				
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)										%	Valor (R\$)							
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)										8,33%	R\$	462,08						
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017										9,08%	R\$	503,41						
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017										3,03%	R\$	168,08						
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias										20,44%	R\$	1.133,57							

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	Unitário R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ 146,07
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários		R\$	929,18

	(Deverá ser demonstrada e memória de cálculo para todos os itens)	+	
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: ((1/12)*0,05 - Estimativa de que 5% (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)	0,420%	R\$ 23,30
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (%FGTS * %A)	8,00%	R\$ 1,86
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$ 110,94
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30)/12))	1,940%	R\$ 107,62
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado (%Total do Submódulo 2.2 * %D)	0,72%	R\$ 39,71
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$ 110,94
	Total da Provisão para Rescisão	15,08%	R\$ 394,38

As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.

Descrição			
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 29,32
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 2,09

D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 3,14
E	Substituto na Cobertura de Afastamento por Maternidade	0,04%	R\$ 4,19
F	Outros (<i>Especificar</i>)	0,00%	R\$ 0,00
Total dos Custos de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 38,74

3. Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)		+	
A	Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	5,00%	R\$ 529,12
B	Lucro (Incidência sobre o somatório módulos 1, 2, 3, 4, 5 e o item A módulo 6) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	10,00%	R\$ 1.111,15
C	Tributos (C1 + C2 + C3 + C4)	14,25%	R\$ 2.031,17
C1	Tributos Federais (Especificar) (Exceto IRPJ e CSLL) (Estimado pelo Lucro Real: PIS=0,82%; COFINS=3,81%)	9,25%	R\$ 1.318,48
C2	Tributos Estaduais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês)	0,00%	R\$ -
C3	Tributos Municipais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês) (ISS RJ=5,00%)	5,00%	R\$ 712,69
C4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		29,25%	R\$ 3.671,45

<input type="checkbox"/>	Posto de Trabalho	H
<input type="checkbox"/>	Salário mínimo para cálculo de insalubridade (quando couber)	R\$ 1.621,00
<input type="checkbox"/>	Salário normativo da categoria profissional	R\$ 4.719,54
<input type="checkbox"/>	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDAUT
<input type="checkbox"/>	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/02/2025

<input type="checkbox"/>	Salário base		R\$ 4.719,54
-	Adicional Periculosidade		
<input type="checkbox"/>	Adicional Insalubridade	40%	R\$ 648,40
<input type="checkbox"/>	Adicional Noturno		
<input type="checkbox"/>	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
<input type="checkbox"/>	Outros (<i>Especificar</i>)		

2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$ 447,15
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$ 487,14
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$ 162,65
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$ 1.096,94

2.2	SUBMÓDULO - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) e OUTRAS CONTRIBUIÇÕES <i>(Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)</i>	%	Valor (R\$)
A	INSS (Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457/2007 e Art. 22º, Inciso I, da Lei 8.212/91)	20,00%	R\$ 1.292,98
B	Salário Educação (Art. 3º, Inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50%	R\$ 161,62
C	SAT - Seguro Acidente do Trabalho (Art. 22º, Inciso II, Lei nº 8.212/91 e Decreto nº 6.957/09) (RAT x FAP = RAT Ajustado)	3,10%	R\$ 200,59
D	SESC ou SESEI (Art. 30º, Lei nº 8.036/90)	1,50%	R\$ 96,97
E	SENAI - SENAC (Art.1º, Caput, Decreto-Lei 6.246/44-SENAI e Art.4º, Caput, Decreto-Lei 8.621/46-SENAC)	1,00%	R\$ 64,65
F	SEBRAE (Art. 8º, Lei nº 8.029/90)	0,60%	R\$ 38,79
G	INCRA (Art. 1º, inciso I, 2 c/c Art. 3º, Ambos do Decreto-Lei nº 1.146/70)	0,20%	R\$ 12,93
H	FGTS (Art. 15º, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, Inciso III, CF/88)	8,00%	R\$ 517,19
Total GPS, FGTS e Outras Contribuições		36,90%	R\$ 2.385,72

☐ .☐Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	Unitário R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ 156,83
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários		R\$	939,94

2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	1.096,94
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$	2.385,72
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	939,94
		Total dos Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 4.422,60

(Deverá ser demonstrada a memória de cálculo para todos os itens)		+	
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: ((1/12)*0,05 - Estimativa de que 5% (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)	0,420%	R\$ 22,55
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (%FGTS * %A)	8,00%	R\$ 1,80
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$ 107,36
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30)/12))	1,940%	R\$ 104,14
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado (%Total do Submódulo 2.2 * %D)	0,72%	R\$ 38,43
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$ 107,36
Total da Provisão para Rescisão		15,08%	R\$ 381,63

		+	000,00
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 28,48
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 2,03
D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 3,05
E	Substituto na Cobertura de Afastamento por Maternidade	0,04%	R\$ 4,07
F	Outros (<i>Especificar</i>)	0,00%	R\$ 0,00
Total dos Custos de Reposição do Profissional Ausente		R\$	37,64

A	Uniformes	R\$ -
B	Epi's	R\$ 122,71
C	Outros (Especificar)	R\$ -
D	Outros (Especificar)	R\$ -
Total dos Insumos Diversos		R\$ 122,71
As Descrições do Item no Módulo são exemplificativas e deverão ser cotadas em conformidade com Edital.		

3		5	+	
A	Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	5,00%	R\$	516,63
B	Lucro (Incidência sobre o somatório módulos 1, 2, 3, 4, 5 e o item A módulo 6) Nota Técnica 1STF (Estimativa por Editais TCU)	10,00%	R\$	1.084,91
C	Tributos (C1 + C2 + C3 + C4)	14,25%	R\$	1.983,21
C1	Tributos Federais (Especificar) (Exceto IRPJ e CSLL) (Estimado pelo Lucro Real: PIS=0,82%; COFINS=3,81%)	9,25%	R\$	1.287,35
C2	Tributos Estaduais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês)	0,00%	R\$	-
C3	Tributos Municipais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês) (ISS RJ=5,00%)	5,00%	R\$	695,86
C4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$	-
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		29,25%	R\$	3.584,75

7		
1	%B	C E B 01 B %
	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 5.367,94
-	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 4.422,60
	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 381,63
	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 37,64
	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 122,71
		R\$ 10.332,51
	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 3.584,75
		R\$ 13.917,26
		12
		R\$ 167.007,17

<input type="checkbox"/> Posto de Trabalho	H0000000007000
<input type="checkbox"/> Salário mínimo para cálculo de insalubridade (quando couber)	R\$ 1.621,00
<input type="checkbox"/> Salário normativo da categoria profissional	R\$ 3.960,90
<input type="checkbox"/> Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDAUT
<input type="checkbox"/> Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/02/2025

		+/-	R\$
<input type="checkbox"/>	Salário base		R\$ 3.960,90
-	Adicional Periculosidade		
<input type="checkbox"/>	Adicional Insalubridade	40%	R\$ 648,40
<input type="checkbox"/>	Adicional Noturno		
<input type="checkbox"/>	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
<input type="checkbox"/>	Outros (<i>Especificar</i>)		
TOTAL:		01	R\$ 4.609,30

2.2	SUBMÓDULO - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) e OUTRAS CONTRIBUIÇÕES <i>(Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)</i>	%	Valor (R\$)
A	INSS (<i>Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457/2007 e Art. 22º, Inciso I, da Lei 8.212/91</i>)	20,00%	R\$ 1.110,24
B	Salário Educação (<i>Art. 3º, Inciso I, Decreto n.º 87.043/82</i>)	2,50%	R\$ 138,78
C	SAT - Seguro Acidente do Trabalho (<i>Art. 22º, Inciso II, Lei n.º 8.212/91 e Decreto nº 6.957/09</i>) (<i>RAT x FAP = RAT Ajustado</i>)	3,10%	R\$ 172,24
D	SESC ou SESI (<i>Art. 30º, Lei n.º 8.036/90</i>)	1,50%	R\$ 83,27
E	SENAI - SENAC (<i>Art.1º, Caput, Decreto-Lei 6.246/44-SENAI e Art.4º, Caput, Decreto-Lei 8.621/46-SENAC</i>)	1,00%	R\$ 55,51
F	SEBRAE (<i>Art. 8º, Lei n.º 8.029/90</i>)	0,60%	R\$ 33,31
G	INCRA (<i>Art. 1º, inciso I, 2 c/c Art. 3º, Ambos do Decreto-Lei nº 1.146/70</i>)	0,20%	R\$ 11,10
H	FGTS (<i>Art. 15º, Lei n.º 8.036/90 e Art. 7º, Inciso III, CF/88</i>)	8,00%	R\$ 444,10
Total GPS, FGTS e Outras Contribuições		36,90%	R\$ 2.048,55
<input type="checkbox"/> . <input type="checkbox"/> Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.			

2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 941,91
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ 2.048,55
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 985,45
Total dos Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 3.975,92

(Deverá ser demonstrada a memória de cálculo para todos os itens)		+	
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: ((1/12)*0,05 - Estimativa de que 5% (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)	0,420%	R\$ 19,36
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (%FGTS * %A)	8,00%	R\$ 1,55
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$ 92,19
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30)/12))	1,940%	R\$ 89,42
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado (%Total do Submódulo 2.2 * %D)	0,72%	R\$ 33,00
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$ 92,19
Total da Provisão para Rescisão		15,08%	R\$ 327,70

. As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.

Cálculo da Cobertura de Férias		+	Valor Total, R\$
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 24,96
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 1,78
D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 2,67

<div></div> <div>% / \$ B %)) \$ % C .01) 0 </div> <div>D)) \$ %.) \$ \$) BD E/ </div>						<div></div> <div>, </div>	
A	Uniformes					R\$	-
B	Epi's					R\$	33,66
C	Outros (Especificar)					R\$	-
D	Outros (Especificar)					R\$	-
Total dos Insumos Diversos						R\$	33,66
As Descrições do Item no Módulo são exemplificativas e deverão ser cotadas em conformidade com Edital.							

: 000000000000000000000000000000000007 000 01) 000000%8/ 0 C E B 01 B % 0 / 000000 00 00\$ 000(0)			000 000, 0
<input type="checkbox"/>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$	4.609,30
-	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$	3.975,92
<input type="checkbox"/>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$	327,70
<input type="checkbox"/>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$	32,98
<input type="checkbox"/>	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$	33,66
		R\$	8.979,55
<input type="checkbox"/>	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$	3.115,35
0000 000 .00) 0000000 0 \$ 0000000) / 00005.550000=00.% 000-0) 00) / 030A000+) 00 \$ 000) 00) / 030		R\$	12.094,91
00(0%B00) 00 %00 \$ 000000			12
0000 00%/ 00) 0000000		R\$	145.138,89

D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 3,10
E	Substituto na Cobertura de Afastamento por Maternidade	0,04%	R\$ 4,14
F	Outros (<i>Especificar</i>)	0,00%	R\$ 0,00
Total dos Custos de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 38,29

			+	
A	Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	5,00%	R\$	526,74
B	Lucro (Incidência sobre o somatório módulos 1, 2, 3, 4, 5 e o item A módulo 6) Nota Técnica 1STF (Estimativa por Editais TCU)	10,00%	R\$	1.106,15
C	Tributos (C1 + C2 + C3 + C4)	14,25%	R\$	2.022,02
C1	Tributos Federais (Especificar) (Exceto IRPJ e CSLL) (Estimado pelo Lucro Real: PIS=0,82%; COFINS=3,81%)	9,25%	R\$	1.312,54
C2	Tributos Estaduais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês)	0,00%	R\$	-
C3	Tributos Municipais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês) (ISS RJ=5,00%)	5,00%	R\$	709,48
C4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$	-
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		29,25%	R\$	3.654,90

AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.

7 8 5 9				
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)	
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$	455,95
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$	496,73
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$	165,85
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$	1.118,53

D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 3,10
E	Substituto na Cobertura de Afastamento por Maternidade	0,04%	R\$ 4,14
F	Outros (<i>Especificar</i>)	0,00%	R\$ 0,00
Total dos Custos de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 38,29

3. Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)		+	
A	Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	5,00%	R\$ 520,98
B	Lucro (Incidência sobre o somatório módulos 1, 2, 3, 4, 5 e o item A módulo 6) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	10,00%	R\$ 1.094,05
C	Tributos (C1 + C2 + C3 + C4)	14,25%	R\$ 1.999,91
C1	Tributos Federais (Especificar) (Exceto IRPJ e CSLL) (Estimado pelo Lucro Real: PIS=0,82%; COFINS=3,81%)	9,25%	R\$ 1.298,19
C2	Tributos Estaduais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês)	0,00%	R\$ -
C3	Tributos Municipais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês) (ISS RJ=5,00%)	5,00%	R\$ 701,72
C4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		29,25%	R\$ 3.614,94

AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos Itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.

7 8 5 9				
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)	
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$	357,46
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$	389,43
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$	130,02
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$	876,91

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ 221,43
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários			R\$ 1.004,54

	(Deverá ser demonstrada e memória de cálculo para todos os itens)	+	
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: ((1/12)*0,05 - Estimativa de que 5% (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)	0,420%	R\$ 18,02
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (%FGTS * %A)	8,00%	R\$ 1,44
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$ 85,82
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30)/12))	1,940%	R\$ 83,25
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado (%Total do Submódulo 2.2 * %D)	0,72%	R\$ 30,72
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$ 85,82
	Total da Provisão para Rescisão	15,08%	R\$ 305,09

As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.

Descrição		+	Valor, R\$
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 23,48
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 1,68

D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 2,52
E	Substituto na Cobertura de Afastamento por Maternidade	0,04%	R\$ 3,35
F	Outros (<i>Especificar</i>)	0,00%	R\$ 0,00
Total dos Custos de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 31,02

3. Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)		+	
A	Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	5,00%	R\$ 420,80
B	Lucro (Incidência sobre o somatório módulos 1, 2, 3, 4, 5 e o item A módulo 6) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	10,00%	R\$ 883,68
C	Tributos (C1 + C2 + C3 + C4)	14,25%	R\$ 1.615,35
C1	Tributos Federais (Especificar) (Exceto IRPJ e CSLL) (Estimado pelo Lucro Real: PIS=0,82%; COFINS=3,81%)	9,25%	R\$ 1.048,56
C2	Tributos Estaduais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês)	0,00%	R\$ -
C3	Tributos Municipais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês) (ISS RJ=5,00%)	5,00%	R\$ 566,79
C4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		29,25%	R\$ 2.919,83

<div> <div> <input type="checkbox"/> </div> <div>Posto de Trabalho</div> </div> <div> <div> <input type="checkbox"/> </div> <div>Salário mínimo para cálculo de insalubridade (quando couber)</div> </div> <div> <div> <input type="checkbox"/> </div> <div>Salário normativo da categoria profissional</div> </div> <div> <div> <input type="checkbox"/> </div> <div>Categoria profissional (vinculada à execução contratual)</div> </div> <div> <div> <input type="checkbox"/> </div> <div>Data base da categoria (dia/mês/ano)</div> </div>				<div> <div> <input type="checkbox"/> </div> <div> <input type="checkbox"/> </div> </div> <div> <div> <input type="checkbox"/> </div> <div>R\$</div> </div> <div> <div> <input type="checkbox"/> </div> <div>R\$</div> </div> <div> <div> <input type="checkbox"/> </div> <div>SINDAUT</div> </div> <div> <div> <input type="checkbox"/> </div> <div>01/02/2025</div> </div>		<div> <div> <input type="checkbox"/> </div> <div>1.621,00</div> </div> <div> <div> <input type="checkbox"/> </div> <div>4.719,54</div> </div>
<p>AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.</p>						

<div> <div>7</div> <div>8</div> <div>5</div> <div>9</div> </div>			
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$ 447,15
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$ 487,14
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$ 162,65
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$ 1.096,94

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS	Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ 156,83
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários		R\$	939,94

(Deverá ser demonstrada a memória de cálculo para todos os itens)		+	
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: ((1/12)*0,05 - Estimativa de que 5% (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)	0,420%	R\$ 22,55
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (%FGTS * %A)	8,00%	R\$ 1,80
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$ 107,36
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30)/12))	1,940%	R\$ 104,14
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado (%Total do Submódulo 2.2 * %D)	0,72%	R\$ 38,43
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$ 107,36
Total da Provisão para Rescisão		15,08%	R\$ 381,63

☐ .☐ As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.

Descrição		+	Valor (R\$), %
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 28,48
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 2,03
D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 3,05
E	Substituto na Cobertura de Afastamento por Maternidade	0,04%	R\$ 4,07
F	Outros (Especificar)	0,00%	R\$ 0,00

Total dos Custos de Reposição do Profissional Ausente	R\$	37,64
-------------------------------------------------------	-----	-------

<div style="font-size: small;"> O presente orçamento deve ser preenchido com o valor unitário e o valor total de cada item, considerando a quantidade estimada de consumo, a unidade de medida e o prazo de validade da proposta. Os valores devem ser expressos em reais (R\$), com duas casas decimais. A margem de lucro não pode ultrapassar 10% (dez por cento). O valor total do orçamento deve ser igual ao valor estimado no Edital. </div>		Data: _____, ____/____/____
A	Uniformes	R\$ -
B	Epi's	R\$ -
C	Outros (Especificar)	R\$ -
D	Outros (Especificar)	R\$ -
Total dos Insumos Diversos		R\$ -
<small>OBS.: As Descrições do Item no Módulo são exemplificativas e deverão ser cotadas em conformidade com Edital.</small>		

3		5	+	
A	Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)		5,00%	R\$ 510,49
B	Lucro (Incidência sobre o somatório módulos 1, 2, 3, 4, 5 e o item A módulo 6) Nota Técnica 1STF (Estimativa por Editais TCU)		10,00%	R\$ 1.072,03
C	Tributos (C1 + C2 + C3 + C4)		14,25%	R\$ 1.959,66
C1	Tributos Federais (Especificar) (Exceto IRPJ e CSLL) (Estimado pelo Lucro Real: PIS=0,82%; COFINS=3,81%)		9,25%	R\$ 1.272,06
C2	Tributos Estaduais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês)		0,00%	R\$ -
C3	Tributos Municipais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês) (ISS RJ=5,00%)		5,00%	R\$ 687,60
C4	Outros (CPRB)		0,00%	R\$ -
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro			29,25%	R\$ 3.542,18

: 000000000000000000000007		R\$	5.367,94
1) 00000%B(C E B' 01 B % / 000000 00 \$ 000 ()		R\$	4.422,60
Módulo 1 - Composição da Remuneração		R\$	381,63
- Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$	37,64
Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$	-
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$	10.209,81
Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$	3.542,18
		R\$	13.751,98
		R\$	12
		R\$	165.023,82

AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.

7 8 5 9			
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$ 585,66
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$ 638,04
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$ 213,03
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$ 1.436,72

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	Unitário R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ 57,06
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários		R\$	840,17

(Deverá ser demonstrada a memória de cálculo para todos os itens)		+	
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: $(11/12) * 0,05 = \text{Estimativa de que } 5\% \text{ (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano}$	0,42%	R\$ 29,53
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado ($\%FGTS * \%A$)	8,00%	R\$ 2,36
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$ 140,61
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- $((7/30)/12)$	1,940%	R\$ 136,40
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado ($\%Total \text{ do Submódulo } 2.2 * \%D$)	0,72%	R\$ 50,33
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$ 140,61
Total da Provisão para Rescisão		15,08%	R\$ 499,85

☐ . As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.

Substituto na Cobertura de Férias		+	R\$ (R\$), R\$
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 36,21
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 2,59

D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 3,88
E	Substituto na Cobertura de Afastamento por Maternidade	0,04%	R\$ 5,17
F	Outros (<i>Especificar</i>)	0,00%	R\$ 0,00
Total dos Custos de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 47,85

3		5	+	
A	Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	5,00%	R\$	649,00
B	Lucro (Incidência sobre o somatório módulos 1, 2, 3, 4, 5 e o item A módulo 6) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	10,00%	R\$	1.362,90
C	Tributos (C1 + C2 + C3 + C4)	14,25%	R\$	2.491,36
C1	Tributos Federais (Especificar) (Exceto IRPJ e CSLL) (Estimado pelo Lucro Real: PIS=0,82%; COFINS=3,81%)	9,25%	R\$	1.617,20
C2	Tributos Estaduais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês)	0,00%	R\$	-
C3	Tributos Municipais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês) (ISS RJ=5,00%)	5,00%	R\$	874,16
C4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$	-
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		29,25%	R\$	4.503,26

AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.

7 8 5 9			
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$ 447,15
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$ 487,14
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$ 162,65
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$ 1.096,94

D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 3,05
E	Substituto na Cobertura de Afastamento por Maternidade	0,04%	R\$ 4,07
F	Outros (<i>Especificar</i>)	0,00%	R\$ 0,00
Total dos Custos de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 37,64

3. Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) - Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)		+	
A	Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) - Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	5,00%	R\$ 510,49
B	Lucro (Incidência sobre o somatório módulos 1, 2, 3, 4, 5 e o item A módulo 6) - Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	10,00%	R\$ 1.072,03
C	Tributos (C1 + C2 + C3 + C4)	14,25%	R\$ 1.959,66
C1	Tributos Federais (Especificar) (Exceto IRPJ e CSLL) (Estimado pelo Lucro Real: PIS=0,82%; COFINS=3,81%)	9,25%	R\$ 1.272,06
C2	Tributos Estaduais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês)	0,00%	R\$ -
C3	Tributos Municipais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês) (ISS RJ=5,00%)	5,00%	R\$ 687,60
C4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		29,25%	R\$ 3.542,18

<input type="checkbox"/>	Posto de Trabalho		
<input type="checkbox"/>	Salário mínimo para cálculo de insalubridade (quando couber)	R\$	1.621,00
<input type="checkbox"/>	Salário normativo da categoria profissional	R\$	6.382,29
<input type="checkbox"/>	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDAUT	
<input type="checkbox"/>	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/02/2025	
<p>AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.</p>			

7 8 5 9			
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$ 585,66
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$ 638,04
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$ 213,03
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$ 1.436,72

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS	Unitário R\$	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ 57,06
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários			R\$ 840,17

Deverá ser demonstrada a memória de cálculo para todos os itens)		+	
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: ((1/12)*0,05 - Estimativa de que 5% (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)	0,42%	R\$ 29,53
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (%FGTS * %A)	8,00%	R\$ 2,36
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$ 140,61
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30/12))	1,940%	R\$ 136,40
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado (%Total do Submódulo 2.2 * %D)	0,72%	R\$ 50,33
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$ 140,61
Total da Provisão para Rescisão		15,08%	R\$ 499,85

As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.

		+	
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 36,21

C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 2,59
D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 3,88
E	Substituto na Cobertura de Afastamento por Maternidade	0,04%	R\$ 5,17
F	Outros (<i>Especificar</i>)	0,00%	R\$ 0,00
Total dos Custos de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 47,85

3		5		+	
A	Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	5,00%	R\$	649,00	
B	Lucro (Incidência sobre o somatório módulos 1, 2, 3, 4, 5 e o item A módulo 6) Nota Técnica 1STF (Estimativa por Editais TCU)	10,00%	R\$	1.362,90	
C	Tributos (C1 + C2 + C3 + C4)	14,25%	R\$	2.491,36	
C1	Tributos Federais (Especificar) (Exceto IRPJ e CSLL) (Estimado pelo Lucro Real: PIS=0,82%; COFINS=3,81%)	9,25%	R\$	1.617,20	
C2	Tributos Estaduais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês)	0,00%	R\$	-	
C3	Tributos Municipais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês) (ISS RJ=5,00%)	5,00%	R\$	874,16	
C4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$	-	
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		29,25%	R\$	4.503,26	

AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.

7				8				5				9			
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)							%	Valor (R\$)						
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)							8,33%	R\$	784,50					
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017							9,08%	R\$	854,66					
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017							3,03%	R\$	285,36					
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias							20,44%	R\$	1.924,52						

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte <i>(Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)</i>	R\$ 5,00	R\$ -

2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	1.924,52
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$	4.185,61
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	783,11
		Total dos Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 6.893,24

Substituto na Cobertura de Férias		0,00%	R\$ 0,00
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 47,55
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 3,40

D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 5,09
E	Substituto na Cobertura de Afastamento por Maternidade	0,04%	R\$ 6,79
F	Outros (<i>Especificar</i>)	0,00%	R\$ 0,00
Total dos Custos de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 62,83

3. Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) - Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)		+	
A	Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	5,00%	R\$ 852,17
B	Lucro (Incidência sobre o somatório módulos 1, 2, 3, 4, 5 e o item A módulo 6) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	10,00%	R\$ 1.789,55
C	Tributos (C1 + C2 + C3 + C4)	14,25%	R\$ 3.271,28
C1	Tributos Federais (Especificar) (Exceto IRPJ e CSLL) (Estimado pelo Lucro Real: PIS=0,82%; COFINS=3,81%)	9,25%	R\$ 2.123,47
C2	Tributos Estaduais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês)	0,00%	R\$ -
C3	Tributos Municipais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês) (ISS RJ=5,00%)	5,00%	R\$ 1.147,82
C4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		29,25%	R\$ 5.913,01

AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.

7 - 8 - 5 - 9				
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)	
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$	453,15
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$	493,68
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$	164,83
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$	1.111,66

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ 152,50
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários		R\$	935,61

(Deverá ser demonstrada a memória de cálculo para todos os itens)		+	
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: ((1/12)*0,05 – Estimativa de que 5% (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)	0,42%	R\$ 22,85
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (%FGTS * %A)	8,00%	R\$ 1,83
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$ 108,80
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30)/12))	1,94%	R\$ 105,54
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado (%Total do Submódulo 2.2 * %D)	0,72%	R\$ 38,95
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$ 108,80
Total da Provisão para Rescisão		15,08%	R\$ 386,76

☐ . As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.

Descrição		+	Valor, R\$
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 28,82
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 2,06

[illegible]

: 0000000000000000000000007 000		
1) 00 00000%/B/ () C:E B' 01 B % 00/ 000000 00 00\$ 00() 0		000 000, 0
<input type="checkbox"/>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 5.439,99
-	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 4.465,02
<input type="checkbox"/>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 386,76
<input type="checkbox"/>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 38,08
<input type="checkbox"/>	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
		R\$ 10.329,84
<input type="checkbox"/>	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 3.583,82
000 00 .00) 000000 \$ 000000) / 0 005.50000=00.%000-) 00) / 0 30A00+) 00 \$ 00) 00) / 0 30		R\$ 13.913,67
00(%B00) 00 %00 \$ 00000		12
000 00/% 00) 000000		R\$ 166.964,01

AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.

7 8 5 9				
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)	
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$	392,39
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$	427,48
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$	142,73
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$	962,60

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS	Unitário R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ 196,27
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários		R\$	979,38

<div> <div></div> <div>(Deverá ser demonstrada a memória de cálculo para todos os itens)</div> </div>		+	<div> <div></div> <div></div> <div></div> </div>	
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: $((1/12) \times 0,05 - Estimativa de que 5\% (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)$	0,42%	R\$	19,78
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado $(\%FGTS \times \%A)$	8,00%	R\$	1,58
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$	94,21
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- $((7/30)/12)$	1,94%	R\$	91,39
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado $(\%Total\ do\ Submódulo\ 2.2 \times \%D)$	0,72%	R\$	33,72
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$	94,21
Total da Provisão para Rescisão		15,08%	R\$	334,90

As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.

Descrição		+	Valor, R\$
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 25,43
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 1,82

A	Uniformes	R\$ -
B	Epi's	R\$ 591,79
C	Outros (Especificar)	R\$ -
D	Outros (Especificar)	R\$ -
Total dos Insumos Diversos		R\$ 591,79
As Descrições do Item no Módulo são exemplificativas e deverão ser cotadas em conformidade com Edital.		

: 000000000000000000000000007 000 1) 00 000000%/B/ () C E B' 01 B % 00/ 0000000 00 00\$ 000() 0			000 000, 0
<input type="checkbox"/>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$	4.710,57
-	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$	4.035,54
<input type="checkbox"/>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$	334,90
<input type="checkbox"/>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$	33,60
<input type="checkbox"/>	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$	591,79
		R\$	9.706,40
<input type="checkbox"/>	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$	3.367,53
000 00 .00) 0000000 \$ 0000000) / 0 005.50000=00.%000-) 00) / 0 30A00+) 00 \$ 00) 00) / 0 30		R\$	13.073,93
00 ()%B00) 0 % 00 \$ 00000			12
000 000%/ 00) 0000000		R\$	156.887,20

□ □

TAL. Todos os percentuais apresentados nos

[illegible]

--	--

Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)
----------------	--------------------

[illegible]

--	--

--	--

A	Uniformes	R\$ -
B	Epi's	R\$ 591,79
C	Outros (Especificar)	R\$ -
D	Outros (Especificar)	R\$ -
Total dos Insumos Diversos		R\$ 591,79
<input type="checkbox"/> .As Descrições do Item no Módulo são exemplificativas e deverão ser cotadas em conformidade com Edital.		

: 0000000000000000000000007 0000		
1) 00 00000%/B/ 0) C:E B' 01 B % 00/ 000000 00 00\$ 000(0) 0		000 0000, 0
<input type="checkbox"/>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 4.595,03
-	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 3.967,51
<input type="checkbox"/>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 326,68
<input type="checkbox"/>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 32,89
<input type="checkbox"/>	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 591,79
		R\$ 9.513,91
<input type="checkbox"/>	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 3.300,75
0000 000 .000) 0000000 0 \$ 0000000 0) / 0 005.500000=00%0000-0) 000)/ 030A000+0) 00 \$ 000) 000)/ 030		R\$ 12.814,66
00(0%B00) 00 %00 \$ 000000		12
0000 00%/ 00) 0000000 0		R\$ 153.775,89

AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.

7 - 8 - 5 - 9				
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)	
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$	488,76
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$	532,47
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$	177,78
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$	1.199,01

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ 126,86

: 000000000000000000007 000- 0008 00000000005 00000000009 000			000 000, 0
2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	1.199,01
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$	2.607,71
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	909,97
		Total dos Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 4.716,69

Substituto na Cobertura de Férias		0,00%	R\$ 0,00
Substituto na Cobertura de Ausências Legais		0,28%	R\$ 30,80
Substituto na Cobertura de Licença Paternidade		0,02%	R\$ 2,20

D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 3,30
E	Substituto na Cobertura de Afastamento por Maternidade	0,04%	R\$ 4,40
F	Outros (<i>Especificar</i>)	0,00%	R\$ 0,00
Total dos Custos de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 40,70

3		5		+	
A	Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	5,00%	R\$	581,69	
B	Lucro (Incidência sobre o somatório módulos 1, 2, 3, 4, 5 e o item A módulo 6) Nota Técnica 1STF (Estimativa por Editais TCU)	10,00%	R\$	1.221,55	
C	Tributos (C1 + C2 + C3 + C4)	14,25%	R\$	2.232,97	
C1	Tributos Federais (Especificar) (Exceto IRPJ e CSLL) (Estimado pelo Lucro Real: PIS=0,82%; COFINS=3,81%)	9,25%	R\$	1.449,47	
C2	Tributos Estaduais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês)	0,00%	R\$	-	
C3	Tributos Municipais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês) (ISS RJ=5,00%)	5,00%	R\$	783,50	
C4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$	-	
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		29,25%	R\$	4.036,20	

AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.

7					8					5					9				
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)										%		Valor (R\$)						
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)										8,33%		R\$	439,20					
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017										9,08%		R\$	478,48					
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017										3,03%		R\$	159,76					
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias										20,44%		R\$	1.077,43						

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ 162,55
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários		R\$	945,66

	(Deverá ser demonstrada a memória de cálculo para todos os itens)	+	
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: $((1/12) * 0,05 - Estimativa de que 5\%$ (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)	0,42%	R\$ 22,14
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado ($\%FGTS * \%A$)	8,00%	R\$ 1,77
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$ 105,45
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- $((7/30)/(12))$	1,94%	R\$ 102,29
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado ($\%Total \text{ do Submódulo } 2.2 * \%D$)	0,72%	R\$ 37,75
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$ 105,45
	Total da Provisão para Rescisão	15,08%	R\$ 374,85
As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.			

Descrição		Porcentagem	Valor em R\$, R\$
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 28,04
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 2,00

AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.

7 - 8 - 5 - 9				
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)	
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$	479,47
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$	522,35
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$	174,40
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$	1.176,23

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	Unitário R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ 133,55
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários		R\$	916,66

<div> <div></div> <div>(Deverá ser demonstrada a memória de cálculo para todos os itens)</div> </div>		+	<div> <div></div> <div></div> <div></div> </div>
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: ((1/12)*0,05 - Estimativa de que 5% (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)	0,42%	R\$ 24,17
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (%FGTS * %A)	8,00%	R\$ 1,93
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$ 115,12
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30)/12))	1,94%	R\$ 111,67
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado (%Total do Submódulo 2.2 * %D)	0,72%	R\$ 41,21
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$ 115,12
Total da Provisão para Rescisão		15,08%	R\$ 409,22

As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.

Descrição		+	Valor, R\$
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 30,29
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 2,16

AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.

7 8 5 9			
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$ 535,37
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$ 583,25
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$ 194,74
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$ 1.313,36

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS	Unitário R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ 93,28
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários		R\$	876,39

			+	=
(Deverá ser demonstrada a memória de cálculo para todos os itens)				
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: $(11/12) * 0,06 = \text{Estimativa de que } 5\% \text{ (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano}$		0,42%	R\$ 26,99
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado ($\%FGTS * \%A$)		8,00%	R\$ 2,16
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%		2,00%	R\$ 128,54
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30)/12))		1,94%	R\$ 124,68
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado ($\%Total \text{ do Submódulo } 2.2 * \%D$)		0,72%	R\$ 46,01
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%		2,00%	R\$ 128,54
Total da Provisão para Rescisão			15,08%	R\$ 456,93

☐ As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.

Descrição		+	Valor, R\$
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 33,40
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 2,39

<div><div></div><div>% / \$ B %)) \$ % C .01) 0 D (\$ %.) \$ BD B' </div></div>							<div> ,</div>
A	Uniformes						R\$ -
B	Epi's						R\$ -
C	Outros (Especificar)						R\$ -
D	Outros (Especificar)						R\$ -
						Total dos Insumos Diversos	R\$ -
<div>.As Descrições do Item no Módulo são exemplificativas e deverão ser cotadas em conformidade com Edital.</div>							

: 000000000000000000000000007 000 01) 00 000000%/B/ 0) C:E B' 01 B % 00/ 0000000 00 00\$ 000(0) 0		000 0000, 0
<input type="checkbox"/>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 6.427,03
-	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 5.046,18
<input type="checkbox"/>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 456,93
<input type="checkbox"/>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 44,14
<input type="checkbox"/>	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
	/ 0 . 000000=0 =00=00=0000	R\$ 11.974,28
<input type="checkbox"/>	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 4.154,34
	0000 00 . 00) 0000000 0 0 \$ 0000000 0) / 0 005:5:500000=0%0000- 0) 000) / 0 30A000+ 0) 00 \$ 00) 000) / 0 30	R\$ 16.128,62
	(0%B00) 0 % 00 \$ 00000	12
	0000 00%/ 00) 0000000	R\$ 193.543,43

AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.

7 - 8 - 5 - 9				
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)	
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$	595,05
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$	648,27
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$	216,45
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$	1.459,77

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS	Unitário R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ 50,30
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários		R\$	833,40

Deverá ser demonstrada a memória de cálculo para todos os itens		+	
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: $(11/12) * 0,05 = \text{Estimativa de que } 5\% \text{ (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano}$	0,42%	R\$ 30,00
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado ($\%FGTS * \%A$)	8,00%	R\$ 2,40
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$ 142,87
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30)/12))	1,94%	R\$ 138,58
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado ($\%Total \text{ do Submódulo } 2.2 * \%D$)	0,72%	R\$ 51,14
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$ 142,87
Total da Provisão para Rescisão		15,08%	R\$ 507,87

As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.

Substituto na Cobertura de Férias		0,00%	R\$ 0,00
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 36,73
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 2,62

D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 3,94
E	Substituto na Cobertura de Afastamento por Maternidade	0,04%	R\$ 5,25
F	Outros (<i>Especificar</i>)	0,00%	R\$ 0,00
Total dos Custos de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 48,54

3		5		+	
A	Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	5,00%	R\$	660,08	
B	Lucro (Incidência sobre o somatório módulos 1, 2, 3, 4, 5 e o item A módulo 6) Nota Técnica 1STF (Estimativa por Editais TCU)	10,00%	R\$	1.386,16	
C	Tributos (C1 + C2 + C3 + C4)	14,25%	R\$	2.533,89	
C1	Tributos Federais (Especificar) (Exceto IRPJ e CSLL) (Estimado pelo Lucro Real: PIS=0,82%; COFINS=3,81%)	9,25%	R\$	1.644,80	
C2	Tributos Estaduais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês)	0,00%	R\$	-	
C3	Tributos Municipais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês) (ISS RJ=5,00%)	5,00%	R\$	889,08	
C4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$	-	
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		29,25%	R\$	4.580,12	

AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos Itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.

7 8 5 9			
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$ 661,71
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$ 720,89
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$ 240,69
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$ 1.623,29

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS	Unitário R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ 2,28
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários		R\$	785,39

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo para todos os itens)		+	XXXX XXXX, X
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: ((1/12)*0,05 - Estimativa de que 5% (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)	0,42%	R\$ 33,36
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (%FGTS * %A)	8,00%	R\$ 2,67
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$ 158,87
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30)/12))	1,94%	R\$ 154,11
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado (%Total do Submódulo 2.2 * %D)	0,72%	R\$ 56,87
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$ 158,87
Total da Provisão para Rescisão		15,08%	R\$ 564,76
XXXX, XXXXAs memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.			

Código Descrição			+/-	Valor em R\$, R\$
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%		R\$ 0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%		R\$ 40,45
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%		R\$ 2,89

<input type="checkbox"/>	Posto de Trabalho				
<input type="checkbox"/>	Salário mínimo para cálculo de insalubridade (quando couber)	R\$	1.621,00		
<input type="checkbox"/>	Salário normativo da categoria profissional	R\$	5.778,63		
<input type="checkbox"/>	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDAUT			
<input type="checkbox"/>	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/02/2025			
AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.					

7 8 5 9			
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$ 535,37
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$ 583,25
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$ 194,74
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$ 1.313,36

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENS AIS E DIÁRIOS	Unitário R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ 93,28
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários		R\$	876,39

(Deverá ser demonstrada a memória de cálculo para todos os itens)		+	R\$
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: $((1/12) * 0,05 - Estimativa de que 5\%$ (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)	0,42%	R\$ 26,99
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (%FGTS * %A)	8,00%	R\$ 2,16
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$ 128,54
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- $((7/30)/12))$	1,94%	R\$ 124,68
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado $(\%Total \text{ do Submódulo } 2.2 * \%D)$	0,72%	R\$ 46,01
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$ 128,54
Total da Provisão para Rescisão		15,08%	R\$ 456,93

☐ . ☐**As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.**

Substituto na Cobertura de Férias		0,00%	R\$ 0,00
Substituto na Cobertura de Ausências Legais		0,28%	R\$ 33,40

<p> <input type="text"/>% / \$ <input type="text"/> B %) <input type="text"/> \$ <input type="text"/> C <input type="text"/> 01) <input type="text"/> 0 <input type="text"/> <input type="text"/> D <input type="text"/> \$ % <input type="text"/> <input type="text"/> \$ <input type="text"/> <input type="text"/> BDB/ <input type="text"/> </p>		<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> , <input type="text"/>
A	Uniformes	R\$ -
B	Epi's	R\$ 33,66
C	Outros (Especificar)	R\$ -
D	Outros (Especificar)	R\$ -
Total dos Insumos Diversos		R\$ 33,66
<p><input type="checkbox"/> . <input type="checkbox"/> As Descrições do Item no Módulo são exemplificativas e deverão ser cotadas em conformidade com Edital.</p>		

: 00000000000000000000000000007 000 1) 00 00000%8/) C E B' 01 B % 00./ 000000 00 \$ 00() 0		000 000, 0
<input type="checkbox"/>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 6.427,03
-	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 5.046,18
<input type="checkbox"/>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 456,93
<input type="checkbox"/>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 44,14
<input type="checkbox"/>	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 33,66
		R\$ 12.007,94
<input type="checkbox"/>	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 4.166,02
000 00 .00) 000000 0 / 0 005.50000=0.%000-) 00) / 3 A +) 00 \$ 00) 00) / 3		R\$ 16.173,96
00((%B00) 00 % 00 \$ 00000		12
0000 00% 00) 000000 0		R\$ 194.087,48

<input type="checkbox"/>	Posto de Trabalho	- 7			
<input type="checkbox"/>	Salário mínimo para cálculo de insalubridade (quando couber)	R\$		1.621,00	
<input type="checkbox"/>	Salário normativo da categoria profissional	R\$		7.295,27	
<input type="checkbox"/>	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDAUT			
<input type="checkbox"/>	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/02/2025			
AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.					

7				8				5				9			
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)										%	Valor (R\$)			
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)										8,33%	R\$ 661,71			
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017										9,08%	R\$ 720,89			
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017										3,03%	R\$ 240,69			
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias										20,44%	R\$ 1.623,29				

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS	Unitário R\$	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ 2,28
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários			R\$ 785,39

	(Deverá ser demonstrada a memória de cálculo para todos os itens)	+	R\$
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: ((1/12)*0,05 - Estimativa de que 5% (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)	0,42%	33,36
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (%FGTS * %A)	8,00%	2,67
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	158,87
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30)/12))	1,94%	154,11
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado (%Total do Submódulo 2.2 * %D)	0,72%	56,87
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	158,87
	Total da Provisão para Rescisão	15,08%	564,76

. As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.

Substituto na Cobertura de Férias		0,00%	R\$ 0,00
Substituto na Cobertura de Ausências Legais		0,28%	R\$ 40,45

<input type="checkbox"/>	Posto de Trabalho		<input type="text"/> 7 <input type="text"/>		
<input type="checkbox"/>	Salário mínimo para cálculo de insalubridade (quando couber)	R\$	1.621,00		
<input type="checkbox"/>	Salário normativo da categoria profissional	R\$	5.778,63		
<input type="checkbox"/>	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDAUT			
<input type="checkbox"/>	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/02/2025			
AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.					

7 8 5 9			
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$ 535,37
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$ 583,25
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$ 194,74
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$ 1.313,36

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	Unitário R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ 93,28
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários		R\$	876,39

	(Deverá ser demonstrada a memória de cálculo para todos os itens)	+	
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: ((1/12)*0,05 - Estimativa de que 5% (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)	0,42%	R\$ 26,99
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (%FGTS * %A)	8,00%	R\$ 2,16
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$ 128,54
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30)/12))	1,94%	R\$ 124,68
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado (%Total do Submódulo 2.2 * %D)	0,72%	R\$ 46,01
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$ 128,54
	Total da Provisão para Rescisão	15,08%	R\$ 456,93

As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.

Substituto na Cobertura de Férias		0,00%	R\$ 0,00
Substituto na Cobertura de Ausências Legais		0,28%	R\$ 33,40

C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 2,39
D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 3,58
E	Substituto na Cobertura de Afastamento por Maternidade	0,04%	R\$ 4,77
F	Outros (Especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Total dos Custos de Reposição do Profissional Ausente		R\$	44,14

Custos Diversos (Custos com Insumos Diversos) - R\$ 33,66		R\$ 33,66	
A	Uniformes	R\$	-
B	Epi's	R\$	-
C	Outros (Especificar)	R\$	33,66
D	Outros (Especificar)	R\$	-
Total dos Insumos Diversos		R\$	33,66
As Descrições do Item no Módulo são exemplificativas e deverão ser cotadas em conformidade com Edital.			

Custos Indiretos (Custos com Insumos Diversos) - R\$ 4.166,02		R\$ 4.166,02	
A	Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	5,00%	R\$ 600,40
B	Lucro (Incidência sobre o somatório módulos 1, 2, 3, 4, 5 e o item A módulo 6) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	10,00%	R\$ 1.260,83
C	Tributos (C1 + C2 + C3 + C4)	14,25%	R\$ 2.304,79
C1	Tributos Federais (Especificar) (Exceto IRPJ e CSLL) (Estimado pelo Lucro Real: PIS=0,82%; COFINS=3,81%)	9,25%	R\$ 1.496,09
C2	Tributos Estaduais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês)	0,00%	R\$ -
C3	Tributos Municipais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês) (ISS RJ=5,00%)	5,00%	R\$ 808,70
C4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		29,25%	R\$ 4.166,02

Custos Indiretos (Custos com Insumos Diversos) - R\$ 194.087,48		R\$ 194.087,48	
1	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$	6.427,03
-	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$	5.046,18
	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$	456,93
	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$	44,14
	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$	33,66
	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$	12.007,94
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$	4.166,02
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$	16.173,96
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$	12
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$	194.087,48

<input type="checkbox"/>	Posto de Trabalho		<input type="text"/> 7 <input type="text"/>		
<input type="checkbox"/>	Salário mínimo para cálculo de insalubridade (quando couber)	R\$	1.621,00		
<input type="checkbox"/>	Salário normativo da categoria profissional	R\$	7.295,27		
<input type="checkbox"/>	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDAUT			
<input type="checkbox"/>	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/02/2025			
AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.					

7				8				5				9			
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)										%	Valor (R\$)			
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)										8,33%	R\$ 661,71			
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017										9,08%	R\$ 720,89			
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017										3,03%	R\$ 240,69			
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias										20,44%	R\$ 1.623,29				

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS	Unitário R\$	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ 2,28
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários			R\$ 785,39

(Deverá ser demonstrada a memória de cálculo para todos os itens)		+	
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: $(1/12) \times 0,05 = \text{Estimativa de que } 5\% \text{ (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano}$	0,42%	R\$ 33,36
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (%FGTS * %A)	8,00%	R\$ 2,67
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$ 158,87
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30)/12))	1,94%	R\$ 154,11
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado (%Total do Submódulo 2.2 * %D)	0,72%	R\$ 56,87
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$ 158,87
Total da Provisão para Rescisão		15,08%	R\$ 564,76

. As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.

Substituto na Cobertura de Férias		0,00%	R\$ 0,00
Substituto na Cobertura de Ausências Legais		0,28%	R\$ 40,45

C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 2,89
D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 4,33
E	Substituto na Cobertura de Afastamento por Maternidade	0,04%	R\$ 5,78
F	Outros (Especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Total dos Custos de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 53,46

Custos Diversos (Custos com Insumos Diversos) - 01			R\$ 33,66
A	Uniformes	R\$	-
B	Epi's	R\$	33,66
C	Outros (Especificar)	R\$	-
D	Outros (Especificar)	R\$	-
Total dos Insumos Diversos			R\$ 33,66
As Descrições do Item no Módulo são exemplificativas e deverão ser cotadas em conformidade com Edital.			

Custos Indiretos (Custos com Insumos Diversos) - 02		+	R\$ 726,73
A	Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	5,00%	R\$ 726,73
B	Lucro (Incidência sobre o somatório módulos 1, 2, 3, 4, 5 e o item A módulo 6) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	10,00%	R\$ 1.526,14
C	Tributos (C1 + C2 + C3 + C4)	14,25%	R\$ 2.789,77
C1	Tributos Federais (Especificar) (Exceto IRPJ e CSLL) (Estimado pelo Lucro Real: PIS=0,82%; COFINS=3,81%)	9,25%	R\$ 1.810,90
C2	Tributos Estaduais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês)	0,00%	R\$ -
C3	Tributos Municipais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês) (ISS RJ=5,00%)	5,00%	R\$ 978,87
C4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro			R\$ 5.042,65

Custos Indiretos (Custos com Insumos Diversos) - 03		R\$ 7.943,67
1	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 7.943,67
-	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 5.939,16
	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 564,76
	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 53,46
	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 33,66
	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 14.534,70
		R\$ 5.042,65
		R\$ 19.577,35
		12
		R\$ 234.928,19

<input type="checkbox"/>	Posto de Trabalho		
<input type="checkbox"/>	Salário mínimo para cálculo de insalubridade (quando couber)	R\$	1.621,00
<input type="checkbox"/>	Salário normativo da categoria profissional	R\$	7.295,27
<input type="checkbox"/>	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDAUT	
<input type="checkbox"/>	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/02/2025	
<p>AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.</p>			

7 8 5 9			
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$ 661,71
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$ 720,89
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$ 240,69
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$ 1.623,29

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENS AIS E DIÁRIOS	Unitário R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ 2,28
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários			R\$ 785,39

(Deverá ser demonstrada a memória de cálculo para todos os itens)		+	=
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: ((1/12)*0,05 = Estimativa de que 5% (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)	0,42%	R\$ 33,36
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (%FGTS * %A)	8,00%	R\$ 2,67
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$ 158,87
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30)/12))	1,94%	R\$ 154,11
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado (%Total do Submódulo 2.2 * %D)	0,72%	R\$ 56,87
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$ 158,87
Total da Provisão para Rescisão		15,08%	R\$ 564,76

As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.

Substituto na Cobertura de Férias		0,00%	R\$ 0,00
Substituto na Cobertura de Ausências Legais		0,28%	R\$ 40,45

C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 2,89
D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 4,33
E	Substituto na Cobertura de Afastamento por Maternidade	0,04%	R\$ 5,78
F	Outros (Especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Total dos Custos de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 53,46

Custos Diversos (Custos de Insumos Diversos) - R\$ 0,00			R\$ 0,00
A	Uniformes	R\$	-
B	Epi's	R\$	-
C	Outros (Especificar)	R\$	-
D	Outros (Especificar)	R\$	-
Total dos Insumos Diversos			R\$ -
As Descrições do Item no Módulo são exemplificativas e deverão ser cotadas em conformidade com Edital.			

Custos Indiretos (Custos Indiretos) - R\$ 725,05		+	R\$ 725,05
A	Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	5,00%	R\$ 725,05
B	Lucro (Incidência sobre o somatório módulos 1, 2, 3, 4, 5 e o item A módulo 6) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	10,00%	R\$ 1.522,61
C	Tributos (C1 + C2 + C3 + C4)	14,25%	R\$ 2.783,31
C1	Tributos Federais (Especificar) (Exceto IRPJ e CSLL) (Estimado pelo Lucro Real: PIS=0,82%; COFINS=3,81%)	9,25%	R\$ 1.806,71
C2	Tributos Estaduais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês)	0,00%	R\$ -
C3	Tributos Municipais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês) (ISS RJ=5,00%)	5,00%	R\$ 976,60
C4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro			R\$ 5.030,97

Custos Diretos (Custos Diretos) - R\$ 19.532,01			R\$ 19.532,01
1	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$	7.943,67
-	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$	5.939,16
	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$	564,76
	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$	53,46
	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$	-
	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$	14.501,04
Total dos Custos Diretos			R\$ 19.532,01
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro			R\$ 5.030,97
Total dos Custos			R\$ 234.384,14

<input type="checkbox"/>	Posto de Trabalho	:	
<input type="checkbox"/>	Salário mínimo para cálculo de insalubridade (quando couber)	R\$	1.621,00
<input type="checkbox"/>	Salário normativo da categoria profissional	R\$	7.295,27
<input type="checkbox"/>	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDAUT	
<input type="checkbox"/>	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/02/2025	

AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.

7 8 5 9			
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$ 661,71
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$ 720,89
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$ 240,69
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$ 1.623,29

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENS AIS E DIÁRIOS	Unitário R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ 2,28
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários			R\$ 785,39

	(Deverá ser demonstrada a memória de cálculo para todos os itens)	+	
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: $((1/12) * 0,05 - Estimativa de que 5\%$ (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)	0,42%	R\$ 33,36
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (%FGTS * %A)	8,00%	R\$ 2,67
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$ 158,87
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30)/12))	1,94%	R\$ 154,11
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado (%Total do Submódulo 2.2 * %D)	0,72%	R\$ 56,87
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$ 158,87
	Total da Provisão para Rescisão	15,08%	R\$ 564,76

As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.

Substituto na Cobertura de Férias		0,00%	R\$ 0,00
Substituto na Cobertura de Ausências Legais		0,28%	R\$ 40,45

C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 2,89
D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 4,33
E	Substituto na Cobertura de Afastamento por Maternidade	0,04%	R\$ 5,78
F	Outros (Especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Total dos Custos de Reposição do Profissional Ausente		R\$	53,46

Custos Diversos (Custos com Insumos Diversos) - 01		R\$ 591,79	
A	Uniformes	R\$	-
B	Epi's	R\$	591,79
C	Outros (Especificar)	R\$	-
D	Outros (Especificar)	R\$	-
Total dos Insumos Diversos		R\$	591,79
As Descrições do Item no Módulo são exemplificativas e deverão ser cotadas em conformidade com Edital.			

Custos Indiretos (Custos com Insumos Diversos) - 02		+	R\$ 5.236,29
A	Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	5,00%	R\$ 754,64
B	Lucro (Incidência sobre o somatório módulos 1, 2, 3, 4, 5 e o item A módulo 6) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	10,00%	R\$ 1.584,75
C	Tributos (C1 + C2 + C3 + C4)	14,25%	R\$ 2.896,90
C1	Tributos Federais (Especificar) (Exceto IRPJ e CSLL) (Estimado pelo Lucro Real: PIS=0,82%; COFINS=3,81%)	9,25%	R\$ 1.880,44
C2	Tributos Estaduais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês)	0,00%	R\$ -
C3	Tributos Municipais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês) (ISS RJ=5,00%)	5,00%	R\$ 1.016,46
C4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		29,25%	R\$ 5.236,29

Custos Indiretos (Custos com Insumos Diversos) - 03		R\$ 243.949,45	
1	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$	7.943,67
-	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$	5.939,16
	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$	564,76
	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$	53,46
	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$	591,79
	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$	15.092,83
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$	5.236,29
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$	20.329,12
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$	12
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$	243.949,45

<input type="checkbox"/>	Posto de Trabalho	
<input type="checkbox"/>	Salário mínimo para cálculo de insalubridade (quando couber)	R\$ 1.621,00
<input type="checkbox"/>	Salário normativo da categoria profissional	R\$ 8.061,85
<input type="checkbox"/>	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDAUT
<input type="checkbox"/>	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/02/2025

AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.

7 8 5 9			
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$ 725,56
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$ 790,46
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$ 263,92
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$ 1.779,94

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENS AIS E DIÁRIOS	Unitário R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários			R\$ 783,11

Deverá ser demonstrada a memória de cálculo para todos os itens)		+	
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: $((1/12) * 0,05 - Estimativa de que 5\%$ (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)	0,42%	R\$ 36,58
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (%FGTS * %A)	8,00%	R\$ 2,93
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$ 174,21
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30)/12))	1,94%	R\$ 168,98
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado (%Total do Submódulo 2.2 * %D)	0,72%	R\$ 62,36
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$ 174,21
Total da Provisão para Rescisão		15,08%	R\$ 619,26

As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.

		+	
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 44,14

C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 3,15
D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 4,73
E	Substituto na Cobertura de Afastamento por Maternidade	0,04%	R\$ 6,31
F	Outros (Especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Total dos Custos de Reposição do Profissional Ausente		R\$	58,33

Custos Diversos (Custos com Insumos Diversos) - R\$ 33,66		R\$ 33,66	
A	Uniformes	R\$	-
B	Epi's	R\$	33,66
C	Outros (Especificar)	R\$	-
D	Outros (Especificar)	R\$	-
Total dos Insumos Diversos		R\$	33,66
As Descrições do Item no Módulo são exemplificativas e deverão ser cotadas em conformidade com Edital.			

Custos Indiretos (Custos com Insumos Diversos) - R\$ 5.500,96		R\$ 5.500,96	
A	Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	5,00%	R\$ 792,79
B	Lucro (Incidência sobre o somatório módulos 1, 2, 3, 4, 5 e o item A módulo 6) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	10,00%	R\$ 1.664,85
C	Tributos (C1 + C2 + C3 + C4)	14,25%	R\$ 3.043,33
C1	Tributos Federais (Especificar) (Exceto IRPJ e CSLL) (Estimado pelo Lucro Real: PIS=0,82%; COFINS=3,81%)	9,25%	R\$ 1.975,49
C2	Tributos Estaduais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês)	0,00%	R\$ -
C3	Tributos Municipais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês) (ISS RJ=5,00%)	5,00%	R\$ 1.067,83
C4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		29,25%	R\$ 5.500,96

Custos Indiretos (Custos com Insumos Diversos) - R\$ 21.356,67		R\$ 21.356,67	
1	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$	8.710,25
-	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$	6.434,22
	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$	619,26
	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$	58,33
	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$	33,66
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$	15.855,71
	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$	5.500,96
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$	21.356,67
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$	12
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$	256.280,10

<input type="checkbox"/> Posto de Trabalho		: <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	Salário mínimo para cálculo de insalubridade (quando couber)	R\$	1.621,00
<input type="checkbox"/>	Salário normativo da categoria profissional	R\$	8.061,85
<input type="checkbox"/>	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDAUT	
<input type="checkbox"/>	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/02/2025	

AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.

7 8 5 9			
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$ 725,56
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$ 790,46
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$ 263,92
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$ 1.779,94

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS	Unitário R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários		R\$	783,11

(Deverá ser demonstrada a memória de cálculo para todos os itens)		+	=
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: ((1/12)*0,05 = Estimativa de que 6% (seis por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)	0,42%	R\$ 36,58
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (%FGTS * %A)	8,00%	R\$ 2,93
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$ 174,21
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30)/12))	1,94%	R\$ 168,98
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado (%Total do Submódulo 2.2 * %D)	0,72%	R\$ 62,36
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$ 174,21
Total da Provisão para Rescisão		15,08%	R\$ 619,26

☐ . ☐**As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.**

		+	
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 44,14

<input type="checkbox"/>	Posto de Trabalho		
<input type="checkbox"/>	Salário mínimo para cálculo de insalubridade (quando couber)	R\$	1.621,00
<input type="checkbox"/>	Salário normativo da categoria profissional	R\$	8.061,85
<input type="checkbox"/>	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDAUT	
<input type="checkbox"/>	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/02/2025	
<p>AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.</p>			

7 8 5 9			
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$ 725,56
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$ 790,46
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$ 263,92
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$ 1.779,94

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS	Unitário R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários		R\$	783,11

Deverá ser demonstrada a memória de cálculo para todos os itens)		+	
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: ((1/12)*0,05 - Estimativa de que 5% (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)	0,42%	R\$ 36,58
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (%FGTS * %A)	8,00%	R\$ 2,93
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$ 174,21
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30/12))	1,94%	R\$ 168,98
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado (%Total do Submódulo 2.2 * %D)	0,72%	R\$ 62,36
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$ 174,21
Total da Provisão para Rescisão		15,08%	R\$ 619,26

As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.

		+	R\$ 0,00
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 44,14

C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 3,15
D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 4,73
E	Substituto na Cobertura de Afastamento por Maternidade	0,04%	R\$ 6,31
F	Outros (Especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Total dos Custos de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 58,33

Custos Diversos (B) = (C x 01) / 100			R\$ 33,66
A	Uniformes	R\$	-
B	Epi's	R\$	33,66
C	Outros (Especificar)	R\$	-
D	Outros (Especificar)	R\$	-
Total dos Insumos Diversos			R\$ 33,66
As Descrições do Item no Módulo são exemplificativas e deverão ser cotadas em conformidade com Edital.			

Custos Indiretos (B) = (C x 5) / 100		+	R\$ 792,79
A	Custos Indiretos (Incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	5,00%	R\$ 792,79
B	Lucro (Incidência sobre o somatório módulos 1, 2, 3, 4, 5 e o item A módulo 6) Nota Técnica 1 STF (Estimativa por Editais TCU)	10,00%	R\$ 1.664,85
C	Tributos (C1 + C2 + C3 + C4)	14,25%	R\$ 3.043,33
C1	Tributos Federais (Especificar) (Exceto IRPJ e CSLL) (Estimado pelo Lucro Real: PIS=0,82%; COFINS=3,81%)	9,25%	R\$ 1.975,49
C2	Tributos Estaduais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês)	0,00%	R\$ -
C3	Tributos Municipais (Especificar) (Incidência sobre o valor total do serviço no mês) (ISS RJ=5,00%)	5,00%	R\$ 1.067,83
C4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro			R\$ 5.500,96

Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 8.710,25
-	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$	6.434,22
-	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$	619,26
-	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$	58,33
-	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$	33,66
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			R\$ 15.855,71
Total dos Custos			R\$ 5.500,96
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro			R\$ 21.356,67
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro			12
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro			R\$ 256.280,10

<input type="checkbox"/>	Posto de Trabalho		7 - 7 - -
<input type="checkbox"/>	Salário mínimo para cálculo de insalubridade (quando couber)	R\$	1.621,00
<input type="checkbox"/>	Salário normativo da categoria profissional	R\$	14.399,45
<input type="checkbox"/>	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDAUT	
<input type="checkbox"/>	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/02/2025	

AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.

7				8				5				9			
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)										%	Valor (R\$)			
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)										8,33%	R\$ 1.253,49			
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017										9,08%	R\$ 1.365,59			
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017										3,03%	R\$ 455,95			
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias										20,44%	R\$ 3.075,03				

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	Unitário R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários		R\$	783,11

(Deverá ser demonstrada a memória de cálculo para todos os itens)		+	R\$
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: ((1/12)*0,05 = Estimativa de que 5% (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)	0,42%	R\$ 63,20
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (%FGTS * %A)	8,00%	R\$ 5,06
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$ 300,96
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30)/12))	1,94%	R\$ 291,93
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado (%Total do Submódulo 2.2 * %D)	0,72%	R\$ 107,73
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$ 300,96
Total da Provisão para Rescisão		15,08%	R\$ 1.069,83

. .As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.

		+	R\$ 0,00
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 74,66

<input type="checkbox"/>	Posto de Trabalho		<input type="checkbox"/> H <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> T <input type="checkbox"/> Q <input type="checkbox"/> S		
<input type="checkbox"/>	Salário mínimo para cálculo de insalubridade (quando couber)	R\$	1.621,00		
<input type="checkbox"/>	Salário normativo da categoria profissional	R\$	14.927,58		
<input type="checkbox"/>	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDAUT			
<input type="checkbox"/>	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/02/2025			
AS DESCRIÇÕES DOS ITENS NOS MÓDULOS ABAIXO SÃO EXEMPLIFICATIVAS E DEVERÃO SER COTADAS EM CONFORMIDADE COM EDITAL. Todos os percentuais apresentados nos módulos a seguir devem vir com apenas duas casas decimais, com exceção dos itens oriundos de incidência que deverão vir representados com todas as casas decimais correspondendo aos valores informados.					

7 8 5 9			
2.1	SUBMÓDULO - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (Demonstrar a incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas sobre a mão-de-obra)	%	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário (Lei nº 4.090/62 e Art. 7º, VIII, CF/88) (1/12*100)	8,33%	R\$ 1.297,48
B	Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	9,08%	R\$ 1.413,52
C	Adicional de Férias (Art. 7º, XVII, CF/88) (1/11/3*100) PARA FINS DE CONTA VINCULADA CONFORME DISPOSTO NA IN05/2017	3,03%	R\$ 471,95
Total do 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		20,44%	R\$ 3.182,95

2.3	SUBMÓDULO - BENEFÍCIOS MENS AIS E DIÁRIOS	Unitário R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Auxílio Transporte (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 5,00	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 28,99	R\$ 510,22
C	Seguro de Vida, invalidez e funeral (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
D	Plano de Assistência Médica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ 321,04	R\$ 272,88
E	Plano de Assistência Odontológica (Deverá ser demonstrada a memória de cálculo)	R\$ -	R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
Total dos Benefícios Mensais e Diários			R\$ 783,11

	(Deverá ser demonstrada a memória de cálculo para todos os itens)	+	
A	Aviso prévio indenizado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT) Ex: $((1/12) * 0,05 - Estimativa de que 5\%$ (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano)	0,42%	R\$ 65,42
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (%FGTS * %A)	8,00%	R\$ 5,23
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 0,40%	2,00%	R\$ 311,52
D	Aviso prévio trabalhado (Art. 7º, inciso XXI da CF/88 e Art. 477, 487 e ss. da CLT)- ((7/30)/12))	1,94%	R\$ 302,17
E	Incidência ds encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado (%Total do Submódulo 2.2 * %D)	0,72%	R\$ 111,51
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado PARA FINS DE CONTA VINCULADA DEVERÁ SER PROVISIONADO 3,50%	2,00%	R\$ 311,52
	Total da Provisão para Rescisão	15,08%	R\$ 1.107,38

As memórias de cálculos apresentadas são exemplificativas. Necessário adequar em conformidade com a realidade da Empresa Licitante.

Substituto na Cobertura de Férias		0,00%	R\$ 0,00
Substituto na Cobertura de Ausências Legais		0,28%	R\$ 77,20

RELAÇÃO DOS EPIs PARA CADA CARGO ESPECÍFICO

<div> <div>Descrição dos EPI para os cargos:</div> <div> <div>TÉCNICO SEGURANÇA DO TRABALHO 2</div> <div>ENGENHEIRO SEGURANÇA DO TRABALHO 2</div> </div> </div>		Cor	Quant Anual Unitário	Unidade
1	AVENTAL IMPERMEÁVEL DE PROCEDIMENTOS – USO HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESSO SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 50 G/M² OU SUPERIOR , MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS NO PESCOÇO E NA CINTURA, TAMANHO P ao GG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.	-	30	Peça
2	AVENTAL DE PROCEDIMENTOS – USO HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESSO SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 40 G/M² , MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS NO PESCOÇO E NA CINTURA, TAMANHO P ao GG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.	-	30	Peça
3	CALÇADO DE SEGURANÇA - PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE QUEDAS DE OBJETOS, PÉRFURO CORTANTE SOBRE OS ARTELHOS E CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE E PERFURANTES, CONTRA AGENTES TÉRMICOS (FRIO), CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA E CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS E PRODUTOS DE ORIGEM CORROSSIVA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52.	-	1	Par
4	CARTUCHO SÉRIE 6001 PARA VAPORES ORGÂNICOS. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	6	Par
5	CARTUCHO SÉRIE 6006 PARA MULTIGASES. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	6	Par
6	FILTRO PARA PARTICULADOS 5N11 PARA PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA CONTRA POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS. OS FILTROS QUE SÃO UTILIZADOS COM O RESPIRADOR SÃO: I. FILTROS QUÍMICOS CLASSE 1: 6001; 6002; 6003; 6004; 6005; 6006; 6007. II. FILTROS PARA PARTÍCULAS: 2071; 2078; 5N11; 2091; 2096; 2097; 5935BR; 7093. III. FILTROS COMBINADOS (QUÍMICO CLASSE 1 E PARA PARTÍCULAS CLASSE P2): 2076HF. IV. FILTROS COMBINADOS (QUÍMICO CLASSE 1 E PARA PARTÍCULAS CLASSE P3): 60926; 7093C. COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	6	Peça
7	JALECO DE ALGODÃO 100% , COM MANGA COMPRIDA COM BAINHA, ALTURA ATÉ O JOELHO COM 03 BOLSOS, SENDO: 1 SUPERIOR LADO ESQUERDO E DOIS NA PARTE DE BAIXO TAMANHO P AO GG	-	1	Peça
8	LUVA DE SEGURANÇA EM NITRÍLICO , NÃO DESCARTÁVEL, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO - CA, EMITIDO PELO MS, CANO DA LUVA POSSUA DE 15 A 20CM DE COMPRIMENTO, FORRO DE MALHA DE ALGODÃO, PALMA ÁSPERA, COMPRIMENTO TOTAL DE 30CM, TAMANHO P AO GG.	-	1	Par
9	LUVA DE SEGURANÇA EM NITRÍLICO DE PROCEDIMENTO PARA MANUSEIO DE PEQUENAS QUANTIDADES DE PRODUTOS QUÍMICOS DESCARTÁVEIS, 100% BORRACHA NITRÍLICA, AMBIDESTRA SEM CERA, PLASTIFICANTE OU SILICONE EM SUA FORMULAÇÃO, NÃO POSSUINDO TALCO, AMIDO OU PROTEÍNAS, POSSUEM BAINHA PARA PROTEÇÃO DO PULSO TAMANHO P AO GG.	-	1	Par
10	LUVA TÉRMICA RESISTENTE À CORTE E ABRASÃO , RESISTENTE À TEMPERATURA DE ATÉ 300°C, MÃO FORRADA COM FELTRO E REVESTIDA COM SUEDE, PUNHO DE 20 CM FORRADO INTERNAMENTE COM LONA DE ALGODÃO, PUNHO COM VIÉS DE ALGODÃO COSTURADA COM LINHA DE PARA-ARAMIDA, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE).	-	1	Par
11	MÁSCARA CIRÚRGICA – 03 (TRÊS) CAMADAS DE TECIDO NÃO TECIDO, 100% POLIPROPILENO, COM CAMADA INTERNA DE FILTRO ANTIBACTERICIDA, POSSUI UM CLIP NASAL DE FÁCIL ADAPTAÇÃO NO ROSTO.	-	25	Peça
12	MÁSCARA DESCARTÁVEL - PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE – PFF2/N95 , FECHADA, TIPO RESPIRADOR, COM EFICÁCIA NA FILTRAÇÃO DE 95% DE PARTÍCULAS DE ATÉ 0,3 µm DE DIÂMETRO. COM DISPOSITIVO PARA AJUSTE NASAL FIXADO NO CORPO	-	25	Peça

	DA MÁSCARA, TIRAS LATERAIS DE COMPRIMENTO ADEQUADO PARA FIXAÇÃO E PERFEITO AJUSTE FACIAL. ATÓXICA, HIPOALÉRGICA E INODORA.			
13	MÁSCARA RESPIRATÓRIA SEMIFACIAL SÉRIE 6200 COM DOIS SUPORTE PARA FILTROS COM ELÁSTICOS AJUSTÁVEIS QUE PRENDEM ATRÁS DA CABEÇA E NA NUCA, COM SAÍDA PARA AR EXALADO, EQUIPADA COM FILTRO. O RESPIRADOR MODELO 6200, SEMIFACIAL COM FILTROS DUPLOS, MOLDADO EM ELASTÔMERO SINTÉTICO, UTILIZADOS PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS DO USUÁRIO CONTRA A INALAÇÃO DE PARTÍCULAS SÓLIDAS, QUANDO UTILIZADO COM FILTROS MECÂNICOS OU COMBINADOS, E CONTRA GASES E VAPORES ORGÂNICOS ATÉ 1000 PPM, QUANDO UTILIZADO COM FILTROS QUÍMICOS OU COMBINADOS, PODENDO TER, EM ALGUNS FILTROS PARA PARTÍCULAS, UMA CAMADA DE CARVÃO ATIVADO EM SUA CONSTITUIÇÃO. O RESPIRADOR DEVE ATENDER AOS REQUISITOS TÉCNICOS NORMATIVOS DA ABNT NBR 13694 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	1	Peça
14	ÓCULOS DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL MODELO AMPLA VISÃO COM ELÁSTICO. ARMAÇÃO EM PVC TRANSPARENTE, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).	-	2	Peça
15	PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA , COM HASTE PLÁSTICA, COM ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 25 DB(A).	-	1	Peça
16	PROTETOR AUDITIVO TIPO INSERÇÃO , COM HASTE PLÁSTICA, COM ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 18 DB(A).	-	1	Peça
17	PROTETOR FACIAL EM POLICARBONATO DURÁVEL E MOLDADO, INCOLOR, ANTIEMBAÇANTE, VISOR COM APROXIMADAMENTE 250 MM DE LARGURA E 185 MM DE ALTURA. COM SUSPENSÃO E CATRACA, COM REGULAGEM PARA AJUSTE NA CABEÇA.	-	1	Peça
18	RETENTOR 501 5N11 PARA FILTRO COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M SÉRIE 6200.	-	2	Peça
19	TIRANTE DE MÁSCARA SEMI FACIAL , TAMANHO P AO GG. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M SÉRIE 6200.	-	1	Peça

Descrição dos EPI para os cargos:		Cor	Quant Anual Unitário	Unidade
AUXILIAR DE LABORATORIO 3				
TÉCNICO DE LABORATORIO 2				
TÉCNICO DE LABORATORIO 4				
20	AVENTAL DESCARTÁVEL - USO LABORATORIAL, DESCARTÁVEL PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS E BIOLÓGICOS , CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESSO SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 50 G/M² OU SUPERIOR , MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS NO PESCOÇO E NA CINTURA, TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça
21	AVENTAL DESCARTÁVEL IMPERMEÁVEL COM MANGAS LONGAS, DESENVOLVIDO PARA OFERECER PROTEÇÃO QUÍMICA DE ALTO DESEMPENHO . CONFECCIONADO COM BASE EM TYVEK, MATERIAL LEVE E RESISTENTE, E REVESTIDO COM POLIETILENO, PROPORCIONA PROTEÇÃO COMPROVADA POR ATÉ 30 MINUTOS CONTRA MAIS DE 40 AGENTES QUÍMICOS. TAMANHO P ao XGG. DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .	-	2	Peça
22	AVENTAL DE PROCEDIMENTOS – USO HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESSO SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 40 G/M² , MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS NO PESCOÇO E NA CINTURA, TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA .	-	264	Peça
23	AVENTAL DE PROCEDIMENTOS – USO HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL , CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESSO SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 50 G/M² OU SUPERIOR , MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS NO PESCOÇO E NA CINTURA, TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA .	-	264	Peça
24	AVENTAL DE PVC BRANCO IMPERMEÁVEL PARA GARANTIR A SEGURANÇA E HIGIENE DURANTE ATIVIDADES EM AMBIENTES LABORATORIAL, AMBULATORIAL E HOSPITALAR. PROTEÇÃO CONTRA RESPINGOS DE LÍQUIDOS E RESÍDUOS , GARANTINDO UMA BARREIRA EFICAZ ENTRE O UNIFORME/JALECO PARA SEGURANÇA E CONFORTO MESMO NAS CONDIÇÕES MAIS ÚMIDAS NO AMBIENTE DE TRABALHO. TAMANHO PP ao XGG DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .	-	2	Peça
25	AVENTAL TÉRMICO IMPERMEÁVEL PARA ALTA TEMPERATURA - RESISTENTE À TEMPERATURA DE ATÉ 300°C , AJUSTÁVEL ATRAVÉS DE TIRAS DO MESMO MATERIAL NAS COSTAS COM PLUGUE DE ENGATE RÁPIDO, COSTURADO COM LINHA DE ARAMIDA, SEM FORRO. AVENTAL DE PROTEÇÃO, ESPECÍFICO PARA TRABALHO EM ALTA TEMPERATURA, CONFECCIONADO EM TECIDO ESPECIAL RETARDANTE A CHAMAS, COM COSTURA DUPLA E LINHA DE META ARAMIDA, ACABAMENTO ESPECIAL, TRATAMENTO IMPERMEABILIZANTE, PRÓPRIO PARA AMBIENTE QUE EXIGE PROTEÇÃO TÉRMICA COM EXPOSIÇÃO A CALOR, VAPOR E RESPINGOS QUENTES. TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA .	-	1	Par
26	BOTA DE SEGURANÇA , TIPO CALÇADO OCUPACIONAL, MODELO CANO CURTO , CONFECCIONADA EM PVC INJETADO DE ALTA RESISTÊNCIA, BIDENSIDADE, IMPERMEÁVEL, COM SOLADO ANTIDERRAPANTE COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO, RESISTENTE A AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS , COM PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM PRODUTOS QUÍMICOS E FLUIDOS, PALMILHA INTERNA CONFORTÁVEL, OPCIONAL COM BIQUEIRA DE SEGURANÇA EM PVC OU COMPOSITE (OPCIONAL CONFORME RISCO), INDICADA PARA USO EM ÁREAS HOSPITALARES, LABORATÓRIOS, INDÚSTRIAS QUÍMICAS, BIOTÉRIOS, SANEAMENTO E LIMPEZA TÉCNICA. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO , EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52.	-	1	Peça
27	BOTA DE SEGURANÇA , TIPO CALÇADO OCUPACIONAL, MODELO CANO LONGO , CONFECCIONADA EM PVC INJETADO DE ALTA RESISTÊNCIA, BIDENSIDADE, IMPERMEÁVEL, COM SOLADO ANTIDERRAPANTE COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO, RESISTENTE A AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS , COM PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM PRODUTOS QUÍMICOS E FLUIDOS, PALMILHA INTERNA CONFORTÁVEL, OPCIONAL COM BIQUEIRA DE SEGURANÇA EM PVC OU COMPOSITE (OPCIONAL CONFORME RISCO), INDICADA PARA USO EM ÁREAS HOSPITALARES, LABORATÓRIOS, INDÚSTRIAS QUÍMICAS, BIOTÉRIOS, SANEAMENTO E LIMPEZA TÉCNICA. DEVE	-	1	Peça

	POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO , EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52.			
28	CALÇADO DE SEGURANÇA - PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO COM CONFORTO CONTRA IMPACTOS DE QUEDAS DE OBJETOS, PERFURO CORTANTE SOBRE OS ARTELHOS E CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE E PERFURANTES, CONTRA AGENTES TÉRMICOS (FRIO), CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA E CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS E PRODUTOS DE ORIGEM CORROSIVA . DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça
29	CALÇADO OCUPACIONAL MODELO SAPATO FECHADO , CONFECCIONADO EM MATERIAL POLIMÉRICO (EVA) IMPERMEÁVEL, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, FECHADO NA REGIÃO DO CALCANHAR E NA PARTE SUPERIOR, PROPORCIONANDO PROTEÇÃO DO PÉ CONTRA AGENTES QUÍMICOS, FÍSICOS E UMIDADE . POSSUI PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL PARA CONFORTO E HIGIENIZAÇÃO E SOLADO EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO: ATENDE AOS REQUISITOS DE ABSORÇÃO DE ENERGIA NA REGIÃO DO SALTO (E) E É RESISTENTE A ÓLEO COMBUSTÍVEL (FO). DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça
30	CAPA DE CHUVA LAMINADA CRISTAL COM CAPUZ - CAPA DE CHUVA COM CAPUZ, CONFECCIONADA EM TECIDO DE PVC CRISTAL. POSSUI MANGAS COMPRIDAS COM COBERTURA TOTAL ATÉ OS PUNHOS, ABERTURA FRONTAL E FECHAMENTO COM BOTÕES DE PRESSÃO. COSTURAS SELADAS ELETRONICAMENTE. COR: CRISTAL (SEMI TRANSPARENTE). COMPOSIÇÃO: TECIDO LAMINADO DE PVC CRISTAL DE 0,20MM DE ESPESSURA. INDICAÇÃO DE USO: PROTEÇÃO DO CRÂNIO, PESCOÇO, TRONCO E MEMBROS SUPERIORES CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE CHUVA E OPERAÇÕES COM ÁGUA, PERMITINDO A VISIBILIDADE DO VESTUÁRIO SUBJACENTE. ADEQUADA PARA AMBIENTES QUE EXIGEM HIGIENE VISUAL, COMO LABORATÓRIOS E AMBULATÓRIOS. TAMANHOS: PP, P, M, G, GG E XG. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça
31	CARTUCHO SÉRIE 6001 PARA VAPORES ORGÂNICOS. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	20	Par
32	CARTUCHO SÉRIE 6006 PARA MULTIGASES. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	20	Par
33	CONJUNTO TÉRMICO IMPERMEÁVEL CONFECCIONADO EM POLIAMIDA COM RESINA DE ATÉ 150 GR/M² . PROTEGE O USUÁRIO EM AMBIENTES REFRIGERADOS, SENDO COMPOSTO POR JAPONA, CALÇA, LUVA, MEIÃO E BOTA TÉRMICA. SENDO PROTEÇÃO COMPLETA PARA DIVERSOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM AMBIENTES COM BAIXA TEMPERATURA. KIT COMPLETO PARA ATIVIDADES EM AMBIENTES COM BAIXA TEMPERATURA I. CAPUZ TÉRMICO PARA CÂMARA FRIA E BAIXA TEMPERATURA. II. JAPONA TÉRMICA IMPERMEÁVEL PARA CÂMARA FRIA E BAIXA TEMPERATURA. III. CALÇA DE NYLON TÉRMICA IMPERMEÁVEL PARA CÂMARA FRIA E BAIXA TEMPERATURA. IV. LUVA TÉRMICA EM NYLON PARA CÂMARA FRIA E BAIXA TEMPERATURA. V. MEIÃO DE SEGURANÇA PARA CÂMARA FRIA. VI. BOTA TÉRMICA BOTINHA PARA AMBIENTES DE BAIXA TEMPERATURA. TAMANHO PP AO XGG. TODOS OS ITENS NECESSITAM DISPOR DE C.A. VÁLIDO	-	2	Peça
34	FILTRO PARA PARTICULADOS 5N11 PARA PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA CONTRA POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS. OS FILTROS QUE SÃO UTILIZADOS COM O RESPIRADOR SÃO: I. FILTROS QUÍMICOS CLASSE 1: 6001; 6002; 6003; 6004; 6005; 6006; 6007. II. FILTROS PARA PARTÍCULAS: 2071; 2078; 5N11; 2091; 2096; 2097; 5935BR; 7093. III. FILTROS COMBINADOS (QUÍMICO CLASSE 1 E PARA PARTÍCULAS CLASSE P2): 2076HF. IV. FILTROS COMBINADOS (QUÍMICO CLASSE 1 E PARA PARTÍCULAS CLASSE P3): 60926; 7093C. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	32	Peça
35	JALECO DE ALGODÃO 100% , COM MANGA COMPRIDA COM BAINHA, ALTURA ATÉ O JOELHO COM 03 BOLSOS, SENDO: 1 SUPERIOR LADO ESQUERDO E DOIS NA PARTE DE BAIXO TAMANHO PP AO XGG .	-	4	Peça

36	LUVA DE LÁTEX NATURAL COM PÓ BIOABSORVÍVEL – LUVAS DESCARTÁVEIS EM LÁTEX NATURAL, ATÓXICAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL, USO ÚNICO, NÃO ESTÉREIS, FORMATO AMBIDESTRO, ALTA ELASTICIDADE, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, TEXTURA LISA, INDICADAS PARA PROCEDIMENTOS GERAIS E LABORATORIAIS, TAMANHOS VARIADOS (PP A XGG), CONFORMES ÀS NORMAS ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	1	Par
37	LUVA DE LÁTEX NATURAL SEM PÓ – LUVAS DESCARTÁVEIS EM LÁTEX NATURAL, HIPOALERGÊNICAS, ATÓXICAS, LIVRES DE PÓ, SEM TALCO, REDUZIDO TEOR DE PROTEÍNAS, USO ÚNICO, NÃO ESTÉREIS, ALTA ELASTICIDADE, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO MÍNIMA DE 18 MPA, TEXTURA LISA OU MICROTTEXTURIZADA, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, AMBIDESTRAS, TAMANHOS VARIADOS (PP A XGG), CONFORMES ÀS NORMAS ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	264	Par
38	LUVA DE POLIETILENO (LONGA – PROTEÇÃO QUÍMICA SIMPLES) - LUVAS DESCARTÁVEIS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), NÃO ESTÉREIS, TRANSPARENTES, USO ÚNICO, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 40 CM, RESISTENTES A RESPIGOS E CONTATO SIMPLES COM SOLUÇÕES AQUOSAS, INDICADAS PARA ÁREA DE ASSEPSIA, LIMPEZA E MANIPULAÇÃO LEVE. TAMANHOS PP A XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	132	Par
39	LUVA DE PROTEÇÃO CRIOGÊNICA - LUVA DE SEGURANÇA DESTINADA AO MANUSEIO DE MATERIAIS CRIOGÊNICOS, COM PROTEÇÃO TÉRMICA CONTRA TEMPERATURAS ULTRABAIXAS DE ATÉ -190 °C. MODELO MID ARM, COM COMPRIMENTO ENTRE 350 E 380 MM, PROPORCIONANDO PROTEÇÃO ESTENDIDA ATÉ A REGIÃO MÉDIA DO ANTEBRAÇO. FABRICADA COM TECNOLOGIA MULTICAMADAS, COMPOSTA POR; CAMADA EXTERNA EM TECIDO DE NÁILON COM TRATAMENTO REPELENTE À ÁGUA; CAMADAS INTERMEDIÁRIAS COM ISOLAMENTO TÉRMICO DE ALTA EFICIÊNCIA; REVESTIMENTOS INTERNO E EXTERNO EM POLIAMIDA TRICOT SCRIM LAMINADA; E CAMADA ADICIONAL DE TAFETÁ PARA REFORÇO ESTRUTURAL E RESISTÊNCIA MECÂNICA. TOTALMENTE IMPERMEÁVEL A LÍQUIDOS CRIOGÊNICOS E PROJETADA PARA OFERECER ALTO DESEMPENHO TÉRMICO, DESTREZA FUNCIONAL E SEGURANÇA PROLONGADA EM OPERAÇÕES COM NITROGÊNIO LÍQUIDO, ARGÔNIO LÍQUIDO E OUTROS AGENTES CRIOGÊNICOS. TAMANHO PP ao XGG.	-	1 Peça
40	LUVA DE PROTEÇÃO CRIOGÊNICA – MODELO MID ARM -LUVA DE SEGURANÇA PARA MANUSEIO DE AGENTES CRIOGÊNICOS, COM PROTEÇÃO TÉRMICA PARA TEMPERATURAS ULTRABAIXAS DE ATÉ -190 °C. MODELO MID ARM, COM COMPRIMENTO ENTRE 350 MM E 380 MM , PROPORCIONANDO PROTEÇÃO ESTENDIDA DO ANTEBRAÇO ATÉ O MEIO DO BRAÇO. CONSTRUÍDA COM ESTRUTURA MULTICAMADAS PARA ISOLAMENTO TÉRMICO E RESISTÊNCIA MECÂNICA, COMPOSTA POR: CAMADA EXTERNA: TECIDO DE NÁILON (NYLON) COM TRATAMENTO REPELENTE À ÁGUA; CAMADAS INTERNAS: MULTICAMADAS DE ISOLAMENTO TÉRMICO DE ALTA EFICIÊNCIA; REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO ADICIONAL: POLIAMIDA TRICOT SCRIM LAMINADA PARA MAIOR RESISTÊNCIA E DURABILIDADE; CAMADA COMPLEMENTAR: TAFETÁ TÉCNICO PARA REFORÇO ESTRUTURAL E ESTABILIDADE DIMENSIONAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: IMPERMEÁVEL A LÍQUIDOS CRIOGÊNICOS; ALTA RESISTÊNCIA TÉRMICA E MECÂNICA; ADEQUADA PARA OPERAÇÕES COM NITROGÊNIO LÍQUIDO, ARGÔNIO LÍQUIDO, CO ₂ SÓLIDO E OUTROS AGENTES CRIOGÊNICOS; ERGONOMIA E FLEXIBILIDADE PARA MANIPULAÇÃO SEGURA EM AMBIENTES LABORATORIAIS. TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1 Peça
41	LUVA NITRÍLICA COM PÓ – LUVAS DESCARTÁVEIS EM NITRILA (BORRACHA SINTÉTICA), LIVRES DE LÁTEX, HIPOALERGÊNICAS, COM PÓ, RESISTENTES À PERFURAÇÃO E AGENTES QUÍMICOS, EXCELENTE BARREIRA BIOLÓGICA, INDICAÇÃO PARA MANIPULAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS LEVES E BIOLÓGICAS, TEXTURA MICROTTEXTURIZADA NAS PONTAS DOS DEDOS, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, USO ÚNICO, TAMANHOS PP A XGG, CONFORMES ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	1	Par
42	LUVA NITRÍLICA PARA RISCOS MECÂNICOS (ALTA RESISTÊNCIA / ANTIPERFUROCORTE) - LUVAS EM NITRILA DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, MODELO INDUSTRIAL/PROFISSIONAL, ANTIDERRAPANTE, RESISTÊNCIA À ABRASÃO, À PERFURAÇÃO E A PRODUTOS QUÍMICOS AGRESSIVOS, NÃO ESTÉREIS, REUTILIZÁVEIS, INTERIOR FLOCADO, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 30 CM, ESPESSURA MÍNIMA 0,38 MM, CONFORMES À NORMA EN 388 (PROTEÇÃO MECÂNICA), EN 374 (PROTEÇÃO QUÍMICA E BIOLÓGICA). TAMANHO PP AO XGG. DISPOR DE CERTIFICAÇÃO CA – MINISTÉRIO DO TRABALHO.	264	Par

43	LUVA NITRÍLICA SEM PÓ – LUVAS DESCARTÁVEIS EM NITRILA (BORRACHA SINTÉTICA), LIVRES DE LÁTEX, HIPOALERGÊNICAS, SEM PÓ, RESISTENTES À PERFURAÇÃO E AGENTES QUÍMICOS, EXCELENTE BARREIRA BIOLÓGICA, INDICAÇÃO PARA MANIPULAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS LEVES E BIOLÓGICAS, TEXTURA MICROTTEXTURIZADA NAS PONTAS DOS DEDOS, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, USO ÚNICO, TAMANHOS PP A XGG, CONFORMES ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.		264	Par
44	LUVA DE SEGURANÇA EM NITRÍLICO, NÃO DESCARTÁVEL , COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO - CA, EMITIDO PELO MS, CANO DA LUVA POSSUA DE 15 A 20CM DE COMPRIMENTO, FORRO DE MALHA DE ALGODÃO, PALMA ÁSPERA, COR AZUL, COMPRIMENTO TOTAL DE 30CM, TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Par
45	LUVA TÉRMICA RESISTENTE À CORTE E ABRASÃO , RESISTENTE À TEMPERATURA DE ATÉ 300°C, MÃO FORRADA COM FELTRO E REVESTIDA COM SUEDE, PUNHO DE 20 CM FORRADO INTERNAMENTE COM LONA DE ALGODÃO, PUNHO COM VIÉS DE ALGODÃO COSTURADA COM LINHA DE PARA-ARAMIDA. TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Par
46	LUVA TÉRMICA DE PROTEÇÃO PARA BAIXAS E ALTAS TEMPERATURAS - LUVA DE SEGURANÇA PROJETADA PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS EM OPERAÇÕES COM VARIAÇÃO TÉRMICA EXTREMA, COM DESEMPENHO COMPROVADO PARA BAIXAS TEMPERATURAS ATÉ -30 °C E ALTAS TEMPERATURAS ATÉ +250 °C (EXPOSIÇÃO INTERMITENTE DE ATÉ 15 SEGUNDOS) . CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS - IMPERMEÁVEL, INDICADA PARA AMBIENTES ÚMIDOS E OPERAÇÕES COM LÍQUIDOS OU GELO SECO. COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA: SUPORTE TÊXTIL EM POLIAMIDA (NYLON) DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA; REVESTIMENTO TOTAL EM LÁTEX NATURAL, PROPORCIONANDO EXCELENTE ADERÊNCIA E ESTANQUEIDADE; PALMA COM DUPLO REVESTIMENTO EM ESPUMA DE LÁTEX NATURAL; GARANTINDO ALTO GRIP E DESEMPENHO SUPERIOR EM MANUSEIO DE PEÇAS ÚMIDAS, LISAS OU ESCORREGADIAS; FORRO TÉRMICO INTERNO COM MANTA ACRÍLICA DUPLA; QUE ASSEGURA CONFORTO TÉRMICO E ISOLAMENTO EFICIENTE. DESEMPENHO E PROTEÇÃO: PROTEÇÃO CONTRA AGENTES TÉRMICOS (CALOR E FRIO) . PROTEÇÃO MECÂNICA CONTRA AGENTES: ABRASIVOS, ESCORIANTE, CORTANTES (RISCO MÉDIO) E PERFURANTES. EXCELENTE TATO E DESTREZA, MANTENDO FLEXIBILIDADE MESMO EM TEMPERATURAS EXTREMAS. PUNHO COM AJUSTE ANATÔMICO PARA MELHOR SEGURANÇA OPERACIONAL. TAMANHO PP ao XGG.	-	2	Peça
47	MACACÃO ESTÉRIL COM CAPUZ E BOTAS INTEGRADAS – O MACACÃO COM CAPUZ E BOTAS INTEGRADAS É UMA PEÇA DESCARTÁVEL QUE OFERECE CONFORTO E PROTEÇÃO DA CABEÇA AOS PÉS. O MACACÃO DISPÕE DE FECHO FRONTAL COM ABA DE PROTEÇÃO, CAPUZ ELÁSTICO, COSTAS, PUNHOS E TORNOZELOS E PRESILHAS PARA O POLEGAR PARA GARANTIR UMA FIXAÇÃO SEGURA. AS BOTAS INTEGRADAS APRESENTAM SOLAS ANTIDERRAPANTES PARA GARANTIR QUE CADA PASSO SEJA DADO COM SEGURANÇA. UMA VESTIMENTA PARA RESPIGOS, NO CONTEXTO DE SALAS LIMPAS E LABORATÓRIOS, É UM TIPO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) PROJETADO PARA PROTEGER O TRABALHADOR CONTRA O CONTATO COM SUBSTÂNCIAS LÍQUIDAS, COMO RESPIGOS DE PRODUTOS QUÍMICOS, FLUIDOS BIOLÓGICOS OU OUTRAS SOLUÇÕES QUE POSSAM REPRESENTAR RISCOS À SAÚDE OU COMPROMETER A INTEGRIDADE DO AMBIENTE CONTROLADO . ESSA VESTIMENTA É ESPECIALMENTE RELEVANTE EM AMBIENTES ONDE HÁ MANIPULAÇÃO DE MATERIAIS PERIGOSOS OU ONDE A CONTAMINAÇÃO DEVE SER EVITADA, COMO EM SALAS LIMPAS, LABORATÓRIOS DE PESQUISA OU PRODUÇÃO. TAMANHO PP ao XGG DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	2	Peça

48	<p>MACACÃO DE SEGURANÇA DESCARTÁVEL COM CAPUZ – PROTEÇÃO QUÍMICA E BIOLÓGICA. MACACÃO DE SEGURANÇA DE USO PROFISSIONAL, DESCARTÁVEL E NÃO REUTILIZÁVEL, CONFECCIONADO EM FIBRA CONTÍNUA DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (HDPE), MATERIAL 100% POLIETILENO DO TIPO TYVEK®, QUE COMBINA ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA E EXCELENTE BARREIRA CONTRA PARTÍCULAS E AGENTES BIOLÓGICOS. CARACTERÍSTICAS DO MACACÃO: <i>DESIGN</i> INTEGRAL COM CAPUZ ANATÔMICO PARA AMPLA COBERTURA CORPORAL; FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER DE ALTA RESISTÊNCIA E ABA PROTETORA; ELÁSTICOS INTEGRADOS EM PUNHOS, TORNOZELOS, CINTURA E CAPUZ PARA VEDAÇÃO SEGURA; COSTURA DUPLA REFORÇADA PARA MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA ESTRUTURAL; TECIDO RESPIRÁVEL QUE REDUZ ACÚMULO DE CALOR E MELHORA O CONFORTO DO USUÁRIO; LIVRE DE LÁTEX E SILICONE, REDUZINDO RISCOS ALÉRGICOS. CERTIFICAÇÃO CE – CATEGORIA III; INDICADO PARA ALTOS RISCOS; TIPO 3B – PROTEÇÃO CONTRA JATOS DE PRODUTOS QUÍMICOS LÍQUIDOS (PRESSÃO) E RISCOS BIOLÓGICOS; CERTIFICAÇÃO EN 14126 – BARREIRA COMPROVADA CONTRA AGENTES INFECCIOSOS E CONTAMINANTES BIOLÓGICOS. ATENDENDO AINDA ÀS NORMAS: EN 14605 – ROUPAS DE PROTEÇÃO CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS LÍQUIDOS; EN 1073-2 – PROTEÇÃO CONTRA PARTÍCULAS RADIOATIVAS; EN 1149-5 – PROPRIEDADES ELETROSTÁTICAS (QUANDO APLICÁVEL AO MODELO); EN 13982-1 TIPO 5 – PARTÍCULAS SÓLIDAS; EN 13034 TIPO 6 – RESPINGO QUÍMICO LIMITADO. TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.</p>	-	264	Peça
49	<p>MACACÃO DE SEGURANÇA DESCARTÁVEL SEM CAPUZ – PROTEÇÃO QUÍMICA E BIOLÓGICA. MACACÃO DE SEGURANÇA DE USO PROFISSIONAL, DESCARTÁVEL E NÃO REUTILIZÁVEL, CONFECCIONADO EM FIBRA CONTÍNUA DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (HDPE), MATERIAL 100% POLIETILENO DO TIPO TYVEK®, QUE COMBINA ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA E EXCELENTE BARREIRA CONTRA PARTÍCULAS E AGENTES BIOLÓGICOS. CARACTERÍSTICAS DO MACACÃO: <i>DESIGN</i> INTEGRAL COM CAPUZ ANATÔMICO PARA AMPLA COBERTURA CORPORAL; FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER DE ALTA RESISTÊNCIA E ABA PROTETORA; ELÁSTICOS INTEGRADOS EM PUNHOS, TORNOZELOS, CINTURA E CAPUZ PARA VEDAÇÃO SEGURA; COSTURA DUPLA REFORÇADA PARA MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA ESTRUTURAL; TECIDO RESPIRÁVEL QUE REDUZ ACÚMULO DE CALOR E MELHORA O CONFORTO DO USUÁRIO; LIVRE DE LÁTEX E SILICONE, REDUZINDO RISCOS ALÉRGICOS. CERTIFICAÇÃO CE – CATEGORIA III; INDICADO PARA ALTOS RISCOS; TIPO 3B – PROTEÇÃO CONTRA JATOS DE PRODUTOS QUÍMICOS LÍQUIDOS (PRESSÃO) E RISCOS BIOLÓGICOS; CERTIFICAÇÃO EN 14126 – BARREIRA COMPROVADA CONTRA AGENTES INFECCIOSOS E CONTAMINANTES BIOLÓGICOS. ATENDENDO AINDA ÀS NORMAS: EN 14605 – ROUPAS DE PROTEÇÃO CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS LÍQUIDOS; EN 1073-2 – PROTEÇÃO CONTRA PARTÍCULAS RADIOATIVAS; EN 1149-5 – PROPRIEDADES ELETROSTÁTICAS (QUANDO APLICÁVEL AO MODELO); EN 13982-1 TIPO 5 – PARTÍCULAS SÓLIDAS; EN 13034 TIPO 6 – RESPINGO QUÍMICO LIMITADO. TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.</p>	-	132	Peça
50	<p>MACACÃO EM PVC DE MANGA COMPRIDA COM CAPUZ, CONFECCIONADO EM TECIDO SINTÉTICO PLASTIFICADO EM PVC, SOLDADO ELETRONICAMENTE, COM CAPUZ FIXO, FECHAMENTO FRONTAL POR MEIO DE ZÍPER E BOTÕES DE PRESSÃO, MANGAS LONGAS, ACOPLADO COM BOTAS E LUVAS DE PVC PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS E BIOLÓGICOS. MANTENDO-O VEDADO/SEGURO E PARA ANDAR SOBRE ÁREAS COM SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS E NOCIVAS À SAÚDE. TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A.</p>	-	1	Peça
51	<p>MACACÃO EM PVC DE MANGA COMPRIDA SEM CAPUZ, CONFECCIONADO EM TECIDO SINTÉTICO PLASTIFICADO EM PVC, SOLDADO ELETRONICAMENTE, COM CAPUZ FIXO, FECHAMENTO FRONTAL POR MEIO DE ZÍPER E BOTÕES DE PRESSÃO, MANGAS LONGAS, ACOPLADO COM BOTAS E LUVAS DE PVC PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS E BIOLÓGICOS. MANTENDO-O VEDADO/SEGURO E PARA ANDAR SOBRE ÁREAS COM SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS E NOCIVAS À SAÚDE. TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A.</p>	-	1	Peça

52	<p>MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA DESCARTÁVEL - MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA (3 CAMADAS), CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, SENDO:</p> <p>I. CAMADA EXTERNA: BARREIRA MICROBACTERIANA.</p> <p>II. CAMADA INTERMEDIÁRIA: FILTRO BACTERIOLÓGICO E PARTICULADO $\geq 98\%$ (BFE/PFE).</p> <p>III. CAMADA INTERNA: MACIA E NÃO IRRITANTE. POSSUI CLIPE NASAL AJUSTÁVEL, ALÇAS ELÁSTICAS DE FIXAÇÃO AURICULAR (EARLOOP), MODELO PLISSADO/TRÍPLA DOBRA, PERMITINDO VEDAÇÃO CONFORTÁVEL. DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO, HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA E LIVRE DE LÁTEX. DEVE ATENDER À RESOLUÇÃO RDC Nº 356/2020 DA ANVISA E À ABNT NBR 15052:2022 – MÁSCARAS CIRÚRGICAS. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.</p>	-	264	Peça
53	<p>MÁSCARA PFF2 / N95 (PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE) - MÁSCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA, TIPO PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE – PFF2 (EQUIVALENTE À N95), DE USO PROFISSIONAL, MODELO DESCARTÁVEL, CLASSE PFF2 (S), COM EFICIÊNCIA MÍNIMA DE FILTRAÇÃO $\geq 95\%$ PARA PARTÍCULAS DE 0,3 MM (N95 – NIOSH 42 CFR 84). CONSTRUÇÃO EM MÚLTIPLAS CAMADAS FILTRANTES DE NÃO-TECIDO (TNT) COM TECNOLOGIA MELTBLOWN, MATERIAL ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO E LIVRE DE FIBRA DE VIDRO. POSSUI CLIP NASAL AJUSTÁVEL E TIRAS ELÁSTICAS DE ALTA RESISTÊNCIA POSICIONADAS ATRÁS DA CABEÇA (HEADBAND) PARA GARANTIR VEDAÇÃO ADEQUADA AO ROSTO DO USUÁRIO. EFETIVA COMO BARREIRA CONTRA AEROSSÓIS SÓLIDOS E LÍQUIDOS, NÉVOAS E AGENTES BIOLÓGICOS (CLASSE P2 – AGENTE BIOLÓGICO NÍVEL 2 E 3). DEVE APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO OU REGISTRO REGISTRO NA ANVISA, CONFORME RDC 379/2020.</p>	-	264	Peça
54	<p>MÁSCARA RESPIRATÓRIA SEMIFACIAL SÉRIE 6200 COM DOIS SUPORTE PARA FILTROS COM ELÁSTICOS AJUSTÁVEIS QUE PRENDEM ATRÁS DA CABEÇA E NA NUCA, COM SAÍDA PARA AR EXALADO, EQUIPADA COM FILTRO. O RESPIRADOR MODELO 6200, SEMIFACIAL COM FILTROS DUPLOS, MOLDADO EM ELASTÔMERO SINTÉTICO, UTILIZADOS PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS DO USUÁRIO CONTRA A INALAÇÃO DE PARTÍCULAS SÓLIDAS, QUANDO UTILIZADO COM FILTROS MECÂNICOS OU COMBINADOS, E CONTRA GASES E VAPORES ORGÂNICOS ATÉ 1000 PPM, QUANDO UTILIZADO COM FILTROS QUÍMICOS OU COMBINADOS, PODENDO TER, EM ALGUNS FILTROS PARA PARTÍCULAS, UMA CAMADA DE CARVÃO ATIVADO EM SUA CONSTITUIÇÃO. O RESPIRADOR DEVE ATENDER AOS REQUISITOS TÉCNICOS NORMATIVOS DA ABNT NBR 13694 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.</p>	-	1	Peça
55	<p>ÓCULOS DE PROTEÇÃO DE AMPLA-VISÃO, CONSTITUÍDOS DE ARMAÇÃO CONFECCIONADA EM UMA ÚNICA PEÇA DE NÁILON CINZA RECOBERTA COM BORRACHA EM TPE VERMELHA COM VENTILAÇÃO INDIRETA COMPOSTA POR FENDAS, SENDO UMA FENDA NA PARTE SUPERIOR E TRÊS FENDAS NA PARTE INFERIOR EM CADA LADO DA ARMAÇÃO. O AJUSTE À FACE DO USUÁRIO É FEITO ATRAVÉS DE UM TIRANTE ELÁSTICO OU PRESILHAS DE NÁILON PRESAS POR MEIO DE ENCAIXE NA ARMAÇÃO E VISOR DE POLICARBONATO INCOLOR. OPCIONALMENTE, O MODELO PODE SER UTILIZADO COM UM SUPORTE PLÁSTICO INTERNO (CLIP) QUE SE ENCAIXA NAS BORDAS INTERNAS DO VISOR PARA A COLOCAÇÃO DE LENTES CORRETIVAS. O MODELO COBRE TODA A REGIÃO EM TORNO DOS OLHOS DO USUÁRIO. DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).</p>	-	2	Peça
56	<p>ÓCULOS DE SEGURANÇA TRANSPARENTE PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL MODELO AMPLA VISÃO COM ELÁSTICO. ARMAÇÃO EM PVC TRANSPARENTE, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).</p>	-	2	Peça
57	<p>ÓCULOS DE SEGURANÇA MODELO SOBREPOR TRANSPARENTE, COM LENTES INCOLORES DESENVOLVIDOS PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS VOLANTES DE ORIGEM MECÂNICA, PODENDO SER UTILIZADOS SOBRE ÓCULOS DE CORREÇÃO VISUAL (ÓCULOS DE GRAU). CONFECCIONADOS EM POLICARBONATO DE ALTA RESISTÊNCIA, COMPOSTOS POR VISOR E ARMAÇÃO INTEGRADOS EM PEÇA ÚNICA, COM PROTEÇÃO LATERAL E SUPERIOR, PROPORCIONANDO AMPLA ÁREA DE COBERTURA DA REGIÃO OCULAR. POSSUI HASTES TIPO ESPÁTULA, FABRICADAS NO MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO, COM AJUSTE DE COMPRIMENTO (HASTES REGULÁVEIS) PARA MELHOR ADAPTAÇÃO AO USUÁRIO. DESIGN LEVE, COM BOA ERGONOMIA E CAMPO VISUAL AMPLIADO. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: POLICARBONATO INCOLOR; RESISTÊNCIA: IMPACTO DE PARTÍCULAS VOLANTES; PROTEÇÃO: SUPERIOR E LATERAL; HASTES: TIPO ESPÁTULA REGULÁVEIS COM ENCAIXE POR PINOS PLÁSTICOS; COMPATIBILIDADE: USO SOBRE ÓCULOS DE GRAU; ANTIEMBAÇANTE E</p>	-	2	Peça

	ANTIRRISCO; ATENDE À NORMA ABNT NBR 16064:2012 (ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL); DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .			
58	ÓCULOS DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS CONTRA RADIAÇÃO ULTRA VIOLETA, LENTE LARANJA DE POLICARBONATO E RESISTENTE, FORMATO ANATÔMICO, COM POSSIBILIDADE DE VISUALIZAÇÃO NUM ÂNGULO DE 120 GRAUS, TRATAMENTO ANTI-EMBAÇANTE NOS LADOS INTERNOS E EXTERNOS , LAVÁVEL E PASSÍVEL DE DESINFECÇÃO QUÍMICA, PROTEÇÃO 99 % UVB E 99% UVA, PONTE NASAL EM POLICARBONATO INJETADA NA MESMA PEÇA DA LENTE DE POLICARBONATO, ESCUDO LATERAL TAMBÉM EM POLICARBONATO COM AJUSTE DA HASTE EM 4 POSIÇÕES E CORDÃO DE SEGURANÇA. DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .	-	2	Peça
59	ÓCULOS TRANSPARENTE PARA PROTEÇÃO CONTRA RESPINGOS DE PRODUTOS QUÍMICOS E AGENTES BIOLÓGICOS, PROPORCIONANDO VEDAÇÃO E SEGURANÇA DURANTE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS EM AMBIENTES INDUSTRIAIS, LABORATORIAIS OU HOSPITALARES. CONFECCIONADOS EM POLICARBONATO DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, COM LENTE INCOLOR QUE OFERECE AMPLA VISIBILIDADE E CAMPO DE VISÃO APROXIMADO DE 120°. POSSUI FORMATO ANATÔMICO, PERMITINDO AJUSTE CONFORTÁVEL AO ROSTO DO USUÁRIO, COM PONTE NASAL INTEGRADA À PEÇA E ESCUDOS LATERAIS PARA PROTEÇÃO ADICIONAL. CONTA COM TRATAMENTO ANTIEMBAÇANTE NAS SUPERFÍCIES INTERNA E EXTERNA, REDUZINDO A CONDENSAÇÃO DE VAPOR E GARANTINDO VISIBILIDADE CONTÍNUA DURANTE O USO. LAVÁVEL E RESISTENTE À DESINFECÇÃO QUÍMICA, POSSIBILITA REUTILIZAÇÃO CONFORME PROCEDIMENTOS DE HIGIENIZAÇÃO RECOMENDADOS PELO FABRICANTE. DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .	-	2	Peça
60	PROPÉ DESCARTÁVEL PARA PROTEÇÃO DOS CALÇADOS, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M², ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO, LIVRE DE LÁTEX E FIBRAS SOLTAS, RESISTENTE A RESPINGOS E POEIRA. POSSUI ELÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA EM TODA A ABERTURA, GARANTINDO AJUSTE FIRME SEM COMPRESSÃO EXCESSIVA. MODELO NÃO ESTÉRIL, DE USO ÚNICO (DESCARTÁVEL), DESTINADO AO CONTROLE DE CONTAMINAÇÃO CRUZADA EM AMBIENTES QUE EXIGEM CUIDADOS DE HIGIENE E BIOSSEGURANÇA. DEVENDO ESTAR EM CONFORMIDADE COM A RDC 356/2020 DA ANVISA. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça
61	PROTEÇÃO DOS MEMBROS INFERIORES - JARDINEIRA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADO EM POLICLORETO DE VINILA (PVC), COM RESISTÊNCIA QUÍMICA E BIOLÓGICO, SISTEMA DE ABSORÇÃO DE ENERGIA NO SOLADO, COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO E RESISTÊNCIA AO ÓLEO. A JARDINEIRA EM PVC COM AMBAS AS FACES (TREVIRA), COSTURAS ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA, COM SUSPENSÓRIO DO MESMO MATERIAL DA VESTIMENTA COM MEIA ARGOLA PARA AJUSTES, BOTAS DE CALONGO OU MÉDIO DE PVC FORRADAS ACOPLADAS. USO PROFISSIONAL, JARDINEIRA DE SEGURANÇA ACOPLADO COM BOTA PVC CANO CURTO, IMPERMEÁVEL E INTEIRO POLIMÉRICO. TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça
62	PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA, COM HASTE PLÁSTICA, COM ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 25 DB(A). TAMANHO PP AO GG. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça
63	PROTETOR AUDITIVO TIPO INSERÇÃO, COM HASTE PLÁSTICA, COM ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 18 DB(A). DISPONDO DE C.A.	-	4	Peça
64	PROTETOR FACIAL EM POLICARBONATO DURÁVEL E MOLDADO, INCOLOR, ANTIEMBAÇANTE, VISOR COM APROXIMADAMENTE 250 MM DE LARGURA E 185 MM DE ALTURA. COM SUSPENSÃO E CATRACA, COM REGULAGEM PARA AJUSTE NA CABEÇA. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	2	Peça
65	RETENTOR 501 5N11 PARA FILTRO COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M SÉRIE 6200.	-	4	Peça

66	TIRANTE DE MÁSCARA SEMI FACIAL, TAMANHO P AO GG. <i>OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M SÉRIE 6200.</i>	-	4	Peça
67	TOUCA DESCARTÁVEL TIPO SANFONADA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M², ATÓXICA, HIPOALERGÊNICA, RESISTENTE, INDICADA PARA AMBIENTES CONTROLADOS, HOSPITALARES E LABORATORIAIS. POSSUI ACABAMENTO EM ELÁSTICO REFORÇADO AO REDOR DE TODA A CIRCUNFERÊNCIA, GARANTINDO AJUSTE CONFORTÁVEL E SEGURO. FABRICADA POR SOLDAGEM/COSTURA ULTRASSÔNICA, LIVRE DE FIBRAS SOLTAS, NÃO INFLAMÁVEL, NÃO ESTÉRIL, DE USO ÚNICO (DESCARTÁVEL), MODELO UNISSEX, TAMANHO ÚNICO COM AJUSTE UNIVERSAL. <i>DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.</i>	-	264	Peça

	<div>Descrição dos EPI para os cargos:</div> <table><tr><td>TÉCNICO DE ENFERMAGEM 1</td></tr><tr><td>TÉCNICO DE ENFERMAGEM 3</td></tr><tr><td>TÉCNICO EM RADIOLOGIA 2</td></tr><tr><td>TÉCNICO EM FARMÁCIA 3</td></tr><tr><td>BIOMEDICO 2</td></tr><tr><td>FISIOTERAPEUTA GERAL 3 (29)</td></tr><tr><td>NUTRICIONISTA 3</td></tr><tr><td>FARMACÊUTICO 3</td></tr><tr><td>FARMACÊUTICO 4</td></tr><tr><td>FONOAUDIÓLOGO 4 (30)</td></tr><tr><td>ENFERMEIRO 2</td></tr><tr><td>ENFERMEIRO 4</td></tr><tr><td>MÉDICO 4</td></tr></table>	TÉCNICO DE ENFERMAGEM 1	TÉCNICO DE ENFERMAGEM 3	TÉCNICO EM RADIOLOGIA 2	TÉCNICO EM FARMÁCIA 3	BIOMEDICO 2	FISIOTERAPEUTA GERAL 3 (29)	NUTRICIONISTA 3	FARMACÊUTICO 3	FARMACÊUTICO 4	FONOAUDIÓLOGO 4 (30)	ENFERMEIRO 2	ENFERMEIRO 4	MÉDICO 4	Cor	Quant Anual Unitário	Unidade
TÉCNICO DE ENFERMAGEM 1																	
TÉCNICO DE ENFERMAGEM 3																	
TÉCNICO EM RADIOLOGIA 2																	
TÉCNICO EM FARMÁCIA 3																	
BIOMEDICO 2																	
FISIOTERAPEUTA GERAL 3 (29)																	
NUTRICIONISTA 3																	
FARMACÊUTICO 3																	
FARMACÊUTICO 4																	
FONOAUDIÓLOGO 4 (30)																	
ENFERMEIRO 2																	
ENFERMEIRO 4																	
MÉDICO 4																	
68	AVENTAL DE PVC BRANCO IMPERMEÁVEL PARA GARANTIR A SEGURANÇA E HIGIENE DURANTE ATIVIDADES EM AMBIENTES LABORATORIAL, AMBULATORIAL E HOSPITALAR. PROTEÇÃO CONTRA RESPINGOS DE LÍQUIDOS E RESÍDUOS, GARANTINDO UMA BARREIRA EFICAZ ENTRE O UNIFORME/JALECO PARA SEGURANÇA E CONFORTO MESMO NAS CONDIÇÕES MAIS ÚMIDAS NO AMBIENTE DE TRABALHO. TAMANHO PP ao XGG DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).	-	2	Peça													
69	AVENTAL DESCARTÁVEL IMPERMEÁVEL COM MANGAS LONGAS, DESENVOLVIDO PARA OFERECER PROTEÇÃO QUÍMICA DE ALTO DESEMPENHO. CONFECCIONADO COM BASE EM TYVEK, MATERIAL LEVE E RESISTENTE, E REVESTIDO COM POLIETILENO, PROPORCIONA PROTEÇÃO COMPROVADA POR ATÉ 30 MINUTOS CONTRA MAIS DE 40 AGENTES QUÍMICOS. TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .	-	122	Peça													
70	AVENTAL DESCARTÁVEL PARA PROCEDIMENTOS - USO HOSPITALAR E LABORATORIAL, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT) LAMINADO SMS – GRAU MÉDICO, COMPOSTO POR 3 CAMADAS (SPUNBOND + MELTBLOWN + SPUNBOND), COM GRAMATURA MÍNIMA DE 40 G/M² , OFERECENDO BARREIRA CONTRA PARTÍCULAS SÓLIDAS E GOTÍCULAS, ADEQUADO PARA PROCEDIMENTOS COM RISCO BIOLÓGICO MODERADO . MODELO MANGA LONGA, COM PUNHO EM ELÁSTICO TRANÇADO OU MALHA RIBANA, CONFECCIONADO POR SOLDAGEM ULTRASSÔNICA (SEM COSTURA COM LINHA, GARANTINDO MAIOR SEGURANÇA MICROBIOLÓGICA). POSSUI SISTEMA DE FECHAMENTO E AJUSTE COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO NO PESCOÇO E NA CINTURA, PROPORCIONANDO ADAPTAÇÃO ANATÔMICA AO CORPO DO USUÁRIO. USO ÚNICO (DESCARTÁVEL), HIPOALERGÊNICO, ATÓXICO, LIVRE DE LÁTEX, COR OPCIONAL AZUL/BRANCO OU CONFORME NECESSIDADE DO ÓRGÃO REQUISITANTE. EM CONFORMIDADE COM: RDC 356/2020 – ANVISA. TAMANHOS PP AO XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	364	Peça													
71	AVENTAL DESCARTÁVEL ESTÉRIL – USO HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT), COMPOSTO POR TRÊS CAMADAS (SPUNBOND + MELTBLOWN + SPUNBOND), COM GRAMATURA MÍNIMA DE 50 G/M² OU SUPERIOR , OFERECENDO ALTA BARREIRA CONTRA FLUIDOS E MICRORGANISMOS. MODELO MANGA LONGA COM PUNHO DE MALHA OU ELÁSTICO, PERMITINDO AJUSTE ANATÔMICO AOS PUNHOS. POSSUI SISTEMA DE FECHAMENTO COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO NO PESCOÇO E NA CINTURA, GARANTINDO SEGURANÇA E ERGONOMIA NO AJUSTE. PRODUTO ESTÉRIL POR ÓXIDO DE ETILENO (ETO) OU RAIOS GAMA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE COM ABERTURA ASSÉPTICA, DE USO ÚNICO (DESCARTÁVEL), ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO E ISENTO DE LÁTEX (LATEX FREE). O PRODUTO DEVE ATENDER INTEGRALMENTE À RESOLUÇÃO RDC Nº 356/2020 DA ANVISA E ABNT NBR 16064:2012. TAMANHOS PP AO XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	164	Peça													

72	AVENTAL TÉRMICO IMPERMEÁVEL PARA ALTA TEMPERATURA , RESISTENTE À TEMPERATURA DE ATÉ 300°C , AJUSTÁVEL ATRAVÉS DE TIRAS DO MESMO MATERIAL NAS COSTAS COM PLUGUE DE ENGATE RÁPIDO, COSTURADO COM LINHA DE ARAMIDA, SEM FORRO. AVENTAL DE PROTEÇÃO, ESPECÍFICO PARA TRABALHO EM ALTA TEMPERATURA, CONFECCIONADO EM TECIDO ESPECIAL RETARDANTE A CHAMAS, COM COSTURA DUPLA E LINHA DE META ARAMIDA, ACABAMENTO ESPECIAL, TRATAMENTO IMPERMEABILIZANTE, PRÓPRIO PARA AMBIENTE QUE EXIGE PROTEÇÃO TÉRMICA COM EXPOSIÇÃO A CALOR, VAPOR E RESPINGOS QUENTES. TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Par
73	CALÇADO OCUPACIONAL MODELO SAPATO FECHADO , CONFECCIONADO EM MATERIAL POLIMÉRICO (EVA) IMPERMEÁVEL, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, FECHADO NA REGIÃO DO CALCANHAR E NA PARTE SUPERIOR, PROPORCIONANDO PROTEÇÃO DO PÉ CONTRA AGENTES QUÍMICOS, FÍSICOS E UMIDADE . POSSUI PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL PARA CONFORTO E HIGIENIZAÇÃO E SOLADO EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO: ATENDE AOS REQUISITOS DE ABSORÇÃO DE ENERGIA NA REGIÃO DO SALTO (E) E É RESISTENTE A ÓLEO COMBUSTÍVEL (FO). DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. DISPONDO DE C.A.	Branco	1	Peça
74	JALECO PROFISSIONAL , CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO , MANGA LONGA, MODELAGEM UNISSEX COM ACOMPANHAMENTO DE COSTURA REFORÇADA. POSSUI TRÊS BOLSOS EMBUTIDOS, SENDO UM BOLSO SUPERIOR NO LADO ESQUERDO DO PEITO E DOIS BOLSOS INFERIORES FRONTAIS. ABERTURA FRONTAL COM FECHAMENTO POR BOTÕES (OU PRESSÃO), GOLA ESPORTE OU PADRE E ACABAMENTO COM BAINHA DE SEGURANÇA. COMPRIMENTO ATÉ A ALTURA DOS JOELHOS, RESISTENTE A LAVAGENS, TECIDO CONFORTÁVEL, RESPIRÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS DO PP AO XGG.	Branco	3	Peça
75	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL - LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL EM LÁTEX NATURAL, FORMATO ANATÔMICO (MÃO DIREITA/ESQUERDA), COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28 CM, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁTIL, PUNHO ALONGADO COM BORDA REFORÇADA, ATÓXICA E HIPOALERGÊNICA. ESTERILIZADA POR ÓXIDO DE ETILENO (ETO) OU RAIOS GAMA, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE COM SISTEMA DE ABERTURA ASSÉPTICA . DISPONÍVEL COM PÓ BIOABSORVÍVEL OU SEM PÓ (POWDER FREE), DE ACORDO COM A NECESSIDADE CLÍNICA. DEVE ATENDER ÀS NORMAS ABNT NBR ISO 10282 . DISPONÍVEL NOS TAMANHOS: PP, P, M, G, GG e XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	132	Par
76	LUVA PARA PROCEDIMENTO (NÃO ESTÉRIL) - LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS EM LÁTEX NATURAL, DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, SEM PÓ (OU COM PÓ BIOABSORVÍVEL – OPCIONAL), HIPOALERGÊNICA, SUPERFÍCIE LISA OU MICROTEXTURIZADA, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO ≥ 18 MPA, FORMATO AMBIDESTRO, USO ÚNICO. DEVE CUMPRIR A NORMA ABNT NBR ISO 11193-1 E RDC 356/2020. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS: PP, P, M, G, GG E XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	528	Par
77	LUVA DE LÁTEX NATURAL SEM PÓ – LUVAS DESCARTÁVEIS EM LÁTEX NATURAL, HIPOALERGÊNICAS, ATÓXICAS, LIVRES DE PÓ, SEM TALCO, REDUZIDO TEOR DE PROTEÍNAS, USO ÚNICO, NÃO ESTÉREIS, ALTA ELASTICIDADE, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO MÍNIMA DE 18 MPA, TEXTURA LISA OU MICROTEXTURIZADA, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, AMBIDESTRAS, TAMANHOS VARIADOS (PP A XGG), CONFORMES ÀS NORMAS ABNT NBR ISO 11193-1 . DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Par
78	LUVA DE LÁTEX NATURAL COM PÓ BIOABSORVÍVEL – LUVAS DESCARTÁVEIS EM LÁTEX NATURAL, ATÓXICAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL, USO ÚNICO, NÃO ESTÉREIS, FORMATO AMBIDESTRO, ALTA ELASTICIDADE, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, TEXTURA LISA, INDICADAS PARA PROCEDIMENTOS GERAIS E LABORATORIAIS, TAMANHOS VARIADOS (PP A XGG), CONFORMES ÀS NORMAS ABNT NBR ISO 11193-1 . DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Par
79	LUVA NITRÍLICA COM PÓ – LUVAS DESCARTÁVEIS EM NITRILA (BORRACHA SINTÉTICA), LIVRES DE LÁTEX, HIPOALERGÊNICAS, COM PÓ, RESISTENTES À PERFURAÇÃO E AGENTES QUÍMICOS, EXCELENTE BARREIRA BIOLÓGICA, INDICAÇÃO PARA MANIPULAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS LEVES E BIOLÓGICAS, TEXTURA MICROTEXTURIZADA NAS PONTAS DOS DEDOS, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, USO ÚNICO, TAMANHOS PP A XGG, CONFORMES ABNT NBR ISO 11193-1 . DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Par

80	<p>LUVA NITRÍLICA PARA RISCOS MECÂNICOS (ALTA RESISTÊNCIA / ANTIPERFURCORTANTE) - LUVAS EM NITRILA DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, MODELO INDUSTRIAL/PROFISSIONAL, ANTIDERRAPANTE, RESISTÊNCIA À ABRASÃO, À PERFURAÇÃO E A PRODUTOS QUÍMICOS AGRESSIVOS, NÃO ESTÉREIS, REUTILIZÁVEIS, INTERIOR FLOCADO, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 30 CM, ESPESSURA MÍNIMA 0,38 MM, CONFORMES À NORMA EN 388 (PROTEÇÃO MECÂNICA), EN 374 (PROTEÇÃO QUÍMICA E BIOLÓGICA) E CERTIFICAÇÃO CA – MINISTÉRIO DO TRABALHO.</p>	-	264	Par
81	<p>LUVA NITRÍLICA SEM PÓ – LUVAS <u>DESCARTÁVEIS</u> EM NITRILA (BORRACHA SINTÉTICA), LIVRES DE LÁTEX, HIPOALERGÊNICAS, SEM PÓ, RESISTENTES À PERFURAÇÃO E AGENTES QUÍMICOS, EXCELENTE BARREIRA BIOLÓGICA, INDICAÇÃO PARA MANIPULAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS LEVES E BIOLÓGICAS, TEXTURA MICROTTEXTURIZADA NAS PONTAS DOS DEDOS, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, USO ÚNICO, TAMANHOS PP A GG, CONFORMES ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.</p>	-	264	Par
82	<p>LUVA DE POLIETILENO (LONGA – PROTEÇÃO QUÍMICA SIMPLES) -LUVAS DESCARTÁVEIS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), NÃO ESTÉREIS, TRANSPARENTES, USO ÚNICO, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 40 CM, RESISTENTES A RESPIGOS E CONTATO SIMPLES COM SOLUÇÕES AQUOSAS, INDICADAS PARA ÁREA DE ASSEPSIA, LIMPEZA E MANIPULAÇÃO LEVE.TAMANHOS PP A XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.</p>	-	12	Par
83	<p>MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA DESCARTÁVEL - MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA (3 CAMADAS), CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, SENDO: I. CAMADA EXTERNA: BARREIRA MICROBACTERIANA. II. CAMADA INTERMEDIÁRIA: FILTRO BACTERIOLÓGICO E PARTICULADO ≥ 98% (BFE/PFE). III. CAMADA INTERNA: MACIA E NÃO IRRITANTE. POSSUI CLIPE NASAL AJUSTÁVEL, ALÇAS ELÁSTICAS DE FIXAÇÃO AURICULAR (EARLOOP), MODELO PLISSADO/TRIPLA DOBRA, PERMITINDO VEDAÇÃO CONFORTÁVEL. DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO, HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA E LIVRE DE LÁTEX. DEVE ATENDER À RESOLUÇÃO RDC Nº 356/2020 DA ANVISA E À ABNT NBR 15052:2022 – MÁSCARAS CIRÚRGICAS. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.</p>	-	264	Peça
84	<p>MÁSCARA PFF2 / N95 (PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE) - MÁSCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA, TIPO PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE – PFF2 (EQUIVALENTE À N95), DE USO PROFISSIONAL, MODELO DESCARTÁVEL, CLASSE PFF2 (S), COM EFICIÊNCIA MÍNIMA DE FILTRAÇÃO ≥ 95% PARA PARTÍCULAS DE 0,3 MM (N95 – NIOSH 42 CFR 84). CONSTRUÇÃO EM MÚLTIPLAS CAMADAS FILTRANTE DE NÃO-TECIDO (TNT) COM TECNOLOGIA MELTBLOWN, MATERIAL ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO E LIVRE DE FIBRA DE VIDRO. POSSUI CLIP NASAL AJUSTÁVEL E TIRAS ELÁSTICAS DE ALTA RESISTÊNCIA POSICIONADAS ATRÁS DA CABEÇA (HEADBAND) PARA GARANTIR VEDAÇÃO ADEQUADA AO ROSTO DO USUÁRIO. EFETIVA COMO BARREIRA CONTRA AEROSSÓIS SÓLIDOS E LÍQUIDOS, NÉVOAS E AGENTES BIOLÓGICOS (CLASSE P2 – AGENTE BIOLÓGICO NÍVEL 2 E 3). DEVE APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO OU REGISTRO REGISTRO NA ANVISA, CONFORME RDC 379/2020.</p>	-	264	Peça
85	<p>ÓCULOS DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL MODELO AMPLA VISÃO. ARMAÇÃO EM PVC TRANSPARENTE, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).</p>	-	2	Peça
86	<p>ÓCULOS DE SEGURANÇA MODELO SOBREPOR, COM LENTES INCOLORES DESENVOLVIDOS PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS VOLANTES DE ORIGEM MECÂNICA, PODENDO SER UTILIZADOS SOBRE ÓCULOS DE CORREÇÃO VISUAL (ÓCULOS DE GRAU). CONFECCIONADOS EM POLICARBONATO DE ALTA RESISTÊNCIA, COMPOSTOS POR VISOR E ARMAÇÃO INTEGRADOS EM PEÇA ÚNICA, COM PROTEÇÃO LATERAL E SUPERIOR, PROPORCIONANDO AMPLA ÁREA DE COBERTURA DA REGIÃO OCULAR. POSSUI HASTES TIPO ESPÁTULA, FABRICADAS NO MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO, COM AJUSTE DE COMPRIMENTO (HASTES REGULÁVEIS) PARA MELHOR ADAPTAÇÃO AO USUÁRIO. DESIGN LEVE, COM BOA ERGONOMIA E CAMPO VISUAL AMPLIADO. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: POLICARBONATO INCOLOR; RESISTÊNCIA: IMPACTO DE PARTÍCULAS VOLANTES; PROTEÇÃO: SUPERIOR E LATERAL; HASTES: TIPO ESPÁTULA REGULÁVEIS COM ENCAIXE POR PINOS PLÁSTICOS; COMPATIBILIDADE: USO SOBRE ÓCULOS DE GRAU; ANTIEMBAÇANTE E ANTIRRISCO; ATENDE À NORMA ABNT NBR 16064:2012 (ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL); DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).</p>	-	1	Peça

87	PROTETOR FACIAL EM POLICARBONATO DURÁVEL E MOLDADO , INCOLOR, ANTIEMBAÇANTE, VISOR COM APROXIMADAMENTE 250 MM DE LARGURA E 185 MM DE ALTURA. COM SUSPENSÃO E CATRACA, COM REGULAGEM PARA AJUSTE NA CABEÇA. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Peça
88	PROTETOR AUDITIVO TIPO INSERÇÃO , COM HASTE PLÁSTICA, COM ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 18 DB(A) OU SUPERIOR. DISPONDO DE C.A.	-	4	Peça
89	PROPÊ DESCARTÁVEL PARA PROTEÇÃO DOS CALÇADOS, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M², ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO, LIVRE DE LÁTEX E FIBRAS SOLTAS, RESISTENTE A RESPINGOS E POEIRA. POSSUI ELÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA EM TODA A ABERTURA, GARANTINDO AJUSTE FIRME SEM COMPRESSÃO EXCESSIVA. MODELO NÃO ESTÉRIL, DE USO ÚNICO (DESCARTÁVEL), DESTINADO AO CONTROLE DE CONTAMINAÇÃO CRUZADA EM AMBIENTES QUE EXIGEM CUIDADOS DE HIGIENE E BIOSSEGURANÇA. DEVENDO ESTAR EM CONFORMIDADE COM A RDC 356/2020 DA ANVISA. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça
90	TOUCA DESCARTÁVEL TIPO SANFONADA , CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M², ATÓXICA, HIPOALERGÊNICA, RESISTENTE, INDICADA PARA AMBIENTES CONTROLADOS, HOSPITALARES E LABORATORIAIS. POSSUI ACABAMENTO EM ELÁSTICO REFORÇADO AO REDOR DE TODA A CIRCUNFERÊNCIA, GARANTINDO AJUSTE CONFORTÁVEL E SEGURO. FABRICADA POR SOLDAGEM/COSTURA ULTRASSÔNICA, LIVRE DE FIBRAS SOLTAS, NÃO INFLAMÁVEL, NÃO ESTÉRIL, DE USO ÚNICO (DESCARTÁVEL), MODELO UNISSEX, TAMANHO ÚNICO COM AJUSTE UNIVERSAL. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça
91	AVENTAL PLUMBÍFERO : PROTEGE O TRONCO E O ABDÔMEN CONTRA A RADIAÇÃO. CONFECCIONADO EM MATERIAL FLEXÍVEL DE ALTA DENSIDADE COM EQUIVALÊNCIA DE CHUMBO MÍNIMA ENTRE 0,25 MMPB E 0,50 MMPB, CONFORME INDICAÇÃO DO SERVIÇO E REQUISITOS DE RADIOPROTEÇÃO. ESTRUTURA EM MULTICAMADAS COM BARREIRA RADIOLÓGICA CONTÍNUA, GARANTINDO ATENUAÇÃO ADEQUADA CONFORME CNEN NN 3.01 E CNEN NN 3.02 . REVESTIMENTO EXTERNO EM PVC VINÍLICO, NYLON EMBORRACHADO OU MATERIAL POLÍMERO RESISTENTE, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE À ABRASÃO, SEM POROSIDADE E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. POSSUI FECHAMENTO ANATÔMICO EM VELCRO OU FIVELAS DE ALTA RESISTÊNCIA, COSTURAS REFORÇADAS, DISTRIBUIÇÃO UNIFORME DO PESO E ERGONOMIA ADEQUADA PARA MINIMIZAR FADIGA LOMBAR. MODELO FRONTAL, FRONTAL DUPLO OU ENVOLVENTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SETOR. PRODUTO DE USO NÃO ESTÉRIL, REUTILIZÁVEL, DEVENDO ATENDER AOS REQUISITOS DE CONTROLE RADIOLÓGICO E INTEGRIDADE PERIÓDICA PREVISTOS NA IN ANVISA Nº 94/2021 (TESTES ANUAIS) . DEVE DISPOR DE REGISTRO C.A OU CADASTRO VÁLIDO NA ANVISA.		1	Peça
92	PROTETOR DE TIREOIDE : FICA NO PESCOÇO PARA PROTEGER A GLÂNDULA TIREOIDE, QUE É SENSÍVEL À RADIAÇÃO. PRODUZIDO EM MATERIAL COM EQUIVALÊNCIA MÍNIMA DE 0,50 MMPB, ADEQUADO PARA PROTEÇÃO DA GLÂNDULA TIREOIDE CONTRA RADIAÇÃO IONIZANTE. CONFECCIONADO EM ESTRUTURA MULTICAMADAS COM BARREIRA DE CHUMBO OU COMPOSTO EQUIVALENTE (LEAD-FREE OPCIONAL), GARANTINDO EFICIÊNCIA DE ATENUAÇÃO CONFORME CNEN NN 3.01 (PROTEÇÃO RADIOLÓGICA). APRESENTA REVESTIMENTO EXTERNO IMPERMEÁVEL E RESISTENTE À ABRASÃO, COM ACABAMENTO INTERNO CONFORTÁVEL, HIPOALERGÊNICO E AJUSTÁVEL AO PESCOÇO POR MEIO DE VELCRO DE ALTA ADERÊNCIA. DEVE PERMITIR AJUSTE ANATÔMICO COMPLETO, COBRINDO A REGIÃO DA TIREOIDE SEM DEIXAR ÁREAS DESCOBERTAS. PRODUTO NÃO ESTÉRIL, REUTILIZÁVEL, DE USO EXCLUSIVO COMO BARREIRA RADIOLÓGICA. ATENDE AOS REQUISITOS DE INTEGRIDADE E TESTES PERIÓDICOS PREVISTOS NA RDC 330/2019 E NA IN 94/2021 , INCLUINDO INSPEÇÃO ANUAL DE FISSURAS E TRINCAS. DEVE DISPOR DE REGISTRO C.A OU CADASTRO VÁLIDO NA ANVISA.		1	Peça
93	ÓCULOS PLUMBÍFEROS : PROTEGEM OS OLHOS, QUE SÃO ÓRGÃOS MUITO SENSÍVEIS À RADIAÇÃO. FABRICADOS COM LENTES DE VIDRO DE ALTA DENSIDADE COM EQUIVALÊNCIA MÍNIMA DE 0,75 MMPB, OFERECENDO PROTEÇÃO OCULAR ADEQUADA CONTRA RADIAÇÃO ESPALHADA. LENTES COM DESIGN ÓPTICO DE ALTA NITIDEZ, TRATAMENTO ANTIRREFLEXO E LATERAIS DE PROTEÇÃO PLUMBÍFERA PARA MINIMIZAR EXPOSIÇÃO LATERAL, CONFORME DIRETRIZES DA CNEN E RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS DE RADIOPROTEÇÃO (ICRP). ARMAÇÃO EM POLICARBONATO, AÇO OU POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA, LEVE, ERGONÔMICO E COM AJUSTES NAS HASTES PARA	-	1	Peça

	ADAPTAÇÃO AO USUÁRIO. PRODUTO NÃO ESTÉRIL, REUTILIZÁVEL, COM SUPERFÍCIES RESISTENTES À LIMPEZA E DESINFECÇÃO HOSPITALAR. DEVE DISPOR DE REGISTRO C.A OU CADASTRO VÁLIDO NA ANVISA.			
95	PROTETORES DE GÔNADAS: PROTEGEM OS ÓRGÃOS REPRODUTORES CONTRA OS EFEITOS DA RADIAÇÃO, COMO A INFERTILIDADE. CONFECCIONADOS EM MATERIAL FLEXÍVEL COM EQUIVALÊNCIA MÍNIMA ENTRE 0,25 E 0,50 MMPB, DE ACORDO COM A REGIÃO ANATÔMICA E APLICAÇÃO, DESTINADOS À PROTEÇÃO DOS ÓRGÃOS REPRODUTORES CONTRA RADIAÇÃO IONIZANTE, CONFORME RECOMENDAÇÕES DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA DA CNEN E DA ICRP PARA TECIDOS DE ALTA RADIOSSENSIBILIDADE. MODELO ANATÔMICO AJUSTÁVEL, PODENDO SER TIPO ESCUDO INFANTIL, PROTÓTIPO MASCULINO (FAIXA OU CONCHA DE PROTEÇÃO) OU PROTÓTIPO FEMININO (ESCUDO PÉLVICO), FABRICADO EM CAMADAS DE MATERIAL RADIOPROTETOR COM ALTA CAPACIDADE DE ATENUAÇÃO. REVESTIMENTO EXTERNO EM MATERIAL RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. PRODUTO REUTILIZÁVEL, NÃO ESTÉRIL, COM OBRIGATORIEDADE DE INSPEÇÃO PERIÓDICA DE INTEGRIDADE CONFORME IN ANVISA 94/2021 . DEVE DISPOR DE REGISTRO C.A OU CADASTRO VÁLIDO NA ANVISA.	-	1	Peça

Descrição dos EPI para os cargos:		Cor	Quant Anual Unitário	Unidade
QUIMICO 1				
QUIMICO 2				
QUÍMICO 3				
QUIMICO 4				
BIÓLOGO1				
BIÓLOGO 4				
96	AVENTAL DESCARTÁVEL - USO LABORATORIAL, DESCARTÁVEL PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS E BIOLÓGICOS, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESSO SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 50 G/M2 OU ACIMA, MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS NO PESCOÇO E NA CINTURA, TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.	-	132	Peça
97	AVENTAL DESCARTÁVEL IMPERMEÁVEL COM MANGAS LONGAS, DESENVOLVIDO PARA OFERECER PROTEÇÃO QUÍMICA DE ALTO DESEMPENHO. CONFECCIONADO COM BASE EM TYVEK, MATERIAL LEVE E RESISTENTE, E REVESTIDO COM POLIETILENO, PROPORCIONA PROTEÇÃO COMPROVADA POR ATÉ 30 MINUTOS CONTRA MAIS DE 40 AGENTES QUÍMICOS. TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .	-	122	Peça
98	AVENTAL DE PVC BRANCO IMPERMEÁVEL PARA GARANTIR A SEGURANÇA E HIGIENE DURANTE ATIVIDADES EM AMBIENTES LABORATORIAL, AMBULATORIAL E HOSPITALAR. PROTEÇÃO CONTRA RESPINGOS DE LÍQUIDOS E RESÍDUOS, GARANTINDO UMA BARREIRA EFICAZ ENTRE O UNIFORME/JALECO PARA SEGURANÇA E CONFORTO MESMO NAS CONDIÇÕES MAIS ÚMIDAS NO AMBIENTE DE TRABALHO. TAMANHO PP ao XGG DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).	-	2	Peça
99	AVENTAL DE PROCEDIMENTOS – USO HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESSO SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 40 G/M², MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS NO PESCOÇO E NA CINTURA, TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça
100	AVENTAL DE PROCEDIMENTOS – USO HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESSO SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 50 G/M² OU SUPERIOR, MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS NO PESCOÇO E NA CINTURA, TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça
101	AVENTAL TÉRMICO IMPERMEÁVEL PARA ALTA TEMPERATURA, RESISTENTE À TEMPERATURA DE ATÉ 300°C, AJUSTÁVEL ATRAVÉS DE TIRAS DO MESMO MATERIAL NAS COSTAS COM PLUGUE DE ENGATE RÁPIDO, COSTURADO COM LINHA DE ARAMIDA, SEM FORRO. AVENTAL DE PROTEÇÃO, ESPECÍFICO PARA TRABALHO EM ALTA TEMPERATURA, CONFECCIONADO EM TECIDO ESPECIAL RETARDANTE A CHAMAS, COM COSTURA DUPLA E LINHA DE META ARAMIDA, ACABAMENTO ESPECIAL, TRATAMENTO IMPERMEABILIZANTE, PRÓPRIO PARA AMBIENTE QUE EXIGE PROTEÇÃO TÉRMICA COM EXPOSIÇÃO A CALOR, VAPOR E RESPINGOS QUENTES. TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Par
102	BOTA DE SEGURANÇA, TIPO CALÇADO OCUPACIONAL, MODELO CANO CURTO, CONFECCIONADA EM PVC INJETADO DE ALTA RESISTÊNCIA, BIDENSIDADE, IMPERMEÁVEL, COM SOLADO ANTIDERRAPANTE COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO, RESISTENTE A AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS, COM PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM PRODUTOS QUÍMICOS E FLUIDOS, PALMILHA INTERNA CONFORTÁVEL, OPCIONAL COM BIQUEIRA DE SEGURANÇA EM PVC OU COMPOSITE (OPCIONAL CONFORME RISCO), INDICADA PARA USO EM ÁREAS HOSPITALARES, LABORATÓRIOS, INDÚSTRIAS QUÍMICAS, BIOTÉRIOS, SANEAMENTO E LIMPEZA TÉCNICA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO. EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	-	2	Peça

103	BOTA DE SEGURANÇA , TIPO CALÇADO OCUPACIONAL, MODELO CANO LONGO , CONFECCIONADA EM PVC INJETADO DE ALTA RESISTÊNCIA, BIDENSIDADE, IMPERMEÁVEL, COM SOLADO ANTIDERRAPANTE COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO, RESISTENTE A AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS , COM PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM PRODUTOS QUÍMICOS E FLUIDOS, PALMILHA INTERNA CONFORTÁVEL, OPCIONAL COM BIQUEIRA DE SEGURANÇA EM PVC OU COMPOSITE (OPCIONAL CONFORME RISCO), INDICADA PARA USO EM ÁREAS HOSPITALARES, LABORATÓRIOS, INDÚSTRIAS QUÍMICAS, BIOTÉRIOS, SANEAMENTO E LIMPEZA TÉCNICA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO , EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	-	1	Peça
104	CARTUCHO SÉRIE 6001 PARA VAPORES ORGÂNICOS. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	20	Par
105	CARTUCHO SÉRIE 6006 PARA MULTIGASES. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	20	Par
106	CALÇADO OCUPACIONAL MODELO SAPATO FECHADO , CONFECCIONADO EM MATERIAL POLIMÉRICO (EVA) IMPERMEÁVEL, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, FECHADO NA REGIÃO DO CALCANHAR E NA PARTE SUPERIOR, PROPORCIONANDO PROTEÇÃO DO PÉ CONTRA AGENTES QUÍMICOS, FÍSICOS E UMIDADE . POSSUI PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL PARA CONFORTO E HIGIENIZAÇÃO E SOLADO EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO: ATENDE AOS REQUISITOS DE ABSORÇÃO DE ENERGIA NA REGIÃO DO SALTO (E) E É RESISTENTE A ÓLEO COMBUSTÍVEL (FO). DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça
107	CALÇADO DE SEGURANÇA - PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO COM CONFORTO CONTRA IMPACTOS DE QUEDAS DE OBJETOS, PERFURO CORTANTE SOBRE OS ARTELHOS E CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE E PERFURANTES, CONTRA AGENTES TÉRMICOS (FRIO), CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA E CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS E PRODUTOS DE ORIGEM CORROSSIVA . DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça
108	CAPA DE CHUVA LAMINADA CRISTAL COM CAPUZ - CAPA DE CHUVA COM CAPUZ, CONFECCIONADA EM TECIDO DE PVC CRISTAL. POSSUI MANGAS COMPRIDAS COM COBERTURA TOTAL ATÉ OS PUNHOS, ABERTURA FRONTAL E FECHAMENTO COM BOTÕES DE PRESSÃO. COSTURAS SELADAS ELETRONICAMENTE. COR: CRISTAL (SEMI TRANSPARENTE). COMPOSIÇÃO: TECIDO LAMINADO DE PVC CRISTAL DE 0,20MM DE ESPESURA. INDICAÇÃO DE USO: PROTEÇÃO DO CRÂNIO, PESCOÇO, TRONCO E MEMBROS SUPERIORES CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE CHUVA E OPERAÇÕES COM ÁGUA, PERMITINDO A VISIBILIDADE DO VESTUÁRIO SUBJACENTE. ADEQUADA PARA AMBIENTES QUE EXIGEM HIGIENE VISUAL, COMO LABORATÓRIOS E AMBULATÓRIOS. TAMANHOS: PP, M G, GG E XGG. DISPONDO DE C.A.	-	2	Peça
109	CONJUNTO TÉRMICO IMPERMEÁVEL CONFECCIONADO EM POLIAMIDA COM RESINA DE ATÉ 150 GR/M². PROTEGE O USUÁRIO EM AMBIENTES REFRIGERADOS, SENDO COMPOSTO POR JAPONA, CALÇA, LUYA, MEIÃO E BOTA TÉRMICA. SENDO PROTEÇÃO COMPLETA PARA DIVERSOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM AMBIENTES COM BAIXA TEMPERATURA. KIT COMPLETO PARA ATIVIDADES EM AMBIENTES COM BAIXA TEMPERATURA: I. CAPUZ TÉRMICO PARA CÂMARA FRIA E BAIXA TEMPERATURA. II. JAPONA TÉRMICA IMPERMEÁVEL PARA CÂMARA FRIA E BAIXA TEMPERATURA. III. CALÇA DE NYLON TÉRMICA IMPERMEÁVEL PARA CÂMARA FRIA E BAIXA TEMPERATURA. IV. LUYA TÉRMICA EM NYLON PARA CÂMARA FRIA E BAIXA TEMPERATURA. V. MEIÃO DE SEGURANÇA PARA CÂMARA FRIA. TAMANHO PP AO XGG VI. BOTA TÉRMICA BOTINHA PARA AMBIENTES DE BAIXA TEMPERATURA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. . TODOS OS ITENS NECESSITAM DISPOR DE C.A. VÁLIDO	-	2	Peça
110	FILTRO PARA PARTICULADOS 5N11 PARA PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA CONTRA POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS. OS FILTROS QUE SÃO UTILIZADOS COM O RESPIRADOR SÃO: I. FILTROS QUÍMICOS CLASSE 1: 6001; 6002; 6003; 6004; 6005; 6006; 6007. II. FILTROS PARA PARTÍCULAS: 2071; 2078; 5N11; 2091; 2096; 2097; 5935BR; 7093. III. FILTROS COMBINADOS (QUÍMICO CLASSE 1 E PARA PARTÍCULAS CLASSE P2): 2076HF. IV. FILTROS COMBINADOS (QUÍMICO CLASSE 1 E PARA PARTÍCULAS CLASSE P3): 60926; 7093C. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	32	Peça

111	JALECO DE ALGODÃO 100% , COM MANGA COMPRIDA COM BAINHA, ALTURA ATÉ O JOELHO COM 03 BOLSOS, SENDO: 1 SUPERIOR LADO ESQUERDO E DOIS NA PARTE DE BAIXO TAMANHO PP AO XGG .	-	3	Peça
112	MÁSCARA RESPIRATÓRIA SEMIFACIAL SÉRIE 6200 COM DOIS SUPORTES PARA FILTROS COM ELÁSTICOS AJUSTÁVEIS QUE PRENDEM ATRÁS DA CABEÇA E NA NUCA, COM SAÍDA PARA AR EXALADO, EQUIPADA COM FILTRO. O RESPIRADOR MODELO 6200, SEMIFACIAL COM FILTROS DUPLOS, MOLDADO EM ELASTÔMERO SINTÉTICO, UTILIZADOS PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS DO USUÁRIO CONTRA A INALAÇÃO DE PARTÍCULAS SÓLIDAS, QUANDO UTILIZADO COM FILTROS MECÂNICOS OU COMBINADOS, E CONTRA GASES E VAPORES ORGÂNICOS ATÉ 1000 PPM, QUANDO UTILIZADO COM FILTROS QUÍMICOS OU COMBINADOS, PODENDO TER, EM ALGUNS FILTROS PARA PARTÍCULAS, UMA CAMADA DE CARVÃO ATIVADO EM SUA CONSTITUIÇÃO. O RESPIRADOR DEVE ATENDER AOS REQUISITOS TÉCNICOS NORMATIVOS DA ABNT NBR 13694 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	1	Peça
113	LUVA DE LÁTEX NATURAL SEM PÓ – LUVAS DESCARTÁVEIS EM LÁTEX NATURAL, HIPOALERGÊNICAS, ATÓXICAS, LIVRES DE PÓ, SEM TALCO, REDUZIDO TEOR DE PROTEÍNAS, USO ÚNICO, NÃO ESTÉREIS, ALTA ELASTICIDADE, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO MÍNIMA DE 18 MPA, TEXTURA LISA OU MICROTTEXTURIZADA, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, AMBIDESTRAS, TAMANHOS VARIADOS (PP A XGG), CONFORMES ÀS NORMAS ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.		264	Par
114	LUVA DE LÁTEX NATURAL COM PÓ BIOABSORVÍVEL – LUVAS DESCARTÁVEIS EM LÁTEX NATURAL, ATÓXICAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL, USO ÚNICO, NÃO ESTÉREIS, FORMATO AMBIDESTRO, ALTA ELASTICIDADE, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, TEXTURA LISA, INDICADAS PARA PROCEDIMENTOS GERAIS E LABORATORIAIS, TAMANHOS VARIADOS (PP A XGG), CONFORMES ÀS NORMAS ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.		1	Par
115	LUVA DE SEGURANÇA EM NITRÍLICO, NÃO DESCARTÁVEL , COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO - CA, EMITIDO PELO MS, CANO DA LUVA POSSUA DE 15 A 20CM DE COMPRIMENTO, FORRO DE MALHA DE ALGODÃO, PALMA ÁSPERA, COR AZUL, COMPRIMENTO TOTAL DE 30CM, TAMANHO P AO GG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Par
116	LUVA TÉRMICA RESISTENTE À CORTE E ABRASÃO , RESISTENTE À TEMPERATURA DE ATÉ 300°C, MÃO FORRADA COM FELTRO E REVESTIDA COM SUEDE, PUNHO DE 20 CM FORRADO INTERNAMENTE COM LONA DE ALGODÃO, PUNHO COM VIÉS DE ALGODÃO COSTURADA COM LINHA DE PARA-ARAMIDA. TAMANHO P AO GG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Par
117	LUVA NITRÍLICA SEM PÓ – LUVAS DESCARTÁVEIS EM NITRILA (BORRACHA SINTÉTICA), LIVRES DE LÁTEX, HIPOALERGÊNICAS, SEM PÓ, RESISTENTES À PERFURAÇÃO E AGENTES QUÍMICOS, EXCELENTE BARREIRA BIOLÓGICA, INDICAÇÃO PARA MANIPULAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS LEVES E BIOLÓGICAS, TEXTURA MICROTTEXTURIZADA NAS PONTAS DOS DEDOS, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, USO ÚNICO, TAMANHOS PP A XGG, CONFORMES ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.		264	Par
118	LUVA NITRÍLICA COM PÓ – LUVAS DESCARTÁVEIS EM NITRILA (BORRACHA SINTÉTICA), LIVRES DE LÁTEX, HIPOALERGÊNICAS, COM PÓ, RESISTENTES À PERFURAÇÃO E AGENTES QUÍMICOS, EXCELENTE BARREIRA BIOLÓGICA, INDICAÇÃO PARA MANIPULAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS LEVES E BIOLÓGICAS, TEXTURA MICROTTEXTURIZADA NAS PONTAS DOS DEDOS, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, USO ÚNICO, TAMANHOS PP A XGG, CONFORMES ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.		1	Par
119	LUVA NITRÍLICA PARA RISCOS MECÂNICOS (ALTA RESISTÊNCIA / ANTIPERFUROCORTE) - LUVAS EM NITRILA DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, MODELO INDUSTRIAL/PROFISSIONAL, ANTIDERRAPANTE, RESISTÊNCIA À ABRASÃO, À PERFURAÇÃO E A PRODUTOS QUÍMICOS AGRESSIVOS, NÃO ESTÉREIS, REUTILIZÁVEIS, INTERIOR FLOCADO, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 30 CM, ESPESSURA MÍNIMA 0,38 MM, CONFORMES À NORMA EN 388 (PROTEÇÃO MECÂNICA), EN 374 (PROTEÇÃO QUÍMICA E BIOLÓGICA). TAMANHO PP AO XGG. E CERTIFICAÇÃO CA – MINISTÉRIO DO TRABALHO.		264	Par
120	LUVA DE POLIETILENO (LONGA – PROTEÇÃO QUÍMICA SIMPLES) -LUVAS DESCARTÁVEIS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), NÃO ESTÉREIS, TRANSPARENTES, USO ÚNICO, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 40 CM, RESISTENTES A RESPINGOS E CONTATO SIMPLES COM SOLUÇÕES AQUOSAS, INDICADAS PARA ÁREA DE ASSEPSIA, LIMPEZA E MANIPULAÇÃO LEVE. TAMANHOS PP A XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.		122	Par

121	<p>LUVA DE PROTEÇÃO CRIOGÊNICA - LUVA DE SEGURANÇA DESTINADA AO MANUSEIO DE MATERIAIS CRIOGÊNICOS, COM PROTEÇÃO TÉRMICA CONTRA TEMPERATURAS ULTRABAIXAS DE ATÉ -190 °C. MODELO MID ARM, COM COMPRIMENTO ENTRE 350 E 380 MM, PROPORCIONANDO PROTEÇÃO ESTENDIDA ATÉ A REGIÃO MÉDIA DO ANTEBRAÇO. FABRICADA COM TECNOLOGIA MULTICAMADAS, COMPOSTA POR; CAMADA EXTERNA EM TECIDO DE NÁILON COM TRATAMENTO REPELENTE À ÁGUA; CAMADAS INTERMEDIÁRIAS COM ISOLAMENTO TÉRMICO DE ALTA EFICIÊNCIA; REVESTIMENTOS INTERNO E EXTERNO EM POLIAMIDA TRICOT SCRIM LAMINADA; E CAMADA ADICIONAL DE TAFETÁ PARA REFORÇO ESTRUTURAL E RESISTÊNCIA MECÂNICA. TOTALMENTE IMPERMEÁVEL A LÍQUIDOS CRIOGÊNICOS E PROJETADA PARA OFERECER ALTO DESEMPENHO TÉRMICO, DESTREZA FUNCIONAL E SEGURANÇA PROLONGADA EM OPERAÇÕES COM NITROGÊNIO LÍQUIDO, ARGÔNIO LÍQUIDO E OUTROS AGENTES CRIOGÊNICOS. TAMANHO PP ao XGG.</p>	-	1	Peça
122	<p>LUVA DE PROTEÇÃO CRIOGÊNICA – MODELO MID ARM -LUVA DE SEGURANÇA PARA MANUSEIO DE AGENTES CRIOGÊNICOS, COM PROTEÇÃO TÉRMICA PARA TEMPERATURAS ULTRABAIXAS DE ATÉ -190 °C. MODELO MID ARM, COM COMPRIMENTO ENTRE 350 MM E 380 MM, PROPORCIONANDO PROTEÇÃO ESTENDIDA DO ANTEBRAÇO ATÉ O MEIO DO BRAÇO. CONSTRUÍDA COM ESTRUTURA MULTICAMADAS PARA ISOLAMENTO TÉRMICO E RESISTÊNCIA MECÂNICA, COMPOSTA POR: CAMADA EXTERNA: TECIDO DE NÁILON (NYLON) COM TRATAMENTO REPELENTE À ÁGUA; CAMADAS INTERNAS: MULTICAMADAS DE ISOLAMENTO TÉRMICO DE ALTA EFICIÊNCIA; REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO ADICIONAL: POLIAMIDA TRICOT SCRIM LAMINADA PARA MAIOR RESISTÊNCIA E DURABILIDADE; CAMADA COMPLEMENTAR: TAFETÁ TÉCNICO PARA REFORÇO ESTRUTURAL E ESTABILIDADE DIMENSIONAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: IMPERMEÁVEL A LÍQUIDOS CRIOGÊNICOS; ALTA RESISTÊNCIA TÉRMICA E MECÂNICA; ADEQUADA PARA OPERAÇÕES COM NITROGÊNIO LÍQUIDO, ARGÔNIO LÍQUIDO, CO₂ SÓLIDO E OUTROS AGENTES CRIOGÊNICOS; ERGONOMIA E FLEXIBILIDADE PARA MANIPULAÇÃO SEGURA EM AMBIENTES LABORATORIAIS. TAMANHO P ao XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.</p>	-	1	Peça
123	<p>LUVA TÉRMICA DE PROTEÇÃO PARA BAIXAS E ALTAS TEMPERATURAS - LUVA DE SEGURANÇA PROJETADA PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS EM OPERAÇÕES COM VARIAÇÃO TÉRMICA EXTREMA, COM DESEMPENHO COMPROVADO PARA BAIXAS TEMPERATURAS ATÉ -30 °C E ALTAS TEMPERATURAS ATÉ +250 °C (EXPOSIÇÃO INTERMITENTE DE ATÉ 15 SEGUNDOS). CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS - IMPERMEÁVEL, INDICADA PARA AMBIENTES ÚMIDOS E OPERAÇÕES COM LÍQUIDOS OU GELO SECO. COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA: SUPORTE TÊXTIL EM POLIAMIDA (NYLON) DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA; REVESTIMENTO TOTAL EM LÁTEX NATURAL, PROPORCIONANDO EXCELENTE ADERÊNCIA E ESTANQUEIDADE; PALMA COM DUPLO REVESTIMENTO EM ESPUMA DE LÁTEX NATURAL; GARANTINDO ALTA GRIP E DESEMPENHO SUPERIOR EM MANUSEIO DE PEÇAS ÚMIDAS, LISAS OU ESCORREGADIAS; FORRO TÉRMICO INTERNO COM MANTA ACRÍLICA DUPLA; QUE ASSEGURA CONFORTO TÉRMICO E ISOLAMENTO EFICIENTE. DESEMPENHO E PROTEÇÃO: PROTEÇÃO CONTRA AGENTES TÉRMICOS (CALOR E FRIO). PROTEÇÃO MECÂNICA CONTRA AGENTES: ABRASIVOS, ESCORIANTE, CORTANTES (RISCO MÉDIO) E PERFURANTES. EXCELENTE TATO E DESTREZA, MANTENDO FLEXIBILIDADE MESMO EM TEMPERATURAS EXTREMAS. PUNHO COM AJUSTE ANATÔMICO PARA MELHOR SEGURANÇA OPERACIONAL. TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A.</p>	-	1	Peça
124	<p>MACACÃO ESTÉRIL COM CAPUZ E BOTAS INTEGRADAS – O MACACÃO COM CAPUZ E BOTAS INTEGRADAS É UMA PEÇA DESCARTÁVEL QUE OFERECE CONFORTO E PROTEÇÃO DA CABEÇA AOS PÉS. O MACACÃO DISPÕE DE FECHO FRONTAL COM ABA DE PROTEÇÃO, CAPUZ ELÁSTICO, COSTAS, PUNHOS E TORNOZELOS E PRESILHAS PARA O POLEGAR PARA GARANTIR UMA FIXAÇÃO SEGURA. AS BOTAS INTEGRADAS APRESENTAM SOLAS ANTIDERRAPANTES PARA GARANTIR QUE CADA PASSO SEJA DADO COM SEGURANÇA. UMA VESTIMENTA PARA RESPIGOS, NO CONTEXTO DE SALAS LIMPAS E LABORATÓRIOS, É UM TIPO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) PROJETADO PARA PROTEGER O TRABALHADOR CONTRA O CONTATO COM SUBSTÂNCIAS LÍQUIDAS, COMO RESPIGOS DE PRODUTOS QUÍMICOS, FLUIDOS BIOLÓGICOS OU OUTRAS SOLUÇÕES QUE POSSAM REPRESENTAR RISCOS À SAÚDE OU COMPROMETER A INTEGRIDADE DO AMBIENTE CONTROLADO. ESSA VESTIMENTA É ESPECIALMENTE RELEVANTE EM AMBIENTES ONDE HÁ MANIPULAÇÃO DE MATERIAIS PERIGOSOS OU ONDE A CONTAMINAÇÃO DEVE SER EVITADA, COMO EM SALAS LIMPAS, LABORATÓRIOS DE PESQUISA OU</p>	-	122	Peça

	PRODUÇÃO. TAMANHO PP ao XGG DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.			
125	<p>MACACÃO DE SEGURANÇA DESCARTÁVEL COM CAPUZ – PROTEÇÃO QUÍMICA E BIOLÓGICA. MACACÃO DE SEGURANÇA DE USO PROFISSIONAL, DESCARTÁVEL E NÃO REUTILIZÁVEL, CONFECCIONADO EM FIBRA CONTÍNUA DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (HDPE), MATERIAL 100% POLIETILENO DO TIPO TYVEK®, QUE COMBINA ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA E EXCELENTE BARREIRA CONTRA PARTÍCULAS E AGENTES BIOLÓGICOS. CARACTERÍSTICAS DO MACACÃO: DESIGN INTEGRAL COM CAPUZ ANATÔMICO PARA AMPLA COBERTURA CORPORAL; FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER DE ALTA RESISTÊNCIA E ABA PROTETORA; ELÁSTICOS INTEGRADOS EM PUNHOS, TORNOZELOS, CINTURA E CAPUZ PARA VEDAÇÃO SEGURA; COSTURA DUPLA REFORÇADA PARA MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA ESTRUTURAL; TECIDO RESPIRÁVEL QUE REDUZ ACÚMULO DE CALOR E MELHORA O CONFORTO DO USUÁRIO; LIVRE DE LÁTEX E SILICONE, REDUZINDO RISCOS ALÉRGICOS. CERTIFICAÇÃO CE – CATEGORIA III; INDICADO PARA ALTOS RISCOS; TIPO 3B – PROTEÇÃO CONTRA JATOS DE PRODUTOS QUÍMICOS LÍQUIDOS (PRESSÃO) E RISCOS BIOLÓGICOS; CERTIFICAÇÃO EN 14126 – BARREIRA COMPROVADA CONTRA AGENTES INFECCIOSOS E CONTAMINANTES BIOLÓGICOS. ATENDE TAMBÉM ÀS NORMAS: EN 14605 – ROUPAS DE PROTEÇÃO CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS LÍQUIDOS; EN 1073-2 – PROTEÇÃO CONTRA PARTÍCULAS RADIOATIVAS; EN 1149-5 – PROPRIEDADES ELETROSTÁTICAS (QUANDO APLICÁVEL AO MODELO); EN 13982-1 TIPO 5 – PARTÍCULAS SÓLIDAS; EN 13034 TIPO 6 – RESPINGO QUÍMICO LIMITADO. TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.</p>	-	50	Peça
126	<p>MACACÃO DE SEGURANÇA DESCARTÁVEL SEM CAPUZ – PROTEÇÃO QUÍMICA E BIOLÓGICA. MACACÃO DE SEGURANÇA DE USO PROFISSIONAL, DESCARTÁVEL E NÃO REUTILIZÁVEL, CONFECCIONADO EM FIBRA CONTÍNUA DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (HDPE), MATERIAL 100% POLIETILENO DO TIPO TYVEK®, QUE COMBINA ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA E EXCELENTE BARREIRA CONTRA PARTÍCULAS E AGENTES BIOLÓGICOS. CARACTERÍSTICAS DO MACACÃO: DESIGN INTEGRAL COM CAPUZ ANATÔMICO PARA AMPLA COBERTURA CORPORAL; FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER DE ALTA RESISTÊNCIA E ABA PROTETORA; ELÁSTICOS INTEGRADOS EM PUNHOS, TORNOZELOS, CINTURA E CAPUZ PARA VEDAÇÃO SEGURA; COSTURA DUPLA REFORÇADA PARA MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA ESTRUTURAL; TECIDO RESPIRÁVEL QUE REDUZ ACÚMULO DE CALOR E MELHORA O CONFORTO DO USUÁRIO; LIVRE DE LÁTEX E SILICONE, REDUZINDO RISCOS ALÉRGICOS. CERTIFICAÇÃO CE – CATEGORIA III; INDICADO PARA ALTOS RISCOS; TIPO 3B – PROTEÇÃO CONTRA JATOS DE PRODUTOS QUÍMICOS LÍQUIDOS (PRESSÃO) E RISCOS BIOLÓGICOS; CERTIFICAÇÃO EN 14126 – BARREIRA COMPROVADA CONTRA AGENTES INFECCIOSOS E CONTAMINANTES BIOLÓGICOS. ATENDE TAMBÉM ÀS NORMAS: EN 14605 – ROUPAS DE PROTEÇÃO CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS LÍQUIDOS; EN 1073-2 – PROTEÇÃO CONTRA PARTÍCULAS RADIOATIVAS; EN 1149-5 – PROPRIEDADES ELETROSTÁTICAS (QUANDO APLICÁVEL AO MODELO); EN 13982-1 TIPO 5 – PARTÍCULAS SÓLIDAS; EN 13034 TIPO 6 – RESPINGO QUÍMICO LIMITADO. TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.</p>	-	122	Peça
127	<p>MACACÃO EM PVC DE MANGA COMPRIDA COM CAPUZ, CONFECCIONADO EM TECIDO SINTÉTICO PLASTIFICADO EM PVC, SOLDADO ELETRONICAMENTE, COM CAPUZ FIXO, FECHAMENTO FRONTAL POR MEIO DE ZÍPER E BOTÕES DE PRESSÃO, MANGAS LONGAS, ACOPLADO COM BOTAS E LUVAS DE PVC PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS E BIOLÓGICOS. MANTENDO-O VEDADO/SEGURO E PARA ANDAR SOBRE ÁREAS COM SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS E NOCIVAS À SAÚDE. DISPONDO DE C.A. TAMANHO PP AO XGG.</p>	-	50	Peça

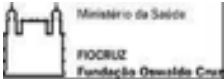
128	<p>MACACÃO EM PVC DE MANGA COMPRIDA SEM CAPUZ, CONFECCIONADO EM TECIDO SINTÉTICO PLASTIFICADO EM PVC, SOLDADO ELETRONICAMENTE, COM CAPUZ FIXO, FECHAMENTO FRONTAL POR MEIO DE ZÍPER E BOTÕES DE PRESSÃO, MANGAS LONGAS, ACOPLADO COM BOTAS E LUVAS DE PVC PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS E BIOLÓGICOS. MANTENDO-O VEDADO/SEGURO E PARA ANDAR SOBRE ÁREAS COM SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS E NOCIVAS À SAÚDE. DISPONDO DE C.A. TAMANHO PP AO XGG.</p>	-	50	Peça
129	<p>MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA DESCARTÁVEL - MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA (3 CAMADAS), CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, SENDO:</p> <p>I. CAMADA EXTERNA: BARREIRA MICROBACTERIANA.</p> <p>II. CAMADA INTERMEDIÁRIA: FILTRO BACTERIOLÓGICO E PARTICULADO $\geq 98\%$ (BFE/PFE).</p> <p>III. CAMADA INTERNA: MACIA E NÃO IRRITANTE.</p> <p>POSSUI CLIPE NASAL AJUSTÁVEL, ALÇAS ELÁSTICAS DE FIXAÇÃO AURICULAR (EARLOOP), MODELO PLISSADO/TRIPLA DOBRA, PERMITINDO VEDAÇÃO CONFORTÁVEL. DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO, HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA E LIVRE DE LÁTEX. DEVE ATENDER À RESOLUÇÃO RDC Nº 356/2020 DA ANVISA E À ABNT NBR 15052:2022 – MÁSCARAS CIRÚRGICAS. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.</p>	-	264	Peça
130	<p>MÁSCARA PFF2 / N95 (PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE) - MÁSCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA, TIPO PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE – PFF2 (EQUIVALENTE À N95), DE USO PROFISSIONAL, MODELO DESCARTÁVEL, CLASSE PFF2 (S), COM EFICIÊNCIA MÍNIMA DE FILTRAÇÃO $\geq 95\%$ PARA PARTÍCULAS DE 0,3 MM (N95 – NIOSH 42 CFR 84). CONSTRUÇÃO EM MÚLTIPLAS CAMADAS FILTRANTES DE NÃO-TECIDO (TNT) COM TECNOLOGIA MELTBLOWN, MATERIAL ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO E LIVRE DE FIBRA DE VIDRO. POSSUI CLIP NASAL AJUSTÁVEL E TIRAS ELÁSTICAS DE ALTA RESISTÊNCIA POSICIONADAS ATRÁS DA CABEÇA (HEADBAND) PARA GARANTIR VEDAÇÃO ADEQUADA AO ROSTO DO USUÁRIO. EFETIVA COMO BARREIRA CONTRA AEROSSÓIS SÓLIDOS E LÍQUIDOS, NÉVOAS E AGENTES BIOLÓGICOS (CLASSE P2 – AGENTE BIOLÓGICO NÍVEL 2 E 3). DEVE APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO OU REGISTRO REGISTRO NA ANVISA, CONFORME RDC 379/2020.</p>	-	264	Peça
131	<p>ÓCULOS DE SEGURANÇA TRANSPARENTE PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL MODELO AMPLA VISÃO COM ELÁSTICO. ARMAÇÃO EM PVC TRANSPARENTE, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).</p>	-	2	Peça
132	<p>ÓCULOS DE SEGURANÇA MODELO SOBREPOR TRANSPARENTE, COM LENTES INCOLORES DESENVOLVIDOS PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS VOLANTES DE ORIGEM MECÂNICA, PODENDO SER UTILIZADOS SOBRE ÓCULOS DE CORREÇÃO VISUAL (ÓCULOS DE GRAU). CONFECCIONADOS EM POLICARBONATO DE ALTA RESISTÊNCIA, COMPOSTOS POR VISOR E ARMAÇÃO INTEGRADOS EM PEÇA ÚNICA, COM PROTEÇÃO LATERAL E SUPERIOR, PROPORCIONANDO AMPLA ÁREA DE COBERTURA DA REGIÃO OCULAR. POSSUI HASTES TIPO ESPÁTULA, FABRICADAS NO MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO, COM AJUSTE DE COMPRIMENTO (HASTES REGULÁVEIS) PARA MELHOR ADAPTAÇÃO AO USUÁRIO. DESIGN LEVE, COM BOA ERGONOMIA E CAMPO VISUAL AMPLIADO. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: POLICARBONATO INCOLOR; RESISTÊNCIA: IMPACTO DE PARTÍCULAS VOLANTES; PROTEÇÃO: SUPERIOR E LATERAL; HASTES: TIPO ESPÁTULA REGULÁVEIS COM ENCAIXE POR PINOS PLÁSTICOS; COMPATIBILIDADE: USO SOBRE ÓCULOS DE GRAU; ANTIEMBAÇANTE E ANTIRRISCO; ATENDE À NORMA ABNT NBR 16064:2012 (ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL); DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .</p>	-	1	Peça
133	<p>ÓCULOS DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS CONTRA RADIAÇÃO ULTRA VIOLETA, LENTE LARANJA DE POLICARBONATO E RESISTENTE, FORMATO ANATÔMICO, COM POSSIBILIDADE DE VISUALIZAÇÃO NUM ÂNGULO DE 120 GRAUS, TRATAMENTO ANTI-EMBAÇANTE NOS LADOS INTERNOS E EXTERNOS , LAVÁVEL E PASSÍVEL DE DESINFECÇÃO QUÍMICA, PROTEÇÃO 99 % UVB E 99% UVA, PONTE NASAL EM POLICARBONATO INJETADA NA MESMA PEÇA DA LENTE DE POLICARBONATO, ESCUDO LATERAL TAMBÉM EM POLICARBONATO COM AJUSTE DA HASTE EM 4 POSIÇÕES E CORDÃO DE SEGURANÇA. DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .</p>	-	1	Peça

134	<p>ÓCULOS TRANSPARENTE PARA PROTEÇÃO CONTRA RESPINGOS DE PRODUTOS QUÍMICOS E AGENTES BIOLÓGICOS, PROPORCIONANDO VEDAÇÃO E SEGURANÇA DURANTE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS EM AMBIENTES INDUSTRIAIS, LABORATORIAIS OU HOSPITALARES. CONFECCIONADOS EM POLICARBONATO DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, COM LENTE INCOLOR QUE OFERECE AMPLA VISIBILIDADE E CAMPO DE VISÃO APROXIMADO DE 120°. POSSUI FORMATO ANATÔMICO, PERMITINDO AJUSTE CONFORTÁVEL AO ROSTO DO USUÁRIO, COM PONTE NASAL INTEGRADA À PEÇA E ESCUDOS LATERAIS PARA PROTEÇÃO ADICIONAL. CONTA COM TRATAMENTO ANTIEMBAÇANTE NAS SUPERFÍCIES INTERNA E EXTERNA, REDUZINDO A CONDENSAÇÃO DE VAPOR E GARANTINDO VISIBILIDADE CONTÍNUA DURANTE O USO. LAVÁVEL E RESISTENTE À DESINFECÇÃO QUÍMICA, POSSIBILITA REUTILIZAÇÃO CONFORME PROCEDIMENTOS DE HIGIENIZAÇÃO RECOMENDADOS PELO FABRICANTE. DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).</p>	-	2	Peça
135	<p>ÓCULOS DE PROTEÇÃO DE AMPLA-VISÃO, CONSTITUÍDOS DE ARMAÇÃO CONFECCIONADA EM UMA ÚNICA PEÇA DE NÁILON CINZA RECOBERTA COM BORRACHA EM TPE VERMELHA COM VENTILAÇÃO INDIRETA COMPOSTA POR FENDAS, SENDO UMA FENDA NA PARTE SUPERIOR E TRÊS FENDAS NA PARTE INFERIOR EM CADA LADO DA ARMAÇÃO. O AJUSTE À FACE DO USUÁRIO É FEITO ATRAVÉS DE UM TIRANTE ELÁSTICO OU PRESILHAS DE NÁILON PRESAS POR MEIO DE ENCAIXE NA ARMAÇÃO E VISOR DE POLICARBONATO INCOLOR. OPCIONALMENTE, O MODELO PODE SER UTILIZADO COM UM SUPORTE PLÁSTICO INTERNO (CLIP) QUE SE ENCAIXA NAS BORDAS INTERNAS DO VISOR PARA A COLOCAÇÃO DE LENTES CORRETIVAS. O MODELO COBRE TODA A REGIÃO EM TORNO DOS OLHOS DO USUÁRIO. DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).</p>	-	1	Peça
136	<p>PROPÊ DESCARTÁVEL PARA PROTEÇÃO DOS CALÇADOS, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M², ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO, LIVRE DE LÁTEX E FIBRAS SOLTAS, RESISTENTE A RESPINGOS E POEIRA. POSSUI ELÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA EM TODA A ABERTURA, GARANTINDO AJUSTE FIRME SEM COMPRESSÃO EXCESSIVA. MODELO NÃO ESTÉRIL, DE USO ÚNICO (DESCARTÁVEL), DESTINADO AO CONTROLE DE CONTAMINAÇÃO CRUZADA EM AMBIENTES QUE EXIGEM CUIDADOS DE HIGIENE E BIOSSEGURANÇA. DEVENDO ESTAR EM CONFORMIDADE COM A RDC 356/2020 DA ANVISA. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.</p>	-	264	Peça
141	<p>PROTETOR FACIAL EM POLICARBONATO DURÁVEL E MOLDADO, INCOLOR, ANTIEMBAÇANTE, VISOR COM APROXIMADAMENTE 250 MM DE LARGURA E 185 MM DE ALTURA. COM SUSPENSÃO E CATRACA, COM REGULAGEM PARA AJUSTE NA CABEÇA. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.</p>	-	2	Peça
#REF!	<p>PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA, COM HASTE PLÁSTICA, COM ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 25 DB(A). TAMANHO P AO GG. DISPONDO DE C.A.</p>	-	1	Peça
142	<p>PROTETOR AUDITIVO TIPO INSERÇÃO, COM HASTE PLÁSTICA, COM ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 18 DB(A). DISPONDO DE C.A.</p>	-	1	Peça
143	<p>RETENTOR 501 5N11 PARA FILTRO COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M SÉRIE 6200.</p>	-	4	Peça
144	<p>TIRANTE DE MÁSCARA SEMI FACIAL, TAMANHO P AO GG. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M SÉRIE 6200.</p>	-	4	Peça
145	<p>TOUCA DESCARTÁVEL TIPO SANFONADA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M², ATÓXICA, HIPOALERGÊNICA, RESISTENTE, INDICADA PARA AMBIENTES CONTROLADOS, HOSPITALARES E LABORATORIAIS. POSSUI ACABAMENTO EM ELÁSTICO REFORÇADO AO REDOR DE TODA A CIRCUNFERÊNCIA, GARANTINDO AJUSTE CONFORTÁVEL E SEGURO. FABRICADA POR SOLDAGEM/COSTURA ULTRASSÔNICA, LIVRE DE FIBRAS SOLTAS, NÃO INFLAMÁVEL, NÃO ESTÉRIL, DE USO ÚNICO (DESCARTÁVEL), MODELO UNISSEX, TAMANHO ÚNICO COM AJUSTE UNIVERSAL. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.</p>	-	264	Peça

	Descrição dos EPI para o cargo: TÉCNICO ELETRÔNICO 2	Cor	Quant Anual Unitário	Unidade
146	BOLSA DE LONA RESISTENTE PARA TRANSPORTE - BOLSA CONFECCIONADA EM LONA REFORÇADA OU NYLON DE ALTA RESISTÊNCIA PARA TRANSPORTE E ORGANIZAÇÃO DO KIT DE TRABALHO EM ALTURA . POSSUI ALÇAS RESISTENTES, COSTURAS REFORÇADAS E FECHAMENTO EM ZÍPER OU CORDEL. CAPACIDADE PARA ATÉ 30 KG.		1	Peça
147	BOTA DE SEGURANÇA COM FECHAMENTO EM VELCRO BIQUEIRA COMPOSITE PALMILHA ANTIPERFURO BIDENSIDADE COURO - BOTA CONFECCIONADA EM COURO; BIQUEIRA DE COMPOSITE LEVE, ANTIMAGNÉTICA, ANTICORROSIVA E ULTRARRESISTENTE; COLARINHO <i>SOFT</i> ACOLCHOADO, FECHAMENTO POR CONTATO; SOLADO EM PU BIDENSIDADE, COM SISTEMA DE ABSORÇÃO DE IMPACTO, INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL; PALMILHA DE MONTAGEM RESISTENTE À PERFURAÇÃO, QUE COBRE 100% DA PLANTA DOS PÉS. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça
148	CALÇADO DE SEGURANÇA - PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE QUEDAS DE OBJETOS, PERFURO CORTANTE SOBRE OS ARTELHOS E CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE E PERFURANTES, CONTRA AGENTES TÉRMICOS (FRIO), CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA E CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS E PRODUTOS DE ORIGEM CORROSSIVA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. DISPONDO DE C.A.	-	2	Peça
149	CAPACETE DE SEGURANÇA COM JUGULAR - CAPACETE CLASSE B PARA USO INDUSTRIAL COM CASCO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE E CARNEIRA AJUSTÁVEL EM TECIDO. POSSUI JUGULAR DE 3 PONTOS, SUSPENSÃO INTERNA E SUPORTE PARA FIXAÇÃO DE PROTETORES FACIAIS OU AUDITIVOS. PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS DE OBJETOS E QUEDAS. EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 8221 – CAPACETES DE SEGURANÇA.		1	Peça
150	CINTO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA - CONFECCIONADO EM FITAS DE POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE, REGULÁVEL NOS OMBROS, PERNAS E CINTURA. POSSUI CINCO PONTOS DE ANCORAGEM: DORSAL (QUEDA), PEITORAL (QUEDA), LATERAL ESQUERDO E DIREITO (POSICIONAMENTO) E VENTRAL (ASCENSÃO/DESCIDA). FIVELAS METÁLICAS DE ENGATE RÁPIDO. EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 15836 – CINTURÕES DE SEGURANÇA. DISPONDO DE C.A.	-	1	Par
151	CORDA DE SEGURANÇA DE 20 METROS DE 12 MM - CORDA SEMIESTÁTICA TIPO A COM 12 MM DE DIÂMETRO CONFECCIONADA EM FIBRAS DE ALTA RESISTÊNCIA, COM CAPA TRANÇADA E ALMA INTERNA CONTÍNUA. OFERECE BAIXA ELASTICIDADE E ALTA RESISTÊNCIA À ABRASÃO. INDICADA COMO LINHA DE VIDA TEMPORÁRIA VERTICAL EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 15986 – CORDAS TÊXTEIS. DISPONDO DE C.A. DO FABRICANTE.	-	2	Peça
152	LUA DE SEGURANÇA MULTITATO - É UM EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) DESENVOLVIDO PARA OFERECER ALTA SENSIBILIDADE TÁTIL, EXCELENTE DESEMPENHO MECÂNICO E CONFORTO PROLONGADO DE USO . FABRICADA EM SUPORTE TÊXTIL DE FIBRAS SINTÉTICAS COM REVESTIMENTO EM POLIURETANO (PU) NA PALMA E PONTA DOS DEDOS, PROPORCIONA ÓTIMA ADERÊNCIA, PRECISÃO DE MOVIMENTOS E RESISTÊNCIA À ABRASÃO , SENDO INDICADA PARA ATIVIDADES QUE EXIGEM MANUSEIO FINO E AGILIDADE OPERACIONAL, MESMO EM AMBIENTES COM NÍVEL MODERADO DE SUJIDADE. LUA DE SEGURANÇA MULTITATO DISPÕE FORMATO ANATÔMICO E PUNHO EM ELASTANO, A LUVÁ GARANTE AJUSTE PERFEITO ÀS MÃOS DO USUÁRIO, REDUZINDO A FADIGA MUSCULAR E AUMENTANDO A PRODUTIVIDADE. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça
153	MÁSCARAS DESCARTÁVEL CONTRA POEIRA DO TIPO PEÇA FACIAL FILTRANTE (PFF1) - RESPIRADORES PURIFICADORES DE AR, DESTINADOS À PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS CONTRA A INALAÇÃO DE AERODISPERSÓIDES. A PFF1 (CLASSE 1) : OFERECE PROTEÇÃO CONTRA POEIRAS E NÉVOAS NÃO OLEOSAS . POSSUI UMA EFICIÊNCIA MÍNIMA DE 80% NA FILTRAÇÃO DE PARTÍCULAS, COM PENETRAÇÃO MÁXIMA DE 20%. CONFORME EXIGÊNCIA DA NR 06, E ATENDER AOS REQUISITOS ESTABELECIDOS PELA ABNT NBR 13698 E PELA FUNDACENTRO (NORMA FICHA TÉCNICA 01/2021). DISPONDO DE C.A.	-	120	Peça

154	MÁSCARAS DESCARTÁVEL CONTRA POEIRA DO TIPO PEÇA FACIAL FILTRANTE (PFF2) - RESPIRADORES PURIFICADORES DE AR, DESTINADOS À PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS CONTRA A INALAÇÃO DE AERODISPERSÓIDES. A PFF2 (CLASSE 2) : PROTEGE CONTRA POEIRAS, NÉVOAS NÃO OLEOSAS, FUMOS METÁLICOS E PLÁSTICOS, SÍLICA E AGENTES BIOLÓGICOS . SUA EFICIÊNCIA MÍNIMA DE FILTRAÇÃO É DE 94%, COM PENETRAÇÃO MÁXIMA DE 6%. É O EQUIVALENTE BRASILEIRO DO PADRÃO N95 AMERICANO. CONFORME EXIGÊNCIA DA NR 06, E ATENDER AOS REQUISITOS ESTABELECIDOS PELA ABNT NBR 13698 E PELA FUNDACENTRO (NORMA FICHA TÉCNICA 01/2021). DISPONDO DE C.A.	-	120	Peça
155	MÁSCARAS CONTRA POEIRA DO TIPO PEÇA FACIAL FILTRANTE (PFF3) - RESPIRADORES PURIFICADORES DE AR, DESTINADOS À PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS CONTRA A INALAÇÃO DE AERODISPERSÓIDES. A PFF3 (CLASSE 3) : OFERECE A MAIS ALTA PROTEÇÃO CONTRA POEIRAS, NÉVOAS, FUMOS METÁLICOS OU PLÁSTICOS, SÍLICA . APRESENTA UMA EFICIÊNCIA MÍNIMA DE FILTRAÇÃO DE 99%, COM PENETRAÇÃO MÁXIMA DE 1%. CONFORME EXIGÊNCIA DA NR 06, E ATENDER AOS REQUISITOS ESTABELECIDOS PELA ABNT NBR 13698 E PELA FUNDACENTRO (NORMA FICHA TÉCNICA 01/2021). DISPONDO DE C.A.	-	120	Peça
156	MÁSCARA DESCARTÁVEL - PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE - PFF2/N95 , FECHADA, TIPO RESPIRADOR, COM EFICÁCIA NA FILTRAÇÃO DE 95% DE PARTÍCULAS DE ATÉ 0,3 µ M DE DIÂMETRO.COM DISPOSITIVO PARA AJUSTE NASAL FIXADO NO CORPO DA MÁSCARA, TIRAS LATERAIS DE COMPRIMENTO ADEQUADO PARA FIXAÇÃO E PERFEITO AJUSTE FACIAL. ATÓXICA, HIPOALÉRGICA E INODORA.	BRANCO	120	Peça
157	MOSQUETÕES OVAIS PARA CONEXÃO COM 2 UNIDADES - CONECTOR/MOSQUETÃO OVAL EM AÇO COM ABERTURA MÍNIMA DE 18 MM, COM DUPLA TRAVA DE SEGURANÇA E RESISTÊNCIA MÍNIMA DE 22 KN. UTILIZADO PARA CONEXÃO DE SISTEMAS DE ANCORAGEM, POLIAS E TRAVAS. EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 15837 – CONECTORES. DISPONDO DE C.A. DO FABRICANTE.	-	1	Peça
158	ÓCULOS DE SEGURANÇA TRANSPARENTE PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL MODELO AMPLA VISÃO COM ELÁSTICO. ARMAÇÃO EM PVC TRANSPARENTE, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).		2	
159	PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA , COM HASTE PLÁSTICA, COM ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 25 DB(A). DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça
160	PROTETOR AUDITIVO TIPO INSERÇÃO , COM HASTE PLÁSTICA, COM ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 18 DB(A). DISPONDO DE C.A.	-	2	Peça
161	PROTETOR FACIAL EM POLICARBONATO DURÁVEL E MOLDADO, INCOLOR, ANTIEMBAÇANTE, VISOR COM APROXIMADAMENTE 250 MM DE LARGURA E 185 MM DE ALTURA. COM SUSPENSÃO E CATRACA, COM REGULAGEM PARA AJUSTE NA CABEÇA.	-	2	Peça
162	TALABARTE EM Y COM ABSORVEDOR DE IMPACTO E MOSQUETÃO DE 55 MM - TALABARTE DE SEGURANÇA DUPLO (Y), CONFECCIONADO EM FITA POLIÉSTER COM ABSORVEDOR DE ENERGIA INTEGRADO PARA REDUÇÃO DE IMPACTO EM CASO DE QUEDA (< 6 KN). POSSUI DOIS CONECTORES EM AÇO COM ABERTURA 55 MM, DUPLA TRAVA DE SEGURANÇA AUTOMÁTICA E UM CONECTOR OLHAL PARA CONEXÃO AO CINTO. EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 15834 – TALABARTE DE SEGURANÇA, ABNT NBR 14629 – ABSORVEDOR DE ENERGIA E NR 35 – TRABALHO EM ALTURA. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça
163	TRAVA-QUEDAS PARA CORDA 12 MM - DISPOSITIVO TRAVA-QUEDAS MÓVEL PARA CORDA DE 12 MM, FABRICADO EM AÇO OU LIGA DE ALUMÍNIO COM SISTEMA AUTOMÁTICO DE BLOQUEIO POR GRAVIDADE. POSSUI ANEL DE ANCORAGEM PARA CONEXÃO A TALABARTE E TRAVA DE SEGURANÇA MANUAL PARA MOVIMENTAÇÃO CONTROLADA. EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 14628 – DISPOSITIVO TRAVA-QUEDAS E NR 35 – SEGURANÇA EM TRABALHO EM ALTURA. DISPONDO DE C.A. DO FABRICANTE.	-	1	Peça

164	<p>UNIFORME OPERACIONAL – CALÇA E CAMISA DE MANGA LONGA. I. CONFECCIONADO EM TECIDO SARJÁ OU BRIM PROFISSIONAL, COMPOSIÇÃO 65% POLIÉSTER E 35% ALGODÃO OU 100% ALGODÃO (QUANDO HOUVER RISCO DE ELETRICIDADE – NR 10). II. GRAMATURA MÍNIMA 240 G/M² PARA ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA. III. TECIDO ANTIDESFIAMENTO E RESISTENTE À ABRASÃO. IV. COSTURAS DUPLAS E TRIPLAS COM LINHA DE NYLON OU POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE. V. MODELAGEM ERGONÔMICA QUE PERMITA AMPLO MOVIMENTO E USO DE CINTURÃO PARAQUEDISTA POR CIMA DA VESTIMENTA.</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS OBRIGATÓRIAS: I. SEM PEÇAS SOLTAS QUE POSSAM ENROSCAR DURANTE A ATIVIDADE. II. SEM CAPUZ, CORDÕES OU ZÍPERES EXPOSTOS QUE GEREM RISCO DE ENGANCHAMENTO. III. GOLAS COM FECHAMENTO POR VELCRO OU BOTÃO. IV. BOLSOS COM FECHAMENTO, PREFERENCIALMENTE COM LAPELA E VELCRO. V. REFORÇO EM ÁREAS DE DESGASTE: JOELHOS, OMBROS E COTOVELO. VI. COMPATÍVEL COM O USO DE CINTOS, TALABARTES E CINTURÕES. VII. FAIXAS REFLETIVAS EM TECIDO RETARDANTE A CHAMAS (OPCIONAL) PARA ÁREAS EXTERNAS.</p> <p>EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 15292 E ABNT NBR 12655.</p>	-	3	Peça
-----	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---	---	------



□□□□□□

Postos	Descrição	Nível	CBO	Carga Horária Semanal	Vagas Imediatas	Vagas Futuras	Vagas Alt. Qual.	Total de Vagas	Salário Base (*)	Custo Unitário	Custo Unitário Anual	Custo Total Mensal (Custo unitário X Total de vagas)	Custo Total Anual
1	ASSISTENTE ADM. INSTITUCIONAL 2	Pleno	411010	40	14	2	4	20	R\$ 3.642,83	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
1.1	ASSISTENTE ADM. INSTITUCIONAL 2 (INSAL)	Pleno	411010	40	2	0	0	2	R\$ 3.642,83	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
2	ASSISTENTE ADM. INSTITUCIONAL 3	Sênior	411010	40	40	0	2	42	R\$ 4.719,54	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
2.1	ASSISTENTE ADM. INSTITUCIONAL 3 (INSAL)	Sênior	411010	40	4	0	0	4	R\$ 4.719,54	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
3	AUXILIAR ADM. DE DIREÇÃO 2	Pleno	252305	40	8	2	3	13	R\$ 6.382,29	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
4	ANALISTA ADMINISTRATIVO 1	Júnior	252105	40	2	0	0	2	R\$ 4.719,54	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
5	ANALISTA ADMINISTRATIVO 2	Pleno	252105	40	52	4	5	61	R\$ 6.382,29	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
6	ANALISTA ADMINISTRATIVO 3	Sênior	252105	40	31	9	0	40	R\$ 7.441,74	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
7	ANALISTA ADMINISTRATIVO 4	Master	252105	40	12	5	3	20	R\$ 7.813,80	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
8	OPERADOR DE ÁUDIO 2	Pleno	373205	40	1	1	0	2	R\$ 4.719,54	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
9	TÉCNICO ELETRÔNICO 2	Pleno	313215	40	1	0	0	1	R\$ 4.719,54	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
10	TÉCNICO SEGURANÇA DO TRABALHO 2	Pleno	351605	40	1	0	0	1	R\$ 4.898,80	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
11	BIBLIOTECÁRIO 2	Pleno	261205	40	1	0	0	1	R\$ 5.778,63	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
12	ORIENTADOR EDUCACIONAL 3	Sênior	239410	40	2	0	0	2	R\$ 7.295,27	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
13	ENGENHEIRO SEGURANÇA DO TRABALHO 2	Pleno	214915	40	1	0	0	1	R\$ 14.399,45	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
14	AUXILIAR DE LABORATORIO 3	Sênior	818110	40	1	0	0	1	R\$ 3.133,13	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
14.1	AUXILIAR DE LABORATORIO 3 (INSAL)	Sênior	818110	40	4	0	0	4	R\$ 3.133,13	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
15	TÉCNICO DE LABORATORIO 3	Sênior	311105	40	6	2	4	12	R\$ 4.825,22	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
16	TÉCNICO DE ENFERMAGEM 1	Júnior	322205	40	1	0	0	1	R\$ 3.450,90	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
17	TÉCNICO DE ENFERMAGEM 3	Sênior	322205	40	1	1	6	8	R\$ 3.960,90	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
18	TÉCNICO EM FARMÁCIA 3	Sênior	325115	40	3	1	0	4	R\$ 4.825,22	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
19	FISIOTERAPEUTA GERAL 3	Sênior	223605	30	1	0	1	2	R\$ 5.778,63	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
20	NUTRICIONISTA 3	Sênior	223710	40	2	0	0	2	R\$ 5.778,63	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
21	FARMACÊUTICO 3	Sênior	223405	40	1	0	2	3	R\$ 7.295,27	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
22	FARMACÊUTICO 4	Master	223405	40	1	0	0	1	R\$ 8.061,85	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
22.1	FARMACÊUTICO 4 (INSAL)	Master	223405	40	2	0	0	2	R\$ 8.061,85	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
23	BIÓLOGO 3	Sênior	221105	40	4	0	0	4	R\$ 7.295,27	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
24	FONOAUDIÓLOGO 3	Sênior	223810	40	1	0	0	1	R\$ 7.295,27	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
25	QUÍMICO 3	Sênior	213205	40	1	0	0	1	R\$ 7.295,27	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
26	ENFERMEIRO 2	Pleno	223505	40	1	0	0	1	R\$ 6.495,06	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
27	ENFERMEIRO 4	Master	223505	40	5	2	0	7	R\$ 8.061,85	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
28	MÉDICO 4	Master	225125	20	2	0	1	3	R\$ 12.298,54	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
Totais da mão de obra					209	29	31	269		#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
(**)										VALOR DE DIÁRIAS		R\$ 747,33	R\$ 8.968,00
										VALOR DE DESLOCAMENTOS		R\$ 95,00	R\$ 1.140,00
										VALOR DE PASSAGENS		R\$ 1.666,67	R\$ 20.000,00
										TOTAIS		#REF!	#REF!

TOTAL DA PROPOSTA #REF!

(*) Salários angariados e fixados através de ampla pesquisa de mercado. Deverão ser mantidos quando da elaboração das propostas, com amparo no inciso VI, do art. 5º, da IN MPOG nº 05/2017, de 26/05/2017.

(**) Os valores previstos para diárias, deslocamentos e passagens são fixos e deverão ser mantidos, a fim de promover a isonomia.

Em vermelho = Postos com adicional de insalubridade (20%)

R\$ 44.904.105,94



INSUMOS DIVERSOS PARA SUPORTE À GESTÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL						
Equipamento de Equipamento Individual (EPI)				TÉCNICO SEGURANÇA DO TRABALHO 2		
				ENGENHEIRO SEGURANÇA DO TRABALHO 2		
Quantidade Total de Postos:				2		
Descrição dos EPI:	Cor	Quant Anual Unitário	Unidade	Valor Unitário	Valor Total todos os Postos	
1	AVENTAL IMPERMEÁVEL DE PROCEDIMENTOS – USO HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESSO SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 50 G/M² OU SUPERIOR , MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS NO PESCOÇO E NA CINTURA, TAMANHO P ao GG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.	-	30	Peça	R\$ 12,09	R\$ 362,70
2	AVENTAL DE PROCEDIMENTOS – USO HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESSO SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 40 G/M² , MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS NO PESCOÇO E NA CINTURA, TAMANHO P ao GG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.	-	30	Peça	R\$ 7,49	R\$ 224,70
3	CALÇADO DE SEGURANÇA - PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE QUEDAS DE OBJETOS, PÉRFURO CORTANTE SOBRE OS ARTELOS E CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE E PERFURANTES, CONTRA AGENTES TÉRMICOS (FRIO), CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA E CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS E PRODUTOS DE ORIGEM CORROSIVA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52.	-	1	Par	R\$ 67,95	R\$ 67,95
4	CARTUCHO SÉRIE 6001 PARA VAPORES ORGÂNICOS. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	6	Par	R\$ 110,00	R\$ 660,00
5	CARTUCHO SÉRIE 6006 PARA MULTIGASES. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	6	Par	R\$ 89,41	R\$ 536,46
6	FILTRO PARA PARTICULADOS 5N11 PARA PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA CONTRA POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS. OS FILTROS QUE SÃO UTILIZADOS COM O RESPIRADOR SÃO: I. FILTROS QUÍMICOS CLASSE 1: 6001; 6002; 6003; 6004; 6005; 6006; 6007. II. FILTROS PARA PARTÍCULAS: 2071; 2078; 5N11; 2091; 2096; 2097; 5935B8; 7093. III. FILTROS COMBINADOS (QUÍMICO CLASSE 1 E PARA PARTÍCULAS CLASSE P2): 2076HF. IV. FILTROS COMBINADOS (QUÍMICO CLASSE 1 E PARA PARTÍCULAS CLASSE P3): 60926; 7093C. COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	6	Peça	R\$ 13,00	R\$ 78,00
7	JALECO DE ALGODÃO 100% , COM MANGA COMPRIDA COM BAINHA, ALTURA ATÉ O JOELHO COM 03 BOLSOS, SENDO: 1 SUPERIOR LADO ESQUERDO E DOIS NA PARTE DE BAIXO TAMANHO P AO GG	-	1	Peça	R\$ 72,33	R\$ 72,33
8	LUVA DE SEGURANÇA EM NITRÍLICO , NÃO DESCARTÁVEL, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO - CA, EMITIDO PELO MS, CANO DA LUVA POSSUA DE 15 A 20CM DE COMPRIMENTO, FORRO DE MALHA DE ALGODÃO, PALMA ÁSPERA, COMPRIMENTO TOTAL DE 30CM, TAMANHO P AO GG.	-	1	Par	R\$ 33,49	R\$ 33,49
9	LUVA DE SEGURANÇA EM NITRÍLICO DE PROCEDIMENTO PARA MANUSEIO DE PEQUENAS QUANTIDADES DE PRODUTOS QUÍMICOS DESCARTÁVEIS, 100% BORRACHA NITRÍLICA, AMBIDESTRA SEM CERA, PLASTIFICANTE OU SILICONE EM SUA FORMULAÇÃO, NÃO POSSUINDO TALCO, AMIDO OU PROTEÍNAS, POSSUEM BAINHA PARA PROTEÇÃO DO PULSO TAMANHO P AO GG.	-	1	Par	R\$ 18,47	R\$ 18,47
10	LUVA TÉRMICA RESISTENTE À CORTE E ABRASÃO , RESISTENTE À TEMPERATURA DE ATÉ 300°C, MÃO FORRADA COM FELTRO E REVESTIDA COM SUEDE, PUNHO DE 20 CM FORRADO INTERNAMENTE COM LONA DE ALGODÃO, PUNHO COM VIÉS DE ALGODÃO COSTURADA COM LINHA DE PARA-ARAMIDA, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE).	-	1	Par	R\$ 25,00	R\$ 25,00
11	MÁSCARA CIRÚRGICA – 03 (TRÊS) CAMADAS DE TECIDO NÃO TECIDO, 100% POLIPROPILENO, COM CAMADA INTERNA DE FILTRO ANTIBACTERICIDA, POSSUI UM CLIP NASAL DE FÁCIL ADAPTAÇÃO NO ROSTO.	-	25	Peça	R\$ 0,20	R\$ 5,00
12	MÁSCARA DESCARTÁVEL - PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE – PFF2/N95 , FECHADA, TIPO RESPIRADOR, COM EFICÁCIA NA FILTRAÇÃO DE 95% DE PARTÍCULAS DE ATÉ 0,3 µm DE DIÂMETRO. COM DISPOSITIVO PARA AJUSTE NASAL FIXADO NO CORPO DA MÁSCARA, TIRAS LATERAIS DE COMPRIMENTO ADEQUADO PARA FIXAÇÃO E PERFEITO AJUSTE FACIAL. ATÓXICA, HIPOALÉRGICA E INODORA.	-	25	Peça	R\$ 3,00	R\$ 75,00
13	MÁSCARA RESPIRATÓRIA SEMIFACIAL SÉRIE 6200 - COM DOIS SUPORTE PARA FILTROS COM ELÁSTICOS AJUSTÁVEIS QUE PRENDEM ATRÁS DA CABEÇA E NA NUCA, COM SAÍDA PARA AR EXALADO, EQUIPADA COM FILTRO. O RESPIRADOR MODELO 6200, SEMIFACIAL COM FILTROS DÚPLIS, MOLDADO EM ELASTÔMERO SINTÉTICO, UTILIZADOS PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS DO USUÁRIO CONTRA A INALAÇÃO DE PARTÍCULAS SÓLIDAS, QUANDO UTILIZADO COM FILTROS MECÂNICOS OU COMBINADOS, E CONTRA GASES E VAPORES ORGÂNICOS ATÉ 1000 PPM, QUANDO UTILIZADO COM FILTROS QUÍMICOS OU COMBINADOS, PODENDO TER, EM ALGUNS FILTROS PARA PARTÍCULAS, UMA CAMADA DE CARVÃO ATIVADO EM SUA CONSTITUIÇÃO. O RESPIRADOR DEVE ATENDER AOS REQUISITOS TÉCNICOS NORMATIVOS DA ABNT NBR 13694 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	1	Peça	R\$ 215,00	R\$ 215,00
14	ÓCULOS DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL MODELO AMPLA VISÃO COM ELÁSTICO. ARMAÇÃO EM PVC TRANSPARENTE, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).	-	2	Peça	R\$ 28,00	R\$ 56,00
15	PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA , COM HASTE PLÁSTICA, COM ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 25 DB(A).	-	1	Peça	R\$ 55,50	R\$ 55,50
16	PROTETOR AUDITIVO TIPO INSERÇÃO , COM HASTE PLÁSTICA, COM ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 18 DB(A).	-	1	Peça	R\$ 2,03	R\$ 2,03
17	PROTETOR FACIAL EM POLICARBONATO DURÁVEL E MOLDADO , INCOLOR, ANTIEMBAÇANTE, VISOR COM APROXIMADAMENTE 250 MM DE LARGURA E 185 MM DE ALTURA. COM SUSPENSÃO E CATRACA, COM REGULAGEM PARA AJUSTE NA CABEÇA.	-	1	Peça	R\$ 58,50	R\$ 58,50
18	RETENTOR 501 5N11 PARA FILTRO COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M SÉRIE 6200.	-	2	Peça	R\$ 12,00	R\$ 24,00
19	TIRANTE DE MÁSCARA SEMI FACIAL , TAMANHO P AO GG. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M SÉRIE 6200.	-	1	Peça	R\$ 51,00	R\$ 51,00
				Total Anual	R\$	1.774,75
				Total Mensal	R\$	147,90
				Valor Mensal por Posto	R\$	73,95

INSUMOS DIVERSOS PARA SUPORTE À GESTÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL						
Equipamento de Equipamento Individual (EPI)				AUXILIAR DE LABORATORIO 3		
				TÉCNICO DE LABORATORIO 3		
Quantidade Total de Postos:						
Descrição dos EPI:	Cor	Quant Anual Unitário	Unidade	Valor Unitário	Valor Total todos os Postos	
20	AVENTAL DESCARTÁVEL - USO LABORATORIAL, DESCARTÁVEL PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS E BIOLÓGICOS , CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESSO SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 50 G/M² OU SUPERIOR , MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS NO PESCOÇO E NA CINTURA, TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça	R\$ 6,05	R\$ 1.597,20

21	AVENTAL DESCARTÁVEL IMPERMEÁVEL COM MANGAS LONGAS , DESENVOLVIDO PARA OFERECER PROTEÇÃO QUÍMICA DE ALTO DESEMPENHO . CONFECCIONADO COM BASE EM TYVEK, MATERIAL LEVE E RESISTENTE, E REVESTIDO COM POLIETILENO. PROPORCIONA PROTEÇÃO COMPROVADA POR ATÉ 30 MINUTOS CONTRA MAIS DE 40 AGENTES QUÍMICOS. TAMANHO P ao XGG. DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .	-	2	Peça	R\$	45,99	R\$	91,98
22	AVENTAL DE PROCEDIMENTOS – USO HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESSO SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 40 G/M² , MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS NO PESCOÇO E NA CINTURA, TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA .	-	264	Peça	R\$	7,49	R\$	1.977,36
23	AVENTAL DE PROCEDIMENTOS – USO HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL , CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESSO SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 50 G/M² OU SUPERIOR , MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS NO PESCOÇO E NA CINTURA, TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA .	-	264	Peça	R\$	9,24	R\$	2.439,36
24	AVENTAL DE PVC BRANCO IMPERMEÁVEL PARA GARANTIR A SEGURANÇA E HIGIENE DURANTE ATIVIDADES EM AMBIENTES LABORATORIAL, AMBULATORIAL E HOSPITALAR. PROTEÇÃO CONTRA RESPINGOS DE LÍQUIDOS E RESÍDUOS, GARANTINDO UMA BARREIRA EFICAZ ENTRE O UNIFORME/JALECO PARA SEGURANÇA E CONFORTO MESMO NAS CONDIÇÕES MAIS ÚMIDAS NO AMBIENTE DE TRABALHO. TAMANHO PP ao XGG DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .	-	2	Peça	R\$	11,84	R\$	23,68
25	AVENTAL TÉRMICO IMPERMEÁVEL PARA ALTA TEMPERATURA - RESISTENTE À TEMPERATURA DE ATÉ 300°C , AJUSTÁVEL ATRAVÉS DE TIRAS DO MESMO MATERIAL NAS COSTAS COM PLUGUE DE ENGATE RÁPIDO, COSTURADO COM LINHA DE ARAMIDA, SEM FORRO. AVENTAL DE PROTEÇÃO, ESPECÍFICO PARA TRABALHO EM ALTA TEMPERATURA, CONFECCIONADO EM TECIDO ESPECIAL RETARDANTE A CHAMAS, COM COSTURA DUPLA E LINHA DE META ARAMIDA, ACABAMENTO ESPECIAL, TRATAMENTO IMPERMEABILIZANTE, PRÓPRIO PARA AMBIENTE QUE EXIGE PROTEÇÃO TÉRMICA COM EXPOSIÇÃO A CALOR, VAPOR E RESPINGOS QUENTES. TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA .	-	1	Par	R\$	139,73	R\$	139,73
26	BOTA DE SEGURANÇA , TIPO CALÇADO OCUPACIONAL, MODELO CANO CURTO , CONFECCIONADA EM PVC INJETADO DE ALTA RESISTÊNCIA, BIDENSIDADE, IMPERMEÁVEL, COM SOLADO ANTIDERRAPANTE COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO, RESISTENTE A AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS , COM PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM PRODUTOS QUÍMICOS E FLUIDOS, PALMILHA INTERNA CONFORTÁVEL, OPCIONAL COM BIQUEIRA DE SEGURANÇA EM PVC OU COMPOSITE (OPCIONAL CONFORME RISCO), INDICADA PARA USO EM ÁREAS HOSPITALARES, LABORATÓRIOS, INDÚSTRIAS QUÍMICAS, BIOTÉRIOS, SANEAMENTO E LIMPEZA TÉCNICA. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO , EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52.	-	1	Peça	R\$	42,50	R\$	42,50
27	BOTA DE SEGURANÇA , TIPO CALÇADO OCUPACIONAL, MODELO CANO LONGO , CONFECCIONADA EM PVC INJETADO DE ALTA RESISTÊNCIA, BIDENSIDADE, IMPERMEÁVEL, COM SOLADO ANTIDERRAPANTE COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO, RESISTENTE A AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS , COM PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM PRODUTOS QUÍMICOS E FLUIDOS, PALMILHA INTERNA CONFORTÁVEL, OPCIONAL COM BIQUEIRA DE SEGURANÇA EM PVC OU COMPOSITE (OPCIONAL CONFORME RISCO), INDICADA PARA USO EM ÁREAS HOSPITALARES, LABORATÓRIOS, INDÚSTRIAS QUÍMICAS, BIOTÉRIOS, SANEAMENTO E LIMPEZA TÉCNICA. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO , EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52.	-	1	Peça	R\$	76,00	R\$	76,00
28	CALÇADO DE SEGURANÇA - PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO COM CONFORTO CONTRA IMPACTOS DE QUEDAS DE OBJETOS, PERFURO CORTANTE SOBRE OS ARTELHOS E CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTES E PERFURANTES, CONTRA AGENTES TÉRMICOS (FRIJO), CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA E CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS E PRODUTOS DE ORIGEM CORROSSIVA . DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça	R\$	67,95	R\$	67,95
29	CALÇADO OCUPACIONAL MODELO SAPATO FECHADO , CONFECCIONADO EM MATERIAL POLIMÉRICO (EVA) IMPERMEÁVEL, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, FECHADO NA REGIÃO DO CALCANHAR E NA PARTE SUPERIOR, PROPORCIONANDO PROTEÇÃO DO PÉ CONTRA AGENTES QUÍMICOS, FÍSICOS E UMIDADE . POSSUI PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL PARA CONFORTO E HIGIENIZAÇÃO E SOLADO EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO: ATENDE AOS REQUISITOS DE ABSORÇÃO DE ENERGIA NA REGIÃO DO SALTO (E) E É RESISTENTE A ÓLEO COMBUSTÍVEL (FO). DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça	R\$	75,00	R\$	75,00
30	CAPA DE CHUVA LAMINADA CRISTAL COM CAPUZ - CAPA DE CHUVA COM CAPUZ, CONFECCIONADA EM TECIDO DE PVC CRISTAL. POSSUI MANGAS COMPRIDAS COM COBERTURA TOTAL ATÉ OS PUNHOS, ABERTURA FRONTAL E FECHAMENTO COM BOTÕES DE PRESSÃO. COSTURAS SELADAS ELETRONICAMENTE. COR: CRISTAL (SEMI TRANSPARENTE). COMPOSIÇÃO: TECIDO LAMINADO DE PVC CRISTAL DE 0,20MM DE ESPESSURA. INDICAÇÃO DE USO: PROTEÇÃO DO CRÂNIO, PESCOÇO, TRONCO E MEMBROS SUPERIORES CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE CHUVA E OPERAÇÕES COM ÁGUA, PERMITINDO A VISIBILIDADE DO VESTUÁRIO SUBJACENTE. ADEQUADA PARA AMBIENTES QUE EXIGEM HIGIENE VISUAL, COMO LABORATÓRIOS E AMBULATORIOS. TAMANHOS: PP, P, M, G, GG E XG. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça	R\$	26,00	R\$	26,00
31	CARTUCHO SÉRIE 6001 PARA VAPORES ORGÂNICOS. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	20	Par	R\$	110,00	R\$	2.200,00
32	CARTUCHO SÉRIE 6006 PARA MULTIGASES. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	20	Par	R\$	89,41	R\$	1.788,20
33	CONJUNTO TÉRMICO IMPERMEÁVEL CONFECCIONADO EM POLIAMIDA COM RESINA DE ATÉ 150 GR/M². PROTEGE O USUÁRIO EM AMBIENTES REFRIGERADOS, SENDO COMPOSTO POR JAPONA, CALÇA, LUVAS, MEIÃO E BOTA TÉRMICA. SENDO PROTEÇÃO COMPLETA PARA DIVERSOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM AMBIENTES COM BAIXA TEMPERATURA. KIT COMPLETO PARA ATIVIDADES EM AMBIENTES COM BAIXA TEMPERATURA. I. CAPUZ TÉRMICO PARA CÂMARA FRIA E BAIXA TEMPERATURA. II. JAPONA TÉRMICA IMPERMEÁVEL PARA CÂMARA FRIA E BAIXA TEMPERATURA. III. CALÇA DE NYLON TÉRMICA IMPERMEÁVEL PARA CÂMARA FRIA E BAIXA TEMPERATURA. IV. LUVAS TÉRMICAS EM NYLON PARA CÂMARA FRIA E BAIXA TEMPERATURA. V. MEIÃO DE SEGURANÇA PARA CÂMARA FRIA. VI. BOTA TÉRMICA BOTINHA PARA AMBIENTES DE BAIXA TEMPERATURA. TAMANHO PP AO XGG. TODOS OS ITENS NECESSITAM DISPOR DE C.A. VÁLIDO	-	2	Peça	R\$	320,33	R\$	640,66
34	FILTRO PARA PARTICULADOS 5N11 PARA PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA CONTRA POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS. OS FILTROS QUE SÃO UTILIZADOS COM O RESPIRADOR SÃO: I. FILTROS QUÍMICOS CLASSE 1: 6001; 6002; 6003; 6004; 6005; 6006; 6007. II. FILTROS PARA PARTÍCULAS: 2071; 2078; 5N11; 2091; 2096; 2097; 5935BR; 7093. III. FILTROS COMBINADOS (QUÍMICO CLASSE 1 E PARA PARTÍCULAS CLASSE P2): 2076HF. IV. FILTROS COMBINADOS (QUÍMICO CLASSE 1 E PARA PARTÍCULAS CLASSE P3): 60926; 7093C. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	32	Peça	R\$	13,00	R\$	416,00
35	JALECO DE ALGODÃO 100% , COM MANGA COMPRIDA COM BAINHA, ALTURA ATÉ O JOELHO COM 03 BOLSOS, SENDO: 1 SUPERIOR LADO ESQUERDO E DOIS NA PARTE DE BAIXO TAMANHO PP AO XGG .	-	4	Peça	R\$	72,33	R\$	289,32
36	LUVAS DE LÁTEX NATURAL COM PÓ BIOABSORVÍVEL – LUVAS DESCARTÁVEIS EM LÁTEX NATURAL, ATÓXICAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL, USO ÚNICO, NÃO ESTÉREIS, FORMATO AMBIDESTRO, ALTA ELASTICIDADE, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, TEXTURA LISA, INDICADAS PARA PROCEDIMENTOS GERAIS E LABORATORIAIS, TAMANHOS VARIADOS (PP A XGG), CONFORMES ÀS NORMAS ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA .	-	1	Par	R\$	1,68	R\$	1,68
37	LUVAS DE LÁTEX NATURAL SEM PÓ – LUVAS DESCARTÁVEIS EM LÁTEX NATURAL, HIPOALERGÊNICAS, ATÓXICAS, LIVRES DE PÓ, SEM TALCO, REDUZIDO TEOR DE PROTEÍNAS, USO ÚNICO, NÃO ESTÉREIS, ALTA ELASTICIDADE, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO MÍNIMA DE 18 MPa, TEXTURA LISA OU MICROTTEXTURIZADA, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, AMBIDESTRAS, TAMANHOS VARIADOS (PP A XGG), CONFORMES ÀS NORMAS ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA .	-	264	Par	R\$	1,27	R\$	335,28

38	LUVA DE POLIETILENO (LONGA – PROTEÇÃO QUÍMICA SIMPLES) - LUVAS DESCARTÁVEIS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), NÃO ESTÉREIS, TRANSPARENTES, USO ÚNICO, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 40 CM, RESISTENTES A RESPINGOS E CONTATO SIMPLES COM SOLUÇÕES AQUOSAS, INDICADAS PARA ÁREA DE ASSEPSIA, LIMPEZA E MANIPULAÇÃO LEVE.TAMANHOS PP A XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	132	Par	R\$	3,97	R\$	524,04
39	LUVA DE PROTEÇÃO CRIOGÊNICA - LUVA DE SEGURANÇA DESTINADA AO MANUSEIO DE MATERIAIS CRIOGÊNICOS, COM PROTEÇÃO TÉRMICA CONTRA TEMPERATURAS ULTRABAIXAS DE ATÉ -190 °C. MODELO MID ARM, COM COMPRIMENTO ENTRE 350 E 380 MM. PROPORCIONANDO PROTEÇÃO ESTENDIDA ATÉ A REGIÃO MÉDIA DO ANTEBRAÇO. FABRICADA COM TECNOLOGIA MULTICAMADAS, COMPOSTA POR: CAMADA EXTERNA EM TECIDO DE NAILON COM TRATAMENTO REPELENTE À ÁGUA; CAMADAS INTERMEDIÁRIAS COM ISOLAMENTO TÉRMICO DE ALTA EFICIÊNCIA; REVESTIMENTOS INTERNO E EXTERNO EM POLIAMIDA TRICOT SCIRM LAMINADA; E CAMADA ADICIONAL DE TAFETÁ PARA REFORÇO ESTRUCTURAL E RESISTÊNCIA MECÂNICA. TOTALMENTE IMPERMEÁVEL A LÍQUIDOS CRIOGÊNICOS E PROJETADA PARA OFERECER ALTO DESEMPENHO TÉRMICO, DESTREZA FUNCIONAL E SEGURANÇA PROLONGADA EM OPERAÇÕES COM NITROGÊNIO LÍQUIDO, ARGÔNIO LÍQUIDO E OUTROS AGENTES CRIOGÊNICOS. TAMANHO PP ao XGG.	-	1	Peça	R\$	4.741,15	R\$	4.741,15
40	LUVA DE PROTEÇÃO CRIOGÊNICA – MODELO MID ARM -LUVA DE SEGURANÇA PARA MANUSEIO DE AGENTES CRIOGÊNICOS, COM PROTEÇÃO TÉRMICA PARA TEMPERATURAS ULTRABAIXAS DE ATÉ -190 °C. MODELO MID ARM, COM COMPRIMENTO ENTRE 350 MM E 380 MM , PROPORCIONANDO PROTEÇÃO ESTENDIDA DO ANTEBRAÇO ATÉ O MEIO DO BRAÇO. CONSTRUÍDA COM ESTRUTURA MULTICAMADAS PARA ISOLAMENTO TÉRMICO E RESISTÊNCIA MECÂNICA, COMPOSTA POR: CAMADA EXTERNA: TECIDO DE NAILON (NYLON) COM TRATAMENTO REPELENTE À ÁGUA; CAMADAS INTERNAS: MULTICAMADAS DE ISOLAMENTO TÉRMICO DE ALTA EFICIÊNCIA; REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO ADICIONAL: POLIAMIDA TRICOT SCIRM LAMINADA PARA MAIOR RESISTÊNCIA E DURABILIDADE; CAMADA COMPLEMENTAR: TAFETÁ TÉCNICO PARA REFORÇO ESTRUCTURAL E ESTABILIDADE DIMENSIONAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:IMPERMEÁVEL A LÍQUIDOS CRIOGÊNICOS;ALTA RESISTÊNCIA TÉRMICA E MECÂNICA; ADEQUADA PARA OPERAÇÕES COM NITROGÊNIO LÍQUIDO, ARGÔNIO LÍQUIDO, CO ₂ SÓLIDO E OUTROS AGENTES CRIOGÊNICOS; ERGONOMIA E FLEXIBILIDADE PARA MANIPULAÇÃO SEGURA EM AMBIENTES LABORATORIAIS. TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Peça	R\$	2.200,00	R\$	2.200,00
41	LUVA NITRÍLICA COM PÓ – LUVAS <i>DESCARTÁVEIS</i> EM NITRILA (BORRACHA SINTÉTICA), LIVRES DE LÁTEX, HIPOALERGÊNICAS, COM PÓ, RESISTENTES À PERFURAÇÃO E AGENTES QUÍMICOS, EXCELENTE BARREIRA BIOLÓGICA, INDICAÇÃO PARA MANIPULAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS LEVES E BIOLÓGICAS, TEXTURA MICROTEXTURIZADA NAS PONTAS DOS DEDOS, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, USO ÚNICO, TAMANHOS PP A XGG, CONFORMES ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Par	R\$	0,29	R\$	0,29
42	LUVA NITRÍLICA PARA RISCOS MECÂNICOS (ALTA RESISTÊNCIA / ANTIPERFUROCORTANTE) - LUVAS, EM NITRILA DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, MODELO INDUSTRIAL/PROFISSIONAL, ANTIDERRAPANTE, RESISTÊNCIA À ABRASÃO, À PERFURAÇÃO E A PRODUTOS QUÍMICOS AGRESSIVOS, NÃO ESTÉREIS, REUTILIZÁVEIS, INTERIOR FLOCADO, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 30 CM, ESPESSURA MÍNIMA 0,38 MM, CONFORMES À NORMA EN 388 (PROTEÇÃO MECÂNICA), EN 374 (PROTEÇÃO QUÍMICA E BIOLÓGICA).TAMANHO PP AO XGG. DISPOR DE CERTIFICAÇÃO CA – MINISTÉRIO DO TRABALHO.	-	264	Par	R\$	9,90	R\$	2.613,60
43	LUVA NITRÍLICA SEM PÓ – LUVAS <i>DESCARTÁVEIS</i> EM NITRILA (BORRACHA SINTÉTICA), LIVRES DE LÁTEX, HIPOALERGÊNICAS, SEM PÓ, RESISTENTES À PERFURAÇÃO E AGENTES QUÍMICOS, EXCELENTE BARREIRA BIOLÓGICA, INDICAÇÃO PARA MANIPULAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS LEVES E BIOLÓGICAS, TEXTURA MICROTEXTURIZADA NAS PONTAS DOS DEDOS, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, USO ÚNICO, TAMANHOS PP A XGG, CONFORMES ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Par	R\$	0,24	R\$	63,36
44	LUVA DE SEGURANÇA EM NITRÍLICO, NÃO DESCARTÁVEL COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO - CA, EMITIDO PELO MS, CANO DA LUVA POSSUA DE 15 A 20CM DE COMPRIMENTO, FORRO DE MALHA DE ALGODÃO, PALMA ÁSPERA, COR AZUL, COMPRIMENTO TOTAL DE 30CM, TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Par	R\$	33,49	R\$	8.841,36
45	LUVA TÉRMICA RESISTENTE À CORTE E ABRASÃO , RESISTENTE À TEMPERATURA DE ATÉ 300°C, MÃO FORRADA COM FELTRO E REVESTIDA COM SUEDEINE, PUNHO DE 20 CM FORRADO INTERNAMENTE COM LONA DE ALGODÃO, PUNHO COM VÍES DE ALGODÃO COSTURADA COM LINHA DE PARA-ARAMIDA. TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Par	R\$	25,00	R\$	25,00
46	LUVA TÉRMICA DE PROTEÇÃO PARA BAIXAS E ALTAS TEMPERATURAS - LUVA DE SEGURANÇA PROJETADA PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS EM OPERAÇÕES COM VARIAÇÃO TÉRMICA EXTREMA. COM DESEMPENHO COMPROVADO PARA BAIXAS TEMPERATURAS ATÉ -30 °C E ALTAS TEMPERATURAS ATÉ +250 °C (EXPOSIÇÃO INTERMITENTE DE ATÉ 15 SEGUNDOS). CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS - IMPERMEÁVEL, INDICADA PARA AMBIENTES ÚMIDOS E OPERAÇÕES COM LÍQUIDOS OU GELO SECO. COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA: SUPORTE TÊXTIL EM POLIAMIDA (NYLON) DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA; REVESTIMENTO TOTAL EM LÁTEX NATURAL, PROPORCIONANDO EXCELENTE ADEQUÊNCIA E ESTANQUEIDADE; PALMA COM DUPLO REVESTIMENTO EM ESPUMA DE LÁTEX NATURAL; GARANTINDO ALTO GRIP E DESEMPENHO SUPERIOR EM MANUSEIO DE PEÇAS ÚMIDAS, LISAS OU ESCORREGADIAS; FORRO TÉRMICO INTERNO COM MANTA ACRÍLICA DUPLA; QUE ASSEGURA CONFORTO TÉRMICO E ISOLAMENTO EFICIENTE. DESEMPENHO E PROTEÇÃO: PROTEÇÃO CONTRA AGENTES TÉRMICOS (CALOR E FRIO). PROTEÇÃO MECÂNICA CONTRA AGENTES: ABRASIVOS, ESCORIANTE, CORTANTES (RISCO MÉDIO) E PERFURANTES. EXCELENTE TATO E DESTREZA, MANTENDO FLEXIBILIDADE MESMO EM TEMPERATURAS EXTREMAS. PUNHO COM AJUSTE ANATÔMICO PARA MELHOR SEGURANÇA OPERACIONAL. TAMANHO PP ao XGG.	-	2	Peça	R\$	98,90	R\$	197,80
47	MACACÃO ESTÉRIL COM CAPUZ E BOTAS INTEGRADAS – O MACACÃO COM CAPUZ E BOTAS INTEGRADAS É UMA PEÇA DESCARTÁVEL QUE OFERECE CONFORTO E PROTEÇÃO DA CABEÇA AOS PÉS. O MACACÃO DISPÕE DE FECHO FRONTAL COM ABA DE PROTEÇÃO, CAPUZ ELÁSTICO, COSTAS, PUNHOS E TORNOZELOS E PRESILHAS PARA O POLEGAR PARA GARANTIR UMA FIXAÇÃO SEGURA. AS BOTAS INTEGRADAS APRESENTAM SOLAS ANTIDERRAPANTES PARA GARANTIR QUE CADA PASSO SEJA DADO COM SEGURANÇA. UMA VESTIMENTA PARA RESPINGOS, NO CONTEXTO DE SALAS LIMPAS E LABORATÓRIOS, É UM TIPO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) PROJETADO PARA PROTEGER O TRABALHADOR CONTRA O CONTATO COM SUBSTÂNCIAS LÍQUIDAS, COMO RESPINGOS DE PRODUTOS QUÍMICOS, FLUIDOS BIOLÓGICOS OU OUTRAS SOLUÇÕES QUE POSSAM REPRESENTAR RISCOS À SAÚDE OU COMPROMETER A INTEGRIDADE DO AMBIENTE CONTROLADO. ESSA VESTIMENTA É ESPECIALMENTE RELEVANTE EM AMBIENTES ONDE HÁ MANIPULAÇÃO DE MATERIAIS PERIGOSOS OU ONDE A CONTAMINAÇÃO DEVE SER EVITADA, COMO EM SALAS LIMPAS, LABORATÓRIOS DE PESQUISA OU PRODUÇÃO. TAMANHO PP ao XGG DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	2	Peça	R\$	187,90	R\$	375,80
48	MACACÃO DE SEGURANÇA DESCARTÁVEL COM CAPUZ – PROTEÇÃO QUÍMICA E BIOLÓGICA. MACACÃO DE SEGURANÇA DE USO PROFISSIONAL, DESCARTÁVEL E NÃO REUTILIZÁVEL, CONFECCIONADO EM FIBRA CONTÍNUA DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (HDPE), MATERIAL 100% POLIETILENO DO TIPO TYVEK®, QUE COMBINA ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA E EXCELENTE BARREIRA CONTRA PARTÍCULAS E AGENTES BIOLÓGICOS. CARACTERÍSTICAS DO MACACÃO: INTEGRAL COM CAPUZ ANATÔMICO PARA AMPLA COBERTURA CORPORAL; FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER DE ALTA RESISTÊNCIA E ABA PROTETORA; ELÁSTICOS INTEGRADOS EM PUNHOS, TORNOZELOS, CINTURA E CAPUZ PARA VEDAÇÃO SEGURA; COSTURA DUPLA REFORÇADA PARA MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA ESTRUCTURAL; TECIDO RESPIRÁVEL QUE REDUZ ACÚMULO DE CALOR E MELHORA O CONFORTO DO USUÁRIO; LIVRE DE LÁTEX E SILICONE, REDUZINDO RISCOS ALÉRGICOS. CERTIFICAÇÃO CE – CATEGORIA III; INDICADO PARA ALTOS RISCOS ; TIPO 3B – PROTEÇÃO CONTRA JATOS DE PRODUTOS QUÍMICOS LÍQUIDOS (PRESSÃO) E RISCOS BIOLÓGICOS; CERTIFICAÇÃO EN 14126 – BARREIRA COMPROVADA CONTRA AGENTES INFECCIOSOS E CONTAMINANTES BIOLÓGICOS. ATENDENDO AINDA ÀS NORMAS: EN 14605 – ROUPAS DE PROTEÇÃO CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS LÍQUIDOS; EN 1073-2 – PROTEÇÃO CONTRA PARTÍCULAS RADIOATIVAS; EN 1149-5 – PROPRIEDADES ELETROSTÁTICAS (QUANDO APLICÁVEL AO MODELO); EN 13982-1 TIPO 5 – PARTÍCULAS SÓLIDAS; EN 13034 TIPO 6 – RESPINGO QUÍMICO LIMITADO. TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça	R\$	9,30	R\$	2.455,20

49	<p>MACACÃO DE SEGURANÇA DESCARTÁVEL SEM CAPUZ – PROTEÇÃO QUÍMICA E BIOLÓGICA. MACACÃO DE SEGURANÇA DE USO PROFISSIONAL, DESCARTÁVEL E NÃO REUTILIZÁVEL, CONFECCIONADO EM FIBRA CONTÍNUA DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (HDPE), MATERIAL 100% POLIETILENO DO TIPO TYVEK®, QUE COMBINA ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA E EXCELENTE BARREIRA CONTRA PARTÍCULAS E AGENTES BIOLÓGICOS. CARACTERÍSTICAS DO MACACÃO: INTEGRAL COM CAPUZ ANATÔMICO PARA AMPLA COBERTURA CORPORAL; FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER DE ALTA RESISTÊNCIA E ABA PROTETORA; ELÁSTICOS INTEGRADOS EM PUNHOS, TORNOZELOS, CINTURA E CAPUZ PARA VEDAÇÃO SEGURA; COSTURA DUPLA REFORÇADA PARA MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA ESTRUTURAL; TECIDO RESPIRÁVEL QUE REDUZ ACÚMULO DE CALOR E MELHORA O CONFORTO DO USUÁRIO; LIVRE DE LÁTEX E SILICONE, REDUZINDO RISCOS ALÉRGICOS. CERTIFICAÇÃO CE – CATEGORIA III; INDICADO PARA ALTOS RISCOS; TIPO 3B – PROTEÇÃO CONTRA JATOS DE PRODUTOS QUÍMICOS LÍQUIDOS (PRESSÃO) E RISCOS BIOLÓGICOS; CERTIFICAÇÃO EN 14126 – BARREIRA COMPROVADA CONTRA AGENTES INFECCIOSOS E CONTAMINANTES BIOLÓGICOS. ATENDENDO AINDA ÀS NORMAS: EN 14605 – ROUPAS DE PROTEÇÃO CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS LÍQUIDOS; EN 1073-2 – PROTEÇÃO CONTRA PARTÍCULAS RADIOATIVAS; EN 1149-5 – PROPRIEDADES ELETROSTÁTICAS (QUANDO APLICÁVEL AO MODELO); EN 13982-1 TIPO 5 – PARTÍCULAS SÓLIDAS; EN 13034 TIPO 6 – RESPINGO QUÍMICO LIMITADO. TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.</p>	-	132	Peça	R\$	10,53	R\$	1.389,96
50	<p>MACACÃO EM PVC DE MANGA COMPRIDA COM CAPUZ, CONFECCIONADO EM TECIDO SINTÉTICO PLASTIFICADO EM PVC, SOLDADO ELETRONICAMENTE, COM CAPUZ FIXO, FECHAMENTO FRONTAL POR MEIO DE ZÍPER E BOTÕES DE PRESSÃO, MANGAS LONGAS, ACOPLADO COM BOTAS E LUVAS DE PVC PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS E BIOLÓGICOS. MANTENDO-O VEDADO/SEGURO E PARA ANDAR SOBRE ÁREAS COM SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS E NOCIVAS À SAÚDE. TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A.</p>	-	1	Peça	R\$	230,00	R\$	230,00
51	<p>MACACÃO EM PVC DE MANGA COMPRIDA SEM CAPUZ, CONFECCIONADO EM TECIDO SINTÉTICO PLASTIFICADO EM PVC, SOLDADO ELETRONICAMENTE, COM CAPUZ FIXO, FECHAMENTO FRONTAL POR MEIO DE ZÍPER E BOTÕES DE PRESSÃO, MANGAS LONGAS, ACOPLADO COM BOTAS E LUVAS DE PVC PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS E BIOLÓGICOS. MANTENDO-O VEDADO/SEGURO E PARA ANDAR SOBRE ÁREAS COM SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS E NOCIVAS À SAÚDE. TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A.</p>	-	1	Peça	R\$	177,09	R\$	177,09
52	<p>MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA DESCARTÁVEL - MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA (3 CAMADAS), CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, SENDO:</p> <p>I. CAMADA EXTERNA: BARREIRA MICROBACTERIANA.</p> <p>II. CAMADA INTERMEDIÁRIA: FILTRO BACTERIOLÓGICO E PARTICULADO ≥ 98% (BFE/PFE).</p> <p>III. CAMADA INTERNA: MACIA E NÃO IRRITANTE.</p> <p>POSSUI CLIPE NASAL AJUSTÁVEL, ALÇAS ELÁSTICAS DE FIXAÇÃO AURICULAR (EARLOOP), MODELO PUSSADO/TRIPLA DOBRA, PERMITINDO VEDAÇÃO CONFORTÁVEL. DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO, HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA E LIVRE DE LÁTEX. DEVE ATENDER À RESOLUÇÃO RDC Nº 356/2020 DA ANVISA E À ABNT NBR 15052:2022 – MÁSCARAS CIRÚRGICAS. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.</p>	-	264	Peça	R\$	0,32	R\$	84,48
53	<p>MÁSCARA PFF2 / N95 (PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE) - MÁSCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA, TIPO PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE – PFF2 (EQUIVALENTE À N95), DE USO PROFISSIONAL, MODELO DESCARTÁVEL, CLASSE PFF2 (S). COM EFICIÊNCIA MÍNIMA DE FILTRAÇÃO ≥ 95% PARA PARTÍCULAS DE 0,3 MM (N95 – NIOSH 42 CFR 84). CONSTRUÇÃO EM MÚLTIPLAS CAMADAS FILTRANTES DE NÃO-TECIDO (TNT) COM TECNOLOGIA MELTBLOWN, MATERIAL ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO E LIVRE DE FIBRA DE VIDRO.</p> <p>POSSUI CLIP NASAL AJUSTÁVEL E TIRAS ELÁSTICAS DE ALTA RESISTÊNCIA POSICIONADAS ATRÁS DA CABEÇA (HEADBAND) PARA GARANTIR VEDAÇÃO ADEQUADA AO ROSTO DO USUÁRIO. EFETIVA COMO BARREIRA CONTRA AEROSSÓIS SÓLIDOS E LÍQUIDOS, NEVOAS E AGENTES BIOLÓGICOS (CLASSE P2 – AGENTE BIOLÓGICO NÍVEL 2 E 3). DEVE APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO OU REGISTRO REGISTRO NA ANVISA, CONFORME RDC 379/2020.</p>	-	264	Peça	R\$	0,44	R\$	116,16
54	<p>MÁSCARA RESPIRATÓRIA SEMIFACIAL SÉRIE 6200 - COM DOIS SUPORTE PARA FILTROS COM ELÁSTICOS AJUSTÁVEIS QUE PRENDEM ATRÁS DA CABEÇA E NA NUCA, COM SAÍDA PARA AR EXALADO, EQUIPADA COM FILTRO. O RESPIRADOR MODELO 6200, SEMIFACIAL COM FILTROS DUPLOS, MOLDADO EM ELASTÔMERO SINTÉTICO, UTILIZADOS PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS DO USUÁRIO CONTRA A INALAÇÃO DE PARTÍCULAS SÓLIDAS, QUANDO UTILIZADO COM FILTROS MECÂNICOS OU COMBINADOS, E CONTRA GASES E VAPORES ORGÂNICOS ATÉ 1000 PPM, QUANDO UTILIZADO COM FILTROS QUÍMICOS OU COMBINADOS, PODENDO TER, EM ALGUNS FILTROS PARA PARTÍCULAS, UMA CAMADA DE CARVÃO ATIVADO EM SUA CONSTITUIÇÃO. O RESPIRADOR DEVE ATENDER AOS REQUISITOS TÉCNICOS NORMATIVOS DA ABNT NBR 13694 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.</p>	-	1	Peça	R\$	215,00	R\$	215,00
55	<p>ÓCULOS DE PROTEÇÃO DE AMPLA-VISÃO, CONSTITUÍDOS DE ARMAÇÃO CONFECCIONADA EM UMA ÚNICA PEÇA DE NÁILON CINZA RECOBERTA COM BORRACHA EM TPE VERMELHA COM VENTILAÇÃO INDIRETA COMPOSTA POR FENDAS, SENDO UMA FENDA NA PARTE SUPERIOR E TRÊS FENDAS NA PARTE INFERIOR EM CADA LADO DA ARMAÇÃO. O AJUSTE À FACE DO USUÁRIO É FEITO ATRAVÉS DE UM TIRANTE ELÁSTICO OU PRESILHAS DE NÁILON PRESAS POR MEIO DE ENCAIXE NA ARMAÇÃO E VISOR DE POLICARBONATO INCOLOR. OPCIONALMENTE, O MODELO PODE SER UTILIZADO COM UM SUPORTE PLÁSTICO INTERNO (CLIP) QUE SE ENCAIXA NAS BORDAS INTERNAS DO VISOR PARA A COLOCAÇÃO DE LENTES CORRETIVAS. O MODELO COBRE TODA A REGIÃO EM TORNO DOS OLHOS DO USUÁRIO. DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).</p>	-	2	Peça	R\$	18,33	R\$	36,66
56	<p>ÓCULOS DE SEGURANÇA TRANSPARENTE PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL MODELO AMPLA VISÃO COM ELÁSTICO. ARMAÇÃO EM PVC TRANSPARENTE, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).</p>	-	2	Peça	R\$	28,00	R\$	56,00
57	<p>ÓCULOS DE SEGURANÇA MODELO SOBREPOR TRANSPARENTE, COM LENTES INCOLORES DESENVOLVIDOS PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS VOLANTES DE ORIGEM MECÂNICA, PODENDO SER UTILIZADOS SOBRE ÓCULOS DE CORREÇÃO VISUAL (ÓCULOS DE GRAU). CONFECCIONADOS EM POLICARBONATO DE ALTA RESISTÊNCIA, COMPOSTOS POR VISOR E ARMAÇÃO INTEGRADOS EM PEÇA ÚNICA, COM PROTEÇÃO LATERAL E SUPERIOR, PROPORCIONANDO AMPLA ÁREA DE COBERTURA DA REGIÃO OCULAR. POSSUI HASTES TIPO ESPÁTULA, FABRICADAS NO MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO, COM AJUSTE DE COMPRIMENTO (HASTES REGULÁVEIS) PARA MELHOR ADAPTAÇÃO AO USUÁRIO. DESIGN LEVE, COM BOA ERGONOMIA E CAMPO VISUAL AMPLIADO. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: POLICARBONATO INCOLOR; RESISTÊNCIA: IMPACTO DE PARTÍCULAS VOLANTES; PROTEÇÃO: SUPERIOR E LATERAL; HASTES: TIPO ESPÁTULA REGULÁVEIS COM ENCAIXE POR PINOS PLÁSTICOS; COMPATIBILIDADE: USO SOBRE ÓCULOS DE GRAU; ANTIEMBAÇANTE E ANTIRRISCO; ATENDE À NORMA ABNT NBR 16064:2012 (ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL); DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .</p>	-	2	Peça	R\$	8,00	R\$	16,00
58	<p>ÓCULOS DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS CONTRA RADIAÇÃO ULTRA VIOLETA, LENTE LARANJA DE POLICARBONATO E RESISTENTE, FORMATO ANATÔMICO, COM POSSIBILIDADE DE VISUALIZAÇÃO NUM ÂNGULO DE 120 GRAUS, TRATAMENTO ANTI-EMBAÇANTE NOS LADOS INTERNOS E EXTERNOS , LAVÁVEL E PASSÍVEL DE DESINFECÇÃO QUÍMICA, PROTEÇÃO 99 % UVB E 99% UVA, PONTE NASAL EM POLICARBONATO INJETADA NA MESMA PEÇA DA LENTE DE POLICARBONATO, ESCUDO LATERAL TAMBÉM EM POLICARBONATO COM AJUSTE DA HASTE EM 4 POSIÇÕES E CORDÃO DE SEGURANÇA. DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .</p>	-	2	Peça	R\$	7,38	R\$	14,76
59	<p>ÓCULOS TRANSPARENTE PARA PROTEÇÃO CONTRA RESPINGOS DE PRODUTOS QUÍMICOS E AGENTES BIOLÓGICOS, PROPORCIONANDO VEDAÇÃO E SEGURANÇA DURANTE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS EM AMBIENTES INDUSTRIAIS, LABORATORIAIS OU HOSPITALARES.</p> <p>CONFECCIONADOS EM POLICARBONATO DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, COM LENTE INCOLOR QUE OFERECE AMPLA VISIBILIDADE E CAMPO DE VISÃO APROXIMADO DE 120°. POSSUI FORMATO ANATÔMICO, PERMITINDO AJUSTE CONFORTÁVEL AO ROSTO DO USUÁRIO, COM PONTE NASAL INTEGRADA À PEÇA E ESCUDOS LATERAIS PARA PROTEÇÃO ADICIONAL. CONTA COM TRATAMENTO ANTIEMBAÇANTE NAS SUPERFÍCIES INTERNA E EXTERNA, REDUZINDO A CONDENSACÃO DE VAPOR E GARANTINDO VISIBILIDADE CONTÍNUA DURANTE O USO. LAVÁVEL E RESISTENTE À DESINFECÇÃO QUÍMICA, POSSIBILITA REUTILIZAÇÃO CONFORME PROCEDIMENTOS DE HIGIENIZAÇÃO RECOMENDADOS PELO FABRICANTE. DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .</p>	-	2	Peça	R\$	3,99	R\$	7,98

60	PROPÉ DESCARTÁVEL PARA PROTEÇÃO DOS CALÇADOS, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M², ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO, LIVRE DE LÁTEX E FIBRAS SOLTAS, RESISTENTE A RESPINGOS E POEIRA. POSSUI ELÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA EM TODA A ABERTURA, GARANTINDO AJUSTE FIRME SEM COMPRESSÃO EXCESSIVA. MODELO NÃO ESTÉRIL, DE USO ÚNICO (DESCARTÁVEL), DESTINADO AO CONTROLE DE CONTAMINAÇÃO CRUZADA EM AMBIENTES QUE EXIGEM CUIDADOS DE HIGIENE E BIOSSEGURANÇA. DEVENDO ESTAR EM CONFORMIDADE COM A RDC 356/2020 DA ANVISA. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça	R\$	0,12	R\$	31,68
61	PROTEÇÃO DOS MEMBROS INFERIORES - JARDINEIRA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADO EM POLICLORETO DE VINILA (PVC), COM RESISTÊNCIA QUÍMICA E BIOLÓGICO, SISTEMA DE ABSORÇÃO DE ENERGIA NO SOLADO, COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO E RESISTÊNCIA AO ÓLEO. A JARDINEIRA EM PVC COM AMBAS AS FACES (TREVIRA), COSTURAS ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA, COM SUSPENSÓRIO DO MESMO MATERIAL DA VESTIMENTA COM MEIA ARGOLA PARA AJUSTES, BOTAS DE CALONGO OU MÉDIO DE PVC FORRADAS ACOPLADAS. USO PROFISSIONAL, JARDINEIRA DE SEGURANÇA ACOPLADO COM BOTA PVC CANO CURTO, IMPERMEÁVEL E INTEIRO POLIMÉRICO. TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça	R\$	75,00	R\$	75,00
62	PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA , COM HASTE PLÁSTICA, COM ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 25 DB(A). TAMANHO PP AO GG. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça	R\$	55,50	R\$	55,50
63	PROTETOR AUDITIVO TIPO INSERÇÃO , COM HASTE PLÁSTICA, COM ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 18 DB(A). DISPONDO DE C.A.	-	4	Peça	R\$	2,03	R\$	8,12
64	PROTETOR FACIAL EM POLICARBONATO DURÁVEL E MOLDADO, INCOLOR, ANTIEMBAÇANTE, VISOR COM APROXIMADAMENTE 250 MM DE LARGURA E 185 MM DE ALTURA. COM SUSPENSÃO E CATRACA, COM REGULAGEM PARA AJUSTE NA CABEÇA. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	2	Peça	R\$	58,50	R\$	117,00
65	RETENTOR 501 5N11 PARA FILTRO COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M SÉRIE 6200.	-	4	Peça	R\$	12,00	R\$	48,00
66	TIRANTE DE MÁSCARA SEMI FACIAL , TAMANHO P AO GG. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M SÉRIE 6200.	-	4	Peça	R\$	51,00	R\$	204,00
67	TOUCA DESCARTÁVEL TIPO SANFONADA , CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M², ATÓXICA, HIPOALERGÊNICA, RESISTENTE, INDICADA PARA AMBIENTES CONTROLADOS, HOSPITALARES E LABORATORIAIS. POSSUI ACABAMENTO EM ELÁSTICO REFORÇADO AO REDOR DE TODA A CIRCUNFERÊNCIA, GARANTINDO AJUSTE CONFORTÁVEL E SEGURO. FABRICADA POR SOLDAGEM/COSTURA ULTRASSÔNICA, LIVRE DE FIBRAS SOLTAS, NÃO INFLAMÁVEL, NÃO ESTÉRIL, DE USO ÚNICO (DESCARTÁVEL), MODELO UNISSEX, TAMANHO ÚNICO COM AJUSTE UNIVERSAL. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça	R\$	0,05	R\$	13,20
Total Anual							R\$	25.005,95
Total Mensal							R\$	2.083,83
Valor Mensal por Posto								

INSUMOS DIVERSOS PARA SUPORTE À GESTÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL									
Equipamento de Equipamento Individual (EPI)				TÉCNICO DE ENFERMAGEM 1					
				TÉCNICO DE ENFERMAGEM 3					
				TÉCNICO EM RADIOLOGIA					
				TÉCNICO EM FARMÁCIA 3					
				FISIOTERAPEUTA GERAL 3					
				NUTRICIONISTA 3					
				FARMACÊUTICO 3					
				FARMACÊUTICO 4					
				FONOAUDIÓLOGO 3					
				ENFERMEIRO 2					
ENFERMEIRO 4									
MÉDICO 4									
Quantidade Total de Postos:									
Descrição dos EPI:				Cor	Quant Anual Unitário	Unidade	Valor Unitário	Valor Total todos os Postos	
68	AVENTAL DE PVC BRANCO IMPERMEÁVEL PARA GARANTIR A SEGURANÇA E HIGIENE DURANTE ATIVIDADES EM AMBIENTES LABORATORIAL, AMBULATORIAL E HOSPITALAR. PROTEÇÃO CONTRA RESPINGOS DE LÍQUIDOS E RESÍDUOS, GARANTINDO UMA BARREIRA EFICAZ ENTRE O UNIFORME/JALECO PARA SEGURANÇA E CONFORTO MESMO NAS CONDIÇÕES MAIS ÚMIDAS NO AMBIENTE DE TRABALHO. TAMANHO PP ao XGG DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).				-	2	Peça	R\$ 11,84	R\$ 23,68
69	AVENTAL DESCARTÁVEL IMPERMEÁVEL COM MANGAS LONGAS, DESENVOLVIDO PARA OFERECER PROTEÇÃO QUÍMICA DE ALTO DESEMPENHO. CONFECCIONADO COM BASE EM TYVEK, MATERIAL LEVE E RESISTENTE, E REVESTIDO COM POLIETILENO, PROPORCIONA PROTEÇÃO COMPROVADA POR ATÉ 30 MINUTOS CONTRA MAIS DE 40 AGENTES QUÍMICOS. TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .				-	122	Peça	R\$ 45,99	R\$ 5.610,78
70	AVENTAL DESCARTÁVEL PARA PROCEDIMENTOS - USO HOSPITALAR E LABORATORIAL, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT) LAMINADO SMS – GRAU MÉDICO, COMPOSTO POR 3 CAMADAS (SPUNBOND + MELTBLOWN + SPUNBOND), COM GRAMATURA MÍNIMA DE 40 G/M² , OFERECENDO BARREIRA CONTRA PARTÍCULAS SÓLIDAS E GOTÍCULAS, ADEQUADO PARA PROCEDIMENTOS COM RISCO BIOLÓGICO MODERADO . MODELO MANGA LONGA, COM PUNHO EM ELÁSTICO TRANÇADO OU MALHA RIBANA, CONFECCIONADO POR SOLDAGEM ULTRASSÔNICA (SEM COSTURA COM LINHA, GARANTINDO MAIOR SEGURANÇA MICROBIOLÓGICA). POSSUI SISTEMA DE FECHAMENTO E AJUSTE COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO NO PESCOÇO E NA CINTURA, PROPORCIONANDO ADAPTAÇÃO ANATÔMICA AO CORPO DO USUÁRIO. USO ÚNICO (DESCARTÁVEL), HIPOALERGÊNICO, ATÓXICO, LIVRE DE LÁTEX, COR OPCIONAL AZUL/BRANCO OU CONFORME NECESSIDADE DO ÓRGÃO REQUISITANTE. EM CONFORMIDADE COM: RDC 356/2020 – ANVISA. TAMANHOS PP AO XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.				-	364	Peça	R\$ 3,21	R\$ 1.168,44
71	AVENTAL DESCARTÁVEL ESTÉRIL – USO HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT), COMPOSTO POR TRÊS CAMADAS (SPUNBOND + MELTBLOWN + SPUNBOND), COM GRAMATURA MÍNIMA DE 50 G/M² OU SUPERIOR , OFERECENDO ALTA BARREIRA CONTRA FLUIDOS E MICROORGANISMOS. MODELO MANGA LONGA COM PUNHO DE MALHA OU ELÁSTICO, PERMITINDO AJUSTE ANATÔMICO AOS PUNHOS. POSSUI SISTEMA DE FECHAMENTO COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO NO PESCOÇO E NA CINTURA, GARANTINDO SEGURANÇA E ERGONOMIA NO AJUSTE. PRODUTO ESTÉRIL POR ÓXIDO DE ETILENO (ETO) OU RAIOS GAMA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE COM ABERTURA ASSÉPTICA, DE USO ÚNICO (DESCARTÁVEL), ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO E ISENTO DE LÁTEX (LATEX FREE). O PRODUTO DEVE ATENDER INTEGRALMENTE À RESOLUÇÃO RDC Nº 356/2020 DA ANVISA E ABNT NBR 16064:2012 . TAMANHOS PP AO XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.				-	164	Peça	R\$ 13,90	R\$ 2.279,60
72	AVENTAL TÉRMICO IMPERMEÁVEL PARA ALTA TEMPERATURA, RESISTENTE À TEMPERATURA DE ATÉ 300°C , AJUSTÁVEL ATRAVÉS DE TIRAS DO MESMO MATERIAL NAS COSTAS COM PLUGUE DE ENGATE RÁPIDO, COSTURADO COM LINHA DE ARAMIDA, SEM FORRO. AVENTAL DE PROTEÇÃO, ESPECÍFICO PARA TRABALHO EM ALTA TEMPERATURA, CONFECCIONADO EM TECIDO ESPECIAL RETARDANTE A CHAMAS, COM COSTURA DUPLA E LINHA DE META ARAMIDA, ACABAMENTO ESPECIAL, TRATAMENTO IMPERMEABILIZANTE, PRÓPRIO PARA AMBIENTE QUE EXIGE PROTEÇÃO TÉRMICA COM EXPOSIÇÃO A CALOR, VAPOR E RESPINGOS QUENTES. TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.				-	1	Par	R\$ 139,73	R\$ 139,73

73	CALÇADO OCUPACIONAL MODELO SAPATO FECHADO , CONFECCIONADO EM MATERIAL POLIMÉRICO (EVA) IMPERMEÁVEL, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, FECHADO NA REGIÃO DO CALCANHAR E NA PARTE SUPERIOR, PROPORCIONANDO PROTEÇÃO DO PÉ CONTRA AGENTES QUÍMICOS, FÍSICOS E UMIDADE . POSSUI PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL PARA CONFORTO E HIGIENIZAÇÃO E SOLADO EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO: ATENDE AOS REQUISITOS DE ABSORÇÃO DE ENERGIA NA REGIÃO DO SALTO (E) E É RESISTENTE A ÓLEO COMBUSTÍVEL (FO). DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. DISPONDO DE C.A.	Branco	1	Peça	R\$	75,00	R\$	75,00
74	JALECO PROFISSIONAL , CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO , MANGA LONGA, MODELAGEM UNISSEX COM ACOMPANHAMENTO DE COSTURA REFORÇADA. POSSUI TRÊS BOLSOS EMBUTIDOS, SENDO UM BOLSO SUPERIOR NO LADO ESQUERDO DO PEITO E DOIS BOLSOS INFERIORES FRONTAIS. ABERTURA FRONTAL COM FECHAMENTO POR BOTÕES (OU PRESSÃO), GOLA ESPORTE OU PADRE E ACABAMENTO COM BAINHA DE SEGURANÇA. COMPRIMENTO ATÉ A ALTURA DOS JOELHOS, RESISTENTE A LAVAGENS, TECIDO CONFORTÁVEL, RESPIRÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS DO PP AO XGG.	Branco	3	Peça	R\$	77,40	R\$	232,20
75	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL - LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL EM LÁTEX NATURAL, FORMATO ANATÔMICO (MÃO DIREITA/ESQUERDA), COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28 CM, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁTIL, PUNHO ALONGADO COM BORDA REFORÇADA, ATÓXICA E HIPOALERGÊNICA. ESTERILIZADA POR ÓXIDO DE ETILENO (ETO) OU RAIOS GAMA, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE COM SISTEMA DE ABERTURA ASSÉPTICA . DISPONÍVEL COM PÓ BIOABSORVÍVEL OU SEM PÓ (POWDER FREE), DE ACORDO COM A NECESSIDADE CLÍNICA. DEVE ATENDER ÀS NORMAS ABNT NBR ISO 10282 .DISPONÍVEL NOS TAMANHOS: PP, P, M, G, GG e XGG . DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	132	Par	R\$	1,56	R\$	205,92
76	LUVA PARA PROCEDIMENTO (NÃO ESTÉRIL) - LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS EM LÁTEX NATURAL, DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, SEM PÓ (OU COM PÓ BIOABSORVÍVEL – OPCIONAL), HIPOALERGÊNICA, SUPERFÍCIE LISA OU MICROTEXTURIZADA, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO ≥ 18 MPA, FORMATO AMBIDESTRO, USO ÚNICO. DEVE CUMPRIR A NORMA ABNT NBR ISO 11193-1 E RDC 356/2020. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS: PP, P, M, G, GG e XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	528	Par	R\$	7,85	R\$	4.144,80
77	LUVA DE LÁTEX NATURAL SEM PÓ – LUVAS DESCARTÁVEIS EM LÁTEX NATURAL, HIPOALERGÊNICAS, ATÓXICAS, LIVRES DE PÓ, SEM TALCO, REDUZIDO TEOR DE PROTÉINAS, USO ÚNICO, NÃO ESTÉREIS, ALTA ELASTICIDADE, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO MÍNIMA DE 18 MPA, TEXTURA LISA OU MICROTEXTURIZADA, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, AMBIDESTRAS, TAMANHOS VARIADOS (PP A XGG), CONFORMES ÀS NORMAS ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Par	R\$	1,27	R\$	335,28
78	LUVA DE LÁTEX NATURAL COM PÓ BIOABSORVÍVEL – LUVAS DESCARTÁVEIS EM LÁTEX NATURAL, ATÓXICAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL, USO ÚNICO, NÃO ESTÉREIS, FORMATO AMBIDESTRO, ALTA ELASTICIDADE, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, TEXTURA LISA, INDICADAS PARA PROCEDIMENTOS GERAIS E LABORATORIAIS, TAMANHOS VARIADOS (PP A XGG), CONFORMES ÀS NORMAS ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Par	R\$	1,68	R\$	1,68
79	LUVA NITRILICA COM PÓ – LUVAS DESCARTÁVEIS EM NITRILA (BORRACHA SINTÉTICA), LIVRES DE LÁTEX, HIPOALERGÊNICAS, COM PÓ, RESISTENTES À PERFURAÇÃO E AGENTES QUÍMICOS, EXCELENTE BARREIRA BIOLÓGICA, INDICAÇÃO PARA MANIPULAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS LEVES E BIOLÓGICAS, TEXTURA MICROTEXTURIZADA NAS PONTAS DOS DEDOS, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, USO ÚNICO, TAMANHOS PP A XGG, CONFORMES ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Par	R\$		R\$	-
80	LUVA NITRILICA PARA RISCOS MECÂNICOS (ALTA RESISTÊNCIA / ANTIPERFUROCORTANTE) - LUVAS EM NITRILA DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, MODELO INDUSTRIAL/PROFISSIONAL, ANTIDERRAPANTE, RESISTÊNCIA À ABRASÃO, À PERFURAÇÃO E A PRODUTOS QUÍMICOS AGRESSIVOS, NÃO ESTÉREIS, REUTILIZÁVEIS, INTERIOR FLOCADO, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 30 CM, ESPESSURA MÍNIMA 0,38 MM, CONFORMES À NORMA EN 388 (PROTEÇÃO MECÂNICA), EN 374 (PROTEÇÃO QUÍMICA E BIOLÓGICA) E CERTIFICAÇÃO CA – MINISTÉRIO DO TRABALHO .	-	264	Par	R\$	9,90	R\$	2.613,60
81	LUVA NITRILICA SEM PÓ – LUVAS DESCARTÁVEIS EM NITRILA (BORRACHA SINTÉTICA), LIVRES DE LÁTEX, HIPOALERGÊNICAS, SEM PÓ, RESISTENTES À PERFURAÇÃO E AGENTES QUÍMICOS, EXCELENTE BARREIRA BIOLÓGICA, INDICAÇÃO PARA MANIPULAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS LEVES E BIOLÓGICAS, TEXTURA MICROTEXTURIZADA NAS PONTAS DOS DEDOS, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, USO ÚNICO, TAMANHOS PP A GG, CONFORMES ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Par	R\$	0,24	R\$	63,36
82	LUVA DE POLIETILENO (LONGA – PROTEÇÃO QUÍMICA SIMPLES) -LUVAS DESCARTÁVEIS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), NÃO ESTÉREIS, TRANSPARENTES, USO ÚNICO, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 40 CM, RESISTENTES A RESPINGOS E CONTATO SIMPLES COM SOLUÇÕES AQUOSAS, INDICADAS PARA ÁREA DE ASSEPSIA, LIMPEZA E MANIPULAÇÃO LEVE.TAMANHOS PP A XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	12	Par	R\$	3,97	R\$	47,64
83	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA DESCARTÁVEL - MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA (3 CAMADAS), CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, SENDO: I. CAMADA EXTERNA: BARREIRA MICROBACTERIANA. II. CAMADA INTERMEDIÁRIA: FILTRO BACTERIOLÓGICO E PARTICULADO ≥ 98% (BFE/PFE). III. CAMADA INTERNA: MACIA E NÃO IRRITANTE. POSSUI CLIPE NASAL AJUSTÁVEL, ALÇAS ELÁSTICAS DE FIXAÇÃO AURICULAR (EARLOOP), MODELO PLISSADO/TRIPLA DOBRA, PERMITINDO VEDAÇÃO CONFORTÁVEL. DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO, HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA E LIVRE DE LÁTEX. DEVE ATENDER À RESOLUÇÃO RDC Nº 356/2020 DA ANVISA E À ABNT NBR 15052:2022 – MÁSCARAS CIRÚRGICAS. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça	R\$	0,32	R\$	84,48
84	MÁSCARA PFF2 / N95 (PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE) - MÁSCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA, TIPO PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE – PFF2 (EQUIVALENTE À N95), DE USO PROFISSIONAL, MODELO DESCARTÁVEL, CLASSE PFF2 (S), COM EFICIÊNCIA MÍNIMA DE FILTRAÇÃO ≥ 95% PARA PARTÍCULAS DE 0,3 MM (N95 – NIOSH 42 CFR 84) . CONSTRUÇÃO EM MÚLTIPLAS CAMADAS FILTRANTES DE NÃO-TECIDO (TNT) COM TECNOLOGIA MELTBLOWN, MATERIAL ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO E LIVRE DE FIBRA DE VIDRO. POSSUI CLIP NASAL AJUSTÁVEL E TIRAS ELÁSTICAS DE ALTA RESISTÊNCIA POSICIONADAS ATRÁS DA CABEÇA (HEADBAND) PARA GARANTIR VEDAÇÃO ADEQUADA AO ROSTO DO USUÁRIO. EFETIVA COMO BARREIRA CONTRA AEROSSÓIS SÓLIDOS E LÍQUIDOS, NÉVOAS E AGENTES BIOLÓGICOS (CLASSE P2 – AGENTE BIOLÓGICO NÍVEL 2 E 3) . DEVE APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO OU REGISTRO REGISTRO NA ANVISA, CONFORME RDC 379/2020 .	-	264	Peça	R\$	0,44	R\$	116,16
85	ÓCULOS DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL MODELO AMPLA VISÃO. ARMAÇÃO EM PVC TRANSPARENTE, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).	-	2	Peça	R\$	28,00	R\$	56,00
86	ÓCULOS DE SEGURANÇA MODELO SOBREPOR , COM LENTES INCOLORES DESENVOLVIDOS PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS VOLANTES DE ORIGEM MECÂNICA, PODENDO SER UTILIZADOS SOBRE ÓCULOS DE CORREÇÃO VISUAL (ÓCULOS DE GRAU). CONFECCIONADOS EM POLICARBONATO DE ALTA RESISTÊNCIA, COMPOSTOS POR VISOR E ARMAÇÃO INTEGRADOS EM PEÇA ÚNICA, COM PROTEÇÃO LATERAL E SUPERIOR, PROPORCIONANDO AMPLA ÁREA DE COBERTURA DA REGIÃO OCULAR. POSSUI HASTES TIPO ESPÁTULA, FABRICADAS NO MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO, COM AJUSTE DE COMPRIMENTO (HASTES REGULÁVEIS) PARA MELHOR ADAPTAÇÃO AO USUÁRIO. DESIGN LEVE, COM BOA ERGONOMIA E CAMPO VISUAL AMPLIADO. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: POLICARBONATO INCOLOR; RESISTÊNCIA: IMPACTO DE PARTÍCULAS VOLANTES; PROTEÇÃO: SUPERIOR E LATERAL; HASTES: TIPO ESPÁTULA REGULÁVEIS COM ENCAIXE POR PINOS PLÁSTICOS; COMPATIBILIDADE: USO SOBRE ÓCULOS DE GRAU; ANTIEMBAÇANTE E ANTIRRISCO ; ATENDE À NORMA ABNT NBR 16064:2012 (ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL); DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .	-	1	Peça	R\$	8,00	R\$	8,00
87	PROTETOR FACIAL EM POLICARBONATO DURÁVEL E MOLDADO , INCOLOR, ANTIEMBAÇANTE, VISOR COM APROXIMADAMENTE 250 MM DE LARGURA E 185 MM DE ALTURA. COM SUSPENSÃO E CATRACA, COM REGULAGEM PARA AJUSTE NA CABEÇA. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Peça	R\$	58,50	R\$	58,50
88	PROTETOR AUDITIVO TIPO INSERÇÃO , COM HASTE PLÁSTICA, COM ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 18 DB(A) OU SUPERIOR. DISPONDO DE C.A.	-	4	Peça	R\$	2,03	R\$	8,12

89	PROPE DESCARTÁVEL PARA PROTEÇÃO DOS CALÇADOS, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M², ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO, LIVRE DE LÁTEX E FIBRAS SOLTAS, RESISTENTE A RESPINGOS E POEIRA. POSSUI ELÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA EM TODA A ABERTURA, GARANTINDO AJUSTE FIRME SEM COMPRESSÃO EXCESSIVA. MODELO NÃO ESTÉRIL, DE USO ÚNICO (DESCARTÁVEL), DESTINADO AO CONTROLE DE CONTAMINAÇÃO CRUZADA EM AMBIENTES QUE EXIGEM CUIDADOS DE HIGIENE E BIODIVERSIDADE. DEVENDO ESTAR EM CONFORMIDADE COM A RDC 356/2020 DA ANVISA. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça	R\$	0,12	R\$	31,68
90	TOUCA DESCARTÁVEL TIPO SANFONADA , CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M², ATÓXICA, HIPOALERGÊNICA, RESISTENTE, INDICADA PARA AMBIENTES CONTROLADOS, HOSPITALARES E LABORATORIAIS. POSSUI ACABAMENTO EM ELÁSTICO REFORÇADO AO REDOR DE TODA A CIRCUNFERÊNCIA, GARANTINDO AJUSTE CONFORTÁVEL E SEGURO. FABRICADA POR SOLDAGEM/COSTURA ULTRASSÔNICA, LIVRE DE FIBRAS SOLTAS, NÃO INFLAMÁVEL, NÃO ESTÉRIL, DE USO ÚNICO (DESCARTÁVEL), MODELO UNISSEX, TAMANHO ÚNICO COM AJUSTE UNIVERSAL. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça	R\$	0,05	R\$	13,20
91	AVENTAL PLUMBÍFERO : PROTEGE O TRONCO E O ABDÔMEN CONTRA A RADIAÇÃO. CONFECCIONADO EM MATERIAL FLEXÍVEL DE ALTA DENSIDADE COM EQUIVALÊNCIA DE CHUMBO MÍNIMA ENTRE 0,25 MMPB E 0,50 MMPB, CONFORME INDICAÇÃO DO SERVIÇO E REQUISITOS DE RADIOPROTEÇÃO. ESTRUTURA EM MULTICAMADAS COM BARREIRA RADIOLOGICA CONTINUA, GARANTINDO ATENUAÇÃO ADEQUADA CONFORME CNEN NN 3.01 E CNEN NN 3.02 . REVESTIMENTO EXTERNO EM PVC VINÍLICO, NYLON EMBORRACHADO OU MATERIAL POLÍMERO RESISTENTE, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE À ABRASÃO, SEM POROSIDADE E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. POSSUI FECHAMENTO ANATÔMICO EM VELCRO OU FIVELAS DE ALTA RESISTÊNCIA, COSTURAS REFORÇADAS, DISTRIBUIÇÃO UNIFORME DO PESO E ERGONOMIA ADEQUADA PARA MINIMIZAR FADIGA LOMBAR. MODELO FRONTAL, FRONTAL DUPLO OU ENVOLVENTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SETOR. PRODUTO DE USO NÃO ESTÉRIL, REUTILIZÁVEL, DEVENDO ATENDER AOS REQUISITOS DE CONTROLE RADIOLOGICO E INTEGRIDADE PERIÓDICA PREVISTOS NA IN ANVISA Nº 94/2021 (TESTES ANUAIS) . DEVE DISPOR DE REGISTRO C.A OU CADASTRO VÁLIDO NA ANVISA.	-	1	Peça	R\$	713,99	R\$	713,99
92	PROTECTOR DE TIREOIDE : FICA NO PESCOÇO PARA PROTEGER A GLÂNDULA TIREOIDE, QUE É SENSÍVEL À RADIAÇÃO. PRODUZIDO EM MATERIAL COM EQUIVALÊNCIA MÍNIMA DE 0,50 MMPB, ADEQUADO PARA PROTEÇÃO DA GLÂNDULA TIREOIDE CONTRA RADIAÇÃO IONIZANTE. CONFECCIONADO EM ESTRUTURA MULTICAMADAS COM BARREIRA DE CHUMBO OU COMPOSTO EQUIVALENTE (LEAD-FREE OPCIONAL), GARANTINDO EFICIÊNCIA DE ATENUAÇÃO CONFORME CNEN NN 3.01 (PROTEÇÃO RADIOLOGICA). APRESENTA REVESTIMENTO EXTERNO IMPERMEÁVEL E RESISTENTE À ABRASÃO, COM ACABAMENTO INTERNO CONFORTÁVEL, HIPOALERGÊNICO E AJUSTÁVEL AO PESCOÇO POR MEIO DE VELCRO DE ALTA ADERÊNCIA. DEVE PERMITIR AJUSTE ANATÔMICO COMPLETO, COBRINDO A REGIÃO DA TIREOIDE SEM DEIXAR ÁREAS DESCOBERTAS. PRODUTO NÃO ESTÉRIL, REUTILIZÁVEL, DE USO EXCLUSIVO COMO BARREIRA RADIOLOGICA. ATENDE AOS REQUISITOS DE INTEGRIDADE E TESTES PERIÓDICOS PREVISTOS NA RDC 330/2019 E NA IN 94/2021 , INCLUINDO INSPEÇÃO ANUAL DE FISSURAS E TRINCAS. DEVE DISPOR DE REGISTRO C.A OU CADASTRO VÁLIDO NA ANVISA.	-	1	Peça	R\$	388,05	R\$	388,05
93	ÓCULOS PLUMBÍFEROS : PROTEGEM OS OLHOS, QUE SÃO ÓRGÃOS MUITO SENSÍVEIS À RADIAÇÃO. FABRICADOS COM LENTES DE VIDRO DE ALTA DENSIDADE COM EQUIVALÊNCIA MÍNIMA DE 0,75 MMPB, OFERECENDO PROTEÇÃO OCULAR ADEQUADA CONTRA RADIAÇÃO ESPALHADA. LENTES COM DESIGN ÓPTICO DE ALTA NITIDEZ, TRATAMENTO ANTIRREFLEXO E LATERAIS DE PROTEÇÃO PLUMBÍFERA PARA MINIMIZAR EXPOSIÇÃO LATERAL, CONFORME DIRETRIZES DA CNEN E RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS DE RADIOPROTEÇÃO (ICRP). ARMAÇÃO EM POLICARBONATO, AÇO OU POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA, LEVE, ERGONÔMICO E COM AJUSTES NAS HASTES PARA ADAPTAÇÃO AO USUÁRIO. PRODUTO NÃO ESTÉRIL, REUTILIZÁVEL, COM SUPERFÍCIES RESISTENTES À LIMPEZA E DESINFECÇÃO HOSPITALAR. DEVE DISPOR DE REGISTRO C.A OU CADASTRO VÁLIDO NA ANVISA.	-	1	Peça	R\$	1.011,00	R\$	1.011,00
94	PROTECTORES DE GÔNADAS : PROTEGEM OS ÓRGÃOS REPRODUTORES CONTRA OS EFEITOS DA RADIAÇÃO, COMO A INFERTILIDADE. CONFECCIONADOS EM MATERIAL FLEXÍVEL COM EQUIVALÊNCIA MÍNIMA ENTRE 0,25 E 0,50 MMPB, DE ACORDO COM A REGIÃO ANATÔMICA E APLICAÇÃO, DESTINADOS À PROTEÇÃO DOS ÓRGÃOS REPRODUTORES CONTRA RADIAÇÃO IONIZANTE, CONFORME RECOMENDAÇÕES DE PROTEÇÃO RADIOLOGICA DA CNEN E DA ICRP PARA TECIDOS DE ALTA RADIOSENSIBILIDADE. MODELO ANATÔMICO AJUSTÁVEL, PODENDO SER TIPO ESCUDO INFANTIL, PROTÓTIPO MASCULINO (FAIXA OU CONCHA DE PROTEÇÃO) OU PROTÓTIPO FEMININO (ESCUDO PÉLVICO), FABRICADO EM CAMADAS DE MATERIAL RADIOPROTECTOR COM ALTA CAPACIDADE DE ATENUAÇÃO. REVESTIMENTO EXTERNO EM MATERIAL RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. PRODUTO REUTILIZÁVEL, NÃO ESTÉRIL, COM OBRIGATORIEDADE DE INSPEÇÃO PERIÓDICA DE INTEGRIDADE CONFORME IN ANVISA 94/2021 . DEVE DISPOR DE REGISTRO C.A OU CADASTRO VÁLIDO NA ANVISA.	-	1	Peça	R\$	482,47	R\$	482,47
						Total Anual	R\$	10.501,75
						Total Mensal	R\$	875,15
						Valor Mensal por Posto		#DIV/0!

INSUMOS DIVERSOS PARA SUPORTE À GESTÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL						
Equipamento de Equipamento Individual (EPI)				QUÍMICO 3		
				BIÓLOGO 3		
Quantidade Total de Postos:						
Descrição dos EPI:	Cor	Quant Anual Unitário	Unidade	Valor Unitário	Valor Total todos os Postos	
85 AVENTAL DESCARTÁVEL - USO LABORATORIAL, DESCARTÁVEL PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS E BIOLÓGICOS, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESSO SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 50 G/M2 OU ACIMA, MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS NO PESCOÇO E NA CINTURA, TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.	-	132	Peça	R\$ 6,05	R\$	798,60
96 AVENTAL DESCARTÁVEL IMPERMEÁVEL COM MANGAS LONGAS, DESENVOLVIDO PARA OFERECER PROTEÇÃO QUÍMICA DE ALTO DESEMPENHO. CONFECCIONADO COM BASE EM TYVEK, MATERIAL LEVE E RESISTENTE, E REVESTIDO COM POLIETILENO, PROPORCIONA PROTEÇÃO COMPROVADA POR ATÉ 30 MINUTOS CONTRA MAIS DE 40 AGENTES QUÍMICOS. TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).	-	122	Peça	R\$ 45,99	R\$	5.610,78
97 AVENTAL DE PVC BRANCO IMPERMEÁVEL PARA GARANTIR A SEGURANÇA E HIGIENE DURANTE ATIVIDADES EM AMBIENTES LABORATORIAL, AMBULATORIAL E HOSPITALAR. PROTEÇÃO CONTRA RESPINGOS DE LÍQUIDOS E RESÍDUOS, GARANTINDO UMA BARREIRA EFICAZ ENTRE O UNIFORME/JALECO PARA SEGURANÇA E CONFORTO MESMO NAS CONDIÇÕES MAIS ÚMIDAS NO AMBIENTE DE TRABALHO. TAMANHO PP ao XGG DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).	-	2	Peça	R\$ 11,84	R\$	23,68
98 AVENTAL DE PROCEDIMENTOS – USO HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESSO SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 40 G/M², MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS NO PESCOÇO E NA CINTURA, TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça	R\$ 7,49	R\$	1.977,36
99 AVENTAL DE PROCEDIMENTOS – USO HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESSO SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 50 G/M² OU SUPERIOR, MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS NO PESCOÇO E NA CINTURA, TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça	R\$ 9,24	R\$	2.439,36
100 AVENTAL TÉRMICO IMPERMEÁVEL PARA ALTA TEMPERATURA, RESISTENTE À TEMPERATURA DE ATÉ 300°C, AJUSTÁVEL ATRAVÉS DE TIRAS DO MESMO MATERIAL NAS COSTAS COM PLUGUE DE ENGATE RÁPIDO, COSTURADO COM LINHA DE ARAMIDA, SEM FORRO. AVENTAL DE PROTEÇÃO, ESPECÍFICO PARA TRABALHO EM ALTA TEMPERATURA, CONFECCIONADO EM TECIDO ESPECIAL RETARDANTE A CHAMAS, COM COSTURA DUPLA E LINHA DE META ARAMIDA, ACABAMENTO ESPECIAL, TRATAMENTO IMPERMEABILIZANTE, PRÓPRIO PARA AMBIENTE QUE EXIGE PROTEÇÃO TÉRMICA COM EXPOSIÇÃO A CALOR, VAPOR E RESPINGOS QUENTES. TAMANHO PP AO XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Par	R\$ 139,73	R\$	139,73

101	BOTA DE SEGURANÇA , TIPO CALÇADO OCUPACIONAL, MODELO CANO CURTO , CONFECCIONADA EM PVC INJETADO DE ALTA RESISTÊNCIA, BIDSIDADE, IMPERMEÁVEL, COM SOLADO ANTIDERRAPANTE COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO, RESISTENTE A AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS , COM PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM PRODUTOS QUÍMICOS E FLUIDOS, PALMILHA INTERNA CONFORTÁVEL, OPCIONAL COM BIQUEIRA DE SEGURANÇA EM PVC OU COMPOSITE (OPCIONAL CONFORME RISCO), INDICADA PARA USO EM ÁREAS HOSPITALARES, LABORATÓRIOS, INDÚSTRIAS QUÍMICAS, BIOTÉRIOS, SANEAMENTO E LIMPEZA TÉCNICA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO , EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	-	2	Peça	R\$	42,50	R\$	85,00
102	BOTA DE SEGURANÇA , TIPO CALÇADO OCUPACIONAL, MODELO CANO LONGO , CONFECCIONADA EM PVC INJETADO DE ALTA RESISTÊNCIA, BIDSIDADE, IMPERMEÁVEL, COM SOLADO ANTIDERRAPANTE COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO, RESISTENTE A AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS , COM PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM PRODUTOS QUÍMICOS E FLUIDOS, PALMILHA INTERNA CONFORTÁVEL, OPCIONAL COM BIQUEIRA DE SEGURANÇA EM PVC OU COMPOSITE (OPCIONAL CONFORME RISCO), INDICADA PARA USO EM ÁREAS HOSPITALARES, LABORATÓRIOS, INDÚSTRIAS QUÍMICAS, BIOTÉRIOS, SANEAMENTO E LIMPEZA TÉCNICA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO , EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	-	1	Peça	R\$	67,95	R\$	67,95
103	CARTUCHO SÉRIE 6001 PARA VAPORES ORGÂNICOS. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	20	Par	R\$	110,00	R\$	2.200,00
104	CARTUCHO SÉRIE 6006 PARA MULTIGASES. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	20	Par	R\$	89,41	R\$	1.788,20
105	CALÇADO OCUPACIONAL MODELO SAPATO FECHADO , CONFECCIONADO EM MATERIAL POLIMÉRICO (EVA) IMPERMEÁVEL, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, FECHADO NA REGIÃO DO CALCANHAR E NA PARTE SUPERIOR, PROPORCIONANDO PROTEÇÃO DO PÉ CONTRA AGENTES QUÍMICOS, FÍSICOS E UMIDADE . POSSUI PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL PARA CONFORTO E HIGIENIZAÇÃO E SOLADO EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO: ATENDE AOS REQUISITOS DE ABSORÇÃO DE ENERGIA NA REGIÃO DO SALTO (E) E É RESISTENTE A ÓLEO COMBUSTÍVEL (FO). DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça	R\$	75,00	R\$	75,00
106	CALÇADO DE SEGURANÇA - PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO COM CONFORTO CONTRA IMPACTOS DE QUEDAS DE OBJETOS, PERFURO CORTANTE SOBRE OS ARTELHOS E CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE E PERFURANTES, CONTRA AGENTES TÉRMICOS (FRIO), CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA E CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS E PRODUTOS DE ORIGEM CORROSSIVA . DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça	R\$	67,95	R\$	67,95
107	CAPA DE CHUVA LAMINADA CRISTAL COM CAPUZ - CAPA DE CHUVA COM CAPUZ, CONFECCIONADA EM TECIDO DE PVC CRISTAL. POSSUI MANGAS COMPRIDAS COM COBERTURA TOTAL ATÉ OS PUNHOS, ABERTURA FRONTAL E FECHAMENTO COM BOTÕES DE PRESSÃO. COSTURAS SELADAS ELETRONICAMENTE. COR: CRISTAL (SEMI TRANSPARENTE). COMPOSIÇÃO: TECIDO LAMINADO DE PVC CRISTAL DE 0,20MM DE ESPESSURA. INDICAÇÃO DE USO: PROTEÇÃO DO CRÂNIO, PESCOÇO, TRONCO E MEMBROS SUPERIORES CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE CHUVA E OPERAÇÕES COM ÁGUA, PERMITINDO A VISIBILIDADE DO VESTUÁRIO SUBJACENTE. ADEQUADA PARA AMBIENTES QUE EXIGEM HIGIENE VISUAL, COMO LABORATÓRIOS E AMBULATÓRIOS. TAMANHOS: PP, M, G, GG E XGG. DISPONDO DE C.A.	-	2	Peça	R\$	26,00	R\$	52,00
108	CONJUNTO TÉRMICO IMPERMEÁVEL CONFECCIONADO EM POLIAMIDA COM RESINA DE ATÉ 150 GR/M². PROTEGE O USUÁRIO EM AMBIENTES REFRIGERADOS, SENDO COMPOSTO POR JAPONA, CALÇA, LUVA, MEIÃO E BOTA TÉRMICA. SENDO PROTEÇÃO COMPLETA PARA DIVERSOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM AMBIENTES COM BAIXA TEMPERATURA. KIT COMPLETO PARA ATIVIDADES EM AMBIENTES COM BAIXA TEMPERATURA: I. CAPUZ TÉRMICO PARA CÂMARA FRIA E BAIXA TEMPERATURA. II. JAPONA TÉRMICA IMPERMEÁVEL PARA CÂMARA FRIA E BAIXA TEMPERATURA. III. CALÇA DE NYLON TÉRMICA IMPERMEÁVEL PARA CÂMARA FRIA E BAIXA TEMPERATURA. IV. LUVA TÉRMICA EM NYLON PARA CÂMARA FRIA E BAIXA TEMPERATURA. V. MEIÃO DE SEGURANÇA PARA CÂMARA FRIA. TAMANHO PP AO XGG VI. BOTA TÉRMICA BOTINHA PARA AMBIENTES DE BAIXA TEMPERATURA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 33 AO 52. . TODOS OS ITENS NECESSITAM DISPOR DE C.A. VÁLIDO	-	2	Peça	R\$	320,33	R\$	640,66
109	FILTRO PARA PARTICULADOS 5N11 PARA PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA CONTRA POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS. OS FILTROS QUE SÃO UTILIZADOS COM O RESPIRADOR SÃO: I. FILTROS QUÍMICOS CLASSE 1: 6001; 6002; 6003; 6004; 6005; 6006; 6007. II. FILTROS PARA PARTÍCULAS: 2071; 2078; 5N11; 2091; 2096; 2097; 5935BR; 7093. III. FILTROS COMBINADOS (QUÍMICO CLASSE 1 E PARA PARTÍCULAS CLASSE P2): 2076HF. IV. FILTROS COMBINADOS (QUÍMICO CLASSE 1 E PARA PARTÍCULAS CLASSE P3): 60926; 7093C. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	32	Peça	R\$	13,00	R\$	416,00
110	JALECO DE ALGODÃO 100% , COM MANGA COMPRIDA COM BAINHA, ALTURA ATÉ O JOELHO COM 03 BOLSOS, SENDO: 1 SUPERIOR LADO ESQUERDO E DOIS NA PARTE DE BAIXO TAMANHO PP AO XGG .	-	3	Peça	R\$	72,33	R\$	216,99
111	MÁSCARA RESPIRATÓRIA SEMIFACIAL SÉRIE 6200 COM DOIS SUPORTES PARA FILTROS COM ELÁSTICOS AJUSTÁVEIS QUE PRENDEM ATRÁS DA CABEÇA E NA NUCA, COM SAÍDA PARA AR EXALADO, EQUIPADA COM FILTRO. O RESPIRADOR MODELO 6200, SEMIFACIAL COM FILTROS DUPLOS, MOLDADO EM ELASTÔMERO SINTÉTICO, UTILIZADOS PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS DO USUÁRIO CONTRA A INALAÇÃO DE PARTÍCULAS SÓLIDAS, QUANDO UTILIZADO COM FILTROS MECÂNICOS OU COMBINADOS, E CONTRA GASES E VAPORES ORGÂNICOS ATÉ 1000 PPM, QUANDO UTILIZADO COM FILTROS QUÍMICOS OU COMBINADOS, PODENDO TER, EM ALGUNS FILTROS PARA PARTÍCULAS, UMA CAMADA DE CARVÃO ATIVADO EM SUA CONSTITUIÇÃO. O RESPIRADOR DEVE ATENDER AOS REQUISITOS TÉCNICOS NORMATIVOS DA ABNT NBR 13694 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M.	-	1	Peça	R\$	215,00	R\$	215,00
112	LUVA DE LÁTEX NATURAL SEM PÓ – LUVAS DESCARTÁVEIS EM LÁTEX NATURAL, HIPOALERGÊNICAS, ATÓXICAS, LIVRES DE PÓ, SEM TALCO, REDUZIDO TEOR DE PROTEÍNAS, USO ÚNICO, NÃO ESTÉREIS, ALTA ELASTICIDADE, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO MÍNIMA DE 18 MPA, TEXTURA LISA OU MICROTEXTURIZADA, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, AMBIDESTRAS, TAMANHOS VARIADOS (PP A XGG), CONFORMES ÀS NORMAS ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Par	R\$	1,27	R\$	335,28
113	LUVA DE LÁTEX NATURAL COM PÓ BIOABSORVÍVEL – LUVAS DESCARTÁVEIS EM LÁTEX NATURAL, ATÓXICAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL, USO ÚNICO, NÃO ESTÉREIS, FORMATO AMBIDESTRO, ALTA ELASTICIDADE, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, TEXTURA LISA, INDICADAS PARA PROCEDIMENTOS GERAIS E LABORATORIAIS, TAMANHOS VARIADOS (PP A XGG), CONFORMES ÀS NORMAS ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Par	R\$	1,68	R\$	1,68
114	LUVA DE SEGURANÇA EM NITRÍLICO, NÃO DESCARTÁVEL COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO - CA, EMITIDO PELO MS, CANO DA LUVA POSSUA DE 15 A 20CM DE COMPRIMENTO, FORRO DE MALHA DE ALGODÃO, PALMA ÁSPERA, COR AZUL, COMPRIMENTO TOTAL DE 30CM, TAMANHO P AO GG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Par	R\$	33,49	R\$	8.841,36
115	LUVA TÉRMICA RESISTENTE À CORTE E ABRASÃO , RESISTENTE À TEMPERATURA DE ATÉ 300°C, MÃO FORRADA COM FELTRO E REVESTIDA COM SUELINE, PUNHO DE 20 CM FORRADO INTERNAMENTE COM LONA DE ALGODÃO, PUNHO COM VIÉS DE ALGODÃO COSTURADA COM LINHA DE PARA-ARAMIDA. TAMANHO P AO GG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Par	R\$	25,00	R\$	25,00
116	LUVA NITRÍLICA SEM PÓ – LUVAS DESCARTÁVEIS EM NITRILA (BORRACHA SINTÉTICA), LIVRES DE LÁTEX, HIPOALERGÊNICAS, SEM PÓ, RESISTENTES À PERFURAÇÃO E AGENTES QUÍMICOS, EXCELENTE BARREIRA BIOLÓGICA, INDICAÇÃO PARA MANIPULAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS LEVES E BIOLÓGICAS, TEXTURA MICROTEXTURIZADA NAS PONTAS DOS DEDOS, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, USO ÚNICO, TAMANHOS PP A XGG, CONFORMES ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Par	R\$	0,24	R\$	63,36
117	LUVA NITRÍLICA COM PÓ – LUVAS DESCARTÁVEIS EM NITRILA (BORRACHA SINTÉTICA), LIVRES DE LÁTEX, HIPOALERGÊNICAS, COM PÓ, RESISTENTES À PERFURAÇÃO E AGENTES QUÍMICOS, EXCELENTE BARREIRA BIOLÓGICA, INDICAÇÃO PARA MANIPULAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS LEVES E BIOLÓGICAS, TEXTURA MICROTEXTURIZADA NAS PONTAS DOS DEDOS, PUNHO COM BORDA REFORÇADA, USO ÚNICO, TAMANHOS PP A XGG, CONFORMES ABNT NBR ISO 11193-1. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Par	R\$		R\$	-
118	LUVA NITRÍLICA PARA RISCOS MECÂNICOS (ALTA RESISTÊNCIA / ANTIPERFUROCORTANTE) - LUVAS EM NITRILA DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, MODELO INDUSTRIAL/PROFISSIONAL, ANTIDERRAPANTE, RESISTÊNCIA À ABRASÃO, À PERFURAÇÃO E A PRODUTOS QUÍMICOS AGRESSIVOS, NÃO ESTÉREIS, REUTILIZÁVEIS, INTERIOR FLOCADO, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 30 CM, ESPESSURA MÍNIMA 0,38 MM, CONFORMES À NORMA EN 388 (PROTEÇÃO MECÂNICA), EN 374 (PROTEÇÃO QUÍMICA E BIOLÓGICA). TAMANHO PP AO XGG. E CERTIFICAÇÃO CA – MINISTÉRIO DO TRABALHO.	-	264	Par	R\$	9,90	R\$	2.613,60

119	LUVA DE POLIETILENO (LONGA – PROTEÇÃO QUÍMICA SIMPLES) -LUVAS DESCARTÁVEIS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), NÃO ESTÉREIS, TRANSPARENTES, USO ÚNICO, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 40 CM, RESISTENTES A RESPINGOS E CONTATO SIMPLES COM SOLUÇÕES AQUOSAS, INDICADAS PARA ÁREA DE ASSEPSIA, LIMPEZA E MANIPULAÇÃO LEVE.TAMANHOS PP A XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	122	Par	R\$	3,97	R\$	484,34
120	LUVA DE PROTEÇÃO CRIOGÊNICA - LUVA DE SEGURANÇA DESTINADA AO MANUSEIO DE MATERIAIS CRIOGÊNICOS, COM PROTEÇÃO TÉRMICA CONTRA TEMPERATURAS ULTRABAIXAS DE ATÉ –190 °C. MODELO MID ARM, COM COMPRIMENTO ENTRE 350 E 380 MM, PROPORCIONANDO PROTEÇÃO ESTENDIDA ATÉ A REGIÃO MÉDIA DO ANTEBRAÇO. FABRICADA COM TECNOLOGIA MULTICAMADAS, COMPOSTA POR: CAMADA EXTERNA EM TECIDO DE NAILON COM TRATAMENTO REPELENTE À ÁGUA; CAMADAS INTERMEDIÁRIAS COM ISOLAMENTO TÉRMICO DE ALTA EFICIÊNCIA; REVESTIMENTOS INTERNO E EXTERNO EM POLIAMIDA TRICOT SCRIM LAMINADA; E E CAMADA ADICIONAL DE TAFETÁ PARA REFORÇO ESTRUTURAL E RESISTÊNCIA MECÂNICA. TOTALMENTE IMPERMEÁVEL A LÍQUIDOS CRIOGÊNICOS E PROJETADA PARA OFERECER ALTO DESEMPENHO TÉRMICO, DESTREZA FUNCIONAL E SEGURANÇA PROLONGADA EM OPERAÇÕES COM NITROGÊNIO LÍQUIDO, ARGÔNIO LÍQUIDO E OUTROS AGENTES CRIOGÊNICOS. TAMANHO PP ao XGG.	-	1	Peça			R\$	-
121	LUVA DE PROTEÇÃO CRIOGÊNICA – MODELO MID ARM -LUVA DE SEGURANÇA PARA MANUSEIO DE AGENTES CRIOGÊNICOS, COM PROTEÇÃO TÉRMICA PARA TEMPERATURAS ULTRABAIXAS DE ATÉ –190 °C. MODELO MID ARM, COM COMPRIMENTO ENTRE 350 MM E 380 MM, PROPORCIONANDO PROTEÇÃO ESTENDIDA DO ANTEBRAÇO ATÉ O MEIO DO BRAÇO. CONSTRUÍDA COM ESTRUTURA MULTICAMADAS PARA ISOLAMENTO TÉRMICO E RESISTÊNCIA MECÂNICA, COMPOSTA POR: CAMADA EXTERNA: TECIDO DE NAILON (NYLON) COM TRATAMENTO REPELENTE À ÁGUA; CAMADAS INTERNAS: MULTICAMADAS DE ISOLAMENTO TÉRMICO DE ALTA EFICIÊNCIA; REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO ADICIONAL: POLIAMIDA TRICOT SCRIM LAMINADA PARA MAIOR RESISTÊNCIA E DURABILIDADE; CAMADA COMPLEMENTAR: TAFETÁ TÉCNICO PARA REFORÇO ESTRUTURAL E ESTABILIDADE DIMENSIONAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:IMPERMEÁVEL A LÍQUIDOS CRIOGÊNICOS;ALTA RESISTÊNCIA TÉRMICA E MECÂNICA; ADEQUADA PARA OPERAÇÕES COM NITROGÊNIO LÍQUIDO, ARGÔNIO LÍQUIDO, CO ₂ SÓLIDO E OUTROS AGENTES CRIOGÊNICOS; ERGONOMIA E FLEXIBILIDADE PARA MANIPULAÇÃO SEGURA EM AMBIENTES LABORATORIAIS. TAMANHO P ao XGG. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	1	Peça			R\$	-
122	LUVA TÉRMICA DE PROTEÇÃO PARA BAIXAS E ALTAS TEMPERATURAS - LUVA DE SEGURANÇA PROJETADA PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS EM OPERAÇÕES COM VARIAÇÃO TÉRMICA EXTREMA, COM DESEMPENHO COMPROVADO PARA BAIXAS TEMPERATURAS ATÉ –30 °C E ALTAS TEMPERATURAS ATÉ +250 °C (EXPOSIÇÃO INTERMITENTE DE ATÉ 15 SEGUNDOS). CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS - IMPERMEÁVEL, INDICADA PARA AMBIENTES ÚMIDOS E OPERAÇÕES COM LÍQUIDOS OU GELO SECO. COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA: SUPORTE TÊXTIL EM POLIAMIDA (NYLON) DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA; REVESTIMENTO TOTAL EM LÁTEX NATURAL, PROPORCIONANDO EXCELENTE ADERÊNCIA E ESTANQUEIDADE; PALMA COM DUPLO REVESTIMENTO EM ESPUMA DE LÁTEX NATURAL; GARANTINDO ALTA GRIP E DESEMPENHO SUPERIOR EM MANUSEIO DE PEÇAS ÚMIDAS, LISAS OU ESCORREGADIAS; FORRO TÉRMICO INTERNO COM MANTA ACRÍLICA DUPLA; QUE ASSEGURA CONFORTO TÉRMICO E ISOLAMENTO EFICIENTE. DESEMPENHO E PROTEÇÃO: PROTEÇÃO CONTRA AGENTES TÉRMICOS (CALOR E FRIO). PROTEÇÃO MECÂNICA CONTRA AGENTES: ABRASIVOS, ESCORIANTES, CORTANTES (RISCO MÉDIO) E PERFURANTES. EXCELENTE TATO E DESTREZA, MANTENDO FLEXIBILIDADE MESMO EM TEMPERATURAS EXTREMAS. PUNHO COM AJUSTE ANATÔMICO PARA MELHOR SEGURANÇA OPERACIONAL. TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça	R\$	98,90	R\$	98,90
123	MACACÃO ESTÉRIL COM CAPUZ E BOTAS INTEGRADAS – O MACACÃO COM CAPUZ E BOTAS INTEGRADAS É UMA PEÇA DESCARTÁVEL QUE OFERECE CONFORTO E PROTEÇÃO DA CABEÇA AOS PÉS. O MACACÃO DISPÕE DE FECHO FRONTAL COM ABA DE PROTEÇÃO, CAPUZ ELÁSTICO, COSTAS, PUNHOS E TORNOZELOS E PRESILHAS PARA O POLEGAR PARA GARANTIR UMA FIXAÇÃO SEGURA. AS BOTAS INTEGRADAS APRESENTAM SOLAS ANTIDERRAPANTES PARA GARANTIR QUE CADA PASSO SEJA DADO COM SEGURANÇA. UMA VESTIMENTA PARA RESPINGOS, NO CONTEXTO DE SALAS LIMPAS E LABORATÓRIOS, É UM TIPO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) PROJETADO PARA PROTEGER O TRABALHADOR CONTRA O CONTATO COM SUBSTÂNCIAS LÍQUIDAS, COMO RESPINGOS DE PRODUTOS QUÍMICOS, FLUIDOS BIOLÓGICOS OU OUTRAS SOLUÇÕES QUE POSSAM REPRESENTAR RISCOS À SAÚDE OU COMPROMETER A INTEGRIDADE DO AMBIENTE CONTROLADO. ESSA VESTIMENTA É ESPECIALMENTE RELEVANTE EM AMBIENTES ONDE HÁ MANIPULAÇÃO DE MATERIAIS PERIGOSOS OU ONDE A CONTAMINAÇÃO DEVE SER EVITADA, COMO EM SALAS LIMPAS, LABORATÓRIOS DE PESQUISA OU PRODUÇÃO. TAMANHO PP ao XGG DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	122	Peça	R\$	187,90	R\$	22.923,80
124	MACACÃO DE SEGURANÇA DESCARTÁVEL COM CAPUZ – PROTEÇÃO QUÍMICA E BIOLÓGICA. MACACÃO DE SEGURANÇA DE USO PROFISSIONAL, DESCARTÁVEL E NÃO REUTILIZÁVEL, CONFECCIONADO EM FIBRA CONTÍNUA DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (HDPE), MATERIAL 100% POLIETILENO DO TIPO TYVEK®, QUE COMBINA ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA E EXCELENTE BARREIRA CONTRA PARTÍCULAS E AGENTES BIOLÓGICOS. CARACTERÍSTICAS DO MACACÃO: DESIGN INTEGRAL COM CAPUZ ANATÔMICO PARA AMPLA COBERTURA CORPORAL; FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER DE ALTA RESISTÊNCIA E ABA PROTETORA; ELÁSTICOS INTEGRADOS EM PUNHOS, TORNOZELOS, CINTURA E CAPUZ PARA VEDAÇÃO SEGURA; COSTURA DUPLA REFORÇADA PARA MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA ESTRUTURAL; TECIDO RESPIRÁVEL QUE REDUZ ACÚMULO DE CALOR E MELHORA O CONFORTO DO USUÁRIO; LIVRE DE LÁTEX E SILICONE, REDUZINDO RISCOS ALÉRGICOS. CERTIFICAÇÃO CE – CATEGORIA III; INDICADO PARA ALTOS RISCOS; TIPO 3B – PROTEÇÃO CONTRA JATOS DE PRODUTOS QUÍMICOS LÍQUIDOS (PRESSÃO) E RISCOS BIOLÓGICOS; CERTIFICAÇÃO EN 14126 – BARREIRA COMPROVADA CONTRA AGENTES INFECCIOSOS E CONTAMINANTES BIOLÓGICOS. ATENDE TAMBÉM ÀS NORMAS: EN 14605 – ROUPAS DE PROTEÇÃO CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS LÍQUIDOS; EN 1073-2 – PROTEÇÃO CONTRA PARTÍCULAS RADIOATIVAS; EN 1149-5 – PROPRIEDADES ELETROSTÁTICAS (QUANDO APLICÁVEL AO MODELO); EN 13982-1 TIPO 5 – PARTÍCULAS SÓLIDAS; EN 13034 TIPO 6 – RESPINGO QUÍMICO LIMITADO. TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.	-	50	Peça	R\$	9,30	R\$	465,00
125	MACACÃO DE SEGURANÇA DESCARTÁVEL SEM CAPUZ – PROTEÇÃO QUÍMICA E BIOLÓGICA. MACACÃO DE SEGURANÇA DE USO PROFISSIONAL, DESCARTÁVEL E NÃO REUTILIZÁVEL, CONFECCIONADO EM FIBRA CONTÍNUA DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (HDPE), MATERIAL 100% POLIETILENO DO TIPO TYVEK®, QUE COMBINA ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA E EXCELENTE BARREIRA CONTRA PARTÍCULAS E AGENTES BIOLÓGICOS. CARACTERÍSTICAS DO MACACÃO: DESIGN INTEGRAL COM CAPUZ ANATÔMICO PARA AMPLA COBERTURA CORPORAL; FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER DE ALTA RESISTÊNCIA E ABA PROTETORA; ELÁSTICOS INTEGRADOS EM PUNHOS, TORNOZELOS, CINTURA E CAPUZ PARA VEDAÇÃO SEGURA; COSTURA DUPLA REFORÇADA PARA MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA ESTRUTURAL; TECIDO RESPIRÁVEL QUE REDUZ ACÚMULO DE CALOR E MELHORA O CONFORTO DO USUÁRIO; LIVRE DE LÁTEX E SILICONE, REDUZINDO RISCOS ALÉRGICOS. CERTIFICAÇÃO CE – CATEGORIA III; INDICADO PARA ALTOS RISCOS; TIPO 3B – PROTEÇÃO CONTRA JATOS DE PRODUTOS QUÍMICOS LÍQUIDOS (PRESSÃO) E RISCOS BIOLÓGICOS; CERTIFICAÇÃO EN 14126 – BARREIRA COMPROVADA CONTRA AGENTES INFECCIOSOS E CONTAMINANTES BIOLÓGICOS. ATENDE TAMBÉM ÀS NORMAS: EN 14605 – ROUPAS DE PROTEÇÃO CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS LÍQUIDOS; EN 1073-2 – PROTEÇÃO CONTRA PARTÍCULAS RADIOATIVAS; EN 1149-5 – PROPRIEDADES ELETROSTÁTICAS (QUANDO APLICÁVEL AO MODELO); EN 13982-1 TIPO 5 – PARTÍCULAS SÓLIDAS; EN 13034 TIPO 6 – RESPINGO QUÍMICO LIMITADO. TAMANHO PP ao XGG. DISPONDO DE C.A. OU REGISTRO DA ANVISA.	-	122	Peça	R\$	10,53	R\$	1.284,66
126	MACACÃO EM PVC DE MANGA COMPRIDA COM CAPUZ, CONFECCIONADO EM TECIDO SINTÉTICO PLASTIFICADO EM PVC, SOLDADO ELETRONICAMENTE, COM CAPUZ FIXO, FECHAMENTO FRONTAL POR MEIO DE ZÍPER E BOTÕES DE PRESSÃO, MANGAS LONGAS, ACOPLADO COM BOTAS E LUVAS DE PVC PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS E BIOLÓGICOS. MANTENDO-O VEDADO/SEGURO E PARA ANDAR SOBRE ÁREAS COM SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS E NOCIVAS À SAÚDE. DISPONDO DE C.A. TAMANHO PP AO XGG.	-	50	Peça	R\$	230,00	R\$	11.500,00

127	MACACÃO EM PVC DE MANGA COMPRIDA SEM CAPUZ, CONFECCIONADO EM TECIDO SINTÉTICO PLASTIFICADO EM PVC, SOLDADO ELETRONICAMENTE, COM CAPUZ FIXO, FECHAMENTO FRONTAL POR MEIO DE ZÍPER E BOTÕES DE PRESSÃO, MANGAS LONGAS, ACOPLADO COM BOTAS E LUVAS DE PVC PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS E BIOLÓGICOS. MANTENDO-O VEDADO/SEGURO E PARA ANDAR SOBRE ÁREAS COM SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS E NOCIVAS À SAÚDE. DISPONDO DE C.A. TAMANHO PP AO XGG.	-	50	Peça	R\$	177,09	R\$	8.854,50
128	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA DESCARTÁVEL - MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA (3 CAMADAS), CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, SENDO: I. CAMADA EXTERNA: BARREIRA MICROBACTERIANA. II. CAMADA INTERMEDIÁRIA: FILTRO BACTERIOLÓGICO E PARTICULADO ≥ 98% (BFE/PFE). III. CAMADA INTERNA: MACIA E NÃO IRRITANTE. POSSUI CLIPE NASAL AJUSTÁVEL, ALÇAS ELÁSTICAS DE FIXAÇÃO AURICULAR (EARLOOP), MODELO PLISSADO/TRIPLA DOBRA, PERMITINDO VEDAÇÃO CONFORTÁVEL. DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO, HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA E LIVRE DE LÁTEX. DEVE ATENDER À RESOLUÇÃO RDC Nº 356/2020 DA ANVISA E À ABNT NBR 15052:2022 – MÁSCARAS CIRÚRGICAS. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça	R\$	0,32	R\$	84,48
129	MÁSCARA PFF2 / N95 (PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE) - MÁSCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA, TIPO PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE – PFF2 (EQUIVALENTE À N95), DE USO PROFISSIONAL, MODELO DESCARTÁVEL, CLASSE PFF2 (S), COM EFICIÊNCIA MÍNIMA DE FILTRAÇÃO ≥ 95% PARA PARTÍCULAS DE 0,3 MM (N95 – NIOSH 42 CFR 84) . CONSTRUÇÃO EM MÚLTIPLAS CAMADAS FILTRANTE DE NÃO-TECIDO (TNT) COM TECNOLOGIA MELT BLOWN, MATERIAL ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO E LIVRE DE FIBRA DE VIDRO. POSSUI CLIP NASAL AJUSTÁVEL E TIRAS ELÁSTICAS DE ALTA RESISTÊNCIA POSICIONADAS ATRÁS DA CABEÇA (HEADBAND) PARA GARANTIR VEDAÇÃO ADEQUADA AO ROSTO DO USUÁRIO. EFETIVA COMO BARREIRA CONTRA AEROSSÓIS SÓLIDOS E LÍQUIDOS, NÉVOAS E AGENTES BIOLÓGICOS (CLASSE P2 – AGENTE BIOLÓGICO NÍVEL 2 E 3) . DEVE APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO OU REGISTRO REGISTRO NA ANVISA, CONFORME RDC 379/2020.	-	264	Peça	R\$	0,44	R\$	116,16
130	ÓCULOS DE SEGURANÇA TRANSPARENTE PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL MODELO AMPLA VISÃO COM ELÁSTICO. ARMAÇÃO EM PVC TRANSPARENTE, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).	-	2	Peça	R\$	18,33	R\$	36,66
131	ÓCULOS DE SEGURANÇA MODELO SOBREPOR TRANSPARENTE, COM LENTES INCOLORES DESENVOLVIDOS PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS VOLANTES DE ORIGEM MECÂNICA, PODENDO SER UTILIZADOS SOBRE ÓCULOS DE CORREÇÃO VISUAL (ÓCULOS DE GRAU). CONFECCIONADOS EM POLICARBONATO DE ALTA RESISTÊNCIA, COMPOSTOS POR VISOR E ARMAÇÃO INTEGRADOS EM PEÇA ÚNICA, COM PROTEÇÃO LATERAL E SUPERIOR, PROPORCIONANDO AMPLA ÁREA DE COBERTURA DA REGIÃO OCULAR. POSSUI HASTES TIPO ESPÁTULA, FABRICADAS NO MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO, COM AJUSTE DE COMPRIMENTO (HASTES REGULÁVEIS) PARA MELHOR ADAPTAÇÃO AO USUÁRIO. DESIGN LEVE, COM BOA ERGONOMIA E CAMPO VISUAL AMPLIADO. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: POLICARBONATO INCOLOR; RESISTÊNCIA: IMPACTO DE PARTÍCULAS VOLANTES; PROTEÇÃO: SUPERIOR E LATERAL; HASTES: TIPO ESPÁTULA REGULÁVEIS COM ENCAIXE POR PINOS PLÁSTICOS; COMPATIBILIDADE: USO SOBRE ÓCULOS DE GRAU; ANTIEMBAÇANTE E ANTIRRISCO ; ATENDE À NORMA ABNT NBR 16064:2012 (ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL); DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .	-	1	Peça	R\$	8,00	R\$	8,00
132	ÓCULOS DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS CONTRA RADIAÇÃO ULTRA VIOLETA, LENTE LARANJA DE POLICARBONATO E RESISTENTE, FORMATO ANATÔMICO, COM POSSIBILIDADE DE VISUALIZAÇÃO NUM ÂNGULO DE 120 GRAUS, TRATAMENTO ANTI-EMBAÇANTE NOS LADOS INTERNOS E EXTERNOS, LAVÁVEL E PASSÍVEL DE DESINFECÇÃO QUÍMICA, PROTEÇÃO 99 % UVB E 99% UVA, PONTE NASAL EM POLICARBONATO INJETADA NA MESMA PEÇA DA LENTE DE POLICARBONATO, ESCUDO LATERAL TAMBÉM EM POLICARBONATO COM AJUSTE DA HASTE EM 4 POSIÇÕES E CORDÃO DE SEGURANÇA. DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .	-	1	Peça	R\$	7,38	R\$	7,38
133	ÓCULOS TRANSPARENTE PARA PROTEÇÃO CONTRA RESPIGOS DE PRODUTOS QUÍMICOS E AGENTES BIOLÓGICOS , PROPORCIONANDO VEDAÇÃO E SEGURANÇA DURANTE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS EM AMBIENTES INDUSTRIAIS, LABORATORIAIS OU HOSPITALARES. CONFECCIONADOS EM POLICARBONATO DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, COM LENTE INCOLOR QUE OFERECE AMPLA VISIBILIDADE E CAMPO DE VISÃO APROXIMADO DE 120°. POSSUI FORMATO ANATÔMICO, PERMITINDO AJUSTE CONFORTÁVEL AO ROSTO DO USUÁRIO, COM PONTE NASAL INTEGRADA À PEÇA E ESCUDOS LATERAIS PARA PROTEÇÃO ADICIONAL. CONTA COM TRATAMENTO ANTIEMBAÇANTE NAS SUPERFÍCIES INTERNA E EXTERNA, REDUZINDO A CONDENSACÃO DE VAPOR E GARANTINDO VISIBILIDADE CONTÍNUA DURANTE O USO. LAVÁVEL E RESISTENTE À DESINFECÇÃO QUÍMICA, POSSIBILITA REUTILIZAÇÃO CONFORME PROCEDIMENTOS DE HIGIENIZAÇÃO RECOMENDADOS PELO FABRICANTE. DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .	-	2		R\$	3,99	R\$	7,98
134	ÓCULOS DE PROTEÇÃO DE AMPLA-VISÃO, CONSTITUÍDOS DE ARMAÇÃO CONFECCIONADA EM UMA ÚNICA PEÇA DE NÁILON CINZA RECOBERTA COM BORRACHA EM TPE VERMELHA COM VENTILAÇÃO INDIRETA COMPOSTA POR FENDAS, SENDO UMA FENDA NA PARTE SUPERIOR E TRÊS FENDAS NA PARTE INFERIOR EM CADA LADO DA ARMAÇÃO. O AJUSTE À FACE DO USUÁRIO É FEITO ATRAVÉS DE UM TIRANTE ELÁSTICO OU PRESILHAS DE NÁILON PRESAS POR MEIO DE ENCAIXE NA ARMAÇÃO E VISOR DE POLICARBONATO INCOLOR. OPCIONALMENTE, O MODELO PODE SER UTILIZADO COM UM SUPORTE PLÁSTICO INTERNO (CLIP) QUE SE ENCAIXA NAS BORDAS INTERNAS DO VISOR PARA A COLOCAÇÃO DE LENTES CORRETIVAS. O MODELO COBRE TODA A REGIÃO EM TORNO DOS OLHOS DO USUÁRIO. DISPONDO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) .	-	1	Peça	R\$	18,33	R\$	18,33
135	PROPÉ DESCARTÁVEL PARA PROTEÇÃO DOS CALÇADOS, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M², ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO, LIVRE DE LÁTEX E FIBRAS SOLTAS, RESISTENTE A RESPIGOS E POEIRA. POSSUI ELÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA EM TODA A ABERTURA, GARANTINDO AJUSTE FIRME SEM COMPRESSÃO EXCESSIVA. MODELO NÃO ESTÉRIL, DE USO ÚNICO (DESCARTÁVEL), DESTINADO AO CONTROLE DE CONTAMINAÇÃO CRUZADA EM AMBIENTES QUE EXIGEM CUIDADOS DE HIGIENE E BIOSSEGURANÇA. DEVENDO ESTAR EM CONFORMIDADE COM A RDC 356/2020 DA ANVISA. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça	R\$	0,12	R\$	31,68
136	PROTETOR FACIAL EM POLICARBONATO DURÁVEL E MOLDADO, INCOLOR, ANTIEMBAÇANTE, VISOR COM APROXIMADAMENTE 250 MM DE LARGURA E 185 MM DE ALTURA. COM SUSPENSÃO E CATRACA, COM REGULAGEM PARA AJUSTE NA CABEÇA. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	2	Peça	R\$	58,50	R\$	117,00
137	PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA, COM HASTE PLÁSTICA, COM ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 25 DB(A). TAMANHO P AO GG. DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça	R\$	55,50	R\$	55,50
138	PROTETOR AUDITIVO TIPO INSERÇÃO, COM HASTE PLÁSTICA, COM ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 18 DB(A). DISPONDO DE C.A.	-	1	Peça	R\$	2,03	R\$	2,03
139	RETENTOR 501 5N11 PARA FILTRO COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M SÉRIE 6200.	-	4	Peça	R\$	12,00	R\$	48,00
140	TIRANTE DE MÁSCARA SEMI FACIAL, TAMANHO P AO GG. OBS.: COMPATÍVEL COM MÁSCARA 3M SÉRIE 6200.	-	4	Peça	R\$	51,00	R\$	204,00
141	TOUCA DESCARTÁVEL TIPO SANFONADA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M², ATÓXICA, HIPOALERGÊNICA, RESISTENTE, INDICADA PARA AMBIENTES CONTROLADOS, HOSPITALARES E LABORATORIAIS. POSSUI ACABAMENTO EM ELÁSTICO REFORÇADO AO REDOR DE TODA A CIRCUNFERÊNCIA, GARANTINDO AJUSTE CONFORTÁVEL E SEGURO. FABRICADA POR SOLDAGEM/COSTURA ULTRASSÔNICA, LIVRE DE FIBRAS SOLTAS, NÃO INFLAMÁVEL, NÃO ESTÉRIL, DE USO ÚNICO (DESCARTÁVEL), MODELO UNISSEX, TAMANHO ÚNICO COM AJUSTE UNIVERSAL. DISPONDO DE C.A. E/OU REGISTRO DA ANVISA.	-	264	Peça	R\$	0,05	R\$	13,20
Total Anual							R\$	63.913,68
Total Mensal							R\$	5.326,14
Valor Mensal por Posto							#DIV/0!	

Total de EPIs para todos os postos				MENSAL	ANUAL
				R\$ 8.433,01	R\$ 101.196,13

Item 41



Anexo XIV do ETP

SEJA BEM-VINDO, LOGIN OU CADASTRE-SE

MEUS PEDIDOS

ACESSE SUA CONTA

Buscar



QUER PREÇOS E CONDIÇÕES ESPECIAIS?
FALE COM NOSSO SETOR DE VENDAS!

vendas@generalmed.com.br
11 2359-7257

[Página Inicial](#) / [Consumo Hospitalar](#) / [Luvas de Procedimento](#) / [Luva de procedimentos com pó MEDIX caixa com 100 un](#)



Indique a um amigo

Tire suas Dúvidas

Luva de procedimentos com pó MEDIX caixa com 100 unMarca: **MEDIX**Modelo: **LUVA DE PROCEDIMENTO**Disponibilidade: **Imediata**Referência: **71218**

Por:

R\$ 29,48R\$ 29,19 à vista com desconto
ou 3x de R\$ 9,83 Sem juros

Escolha Tamanho

Pequena

Media

Grande

1

COMPRAR

CEP:

-

CALCULAR FRETE

Descrição Geral

Itens Inclusos

Garantia

Formas de Pagamento

Avaliações

Saco para resíduos tóxicos e infectantes

Descrição Apresentação

A Luva de Látex com pó é feita com látex de borracha 100% natural. Lisa, ambidestra, não esterilizada e de cor natural, contém pó de amido de milho Grau U.S.P que é bioabsorvível e facilita os processos de colocação e retirada.

Indicada para procedimentos não cirúrgicos, proporciona uma barreira contra contaminação.

Produto descartável e de uso único.

Benefícios

- Contém pó bioabsorvível (Grau U.S.P);
- Possui punho com acabamento enrolado facilitando a colocação e retirada;
- Barreira contra contaminação.

Modo de Uso

- Verifique o tamanho adequado para suas mãos conforme indicação;
- Verifique a integridade da embalagem;
- Realize a higiene das mãos, assegure que as mãos estejam limpas e secas para o passo seguinte;
- Retire a luva da embalagem o mais próximo possível do momento do uso;
- Calce a luva cuidadosamente, sem anéis, pulseiras, relógios ou outros acessórios que possam perfurar o produto;
- Após o uso, retire a luva e descarte-a imediatamente em local adequado;
- Realize a higiene das mãos;
- Não reutilizar ou esterilizar após o uso.
- PROIBIDO REPROCESSAR.



Pesquisa



INÍCIO / LUVAS DE SEGURANÇA EPI / LUVA PARA BAIXA TEMPERATURA



Sob encomenda!



Luva Criogênica Impermeável -196°C Até o Ombro SH Cryo Gloves CA 30098

Utilizamos cookies para personalizar e melhorar a sua experiência em nosso site. Se continuar navegando, você confirma que aceita a sua utilização

R\$4.504,09

à vista

Ok

[Política de Privacidade](#)

**R\$4.741,15**

Em até 3x de R\$1.580,38

Mais formas de pagamento

Tamanhos

Escolha uma opção

- 1 +

COMPRAR

SKU: Luva Criogênica Ombro SH Cryo Gloves - RQ

Categorias: Luva Para Baixa Temperatura, Luvas de Segurança EPI

DESCRIÇÃO INFORMAÇÃO ADICIONAL AVALIAÇÕES (0)



Consulta CA

Luva Criogênica Longa Modelo SHLWP MAMWP

A Luva Criogênica Ombro SH Cryo Gloves é confeccionada em tecido de nylon cordura, sendo 100% impermeável no dorso e no punho, o que garante uma excelente proteção contra água, líquidos e respingos de substâncias perigosas, como o nitrogênio líquido (N2). Além disso, a parte inferior da luva possui uma membrana laminada respirável que permite que o suor seja evaporado sem prejudicar a proteção contra baixa temperatura, proporcionando um nível a mais de segurança.

Por outro lado sua construção em multicamadas, combinadas com materiais de última geração não só assegura proteção em ambientes com temperaturas de até -196°C, como também dá mais poder de flexibilidade e destreza para manipular objetos e materiais. Dessa maneira, o usuário pode realizar tarefas mais complexas com uma ótima sensibilidade tátil, o que é muito importante para áreas criogênicas, onde a precisão é fundamental, como no manuseio de gelo seco, freezers, dentre outros.

Vale destacar ainda que um dos principais destaques desse modelo é a sua cobertura até o ombro, que oferece um grau de proteção maior comparado a outras luvas dessa linha, uma vez

Utilizamos cookies para personalizar e melhorar a sua experiência em nosso site. Se continuar navegando, você confirma que aceita a sua utilização





Item 40



TODOS OS PRODUTOS

Luva p/ Criogenia -196° (PAR) Mid Arm 350-385MM WP "S"- Tamanho Pequeno -

Tempshield



Luva p/ Criogenia -196° (PAR) Mid Arm 350-385MM WP "S"- Tamanho Pequeno - Tempshield

Referência MASWP**Condição:** Produto novo

Luva p/ Criogenia -196° (PAR) Mid Arm 350-385MM WP "S"- Tamanho Pequeno - Tempshield

CALCULAR FRETES E PRAZOS:

00000-000

OK

R\$ 2.200,00**Quantidade**

1

MAIS INFORMAÇÕES

CIENCOR SCIENTIFIC LTDA distribuidor autorizada no Brasil da Tempshield.

Produto Registrado no Ministério do Trabalho CA 30.098

Proteção criogênica para aplicações ultra-frias até -196°C

Luva para criogênica waterproof Cryo Gloves®, para uso em ultrabaixas temperaturas.

À prova d'água são luvas de proteção com multicamadas, confeccionada em tecido de Nylon Cordura 100% à prova d'água no dorso e no punho e membrana laminada respirável na parte inferior. Impermeável e confortável.

Proteção contra respingo de N2.

Conforto extra ao trabalhar em atmosferas criogênicas por períodos longos.

- Cada par de luvas recebe uma numeração impressa que possibilita a rastreabilidade, desde a manufatura, processo de importação, na distribuição e até o Cliente final.

Aplicações: dispensar / transferir líquidos criogênicos, remover amostras de líquidos criogênicos, quaisquer recipientes criogênicos abertos com possibilidade de exposição a líquidos ou respingos.

MASWP - Tamanho 7 – Medidas 290-320mm (Punho)

Marca Cryo Gloves - Tempshield - USA

Produto não correlato.

Embalagem Par

CIENCOR SCIENTIFIC LTDA



+ Rua Boracéia - 177 - Barra Funda - São Paulo - SP CEP: 01135-010

Horário de atendimento: Segunda a Sexta das 08:00 às 17:00



Ligue agora: 11 3865-8866 / 11 3872-1022 / 11 3673-7809



Relatório Resumido de Cotação: EPI terceirização

Pesquisa realizada entre 08/12/2025 12:37:28 e 16/12/2025 08:44:26

Anexo XV do ETP

Relatório gerado no dia 16/12/2025 08:51:53 (IP: 157.86.220.242)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	% Valor Global	Total
1) AVENTAL IMPERMEÁVEL DE PROCEDIMENTOS	1	1 Unidade	R\$ 12,09 (un)	-	R\$ 12,09	0,2%	R\$ 12,09
2) AVENTAL DE PROCEDIMENTOS – USO HOSPITALAR, DESCA RTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, PROCESS O SMS GRAU MÉDICO, GRAMATURA MÍNIMA 40 G/M²	1	1 Unidade	R\$ 7,49 (un)	-	R\$ 7,49	0,1%	R\$ 7,49
3) CALÇADO DE SEGURANÇA	1	1 Unidade	R\$ 67,95 (un)	-	R\$ 67,95	1%	R\$ 67,95
4) CARTUCHO SÉRIE 6001	1	1 Unidade	R\$ 110,00 (un)	-	R\$ 110,00	1,6%	R\$ 110,00
5) CARTUCHO SÉRIE 6006	1	1 Unidade	R\$ 89,41 (un)	-	R\$ 89,41	1,3%	R\$ 89,41
6) FILTRO PARA PARTICULADOS 5N11	1	1 Unidade	R\$ 13,00 (un)	-	R\$ 13,00	0,2%	R\$ 13,00
7) JALECO DE ALGODÃO 100%	1	1 Unidade	R\$ 72,33 (un)	-	R\$ 72,33	1,1%	R\$ 72,33
8) Luva de segurança em nitrílico, não descartável	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
9) LUVA DE SEGURANÇA EM NITRÍLICO DE PROCEDIMENTO PARA MANUSEIO DE PEQUENAS QUANTIDADES DE PRODUT OS QUIMICOS DESCARTÁVEIS, 100% BORRACHA NITRÍLICA, AM BIDESTRA SEM CERA, PLASTIFICANTE OU SILICONE EM SUA FORMULAÇÃO, NÃO POSSUINDO TALCO, AMIDO OU PROTEINAS, POS	1	1 Unidade	R\$ 18,47 (un)	-	R\$ 18,47	0,3%	R\$ 18,47
10) LUVA TÉRMICA RESISTENTE À CORTE E ABRASÃO, RESISTENTE À TEMPERATURA DE ATÉ 300°C	1	1 Unidade	R\$ 25,00 (un)	-	R\$ 25,00	0,4%	R\$ 25,00
11) MÁSCARA CIRÚRGICA – 03 (TRÊS) CAMADAS DE TECIDO NÃO TECIDO, 100% POLIPROPILENO	1	1 Unidade	R\$ 0,20 (un)	-	R\$ 0,20	0%	R\$ 0,20
12) MÁSCARA DESCARTÁVEL - PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE – PFF2/N95	1	1 Unidade	R\$ 3,00 (un)	-	R\$ 3,00	0%	R\$ 3,00
13) MÁSCARA RESPIRATÓRIA SEMIFACIAL SÉRIE 6200	1	1 Unidade	R\$ 215,00 (un)	-	R\$ 215,00	3,2%	R\$ 215,00
14) ÓCULOS DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL MODELO AMPLA VISÃO	1	1 Unidade	R\$ 28,00 (un)	-	R\$ 28,00	0,4%	R\$ 28,00



15) PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA	1	1 Unidade	R\$ 55,50 (un)	-	R\$ 55,50	0,8%	R\$ 55,50
16) PROTETOR AUDITIVO TIPO INSERÇÃO	1	1 Unidade	R\$ 2,03 (un)	-	R\$ 2,03	0%	R\$ 2,03
17) PROTETOR FACIAL EM POLICARBONATO	1	1 Unidade	R\$ 58,50 (un)	-	R\$ 58,50	0,9%	R\$ 58,50
18) RETENTOR 501 5N11	1	1 Unidade	R\$ 12,00 (un)	-	R\$ 12,00	0,2%	R\$ 12,00
19) TIRANTE DE MÁSCARA SEMI FACIAL	1	1 Unidade	R\$ 51,00 (un)	-	R\$ 51,00	0,8%	R\$ 51,00
20) AVENTAL DESCARTÁVEL - USO LABORATORIAL, DESCARTÁVEL PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS E BIOLÓGICOS	1	1 Unidade	R\$ 6,05 (un)	-	R\$ 6,05	0,1%	R\$ 6,05
21) AVENTAL DESCARTÁVEL IMPERMEÁVEL COM MANGAS LONGAS, DESENVOLVIDO PARA OFERECER PROTEÇÃO QUÍMICA DE ALTO DESEMPENHO. CONFECCIONADO COM BASE EM TYVEK, MATERIAL LEVE E RESISTENTE, E REVESTIDO COM POLIETILENO, PROPORÇÃO PROTEÇÃO COMPROVADA POR ATÉ 30 MINUTOS	1	1 Unidade	R\$ 45,99 (un)	-	R\$ 45,99	0,7%	R\$ 45,99
22) IDEM AO ITEM 2	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
23) AVENTAL DE PROCEDIMENTOS – USO HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	1	1 Unidade	R\$ 9,24 (un)	-	R\$ 9,24	0,1%	R\$ 9,24
24) AVENTAL DE PVC BRANCO IMPERMEÁVEL	1	1 Unidade	R\$ 11,84 (un)	-	R\$ 11,84	0,2%	R\$ 11,84
25) AVENTAL TÉRMICO IMPERMEÁVEL PARA ALTA TEMPERATURA - RESISTENTE À TEMPERATURA DE ATÉ 300°C	1	1 Unidade	R\$ 139,73 (un)	-	R\$ 139,73	2,1%	R\$ 139,73
26) BOTA DE SEGURANÇA, TIPO CALÇADO OCUPACIONAL, MODELO CANO CURTO	1	1 Unidade	R\$ 42,50 (un)	-	R\$ 42,50	0,6%	R\$ 42,50
27) BOTA DE SEGURANÇA, TIPO CALÇADO OCUPACIONAL, MODELO CANO LONGO	1	1 Unidade	R\$ 76,00 (un)	-	R\$ 76,00	1,1%	R\$ 76,00
28) IDEM AO ITEM 3	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
29) CALÇADO OCUPACIONAL MODELO SAPATO FECHADO, CONFECCIONADO EM MATERIAL POLIMÉRICO (EVA) IMPERMEÁVEL	1	1 Unidade	R\$ 75,00 (un)	-	R\$ 75,00	1,1%	R\$ 75,00
30) CAPA DE CHUVA LAMINADA CRISTAL COM CAPUZ	1	1 Unidade	R\$ 26,00 (un)	-	R\$ 26,00	0,4%	R\$ 26,00
31) IDEM AO ITEM 04	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
32) IDEM AO ITEM 05	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
33) CONJUNTO TÉRMICO IMPERMEÁVEL CONFECCIONADO EM POLIAMIDA COM RESINA DE ATÉ 150 GR/M²	1	1 Unidade	R\$ 320,33 (un)	-	R\$ 320,33	4,7%	R\$ 320,33
34) IDEM AO ITEM 06	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
35) IDEM AO ITEM 07	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
36) LUVA DE LÁTEX NATURAL COM PÓ BIOABSORVÍVEL	1	1 Unidade	R\$ 1,68 (un)	-	R\$ 1,68	0%	R\$ 1,68
37) LUVA DE LÁTEX NATURAL, SEM PÓ	1	1 Unidade	R\$ 1,27 (un)	-	R\$ 1,27	0%	R\$ 1,27
38) LUVA DE POLIETILENO (LONGA – PROTEÇÃO QUÍMICA SIMPLES)	1	1 Unidade	R\$ 3,97 (un)	-	R\$ 3,97	0,1%	R\$ 3,97
39) LUVA DE PROTEÇÃO CRIOGÊNICA - LUVA DE SEGURANÇA DESTINADA AO MANUSEIO DE MATERIAIS CRIOGÊNICOS, COM PROTEÇÃO TÉRMICA CONTRA TEMPERATURAS ULTRA BAIXAS DE ATÉ -190 °C	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00



40) LUVA DE PROTEÇÃO CRIOGÊNICA – MODELO MID ARM -LUVA DE SEGURANÇA PARA MANUSEIO DE AGENTES CRIOGÊNICOS	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
41) LUVA NITRÍLICA COM PÓ , INDICAÇÃO PARA MANIPULAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS LEVES E BIOLÓGICAS	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
42) LUVA NITRÍLICA PARA RISCOS MECÂNICOS (ALTA RESISTÊNCIA / ANTIPERFUROCORTANTE)	1	1 Unidade	R\$ 9,90 (un)	-	R\$ 9,90	0,1%	R\$ 9,90
43) LUVA NITRÍLICA DESCARTÁVEL, SEM PÓ	1	1 Unidade	R\$ 0,24 (un)	-	R\$ 0,24	0%	R\$ 0,24
44) IDEM AO ITEM 08	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
45) IDEM AO ITEM 10	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
46) LUVA TÉRMICA DE PROTEÇÃO PARA BAIXAS E ALTAS TEMPERATURAS	1	1 Unidade	R\$ 98,90 (un)	-	R\$ 98,90	1,5%	R\$ 98,90
47) MACACÃO ESTÉRIL COM CAPUZ E BOTAS INTEGRADAS	1	1 Unidade	R\$ 187,90 (un)	-	R\$ 187,90	2,8%	R\$ 187,90
48) MACACÃO DE SEGURANÇA DESCARTÁVEL COM CAPUZ – PROTEÇÃO QUÍMICA E BIOLÓGICA	1	1 Unidade	R\$ 9,30 (un)	-	R\$ 9,30	0,1%	R\$ 9,30
49) MACACÃO DE SEGURANÇA DESCARTÁVEL SEM CAPUZ – PROTEÇÃO QUÍMICA E BIOLÓGICA	1	1 Unidade	R\$ 10,53 (un)	-	R\$ 10,53	0,2%	R\$ 10,53
50) MACACÃO EM PVC DE MANGA COMPRIDA COM CAPUZ	1	1 Unidade	R\$ 230,00 (un)	-	R\$ 230,00	3,4%	R\$ 230,00
51) MACACÃO EM PVC DE MANGA COMPRIDA SEM CAPUZ, CONFECCIONADO EM TECIDO SINTÉTICO PLASTIFICADO EM PVC, SOLDADO ELETRONICAMENTE	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
52) MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA DESCARTÁVEL	3	1 Unidade	R\$ 0,32 (un)	-	R\$ 0,32	0%	R\$ 0,32
53) MÁSCARA PFF2 / N95 (PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE	1	1 Unidade	R\$ 0,44 (un)	-	R\$ 0,44	0%	R\$ 0,44
54) IDEM AO 13	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
55) ÓCULOS DE PROTEÇÃO DE AMPLA-VISÃO	3	1 Unidade	R\$ 18,33 (un)	-	R\$ 18,33	0,3%	R\$ 18,33
56) IDEM AO ITEM 14	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
57) ÓCULOS DE SEGURANÇA MODELO SOBREPORTE TRANSPARENTE, COM LENTES INCOLORES	1	1 Unidade	R\$ 8,00 (un)	-	R\$ 8,00	0,1%	R\$ 8,00
58) ÓCULOS DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS CONTRA RADIAÇÃO ULTRA VIOLETA	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
59) ÓCULOS TRANSPARENTE PARA PROTEÇÃO CONTRA RESPIRANTES DE PRODUTOS QUÍMICOS E AGENTES BIOLÓGICOS	1	1 Unidade	R\$ 3,99 (un)	-	R\$ 3,99	0,1%	R\$ 3,99
60) PROPÉ DESCARTÁVEL	1	1 Unidade	R\$ 0,12 (un)	-	R\$ 0,12	0%	R\$ 0,12
61) PROTEÇÃO DOS MEMBROS INFERIORES	1	1 Unidade	R\$ 75,00 (un)	-	R\$ 75,00	1,1%	R\$ 75,00
62) IDEM AO ITEM 15	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
63) IDEM AO ITEM 16	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
64) IDEM AO ITEM 17	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
65) IDEM AO ITEM 18	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
66) IDEM AO ITEM 19	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
67) TOUCA DESCARTÁVEL TIPO SANFONADA	1	1 Unidade	R\$ 0,05 (un)	-	R\$ 0,05	0%	R\$ 0,05
68) IDEM AO ITEM 24	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
69) IDEM AO ITEM 21	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
70) AVENTAL DESCARTÁVEL PARA PROCEDIMENTOS	3	1 Unidade	R\$ 3,21 (un)	-	R\$ 3,21	0%	R\$ 3,21



71) AVENTAL DESCARTÁVEL ESTÉRIL	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
72) IDEM AO ITEM 25	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
73) IDEM AO ITEM 29	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
74) JALECO PROFISSIONAL, CONFECCIONADO EM TECIDO 10 0% ALGODÃO	1	1 Unidade	R\$ 77,40 (un)	-	R\$ 77,40	1,1%	R\$ 77,40
75) LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL	3	1 Unidade	R\$ 1,56 (un)	-	R\$ 1,56	0%	R\$ 1,56
76) LUVA PARA PROCEDIMENTO (NÃO ESTÉRIL)	3	1 Unidade	R\$ 7,85 (un)	-	R\$ 7,85	0,1%	R\$ 7,85
77) IDEM AO ITEM 37	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
78) IDEM AO ITEM 36	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
79) IDEM AO ITEM 41	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
80) IDEM AO ITEM 42	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
81) IDEM AO ITEM 43	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
82) IDEM AO ITEM 38	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
83) IDEM AO ITEM 52	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
84) IDEM AO ITEM 53	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
85) IDEM AO ITEM 14	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
86) IDEM AO ITEM 57	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
87) IDEM AO ITEM 17	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
88) IDEM AO ITEM 16	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
89) IDEM AO ITEM 60	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
90) IDEM AO ITEM 90	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
91) AVENTAL PLUMBÍFERO	3	1 Unidade	R\$ 713,99 (un)	-	R\$ 713,99	10,5%	R\$ 713,99
92) PROTETOR DE TIREOIDE	3	1 Unidade	R\$ 388,05 (un)	-	R\$ 388,05	5,7%	R\$ 388,05
93) ÓCULOS PLUMBÍFEROS	3	1 Unidade	R\$ 1.011,00 (un)	-	R\$ 1.011,00	14,9%	R\$ 1.011,00
94) PROTETORES DE GÔNADAS	3	1 Unidade	R\$ 482,47 (un)	-	R\$ 482,47	7,1%	R\$ 482,47
95) IDEM AO ITEM 20	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
96) IDEM AO ITEM 21	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
97) IDEM AO ITEM 24	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
98) IDEM AO ITEM 2	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
99) IDEM AO ITEM 23	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
100) IDEM AO ITEM 26	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
101) IDEM AO ITEM 27	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
102) IDEM AO ITEM 3	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
103) IDEM AO ITEM 4	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
104) IDEM AO ITEM 5	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
105) IDEM AO ITEM 29	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
106) IDEM AO ITEM 3	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
107) IDEM AO ITEM 30	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
108) IDEM AO ITEM 33	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
109) IDEM AO ITEM 6	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
110) IDEM AO ITEM 7	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
111) IDEM AO ITEM 13	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00



112) IDEM AO ITEM 37	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
113) IDEM AO ITEM 36	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
114) IDEM AO ITEM 8	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
115) IDEM AO ITEM 10	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
116) IDEM AO ITEM 43	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
117) IDEM AO ITEM 41	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
118) IDEM AO ITEM 42	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
119) IDEM AO ITEM 38	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
120) IDEM AO ITEM 39	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
121) IDEM AO ITEM 40	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
122) IDEM AO ITEM 46	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
123) IDEM AO ITEM 47	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
124) IDEM AO ITEM 48	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
125) IDEM AO ITEM 49	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
126) IDEM AO ITEM 50	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
127) IDEM AO ITEM 51	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
128) IDEM AO ITEM 52	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
129) IDEM AO ITEM 53	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
130) IDEM AO ITEM 56	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
131) IDEM AO ITEM 57	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
132) IDEM AO ITEM 58	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
133) IDEM AO ITEM 59	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
134) IDEM AO ITEM 55	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
135) IDEM AO ITEM 60	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
136) IDEM AO ITEM 17	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
137) IDEM AO ITEM 15	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
138) IDEM AO ITEM 16	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
139) IDEM AO ITEM 18	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
140) IDEM AO ITEM 19	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
141) IDEM AO ITEM 67	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
142) BOLSA DE LONA RESISTENTE PARA TRANSPORTE	1	1 Unidade	R\$ 255,00 (un)	-	R\$ 255,00	3,8%	R\$ 255,00
143) BOTA DE SEGURANÇA COM FECHAMENTO EM VELCRO BIQUEIRA COMPOSITE PALMILHA ANTIPERFURO BIDENSIDA DE COURO	1	1 Unidade	R\$ 246,99 (un)	-	R\$ 246,99	3,6%	R\$ 246,99
144) IDEM AO ITEM 3	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
145) CAPACETE DE SEGURANÇA COM JUGULAR	4	1 Unidade	R\$ 57,91 (un)	-	R\$ 57,91	0,9%	R\$ 57,91
146) CINTO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA	3	1 Unidade	R\$ 347,00 (un)	-	R\$ 347,00	5,1%	R\$ 347,00
147) CORDA DE SEGURANÇA DE 20 METROS DE 12 MM	1	1 Unidade	R\$ 341,50 (un)	-	R\$ 341,50	5%	R\$ 341,50
148) LUVA DE SEGURANÇA MULTITATO	1	1 Unidade	R\$ 4,45 (un)	-	R\$ 4,45	0,1%	R\$ 4,45
149) MÁSCARAS DESCARTÁVEL CONTRA POEIRA DO TIPO PEÇA FACIAL FILTRANTE (PFF1)	1	1 Unidade	R\$ 1,60 (un)	-	R\$ 1,60	0%	R\$ 1,60
150) MÁSCARAS DESCARTÁVEL CONTRA POEIRA DO TIPO PEÇA	1	1 Unidade	R\$ 3,55 (un)	-	R\$ 3,55	0,1%	R\$ 3,55



FACIAL FILTRANTE (PFF2)

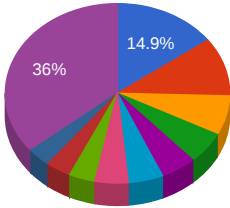
151) MÁSCARAS CONTRA POEIRA DO TIPO PEÇA FACIAL FILTRANTE (PFF3)	1	1 Unidade	R\$ 2,13 (un)	-	R\$ 2,13	0%	R\$ 2,13
152) IDEM AO ITEM 12	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
153) MOSQUETÕES OVAIS PARA CONEXÃO COM 2 UNIDADES	1	1 Unidade	R\$ 109,00 (un)	-	R\$ 109,00	1,6%	R\$ 109,00
154) IDEM AO ITEM 56	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
155) IDEM AO ITEM 55	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
156) IDEM AO ITEM 16	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
157) IDEM AO ITEM 17	0	1 Unidade	R\$ 0,00 (un)	-	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00
158) TALABARTE EM Y COM ABSORVEDOR DE IMPACTO E MOSQUETÃO DE 55 MM	1	1 Unidade	R\$ 145,00 (un)	-	R\$ 145,00	2,1%	R\$ 145,00
159) TRAVA-QUEDAS PARA CORDA 12 MM	1	1 Unidade	R\$ 149,35 (un)	-	R\$ 149,35	2,2%	R\$ 149,35
160) UNIFORME OPERACIONAL – CALÇA E CAMISA DE MANGA LONGA	1	1 Unidade	R\$ 171,25 (un)	-	R\$ 171,25	2,5%	R\$ 171,25

Valor Global: R\$ 6.773,85

Valor do item em relação ao total

- 1) ÓCULOS PLU...
- 2) AVENTAL PL...
- 3) PROTETORES...
- 4) PROTETOR DE...
- 5) CINTO DE S...
- 6) CORDA DE S...
- 7) CONJUNTO T...

▲ 1/2 ▼



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2027

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ000509/2026
DATA DE REGISTRO NO MTE: 17/03/2026
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR001330/2026
NÚMERO DO PROCESSO: 47979.227350/2026-75
DATA DO PROTOCOLO: 11/03/2026

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO EMP AG AUT COM EMP AS PER INF P MUN R JANEIRO, CNPJ n. 27.903.715/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). BRUNO MACIEL ARAUJO;

E

SINDICATO EMP ASS PER INF PQ SERV TEMP MUNIC R JANEIRO, CNPJ n. 36.251.239/0001-81, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). WILVANDIR CUNHA GALVAO DE LIMA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de fevereiro de 2026 a 31 de janeiro de 2027 e a data-base da categoria em 01º de fevereiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas, do Plano da CNTC, EXCETUA-SE de sua representação a categoria profissional dos trabalhadores em empresas de casas lotéricas, loterias, revendedores lotéricos, lojas de jogos autorizados e lojas de agenciamento do jockey club, com abrangência territorial em Rio de Janeiro/RJ.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

A contar de 1º de fevereiro de 2026, fica concedido os seguintes pisos salariais para os empregados que tenham uma carga horária de 44 horas semanais ou de 220 horas mensais;

I- R\$ **1.825,85** – para empregados que exerçam funções de contínuos; serventes; faxineiros; agentes de portaria; auxiliar de serviços gerais e assemelhados;

II-R\$ 1.919,14 – para as demais funções administrativas, tais como: assistente ou auxiliar administrativo; vendas; profissionais em geral, não enquadrado no item “I”.

III- Aos empregados das empresas prestadoras de serviços que tenham por local de trabalho a tomadora de serviços, é assegurado o piso salarial de função equivalente existente nos quadros da tomadora de tais serviços, que estejam em exercício, vislumbrando sempre a norma mais favorável ao trabalhador. Não ocorrendo à hipótese, os referidos pisos salariais serão idênticos aos atribuídos à correspondente função já representada por sindicatos específicos. As tomadoras de serviços respectivas, responderão de forma subsidiária pela obrigação estipulada nesta cláusula com base no parágrafo 7º do Art. 10 da lei nº 13.429, 13.467 e ADPF nº 324 do STF.

IV- Para os empregados que trabalham em regime offshore (embarcados) aplicar-se-á o disposto na Legislação Vigente – Lei nº 5.811/1972.

Parágrafo único– Para os funcionários que tenham carga horária de 180 (cento e oitenta) horas mensais, o piso salarial será proporcional aos itens “I” e “II” desta cláusula, conforme OJ. 358 – TST.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Os salários vigentes em 01 de fevereiro de 2025 serão reajustados pelo **percentual de 4,5% (quatro virgula cinco por cento)**, aplicando-se a proporcionalidade aos admitidos nos meses posteriores.

Parágrafo primeiro - Salário de Admissão

Não havendo paradigma para os empregados admitidos no período compreendido entre 1º de fevereiro de 2025 e 31 de Janeiro de 2026, serão ajustados, automaticamente, conforme caput dessa cláusula.

Parágrafo segundo – Limite

O valor resultante da aplicação do percentual de reajuste estabelecido nesta cláusula, fica limitado a R\$ 587,92 (quinhentos e oitenta e sete reais e noventa e dois centavos), prevalecendo esse reajuste como teto do reajuste salarial.

Parágrafo terceiro Compensação

Poderão ser compensados todos os reajustes espontâneos ou compulsórios concedidos após a data base, excetuados os decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, maioridade e término de aprendizagem.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - ADIANTAMENTO SALARIAL

Fica garantido aos empregados mensalmente, adiantamento salarial na primeira quinzena equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor do salário base do mês próximo findo, desde que tenha anuência do empregado.

CLÁUSULA SEXTA - ANUÊNIO

Para os salários nominais de até **R\$ 2.560,84 (dois mil quinhentos e sessenta reais e oitenta e quatro centavos)** fica assegurado aos empregados, o pagamento mensal de gratificação adicional por tempo de serviço (ANUÊNIO), correspondente a 1% (um por cento), por cada ano de serviço prestado à mesma empresa, **sobre o salário base dos empregados, até o limite de 10%.**

Parágrafo primeiro – O Anuênio será implantado em folha de pagamento do mês que for adquirido o direito, se o evento ocorrer na primeira quinzena; ocorrendo na segunda quinzena, fica facultado à empregadora efetuar o pagamento cumulado junto com o salário do mês subsequente.

Parágrafo segundo – Havendo transferência de empregado entre empresas do mesmo grupo econômico e com as mesmas atividades econômicas, salvo se houver rescisão do contrato de trabalho, o Anuênio será implantado em folha de pagamento levando em conta o tempo de serviço prestado na empresa anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Será obrigatório o fornecimento de comprovante de pagamentos efetuados aos empregados, discriminando as verbas pagas e respectivos descontos, bem como o valor relativo ao recolhimento do FGTS.

CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO COM CHEQUE

Fica o empregado, quando a empresa efetuar pagamento de salário em cheque bancário, liberado sem desconto em seu salário pelo tempo necessário à ida à agência respectiva para o recolhimento, conforme justo critério da empresa.

CLÁUSULA NONA - ISONOMIA SALARIAL

O empregado admitido para a função de outro, ou similar, fará jus ao salário base do anterior, sem considerar as vantagens pessoais, observando o que determina o artigo 461 da CLT e seus parágrafos bem como a Lei nº 13.467/17.

Descontos Salariais

CLÁUSULA DÉCIMA - MATERIAL EXTRAVIADO

Fica vedada a cobrança de indenização do empregado pelo extravio de material de trabalho, salvo se comprovado dolo ou culpa do mesmo.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - REMUNERAÇÃO DE SUBSTITUTO

Enquanto perdurar a substituição, independente de tempo e do motivo, o empregado substituto fará jus ao salário e gratificação de função contratuais do substituído, observando os limites do art. 461 da Lei nº 13.467/17.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Gratificação de Função

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - QUEBRA DE CAIXA

A todo empregado que lidar com numerários da empresa, **em espécie ou outras formas financeiras**, será pago mensalmente a gratificação de Quebra de Caixa no valor de **R\$ 278,65 (duzentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos)**.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO REFEIÇÃO OU ALIMENTAÇÃO

As empresas deverão conceder aos empregados, com jornada de trabalho superior a 6 horas diárias, inclusive home Office, Auxílio Alimentação ou Refeição, nos termos da Lei nº 6.321/76, no valor de **R\$ 30,29 (trinta reais e vinte e nove centavos) por dia de trabalho, cabendo ao empregado a participação máxima de 20% do valor do benefício**.

Parágrafo primeiro— Segundo dispõe o parágrafo segundo do art. 71 da CLT, os intervalos de descanso não serão computados na duração de trabalho.

Parágrafo segundo— O valor estabelecido nesta Cláusula, não integrará o salário dos empregados beneficiados, conforme artigo 457 parágrafo 1º e 2º da CLT.

Parágrafo terceiro— Ficam isentas as empresas que possuam refeitório e forneçam alimentação ou Refeição a seus funcionários.

Parágrafo quarto— As empresas que já concedem o Auxílio Alimentação ou Refeição no valor igual ou superior ao do Caput, deverão aplicar, em qualquer hipótese o percentual de 4,5% (quatro virgula cinco por cento), de reajuste.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VALE TRANSPORTE

Observadas às normas da Lei nº 7428/85, com a redação da lei nº 7.619/87, e regulamentado pelo Dec. n.º

95.246/87, fica garantida a concessão de vale transporte ao empregado que prestar serviço em dias de repouso (domingos, feriados e dias compensados).

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PLANO DE SAÚDE

As empresas que tiverem em seus quadros mais de **200 empregados** concederão aos mesmos, PLANOS DE SAÚDE ou SEGURO SAÚDE.

Parágrafo primeiro – Fica facultado ao empregador o desconto de parte dos custos relativos ao PLANO DE SAÚDE ou SEGURO SAÚDE em até 15% do valor do contrato do plano.

Parágrafo segundo – Fica facultado ao empregado a RENÚNCIA por meio de carta, entregue ao empregador, do citado benefício, podendo está renúncia constar no Contrato de Trabalho firmado pelo empregado no ato de sua admissão e/ou no momento de sua opção pela adesão ao plano.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO FUNERAL

Por motivo de óbito do empregado, não havendo auxílio funeral, a empresa fornecerá ao beneficiário legalmente habilitado no INSS, auxílio funeral equivalente a 02 (duas) **vezes o maior piso** em vigor do funcionario, na época do falecimento.

Auxílio Creche

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AUXÍLIO CRECHE

As EMPRESAS reembolsarão as empregadas ou os empregados, no valor integral e limitado a **R\$ 278,65 (duzentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos)** mensais relativos à mensalidade de creche de seu filho(a) legalmente dependente, a partir do 6º (sexto) mês de vida até completar 18 meses de idade, desde que seja apresentado as EMPRESAS o recibo quitado do valor a ser reembolsado a tal título.

Parágrafo Primeiro: Para fins do caput desta cláusula, considera-se como devidamente comprovada à guarda definitiva que tenha sido declarada por decisão judicial transitada em julgado.

Parágrafo Segundo: Somente terão direito ao benefício previsto na presente cláusula a partir do mês seguinte àquele em que formalmente o tenha requerido perante as EMPRESAS, desde que comprovado o preenchimento dos requisitos estabelecidos no caput.

Parágrafo Terceiro: Fica extensivo aos pais viúvos o benefício do auxílio creche, mediante a comprovação da documentação e condições descritas acima, com a guarda definitiva devidamente comprovada e tenha assim sido declarada por decisão judicial transitada em julgado.

Parágrafo Quarto: O reembolso objeto dessa cláusula não integra o salário de contribuição para fins de incidência de INSS, FGTS e IRPF.

Parágrafo Quinto– O mesmo percentual de reajuste da presente convenção será aplicado sobre o Auxílio Creche, quando os empregados receberem o respectivo benefício superior ao valor mínimo desta cláusula.

Parágrafo sexto – Caso os pais trabalhem na mesma empresa, os benefícios desta Cláusula deverão ser concedidos apenas para um dos pais, sendo o mesmo interrompido em caso de demissão.

Parágrafo sétimo – Conforme determina o Inciso I, artigo 2º da Lei nº 14457/22, um dos requisitos para receber o Auxílio é a comprovação dos gastos referentes a creche, bem como os gastos com outra modalidade da mesma natureza, de livre escolha da empregada ou empregado, limitando-se ao valor do caput desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - GRATIFICAÇÃO NA APOSENTADORIA

Ao completar 10 (dez) anos consecutivos de serviço, na mesma empresa, o empregado fará jus à gratificação no valor de 01 (um) salário base, a ser pago na data em que o empregado adquirir a carta de concessão à aposentadoria, excetuados os casos em que a própria empregadora já ofereça plano de previdência complementar ou benefício equivalente.

Parágrafo único – A gratificação instituída nesta cláusula não integrará o salário do empregado, não servindo como base de cálculo para encargos trabalhistas e previdenciários.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL

As homologações das rescisões dos contratos de trabalho dos empregados com mais de um ano de serviço, poderão efetivar-se no Sindicato profissional, devendo ainda serem observadas as normas da Súmula 330 do TST, **artigos 500 e 477 da CLT.**

Parágrafo primeiro – Após o cumprimento do artigo 477 parágrafo 6º da CLT, fica estipulado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do último dia efetivamente trabalhado, para que as empresas efetuem a homologação do termo de Rescisão do Contrato de Trabalho e entreguem a Chave de Conectividade, Comunicação de Dispensa e Requerimento de Seguro-Desemprego, quando devido, sob pena de pagamento de multa equivalente a 01 (um) salário mínimo nacional a ser paga em favor do empregado.

Parágrafo segundo -- As partes poderão extinguir o contrato de trabalho, por acordo entre as partes, observando o artigo 484 A – alínea A e B E II parágrafo 1º e 2º da CLT.

Parágrafo terceiro - Ausência das partes

A ausência de representante da empregadora no ato de homologação da rescisão do contrato de trabalho, bem como a ausência do empregado, desde que comprovada pela empregadora através de comunicação ao empregado sobre a data do referido ato, será declarada por escrito tal ausência pelo Sindicato no verso do TRCT ou através da declaração própria.

Parágrafo quarto – Devolução da CTPS

A CTPS será recebida mediante comprovante, para anotações e deverá ser devolvida ao empregado em 48 (quarenta e oito) horas. Qualquer documento que o empregado entregar à empresa deverá ser recebido sempre mediante comprovante.

Parágrafo quinto – É obrigatório a empresa colocar o nome do Sindicato na CTPS do trabalhador ao lado do valor do desconto da Contribuição Sindical, (quando esta for recolhida) sendo vedada à expressão genérica de “sindicato da classe”.

Parágrafo sexto – **Ressalvas nas homologações** – Na homologação feita com ressalva, a Empresa (empregador) terá o prazo de até 20 (vinte) dias úteis, a partir do dia seguinte da homologação, para efetuar o pagamento da diferença ou correções divergentes integralmente e sem parcelamentos.

Parágrafo sétimo – **Homologação por procuração** – No ato da homologação da rescisão contratual o empregado poderá ser representado por procurador munido de procuração, ou por instrumento particular, emitido exclusivamente para esse fim, com a devida firma reconhecida.

Aviso Prévio

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CARTA DE REFERÊNCIA

A empresa, quando solicitado, nos casos de demissão sem justa causa ou pedido de demissão, fica obrigada a entregar ao referido empregado, carta de referência do período trabalhado, na data de saída.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL

As empresas farão observar a Lei 12.506/2011, bem como a circular 010/2011 de 27 de outubro de 2011 da SRT do Ministério do Trabalho e Emprego, e a Nota Técnica nº 184/2012/CGRT/SRT/MTE.

Parágrafo primeiro– O acréscimo da projeção de 03 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, previsto na Lei nº 12.506/2011, será sempre indenizado.

Parágrafo segundo– Não se aplicando ao caso de pedido de demissão, que será sempre de 30 dias, independentemente do tempo de serviço na mesma empresa.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRATO INTERMITENTE DE TRABALHO

As Empresas poderão celebrar o Contrato Intermitente de Trabalho na forma do artigo 443 da CLT mediante Acordo Coletivo de Trabalho com o Sindicato.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidade Geral

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA

Fica garantida a estabilidade provisória no emprego aos empregados que se encontrem nas seguintes condições:

I - GESTANTES: a empregada gestante, desde a concepção até cinco meses após o parto, conforme determina o art. 10º, inciso II, alínea “b” das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, ressalvando-se as hipóteses previstas em lei. Nos casos de Pedido de demissão, deverá ser observado o artigo 500 da CLT e Súmula 244 no TST.

II - PRÉ-APOSENTADORIA: ao empregado que contar com 5 (cinco) ou mais anos ininterruptos de serviço na mesma empresa, desde que comprovadamente esteja a 12 (doze) meses ou menos à data em que irá adquirir o direito efetivo à aposentadoria mais benéfica, seja ela proporcional ou integral, incluindo outras formas especiais concedidas pela Previdência, ressalvando-se a demissão por justa causa e pedido de demissão.

III - LICENÇA PREVIDENCIÁRIA: Fica garantida estabilidade provisória, pelo prazo de 30 (trinta) dias do retorno ao serviço, aos empregados que estiverem em gozo de auxílio doença concedido pela Previdência Social no período 180 (cento e oitenta) dias ou mais, ressalvando-se quanto ao disposto no artigo 118 da lei 8.213/91.

IV - ESTABILIDADE PARA DIRIGENTES SINDICAIS: Conforme estabelece o art. 8º, inciso VIII, da Constituição Federal, fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado, a partir do registro de sua candidatura a cargo de Diretoria (titulares e suplentes), Conselho Fiscal (titulares e suplentes), e se eleito, até 01 (um) ano após o final do mandato, conforme artigo 543 parágrafo 3º da CLT, salvo se cometer falta grave nos termos da Lei.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CURSOS E REUNIÕES PÓS-JORNADA

Quando realizadas fora do horário normal de trabalho, as reuniões e cursos obrigatórios instituídos pela empresas terão seu tempo excedente à jornada, remunerado como trabalho extraordinário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - JORNADAS EXTRAORDINÁRIAS

I - Horas Extras: as horas excedentes às duas primeiras horas, em jornada normal, serão remuneradas com acréscimo de 100% (cem por cento);

II - Fica assegurado aos empregados convocados pelas empresas para prestar serviços nos Domingos, Feriados e Dias Compensados, a remuneração extra mínima correspondente a 4 (quatro) horas de trabalho;

III - Ao empregado convocado nos mesmos dias de repouso do inciso anterior, para prestar serviços de tarefa, fica assegurada a liberação imediata, tão logo concluída a respectiva tarefa, assegurando-se o direito ao auxílio alimentação e ao vale transporte em tal convocação;

IV – Nos casos de dispensa do trabalho em dias úteis intercalados entre finais de semana e feriados (“dias

ponte”), a compensação das horas poderá ser realizada, desde que as horas extras prestadas nos dias de compensação não excedam o limite de 2 (duas) horas diárias, em conformidade com o disposto no artigo 59 da CLT, respeitando-se também o intervalo interjornadas previsto no artigo 66 da mesma Consolidação.

V – As empresas poderão adotar a escala de revezamento para funcionamento aos domingos e feriados com datas determinadas para a compensação, desde que enviem ao Sindicato obreiro com antecedência a aludida escala. Deverá ser garantido o repouso semanal remunerado nos termos da Constituição Federal e do artigo 67 da CLT, bem como a observância do artigo 386 da CLT e demais dispositivos legais aplicáveis. Conforme dispõe o artigo 6º, parágrafo único, da Lei nº 10.101/2000, alterado pela Lei nº 11.603/2007, o repouso semanal remunerado deve coincidir, ao menos uma vez no período máximo de três semanas, com o domingo. Assim, **na terceira semana, o repouso semanal deverá, obrigatoriamente, recair em um domingo.**

Parágrafo único – Pagamento de horas extras – O pagamento de serviços extraordinários deverá ser efetuado até o 5º dia do mês subsequente. Em caso de atraso, a hora extra será calculada com base em novo salário eventualmente vigente na data do pagamento atrasado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FLEXIBILIZAÇÃO DE HORÁRIOS

É facultado às empresas a aplicação da flexibilização da jornada diária de trabalho de seus empregados, de acordo com suas necessidades, em até 2 (duas) horas para mais ou para menos do início da jornada do empregado, compensando-se em até 2 (duas) horas para mais ou para menos ao término da referida jornada, respeitando-se a jornada diária de trabalho do empregado de 8 (oito) horas e de 6 (seis) horas, conforme a forma da contratação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - BANCO DE HORAS

Fica facultada a todas as empresas abrangidas por este instrumento a aplicação de “Banco de Horas”, nos termos da Lei 9.601/98 e art. 59 pr. II, V e VI da CLT, **c/c Lei 13.467/2017.**

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DIA DOS EMPREGADOS DE AGENTES AUTÔNOMOS / DEMAIS FERIADOS

Fica assegurado o descanso remunerado aos empregados da categoria, na terceira segunda-feira do mês de outubro de cada ano, comemorando o Dia dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, informações, Pesquisas no Município do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO ÚNICO – De acordo com a necessidade do serviço na empresa, a substituição deste dia poderá ser feita por outro dia, com devida comprovação da anuência do empregado e comunicação ao Sindicato profissional com antecedência de 10 dias.

Controle da Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - REGISTRO DE PONTO ELETRÔNICO

É facultado as empresas a adoção dos sistemas de registro eletrônico de ponto **previstos nos artigos 73 e seguintes da Portaria 671/2021 do MTE**, devendo ser observados os requisitos contidos nesta. Valendo a presente cláusula para a validação de tais sistemas.

Faltas

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - AUSÊNCIAS LEGAIS

Por força da presente Convenção Coletiva, as ausências legais serão as disciplinadas no artigo 473 da CLT, incisos I a XII, respeitados os critérios mais vantajosos **da norma coletiva**.

I – até 2 (dois) dias uteis, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, viva sob sua dependência econômica;

II – até 3 (tres) dias uteis, em virtude de casamento;

III – por cinco dias, em caso de nascimento de filho, de adoção ou de guarda compartilhada;

IV – por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada;

V – até 2 (dois) dias uteis, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva;

VI – no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço Militar referidas na letra c do art. 65 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar);

VII – nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior;

VIII – pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer em juízo;

IX – pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro;

X – até 2 (dois) dias uteis para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira;

XI – pelo tempo necessário para acompanhar sua esposa ou companheira em até 6 (seis) consultas médicas, ou em exames complementares, durante o período de gravidez;

XII – por 1 (um) dia por ano para acompanhar filho de até 6 (seis) anos em consulta médica;

XIII – até 3 (tres) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ABONO DE FALTAS DE ESTUDANTES

Será concedido abono de falta ao empregado estudante nos dias de prova, para exames finais, compensando-se posteriormente, desde que avisada à empregadora 72 (setenta e duas) horas de antecedência e mediante comprovação.

Parágrafo único – Empregado vestibulando – O empregado inscrito em vestibular universitário será dispensando para comparecimento aos exames, compensando-se posteriormente tais dias, obrigando-se à comunicação ao empregador até 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização das aludidas provas e exames, sob pena de incorrer em faltas injustificáveis.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - UNIFORME E EQUIPAMENTOS

Observando o art. 456 A da CLT, os uniformes de uso obrigatório em serviço, em número de 2 (dois) conjuntos por ano, bem como equipamentos de trabalho e proteção individual, serão fornecidos pela empresa sem qualquer ônus ao empregado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ACIDENTE DE TRABALHO

Para atendimento emergencial aos empregados acidentados no horário de trabalho, as empresas manterão ambulatório em suas dependências, desde que o grau de risco seja o mínimo e o número de trabalhadores supere o total de 200 (duzentos).

Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - AUXÍLIO DOENÇA: COMPLEMENTAÇÃO

Ao completar 05 (cinco) anos ou mais de vínculo empregatício consecutivo na mesma empresa, fica assegurado ao empregado, em caso de gozo do auxílio doença, receber do empregador, a título de complementação, quantia equivalente a 90% (noventa por cento) da diferença entre o seu salário e o valor daquele benefício, no limite de 10 Salários Mínimos (Federal).

Parágrafo primeiro – Restrições no gozo do benefício

O complemento referido no “caput” da cláusula acima, só será concedido uma única vez, **por afastamento em cada ano contratual**, durante o período havido entre o 16º (décimo sexto) e o 90º (nonagésimo) dia do afastamento, respeitando-se o parágrafo 3º do art. 60 da Lei 8.213/91.

Relações Sindicais Representante Sindica

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DO DELEGADO SINDICAL

As empresas ou grupo econômico que tenham mais de 200 empregados obrigam-se a reconhecer a figura do delegado sindical que vier a ser indicado pelo sindicato obreiro, assegurando-lhe condições para o desempenho de sua atribuição, podendo ser liberado pelo menos uma vez por mês para ida ao sindicato. Todavia com estabilidade na vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, o delegado indicado poderá ser substituído por solicitação de sua empresa empregadora, quando ocorrer os seguintes motivos: força maior, justo motivo, por falta grave devidamente apurada, ficando revogada a estabilidade ajustada pelas partes.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

Os Diretores do Sindicato Profissional (titulares e suplentes), Conselho Fiscal (titulares e suplentes) serão liberados de suas funções nas empresas para o exercício de seus mandatos de representação e administração sindical.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

O desconto da contribuição sindical estará condicionado à prévia e expressa autorização do empregado, respeitando o artigo 579 da CLT. O valor da contribuição atenderá aos parâmetros estabelecidos no artigo 580 da CLT.

Parágrafo Único – O recolhimento da Contribuição Sindical dos integrantes da Categoria Profissional que autorizarem o desconto será efetuado pelos empregadores mediante a notificação pelo Sindicato através da emissão da Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical – GRCS – Urbana.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS

A título de contribuição assistencial, consubstanciada no art. 513 “e”, da CLT e acórdão publicado no STF nº 1.018.459 em 30.10.2023, fica estipulado o desconto de cada empregado da categoria profissional, sindicalizado ou não, de uma vez, de 2% sobre o salário base do referido empregado, no mês de maio 2026, em favor do Sindicato Profissional, para manutenção e ampliação dos serviços assistenciais e jurídicos mantidos em favor da categoria, mediante o envio de boleto bancário emitido pelo Sindicato. Este valor deverá ser repassado pelas empresas ao Sindicato Profissional, no prazo máximo de 10 dias úteis após a ocorrência do aludido desconto, sob pena de multa pecuniária correspondente a 2% no primeiro mês vencido e 1% para cada mês subsequente, acrescido de 1% de mora, sem prejuízo da correção monetária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA LIMITAÇÃO – O valor resultante da aplicação do percentual referente à contribuição assistencial estabelecida nesta cláusula fica limitado a R\$60,00 (sessenta reais), prevalecendo esse valor como teto da referida contribuição.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DO DIREITO DE OPOSIÇÃO - Fica desde já garantido o direito de oposição ao empregado enquadrado na categoria do sindicato, do referido desconto, que deverá ser manifestado pessoalmente no Sindicato, no prazo máximo de **10 dias corridos** a contar da data de Registro desta Convenção na SRTE. Assim como aos admitidos posteriormente a data base.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A oposição, como regra, será realizada na sede do SINDAUT/RJ, localizada na Rua André Cavalcanti, 128, CEP:20231-050. Para os empregados em regime de *Home Office* que residam fora do município do Rio de Janeiro, será permitido apresentar sua oposição através de e-mail que será disponibilizado no site www.sindaut.org.br, no mesmo prazo estabelecido anteriormente e em formulário próprio que será

fornecido pelo sindicato.

PARÁGRAFO QUARTO – DO PROCEDIMENTO APÓS A MANIFESTAÇÃO DE OPOSIÇÃO – Concluído o procedimento de oposição à contribuição assistencial, o empregado deverá entregar à empresa o respectivo comprovante de oposição (canhoto), devidamente datado e assinado, a fim de assegurar o registro formal de sua manifestação e evitar a realização do desconto.

PARÁGRAFO QUINTO – DO PAGAMENTO- As contribuições serão pagas em rede bancária, através de boleto enviado pelo Sindicato, até o vencimento.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - MENSALIDADE SOCIAL

O trabalhador que se associar ao Sindicato pagará a mensalidade social, no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) descontada em folha de pagamento nos termos do art. 545, da CLT, cujo recolhimento será comprovado perante a entidade sindical, juntamente com a relação nominal dos associados. Em caso de atraso, o valor devido pelo associado será corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora de 2% (dois por cento) ao mês.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - PROGRAMA SOCIAL COLETIVO

O SINDAUT prestará indistintamente a todos os empregados subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, os Benefícios Sociais determinados: Auxílio Cesta básica, Auxílio Educação, Auxílio Doença, Auxílio Farmácia, Auxílio Invalidez Permanente, Auxílio Funeral, Auxílio Matrimônio, Auxílio Natalidade, Auxílio Despesa Familiar.

Parágrafo Primeiro: O objetivo do Benefício, valores, quantidade de parcelas, os beneficiados, a forma de pagamento, os documentos exigidos e os prazos de pagamento, serão praticados conforme Manual de Orientação divulgado no site da entidade: www.sindaut.org.br.

Parágrafo Segundo: Para a efetiva viabilidade financeira dos benefícios sociais a sua concessão ficará condicionada ao pagamento da Contribuição Social pelo empregado, conforme prevê Cláusula 40ª desta convenção, nos termos dos artigos 462 e 545 da CLT.

Parágrafo Terceiro: O benefício Social tem como objetivo, amparar e transmitir tranquilidade aos empregados e seus familiares em momentos necessários, sem qualquer burocracia.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DOS EMPREGADOS

As empresas descontarão dos empregados, a importância de R\$ 15,00 (quinze reais) mensais, a título de contribuição social coletiva, consubstanciada no art. 513, “e”, da CLT, para manutenção dos benefícios sociais e ampliação dos serviços oferecidos pelo SINDAUT. Os valores deverão ser recolhidos, em favor do SINDAUT, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao desconto, através de boleto bancário enviado pelo Sindaut, após o recebimento da relação dos empregados com nome completo, função e remuneração.

Parágrafo primeiro – Em observância a ordem de Serviço nº 01 MTE, de 24/03/2009, com renúncia expressa ao

recebimento dos Benefícios Sociais, previstos na cláusula 39ª, fica facultado a todos os empregados o direito de oposição ao referido desconto que deverá ser manifestado pessoalmente no Sindicato, **até 10 (DEZ) dias corridos** a contar da data do registro da Convenção Coletiva. O mesmo prazo será concedido aos empregados no retorno de afastamento por motivo de doença, licenças e férias. A EMPRESA dará ciência do registro e do prazo a seus empregados. Assim como aos admitidos posteriormente a data base.

Parágrafo segundo - A oposição, como regra, será realizada na sede do SINDAUT/RJ, localizada na Rua André Cavalcanti, 128, CEP:20231-050. Para os empregados em regime de *Home Office* que residam fora do município do Rio de Janeiro, será permitido apresentar sua oposição através de e-mail que será disponibilizado no site www.sindaut.org.br, no mesmo prazo estabelecido anteriormente e em formulário próprio que será fornecido pelo sindicato.

Parágrafo terceiro - Do Procedimento Após a Manifestação a Oposição – Concluído o procedimento de oposição à contribuição social, o empregado deverá entregar à empresa o respectivo comprovante de oposição (canhoto), devidamente datado e assinado, a fim de assegurar o registro formal de sua manifestação e evitar a realização do desconto.

Parágrafo quarto – A inadimplência desta obrigação poderá resultar em ação competente, sem ônus para a entidade, visando o pagamento de uma multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês calculado sobre o valor a ser recolhido, corrigido monetariamente na data de seu efetivo pagamento ou por determinação da tabela de atualização de débitos trabalhistas, para Ajuizamento de Ação Judicial perante a Justiça do Trabalho, visando o pagamento da presente obrigação.

Parágrafo quinto – As empresas enviarão no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recolhimento, cópia da guia e comprovante de pagamento, acompanhado da relação ordenada de todos os empregados nela constando: nome, função, e o valor da contribuição, R\$ 15,00 (quinze reais).

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DOS EMPREGADORES

As Empresas integrantes das categorias econômicas representadas pelo Sindicato Patronal – SEAPIPEPREST, e que não se opuseram ao recolhimento da contribuição sindical patronal, deverão comprovar o seu recolhimento no prazo de 60 dias a contar da data de registro da presente Convenção Coletiva junto a SRTE.

Parágrafo primeiro – Fica condicionado às empresas que, para aplicação da presente CCT/2026 a comprovação do recolhimento da contribuição sindical patronal, tendo em vista o cunho da prestação dos serviços prestados pelo Sindicato para tal.

Parágrafo segundo – As empresas, todavia, poderão efetuar Acordo Coletivo de Trabalho com o sindicato profissional, obedecendo aos critérios nele negociados.

Parágrafo terceiro – Nenhuma assistência sindical e/ou documentos para quaisquer fins serão fornecidos pelo Sindicato Patronal às empresas associados ou não, que deixarem de comprovar estarem quites com os pagamentos das contribuições estabelecidas na presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas integrantes das categorias econômicas representadas pelo SINDICATO DAS EMPRESAS DE

ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES, PESQUISAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, sindicalizados ou não, farão o recolhimento do valor correspondente a R\$ 800,00 (oitocentos reais) a título de contribuição Assistencial do exercício de 2026 destinada ao custeio de serviços assistenciais mantidos pelo Sindicato Patronal, estando previsto no Art. 513, alínea “e” da CLT, bem como AGE de 23.01.2026 e decisão do STF – Acórdão – ED 1.018.459- Min. Gilmar Mendes – Unanimidade - 30/10/2023.

Parágrafo primeiro - Fica facultado as empresas o direito de oposição que deverá ser manifestado pessoalmente e exclusivamente por Carta de Oposição, em mãos, devidamente protocolada pelo Sindicato Patronal no prazo de dez dias contados do registro da presente CCT/2026.

Parágrafo segundo - As contribuições serão pagas por boletos bancários ou na sede do Sindicato Patronal, sito na Rua Senador Dantas, nº 71, SALA 804 – Centro – Rio de Janeiro, COM VENCIMENTO EM 29/05/2026.

Parágrafo terceiro - Após este prazo, a referida contribuição deverá ser paga com acréscimo da multa de 2% (dois por cento) ao mês, sem prejuízo de juros e a correção monetária.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS E CÓPIAS DAS GUIAS

Nos termos do Precedente Normativo nº 111 do TST e art. 583 parágrafo 2º da CLT, as empresas obrigam-se a remeter ao Sindicato profissional, uma vez por ano, a relação dos empregados pertencentes à categoria (RAIS POSITIVA), e ainda cópia das guias da Contribuição Sindical e Assistencial dos sindicatos, no prazo de 30 dias, após o pagamento respectivo.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - APLICABILIDADE DA CONVENÇÃO

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá sua aplicabilidade 3 (três) dias após o depósito na SRT, conforme preceitua o art. 614 do Parágrafo Primeiro da CLT.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO

Na ocorrência de infração ou descumprimento de quaisquer disposições na presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, sujeita o infrator, além das penalidades legais, ao pagamento de multa no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o maior piso vigente, revertido em favor do prejudicado, desde que não esteja prevista outra multa, não sendo ainda cumulativa.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os empregados ou o Sindicato Profissional, em caso de descumprimento da presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO poderão intentar ação de cumprimento, nos moldes do art. 872, parágrafo único, da CLT, vez que a avença administrativa se equipara ao acordo judicial, como prescrito pelo art. 611 da Consolidação das Leis do trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO

As partes representadas nesta Convenção comprometem-se a acompanhar o Registro deste Instrumento junto a SRTE.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DO FORO

As partes fixam o foro da Cidade de Rio de Janeiro para dirimir dúvidas ou controvérsias sobre a aplicação da presente Convenção Coletiva.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - QUADRO DE AVISOS

As Empresas comprometem-se a afixar em seu Quadro de Aviso, cópia da presente Convenção Coletiva, para conhecimento de seus empregados.

BRUNO MACIEL ARAUJO
Presidente
SINDICATO EMP AG AUT COM EMP AS PER INF P MUN R JANEIRO

WILVANDIR CUNHA GALVAO DE LIMA
Presidente
SINDICATO EMP ASS PER INF PQ SERV TEMP MUNIC R JANEIRO

ANEXOS ANEXO I - ATA DA ASSEMBLEIA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

WEBINAR

REEMBOLSO-CRECHE NOS CONTRATOS DO GOVERNO FEDERAL

Saiba como vai funcionar o benefício criado para facilitar o dia a dia de mães e pais que trabalham em contratos de serviços para a administração federal.



23/04
9h30



youtube.com/@gestaogov_br



Rede de
Parcerias

MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

O QUE JÁ FOI FEITO PARA OS TERCEIRIZADOS

GARANTIAS TRABALHISTAS



Recepção e tratamento de assédio (Decreto 12.174/24)

- Modelos de minutas de licitações e contratos (AGU e MGI) com inclusão de cláusulas sobre o assédio, discriminação e violência



Compensação de jornada (IN 81/24)

- Compensação de jornada em situações específicas, como recessos de fim de ano e ausências programadas



Custos mínimos de remuneração (IN 176/24)

- Fixa em edital valores mínimos de salários e benefícios para os terceirizados



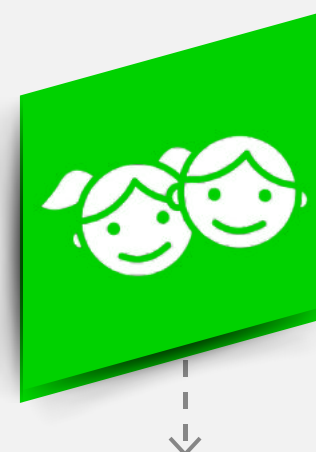
Redução de jornada para 40h (INs 190/24 e 381/25)

- 12 categorias beneficiadas
- Medida alcançou cerca de 19 mil terceirizados



Previsibilidade de férias (IN 213/25)

- Planejamento das férias dos colaboradores (60 dias de antecedência)
- Garantia de que usufruam das férias antes do término do contrato



Reembolso-creche (IN 147/26)

- Passa a ser exigido em todos os contratos federais de dedicação exclusiva
- Cerca de 14 mil crianças devem ser beneficiadas



Redução de jornada (IN 148/26)

- Ampliação para as demais categorias, exceto em regime de escala
- Potencial de alcançar cerca de 60 mil terceirizados

REEMBOLSO-CRECHE - IN SEGES/MGI 147/26



Projeto piloto na Presidência



14,33% dos trabalhadores com direito ao benefício



Impacto de aprox. 1% no valor do posto



Reembolso à contratada sob apresentação dos comprovantes enviados pelos beneficiários

MODELO ANTERIOR (PREVISÃO EM CCT)

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário (Percentual obrigatório conforme Anexo XII - IN 5/17)	8,33%	158,99
B	Férias e Adicional de Férias (Percentual obrigatório conforme Anexo XII - IN 5/17)	12,10%	230,86
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		20,43%	389,85
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	459,57
B	Salário Educação	2,50%	57,44
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	3,00%	68,93
D	SESC ou Sesi	1,50%	34,46
E	SENAI - SENAC	1,00%	22,97
F	SEBRAE	0,60%	13,78
G	INCRA	0,20%	4,59
H	FGTS	8,00%	183,82
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	845,56
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Transporte (R\$ 4,83 x 2 x 22 - 6% x SalBase)	-	117,12
B	Auxílio-Refeição/Alimentação e Cesta Básica [(R\$ 19,77 - R\$ 1,32) x 22 + R\$ 137,79]	-	543,69
C	Benefício Social Familiar e Benefício Natalidade (R\$ 15,20)	-	15,20
D	Auxílio Saúde	-	33,65
E	Seguro de Vida	-	0,00
F	Outros (especificar)	-	0,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			709,66
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		389,85
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		845,56
2.3	Benefícios Mensais e Diários		709,66
TOTAL DO MÓDULO 2			1945,07

MODELO ANTERIOR (PREVISÃO EM CCT)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO CRECHE

A empresa que não forneça creche no seu local de trabalho fica assegurada às trabalhadoras, o pagamento de Auxílio Creche no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do salário base mínimo da área geral, ou seja, R\$ 324,20 (Trezentos e vinte e quatro reais e vinte centavos), a partir do 1º (primeiro) mês de retorno efetivo ao trabalho, até que o filho complete 10 (dez) meses de nascimento.

Multiplica-se o valor do salário base com a alíquota prevista e este resultado é multiplicado pelo percentual estimado de incidência deste tipo de caso, conforme estatística apurada pela empresa.

Mecanismo de cálculo	
Salário base	1.621,00
Alíquota	20%
Incidência	5%
Valor final	16,21

MODELO DE PRECIFICAÇÃO ANTERIOR À IN SEGES/MGI 147/2026 (PREVISÃO EM CCT)



Incidência informada pela contratada, sem parâmetro pré-definido pelo órgão



Valor estimado na planilha é pago sem verificação de beneficiários



Estimativas subdimensionadas, para diminuir o valor proposta



Efeito contrário ao desejado: as empresas não contratam mulheres e despedem as que têm filhos



O reembolso-creche sem a correção da sistemática vigente não seria efetivo

ENFRENTAMENTO DO PROBLEMA



Na sistemática anterior, o reembolso-creche representava custo para a empresa: ela tendia a diminuir o valor previsto em sua proposta e depois evitava conceder o benefício



Na nova sistemática, todas as empresas têm que cotar o valor mínimo estipulado pelo órgão e recebem conforme valor efetivamente pago a título de reembolso-creche



A empresa aumenta o seu lucro quanto mais beneficiários do reembolso-creche houver



A maior interessada em manter o posto do trabalhador beneficiário é a própria empresa

NOVA DINÂMICA IN SEGES/MGI 147/2026 NA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO



IN estabelece valor fixo do benefício



Estimativa de incidência pré-fixada na Instrução Normativa



Benefício é considerado custo mínimo relevante (IN 176, de 2024)



Pagamento em função do nº de beneficiários, com ajustes do saldo contratual

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS: EXEMPLO DE APLICAÇÃO

ESTIMATIVA DE PAGAMENTO DO BENEFÍCIO CORRESPONDENTE A 20% DO NÚMERO DE TRABALHADORES

REEMBOLSO-CRECHE			
Categoria	Vr. Unitário (R\$)	Incidência estimada	Custo por trabalhador
Servente	526,64	20%	105,33 + CITL
Servente de Fachada	526,64	20%	105,33 + CITL
Encarregado	526,64	20%	105,33 + CITL

*CITL – Custos Indiretos, Tributos e Lucro

IN SEGES / MGI Nº 147/2026

PAGAMENTO **MENOR** QUE ESTIMATIVA



Contrato com 100 trabalhadores, onde 11 recebem o benefício.



Orçamento mensal (20% incidência) = R\$ 10.532,8 + Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL).



Reembolso (R\$ 526,64 x 11) = R\$ 5.793,04 + CITL.



A diferença não será repassada para a empresa.
(R\$ 4.739,76 + CITL não medidos no mês ficarão no saldo do contrato ou liberados para outros fins).

IN SEGES / MGI Nº 147/2026

PAGAMENTO **MAIOR** QUE ESTIMATIVA (APOSTILAMENTO)



Contrato com 100 trabalhadores, onde 21 recebem o benefício.



Orçamento mensal (20% incidência) = R\$ 10.532,80 + CITL



Reembolso mensal (R\$ 526,64 x 21) = R\$ 11.059,44 + CITL.



O controle mensal do saldo é realizado sobre o valor global empenhado – admitindo-se variações mensais para mais ou para menos do valor estimado para o reembolso-creche.



Ao final de 12 meses, caso necessário, poderá ser realizado reforço orçamentário por apostilamento.
(Aumento de R\$ 6.319,68 + CITL no valor anual destinado ao reembolso-creche).

DADOS UTILIZADOS PARA CALCULAR A INCIDÊNCIA



• Valor do benefício: R\$ 526,64



• Dados extraídos da RAIS 2024, utilizando os filtros:
- Grande agrupamento: Serviços;
- Celetistas;



Quantidade média de filhos por mulher do Censo 2022: 1,6

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO PERCENTUAL DE INCIDÊNCIA

Faixa Etária	A	B	C	D	E	F	G	H
	% da Força de trabalho	Tempo de trabalho (anos)	Tempo do Benefício (anos)	% de tempo de concessão (C/B)	Qtde. média de filhos	Incidência ajustada nº de filhos (D*E)	Incidência do Benefício X Faixa Etária (F*A)	Incidência ajustada (G*(5/6))
18 a 49 anos	78%	32	6	18,75%	1,6	30%	23,40%	19,50%

Dados utilizados: Censo 2022- IBGE RAIS/2024

EXEMPLO DE REFLEXO FINANCEIRO NOS CONTRATOS

ESTIMATIVA DE PAGAMENTO DO BENEFÍCIO CORRESPONDENTE A 20% DO NÚMERO DE TRABALHADORES

REEMBOLSO-CRECHE				
Categoria	Vr. Posto original	Vr. Posto com o reembolso	Dif.	%
Servente	R\$ 4.839,91	R\$ 4.966,30	R\$ 126,39	+2,61
Vigilante (N)	R\$ 7.576,96	R\$ 7.703,35	R\$ 126,39	+1,66

IN SEGES/MGI N° 147/2026

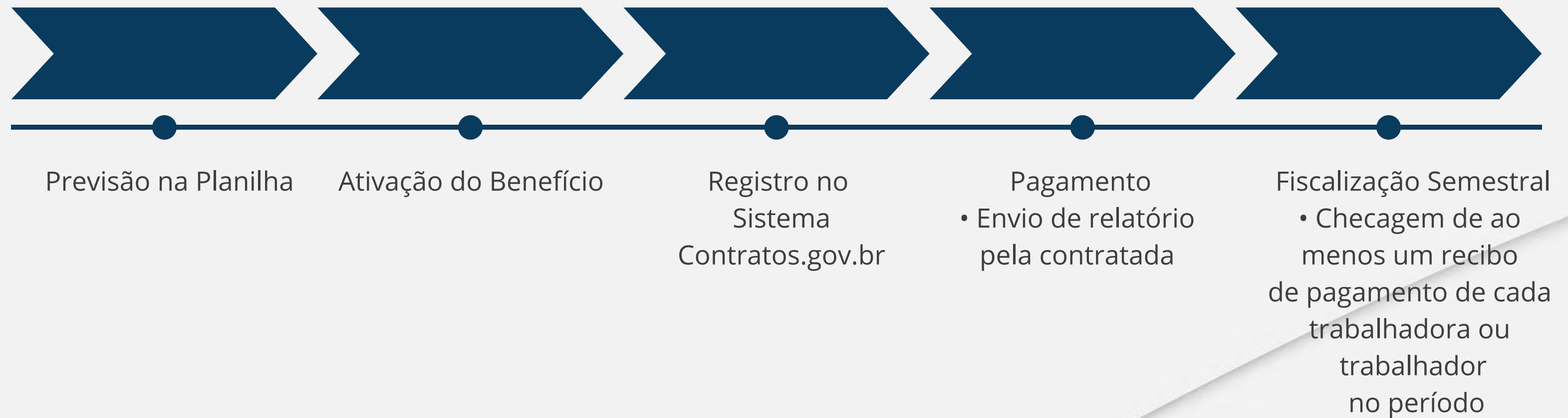
IMPACTO SOCIAL

14 mil crianças beneficiadas

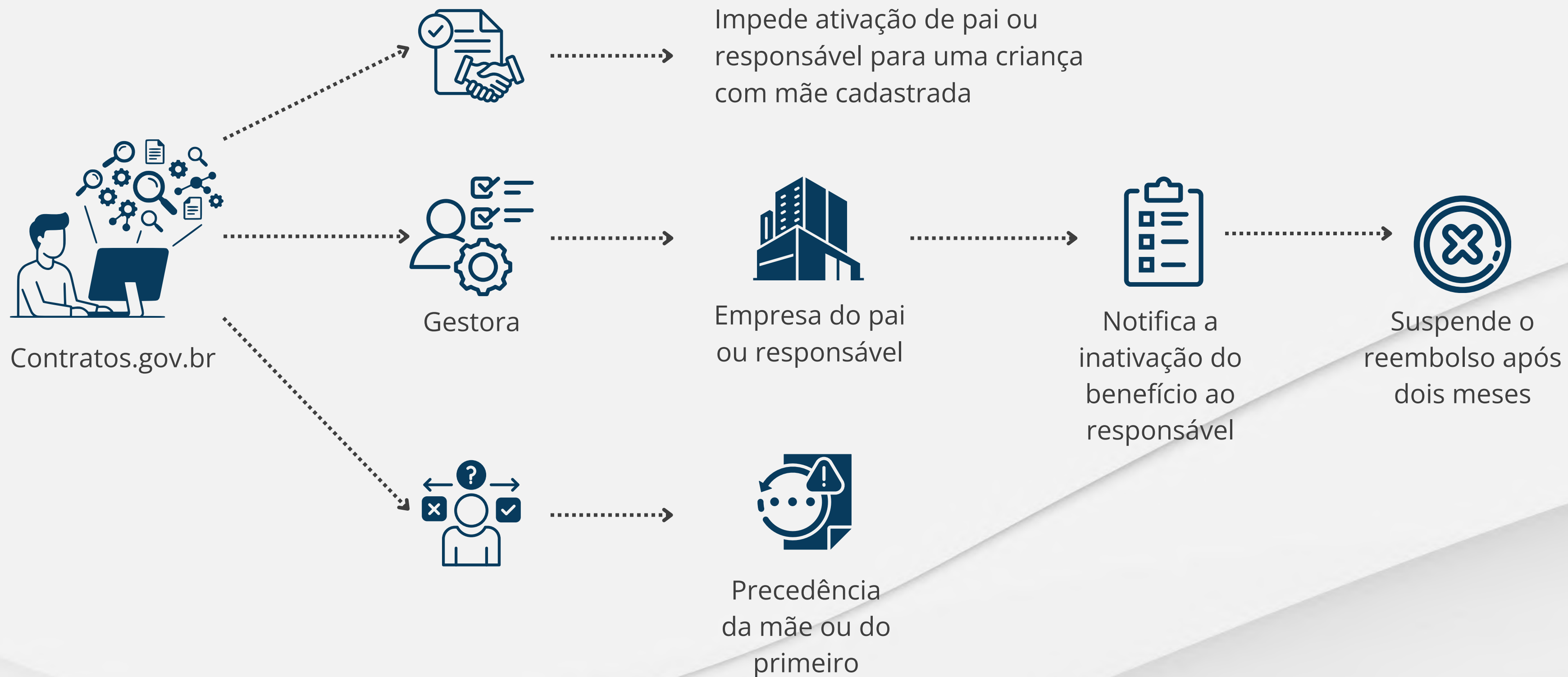
Acréscimo estimado em 0,89% do valor global



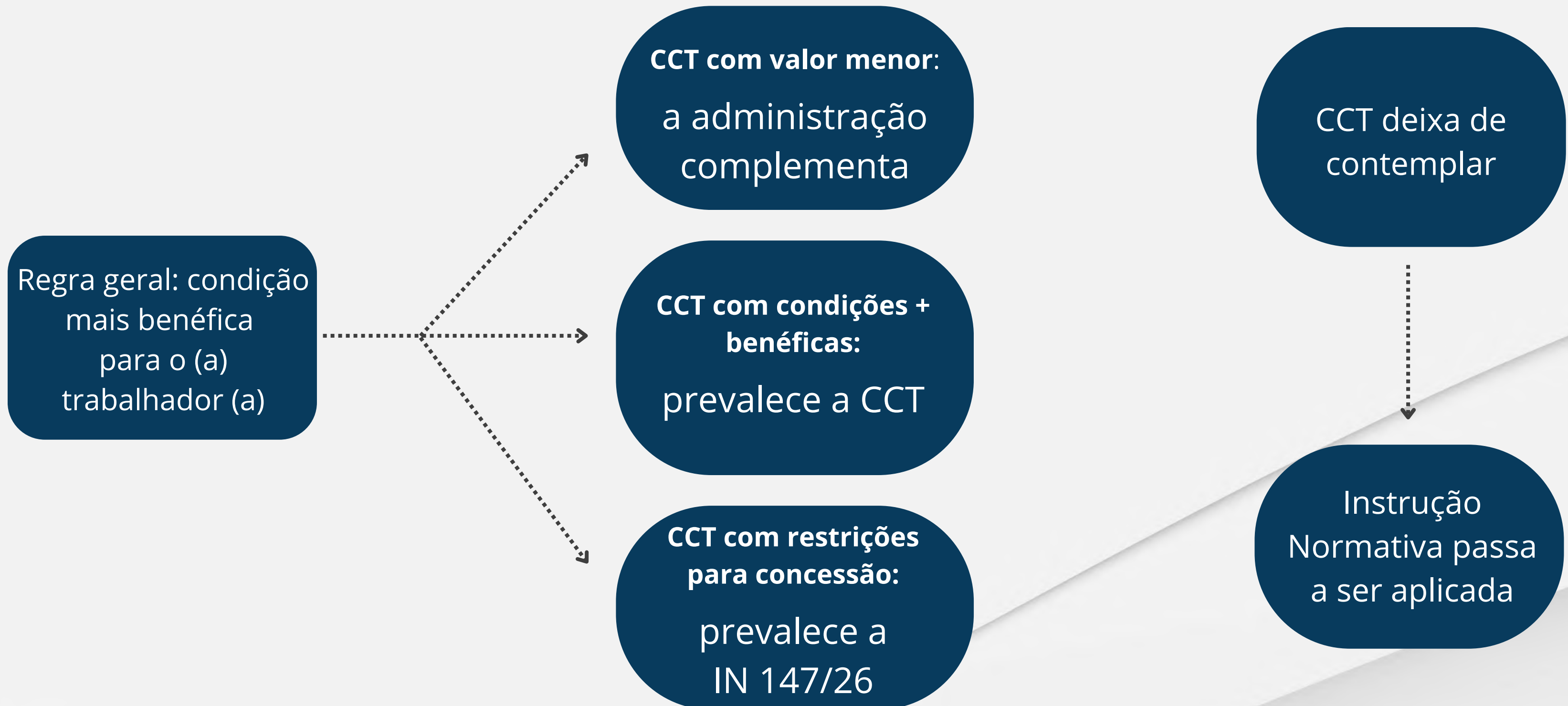
FLUXOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO



PREVENÇÃO AO PAGAMENTO EM DUPLICIDADE



INTERAÇÃO DO BENEFÍCIO COM CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO (CCT)



REGRAS DE TRANSIÇÃO



CONTRATOS VIGENTES

- Prazo de aditivo até 31.12.2026
- Prazo de nova contratação caso a empresa não concorde: 30.06.2028

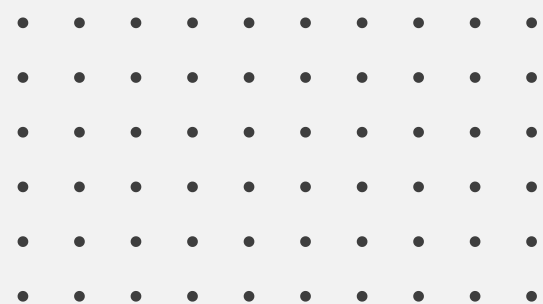
LICITAÇÕES COM EDITAL JÁ PUBLICADO

- Possibilidade de seguir na licitação e alterar o contrato depois

LICITAÇÕES COM EDITAL JÁ PUBLICADO

- Possibilidade de seguir na licitação e alterar o contrato depois.
- Possibilidade de seguir no processo e alterar depois se:
 - o edital for publicado em 60 dias;
 - o contrato assinado em 30 dias.

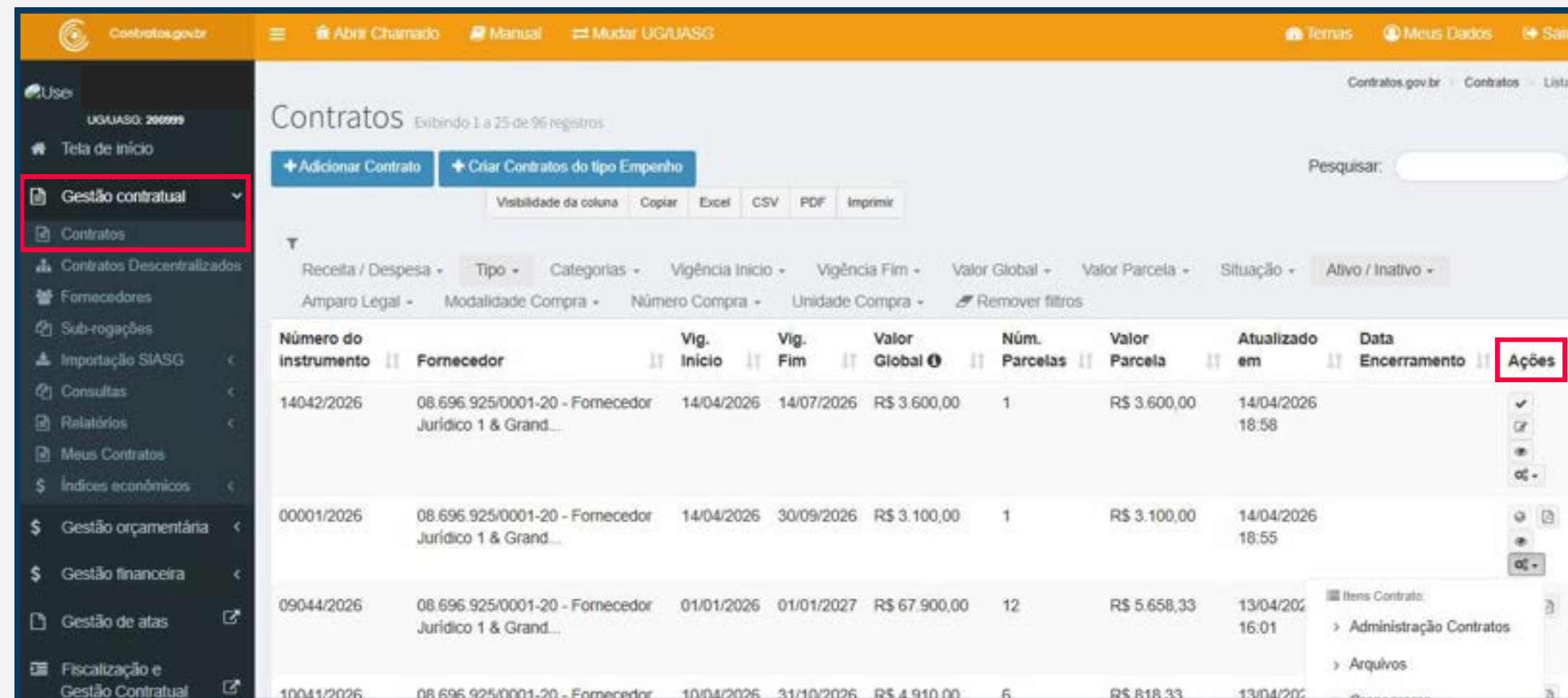
O que precisa ser feito no sistema Contratos.gov.br



REALIZAR O CADASTRO DOS TERCEIRIZADOS

O acesso com perfil “Setor Contratos” é pelo caminho:

Gestão contratual > contratos
> pesquisar o contrato >
coluna ações > engrenagem
> terceirizados



The screenshot displays the Contratos.gov.br web application. On the left, a dark sidebar menu contains the option 'Gestão contratual', which is highlighted with a red rectangle. The main content area, titled 'Contratos', shows a list of contract records. The table columns include 'Número do Instrumento', 'Fornecedor', 'Vig. Início', 'Vig. Fim', 'Valor Global', 'Núm. Parcelas', 'Valor Parcela', 'Atualizado em', 'Data Encerramento', and 'Ações'. The 'Ações' column is also highlighted with a red rectangle. A dropdown menu is visible for the 'Ações' of the third row, showing options like 'Administração Contratos' and 'Arquivos'.

Número do Instrumento	Fornecedor	Vig. Início	Vig. Fim	Valor Global	Núm. Parcelas	Valor Parcela	Atualizado em	Data Encerramento	Ações
14042/2026	08.696.925/0001-20 - Fornecedor Jurídico 1 & Grand...	14/04/2026	14/07/2026	R\$ 3.600,00	1	R\$ 3.600,00	14/04/2026 18:58		[Icones]
00001/2026	08.696.925/0001-20 - Fornecedor Jurídico 1 & Grand...	14/04/2026	30/09/2026	R\$ 3.100,00	1	R\$ 3.100,00	14/04/2026 18:55		[Icones]
09044/2026	08.696.925/0001-20 - Fornecedor Jurídico 1 & Grand...	01/01/2026	01/01/2027	R\$ 67.900,00	12	R\$ 5.658,33	13/04/2026 16:01		[Menu Aberto]
10041/2026	08.696.925/0001-20 - Fornecedor...	10/04/2026	31/10/2026	R\$ 4.910,00	6	R\$ 818,33	13/04/2026		[Icones]

REALIZAR O CADASTRO DOS TERCEIRIZADOS

O acesso com perfil “Responsável por Contrato” pelo caminho:

Gestão contratual> meus
contratos> pesquisar o
contrato> ações>
engrenagem> terceirizados

Contratos.gov.br

Meus Contratos

Exibindo 1 a 23 de 23 registros

Visibilidade da coluna Copiar Excel CSV PDF Imprimir

Pesquisar:

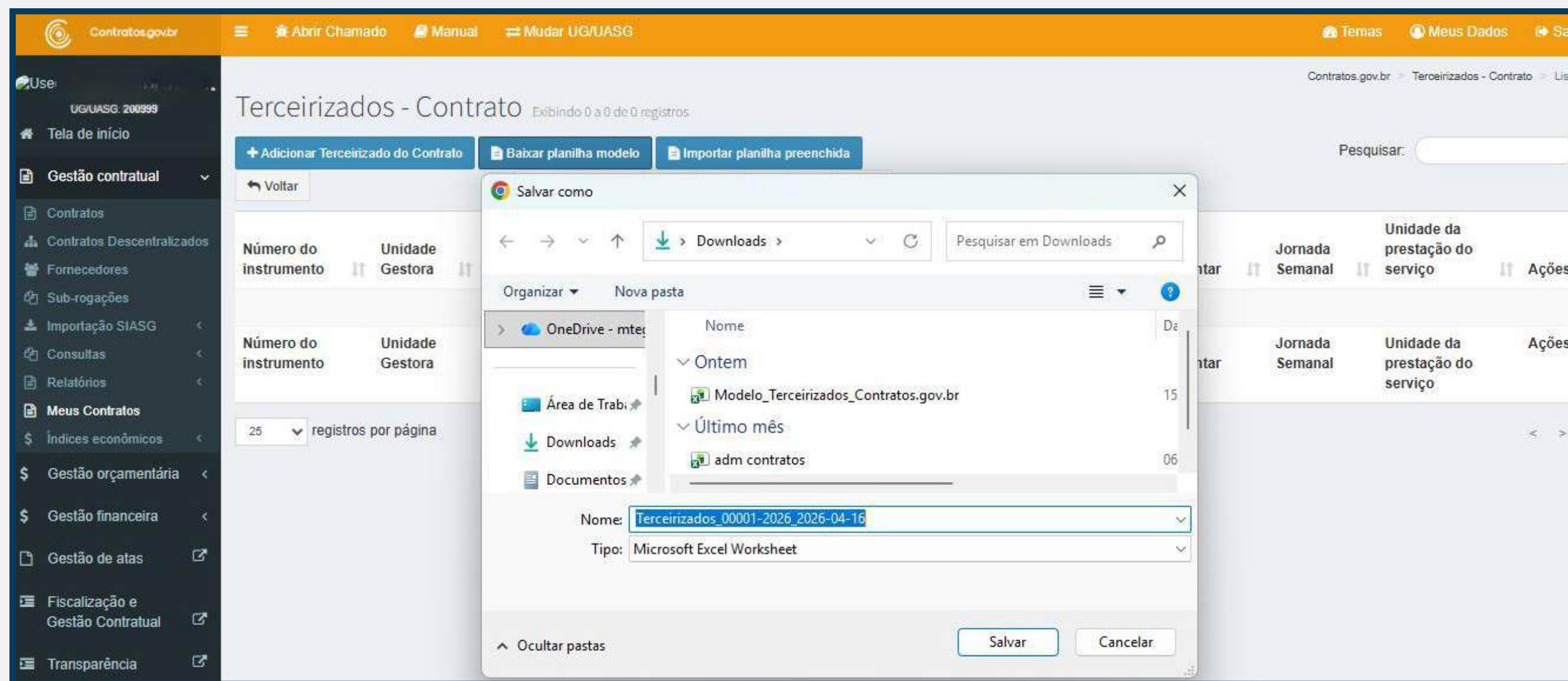
Número do instrumento	Fornecedor	Vig. Início	Vig. Fim	Valor Global	Núm. Parcelas	Valor Parcela	Função	Atualizado em	Ações
13082/2025	08.696.925/0001-20 - Fornecedor Jurídico 1 & Grand...	13/08/2025	13/08/2027	R\$ 900,00	12	R\$ 75,00	Gestor	10/09/2025 16:03	
04024/2026	ESTRANGEIRO_MILBANK_LLP - MILBANK LLP	01/02/2026	25/02/2026	R\$ 1.250,00	1	R\$ 1.250,00	Apoio Administr		
26051/2025	08.696.925/0001-20 - Fornecedor Jurídico 1 & Grand...	01/07/2025	02/09/2025	R\$ 1.655,00	12	R\$ 137,92	Fiscal Administr		
18021/2026	08.696.925/0001-20 - Fornecedor Jurídico 1 & Grand...	18/02/2026	18/02/2027	R\$ 7.500,00	1	R\$ 7.500,00	Gestor		
22041/2025	08.696.925/0001-20 - Fornecedor Jurídico 1 & Grand...	01/05/2025	01/06/2026	R\$ 1.500,00	1	R\$ 1.500,00	Fiscal Administr		

Items Contrato:

- > Arquivos
- > Conta-Depósito Vinculada
- > Empenhos
- > Instrumentos de Cobrança
- > Ocorrências
- > Terceirizados
- > Relatório Final
- > Instrumentos de Cobrança

COMO CADASTRAR TERCEIRIZADOS COM IMPORTAÇÃO EM LOTE

Baixar a planilha modelo



PREENCHER A PLANILHA (SIMILAR MODELO CGU)

- CPF
- Nome Completo
- Telefone Fixo
- Telefone Celular
- Escolaridade
- CBO
- Descrição do CBO
- Descrição Complementar
- Jornada Semanal
- Unidade da prestação do serviço
- Salário Mensal Bruto (R\$)
- Custo Mensal do Terceirizado
- Auxílio-Transporte
- Auxílio-Alimentação
- Data Início no Contrato
- Data Desligamento no Contrato
- Situação (ativo/inativo)

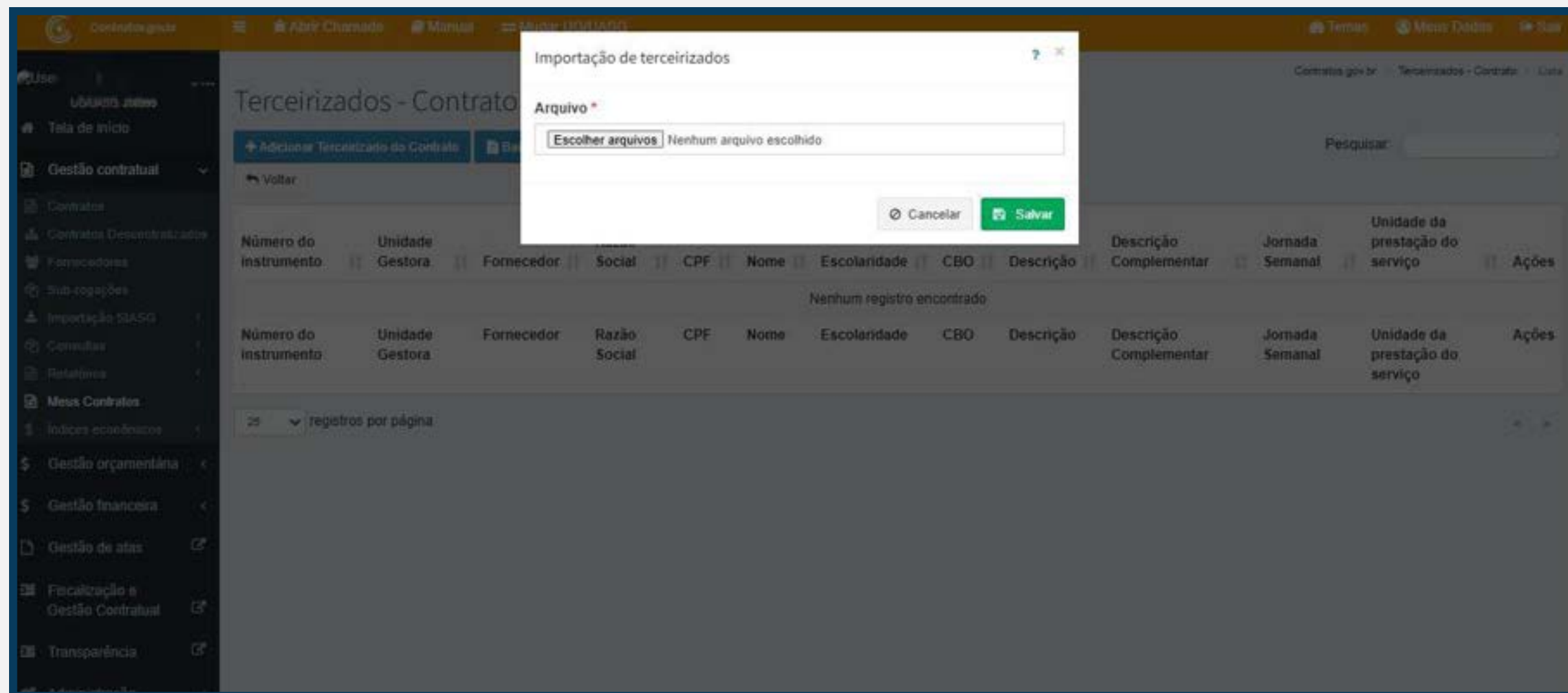
The screenshot shows an Excel spreadsheet titled "Terceirizados_00001-2026_2026-04-16". The spreadsheet is a template for a form, with columns labeled as follows:

A	B	C	D	E	F	G	H	I
CPF (Campo Obrigatório)	Nome Completo (Sem Abreviações) (Campo Obrigatório)	Telefone Fixo (Campo Opcional)	Telefone Celular (Campo Opcional)	Escolaridade (Campo Obrigatório)	CBO (Código CBO) (Campo Obrigatório)	Descrição (Descrição do CBO) (Campo Informativo)	Descrição Complementar (Campo Opcional)	Jornada Semanal (Horas) (Campo Obrigatório)

A tooltip for the "Telefone Fixo" cell (C3) displays the following text:

Telefone
Digite o telefone
fixo sem
máscara.
Ex.: 0000000000

IMPORTAR A PLANILHA



O cadastro do terceirizado só será finalizado se **todas as informações exigidas estiverem corretas**. Apenas os cadastros validados vão aparecer na listagem.

COMO CADASTRAR TERCEIRIZADO INDIVIDUALMENTE

Preencher as informações dos Dados pessoais:

- CPF
- Nome (Trazido da RF)
- Nome Social (Trazido da RF)
- Telefone Fixo
- Telefone Celular
- Escolaridade

The screenshot shows the 'Terceirizados - Contrato' page in the Contratos.gov.br system. The page has a green header with navigation links: 'Abrir Chamado', 'Manual', 'Mudar UGRASQ', 'Temas', 'Meus Dados', and 'Sair'. A left sidebar contains a menu with options like 'Tela de início', 'Gestão contratual', 'Contratos', 'Contratos Descentralizados', 'Fornecedores', 'Sub-rogações', 'Importação SIASQ', 'Consultas', 'Relatórios', 'Meus Contratos', 'Índices econômicos', 'Gestão orçamentária', 'Gestão financeira', 'Gestão de atas', 'Fiscalização e Gestão Contratual', 'Transparência', and 'Administração'. The main content area is titled 'Terceirizados - Contrato' and includes a link 'Adicionar Terceirizado ao Contrato' and a back link '« Voltar para todos Terceirizados - Contrato'. Below the title, there are three tabs: 'Dados Pessoais' (selected), 'Dados Funcionais', and 'Dependentes'. The 'Dados Pessoais' tab contains a form with the following fields: 'CPF *' (text input), 'Nome Completo *' (text input), 'Nome social' (text input), 'Telefone Fixo' (text input), 'Telefone Celular' (text input), and 'Escolaridade *' (dropdown menu with 'Selecione...' as the selected option). At the bottom of the form are two buttons: 'Prossiga para' (blue) and 'Cancelar' (grey).

COMO CADASTRAR TERCEIRIZADO INDIVIDUALMENTE

Preencher as informações dos Dados funcionais:

- CBO (busca)
- Descrição (busca)
- Descrição complementar
- Jornada Semanal
- Unidade da prestação do serviço
- Salário Mensal Bruto
- Custo Mensal do Terceirizado
- Auxílio-Transporte
- Auxílio-Alimentação
- Data Início no Contrato
- Situação

Dados Pessoais | **Dados Funcionais** | Dependentes

Número do Instrumento *
11004/2025

CBO *
Selecione o CBO ou escolha pela Descrição abaixo.

Descrição *
Selecione a Descrição

Descrição Complementar

Jornada Semanal *

Unidade da Prestação do Serviço *

Salário Mensal Bruto *
R\$ 0,00

Custo Mensal do Terceirizado *
R\$ 0,00

Auxílio-Transporte
R\$ 0,00

Auxílio-Alimentação
R\$ 0,00

Data Início no Contrato *
dd/mm/aaaa

Data Desligamento no Contrato
dd/mm/aaaa

Situação *
Ativa

Atrás | **Próximo** | Cancelar

COMO INCLUIR DEPENDENTES (inclusão individual)

Aba dependente >
adicionar dependente

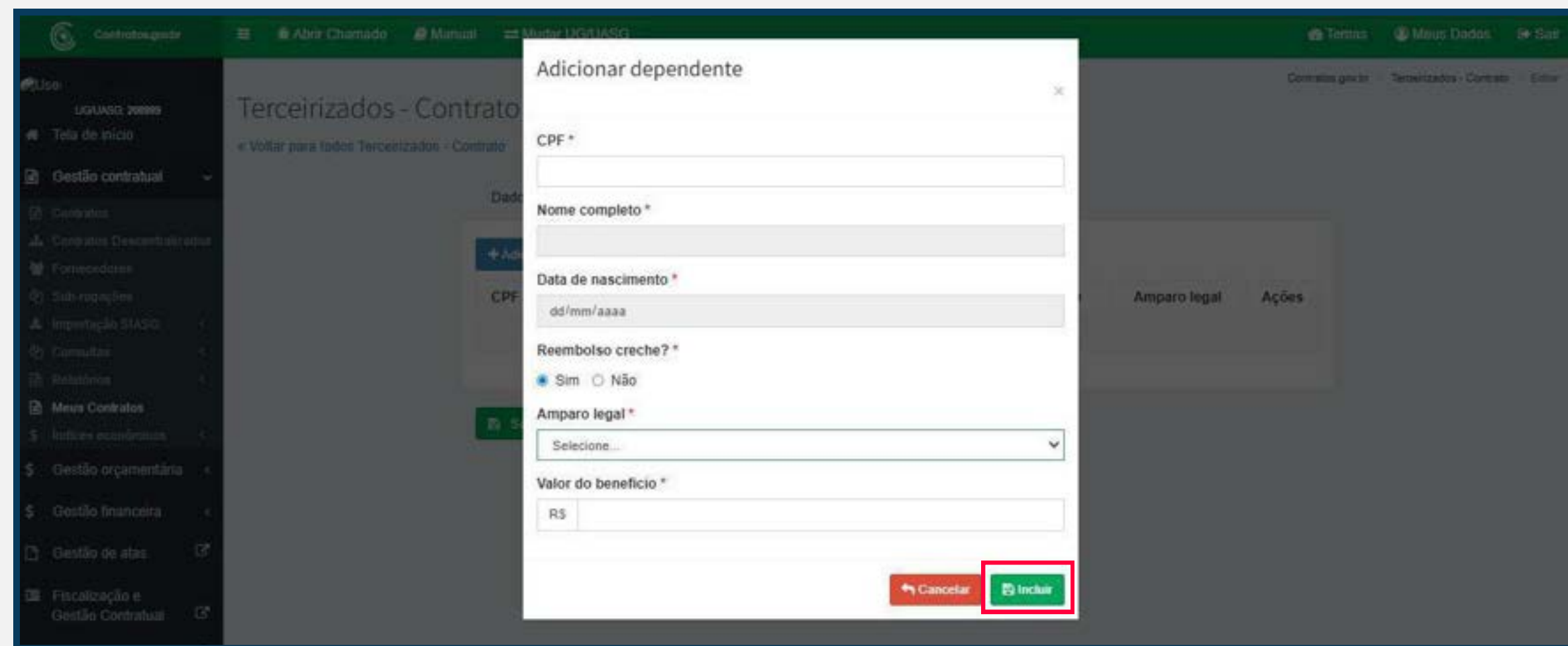
The screenshot displays the 'Terceirizados - Contrato' page in the Contratos.gov.br system. The left sidebar shows the user is logged in as 'UGUASG. 200399'. The main content area has three tabs: 'Dados Pessoais', 'Dados Funcionais', and 'Dependentes', with the last one highlighted by a red box. Below the tabs is a form to add a dependent, featuring a '+ Adicionar Dependente' button and a table with columns for CPF, Nome do dependente, Data de nascimento, Reembolso creche, Amparo legal, and Ações. The table currently shows 'Nenhum dependente cadastrado'. At the bottom, there are 'Salvar e voltar' and 'Cancelar' buttons.

CPF	Nome do dependente	Data de nascimento	Reembolso creche	Amparo legal	Ações
Nenhum dependente cadastrado					

COMO INCLUIR DEPENDENTES (inclusão individual)

Preencher as informações:

- CPF
- Nome (trazido da RF)
- Data de nascimento (trazido da RF)
- Reembolso creche?
- Amparo legal: CCT ou decreto 12.174/2024
- Valor do benefício



COMO INCLUIR DEPENDENTES (inclusão individual)

- Após o incluir as informações do(s) dependente(s) > salvar e voltar

Contratos.gov.br

Use: UG/UASG: 200999

Tela de início

Gestão contratual

Contratos

Contratos Descentralizados

Fornecedores

Sub-rogações

Importação SIASG

Consultas

Relatórios

Meus Contratos

Índices econômicos

Gestão orçamentária



Terceirizados - Contrato

Editar Terceirizado do Contrato.

« Voltar para todos Terceirizados - Contrato

Dados Pessoais Dados Funcionais Dependentes

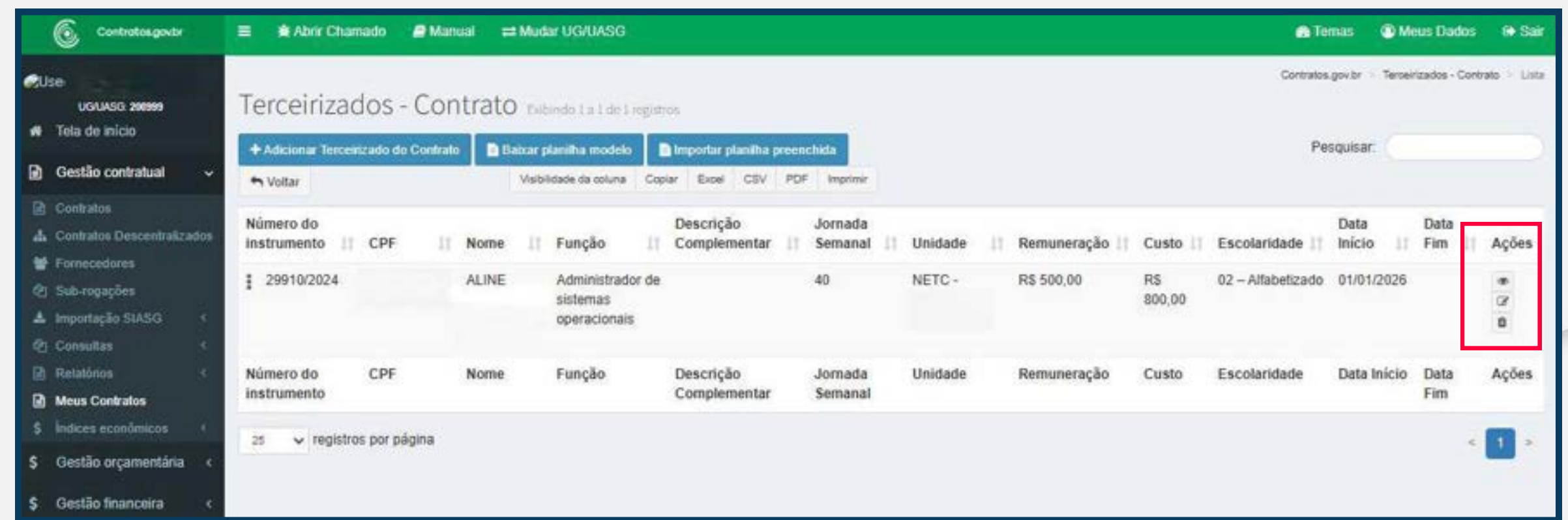
+ Adicionar Dependente

CPF	Nome do dependente	Data de nascimento	Reembolso creche	Amparo legal	Ações
863.602.055-72	DANIELA MÁRCIA NASCIMENTO	22/08/2024	Sim	Decreto 12.174/2024	 

Salvar e voltar Cancelar

COMO INCLUIR DEPENDENTES DE UM TERCEIRIZADO JÁ CADASTRADO NO SISTEMA

- Também é possível incluir o dependente no cadastro já existente do terceirizado (ações > edição).
- Será direcionado para a mesma tela de criação com as abas dados pessoais, dados funcionais e dependentes



Contratos.gov.br

Abair Chamado Manual Mudar UG/UASG



Temas Meus Dados Sair

Contratos.gov.br > Terceirizados - Contrato > Lista

Terceirizados - Contrato Exibindo 1 a 1 de 1 registros

+ Adicionar Terceirizado do Contrato Baixar planilha modelo Importar planilha preenchida

Voltar Visibilidade da coluna Copiar Excel CSV PDF Imprimir

Número do instrumento	CPF	Nome	Função	Descrição Complementar	Jornada Semanal	Unidade	Remuneração	Custo	Escolaridade	Data Início	Data Fim	Ações
29910/2024		ALINE	Administrador de sistemas operacionais		40	NETC -	R\$ 500,00	R\$ 800,00	02 - Alfabetizado	01/01/2026		  

Número do instrumento CPF Nome Função Descrição Complementar Jornada Semanal Unidade Remuneração Custo Escolaridade Data Início Data Fim Ações

25 registros por página

< 1 >

PRÓXIMAS ENTREGAS DO SISTEMA CONTRATOS.GOV.BR



Relatório de dependentes por contrato



Cadastro de dependentes em lote via planilha (importação)



Gestão dos terceirizados e dependentes pelo fornecedor

CENTRAL DE ATENDIMENTO E MATERIAL DE APOIO



Telefone: 0800.978.9001
Portal de Atendimento:



Manuais de Uso
do Sistema



OBRIGADO



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



ANEXO II DO EDITAL – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026

DATA: XX/XX/2026 - 09H

PROCESSO: 25388.000775/2025-75

PROPONENTE:

TELEFONE:

E-MAIL:

ENDEREÇO:

BAIRRO

CIDADE:

UF:

CEP:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA BANCÁRIA:

INSCRIÇÃO NO SIMPLES: () SIM () NÃO

Item	Descrição	CATSER	Und	Qtd. total estimada	Valor Unitário	Valor Total
01	Contratação de serviços contínuos de atividades de apoio, complementares e acessórias, necessárias à realização das tarefas técnicas e administrativas da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp), unidade da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no Rio de Janeiro/RJ, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme termo de referência.	5380	SRV	01		

OBS: CONFORME EDITAL, NOS VALORES PROPOSTOS ESTARÃO INCLUSOS TODOS OS CUSTOS OPERACIONAIS, ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS, TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, COMERCIAIS E QUAISQUER OUTROS QUE INCIDAM DIRETA OU INDIRETAMENTE NA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS.

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (MÍNIMO 60 [SESSENTA] dias)

Local, ____ de _____ de 2026.

ASSINATURA DOREPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CPF/RG

Portaria da Diretoria Executiva

PORTARIA Nº 1, de 24 de fevereiro de 2026

O Diretor Executivo da Fundação Oswaldo Cruz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 2.277, de 12 de abril de 2023, da Casa Civil; pela Portaria nº 10, de 10 de janeiro de 2024, da Fiocruz e pelo Decreto nº 11.228, de 07 de outubro de 2022 - Estatuto Fiocruz.

RESOLVE:**1.0 - PROPÓSITO**

Art. 1º Disciplinar, no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, o procedimento de apuração de responsabilidade relacionado às infrações praticadas nos certames licitatórios e nos atos subsequentes à sessão competitiva, e a dosimetria na aplicação das respectivas sanções.

2.0 - OBJETIVO**CAPÍTULO I****DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES**

Art. 2º Os licitantes ou contratados serão responsabilizados administrativamente pelo cometimento de infrações, e penalizados com advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade sancionadora, com base nos critérios da razoabilidade e proporcionalidade.

§1º A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§2º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Art. 3º Garantido o contraditório e a ampla defesa, serão consideradas infrações, com possibilidade de aplicação das respectivas sanções:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, e não se justifique a imposição de penalidade mais grave:

a. advertência;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que justifique a imposição de penalidade mais grave:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

III. dar causa à inexecução total do contrato:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

V. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível, solicitar desclassificação da proposta quando encerrada a etapa competitiva, deixar de apresentar amostra quando exigido no instrumento convocatório, ou apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando agir em conluio ou em desconformidade com a legislação em vigor, induzir deliberadamente a erro no julgamento das propostas, ou apresentar amostra falsificada, deteriorada ou em desconformidade com as especificações do edital:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

XI. praticar atos ilícitos com vistas a fraudar os objetivos da licitação:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 (que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira):

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

§1º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar também poderá ser aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II ao VII quando justificada a imposição de penalidade mais grave.

§2º A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de competência exclusiva da Presidência da Fiocruz, será precedida de análise jurídica.

§3º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no *caput* do art. 2º desta Portaria.

§4º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§5º Respeitando os limites mínimos e máximos das sanções previstas para cada uma das infrações, a dosimetria será

calculada mediante utilização da tabela presente no Anexo I desta Portaria.

§6º No caso de infrações cometidas no âmbito dos certames licitatórios, a aplicação da sanção de multa terá como base de cálculo o valor estimado total do item ou lote pelo qual o licitante está objetivando a contratação, a ser expressa no edital/contrato.

§7º A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Fiocruz.

Art. 4º O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora que poderá variar entre 0,05% (cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, conforme previsão do instrumento convocatório, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

§1º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Fiocruz a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Portaria.

§2º A conversão prevista no § 1º será analisada no caso concreto, até o prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias de atraso, quando será automaticamente convertida para compensatória, podendo ensejar na extinção do contrato.

§3º Na hipótese de o limite máximo de atraso ser atingido e persistindo o interesse na contratação, o gestor do contrato deverá comunicar o atraso e justificar o interesse à autoridade superior.

§4º Também incidirá multa moratória, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), nos casos de inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

§5º O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia das contratações autoriza a Fiocruz a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21, de 1º de abril de 2021.

Art. 5º Na aplicação das sanções previstas neste artigo serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CAPÍTULO II

DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES E DAS SANÇÕES

Seção I

Das circunstâncias atenuantes

Art. 6º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, e desde que devidamente comprovadas, são situações que, cumulativamente, atenuam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:

- I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;
- II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;
- III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;
- IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se, cumulativamente, que:
 - a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;
 - b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;
 - c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.
- V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à Fiocruz.

Seção II

Das circunstâncias agravantes

Art. 7º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, são situações que, cumulativamente, agravam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:

- I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das

condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 8º No estabelecimento da pena, o cálculo para dosimetria da sanção considerará a soma dos critérios agravantes aplicáveis ao caso concreto, subtraído da soma dos percentuais atenuantes, e o resultado dessa operação indicará o percentual (alíquota) da multa e dos meses de impedimento/inidoneidade a serem aplicados.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Seção I

Da instauração do processo

Art. 9º Quando verificada hipótese de descumprimento, total ou parcial, das regras estabelecidas no termo de referência, no projeto básico, no instrumento convocatório, no contrato administrativo, bem como em legislações correlatas, conforme o caso, o pregoeiro, agente de contratação, fiscal ou gestor do contrato deverá adotar as providências cabíveis, relacionadas ao seu poder-dever de agir.

Art. 10 As providências preliminares mencionadas no artigo anterior deverão ocorrer através de processo relacionado ao processo licitatório ou de gestão contratual, conforme o caso.

Art. 11 Observadas as razões para continuidade da apuração, o servidor público mencionado no art. 9º deverá providenciar a comunicação preliminar ao contratado/licitante para que este apresente seus esclarecimentos prévios. Parágrafo único. A comunicação preliminar do contratado/licitante deverá ser realizada por meio de instrumento formal, conforme exemplo previsto no Anexo II desta Portaria.

Art. 12 Após o envio da comunicação preliminar, caso o contratado/licitante apresente manifestação consistente ou reversão de conduta, após o prazo concedido, a apuração preliminar deverá ser encerrada.

Parágrafo único. Caso o contratado/licitante não apresente manifestação consistente, reversão de conduta ou abstenha de se manifestar, após o prazo concedido, o servidor público mencionado no art. 9º deverá solicitar à autoridade competente autorização para instauração do processo de apuração de responsabilidade, indicando, no que couber:

I. Descrição da conduta praticada pelo licitante ou contratado;

II. Indicação das cláusulas editalícias ou contratuais e dispositivos legais infringidos;

III. Cópia do edital/termo de referência/projeto básico;

IV. Cópia do contrato, ou, na sua falta, do instrumento congênere, dos termos aditivos e dos apostilamentos, se houver;

V. Cópia de notas fiscais/fatura;

VI. Cópia da publicação da nomeação do responsável pela fiscalização/gestão do contrato ou do recebimento do objeto;

VII. Comunicação preliminar com o comprovante de recebimento;

VIII. Documentos comprobatórios da infração em questão, com as devidas trocas de e-mails, fotos, e qualquer meio que comprove o ilícito administrativo;

IX- Resposta da comunicação preliminar, se houver;

X. Relatório contendo uma análise da Comunicação preliminar e a recomendação para a apuração de responsabilidade, conforme exemplo presente no Anexo III deste Decreto.

Art. 13 Recomenda-se a concessão do prazo de 5 (cinco) dias úteis para que o licitante/contratado se manifeste em relação à comunicação preliminar de que trata o art. 11 desta Portaria.

Parágrafo único. A não manifestação do licitante/contratado no prazo concedido não obsta o prosseguimento do processo administrativo de apuração de responsabilidade.

Art. 14 A autoridade competente da Unidade, após análise, entendendo pelo prosseguimento do processo, emitirá o Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade, conforme Anexo IX desta Portaria, e o remeterá à Comissão de Apuração de Responsabilidade, para providências cabíveis.

Seção II

Da Comissão de Apuração de Responsabilidade - COAR

Art. 15 Garantindo o devido processo legal, para aplicação das sanções de que trata esta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido por Comissão composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis e 1 (um) suplente, que será responsável pela avaliação dos fatos e circunstâncias, devendo o licitante/contratado eventualmente responsável ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar provas que pretenda produzir.

§1º A Comissão poderá contar com o apoio de outros agentes vinculados às unidades licitantes e/ou fiscalizadoras das contratações em que tenham sido identificadas as irregularidades objeto da responsabilização.

§2º Havendo o deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante/contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§3º A Comissão poderá indeferir, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§4º A Comissão formará sua convicção, motivadamente, com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

§5º Para a aplicação da sanção de advertência, prevista no inciso I, do art. 3º desta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido de forma sumária, com a aplicação da referida sanção pela própria Comissão de que trata o *caput* deste artigo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com a observação do previsto nos artigos 9º a 13, desta portaria.

§6º Cada unidade descentralizada deverá constituir Comissão própria para condução do processo administrativo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções de que trata esta Portaria.

Seção III

Do julgamento

Art. 16 Encerrados os procedimentos e diligências previstos nos artigos anteriores, a Comissão remeterá o processo de apuração de responsabilidade à autoridade competente da Unidade, devidamente instruído com o relatório final, para emissão de decisão.

Art. 17 O relatório final da Comissão é peça informativa e opinativa que deverá conter o resumo do procedimento e proposta fundamentada de decisão, devendo conter, no mínimo:

I. os fatos;

II. os argumentos apresentados;

III. as provas eventualmente apresentadas;

IV. os fundamentos legais e contratuais para a eventual aplicação da sanção, quando for o caso;

V. a dosimetria da sanção baseada na Tabela presente no Anexo I desta Portaria; e

VI. outras informações necessárias e pertinentes.

Art. 18 A autoridade competente, após receber o processo administrativo correspondente, poderá encaminhar à Procuradoria Federal para emissão de parecer jurídico, em caso de dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a, ou quando a Comissão concluir pela sanção de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º Após a emissão do parecer jurídico, o processo retornará à autoridade competente para decisão.

§2º A sanção de inidoneidade para licitar ou contratar será obrigatoriamente precedida da análise jurídica pela Procuradoria Federal.

Art. 19 A autoridade competente proferirá decisão, acatando ou não o relatório final apresentado pela Comissão, motivando sua posição.

§1º Na hipótese de a autoridade competente concordar com o Relatório emitido, poderá adotar, como razão de decidir, os fundamentos apresentados pela Comissão, ratificando-os.

§2º Ao proferir decisão no processo de apuração de responsabilidade, a autoridade competente deverá verificar se foram obedecidos, nos respectivos autos, os pressupostos de validade e desenvolvimento regular.

Art. 20 A decisão proferida deverá ser objeto de notificação do licitante/contratado, por meio de correspondência oficial acompanhada de cópia do relatório de conclusão da instrução e da decisão da autoridade competente.

Art. 21 À autoridade competente da Unidade compete a aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar.

Art. 22. À Comissão compete a aplicação da sanção de advertência, cabendo recurso à Autoridade Competente.

Art. 23 Nos termos do inciso I, do §6º, do artigo 156, da lei nº. 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, compete ao presidente da Fiocruz a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Art. 24 Da decisão pela sanção do licitante/contratado responsável pelas infrações previstas nesta Portaria caberá recurso à autoridade superior, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação de decisão.

§1º Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20

(vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Art. 25 Nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, a autoridade competente para decidir sobre o recurso poderá se valer do auxílio da Procuradoria Federal para elaboração de suas decisões em relação aos recursos e pedido de reconsideração, quando houver dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a.

Art. 26 Mantida a decisão recorrida, ou esgotados os prazos recursais, o licitante/contratado será devidamente intimado da decisão final, e a autoridade encaminhará os autos do processo para o setor técnico proceder com o registro da penalidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

Art. 27 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Fiocruz, e será interrompida pela instauração do processo de responsabilização e suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 28 Os atos previstos como infrações administrativas nesta Portaria ou em outros dispositivos legais que também sejam tipificados como atos lesivos pela lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

CÁPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Portaria ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 30 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a Fiocruz, exigidos, cumulativamente:

I. a reparação integral do dano causado;

II. o pagamento da multa aplicada;

III. o transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da sanção, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da sanção, no caso de declaração de inidoneidade;

IV. o cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V. a análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 3º desta Portaria exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

Art. 31 Na apuração dos fatos de que trata esta Portaria, a Comissão atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 32 A aplicação das sanções previstas nesta Portaria não impede a responsabilização civil e criminal dos licitantes ou contratados.

Art. 33 Aplicam-se subsidiariamente aos processos administrativos instaurados com base nesta Portaria, no que couber, as disposições da lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 34 As previsões desta Portaria não se aplicam às infrações e sanções referentes a licitações e contratos administrativos regidos pela lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 35 Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte, como anexo, de todos os editais de licitação publicados por todas as unidades da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação prévia jurídica.

Art. 36 Fica revogada a Portaria COGEAD nº. 185, de 10 de junho de 2024.

3.0 - VIGÊNCIA

Art. 37 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANO DE CARVALHO LIMA, Diretor(a) Executivo**, em 24/02/2026, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5933953** e o código CRC **47CE16BD**.

Referência: Processo nº 25380.006317/2025-10

SEI nº 5933953

Anexo I

Dosimetria das Sanções

Critérios	Escala						Pontuação
	Nenhuma	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta	
Natureza e a gravidade da infração cometida				x			3
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle				x			3
Os danos que dela provierem para a Administração Pública					x		4
As peculiaridades do caso concreto						x	5

Dosimetria e Circunstâncias

Selecione as possíveis sanções/incisos:

Impedimento **IV**

Sem Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
15	11,18%	27	-

Atenuante/Agravante (%)			
Atenuantes (até 20%)		1	-4%
Agravantes (até 20%)		4	20%
Total		5	16%

Com Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
17	12,97%	31	-

Nota 1: Para o cálculo da multa a ser aplicada, foi adotado um modelo de fator progressivo, no qual o percentual aumenta de forma escalonada, de acordo com a pontuação atribuída no Quadro de Dosimetria, respeitando os percentuais mínimos e máximos estabelecidos na Portaria e no art. 156 da Lei 14.133/2021.

Nota 2: De forma similar, foram calculados os meses para aplicação das sanções de impedimento e inidoneidade de licitar e contratar. A partir dos limites superior e inferior dos meses e da pontuação do Quadro de Dosimetria, foi calculado um fator a ser aplicado progressivamente, conforme o aumento da pontuação. Assim, 01 ponto corresponde à 01 mês e 20 pontos a 36 meses no caso do impedimento de licitar e contratar. Já a sanção de inidoneidade, 01 ponto corresponde a 36 meses e 20 pontos a 72 meses, conforme limites

estabelecidos na legislação. A cada um ponto adicionado, foram aplicados os fatores de 1,842 e 1,895 para impedimento e inidoneidade, respectivamente.

As circunstâncias agravantes ou atenuantes		Aplicável?	%
Atenuantes (Até 50%)	I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado		-4%
	II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;		-4%
	III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;		-4%
	IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à FioCruz, observando-se, cumulativamente, que: a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;		
	b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;	X	-4%
Agravantes (até 50%)	c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.		
	V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à FioCruz.		-4%
	I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da FioCruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;	X	5%
	II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;	X	5%
	III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou	X	5%
Total	IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.	X	5%
			16%

Nota 3: Foi adotado o percentual máximo de 20%, conforme modelo de parâmetros agravantes e atenuantes estabelecido no Manual de Responsabilização de Entes Privados da Controladoria-Geral da União.

Anexo II
Modelo de Comunicação Preliminar

Comunicação Preliminar

À EMPRESA xxx LTDA.

CNPJ: 00.000.000/0001-00

ENDEREÇO: XXXXXX

A/C: Sr. Representante Legal

Assunto: Solicitação de esclarecimentos ou providências quanto a execução do Contrato XX/2025 – Processo Administrativo XXXXXX/2025-XX.

COMUNICAÇÃO PRELIMINAR

Prezado(a),

Com amparo na Lei nº 14.133, de 2021, solicito justificativas ou esclarecimentos, bem como adoção de eventuais providências, sobre os fatos abaixo relacionados: A contratada EMPRESA xxx LTDA, até a presente data, não cumpriu ao previsto na cláusula xx do Edital do certame licitatório de nº. Xx - cláusula xx do Termo de Referência, uma vez que xxx.

Alertamos que o licitante/contratada está sujeito às penalidades previstas na Cláusula xx, também do Edital.

Tendo em vista os fatos acima elencados, requer-se a imediata regularização da situação supracitada.

Por oportuno, informo que o não atendimento da providência ou o seu atendimento fora das condições contratuais ensejará instauração de procedimento administrativo específico para o exame dos fatos e eventual aplicação das sanções previstas na Portaria nº. xxx e na legislação correlata em vigor, e será processado de acordo com as seguintes fases:

- (a) instauração do processo para apuração de responsabilidade;
- (b) fase da defesa prévia: será aberto prazo para apresentação de defesa prévia do licitante/contratado;
- (c) fase de aplicação da sanção: se os argumentos presentes na defesa não forem suficientes para afastar a sanção prevista e/ou não forem apresentadas as provas do alegado, a sanção será aplicada pela autoridade competente com abertura de prazo para recurso administrativo;
- (d) fase recursal: protocolado o pedido de reconsideração ou recurso, se não reconsiderar a decisão, a autoridade que aplicou a sanção remeterá o recurso à autoridade imediatamente superior para análise e decisão sobre o recurso;
- (e) fase executória: caso haja a manutenção da decisão de aplicação da penalidade, esta será registrada no SICAF e a multa será cobrada do licitante/contratado.

Atenciosamente,

Servidor
SIAPE

Anexo III

Modelo de Relatório a ser enviado à Comissão – Descrição da Infração

1. Identificação do Contrato

- Número do Contrato: _____
- Objeto do Contrato: _____
- Processo Administrativo nº: _____
- Unidade Administrativa Responsável: _____
- Vigência do Contrato: // _____ até // _____
Ou

2. Identificação do Certame

- Número do Certame: _____
- Objeto: _____
- Item licitado: _____

3. Identificação do Contratado/Licitante

- Razão Social: _____
- CNPJ: _____
- Representante Legal: _____
- Telefone/E-mail: _____

4. Dados da Ocorrência

Data da ocorrência: ____/____/____

Local da ocorrência: _____

Data da constatação pela fiscalização: ____/____/____

5. Descrição da Possível Infração

- Data da Ocorrência: // _____
- Local da Ocorrência: _____

- Tipo de Infração:

- ☐ Inexecução total/parcial do objeto
- ☐ Descumprimento de prazos
- ☐ Entrega de produto/serviço fora das especificações
- ☐ Conduta incompatível com a ética contratual
- ☐ Outros: _____

6. Descrição Detalhada da Infração

(Descrever de forma clara e objetiva os fatos observados, indicando como a conduta do contratado configura descumprimento contratual.)

7. Dispositivos Afetados

Cláusula violada: _____

8. Evidências Comprobatórias

(Relacionar documentos, registros, cópias de e-mails, notificações, atas de reunião, fotografias, relatórios, registros de não conformidade, ofícios ou comunicações que demonstrem a infração.)

9. Tentativas de Solução

(Comunicação prévia com o fornecedor para resolução amigável; Registro de reuniões, tratativas ou acordos não cumpridos; Propostas de correção ou substituição recusadas)

10. Consequências da Infração

(Descrever os impactos da infração, tais como atrasos, prejuízos causados à administração - financeiros, operacionais, reputacionais; riscos à continuidade do serviço ou fornecimento; afetação de terceiros ou usuários finais, outros.)

11. Histórico de Execução

(Registros anteriores de desempenho do fornecedor, notificações ou advertências já emitidas, cumprimento de prazos anteriores.)

12. Medidas Adotadas pela Administração

- Notificação formal enviada em // _____
- Prazo concedido para manifestação: _____ dias
- Resposta do fornecedor:

☐ Recebida em // _____

☐ Não recebida até a presente data

Manifestação do gestor quanto às alegações apresentadas na resposta à Notificação.

13. Proposta de Sanção (se aplicável)

- ☐ Advertência
- ☐ Multa contratual
- ☐ Suspensão temporária de participação em licitações
- ☐ Declaração de inidoneidade

Fundamentação: _____

14. Responsável pela Constatação da Infração

Nome: _____

Cargo/Função: _____

SIAPE: _____

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

De acordo da Autoridade Competente: _____

Data: ____/____/____

Anexo IV**Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade**

Rio de Janeiro, ____ de ____ de 2____.

Recebidos os documentos preliminares previstos no parágrafo único do art. 12 da Portaria nº XX/2025, autorizo a instauração processual de Apuração de Responsabilidade e abertura da fase de instrução.

Encaminhe-se à Comissão de Apuração de Responsabilidade para análise e providencias cabíveis.

Nome da autoridade

SIAPE

Cargo

Anexo V
Notificação para defesa prévia

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, ____de ____de 2____

À EMPRESA xxxx LTDA.
CNPJ: 00.000.000/0001-00
RUA XXXXXXXX, Nº XXXX
BAIRRO XXXXXXXX
CIDADE / ESTADO / CEP

ASSUNTO: Notificação para apresentação de defesa prévia

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar), vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada) acerca dos seguintes fatos:
2. Resumo dos fatos: descrição dos fatos com um nível de detalhamento que propicie à empresa apresentar sua defesa prévia de forma ampla. Indicar, se for o caso, o período, valores, nome dos terceirizados envolvidos e outras informações consideradas importantes.
3. Referência Legal/Edital/Contrato: indicar as cláusulas do Edital ou Contrato, bem como da legislação correlata que foram infringidas.
4. Sanções Correlatas: indicar qual ou quais sanções previstas para o fato em que a empresa poderá ser sancionada, se restar comprovada a infringência da Lei, Edital e/ou Contrato.
5. Em resposta ao Ofício nº de/...../....., encaminhado pelo (nome do órgão ou entidade contratante), por meio do qual foram relacionados os fatos acima elencados, essa empresa (nome da

6. empresa contratada) apresentou justificativas em/...../. , bem como anexou as provas documentais que julgou pertinentes.
7. As justificativas apresentadas foram examinadas pelo setor competente, juntamente com os documentos que a instruíram, com o fim de amparar os argumentos da defesa. Ocorre que ficou constatado xxxx, não sendo possível aceitar como justificativa xxx, conforme a análise feita pelo setor competente constante do relatório/nota técnica, juntada em anexo.
8. Assim, fica essa empresa notificada para, querendo, apresentar defesa prévia no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigida a (nome da autoridade máxima do órgão), no endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone), tendo em vista que a avaliação do setor competente indicou ser o caso de aplicação de sanções administrativas previstas no inciso xx, do art. 3º, da Portaria nº. Xx.
9. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição da defesa prévia.

Nome da autoridade

SIAPE

Cargo

ANEXO VI
Aplicação de Penalidade

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, ____de ____de 2____.

À EMPRESA xxx LTDA.

CNPJ: 00.000.000/0001-00

RUA XXXXXXXX, Nº XXXX

BAIRRO XXXXXXXX

CIDADE / ESTADO / CEP

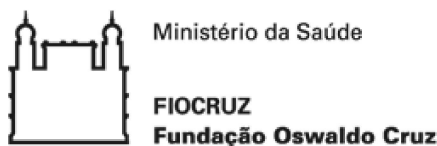
ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE/RESCISÃO CONTRATUAL (nota explicativa: somente incluir a rescisão contratual na hipótese de ser adotada juntamente com a imposição da penalidade)

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar) vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada), já qualificada no Contrato (número e ano do contrato) da aplicação da penalidade (descrever a pena aplicada, por ex. advertência, multa, etc.) e da rescisão do Contrato nº. XX/XX (nota explicativa: manter o trecho sublinhado somente se for notificar conjuntamente acerca da rescisão contratual e da aplicação de penalidade), conforme decisão fundamentada da autoridade, juntada em anexo.
2. Assim, fica a empresa notificada para, querendo, apresentar RECURSO, conforme previsto nos art. 24, da Portaria nº. Xx, e nos arts. 166 e 167 da Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigido a (nome da autoridade máxima do órgão, no

3. endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone).
4. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), podendo ser disponibilizado digitalmente caso haja necessidade, o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição do recurso.

Nome da autoridade

Cargo

**COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**

PORTARIA Nº 53, de 22 de março de 2021

A Coordenadora Geral de Administração no uso de suas atribuições,

RESOLVE:**1-PROPÓSITO**

Disciplinar a obrigatoriedade do cadastro no **Sistema Eletrônico de Informação – SEI** a ser realizado pelos adjudicatários dos processos de contratação desta Fundação, nos termos da presente Portaria

2 – DA OBRIGATORIEDADE DO CADASTRO NO SEI PELOS FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇO

Todos os adjudicatários das contratações realizadas pela Fundação deverão obrigatoriamente realizar o seu cadastro no SEI dentro do prazo de **03 (três)** dias contados da homologação do certame ou da ratificação da contratação direta.

Dessa forma, esta COGEAD recomenda que as competentes Unidades desta Fundação passem a adotar em seus Editais clausula específica com a seguinte redação^[1]:

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE (PROCESSOS ELETRÔNICOS)

17. 1 Homologado o resultado final da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **03 (três) dias**, contados daquela data, para realização do cadastro de seu representante legal e de suas testemunhas no Sistema Eletrônico de Informação – SEI, acessando o Link a seguir para cadastro de usuário externo [2]: https://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo gerar senha&id_orgao_acesso_externo=0.

O SEI é o sistema de informação onde tramita o processo digital da presente contratação e o cadastro do adjudicatário é obrigatório no prazo acima para fins de registro e assinatura eletrônica dos instrumentos contratuais, sob pena de decair do direito à contratação nos termos do art. 65 da Lei 8.666/1993, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 do mesmo diploma e demais cominadas em Lei e neste Edital.

17. 2 Em sendo realizada a contratação, o adjudicatário será devidamente notificado da disponibilização no SEI do Termo de Contrato respectivo e deverá assiná-lo eletronicamente, **necessariamente**, no mesmo dia de sua disponibilização, sob pena de decair do direito à contratação nos termos do subitem acima, sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei e neste Edital.

3- DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam revogadas por força desta Portaria quaisquer disposições internas eventualmente contrárias.

4 - PUBLICAÇÃO E VIGÊNCIA

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação

[1] Adequando-a ao modelo padrão da Procuradoria Federal cf. art. 35 da IN MPDG – SEGES 05/2017.

Quaisquer dúvidas com relação ao cadastramento devem ser direcionadas à Seção de Protocolo – SEPROT no endereço eletrônico: protocolo.cogead@fiocruz.br



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA SILVA, Coordenador(a) Geral de Administração**, em 22/03/2021, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0638756** e o código CRC **44FDB112**.

DECLARAÇÃO DE VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nome:	
Data de Nascimento:	CPF:
Empresa (Prestadora de Serviço):	

☐ Declaro para fins de admissão em empresa interposta (terceirizada) de mão de obra que:

☐ Não possuo vínculo público (Cargo/Emprego público/Cargo ou função de confiança)

Possuo vínculo público:

- ☐ Cargo Público/ Carga Horária: _____
- ☐ Emprego Público/Carga Horária: _____
- ☐ Cargo de Confiança/ Carga Horária: _____
- ☐ Função de Confiança/Carga Horária: _____

Declaro ainda estar ciente da proibição pelo Tribunal de Contas da União (TCU) de contratação de mão de obra terceirizada, cujos profissionais possuam vínculo com as Administração Pública, seja no âmbito Federal, Estadual ou Municipal, com carga horária que ultrapasse 60 (sessenta) horas semanais, conforme orientação contida no

Rio de Janeiro, de de .